**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.*
Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)**

James William Goodwin Junior

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.
Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)

James William Goodwin Junior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,
do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Doutor em História Social

Orientadora: Prof^a. Dr.^a. Inez Garbuio Peralta

**São Paulo
2007**

À memória de Jo Ann McFerrin Goodwin.

“There’s nothing wrong
in making a good story better!”

[“Não há nada errado em tornar
uma boa história melhor ainda!”]

As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.
Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)

AGRADECIMENTOS

No seu retorno, após o grave acidente com o Herbert Vianna, o conjunto *Os Paralamas do Sucesso* (que eu ouço desde meus tempos de adolescência) incluiu uma canção que dava título ao álbum, “Longo Caminho” (2002). Assim como eles, eu posso dizer que “*foi um longo caminho até aqui*”, e que “*já não sou mais quem era antes*”. A história desta pesquisa começou quando comecei a trabalhar em Diamantina com os jornais, com os quais havia entrado em contato nas minhas pesquisas sobre Juiz de Fora. Já lá se vão uns dez anos – tempo cheio de percalços, desvios, problemas, mas também aventuras, descobertas e amadurecimento.

O melhor é que, diferente da letra da música, não preciso dizer “*eu vivo tão só*”. Pelo contrário, ao longo desse tempo, tive a graça de conhecer novas pessoas e regiões, e de aprofundar as relações com aquelas já conhecidas. Todas, de alguma forma, contribuíram para que o projeto se transformasse neste texto. Algumas, pessoas e instituições, precisam ser destacadas, pela importância que assumiram na minha vida e no desenrolar desta experiência acadêmica. Outras, que permanecem anônimas, lembro com gratidão.

Minha relação com Diamantina começou a partir de um convite feito por Vírgina Mendes, à época coordenando projetos de Pesquisa e Extensão na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, por indicação de Júnia Ferreira Furtado, professora do Curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A ambas, devo agradecer por terem me desafiado a assumir a implantação do projeto de um Centro de Memória Regional em Diamantina, e me levado a conhecer aquela cidade, com a qual estabeleci uma relação mais que profissional. E onde fui muito bem recebido, graças à “dona” Neusa Fernandes e a Mariuth Santos, diretora e vice-diretora da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – FAFIDIA, onde iniciei minha carreira como professor universitário.

Graças ao apoio da FAFIDIA e da Doutora Júnia Furtado, coordenei um projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, com duas Bolsas de Iniciação Científica. Ana Cristina Baracho, Neusa

Aureliano Ribeiro, alunas do Curso de História da FAFIDIA, e eu, muito aprendemos sobre processos de indexação, sobre lidar com jornais centenários, sobre a imprensa mineira, e sobre a história regional. Junto com Françoise Jean de Oliveira, então bolsista do Curso de História da UFMG, aprendi algo sobre higienização e conservação de jornais. Em meio a tudo isso, brotou a semente do presente texto.

A professora Roseli Márias e a aluna do Curso de História da FAFIDIA, Kely Cristina Detone Machado, incorporaram-se à equipe para as pesquisas e os trabalhos de elaboração do espaço museográfico da exposição pelo Centenário do Pão de Santo Antônio, ocorrida em 2001; e que permanece até hoje como o “Museu da Memória do Pão de Santo Antônio”, nas dependências dessa instituição de caridade diamantinense. A elas, e aos demais alunos voluntários que ali trabalharam, meu agradecimento pela dedicação e pelos momentos de diálogo, sobre os jornais e a cidade.

O projeto de doutorado não seria o mesmo, não fosse o apoio recebido do meu orientador no Mestrado em História, o professor Douglas Cole Libby, que não me deixou recuar diante das dificuldades inerentes a uma comparação entre Diamantina e Juiz de Fora. Douglas: demorou mas o trabalho ficou pronto. Espero que conte com sua aprovação crítica.

À Thaïs Nívea de Lima e Fonseca, minha colega no Curso de Turismo no Centro Universitário Newton Paiva, em Belo Horizonte, agradeço por ter feito as apresentações e ter me ensinado o “caminho das pedras” para chegar ao Doutorado em História na Universidade de São Paulo – USP. À Professora Maria Helena Rolim Capelato, com quem primeiro comecei a trabalhar em São Paulo, agradeço pela orientação, pelas leituras e pelos desafios colocados.

Quanto à pesquisa, não teria conseguido fazer quase nada do que fiz se não fosse por duas mulheres, competentes e dedicadas, que desacreditam toda a campanha vil que se faz contra os funcionários públicos, especialmente da área da Cultura. Denise Alves Ferreira Lima, hoje aposentada, foi quem me revelou os meandros da hemeroteca da Biblioteca Antônio Torres, sob gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN-Diamantina. Heliane Casarin Mancini, mais uma vez, foi fundamental para que eu pudesse melhor aproveitar minhas incursões a Juiz de Fora, na leitura dos jornais do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora. A ambas, o meu agradecimento, que se junta aos de todo um grupo de estudantes, professores e

pesquisadores que, nas duas cidades, aprenderam a admirar a paixão delas pelo seu ofício, ainda que em condições muito adversas de trabalho.

Na coleta dos dados sobre os anúncios de jornais, contei com a dedicação, muito maior do que o serviço exigia, da minha aluna Ana Maria de Oliveira, em Diamantina, e da hoje Mestre em História Ana Lúcia Fiorot de Souza, em Juiz de Fora. As quais não se contentaram em seguir minhas instruções, envolvendo-se com a pesquisa, e ajudando a extrair desses dados uma visão sobre a cidade que ali se vendia.

Pude contar com o apoio de várias instituições, nas quais venho construindo minha história profissional. À FAFIDIA, agradeço a licença remunerada para estudos, com duração de um semestre, que me propiciou viajar mais a Juiz de Fora e a São Paulo. Agradeço, especialmente, à professora Mariuth Santos, que enquanto dirigiu o Centro de Pesquisa daquela instituição, desdobrou-se para criar ali uma cultura favorável ao trabalho acadêmico, o que muito contribuiu para meu crescimento como pesquisador, e para a realização desta tarefa.

Ao Centro Universitário Newton Paiva, em Belo Horizonte, agradeço o apoio financeiro para a participação em eventos acadêmicos regionais e nacionais, enquanto fui professor da casa.

À Reitoria da UEMG e à direção da FAFIDIA, agradeço a concessão de uma Bolsa de Estudos financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a qual, durante um período de 12 meses, auxiliou-me nas despesas com as muitas viagens de pesquisa. À CAPES, também, meu agradecimento.

Ao Conselho Diretor do CEFET-MG e à sua direção, devo a aprovação da redução de carga horária letiva do professor recém-concursado, que viabilizou o término da redação desta tese. À Coordenadora da Área de Estudos Sociais, professora Ana Lúcia Barbosa Faria, agradeço o empenho neste processo, e em outros momentos da minha ainda curta trajetória naquela instituição.

Nesta caminhada como professor, muitos alunos e colegas ajudaram-me a clarear idéias e fortalecer argumentos, pela discussão acadêmica, ou pela participação em cursos elaborados a partir dos resultados da pesquisa, em que eu “testava” algumas das minhas interpretações. Especialmente aos alunos do Curso de História da FAFIDIA e aos alunos dos Cursos de Turismo, História e Jornalismo da Newton Paiva, quero agradecer pelos anos de aprendizado mútuo. Também aos colegas e orientandos da Iniciação Científica da Newton Paiva, especialmente Felipe

Silveira e Polyana Valente, cuja orientação foi para mim um prazer e um desafio. Aos orientandos do Curso de Especialização em História e Cultura Mineira, das Faculdades de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, MG, agradeço a oportunidade de diálogo acadêmico.

Sou grato aos alunos das diferentes disciplinas que ministrei na PUC-MG, como professor substituto no Curso de História, e como professor do Programa de Pós-Graduação (PREPES); e aos alunos da disciplina optativa “Espaço Urbano Mineiro”, do Curso de História da UFMG, turno noturno, onde lecionei como professor substituto. Enfim, a todos os colegas com quem interagi nos vários seminários e eventos científicos em que pude expor minhas pesquisas, nesses últimos anos.

Encerrando os agradecimentos acadêmicos e profissionais, mas já na fronteira do pessoal, quero registrar meu débito, e meu carinho, à professora Inez Garbuio Peralta. Foi ela quem me abriu a possibilidade de terminar este trabalho, num momento muito ruim da minha vida; o desafio feito, e os caminhos apontados, foram fundamentais para que hoje este texto seja oferecido ao debate historiográfico. Muito obrigado, Inez, sua paciência e firmeza renderam frutos.

Uma pesquisa como esta não se faz, porém, sem um alto custo pessoal, que só é suportável porque os amigos estão juntos de nós, mesmo sem entender bem porque gastamos tanto tempo com “jornal velho”; ou às vezes porque eles também sofrem do “mesmo mal” de escarafunchar o passado....

Em Juiz de Fora, um amplo leque de pessoas queridas apoiou-me ao longo desses anos. Patrícia Falco Genovez, Sônia de Souza e Rita Almico, colegas na graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora, permaneceram como interlocutoras, compartilhando conversas, encontros e resultados de pesquisa. Meus “tios adotados”, Sérgio e Marta, e sua família, especialmente o Josué; Márcio “Uruca”, (Sebas)Tiao e Lídia, ajudaram a manter Juiz de Fora como uma cidade viva na minha vida. Um agradecimento todo especial, mais uma vez, devo fazer ao Flávio “Brita” Bitareli Martins e a seus pais, pela hospedagem durante as pesquisas, pelo carinho e pela companhia, quando eu retornava do passado.

Em Diamantina, criei um círculo de amigos, num lugar que se tornou muito mais do que ambiente de trabalho. Mariuth, Dayse, Serginho, Toninho, e principalmente Marcos Lobato Martins (Grande, o texto está pronto! Agora, vamos vadiar...), formaram um grupo de diálogo, de pesquisa e, principalmente, de amigos.

Sem eles, não teria suportado as longas viagens semanais nos ônibus da Pássaro Verde. Alvimar, Antônio, Alessandro e Tia Lúcia, mantiveram abertos os seus restaurantes até em horários inusitados, oferecendo-nos lugar para conservarmos, comermos e bebermos bem, rirmos, reclamarmos e brigarmos mas, acima de tudo, para viver a Diamantina de ontem e de hoje.

Uma palavra especial merece a Tania Regina Riul, amiga e monarca da nossa “República da Inglaterra”, onde eu e Marcos moramos.

Flávia Guia, Flávia Santana, Luciano Carneiro, humanizaram as jornadas a São Paulo. Monica de Carvalho Pereira, que no início dessa jornada leu meus primeiros textos, evitando os ecos da dissertação, agora também torna a capital paulista um pouco menos distante.

José Newton, amigo e interlocutor permanente, sobre assuntos históricos, ou sobre quaisquer outros que a vida trouxer pra nossa mesa: Zé, terminei, vamos come(bebe)morar!

Carla Simone Chamon, amiga e colega, pelo apoio no CEFET-MG, não apenas para que eu me situasse na nova instituição, como criando o espaço necessário para que eu terminasse esta redação.

À Djanira, que impediu o caos de conquistar minha casa enquanto eu viajava a trabalho e por pesquisa, muito obrigado! Talvez agora eu consiga arrumar o escritório...

Preciso fazer um agradecimento especial ao carinho, ao apoio e, por que não, às cobranças da minha família, especialmente meu pai, minha irmã Karen e meu cunhado Adriano (que também defendeu seu doutorado agora).

Fê (Fernanda) sua compreensão, seu carinho e o chamego, junto com as brincadeiras e os elogios meio sarcásticos (“você é muito bom com as palavras”), tornaram a vida mais leve, e mais prazerosa. Quem sabe agora podemos pensar em outros projetos?

À minha mãe, que não viveu para ver o fim desta longa novela, agradeço por ter me ensinado como entremear os eventos numa narrativa histórica é importante para construirmos um lugar nosso nesse mundo. A ela eu dedico esta tese: Dona Jo, eu finalmente terminei.

Epígrafe

Mas a cidade não conta o seu passado,
ela o contém como as linhas da mão,
escrito nos ângulos das ruas,
nas grades das janelas,
nos corrimãos das escadas,
nas antenas dos pára-raios,
nos mastros das bandeiras,
cada segmento riscado por arranhões,
serradelas,
entalhes,
esfoladuras.

(Ítalo CALVINO, Marco Pólo falando ao magnânimo
Kublai sobre Zaíra, em *As Cidades Invisíveis*)

As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)

Resumo

GOODWIN Jr., James William. As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Dissertação de Doutorado em História Social. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Inez Garbuio Peralta. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, FFLCH/USP, 2007. (mimeo)

Este trabalho propõe uma leitura do discurso divulgado pela imprensa para representar a cidade, em Diamantina e Juiz de Fora, Minas Gerais, no período de 1884 a 1914. Tal discurso foi produzido pelos *homens de imprensa*, grupo caracterizado por ter nos jornais sua tribuna para propagar um conceito de “progresso urbano”. Tendo como referencial os parâmetros urbanísticos burgueses dos países capitalistas centrais, as elites letradas brasileiras elegeram alguns elementos como “sinais visíveis de civilização”, cuja implementação deveria alterar e normatizar o espaço urbano. Nos textos analisados, podemos perceber quais foram alguns desses aspectos, quanto ao espaço físico urbano (edifícios públicos, água e esgotos, saúde pública, moradias, animais, aparelhamento tecnológico etc.) e aos habitantes citadinos (educação, trabalho, comportamento, valores, consumo etc.). A escolha das cidades privilegiou seu caráter de “capitais regionais” dentro de Minas Gerais, num período marcado por grandes transformações na vivência urbana brasileira. As diferenças econômicas e sócio-culturais entre elas permitem comparar e avaliar o impacto das transformações urbanas como representadas pela imprensa local, tanto no que possuía de comum, como os parâmetros do discurso “civilizatório”, quanto pelas especificidades e os limites da vivência desse discurso em cada realidade urbana concreta.

Palavras-chaves: Imprensa mineira, Urbanização, *Fin-de-siècle* brasileiro.

Abstract

GOODWIN Jr., James William. The Paper Cities: Press, Progress and Tradition. Diamantina and Juiz de Fora, MG, Brazil (1884-1914). Social History Doctoral Thesis. Advisor: Professor Doctor Inez Garbuio Peralta. Social History Post-Graduation Program. FFLCH, /USP, 2007. (mimeo)

This work is an attempt to read the speech produced by the press to represent the city, in Diamantina and Juiz de Fora, Minas Gerais, between the years 1884-1914. This speech was produced by the *men in the press*, characterized by the use of newspaper as a means to propagate a certain concept of “urban progress”. Based on the central capitalist countries’ bourgeois urban parameters, Brazilian cultural elites elected a few elements as “visible signs of civilization”, whose implementation should alter and regulate urban space. In the analyzed texts, we can see some of these aspects, related to urban physical space (public buildings, water and sewage, public health, housing, animals, technological equipments etc.) and to city inhabitants (education, labor, behavior, values, consumption etc.). The cities were chosen because of their “regional capitals” status inside of Minas Gerais, in a period marked by great transformations in Brazilian urban experience. The economic and social-cultural differences between them allowed comparison and evaluation of the impact of urban transformations as represented by local press, both in what they had in common – like the parameters for the civilizer speech – as in their specificities and the limits for actually living this speech in each concrete urban reality.

Key-words: Press in Minas Gerais; Urbanization; Brazilian *Fin-de-siècle*.

As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.
Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)

Sumário	Página
Introdução: a que veio este texto?	11
Capítulo 1: A “Cidade do Progresso”	23
1.1. Fazer a cidade: pessoas e tijolos, papel e tipos móveis	23
1.2. O modelo urbano da Europa ocidental oitocentista	30
1.3. Paris em Minas Gerais?	44
Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina	47
Cidade do Parahybuna, ou do Juiz de Fora	53
1.4. Rupturas do Progresso	60
Juiz de Fora	64
Diamantina	67
Capítulo 2: O papel da Imprensa na construção urbana	75
2.1. A imprensa, missionária da civilização	75
2.2. Os <i>homens de imprensa</i> : “cidade das letras”, “cidades de papel”	89
2.3. Os <i>homens de imprensa</i> em Diamantina e Juiz de Fora	100
George Charles Dupin	101
José Augusto Neves	105
2.4. Produção e circulação dos jornais em Diamantina e Juiz de Fora	113
Os trabalhadores da imprensa: a produção do jornal	117
O alcance da imprensa: a recepção do jornal	129
Capítulo 3: Cidades de Papel – Embelezamento	138
3.1. O progresso da cidade: infra-estrutura urbana	138
3.2. Sanitarismo: água e esgotos, moradia	170
3.3. O espaço urbano: limpeza, animais etc.	192
3.4. As estradas do (e para o) progresso	204
Capítulo 4: Cidades de Papel - civilização	216
4.1. A ordem pública: polícia e controle social	216
4.2. A civilização pelo Trabalho	229
a) Lavoura e mão-de-obra: problemas e soluções	233
b) O trabalho urbano	240
c) Ócio, vadiagem e criminalidade	256
4.3. Uma cidade ilustrada	271
4.4. Uma cidade polida	279
a) A “boa sociedade”	279
b) Entretenimento polido	284
c) Festas, fé e civilidade	290
4.5. Um “esplêndido e colossal sortimento”	306
Últimas impressões, ou as considerações parciais	328

As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.
Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)

Introdução: a que veio este texto?

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos,
ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto,
que as suas regras sejam absurdas,
as suas perspectivas enganosas,
e que todas as coisas escondam uma outra coisa.
(CALVINO, 1990, p. 44)

Era praxe, quando da publicação do primeiro número de um jornal, que houvesse um artigo de apresentação, esclarecendo quais as propostas que norteavam o surgimento daquela publicação, quais os temas aos quais daria sua atenção, quais os procedimentos que iria seguir. Aqui, seguiremos esta praxe, tentando responder às questões colocadas.

Este trabalho tem como objetivo principal recuperar, através da leitura e análise dos editoriais, notícias e anúncios publicados pela imprensa de Diamantina e Juiz de Fora, no período entre 1884 e 1914, a representação de cidade que foi construída, visando a transformação do espaço urbano, e seus habitantes, e sua adequação às idéias sobre a “civilização” – o fio condutor daquele discurso.

Os desejos e perspectivas sobre o que seria uma “cidade civilizada” amalgamaram conceitos, idéias e práticas oriundas do processo de transformação dos grandes núcleos urbanos na Europa Ocidental, e a difusão dessas experiências – e de suas concepções e implicações urbanísticas – pelo continente americano, quer em reformas urbanas, quer na criação de novas cidades. Estes princípios ideológicos e hermenêuticos eram compartilhados pelas elites cultas de várias partes do mundo, e marcavam a sua adesão ao modo de vida burguês-capitalista.

No contexto brasileiro do final do século XIX e início do XX, um grupo em especial chamou a si a responsabilidade de organizar e defender esta concepção de “civilização”, bem como educar as pessoas na sua vivência. Homens, e algumas mulheres, que escreviam nos jornais locais, assumiram a imagem autoconstruída da imprensa no mundo burguês: poder fiscalizador das autoridades, tribuna pedagógica para o povo, guardião dos valores civilizados. Esses *homens de imprensa* deram especial importância aos processos de transformação do tecido urbano. Seus comentários, críticas e avaliações são o objeto principal da leitura que aqui se propõe, a partir da qual poderemos perceber o perfil dessa cidade representada, e

suas relações com os demais elementos do espaço urbano – incluindo aí os habitantes que não pertenciam às redações dos jornais.

Um importante elemento desse processo está nas diferenças concretas entre o ambiente no qual tais concepções foram geradas, e a forma como foram apropriadas e modificadas, a fim de viabilizar sua implementação na realidade urbana mineira. Diante da multiplicidade de experiências e parâmetros, e da impossibilidade da simples transposição de modelos urbanísticos, os *homens de imprensa* apresentaram-se como os mais adequados para selecionar, adaptar e reinventar a “civilização”, adequando-a à realidade local – não apenas no sentido físico, mas também político e social. As páginas dos jornais servem a uma dupla função: apresentam aos habitantes da cidade uma imagem de “cidade civilizada” a ser atingida, enquanto reelaboram constantemente essa representação, incorporando elementos do contexto local. Os *homens de imprensa* seriam os principais responsáveis por um processo de transformação e adequação: das suas cidades aos modelos de cidade moderna – e vice-versa.

Assim, o que temos como objeto é a maneira como a imprensa, em Diamantina e Juiz de Fora, *representou* o ideal de cidade; e como essa representação *informou* o diálogo dos jornais com a cidade em que foi produzida – atentando aos elementos comuns e às especificidades das representações construídas em cada uma delas. Mais do que analisar as transformações urbanas no período entre 1884 e 1914, portanto, interessa-nos aqui o papel com o qual estas cidades foram embaladas; interessam-nos as cidades de papel – de papel-jornal.

A escolha das duas cidades justifica-se por pelo menos três motivos. Diamantina e Juiz de Fora, na virada do século XIX para o XX, eram centros regionais cuja importância extrapolava sua área de influência direta. Ambas viveram um processo de (re)definição das suas características urbanas: espaço físico, organização político-econômica, estruturação sócio-cultural; processo motivado tanto por razões mais gerais (expansão do capitalismo, fim da escravidão, advento da República), quanto regionais. E cada uma exemplifica um contexto diferente do processo de transformações urbanas em Minas Gerais: Diamantina teve sua origem no período minerador, vivendo seu apogeu econômico ao longo do século XIX, ao

mesmo tempo conservando características tradicionais em sua arquitetura, em suas práticas econômicas, em suas relações sociais; Juiz de Fora se estruturou como cidade a partir do crescimento da cafeicultura oitocentista, ligada à capital do país, vivendo um processo mais intenso de implantação do capitalismo e da industrialização.

Por todas essas características, a comparação entre as duas cidades permite uma melhor compreensão do papel desempenhado pelos *homens de imprensa*, ao revelar os princípios e conceitos comuns a esse grupo. Mas também por apresentar, nas diferentes ênfases, na especificidade dos objetos e temas abordados, na variedade das soluções e encaminhamentos propostos, na identificação dos limites e obstáculos ao processo civilizatório, como esses *homens de imprensa* atuavam dentro de uma realidade urbana concreta – e diferente em cada cidade.

Esse processo, como é próprio dos movimentos históricos, não tem uma data específica de início, nem de final. A escolha do recorte temporal deste trabalho privilegia um período de trinta anos, em que há uma coincidência na construção de uma representação de “cidade civilizada”, e na identificação dessa representação com a cidade concretamente existente. Dito de outra forma, no período que vai da década de 1880 à década de 1910, os *homens de imprensa* diamantinenses e juiz-foranos esforçaram-se por imprimir um discurso claro, coerente e convincente sobre o “processo civilizatório” das suas cidades.

A escolha dos marcos cronológicos para o início e o final do período de estudo explicita um dos principais elementos dessa representação de modernidade: a presença de máquinas e equipamentos resultantes do desenvolvimento industrial, sinais visíveis de civilização. No ano de 1884 foi inaugurada, em Juiz de Fora, a rede telefônica, consolidando o caráter pioneiro dos investimentos em tecnologia daquela cidade.¹ No ano de 1914, após uma longa campanha e vários reveses, foi concluída a ligação ferroviária de Diamantina com a capital do Estado e a capital federal, no litoral. A locomotiva, um dos principais símbolos do progresso e do desenvolvimento econômico no século XIX, foi saudada como portadora de um novo tempo para a região, marcando o fim (no sentido de “alvo”, mas também de “encerramento”) de uma etapa da urbanização no antigo Arraial do Tejuco. Este ano marcou também o

¹ Convém recordar que a apresentação do telefone como produto comercialmente viável havia ocorrido apenas oito anos antes, na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876; ocasião da célebre cena do uso do aparelho por D. Pedro II.

encerramento do primeiro grande ciclo de greves em Juiz de Fora, a sinalizar as contradições que o mundo do “progresso” e da “civilização” produzia, na exploração dos trabalhadores e nas exigências de transformação dos hábitos e costumes populares. Coincidentemente, o ano de 1914 marcou, ainda, o fim das ilusões da *Belle Époque* européia: o impacto da eclosão da Grande Guerra, alterou as bases sobre as quais se construía a visão de mundo burguesa – que havia se tornado a visão dominante em várias partes do mundo, e que as elites cultas de Diamantina e Juiz de Fora se esforçavam tanto por emular.

Para estudar esse período e esse processo, escolhi privilegiar aqueles documentos que, produzidos pelos grupos identificados com uma visão burguesa e “civilizatória” do espaço urbano, tinham uma clara intenção de publicidade, de divulgação e de educação: os jornais produzidos pelas elites letradas dessas cidades mineiras.

Todo discurso é produzido socialmente. Isto significa, por um lado, que um discurso incorpora em si valores e idéias correntes de sua época, privilegiando temas e escolhendo objetos que têm sentido para o momento em que são apresentados. Também significa que o discurso é produzido em sociedade, seja porque é uma obra coletiva, insere-se num trabalho de grupo, seja porque é feito para ser ouvido ou lido, recebido enfim, por um ou vários grupos sociais. A imprensa constrói-se de discursos, explícitos ou implícitos, redigidos por uma pessoa ou por várias, mas sempre como um trabalho coletivo: mesmo que o texto seja escrito por uma pessoa só, várias são as mãos que o transformam em texto impresso, várias são as mãos que o distribuem. E vários são, também, os olhos e ouvidos que recebem o discurso, direta ou indiretamente.

Em relação à imprensa, há uma clara intencionalidade na produção do seu discurso. Intencionalidade que se manifesta na confecção mesmo do jornal, cuja primeira razão de ser é veicular idéias, notícias e anúncios – todos elementos que compõem diferentes discursos, alguns claros, outros mais sutis. Há, pois, uma intencionalidade básica, comum a todos os que participam da atividade jornalística, e que não se resume apenas ao autor/redator dos textos.

Entretanto, a feitura do jornal vai além dessa intencionalidade primeira, fundamental. Até porque o jornal não se faz sozinho, nem como produto do trabalho, dividido entre várias pessoas, nem como produto social, realizado apenas quando é lido e difundido entre pessoas outras, que não seus produtores. Pensar as teias que envolvem o jornal é ir além das mais visíveis, é pensar também os laços mais finos que o amarram e posicionam. É considerá-lo como documento histórico, enlaçado nas relações de poder da sociedade que o produz. Assim, uma leitura do discurso produzido pelos *homens de imprensa* sobre a cidade, deve considerar alguns problemas: quais assuntos merecem mais atenção? Quais os mais freqüentes? Que valores subjazem aos editoriais, artigos, notícias e anúncios publicados? Que cidade é inventada nas páginas desses jornais? Para quem? Quais as diferenças entre a cidade de papel impressa em Diamantina, e aquela estampada em Juiz de Fora?

Para buscar uma resposta a essas perguntas, optei por uma leitura qualitativa dos periódicos produzidos em Diamantina e Juiz de Fora, no período de 1884 a 1914. Embora haja muitas diferenças entre as duas cidades, e também entre os jornais nelas produzidos, muitos são os pontos em comum. Lembrando que qualquer generalização é perigosa, podemos utilizar para descrever os periódicos mineiros as considerações de Walnice Galvão sobre os jornais de várias partes do Brasil que ela utilizou:

O modelo do jornal é um só. Estreitas colunas (nem sempre, mas via de regra, em número de oito) que obrigam o leitor de um artigo mais longo a iniciar a leitura lá em cima, logo abaixo do cabeçalho, percorrer quase um metro de papel até o pé da coluna, e procurar a continuação na coluna contígua novamente lá em cima. Se o artigo ocupa várias colunas, o movimento da leitura se repete várias vezes; cada artigo, uma vez começado, vai até o fim sem interrupção. O tamanho grande da página, a estreiteza das colunas, os tipos miúdos, realmente dificultam a leitura. (GALVÃO, 1994, p. 17)

Além da padronização física, geralmente em quatro páginas,² os jornais mineiros no século XIX possuíam caráter regionalista, quer pelo alcance da circulação dos jornais, quer pela ênfase dos textos. O que não significava que os jornais se limitassem à esfera local. Traziam notícias de várias partes do mundo, desde a Corte no Rio até anedotas do Extremo Oriente. Bom exemplo dessa tendência é o jornal *Pharol*, fundado em 1867 em Paraíba do Sul, e logo transferido para Juiz de Fora, que publicava regularmente notícias de várias partes do mundo. Esses periódicos também não ficavam completamente restritos ao seu local de

² Para exemplificar, em 1907 o jornal *A Idéia Nova*, de Diamantina, media 56 X 38 cm (Fundo José Teixeira Neves, Caixa 4, envelope 2, Biblioteca Antônio Torres, IPHAN-Diamantina).

publicação: era prática comum a troca de publicações entre as redações das diferentes cidades, como veremos.

Outro aspecto a destacar era o perfil abertamente politizado da imprensa mineira oitocentista: quase todos os jornais associavam-se à difusão e defesa de projetos e posições de grupos políticos ou partidos. Isto ajuda a explicar como, num ambiente bastante reduzido de leitores, tantos periódicos foram produzidos. Xavier da Veiga listou para Ouro Preto, em 1897, 160 títulos (VEIGA, 1998, p. 146-149). A edição comemorativa do terceiro aniversário do jornal diamantinense *A Idéia Nova*, de 04 de abril de 1909, publicou uma lista dos jornais surgidos na região sob o título “A Imprensa em Diamantina”, inclusive com fotos de parte da equipe fundadora do próprio periódico; esta lista seria republicada com acréscimos dois anos depois, em 02 de abril de 1911, arrolando 69 títulos ao todo – sempre com a observação de que a listagem estaria incompleta. Muitos jornais tiveram vida efêmera, alguns retornavam com o mesmo título ou, o que era mais comum, um mesmo grupo fundava dois, às vezes três jornais diferentes ao longo do tempo.

Em alguns poucos lugares de Minas, a virada do século marcou a passagem da imprensa política e doutrinária para a imprensa-empresa, em consonância com a periodização proposta por Nelson Werneck Sodré (1999) para a história da imprensa no Brasil. Foi somente na década de 1920, porém, que esta nova configuração empresarial consolidou-se, e surgiram os primeiros jornais a abarcar todo o estado, compreendido como área de atuação jornalística e comercial. O grande pioneiro nesse sentido foi o *Estado de Minas*, fundado em 1927 como o *Diário da Manhã*, comprado e renomeado em 1928, e em 1929 incorporado aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand (FRANÇA, 1998, *passim*). Diversos outros jornais-empresa foram fundados, ocupando especialmente os “nichos regionais”, como a Zona da Mata, o Sul de Minas, o Triângulo Mineiro etc. Em muitas cidades do interior mineiro, entretanto, o jornal opinativo, defensor de idéias, pessoas e grupos, permanece atuante até os dias de hoje. Como também os periódicos mais voltados para as efemérides, os eventos sociais e culturais, e mesmo a vida da “boa sociedade” local.

Os jornais diamantinenses utilizados encontram-se em dois arquivos: o Acervo Soter Couto, sob a guarda do Centro de Pesquisa da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE, agregada à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG; e a Biblioteca Antônio Torres, IPHAN-Diamantina. Os jornais juiz-foranos estão no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes em Juiz

de Fora, MG. Vários critérios definiram quais periódicos seriam examinados. Um primeiro, óbvio, mas que deve ser mencionado, foi a disponibilidade. Os acervos em que se encontram os periódicos são variados, e apresentam diferenciadas condições de armazenamento e consulta. Algumas coleções e fascículos são maiores, em melhores condições de leitura e disponibilidade para consulta, o que condicionou a escolha de alguns títulos. Também foi valorizada a importância que do jornal na comunidade, medida tanto pela longevidade e regularidade da publicação, quanto por sua menção em outros documentos, como os próprios jornais, memórias etc. Um último critério – mas não de menor importância – foi justamente o envolvimento dos periódicos nas questões que aqui nos preocupam, quais sejam, a construção de um discurso de modernidade urbana e sua aplicação à cidade em que o jornal era publicado.

Em Diamantina, o Centro de Pesquisa da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha - FEVALE, que ajudei a iniciar, mantém sob sua guarda uma razoável coleção de jornais (cerca de 300 fascículos), metade da qual concentrada no período aqui estudado. Esta coleção pertencia ao acervo do historiador local Soter Ramos Couto, tendo sido cedida pelo seu filho, Lomelino Couto, através da intermediação da professora Dr.^a Júnia Ferreira Furtado, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que coordenou o projeto de limpeza e higienização, do qual participei. Posteriormente, nos anos de 1998 e 1999, o acervo foi catalogado, e indexado até o ano de 1914, num projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, sob minha coordenação (GOODWIN Jr.; BARACHO; RIBEIRO, 1999). A mais importante coleção de jornais de Diamantina, porém, está sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na Biblioteca Antônio Torres. São mais de 3.000 fascículos, todos devidamente catalogados durante o projeto acima mencionado, e que foram indexados até o ano de 1912 pela funcionária Denise Alves Ferreira Lima.

Deste conjunto de acervos e coleções, os principais jornais escolhidos para representar a imprensa diamantinense, com peso diferenciado, foram *A Idéia Nova*, *Sete de Setembro*, *A Estrella Polar*, *Cidade Diamantina*, *Diamantina*, *O Pão de Santo Antonio*; alguns fascículos de outras publicações foram também utilizados. Não existe jornal local que tenha atravessado todo o período. Devido às características da região, os jornais tinham grandes dificuldades, principalmente financeiras, para sobreviver. Este caráter fragmentário e lacunar do acervo de

periódicos, em si, já revela os limites da modernidade em Diamantina – e exige, para a pesquisa, a inclusão de vários títulos, a fim de compor um panorama mais amplo da produção, pelos jornais, do discurso sobre a cidade.

Juiz de Fora vive uma outra situação. Os acervos de jornais da cidade têm recebido um tratamento organizado já há bastante tempo, através de iniciativas de instituições públicas. Uma importante coleção, composta de dezenas de títulos e cobrindo praticamente toda a história da imprensa local está à disposição para consultas regulares. Durante alguns anos, esse acervo esteve sob a guarda do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora – quando nele realizei minhas pesquisas para o mestrado. Desde 1997 encontra-se na Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Heliane Casarin Mancini, que era responsável pelo acervo no período que ficou sob a guarda do AHUFJF, continua a trabalhar por sua conservação, organização e disponibilização.

Da imprensa juizforana, foram selecionados *O Pharol*, jornal que atravessou todo período e que já havia sido objeto de pesquisas por mim desenvolvidas; o *Jornal do Commercio*, que a ele fez oposição por questões da política regional; e o *Diário Mercantil*, que surgiu ao final do período aqui abordado, enfatizando as novas relações sociais decorrentes do crescimento da industrialização na cidade. Como em Diamantina, alguns outros periódicos e documentos foram incluídos; estas são, todavia, as coleções principais que sustentaram a leitura do discurso da imprensa produzido em (e sobre) Juiz de Fora.

A metodologia de trabalho baseia-se fundamentalmente na leitura seletiva dos periódicos. O que isso significa tornar-se-á mais claro ao longo do texto. Aqui, entretanto, podemos apontar alguns princípios básicos. Como Maria Helena Rolim Capelato (1980, 1986, 1988b), com os jornais paulistas, ou Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke com o britânico *The Spectator* (1995), a proposta é fazer uma leitura do conjunto de cada periódico. Em outras palavras, subjaz à discussão aqui apresentada uma leitura das publicações, a fim de perceber suas características principais: temas preferenciais; relações de interesse, alianças e conflitos; sistemas de valores e crenças; linguagem etc. Importante ressaltar que, diferentemente dos estudos acima, não abordaremos aqui um único título; nosso interesse está no que poderíamos chamar de ambiente intelectual coletivo da imprensa em cada cidade, ou, na expressão de Angel Rama, a “cidade letrada” (RAMA, 1984). Um grupo

caracterizado, como veremos, por estreitas relações e grande circulação de colaboradores entre as redações dos jornais.

A leitura desse conjunto de obras sustenta a seleção das passagens e a interpretação apresentada, também informada pelo diálogo com a bibliografia sobre a imprensa no Brasil, e com a produção historiográfica, literária e memorialística a respeito das cidades envolvidas. Incorpora, ainda, os resultados de pesquisas realizadas por colegas professores, e por alunos sob minha orientação, no Curso de História da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – FAFIDIA (da qual a FEVALE é mantenedora), e onde trabalhei durante 9 anos.

Outras fontes documentais, que não jornais, foram utilizadas ao longo da pesquisa. Para ajudar a compor o perfil da imprensa, a imagem por ela e dela construída, foram utilizados testemunhos literários de autores, na Europa e no Brasil, que se serviram de sua experiência na imprensa para construir narrativas literárias. Tais obras tiveram aqui o status de fontes documentais, não para informações factuais, e sim como elementos de compreensão de um determinado ambiente histórico. Outros documentos ajudaram a compor e completar as informações sobre o período e o contexto histórico: atas, leis, posturas municipais, livretos e publicações, no caso de Juiz de Fora; leis e posturas municipais, anotações do historiador local José Teixeira Neves, e uma entrevista com um antigo trabalhador em tipografia, no caso de Diamantina. Embora não componham o corpo documental principal, estas outras fontes – escritas ou não – ampliam a base da pesquisa, e permitem que seja apresentada uma leitura mais completa da representação da realidade feita pelos jornais.

Esta leitura foi dividida em tópicos, a partir dos quais são construídos e subdivididos os capítulos, oferecendo uma interpretação de como a imprensa, em Diamantina e em Juiz de Fora, construiu seu discurso sobre a modernidade urbana, quais os elementos comuns a esse discurso e como as diferenças concretas entre as duas cidades interferiram na elaboração dessa representação. Para que o leitor possa melhor apreender, e mesmo avaliar, esta proposta, este trabalho adotou a prática de transcrever trechos dos jornais, ainda que em alguns casos isto não seja “necessário” à argumentação. A inspiração vem da forma como Walnice Galvão (1994) organizou sua leitura do discurso da imprensa sobre Canudos; o leitor pode ter em mãos parte da documentação analisada – que assim circulará para além das fronteiras locais – e contrapor sua leitura àquela por mim apresentada ao longo da

argumentação. Se isto resultar, em alguns momentos, num aparente excesso de transcrições, defendo-me invocando as palavras de Francisco Foot Hardman, na abertura de seu excelente livro, que aborda outras construções da modernidade no Brasil:

Tenho consciência do relativo excesso documental presente nos textos seguintes deste trabalho. Tentei suavizá-lo ao máximo; mas o peso das fontes persiste. Não sei se seria mesmo inevitável; confesso que deriva em grande parte de uma obsessão renitente que ainda teima em roubar-me preciosas horas de sono. Gosto de viajar por textos esquivos e documentos perdidos; quisera trazê-los todos de volta à tona de nossa desrazão. Não posso; trago pelo menos alguns, vivendo a angústia imensa pelos outros que lá quedaram, esquecidos nos tonéis de tão estranhos tempos. (HARDMAN, 2005, p. 138)

Como ele, acredito que a exposição do texto abordado torna a discussão histórica muito mais saborosa, e não creio ser possível falar da imprensa, e dos jornais, sem compartilhar um pouco do gosto e do prazer (e do risco de devaneios), que é folhear essas páginas, muitas das quais gastas e amareladas, outras perigosamente embelezadas pelo bordado das traças.³

Procurei apresentar minha argumentação, em alguns momentos, de forma sutil, através do acúmulo de citações, referências e argumentos, contando com a cumplicidade do leitor. Como faziam os jornais, apresentando suas idéias “naturalmente” ao longo do transcorrer do texto. Em outros momentos, necessários à organização do pensamento científico, os conceitos, propostas e afirmações foram explicitadas. Este jogo entre o declarado e o insinuado (in)forma a composição das páginas deste trabalho.

No primeiro capítulo investigo a formação de um conjunto de idéias, modelos e preceitos urbanos, condensados na expressão “cidade do progresso”, e sua transformação no elemento-síntese da “civilização” identificada com o modo de vida burguês do capitalismo industrial oitocentista – e que se tornou, nesse período, uma referência mundial. A proposta é definir os conceitos de *progresso* e de *civilização* que norteavam o pensamento dominante no mundo ocidental. Além disso, nesse capítulo discuto a idéia da transferência modelos urbanos para Minas Gerais, suas limitações e inevitáveis adaptações. Com atenção à profunda ruptura na maneira de

³ Foi mantida a grafia original dos artigos. Era muito comum a inversão de certas letras, como o “n”; erros tipográficos deste e de outros tipos foram (quase sempre) corrigidos.

viver e de encarar o espaço urbano provocada por esse processo, e que foi vivida e avaliada de maneira diferente em Diamantina e em Juiz de Fora.

O segundo capítulo enfoca o “papel da imprensa” como “missionária da civilização”, elemento constituinte do modelo de vida que ela mesma buscava implementar. Trata-se aqui de analisar a imagem que os *homens de imprensa* construíram para si e seu trabalho, na presunção de estarem mais bem capacitados e posicionados, não apenas para criticar o processo de implantação do modelo de vida urbana identificado com o “progresso”, mas para efetivamente guiarem esse processo. Neste capítulo traço o perfil daqueles que atuaram na imprensa em Diamantina e Juiz de Fora, como também dos principais jornais publicados nessas cidades, suas condições de produção e a recepção desses textos impressos.

O terceiro e o quarto capítulos concentram-se na leitura do discurso produzido pelos *homens de imprensa* sobre as “cidades de papel”, ou como Diamantina e Juiz de Fora são representadas, quanto à questão da urbanização. No terceiro capítulo abordo a construção da cidade sob o mote do “*embellezamento*”, termo da época, muito ligado a questões do espaço físico da cidade: o aparato funcional urbano, as questões de sanitarismo e higienismo e os melhoramentos tecnológicos. As questões ligadas ao espaço tradicional face à modernidade. As deficiências da urbanização. Analisados e avaliados pelos textos dos jornais, tais são os temas deste capítulo.

O último capítulo analisa a construção de uma cidade “civilizada” e “polida”, expressões que abarcavam o comportamento dos habitantes, e sua educação para uma nova postura dentro do ambiente urbano. Esta proposta de civilidade incluía o discurso do trabalho como forma digna de vida, e conseqüentemente o combate à mendicância, à vagabundagem e à criminalidade, bem como o enquadramento dos hábitos dos cidadãos, suas manifestações culturais, seus momentos festivos. Elemento sutil na transformação da maneira de viver, mas também reflexo das necessidades locais, os anúncios dos jornais são avaliados como um mostruário do consumo e do desejo nessas cidades.

Na conclusão procuro resgatar, de forma sintética, as resposta às perguntas: quais as características de um “cidade civilizada” para os *homens de imprensa* de Diamantina e de Juiz de Fora? Quais as semelhanças, quais as especificidades desse discurso em cada cidade? Retomando algumas das questões trabalhadas ao longo do texto, apontarei as contradições e limitações inerentes à implantação das

idéias urbanas ditas “civilizadas”, nas Minas Gerais. Não deixando de atentar, também, ao caráter profundamente excludente desse processo de urbanização, quer em sua matriz original (Europa e EUA), quer em sua implementação nas cidades mineiras.

Minha esperança é que, ao final da leitura, o leitor consiga perceber a que veio este texto.

Capítulo 1: A “Cidade do Progresso”

1.1. Fazer a cidade: pessoas e tijolos, papel e tipos móveis

Uma cidade é um objeto múltiplo, transformado pelas mãos, idéias e pensamentos humanos ao longo dos séculos. É um artefato labiríntico, feito de edificações e de espaços vazios, da vida dos seus habitantes e dos sonhos que eles têm, das palavras que proferem, das marcas (e registros) que produzem. Sempre uma construção humana, por ela se conhece a sociedade que a construiu e que (nel)a viveu.

Considerada como uma das primeiras manifestações concretas da complexidade da organização social humana, as cidades variaram ao longo do tempo e do espaço. Ur, Atenas, Zanzibar, Cuzco, Paris e Rio de Janeiro, recebem todas a designação de “cidades”; isto porque, como dizia Marc Bloch, “*para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário*” (BLOCH, 2001, p. 59). Parece haver, entretanto, um fundo comum a todos esses lugares: a concentração de seres humanos num espaço relativamente pequeno, gerando adensamento demográfico e um convívio mais intenso entre pessoas e grupos diferentes. Entre as muitas correntes do pensamento científico que se debruçaram sobre as formas de abordar a experiência urbana, destaquemos duas – as quais, de forma mais ou menos evidente, estão presentes nos textos produzidos pelos *homens de imprensa* em Diamantina e Juiz de Fora.

Uma é a delimitação da cidade como espaço, como território, como construção. É o campo das abordagens geográficas e arquitetônicas, e de alguns estudos urbanísticos, que privilegiam as relações espaciais da cidade, a maneira como uma cidade interage com o território geográfico em que se instala – portos fluviais ou marítimos, caminhos e cruzamentos, rotas de comércio, como a cidade se abastece e qual o impacto que isso tem na região do seu entorno etc. Exemplo clássico é a discussão sobre as diferentes maneiras como os portugueses e os

espanhóis construíram suas cidades – uns seriam mais plásticos, outros mais rígidos na implantação de um modelo urbano sobre os contornos do relevo. Ou não.⁴

A preocupação com a arquitetura se faz presente nos estudos das construções e edificações, abrangendo desde as formas de fazer – técnicas construtivas, materiais utilizados etc. – até os estilos arquitetônicos e decorativos, tema recorrente em discussões sobre História da Arte.⁵ Também a maneira como as edificações ocupam o espaço urbano pode ser estudada, passando pelo traçado de ruas e praças, largos e outras áreas significativas, como mercados e templos. A preocupação, muito visível nas cidades contemporâneas, com questões de fluxo de pessoas e trânsito de veículos, insere-se nesse marco.

Outra perspectiva é enfocar a cidade como um conjunto de pessoas convivendo num lugar, priorizando as relações entre elas. Alguns estudos sobre a *polis* grega apresentam-na profundamente ligada à maneira ocidental de pensar a história política; estudos sobre vários períodos se ocupam muitas vezes de eventos ocorridos no interior de cidades, como revoltas e epidemias.⁶ Numa perspectiva mais estrutural, as ciências políticas e a sociologia procuram construir conceituar e caracterizar as instituições urbanas, e como estas interagem. A cidade como espaço de convívio entre pessoas pode gerar ainda problematizações sobre criminalidade, sobre relações de gênero, sobre movimentos políticos e partidários etc. E há ainda as questões demográficas, levando a estudos referentes a crescimento populacional, empregos, epidemias ou abastecimento, por exemplo.

Buscando integrar estas duas perspectivas, a construção física da cidade e as relações das pessoas que nela vivem, em seu livro *Carne e Pedra* Richard Sennett trabalha “*o corpo e a cidade na civilização ocidental*” (subtítulo da obra). Numa viagem através do tempo e do espaço, Atenas, Roma, Paris, Veneza, Londres e Nova York são examinadas, algumas mais de uma vez, na tentativa de “*compreender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no*

⁴ Ver o clássico capítulo “O Semeador e o Ladrilhador” de Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Raízes do Brasil*. Para uma outra visão, ver, por exemplo, o artigo de Nestor Goulart Reis Filho sobre seu *Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial* (REIS FILHO, 2000).

⁵ Giulio Carlo Argan propõe mais que isso: entender a construção artesanal numa complexa relação temporal e ambiental, que é a própria cidade. (ARGAN, 2001).

⁶ Seria impossível apresentar aqui uma bibliografia razoável sobre os diferentes períodos históricos. Para a relação entre a *polis* e a política, ver FINLEY, 1988, *passim*; para exemplificar, ver p. 29-31, nas quais ele aborda a relação entre o espaço da cidade e os mecanismos da oralidade, ou p. 72-74, sobre a experiência coletiva das discussões da Assembléia. Ver também SENNETT, 2001, p. 29-79 mais o caderno iconográfico.

urbanismo e na vida cotidiana” (SENNETT, 2001, p. 15). O autor nos leva a considerar as concepções que determinadas comunidades humanas possuíam dos seus próprios corpos, e a maneira como enxergavam o espaço em volta de si e sua inserção neste espaço. Corpos frios e quentes em Atenas; Paris, de comunidade medieval a cidade da liberdade; as cidades burguesas do movimento e do conforto (Paris e Londres), a multicultural e indiferente Nova York do século XX. Sennett nos faz pensar na cidade como uma construção humana, na qual estão inscritos nossos valores, temores e esperanças – e as nossas respostas às questões práticas de viver esses valores em comunidades urbanas.

Outro autor que envereda pela história das cidades na busca de uma chave para compreender esse fenômeno humano é Joseph Rykwert. Historiador da Arquitetura, ele aborda alguns aspectos clássicos dessa área, como os estilos arquitetônicos e a ocupação espacial de prédios e monumentos. Diferentemente de Sennett, não constrói um eixo cronológico, e visita um número maior de cidades e de experiências urbanas. Seus questionamentos originam-se nos problemas enfrentados pelo urbanismo contemporâneo, a partir da constatação do fracasso dos grandes planos para a construção da “cidade ideal”, baseados em premissas racionais e reducionistas sobre o que é (ou deveria ser) uma cidade.

Rykwert está preocupado em identificar as forças que atuam dentro das cidades, seus movimentos e mudanças, suas individualidades e diferenças. Para este autor, só isto pode orientar algum tipo de atuação na melhoria da vida urbana. Isto, e a compreensão de que a cidade é “*um artefato almejado, um constructo humano em que muitos fatores conscientes e inconscientes desempenham seu papel*” – e que “*o principal documento e testemunho desse processo é a própria tessitura física da cidade*” (RYKWERT, 2004, p. 5). Ou seja, a cidade é, ao mesmo tempo, um objeto de interpretação e a base documental usada para interpretá-la.

As provocações apresentadas por esses dois autores, suas leituras e questionamentos da história das cidades ocidentais, sugerem uma linha de abordagem da questão urbana, e das tentativas de pensar/falar sobre a cidade. Embora óbvio, deve ser dito: uma cidade não é um produto *natural*, que cresça por esforço próprio, como uma entidade viva e autônoma, ou o resultado de forças meta-históricas – ela é sempre o produto das forças humanas. As quais moldam-na pelo esforço de construir um lugar no mundo adequado à sua visão do que esse mundo deve ser. Ou, em outras palavras, uma cidade é sempre a tentativa de

construir um *habitat* humano; mas *como* os humanos consideram que deva ser seu *habitat* é algo que varia muito ao longo do tempo e do espaço – e também dentro de uma mesma sociedade. Uma cidade é, portanto, um produto *histórico*. Não é o reflexo da sociedade, nem é o espaço no qual a sociedade age – a cidade é a sociedade, é a sua *representação* no mundo, seja em sua constituição física, seja em sua constituição como discurso no papel.

Rykwert afirma que esse artefato abriga dentro de si tanto a racionalidade quanto a irracionalidade das ações humanas, tanto o planejado quanto o imprevisto. Antoine Picon sustenta que uma “*leitura da cidade como um campo de confronto*”, já estava presente nos textos e propostas sobre as cidades francesas do século XIX (PICON, 2001, p. 87). Esta é a perspectiva pela qual Paulo César Garcez Marins procura entender a “*sociedade e arquitetura urbana no Brasil*” dos séculos XVII ao XX: a cidade como campo de confrontação e conchavos entre diferentes atores e forças (MARINS, 2001). Focando seus estudos em Salvador e no Rio de Janeiro, cidades capitais, e tendo como objeto inicial as rótulas das casas, o autor apresenta concepções urbanas ligadas à racionalidade iluminista, e propostas urbanísticas vazadas nos moldes higienistas, tudo traduzido em planos urbanos, legislações e tentativas de intervenção. Apresenta, também, outras regras de organização do tecido urbano: os interesses pessoais e familiares, os negócios imobiliários, as tradições e costumes (inclusive quanto a técnicas de construção), a relação dos moradores com o ambiente ecológico etc. Para este autor, a cidade é o resultado de uma constante interação entre visões diferentes do que deveria ser a vida urbana; visões que não se apresentam, necessariamente, organizadas em projetos e leis, como geralmente ocorre com as propostas oficiais – mas que mesmo assim evidenciam-se na maneira como os espaços são ou não ocupados, nos detalhes arquitetônicos, no fenômeno das leis que “pegam” e das que “não pegam”, levando à repetição muitas vezes inútil de certas ordenações.

Retomemos o que foi dito. Uma cidade é mais do que simplesmente um cenário dentro do qual habitamos e agimos. Também não é um mero reflexo das forças econômicas, sociais, políticas, ideológico-culturais etc., uma reação às ações humanas. Em ambos os casos, a metáfora pressupõe haver um distanciamento entre as cidades e as pessoas: quer como cenário, quer como espelho, a cidade e seus habitantes são vistos como se fossem entes distintos. A perspectiva que aqui adotamos é outra: a de que a cidade é uma *representação* de seus habitantes, da

sociedade que a faz. Ela é o produto dessa sociedade, e também produz essa sociedade. Correndo o risco da simplificação, a cidade é a sociedade urbana – não se pode entender uma sem a outra, não se pode separar uma da outra, sem que se perca qualquer possibilidade de conferir sentido a ambas.

Se a cidade é a sociedade urbana, é sua representação, então a cidade não é uma única realidade. A cidade é um conjunto de discursos e práticas que a constroem, sempre como campo de confronto permanente, tabuleiro de um constante jogo de forças no qual entrecruzam peças e movimentos, regras de jogos diferentes e atores múltiplos. Como diz Henri-Pierre Jeudy, “*a cidade excede a representação que cada pessoa faz dela. Ela se oferece e se retrai segundo a maneira como é apreendida*” (JEUDY, 2005, p. 81). Parafraseando Guimarães Rosa, a cidade são muitas.⁷ Uma diversidade que o olhar de um fotógrafo pode revelar para nós:

A cidade é tema recorrente de inúmeras manifestações artísticas e visuais. A vida urbana sempre despertou grande interesse nos diversos campos que trabalham com representações. A cidade em si já é uma representação em constante construção, que se manifesta em múltiplas formas. É uma representação social e física. As pessoas e as formas que a habitam, seus habitantes e seus elementos compõem cenários e geram imagens que fazem da cidade algo visível e a inserem em um processo de constante visibilidade. Conhecemos e idealizamos cidades, mesmo aquelas onde nunca estivemos, através de suas representações e das representações que se fazem delas. Uma cidade violenta, uma cidade modelo, uma cidade deserta, uma aprazível cidade. Todas essas atribuições podem corresponder à imagem de uma cidade, a uma representação e até mesmo a um imaginário criado a respeito de um lugar. (TAVARES, 2006, p. 4.)

Impossíveis de serem vislumbradas como um todo, de uma só vez, a(s) cidade(s) exige(m) que a(s) abordemos de outra forma, através “[d]a *essência do que entendemos por representação, isto é, a reorganização da realidade de acordo com nossos objetivos*” (GADDIS, 2003, p. 35). Quem fala da cidade, sobre a cidade, escolhe, recorta a a realidade, condensando espaço e tempo, produzindo uma *representação* da realidade que permita a abordagem e a reflexão sobre ela. Devemos lembrar que nenhuma representação é uma *reprodução* da realidade urbana, “*porque uma verdadeira representação literal de qualquer entidade seria o seu próprio reflexo*” (GADDIS, 2003, p. 41). Ou, como diz uma historiadora brasileira, “*a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele*” (PESAVENTO, 2004, p. 40). Numa comparação (muito utilizada) com a cartografia, o que temos diante de nós é um

⁷ A expressão original refere-se a Minas Gerais – espaço político-administrativo que, desde o início do século XVIII, possuía a maior concentração urbana da América do Sul.

mapa da cidade, traçado por um grupo social específico. Um mapa da cidade não a repete detalhe por detalhe, mas constrói algo que a represente para que possamos nos orientar dentro dela; orientação tanto para quem produz o discurso, quanto para quem o recebe:

Evitamos a literalidade na elaboração de mapas porque isso faria com que eles não se tornassem representações, mas sim réplicas. Os detalhes nos afogariam: a *destilação* necessária à compreensão e à transmissão de uma outra experiência se perderia. [...] Se eles tomam a forma de marcas grosseiras na areia ou de sofisticados desenhos computadorizados, os mapas têm em comum com os historiadores a tarefa de *empacotar a experiência alheia*. (GADDIS, 2003, p. 48, 49)

Podemos considerar o discurso construído pelos *homens de imprensa* como uma tentativa de empacotar a cidade, a partir de experiências alheias, de forma a apresentar um certo *ideal* de cidade – seus discursos pretendem ser mapas, *representações* da cidade ideal. Como diz o Marco Pólo de Ítalo Calvino:

Repito a razão pela qual quis descrevê-la: das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. (CALVINO, 1990, p. 44)

Cidades sem fio condutor seriam cidades que não se poderiam descrever, pois o simples ato da descrição implica um discurso, a escolha de um fio pelo qual se conduz/edifica/narra a cidade. Discurso que organiza, prioriza, seleciona, relaciona, constrói e reconstrói a cidade – dito de forma radical, inventa a cidade. Ela é uma invenção em múltiplos sentidos: é inventada como ideal, vontade e projeto; é inventada como discurso, identidade e instrumento político; é inventada como espaço físico, obras urbanas e leis; é inventada como regras de conduta e sociabilidade, como enquadramento dos habitantes e repressão dos desviantes ou recalcitrantes; é inventada como discurso historiográfico. Dizer que uma cidade é inventada não significa dizer que a cidade não existe, que uma invenção falseia a realidade; pelo contrário, a realidade só existe *porque é inventada*, porque pessoas e grupos se propõem a construí-la cotidianamente, movidos por interesses e ideais. Neste sentido, uma cidade é uma *representação*, pois é a condensação desses projetos, sonhos e ilusões, confrontos e negociações.

Devemos, porém, manter uma distinção clara: a representação da cidade não é, nem pode ser, tomada pelo conjunto da cidade, embora se confunda com ela o tempo todo – e, no caso aqui abordado, tal confusão é intencional por parte de quem produz o discurso. Nenhuma representação consegue abarcar toda a realidade; aliás, nós criamos representações justamente porque é impossível para nós uma

“exata reprodução da realidade”. Não querendo algo como o famoso mapa de Borges, precisamos pensar a cidade a partir de certos aspectos, isto é, re(a)presentá-la. A cidade é complexa demais para ser abarcada de uma só vez. Daí a escolha – uma entre outras possíveis – de abordarmos a cidade a partir da perspectiva das elites letradas, a partir das *cidades de papel* que os *homens de imprensa* pensaram e divulgaram, visando (re)construí-las. Discursos impressos que, convém destacar desde já, tiveram impacto concreto sobre a cidade, seu espaço, seu tecido físico, suas relações sociais.

O discurso sobre a cidade que essas elites tentaram construir era uma representação da cidade. Pois se constituiu numa ordenação do urbano, que permitiu às elites locais sentirem-se no controle, não apenas dos habitantes, mas do cotidiano mesmo de Diamantina ou de Juiz de Fora. Assim, imaginavam ser possível impor a essas cidades um ideal urbano, valores e paradigmas os quais, por razões que iremos discutir, entendiam ser os melhores para a urbe. Representavam a cidade, na medida em que pensavam nela (a cidade concreta) a partir de sua própria visão da cidade (impressa no papel). É importante ressaltar que, agindo desta maneira, ignoravam vários elementos que também compunham a cidade: a inadequação dos modelos imaginados às especificidades regionais, bem como a resistência de outros grupos urbanos a esses modelos, quer pela recusa passiva em abandonar práticas e costumes, quer pelo enfrentamento aberto.

Ainda assim, insistem nessas representações. Sandra Jatahy Pesavento, ao definir o duplo caráter das representações, ajuda-nos a entender como estas uma representação construída pode ser um instrumento para entender e lidar com a realidade, ao mesmo tempo em que molda a maneira como este real é apre(e)ndido:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2004, p. 39)

A representação da cidade proposta / vivenciada pelas elites letradas mineiras, portanto, pretendia colocar-se como *o real* de suas cidades, como se a realidade urbana estivesse plenamente contemplada por ela.

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais. (PESAVENTO, 2004, p. 41-42)

A cidade é representação, e havia várias representações em conflito dentro das cidades aqui abordadas. Aquelas construídas pelas elites letradas, ligadas às classes dominantes política e economicamente, tornaram-se as representações hegemônicas, parâmetros para as principais ações de formação/alteração do espaço urbano – tanto no sentido físico, quanto no sócio-cultural – em Diamantina e em Juiz de Fora. “A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social” (PESAVENTO, 2004, p. 41). Tornase, portanto, necessário examinar quem construiu essas formulações da *cidade ideal* nesse tempo e nesses lugares específicos, e quais eram essas idéias defendidas; quais os grupos sociais que, na cidade, digladiavam por ela. “Por ela”: quer entendamos como *meio* (através dela) ou *local* (no espaço dela), quer como *objetivo* (para possuí-la, conquistá-la).

Ao final do século XIX, esse campo de confronto recebeu novas regras e novos elementos: a tentativa, por parte de alguns setores urbanos, de adequar a cidade a um determinado conjunto de idéias sobre o urbano, considerado como marco da civilização ocidental. Um movimento que, a partir da Europa Ocidental oitocentista, espalhou-se por vastas porções do globo, chegando ao Brasil e subindo as montanhas das Minas Gerais. E que encontrou um espaço privilegiado para crescer no ambiente das páginas impressas.

1.2. O urbano como sinal visível da civilização ocidental capitalista

O século XIX foi uma época marcada pela impressão de que o tempo havia se acelerado: mudanças e revoluções, a ampliação do capitalismo moderno, o avanço do imperialismo europeu sobre vastos territórios mundiais. Muitas pessoas que viveram aqueles tempos facilmente se identificariam com a famosa expressão de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*: tudo que parecia sólido desmanchava-se no ar. Essas transformações se espalharam pelo globo, como parte da expansão mundial do capitalismo imperialista.

O *leitmotiv* desse movimento era a noção de progresso, que havia se tornado a palavra de ordem da maneira capitalista de viver, ver e compreender não apenas o mundo, mas toda a existência. Progresso que, na compreensão com que aqui trabalhamos, era fruto do pensamento iluminista:

O progresso tornou-se idéia-chave da civilização ocidental apenas no século XVIII, a força desencadeadora de uma trajetória ininterrupta de desenvolvimento para as sociedades humanas. Impregnados desse conceito, muitos pensadores imaginaram que a história humana, doravante orientada pela razão, se moveria no sentido de uma trajetória ascendente de desenvolvimento. Misturava-se a essa crença a concepção de que o aperfeiçoamento sem limites da ciência e das técnicas desencadearia efeito semelhante no plano da vida moral. O progressismo difundiu-se entre reformadores sociais e políticos do século XIX, possuídos por uma confiança excessiva na possibilidade de reforma total da sociedade. Para a humanidade, agora livre da superstição e orientada pela razão, descortinava-se uma nova era de avanços irrepresáveis. (LOPES; MARTINS, 2006, p. 20)

O conceito de progresso estava presente nos sistemas de pensamento que procuravam explicar a natureza (o evolucionismo de Darwin e todas as teorias correlatas ou concorrentes), a história (o positivismo de Comte, o marxismo), o comportamento das pessoas (a frenologia de Cesare Lombroso; a antropologia criminal) e mesmo a geopolítica e o relacionamento entre as nações. A noção de progresso acompanhava o espírito liberal-capitalista, ao afirmar a singularidade de cada povo da terra – e portanto suas diferenças, base para classificação, avaliação e hierarquização. As idéias de “livre concorrência”, assim como da “sobrevivência dos mais aptos” eram utilizadas de forma determinista e teleológica.

No ápice dessa hierarquização técnico-racial, encontrava-se a Europa Ocidental, com destaque para a Inglaterra e a França. Essas duas nações, especialmente, produziram um modelo cultural, referência-padrão a partir do qual outros povos e nações foram considerados mais ou menos próximos da “civilização”, ou da “barbárie”. Para além do intercâmbio econômico ou a importação de tecnologias, os esforços em adequar-se à “civilização” européia, especialmente por parte das elites locais das recém-independentes nações latino-americanas, ajudam a explicar a impressionante expansão do imperialismo europeu. Algumas regiões do mundo foram submetidas pela força das armas, outras pela força tecnológico-econômica; mas não se pode subestimar o poder sedutor da moda francesa ou dos confortos da vida britânica. Ao final do século XIX, fazer parte do “concerto das nações civilizadas” tornou-se um importante projeto das elites dirigentes de vários países.

Se o período que transcorre entre 1880 e 1930 teve um definido e inconfundível aspecto foi, sobretudo, porque as classes dominantes das cidades que impuseram os seus pontos de vista sobre o desenvolvimento de regiões e países possuíram uma mentalidade muito organizada e estruturada sobre uns poucos e inquebrantáveis princípios que gozaram de amplo consenso. Eram idéias muito elaboradas e discutidas no mundo, muito adequadas à realidade socioeconômica e política, e com elas a burguesia européia, em sua época de maior esplendor, havia elaborado uma forma de mentalidade que compreendia uma interpretação do passado, um projeto para o futuro e todo um quadro de normas e valores: vitoriosa, a grande burguesia industrial oferecia o espetáculo do apogeu de sua mentalidade

triumfante. Era inevitável que, entre tantas coisas, as burguesias latino-americanas também aceitassem esse modelo de pensamento de eficácia comprovada. Nele, muitos matizes foram introduzidos, mas o seu núcleo foi recebido intacto e conservado fielmente até que as circunstâncias demonstraram que começava a ser coisa do passado. Talvez o mais singular dessa forma de mentalidade fosse, tanto na Europa quanto na América Latina, estar arraigada na certeza de que o mundo passava por uma etapa muito definida de seu desenvolvimento e que era necessário consumá-la conduzindo-a até seus últimos extremos. (ROMERO, 2004, p. 341)

Levar o desenvolvimento aos seus “últimos extremos” era assumir que *“tudo que se opunha ao desenvolvimento linear e acelerado do mundo urbano e europeizado era condenável, constituía uma rêmora e merecia ser eliminado”* (ROMERO, 2004, p. 344).

Incapazes de acompanhar o desenvolvimento técnico-científico, inseridas numa posição economicamente subalterna, tais elites passaram a copiar, na medida do possível, aspectos da cultura européia ocidental. Filtrando elementos, adaptando-os à realidade e aos interesses locais, essas elites recriaram (reinventaram?) pequenas Europas pelo mundo afora. Analisando o exemplo russo, Marshall Berman cunhou a feliz expressão *“modernismo do subdesenvolvimento”* para explicar a construção de um cenário de progresso que funcionava como fachada para a perpetuação do atraso (BERMAN, 1986, p. 167).

Na Europa Ocidental, uma construção humana transformou-se, gradualmente, na figura-síntese de todo o processo de transformações capitalistas: a cidade. Para a cidade confluíam todos os avanços tecnológicos, modificando hábitos, costumes, horários, dietas, regras de sociabilidade. Na cidade observavam-se os efeitos do êxodo rural, da aglomeração populacional, da formação do proletariado. A intensificação das epidemias, o aumento da criminalidade, o surgimento de movimentos espiritualistas: tudo isso podia ser visto claramente nas grandes cidades européias. Tudo que era considerado bom, e também ruim, podia ser ali encontrado: a cidade era a própria encarnação do novo mundo que se criava. Daí, também, a transformação da cidade no símbolo mais visível – e por isso mais imitável – do que significava o *progresso*.

Em meados do século XIX dois grandes projetos de intervenção urbana consagraram os parâmetros para a cidade moderna: a construção da *Ringstrasse* em Viena, a partir de 1857, e as reformas empreendidas em Paris a partir de 1853, sob as ordens do prefeito engenheiro indicado por Napoleão III, Barão Georges-Eugène Haussmann. A obra que redesenhou a capital austríaca conjugou investimentos técnicos com uma leitura simbólica da cidade:

Os liberais que governaram Viena dedicaram alguns dos seus esforços mais bem-sucedidos à tarefa técnica, sem expressividade dramática, que permitiu à cidade acomodar, em condições razoáveis de saúde e segurança, uma população em rápido crescimento. Desenvolveram com uma presteza notável aqueles serviços comuns às metrópoles modernas em expansão por todo o mundo. [...] Os objetivos práticos, que poderiam ser alcançados com o remodelamento da cidade, subordinaram-se solidamente à função simbólica de representação. O que dominou a Ringstrasse não foi a utilidade, mas a autoprojeção cultural. (SCHORSKE, 1998, p. 44, 45)

Este mesmo sentido de “autoprojeção cultural” estava presente em outras reformas e intervenções urbanas, mesmo no centro da nova lógica capitalista, a Inglaterra. Asa Briggs menciona a campanha liderada pelas “classes cultas” de Leeds, para que a construção de seu *Town Hall*, a sede do poder municipal, deliberadamente funcionasse como um

marcante “símbolo aparente” do “governo público”. [...] O Town Hall seria uma prova visível de que “no ardor das ocupações mercantis os habitantes de Leeds não se omitiram de cultivar a percepção do belo e um gosto pelas belas artes”. Deveria servir como um “monumento perene ao seu espírito público, e orgulho generoso no usufruto de seus privilégios municipais”. (BRIGGS, 1990, p. 165)⁸

Essa “função simbólica de representação” dos “marcantes símbolos aparentes” foi um dos elementos transferidos com mais força para a América Latina:

A demolição do velho para dar lugar a um novo traçado urbano e a uma nova arquitetura foi um extremo ao qual não se recorreu naquela época a não ser em poucas cidades, porém transformou-se em uma aspiração que parecia resumir o supremo triunfo do progresso. [...] O ousado princípio da modernização das cidades foi a ruptura do centro urbano antigo, tanto para alargar as suas ruas quanto para estabelecer fáceis comunicações com as novas áreas edificadas. Porém, dentro desse esquema se introduzia uma vocação barroca – um barroco burguês – que se manifestava na preferência pelos edifícios públicos monumentais com uma ampla perspectiva, pelos monumentos erguidos em lugares destacados e também por uma edificação privada suntuosa e com ar senhorial. Extensos parques, grandes avenidas, serviços públicos modernos e eficazes deviam “impressionar o viajante”, segundo uma reiterada frase do começo do século XX. (ROMERO, 2004, p. 310)

Talvez por condensar tudo isso, foi a remodelação de Paris, inegavelmente, a intervenção urbana que maior impacto causou. Até porque, como diz Heliana Salgueiro, aquela cidade já era considerada há algum tempo, ao menos na ótica francesa, como a principal referência urbana da Europa Ocidental – quiçá do mundo:

Lê-se no *Larousse du XIX^e siècle*, publicado em 1875, que ela “pode ser tomada, incontestavelmente, como a capital do mundo”. As representações sobre o seu prestígio, significado e poder de atração se estendem no verbete de mais de 60 páginas, em que alguns subtítulos destacam a “supremacia” e a “universalidade” da “nova Paris” haussmanniana: “a capital da Europa, o centro do mundo inteiro, a metrópole moderna da civilização”. (SALGUEIRO, 2001a, p. 21)

⁸ [...] an impressive “outward symbol” of “public government”. [...] The Town Hall was to be a visible proof that “in the ardour of mercantile pursuits the inhabitants of Leeds have not omitted to cultivate the perception of the beautiful and a taste for the fine arts”. It was to serve as “a lasting monument of their public spirit, and generous pride in the possession of their municipal privileges”. [Tradução nossa]

Mistura de interesses arquitetônicos, sanitaristas, políticos e policiais, o modelo urbano consolidado por Paris seria assimilado como parte integral da “civilização” oitocentista, seu exemplo-síntese. Exportado, encontraria similares em outras cidades européias e serviria como inspiração para diversas outras experiências urbanas mundo afora.

Hausmann tornou real a idéia de planejamento cívico, não apenas em termos de concepções arquitetônicas específicas, mas como um completo estilo de vida, um sistema de elementos interligados que poderia tanto servir como controlar seus habitantes. A influência do que foi tentado e conseguido em Paris entre 1853 e 1870 é imensurável: quase não há uma cidade no mundo ocidental hoje que não evoque seu exemplo pioneiro, e mesmo hoje se estima que sessenta por cento da cidade permanece, de alguma forma, *Haussmannisé*. (CHRISTIANSEN, 1994, p. 95-96)⁹

Sua principal característica era a intervenção planejada no espaço urbano, geralmente realizada de forma autoritária e eficaz. A ação era pensada a partir do conceito de “cidade orgânica”, projetada para funcionar como uma totalidade, concebida como uma entidade intrinsecamente articulada, em que cada espaço deveria representar um papel junto ao todo.¹⁰ O plano, assentado em figuras geométricas, pressupunha um esquadrinhamento do espaço, normatizando-o, tornando-o funcional. O (re)arranjo desse espaço urbano foi guiado por algumas idéias centrais: o embelezamento, o sanitarismo e a civilidade, uma nova postura dos habitantes à altura do novo espaço criado. Isto implicava tanto na abertura de espaços públicos quanto na repressão aos comportamentos desviantes. Foram estas características centrais que serviram como linhas-mestras para a transformação deste modelo num paradigma a ser evocado em outros contextos urbanos: “*as realizações dos engenheiros contribuem para a coerência desta nova Paris, que logo se tornará um modelo de referência urbanística maior, tanto na França como no exterior*” (PICON, 2001, p. 66).

Este parâmetro urbano exigia a criação de uma infra-estrutura sanitária que livrasse a cidade dos miasmas, das águas paradas, das epidemias. Isto implicava tanto na canalização de águas e esgotos, quanto na abertura de vias de circulação para o ar, as pessoas e os veículos – e também as mercadorias. Significava

⁹ Hausmann made real the Idea of civic planning, not just in terms of specific architectural conceptions, but as an entire way of life, a system of interlocking elements which would both service and control its inhabitants. The influence of what was attempted and achieved in Paris between 1853 and 1870 is immeasurable: there is hardly a city in the western world today that does not evince its pioneering example, and even today an estimated sixty per cent of the city remains in some respect *Haussmannisé*. [tradução nossa; há edição brasileira desta obra, cf. Bibliografia]

¹⁰ Diferentemente dos princípios iluministas do século XVIII; ver sobre isso PICON, 2001.

principalmente o combate à aglomeração desorganizada das populações mais pobres, resultado tanto do êxodo rural quanto da atração exercida pelas novas fábricas e oportunidades de trabalho geradas pelo crescimento da cidade. O ataque aos cortiços e outros tipos de habitações populares dava-se, pois, em nome da saúde – mas também da beleza, da fluidez e do controle social. E revelava um outro aspecto dessa modernidade capitalista: seu viés conservador e excludente, nascido da “*leitura da cidade como um campo de confronto*”, gerando um “*desejo de pacificação social fundada no reconhecimento de segmentações irredutíveis complexas do corpo social*” (PICON, 2001, p. 87, 86).

Comentando as mudanças na historiografia sobre a Paris “*Haussmanissé*”, Heliana Salgueiro apresenta um resumo do significado das mudanças para a cidade:

A transferência de modelos, tema da atualidade na história do urbanismo, supõe uma reflexão atenta às modalidades e aos graus diversos de apropriação em cada país, especialmente no caso do modelo haussmanniano, cuja historiografia foi totalmente renovada nas interpretações que vieram à luz nos últimos decênios. Do simplismo datado e redutor que via na abertura dos *boulevards* apenas um ato deliberado para facilitar a marcha dos canhões sobre o povo e acabar com as barricadas, passou-se a estudar as respostas que a remodelação geral da cidade dava a representações anteriores e a problemas urbanos prementes de salubridade e circulação, o que significava equipá-la com ruas pavimentadas, praças arborizadas, parques, jardins, escolas, teatros, estações, esgotos, transportes, imóveis padronizados com fachadas em pedra e providos de água, luz e gás, medidas que, independentemente de qualquer ideologia e da especulação inerente a esse processo, trariam novas condições cotidianas de vida. (SALGUEIRO, 2001, p. 23-24).

Nesta listagem das alterações realizadas na cidade de Paris – e na maneira dos parisienses viverem, mesmo daqueles não beneficiados pelas reformas – estão os “sinais visíveis” da civilização. Nas diferentes regiões do mundo atingidas pela expansão do capitalismo e da cultura européia ocidental, esses aparatos, apetrechos e aparelhos urbanos passaram a representar concretamente a qualidade de vida marcada pela “civilização”.¹¹ No Brasil, essa “*transferência de modelos*” já ocorria desde o início do século XIX, porém ganhou força a partir da sua segunda metade. A inserção do país no processo mundial de “modernização” foi perseguida com dedicação pelas elites imperiais, e com ainda mais entusiasmo pelas elites republicanas.

A consolidação da ordem político-social interna, com o predomínio das elites conservadoras ligadas ao café, criou as condições para a implementação de um projeto nacional baseado na unificação territorial, na construção de uma identidade nacional, na estruturação de uma hierarquia excludente, e na modernização

¹¹ Para um exemplo latino-americano, ver a “cidade ordenada” de Lima (RAMÓN JOFFRÉ, 1997).

tecnológica. A liberação de capitais ocasionada pela efetiva proibição do tráfico negreiro transatlântico, mais os investimentos estrangeiros – majoritariamente ingleses –, lograram transformar alguns aspectos da sociedade brasileira, especialmente em termos tecnológicos, como as comunicações e os transportes.

As últimas décadas do século XIX viram o apogeu e a crise desse modelo que Eduardo Schnoor designou como “*ideal aristocrático de modernidade*” (SCHNOOR, 1995, p. 38): a vitória contra o Paraguai marcou o ápice do Império do Brasil como potência sul-americana. Marcou, também, a consolidação das duas forças sociais que acabariam por derrubar a Monarquia: o movimento abolicionista e o movimento republicano. A aguda crise vivida pela sociedade brasileira, entretanto, não terminou quer com o 13 de Maio, quer com o 15 de Novembro. Pelo contrário: as primeiras décadas da República foram um período de reacomodação, em que diversos grupos sociais tiveram que redefinir seu lugar, ou mesmo criar um novo espaço.

Este processo de transformações brasileiras deu-se em consonância com as mudanças que vinham de fora: já desde antes do Segundo Reinado havia um esforço deliberado por parte das elites imperiais para implantar no Brasil uma “monarquia européia nos trópicos”. Feitas as devidas ressalvas político-econômicas, tal projeto sobreviveu à própria monarquia, passando a incorporar também elementos estadunidenses: as (novas?) elites republicanas tiveram como objetivo viver, no Brasil, uma “*belle-époque tropical*” – na consagrada expressão de Jeffrey Needell.¹²

A apropriação de algumas características do modelo de transformação do espaço urbano era uma forma aparentemente viável de um país mais pobre aproximar-se do padrão de vida europeu/estadunidense, instalando parte da infraestrutura da modernidade. Isto era facilitado por características intrínsecas ao próprio processo de reformulação do espaço urbano, como sua concretude e visibilidade, bem como seu caráter explícito de representação. No caso específico do Brasil, essa política trazia uma série de vantagens correlatas: a possibilidade de ampliar o controle social sobre as emergentes classes populares, especialmente os negros e mulatos; a oportunidade de cunhar um novo projeto de identidade social

¹² Este tema tem sido trabalhado por uma ampla bibliografia. Sem a pretensão de esgotar as obras que abordam esta questão, citemos aqui apenas alguns autores: José Murilo de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos, Maria Stella Bresciani, Lilia Schwarcz, Robert Moses Pechman, Jeffrey Needell, Francisco Foot Hardman, Sidney Chaloub, Selma Rinaldi de Mattos, Sandra Pesavento, Heloísa Salgueiro, e outros. Para algumas obras sobre este processo em Minas Gerais, ver minha dissertação de mestrado, “*A Princesa de Minas*” (GOODWIN Jr., 1996)

para os núcleos urbanos, numa “política de branqueamento” cultural e de europeização dos espaços; a implementação de símbolos da nova ética do trabalho e do mundo civilizado.

Neste contexto, as intervenções urbanas visaram principalmente criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição. A modernização se torna então o princípio organizador das intervenções. Essa modernização terá, todavia, como sua principal característica a não-universalidade. De fato, as novas elites buscam desesperadamente afastar de suas vistas – e das vistas do estrangeiro – o populacho inculto, desprovido de maneiras civilizadas, mestiço. As reformas urbanas criam uma cidade “para inglês ver”. (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p. 59)

O que Heliana Salgueiro chama de “transferência de modelo”, é melhor entendido, portanto, como um processo de circulação de idéias e preceitos comuns àqueles que se identificavam com o mundo burguês; tais modelos urbanos não foram – e nem poderiam ter sido – simplesmente transplantados da Europa para cá: seus pressupostos e seus significados foram alterados. *“Cada elemento emprestado muda de sentido quando atravessa o Atlântico, uma vez que entra como argumento e torna-se instrumento do debate e enfrentamentos nacionais”*:

Não ocorreu apenas a metabolização das idéias, como, também, a escolha daquelas que melhor podiam ser utilizadas nas estratégias teórico-político-culturais dos atores na luta pela construção de um novo campo de saber e poder: o urbanismo. Estas estratégias foram influenciadas pelo *espírito da época*, isto é, pelo estado do debate sobre a sociedade brasileira organizado pelo campo intelectual, com suas concepções e diagnósticos. Não houve, portanto, um simples consumo dos produtos teórico-culturais. As teorias e modelos importados tiveram funções cognoscíveis da realidade e, ao mesmo tempo, legitimadoras dos atores e das suas escolhas históricas. (RIBEIRO, 1996, p. 18)

Ocorre então uma filtragem seletiva do que importar, que ao mesmo tempo molda uma abordagem da realidade, e legitima seus construtores. Em um artigo, escrito para publicação em jornal com o sugestivo título de “Inevitáveis empréstimos culturais”, Peter Burke analisa essa questão da passagem de elementos de uma cultura, ou país, para outra(o). Ele encontra num autor contemporâneo ao período aqui abordado uma referência explícita e desgostosa a esse processo:

Com certa amargura, Euclides da Cunha já descrevera o Brasil como “uma cultura de empréstimo” e seus cidadãos como “iludidos por uma civilização de empréstimo: respigando em faina cega de copistas tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações”. (BURKE, 1997, p. 3)

Mas é num exemplo tirado da literatura russa que Burke esclarece como essa apropriação funciona, iluminando o que ocorre no Brasil em relação ao modelo urbano europeu ocidental:

Também na Rússia houve um vivo debate entre “ocidentalizantes”, que viam no empréstimo cultural a única via para a modernização, e os “eslavófilos”, que prefeririam limitar a mudança ao âmbito das tradições locais. No romance “Fumaça”, de Ivan Turguêniev, o eslavófilo Litvinov envolve-se em discussões com o ocidentalizante Porugin. “Você diz”, declara Litvinov, “que deveríamos emprestar dos nossos irmãos mais velhos. Mas como podemos fazer empréstimos sem atentar para as condições do clima e do solo, as peculiaridades locais e nacionais?”. Ao que Porugin replica: “Você só rouba algo (...) que considera apropriado a você mesmo; isso por si só implica uma avaliação, uma seleção”. (BURKE, 1997, p. 3)

“Rouba-se”, “empresta-se”, apropria-se daquilo que passa por dois crivos: por um lado, cria identidade imediata e explícita com o contexto original. Por outro, faz sentido no novo contexto – claro está, sentido para o sujeito que conduz esse processo de seleção/apropriação. Assim, a partir de um movimento mais ou menos articulado, de reformulação do espaço urbano na Europa ocidental capitalista e industrializada, algumas partes, elementos do todo, passaram a sintetizar simbolicamente o processo – o todo sendo evocado nessas partes específicas. A aparência dos edifícios, o conjunto calçadas/lojas/ruas pavimentadas, artefatos tecnológicos e máquinas, como o telégrafo, o telefone, a eletrificação, o automóvel, passaram a representar o processo de urbanização. Em termos diretos, foram tomados por *sinais visíveis de civilização*, cuja existência aproximava uma cidade do mundo ao qual suas elites aspiravam pertencer.

O principal laboratório para os projetos de intervenção, que pretendiam adaptar o espaço urbano brasileiro aos preceitos do urbanismo capitalista, foi o Rio de Janeiro. Por ser a sede do poder político (Corte Imperial e depois Capital da República), por ser um dos principais centros econômicos do país, pela intensa vida cultural que apresentou durante todo o século XIX e início do XX, o Rio era uma cidade em constante agitação. Dos bailes da alta sociedade às rodas de dança nos terreiros da periferia e dos morros, das intrigas palacianas aos levantes populares nas ruas, o Rio era efetivamente o maior espaço de vida e cultura urbanas no Brasil. E como tal, sofreu as maiores intervenções promovidas pelos governos e pelas elites, ansiosos por adequar esse espaço aos parâmetros vigentes à época no chamado “mundo civilizado”. Isto incluía a prestação de serviços públicos:

O lixo era coletado, de longa data, em carroças, ficando a limpeza pública a cargo de pretos minas, libertos. Os moradores eram, entretanto, obrigados a manter limpas as testadas de suas casas até uma distância de trinta passos. Os carros coletores – alugados pelo Senado da Câmara e, após, pela sua sucessora, a Câmara Municipal – executavam a sua tarefa três vezes por semana. Em 1847, a parte central da cidade foi beneficiada com a coleta diária e dupla: pela manhã e à tarde. A irrigação das ruas só começou a ser executada em 1852, e, assim mesmo, nos logradouros percorridos pelas carruagens de gente de prol: caminho Novo de Botafogo, Catete e a estrada de São Cristóvão. (LOS RIOS FILHO, 2000, p. 105)

Mas significava, também, a intervenção da administração municipal no espaço público, em nome do bem comum:

Ao que parece, os administradores da Corte começaram a notar a existência de cortiços na cidade nos primeiros anos da década de 1850. Uma epidemia de febre amarela, em 1850, e outra de cólera, em 1855, elevaram bastante as taxas de mortalidade e colocaram na ordem do dia a questão da salubridade pública, em geral, e das condições higiênicas das habitações coletivas, em particular. Foi criada então a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública, e a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas. (CHALOUB, 1996, p. 29-30)¹³

Os últimos anos do Império e os primeiros da República foram de grande turbulência social. Apesar disso, a importância da modernização urbana não diminuiu. Pelo contrário, a República teve na reformulação do espaço urbano um dos seus principais elementos de legitimação. Sendo carregada de significados, cenário de representação por excelência, a cidade foi pensada como projeção pedagógica dos ideais da República.

A capital federal passou por uma profunda reforma a partir de 1903. Conhecida como Reforma Pereira Passos, nome do prefeito-engenheiro que a comandou à frente de vasta equipe, alterou profundamente a aparência da cidade, atingindo violentamente os moradores pobres do centro velho e da área portuária.¹⁴ Aliada a uma política de saneamento, marcava uma intervenção sem precedentes do Estado na organização dos grupos sociais no espaço urbano. José Murilo de Carvalho vê nessa intervenção governamental a raiz dos protestos que culminaram na Revolta da Vacina, em 1904 (CARVALHO, 1987, p.135ss). As transformações foram impactantes:

Em pouco menos de um ano, de 1903 a 1905, 590 edifícios no centro do Rio de Janeiro foram demolidos, incluindo muitos dos cortiços. A Avenida Central (mais tarde renomeada Avenida Rio Branco) tornou-se a viga-mestra das renovações, alinhada com instituições culturais refinadas exibindo o melhor da arquitetura beaux art parisiense. [...] Um triunfo pessoal de Paulo de Frontin, a nova avenida foi modelada nas ruas principais de Paris e mostrava a variante brasileira da civilização francesa desde a escolha das instituições que exibiam (artes, academia, jornalismo, o Estado, comércio, e o turismo) até à precisão das fachadas. (MEADE, 1997, p. 88, 89)¹⁵

¹³ Um instigante estudo sobre o processo de constituição de uma política “civilizadora” para a cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX é a obra de Robert Moses Pechman (2002), que além disso faz um inspirado uso da literatura como fonte para compreensão do período.

¹⁴ Entre as pessoas envolvidas na grande reforma dirigida por Pereira Passos, é interessante destacarmos a presença de Aarão Reis, engenheiro responsável pelo projeto e início das obras de construção da *Cidade de Minas*, atual Belo Horizonte, inaugurada em 1897.

¹⁵ In a little over a year, from 1903 until 1905, 590 buildings in the center of Rio de Janeiro were demolished, including many of the cortiços. The Avenida Central (later renamed Avenida Rio Branco) became the centerpiece of the renovations, lined with institutions of cultural refinement sporting the best of Parisian beaux art architecture [...] The personal triumph of Paulo de Frontin, the new avenue was modeled on the main streets of Paris and displayed the Brazilian variant of French civilization

Assim como em Viena ou Paris, essa intervenção não foi movida apenas por aspectos técnico-urbanísticos ou sanitários, ou por questões de controle social. Contemplando e indo além e acima de tudo isso, estava a vontade de construir um espaço que pudesse ser considerado “civilizado”.

A avenida havia sido planejada com objetivos que ultrapassavam em muito as necessidades estritamente viárias – ela foi concebida como uma proclamação. Quando, em 1910, seus edifícios ficaram prontos, e o conceito da avenida se completou, uma magnífica paisagem urbana passou a embelezar o Rio. A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente “civilizado” – duas muralhas paralelas de edifícios que refletiam o máximo de bom gosto existente – e um monumento ao progresso do país. [...] Frontin e seus sócios estavam bastante conscientes do simbolismo e do impacto que desejavam obter. As fachadas e as forças que elas representavam e incentivavam haviam sido tão cuidadosamente planejadas quanto o traçado da avenida. (NEEDELL, 1993, p. 60, 61)

Mas Jeffrey Needell chama a atenção para outras questões ligadas a essa reforma, e que nos ajudam a entender tanto o sentido, quanto os limites do processo de tradução e adaptação de um modelo urbano europeu ocidental para os trópicos. Como afirma o autor,

[...] deve-se atentar para o modo como se deu a adaptação desta influência ao Rio. Além da acomodação às circunstâncias locais – patente em edifícios como o Teatro Municipal – há uma outra, que aponta em direção a um clichê óbvio. Embora os grandes edifícios públicos governamentais, da Igreja, da literatura e das belas-artes fossem completos em si e integrados, a maior parte dos prédios da avenida apresentava uma fachada Beaux-Arts enxertada em uma construção simples e funcional, completamente divorciada, estética e funcionalmente, de sua aparência. Em suma, um corpo brasileiro com máscara francesa. [...] Embora muitas vezes lhes faltassem coerência *arquitetônica* em relação a suas fachadas, continuavam a cumprir um propósito adequado à função *simbólica* das mesmas. Afinal, por mais brasileiras que fossem, todas essas construções integravam-se a uma fantasia de Civilização. [...] A máscara acabava moldando os traços e afetando a visão do usuário. (NEEDELL, 1993, p. 66)

Needell chama a atenção, ainda, para o profundo impacto que certos aspectos da reforma causaram nas elites cariocas. Tais elementos eram considerados “sinais visíveis de civilização” pois pareciam poder, pela sua simples existência, aproximar a cidade dos grandes centros europeus.

Graças ao cenário parisiense, às fachadas Beaux-Arts, ao consumo de artigos importados em voga, aos consumidores perdulários, aos *flâneurs* elegantes e aos prédios monumentais destinados a celebrar a alta cultura eurófila, a Avenida Central tornou palpável a fantasia de Civilização compartilhada pelos cariocas de elite na *belle époque*. Ela também sugeria o potencial mágico conferido pelos cariocas à Civilização. (NEEDELL, 1993, p. 68)

Em sua clássica obra, *Trem-Fantasma*, Francisco Foot Hardman brinca com esse “potencial mágico” conferido à civilização, não apenas pelos cariocas, mas pelas elites cultas e ilustradas do Brasil inteiro – para não mencionar outros países do mundo, inclusive da Europa, e os Estados Unidos. Este autor usa a metáfora do progresso como uma *fantasmagoria* do progresso, movimento de imagens que não adquire concretude, porque derivadas de uma projeção mecânica que visa gerar uma ilusão ótica:

Nessa perspectiva, o espaço urbano da grande metrópole assume ele próprio a figura de uma aparição; pintores e literatos, a partir de pelo menos 1830, passaram a esboçar os traços dessa cidade-fantasma. Como os primitivos espetáculos de fantasmagoria, trata-se de manifestações fugazes, que desaparecem na velocidade dos novos meios de transporte, na mudança célere da paisagem industrial, no arruinamento prematuro das forças produtivas. [...] Moinhos abandonados, despojos fabris e humanos, cemitérios de trens, bairros novos já envelhecidos; são imagens como essas que preenchem o cenário da cidade-fantasma, resultantes da dialética entre o aparecer e o desaparecer. (HARDMAN, 2005, p. 41)

Este autor utiliza uma passagem de *Madame Bovary*, de Flaubert, em que os personagens visitam um estabelecimento fabril cujas obras ficaram inacabadas, para reforçar a impressão de que mesmo os “sinais visíveis da civilização” não são tão concretos assim:

Estamos também diante do esqueleto de uma obra fantasmática; entre a perspectiva do progresso e sua efetivação, há só sinais sem vida num terreno baldio. Como se qualquer tentativa de romper a circularidade dos valores provincianos esbarrasse em estruturas invisíveis mas persistentes. Vê-se assim que no longo trajeto do campo à cidade, com todos os seus estados híbridos e transitórios, a presença dos novos artefatos da Revolução Industrial desencadeia respostas diversas, paixões contraditórias, pinturas matizadas. (HARDMAN, 2005, p. 47)

O autor parece sugerir que, mesmo nos países centrais ao processo de desenvolvimento da “civilização” e do “progresso” burgueses, a construção deste mundo incorpora muito de irreal. Irreal quanto ao impacto das transformações geradas pelas novas máquinas e tecnologias, ou mais ainda quanto à universalidade dos benefícios por elas criados. Irreal, quanto à concepção linear do progresso e sua confusa relação com a evolução, como se uma como força irresistível e irreversível, levasse a humanidade a avançar ininterruptamente, sempre representando avanços e melhorias. Irreal, mesmo, quanto à perenidade desses “sinais visíveis de civilização” tão ardentemente buscados pelas elites, quer na Europa e Estados Unidos, quer nos países periféricos, como o Brasil. Nestes, até mais que naqueles, o caráter *fantasmático* dessas obras é realçado, pela incongruência entre a implementação de uma estética urbana burguesa e a permanência de relações

sociais assentadas sobre valores pré-capitalistas – como o fenômeno político do coronelismo irá demonstrar, ao longo de toda a Primeira República. Não apenas os trens são fantasmas, como também as reformas urbanas criam espaços de projeção e delírio, quando não de loucura e conflito, na tensão estabelecida entre aquilo que os *homens de imprensa* apresentam em seus textos, aquela cidade que eles querem ver e viver, e a cidade conhecida e vivenciada pelos demais habitantes, especialmente os trabalhadores mais pobres. Através dos jornais, os *homens de imprensa* apropriam-se de imagens do progresso, projetando-as na tentativa de exorcizar a tradição, que revivia o passado considerado atrasado.

Em termos gerais, podemos apontar ao menos três características gerais desse processo de apropriação dos modelos de cidade “civilizada”. A primeira característica, que este foi um fenômeno mundial. Os preceitos urbanos, sintetizados em projetos coordenados como a *Ringstrasse* ou a reforma de Haussmann, eram noticiados, propagandeados, difundidos, discutidos e implementados em diferentes regiões do mundo, através de livros, jornais e publicações, de imagens, de relatos de viajantes, e da exportação de trabalho qualificado e capitais para investimento, das regiões centrais (Europa Ocidental e EUA) para o restante do mundo. Algumas vezes, esses conceitos sustentavam um projeto orgânico, como a capital estadunidense, Washington, desenhada pelo francês Pierre Charles L’Enfant em 1791, ou a construção da capital mineira, Belo Horizonte, iniciada em 1894. Em muitas outras ocasiões, porém, não existiam as condições econômicas ou políticas para uma empreitada de tal porte. Nessas circunstâncias, pequenas reformas localizadas, a implantação de alguns equipamentos e instrumentos tecnológicos, a valorização de certos parâmetros estéticos (geralmente acompanhados da desvalorização das tradições locais), a implementação de um conjunto de regras de comportamento e convivência, eram os elementos com os quais as elites locais buscavam adaptar uma dada localidade à imagem que possuíam de uma “cidade civilizada”.

Outra característica é que, como afirmou o argentino José Luis Romero na sua clássica obra, este processo foi vivenciado de forma intensa pelas elites dirigentes nas repúblicas latino-americanas, as quais buscavam afirmar seu poder e

prestígio internos, bem como viabilizar a existência dos Estados que dirigiam. O pertencimento ao “concerto civilizado das nações” era condição necessária para atingir tal objetivo, pois se acreditava que esta identificação facilitaria a inserção no mercado capitalista internacional e, conforme esperavam aquelas elites, também a participação nos benefícios do progresso e do desenvolvimento técnico-econômico. Assim é que esses “sinais visíveis de civilização” passaram a ser vistos, também, como instrumentos nos combates pelo poder, e a relação de um indivíduo ou grupo social com o progresso passou a ser parâmetro de sua competência política e intelectual. Exemplo dessa tendência é dado pelo texto abaixo, publicado durante um embate político-eleitoral ocorrido em Diamantina, não apenas pela forma como é destratado o adversário da redação, mas principalmente por revelar o que aqueles *homens de imprensa* consideravam constituir “o progresso de uma cidade”:

Boa piada! // O jornal do sr. Olympio Mourão chamou o coronel Augusto Caldeira “negociante atrasado, que nunca viu festas, etc.” // Atrasado sempre foi o sr. Olympio Mourão, que nunca sahiu de Diamantina a não ser para Bello Horizonte e isto mesmo depois de velho; até quarenta e tantos annos o sympathico senador nunca tinha visto nem bondes, nem carros, nem locomotivas, nem jardins, nem nada que constitue o progresso de uma cidade. [...] O sr. Mourão é um político tão adeantado que o único districto em que elle já teve forte prestigio – o Rio Preto – admirado e pasmo de tanto adeantamento mandou-o ás urtigas e ampara valentemente o coronel Augusto Caldeira. // A Diamantina, sim, é hoje uma cidade adeantada; e para provar lançamos ao sr. Moura o seguinte desafio: // Si quizer, façamos no proximo domingo uma eleição seria e fiscalisada, apresentado-se S. Ex. ou outro qualquer 69 contra o sr. Vicente Torres. // Si formos derrotados, abandonamos a política. (A *Idéa Nova*, 19/06/1910)

A terceira característica desse processo, exposta por Luiz César Ribeiro e Adauto Cardoso em citação acima, é seu perfil elitista e excludente. As idéias e projetos vinculados aos modelos urbanos capitalistas eram apresentados como sinal da superioridade cultural de um determinado grupo social, as classes dirigentes e, ao mesmo tempo, revelariam a inadequação dos valores, práticas e formas de vida de outros grupos sociais, notadamente as classes trabalhadoras e os habitantes mais pobres das cidades e seu entorno. No caso específico do Brasil, isto significava reforçar o caráter “moderno” (ligado à Europa e aos EUA) das cidades brasileiras, em detrimento das formas tradicionais de estruturação do espaço e da vivência urbanos – decorrentes do passado colonial português, ou ainda pior, de práticas indígenas sobreviventes e da miscigenação cultural resultante da grande quantidade de africanos trazidos pelo tráfico negreiro transatlântico. Já na Europa Ocidental e nos Estados Unidos os conceitos e pressupostos que nortearam as intervenções

urbanas possuíam uma faceta excludente; aqui no Brasil, este aspecto foi aprofundado, assumindo características próprias:

Conectar-se com a nova paisagem do cosmopolitismo: eis o desafio lançado aos técnicos, engenheiros e outros empreendedores ativos das classes dominantes brasileiras na segunda metade do século XIX [...] apóstolos do progresso e reformadores das relações *técnicas* de produção (sem que isso implique necessariamente laivos reformistas no plano das relações sociais de produção) iriam aparecer com frequência crescente, em especial após 1850. (HARDMAN, 2005, p. 95)

Fenômeno a atestar a entrada do país no mundo civilizado, ao mesmo tempo em que (re)ordenava internamente o país, a transformação do espaço urbano aos moldes “civilizados” encarnava todos esses desejos, os quais Jeffrey Needell detectou nas elites cariocas. Mas que também se manifestavam nas montanhas acima do Rio de Janeiro, em direção às Minas Gerais. Naquelas serras circularam textos, livros, viajantes; ali ocorreu o contato com o estrangeiro, que fazia chegar notícias difusas sobre as intervenções urbanas na Europa, as experiências urbanas na América do Norte e em outros países da América Latina. Em várias cidades de Minas Gerais, as elites regionais e locais procuraram transformar o espaço urbano, tornando-o cada vez mais “civilizado”, buscando criar um ambiente ordenado, propício ao progresso da nação.

1.3. Paris em Minas Gerais?

Em Minas Gerais o processo de urbanização assumiu características um pouco diferenciadas, devido às peculiaridades regionais – a província, depois estado, concentrava a maior população brasileira, bem como o maior número de núcleos urbanos do país. A mineração, acompanhada da agricultura e do comércio, haviam motivado o surgimento de diversos lugarejos, freguesias, arraiais, muitos dos quais se tornaram vilas. Durante o século XVIII, por exemplo, o conjunto de núcleos urbanos em Minas Gerais era de tal monta, que não havia em todo o continente americano concentração populacional urbana comparável.

Assim, é legítimo falar-se de uma vocação urbana em Minas Gerais, em que pese ser esta trajetória entrecortada por diversas diferenças, em variados campos da realidade urbana. Trata-se, enfim, de reconhecer a existência de uma história densa do fenômeno urbano em Minas Gerais, singular nos quadros da trajetória histórica brasileira. Atente-se, em primeiro lugar, para a própria multiplicação de núcleos urbanos. Minas Gerais como capitania, como província, como Estado, terá sempre o maior número de unidades urbanas do Brasil. (PAULA, 2000, p. 38)

O processo de intensificação da urbanização a partir dos novos parâmetros europeus oitocentistas será vivenciado em Minas Gerais por populações já enraizadas na cultura urbana, acostumadas a regras de convívio, sociabilidade, formas de abastecimento, lazer, estruturas de serviços, cultura formal. Em muitos núcleos urbanos mineiros existiam tradições – em alguns casos seculares – de cultivo da arquitetura, da literatura, da música, das artes plásticas. A nova civilidade, construída a partir do modo de vida capitalista europeu que se expandia por todo o globo, encontraria nesses núcleos populacionais, em suas elites, em suas populações como um todo, uma forte cultura de vivência urbana.

Essa cultura citadina preexistente não tornou mais fácil a implantação da modernidade capitalista – pelo contrário, será um dos principais pontos de atrito entre os defensores da nova urbanidade e as populações locais. Mas não impediu a transformação do espaço urbano num símbolo da inserção mineira no mundo desenvolvido. Fazendo-se necessária uma representação do progresso, as cidades prestavam-se ao papel de *vitrines*, pois ali se concentravam os *sinais visíveis da civilização*: a remodelação do espaço, os melhoramentos sanitários, o ambiente escolar, os equipamentos e aparelhos tecnológicos, a cultura da civilidade. A impressionante empreitada do recém-empossado governo republicano de Minas Gerais antecipou a reforma que Pereira Passos conduziu no Rio de Janeiro. A partir de 1894, Aarão Reis, e depois Francisco Bicalho, ambos engenheiros da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, puderam traçar – sobre o esvaziado sítio do Arraial de Belo Horizonte, demolido para esse fim – uma *Cidade de Minas* que deveria realizar plenamente os princípios urbanísticos europeus oitocentistas.¹⁶

Construir uma cidade moderna significava praticamente copiar um repertório urbanístico em voga no estrangeiro. E assim procedeu a Comissão, que se apoiou em conhecimentos e experiências que haviam sido desenvolvidas na Europa, ao longo do século XIX, e que se difundiam para os países periféricos, geralmente em forma de clichês. (JULIÃO, 1996, p. 54)

Assim, a construção de Belo Horizonte, acontecimento aparentemente circunscrito, revela-se exemplar, não somente para mostrarmos como se afirma a relação entre urbanismo e arquitetura no final do século XIX no Brasil, mas, sobretudo, para refletirmos sobre a transferência das categorias de pensamento e de modelos formais franceses que alimentam a geração de seus conceptores. (SALGUEIRO, 2001, p. 137)

Esta impressionante experiência urbana não ocorreu, porém, sem contradições ou angústias. Embora desprovida de uma tradição urbana, a nova capital tornou-se pólo de atração de pessoas oriundas de diversas regiões de Minas

¹⁶ Sobre a construção de Belo Horizonte, ver entre outros, DUTRA, 1996; *Varia Historia* 18, 1997.

Gerais, e de outras partes do Brasil e do exterior – ali pois ali se formaram várias colônias de imigrantes, com destaque para os italianos. Todos esses recém-chegados traziam consigo tradições e concepções sobre como viver em um ambiente urbano, assentadas em experiências prévias ou em expectativas e anseios. A passagem de um mundo para outro deixou suas marcas na produção literária de vários intelectuais mineiros, tema do estudo de Luciana Teixeira de Andrade sobre “*as representações ambivalentes da cidade moderna*” nos textos de Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos e Pedro Nava, expoentes da literatura modernista (ANDRADE, L., 2004).

A ambivalência destes autores diante da nova cidade moderna reforça, em parte, o caráter fantasmático que Francisco Foot Hardman percebe nos artefatos da modernidade. Para eles, a cidade era o “*lugar da perda das referências físicas, sociais e afetivas*”, espaço artificialmente construído:

A artificialidade aparece em Cyro e em Drummond, ainda que com conotações distintas. Em Cyro ganham um significado positivo na medida em que ele vê na ausência de passado e tradição um ponto a favor das novas gerações. Já em Drummond, essa é uma das representações mais recorrentes, mas sua avaliação é sempre negativa. O artificial é contraposto ao humano e ao poético. Para Nava, Belo Horizonte era uma cidade jovem e americana, mas esse aspecto não mereceu destaque nas suas memórias. (ANDRADE, L., 2004, p. 176)

Esse caráter projetado da modernidade, razão e consequência da construção da nova capital, carrega consigo a volatilidade das ilusões. Pois ao mesmo tempo em que demonstravam ceticismo e desconfiança diante das características modernas da nova capital, “*a mais consensual e determinante*” representação que aqueles autores construíram sobre a cidade foi seu caráter provinciano, “*por seu tamanho, sua vida social restrita e seu conservadorismo. Cyro e Drummond ainda acrescentaram a condição de periferia*” (ANDRADE, L., 2004, p. 177). Belo Horizonte tornava-se, assim, a encarnação plena da modernidade urbana – tanto em seus aspectos intencionalmente modernos, quanto em seus defeitos e limitações.

A nova capital, porém, não foi a única – nem a primeira – tentativa de implementar os princípios urbanísticos da Europa Ocidental em Minas Gerais. Duas outras cidades exemplificam algumas características desse processo de adaptação das aspirações “civilizatórias” às possibilidades concretas de cada local, que se mesclavam à exclusão social, ao mandonismo político, à concentração econômica. Diamantina, pólo urbano do Norte-Nordeste mineiro, e Juiz de Fora, capital regional da zona da mata, a Sudeste.

Essas cidades viviam momentos diferentes de sua urbanização. Em ambas, porém, havia uma imprensa preocupada com a cidade como espaço moderno, belo e ordeiro, saudável e progressista. Seus principais jornais locais avaliavam o espaço urbano a partir da relação entre o passado e o futuro, entre o atraso e o progresso. Nessas páginas de papel, construía suas cidades civilizadas.

Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina

O antigo Arraial do Tejuco é um bom exemplo de núcleo urbano que se formou pela mineração ao final do século XVII. A descoberta de diamantes, oficializada no início do século XVIII, emprestou características próprias à organização da administração colonial em torno da localidade, pois a Coroa portuguesa buscou controlar a circulação das preciosas pedras. O regime de contratos durou de 1739 a 1771, período em que surgiram grandes fortunas, rompantes de extravagância e luxo, lendas e mitos – como o romance da ex-escrava Francisca da Silva com o contratador de diamantes João Fernandes.¹⁷ Também foi um regime marcado por conchavos entre as elites locais, ligadas ao contratador, e as autoridades da administração portuguesa. Tais redes paralelas de poder consolidaram-se, facilitando o contrabando e outros desvios da lei. Essas redes constituíram-se a partir da confluência de interesses entre aqueles que detinham o poder local e os que ocupavam cargos de fiscalização em nome da Coroa. Alguns casos terminaram em ações contra os próprios contratadores e, em 1771, a Coroa instituiu a Real Extração, monopólio sobre os diamantes que durou, ao menos oficialmente, até as primeiras décadas do século XIX, já no Império do Brasil.

Essa história diferenciada ajuda a revelar uma importante característica da sociedade diamantinense desse período, a tensão entre um “rigor crescente da legislação” e a prática cotidiana. Uma tensão promovida não apenas pela desobediência da população de baixa renda, em sua busca por melhores condições de vida, mas também pelas organizações sociais, como as confrarias religiosas, que buscavam garantir seu espaço, muitas vezes à revelia das leis metropolitanas.¹⁸ Era um ambiente urbano socialmente dinâmico, heterogêneo e muitas vezes conflituoso. Que aponta para um dos mais importantes elementos a serem vencidos para a

¹⁷ Há várias obras sobre esse tema. Uma recente análise é o livro de Júnia Furtado (2003).

¹⁸ Para uma análise do papel das confrarias, ver BOSCHI, 1986 e 1988.

implantação do modelo urbano da “cidade do progresso”: a própria população e suas práticas sociais.

As alterações coroadas pela independência política sob D. Pedro I tiveram grande impacto sobre a região. As estradas, antes tolhidas ou vigiadas, foram abertas e incentivadas. O comércio entre as localidades cresceu pela ampliação do mercado abastecedor regional, e as exportações para a Corte no Rio de Janeiro e o sul-sudeste da Província – região que crescia com o café, como na Zona da Mata. Em 1831, finalmente foi reconhecido o desenvolvimento do arraial, com sua elevação à categoria de Vila em 13 de outubro, sede de município, com o nome de Diamantina; a elevação a cidade data de 06 de março de 1838.¹⁹ A autonomia política foi o mote para o início de uma disputa entre as elites diamantinenses e do Serro no campo político, econômico e principalmente cultural. A extinção formal da Real Extração em 1832 (efetivada na prática em 1841) liberou o garimpo do diamante, que se manteve em um nível razoável, acompanhado em menor escala do ouro; o algodão transformou-se em outra fonte de riqueza, exportado para o mercado inglês.

Essas transformações fizeram com que as elites diamantinenses do início do século XIX vivessem um período de enriquecimento e refinamento que chegou a impressionar até viajantes estrangeiros, como o francês Saint-Hilaire ou o alemão Von Eschwege – que veio residir e trabalhar na cidade. As transformações de hábitos e costumes vividos pelas elites ocorreram desde a chegada da Corte portuguesa em 1808, intensificando-se com a abertura para influências francesas e britânicas e o processo de independência. A cultura formal em moldes europeus, adaptada à realidade escravocrata e senhorial do Brasil, tornou-se marca das elites locais, fortalecendo as distinções sociais, acrescentando mais um elemento de segregação e hierarquização. Era a autodenominada “boa sociedade”: branca, livre do trabalho, proprietária e culta.

Por força da mineração, o Alto Jequitinhonha tornou-se espaço de maior presença da autoridade estatal, desenvolveu rede urbana um pouco mais densa, interagiu mais amiúde com as áreas dinâmicas do Sudeste brasileiro. Especialmente em Diamantina, a influência européia marcou mais profundamente a cultura local, por força da atuação da burocracia governamental e, a partir da década de 1860, do clero católico e dos educandários dirigidos por freis e freiras lazaristas. A alcunha de “Atenas do Norte”, que as elites de Diamantina deram à sua cidade nas décadas iniciais do século, é indício revelador da atenção devotada à alta cultura nessa porção do vale do Jequitinhonha, notabilizada pelas serestas, os arraiolos, os saraus e as trovas – essas manifestações tão portuguesas na origem. (MARTINS, 2001, p. 58)

¹⁹ O distrito já havia sido desmembrado do Serro em 1819; cf. COUTO, 2002, p. 98-101.

A imprensa diamantinense floresceu, fortalecida pelo intenso debate político entre as elites regionais. Vários jornais foram produzidos na cidade, totalizando mais de 70 títulos diferentes durante o século XIX. O primeiro jornal republicano de Minas Gerais foi *O Jequitinhonha*, publicado a partir de 1869. Essa produção jornalística mostra a importância que a “cultura das letras” assumiu para as elites locais, como também a capacidade destas na demonstração simbólica de sua crescente adesão à modernidade. Mesmo em um ambiente de alfabetização extremamente diminuto – ou até por isso mesmo, já que também aqui a modernização não foi universal.²⁰

Em 1853 a Igreja Católica implementou o episcopado em Diamantina, intensificando sua presença institucional e iniciando um processo que visava a moralização, regulamentação e enquadramento do catolicismo popular dentro das normas consideradas corretas pela hierarquia eclesiástica. Por um lado isso significou uma presença mais forte da Igreja Católica nas questões políticas e sociais da cidade, criando vários empreendimentos: o Seminário (1867), a fábrica de Biribiry (1876), o jornal *A Estrela Polar* (1903). Também significou uma atuação dos bispos em prol de projetos de desenvolvimento regional e mesmo de caridade social. Por outro lado, porém, esse fortalecimento do Catolicismo institucional significou a oposição da hierarquia católica às práticas e costumes tradicionais, buscando reprimir as manifestações consideradas sincréticas ou imorais, especialmente as de cunho popular.²¹

As décadas de 1860-1870 formam um período de grave crise econômica. Os preços dos diamantes caíram, consequência da descoberta de jazidas na África do Sul; pouco depois caíram os preços e a demanda do algodão, resultado tanto da exploração britânica do algodão indiano quanto da recuperação da lavoura algodoeira do sul dos Estados Unidos após o fim da Guerra de Secessão. Para o Império do Brasil, foi uma época de investimentos em processos de modernização econômica e de diversificação das atividades produtivas. Parte das elites

²⁰ Sobre a relação da imprensa com o público leitor, ver o próximo capítulo.

²¹ Sobre a constituição da diocese em Diamantina e a ação dos bispos, ver FERNANDES, A. C. 2005. Sobre a atuação eclesiástica no campo moral, ver SANTOS, D., 2004.

diamantinoses assumiu esse discurso alternativo para o progresso e desenvolvimento da cidade e região.²²

Nesse contexto surgiram os periódicos republicanos, como também as discussões sobre o fim do trabalho escravo. Alguns membros da elite diamantina investiram na implantação de um aparato educacional na segunda metade do século. Para isso apoiaram, inclusive financeiramente, as escolas fundadas por ordens religiosas francesas, visando capacitar seus filhos e filhas para atender às novas demandas colocadas às elites dirigentes. Também incentivaram a abertura de escolas noturnas, visando preparar as classes trabalhadoras para atuar nas novas condições de trabalho que se configuravam, especialmente após a Lei Rio Branco – que indicava claramente o fim do trabalho escravo.

Paralelamente houve uma grande preocupação em se encontrar caminhos para uma melhor utilização dos recursos naturais, para uma agricultura mais racional e produtiva, para investimentos em transportes e melhorias na cidade.²³ A principal inspiração urbana seguida pelas elites diamantinoses – assim como ocorreu em várias outras cidades do Brasil – foi o Rio de Janeiro. Primeiro como Corte, depois capital da República, o Rio funcionou como uma espécie de prisma pelo qual passavam as “luzes da civilização”. Refratados e projetados a partir desse ponto focal (mas não único), os raios da cultura do progresso espalharam-se sobre o país. Através de um intrincado jogo de reflexos e espelhos, esses raios banharam também Diamantina.

O traçado próprio desse caminho ainda está para ser pesquisado, mas parece ter envolvido múltiplos vetores. Contatos pessoais com a nova cultura, através dos filhos das famílias abastadas que iam estudar nos grandes centros urbanos, como Juiz de Fora, Ouro Preto ou o próprio Rio de Janeiro. Ou pelos tropeiros, comerciantes e viajantes que iam à capital do país, ou que dela chegavam a Diamantina, fazendo circular mercadorias, notícias e opiniões. Havia uma atenção especial por parte da imprensa em noticiar a participação de pessoas da região em eventos vinculados ao progresso e à modernidade, especialmente quando isto representava o enaltecimento local:

²² Para a crise dos preços após 1860, cf. Douglas Libby (1988). Para as tentativas de elaborar projetos de desenvolvimento regional, inclusive através da escolarização, ver Marcos Lobato Martins (2004).

²³ As propostas para um uso “racional” das riquezas naturais e da agricultura já eram comuns na região desde o século XVIII, cf. MENESES, 2000.

Primeiro Premio // Na exposição industrial realizada no mez passado, em Bello Horizonte, o nosso conterraneo, pharmaceutico Redelvim Andrade, foi premiado, por seus productos pharmaceuticos, que mereceram da commissão julgadora o primeiro premio, na classificação offerecida. (*Diamantina*, 13/12/1913)

Não era incomum pessoas da região assumirem posições de destaque em outras áreas de Minas Gerais, como na distante Juiz de Fora. Um exemplo é o Dr. Francisco Vicente Gonçalves Penna: médico nascido em Diamantina, clinicou em Ouro Preto, foi diretor do Jardim Botânico de Sete Lagoas, ocupou vários cargos eletivos, inclusive a presidência da municipalidade e, no município de Leopoldina, organizou a “Companhia Estrada de Ferro do Pirapetinga”, depois ramal da Leopoldina. Em 1880 mudou-se para Juiz de Fora, onde faleceu (*A Idéa Nova*, 24/01/1909). Algumas vezes, porém, a origem local das pessoas não era motivo de orgulho para a imprensa diamantinense:

Ladra diamantinense no Rio // Ha tempos, no Rio, foi assaltada a casa do 1o. Tenente Gentil de Alencar, Commisario da Armada, sita na rua Jockey Club, no. 9. [...] Continuando as averiguações policiaes, foi presa ha poucos dias a creada do 1o. Tenente, por suspeita de cumplicidade no roubo. É uma preta muito esperta, de cerca de 40 annos; disse à auctoridade ser natural de Diamantina. [...] Chama-se Theresa Maria de Jesus. (*A Idéa Nova*, 25/08/1907)

Idéias e posturas circulavam através de jornais e revistas, publicados muitas vezes no Rio de Janeiro. Mas circulavam também os periódicos de outras cidades mineiras, mais envolvidas no “processo civilizatório”, como Ouro Preto, Juiz de Fora, e depois Belo Horizonte, a nova capital. Sobre Juiz de Fora, a maior e mais desenvolvida cidade mineira de então, eram publicadas notícias regularmente, destacando inclusive os eventos ligados aos próprios jornais, principal meio pelos quais as redações em Diamantina informavam-se sobre o que ocorria em outras regiões mineiras, daí repassando as informações aos seus leitores.

(Sete

de Setembro, 12/06/1887)

Num artigo sobre a fundação da sociedade “Linha de Tiro” em Diamantina, o articulista menciona tratar-se da “2ª. *installada neste Estado [...] cabendo a primazia á que está funccionando, desde o 18 do mez passado, em Juiz de Fora, cidade que está para o Sul de Minas como Diamantina está para o Norte*” (A *Idéa Nova*, 30/05/1909). Na ata publicada da sessão da Câmara Municipal, reunida em 15 de janeiro de 1910, a instituição de um feriado municipal na data de elevação de Diamantina a cidade foi defendida pelo exemplo juiz-forano: “*Considerando que o municipio de Juiz de Fóra e outros do sul de Minas adoptaram como feriado municipal o dia em que, por lei foi elevada à cathegoria de cidade*”. (A *Idéa Nova*, 03/04/1910).²⁴

A influência de Juiz de Fora se manifestava também de outras formas. Uma notícia publicada sobre dois alunos diamantinenses, Aureliano de Campos Brandão e Octavio do Nascimento Lima, aprovados com distinção no “*importante estabelecimento de Juiz de Fóra*”, o “*Gymnasio ‘O Granbery’*” (A *Idéa Nova*, 10/04/1910), sugere a influência daquela região sobre a formação dos filhos das elites diamantinenses.

Esta abertura à cultura externa, não apenas de Juiz de Fora, é muito visível nos jornais locais. Peças de teatro, modas e costumes, artefatos e mecanismos

²⁴ O projeto recebeu parecer favorável, sendo votado e aprovado na sessão de 01 de fevereiro, cuja ata foi publicada em 10 de abril. A data em questão é o dia 06 de março.

eram apresentados a Diamantina, com grande destaque dado ao seu caráter *moderno e civilizado* – como mostram de forma explícita os anúncios e reclames dos jornais locais do período. Dois exemplos do Natal de 1898:

Theatro // Importante Companhia Dramatica sob a direção scenica do provecto actor A. Coimbra e da qual faz parte a primeira dama // Sophia Bittencourt // BREVEMENTE! BREVEMENTE!
Chegará a esta importante cidade esta companhia dramatica, cujos artistas têm trabalhado nas principaes cidades da Republica e ainda há pouco em Ouro-Preto e Bello Horizonte. [...] (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)

“A Estação” / JORNAL DE MODAS PARISIENSES / *Dedicado às senhoras Brasileiras* [...] O texto clara e minuciosamente explica todos esses desenhos, indicando os meios de executá-los de per si; além da parte litteraria, noticiosa, recreativa e util, escripta especialmente para as leitoras desse jornal . (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)²⁵

O período de fim-de-século assistiu à intensificação do discurso em torno da modernização da região, de sua transformação para inserção no novo mundo capitalista-industrial no qual o Brasil procurava firmar-se. Diamantina viu acontecerem várias obras de intervenção e melhorias no espaço urbano, como a construção de escolas, hospitais, hospício; algumas ampliando inclusive o horizonte arquitetônico da cidade, como o passadiço construído pelo inglês John Rose para o Colégio Nossa Senhora das Dores em 1887.

Multifacetada, a recepção desse conjunto de idéias, práticas e conceitos deu-se de forma fragmentada, e como em qualquer outro lugar, sofreu um processo de tradução e adaptação às realidades locais. Diferentes grupos da sociedade diamantinense participaram desse processo. Entre esses, a imprensa colocou-se não apenas como mais um grupo: mais do que porta-voz, apresentou-se como porta-estandarte, a guiar o caminho em direção ao progresso.

Cidade do Parahybuna, ou do Juiz de Fora

Ao longo do século XIX, a diversificação econômica e a expansão geográfica levaram ao surgimento e consolidação de novos núcleos urbanos em Minas Gerais. A cidade de Juiz de Fora é fruto desse processo, principal núcleo urbano da Zona da Mata, a região mais dinâmica da economia mineira oitocentista. O processo de

²⁵ Publicado na capital federal, sua assinatura para o interior custava 15\$000 por semestre, quantia correspondente ao preço de 15 quilos de carne de porco, ou 15 galinhas, conforme preços correntes do mercado publicados nos jornais de Diamantina. Para uma análise dos anúncios nos jornais, ver o capítulo 4.

implantação da modernidade urbana de fim-de-século em Juiz de Fora terá bases muito diferentes daquelas encontradas em Diamantina.

A ocupação da região ocorreu de forma esparsa e descontínua durante todo o século XVIII, intensificando-se após a abertura do Caminho Novo, que ligava as regiões auríferas ao Rio de Janeiro. Ao longo dessa rota foram criadas roças, pousos de descanso e abastecimento. A principal atividade econômica passou a ser, a partir da década de 1820, a cafeicultura, atraindo pessoas e investimentos tanto da Província do Rio de Janeiro quanto das áreas mineradoras mineiras.²⁶

Em 1836, por incumbência do governo da Província de Minas Gerais, Henrique Guilherme Fernando Halfeld construiu uma nova estrada ligando Vila Rica à Província do Rio de Janeiro. A nova estrada modificou a antiga e alterou o padrão de ocupação da região:

Com essa alteração, torna-se deserta a região anterior, a qual dependia fundamentalmente dos que por ali passavam e, agora, se transferem para as margens da nova estrada, aí morando uns próximos aos outros e não mais em núcleos por fazendas, como vinha ocorrendo. Esta circunstância provoca o início da urbanização local [...] (RAINHO, 1979, p. 3)

Em 31 de maio de 1850 foi criado o município de Santo Antonio do Parahybuna, sendo a sede da paróquia a capela de Santo Antônio do Juiz de Fora. Em 1856, a *villa* foi elevada à condição de *Cidade do Parahybuna*. Em 1865, seu nome foi alterado para *Cidade do Juiz de Fóra*.²⁷

Nascida às margens de um caminho, a cidade continuou a ter nas estradas um importante elemento do seu desenvolvimento. Em 1852, Mariano Procópio Ferreira Lage obteve do governo concessão para construir uma estrada “*tendo em vista encurtar a viagem entre a Côrte e a Província de Minas Gerais*” (*Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes de 1865*, p. 45). A inauguração da estrada da Companhia União & Indústria, realizada a 23 de junho de 1861 na estação de Juiz de Fora, contou com a presença do Imperador, da Família Imperial, e de diversas autoridades do governo central.²⁸ Algum tempo depois o governo imperial viria a encampar a companhia, fortalecendo a Estrada de Ferro D. Pedro II, a qual tornou-se o corredor principal de escoamento da produção regional,

²⁶ Ver Mônica Ribeiro de Oliveira (2005).

²⁷ A origem deste nome é incerta, ora atribuída ao cargo de um dos antigos proprietários da região, ora a um ocupante deste cargo que visitava a região no início do século XIX. Para um resumo da questão, ver Paulino de Oliveira, 1966, p. 14-17.

²⁸ Ver *Viagem Imperial de Petrópolis a Juiz de Fora...*, 1919.

especialmente da cafeicultura. As ligações com a Corte tornavam-se mais rápidas e frequentes.

A formação das elites juiz-foranas foi o resultado de diferentes processos de enriquecimento: a transferência de capitais das decadentes áreas de mineração; a agricultura de abastecimento, voltada para o mercado interno (a princípio, de outras áreas da Província, e mesmo da Corte; depois, da própria região); o comércio urbano; e principalmente os negócios ligados ao cultivo, ao fornecimento de mão-de-obra, ao transporte e à exportação do café.²⁹

As diferentes atividades originais não impediram, porém, a consolidação de um grupo coeso. Especialmente a partir da década de 1840, as elites juiz-foranas almejaram o controle político dos destinos da região e a defesa da cafeicultura, fonte da riqueza que sustentava todas as demais atividades, rurais e urbanas. O primeiro objetivo foi formalmente alcançado com a instalação, em 1853, da Câmara Municipal, inaugurando um novo momento para essas elites. O segundo objetivo é constante durante todo o século XIX, transparecendo inclusive em algumas das decisões políticas tomadas pela liderança da cidade.

Além dos interesses econômicos, práticas sociais sedimentavam este grupo. Os vínculos familiares, como em todo o Império, construía uma forte rede de relações, apoio e favorecimento. Estas elites, ligadas por laços de família e outras formas de relacionamento, procuraram ainda construir um aparato cultural que refletisse seu poder.³⁰ Até meados da década de 1860, já haviam sido construídos a Capela de Nosso Senhor dos Passos, decorada pelo artista espanhol José Maria Villaronga; a Santa Casa de Misericórdia, em cujo interior Joaquim da Rocha Fragoso, futuro retratista do Conde d'Eu, pintou o Barão de Bertioga e sua esposa; o Teatro da Misericórdia e um chafariz (CHRISTO, 1995, p. 64-65). Ao final da década Villaronga seria chamado novamente, desta vez para trabalhar na nova Casa da Câmara (*Ata da Sessão de 30 de Maio de 1870. Livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Abril/1866 - Agosto/1872*).

As elites juiz-foranas buscaram adequar-se ao modelo de vida proposto pelas elites da Corte, o Rio de Janeiro. A imprensa local noticiava com freqüência os eventos relativos à *boa sociedade* juiz-forana, destacando os laços que uniam as

²⁹ Ver ALMICO, 2005.

³⁰ Para a construção dessas redes de relacionamento entre as famílias da Corte, ver Ilmar Rohloff de Mattos (1994). Para um exame dessas redes entre os membros da elite juiz-forana, ver Patrícia Falco Genovez (1996).

famílias mais prestigiadas da região. O *Pharol*, por exemplo, cuidava em que as ocasiões especiais na vida dos membros das famílias mais destacadas da cidade fossem divulgadas. Lindolpho de Assis, que substituiu Dupin à frente do jornal em 1885, estabeleceu uma coluna intitulada *Correio das Salas*, onde eram noticiados os aniversários dos líderes locais e de seus familiares.³¹ Antes dele Dupin já fazia questão de destacar os feitos dos filhos da elite, como quando se bacharelou “*em sciencias sociaes e juridicas o illustrado academico Sr. José Miranda Ribeiro*” (*Pharol*, 18/11/1877); Lindolpho louvou a aprovação, no segundo ano da Faculdade de Direito do Recife, do Sr. Luiz Penna, que passava suas férias em Juiz de Fora (*Pharol*, 10/04/1886). Feitos mais singelos, como a doação de uma talha d’água para a escola do sexo masculino, feita pela “*menina Almerinda Silva*”, filha de 10 anos de Alberto Henrique Corrêa e Silva, eram igualmente exaltados (*Pharol*, 20-21/01/1887). No novo século republicano, a prática foi mantida:

Consórcio // Realizou-se sábbado, conforme noticiamos, o casamento do sr. dr. Oscar Vidal Barbosa Lage, digno vereador pela cidade, com a gentil senhorita Maria Violeta Belfort de Arantes, dielcta filha do sr. coronel Alexandre Belfort de Arntes, importante lavrador e capitalista neste município. // O acto civil effectuou-se às 4 ½ horas da tarde na fazenda de Salvaterra, de propriedade do pae da noiva e do sr. coronel João Gualberto de Carvalho. Presidiu a esse acto o 1º. juiz de paz da cidade, sr. commendador Manoel José Pereira da Silva, servindo de escrivão o sr. Herculano Gopnçalves da Silva. // Foram testemunhas por parte da noiva, o sr. coronel João Gualberto de Carvalho e sua exma. sr.a d. Anália de Campos Carvalho, e por parte do noivo, o sr. dr. Carlos de Figueiredo Rimes. [segue a descrição da festa]. (*Jornal do Commercio*, 09 /01/1906)

Os jornais publicavam também notícias de outras partes do mundo – a morte de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, por exemplo, foi evento muito destacado (*Jornal do Commércio*, 20/01/1906). Durante a década de 1880, o principal jornal da cidade, *O Pharol*, publicou textos literários e folhetins dos autores estrangeiros e brasileiros mais conceituados, como Edgar Allan Poe, Guy de Maupassant, Paul Féval, Gustave Le Bon, Alexandre Dumas; Machado de Assis, Arthur Azevedo, Aluísio de Azevedo, Júlio Ribeiro. Estes folhetins apontam para a existência de públicos leitores diferentes, em relação às notícias políticas.

Os anúncios publicados na imprensa de Juiz de Fora também sinalizavam a difusão de hábitos e costumes modernos:

A elite juiz-forana encontra tais artigos em diversas lojas da cidade, anunciantes regulares no *Pharol*. Móveis austríacos e norte-americanos, massas italianas, gelo, livros europeus, vinhos

³¹ Ele utilizou-se desta coluna para homenagear a família Dupin: a coluna é inaugurada pouco após assumir o jornal, a 03 de Dezembro de 1885, registrando o aniversário da sra. Guilhermina Dupin. Durante o ano de 1886 registra o de George Charles Dupin a 02 de Fevereiro, o de sua filha Guilhermina a 10 de Fevereiro, e de seu filho Eduardo a 02 de Setembro.

portugueses, cervejas fabricadas à moda alemã, roupas no melhor estilo, médicos da Corte, dentistas ingleses, alfaiatarias que seguiam a moda européia, como a “*Paris an America*”, relojoeiros, professores de francês, piano, música, alemão, “*tachygrafia*”, tudo que fosse necessário a uma vida civilizada. Que o discurso da civilização estava presente, e que este vinculava-se à imagem construída para a cidade fica claro no seguinte anúncio: “CONFEITARIA rua Halfeld 10. Pontes Junior & Comp; atendendo a uma das mais palpitantes necessidades desta florescente cidade, que com razão é denominada - sala de visitas da província de Minas -, acabam de montar uma confeitaria[...]”. (GOODWIN Jr., 1996, p. 206)

Tais tentativas de demonstrar fausto e cultura exaltavam e valorizavam o enriquecimento e a modernização da região. Além de centro cafeicultor desde a década de 1820, Juiz de Fora foi também o pólo urbano de uma agricultura voltada para o abastecimento do mercado regional. O capital gerado pelos negócios agrícolas produzia excedentes, aplicados principalmente através de empréstimos, na produção local – e mesmo na industrialização. Os trabalhos de Anderson Pires destacam a importância da “*existência de um capital originado na atividade agroexportadora do município sendo aplicado na própria atividade agroexportadora*”, como prenúncio “*de um circuito financeiro local relativamente delimitado e autônomo*”, que eventualmente possibilitou a constituição de instituições bancárias na praça de Juiz de Fora (PIRES, 1995, p. 28, 29).

Esse circuito financeiro local teve como base inicial, sobre a qual construir a riqueza regional, a intensa exploração do trabalho escravo. Douglas Libby encontrou um significativo número de escravos na Zona da Mata mesmo antes do café; sua expansão produziu uma concentração dos cativos nas grandes fazendas cafeeiras (LIBBY, 1998, *passim*). Havia, também, uma vasta população livre que buscava nas poucas possibilidades de trabalho remunerado seu sustento. Como em outras partes da província, esses trabalhadores urbanos foram alvo de ações controladoras por parte dos legisladores locais. Nos artigos das Posturas publicados abaixo, percebemos a preocupação em reprimir e/ou ordenar diferentes manifestações e práticas de cunho popular:

Art. 162. E’ proibido nas ruas e praças das Povoações levantar altos gritos durante a noite, sem que delles possa resultar utilidade alguma, ou sem que a isso obrigue a necessidade ou medo, multa de 10\$ a 20\$, e o duplo na reincidencia.

Art. 163. A disposição do artigo antecedente é comprehensiva de quaesquer tiros ou fogos dados de noite

Art. 164. E’ contravenção ou infracção:

§ I. Imputar á alguém em publico contravenções, ou defeitos que suponhão ao ridiculo, vezame, ou irrisão, ou suspeita ou má reputação.

§ II. Praticar contra alguém actos que na opinião geral se considerão offensivos ou injuriosos.

§ III. Espancar animaes mansos, cortar-lhes as crinas, ou a cauda, ou maltratar-os só por mal fazer.

§ IV. Escrever disticos, ou letreiros nas portas ou paredes em affronta aos donos, ou á alguém, e sujar as mesmas paredes ou portas com immundicias.

Aos infractores dos §§ I, II, e III multa de 10\$ a 30\$, duplo nas reincidencias: aos infractores do § IV, multa de 20\$ a 30\$ e oito dias de prisão; e nas reincidencias multa de 30\$ a 60\$, e trinta dias de prisão.

Art. 165. E' prohibido:

§ I. Mostrar em publico as partes pudendas de proposito, ou seja por ataque ou despejo, ou por qualquer outro motivo.

§ II. Praticar em publico actos que na opinião commum são reputados libidinosos com meditada offença do pejo: pena de 4 a 8 dias de prisão, e multa de 10\$ a 30\$, e o duplo nas reincidencias.

Art. 166. E' prohibido jogar entrudo nas ruas e praças das povoações: multa de 500 rs se o brinquedo fôr com cheiro, agua limpa, ou laranjas artificiaes; e quando fôr com as naturaes, ou limões, ou quaesquer outras cousas que possam induzir perigo, ou causar dôr, ou com aguas fetidas, etc., multa de 10\$ a 30\$, e o duplo nas reincidencias. E esta multa recahe sobre cada uma pessoa que se achar no brinquedo, além de serem inutilisados os limões ou laranjas artificiaes. (*Posturas Municipaes da Camara Municipal da Cidade do Parahybuna* [1857]. Rio de Janeiro: Typographia de Soares & Irmão. 1860).

Entre seus trabalhadores a cidade de Juiz de Fora contou também, desde muito cedo em sua história, com trabalhadores europeus. O primeiro grande núcleo de imigração foi criado pela Companhia União & Indústria: uma colônia de técnicos, outra agrícola, ambas de imigrantes germânicos. O projeto agrícola fracassou, mas os colonos buscaram novos caminhos: aos poucos foram inserindo-se na vida da cidade, inclusive ampliando ou criando setores de serviços urbanos na florescente comunidade (OLIVEIRA, 1991, p. 50). Além dos alemães, Juiz de Fora recebeu também diversos grupos de imigrantes italianos que fortaleceram o setor comercial da cidade, especialmente a partir da década de 1870. A colônia cresceu tanto em importância, que chegou a ter colunas publicadas em italiano nos jornais, como a “*Sezione italiana*” redigida por G. Bauducci no *Jornal do Commercio*. Seu prestígio foi reconhecido pelo governo italiano, que instalou em Juiz de Fora um vice-consulado. A própria municipalidade investiu nessa relação, encomendando a Leonardo Garella a redação de um livreto para atrair imigrantes italianos para a cidade, para a qual ele usa o epíteto local: a “princesa de Minas” (GARELLA, 1911).

A posição geográfica da cidade, relativamente próxima ao Rio de Janeiro, facilitou a vinda de imigrantes. Também gerou laços muito mais fortes com o centro político do país e porto escoador da produção cafeeira, do que com a capital mineira. Maraliz de Castro Vieira Christo enfatiza a distância entre a mentalidade barroca do interior de Minas e Juiz de Fora:

Adquirindo o *status* de cidade a partir dos meados do século XIX, Juiz de Fora não participa da cultura colonial mineira. Desta, a região veio a conhecer somente o lado pobre. [...] A singularidade acima referida não reside apenas na não-participação, mas também num forte anti-barroquismo - no que o barroco se coloca como forma de vida. Juiz de Fora não participa

e não se identifica com a “mineiridade”, ao contrário de Belo Horizonte, que até a década de 20 aparece como extensão de Ouro Preto. (CHRISTO, 1994, p. 9)

Uma diferenciação claramente visível na referência utilizada pelos fazendeiros da Zona da Mata para se auto-definirem: os “*yankees* de Minas” (BLASENHEIM, 1982, p. 26). A identificação com os Estados Unidos da América tornou-se mais forte à medida em que avançou o processo de industrialização da cidade. Juntamente com várias outras características da cidade, isto fez com que também os estadunidenses dessem atenção a Juiz de Fora (MESQUIDA, 1994, p. 151). Ao longo do ano de 1886, a *Egreja Methodista Episcopal do Sul*, dos EUA, utilizou as páginas do jornal *Pharol* para anunciar sua presença, em artigos rebatendo ataques das lideranças católicas; no mesmo ano, fundou *O Methodista Catholico*, que se tornaria o jornal oficial da denominação no país. Além disso, a Igreja Metodista investiu na educação, visando principalmente a formação dos filhos das elites locais: em 1890, é fundado o *Colégio Americano*, pouco depois renomeado *Granbery* – o já citado ginásio, primeira escola protestante em Minas Gerais.

Por tudo isso, podemos afirmar que a cultura urbana que se formou em Juiz de Fora buscava se aproximar do modelo adotado como ideal pelas elites políticas e culturais do Segundo Reinado e início da República, tributário do mundo europeu ocidental e, em escala menor, porém crescente, dos Estados Unidos da América. Em termos urbanos, como vimos, isto significava uma clara adesão aos princípios *haussmannianos*, o que se refletiu no próprio traçado urbano da cidade, objeto de debates e intervenções da Câmara Municipal. Exemplo claro dessa situação é dado pelo processo de construção do sistema de abastecimento e canalização de água.

A questão do abastecimento de água potável recebeu um melhor encaminhamento a partir da aceitação da proposta do engenheiro Thomaz James Woods. Este havia sido responsável pelo mesmo trabalho em Barbacena, sendo sua proposta recusada anteriormente pela Câmara Municipal. Entretanto, em 1885 é celebrado um contrato para que Woods realize os estudos e implemente um sistema de abastecimento d’água para a cidade. Embora o trabalho tenha sido amplo, não resolveu definitivamente o problema. Ainda em 1887, Emilio Autran apresenta à Câmara Municipal um plano para dessecamento dos pântanos, com parecer do Club de Engenharia do Rio de Janeiro. Nesta mesma sessão a Câmara resolveu convidar toda a população a ser vacinada contra a varíola (GOODWIN Jr., 1996, p. 106).

A ação das elites, através da municipalidade, buscou desenhar uma cidade que fosse bela e desenvolvida, como preconizava o modelo urbano emulado. Ao mesmo tempo tentava manter o controle sobre grupos considerados perigosos para a manutenção da ordem social: desocupados, escravos e ex-escravos, trabalhadores em geral, criminosos, agitadores políticos.

1.4. Rupturas do Progresso

O século XIX foi alcunhado algumas vezes como o tempo da *religião do progresso*. A expansão plena do capitalismo industrial e financeiro sobre todo o planeta, a partir da Europa Ocidental, fez-se acompanhar de uma magnífica explosão de força, tendo nas máquinas seu ícone maior. A difusão da eletrificação, o uso do vapor como força-motriz dos mais diferentes equipamentos, a urbanização intensa com todos os seus aparelhos e aparatos, transformou a forma de viver e pensar de grande parte da população europeia e dos EUA e, gradativamente, do planeta. O comércio parecia diminuir as distâncias através dos oceanos; navios a vapor, locomotivas e bondes remodelavam a noção de espaço pelo aumento da velocidade. Na literatura, tomava corpo um novo gênero que era a própria encarnação do “espírito da época”, a ficção científica: Mary Shelley, na sua profética obra *Frankenstein*, discutia o papel da ciência diante das concepções sobre a Criação e sobre nossa própria natureza; Júlio Verne expandiu os limites das viagens humanas pelo planeta: dando-lhe a volta, sob os mares, nos céus, ou sob a terra – e mesmo além, à Lua!

Comércio, armas, religião e cultura caminhavam juntos na expansão do modo burguês de ser e viver, que se impunha – por bem ou por mal – como a modernidade, o futuro da humanidade. Como vimos, uma palavra, uma conceituação do tempo resumia esse *zeitgeist*: o progresso. A idéia de progresso trazia consigo tanto os princípios de uma natureza em contínua evolução, popularizados principalmente após a polêmica obra de Charles Darwin, *Teoria Geral da Evolução das Espécies*, quanto a herança judaico-cristã de um tempo linear, vindo de um ponto original e dirigindo-se a um fim/finalidade glorioso e positivo.

A rigor, não existiu um “discurso” único, coeso e regulamentado sobre o progresso e seu significado. De forma geral, essas noções derivavam das experiências da sociedade europeia ocidental, que se tornavam referências

mundiais na esteira da expansão capitalista. Paris, Viena e Londres eram as cidades-síntese desse novo mundo que surgia, as fábricas eram suas vitrines e suas forjas, e os novos aparatos tecnológicos que delas emanavam davam forma concreta à palavra de ordem da época: o *progresso*, traduzido naquilo que Everdell chamou de “*ingênua fé na velocidade, nos cavalos de força, e no progresso material*” (EVERDELL, 1997, p. 347). Entretanto, a característica fundamental daquilo que ele chama de *modernismo* está na *descontinuidade ontológica*:

Mas o coração do Modernismo é o postulado da descontinuidade ontológica. Tanto do pensamento e arte do século XX deriva do atomismo que até aqui não houve como reverter isso, mesmo na era do estruturalismo e do pós-modernismo. Não temos como deixar de ver os objetos do nosso conhecimento como lacunares e descontínuos – digitais ao invés de analógicos. Tudo do gene ao quantum à imagem e à *epoché* fenomenológica desafia a insistência na evolução, nos campos, na unicidade e na *Entwicklung* encontráveis em todo o pensamento oitocentista. (EVERDELL, 1997, p. 351)³²

Assim, o modernismo que nasceu na Europa Ocidental e nos Estados Unidos na passagem do XIX para o XX teve como sua marca distintiva a ruptura, a fragmentação, a negação de qualquer essência contínua no ser, seja ele o mundo ou a história. Everdell está mais preocupado em discutir a marca da cultura ocidental do século XX; para ele, a cultura ocidental do século XIX buscava exatamente o contrário: nas teorias de Darwin, de Comte e de Marx, por exemplo, há uma busca por sentido, um senso de organização sistêmica da vida e da história. Entretanto, foi exatamente do seio dessa sociedade que buscava ordenar o mundo sob suas leis que brotaram os elementos da ruptura concreta do mundo.

No título de sua obra, Marshall Berman usa uma frase do *Manifesto Comunista* para discutir o efeito disruptivo causado pela emergência da nova sociedade européia ocidental – capitalista, burguesa, individualista, tecnológica: “*tudo que é sólido e estável se volatiliza*”; ou, como quer Berman, “*desmancha no ar*” (BERMAN, 1996). Através de diferentes autores, literários ou não, o autor busca perceber como a experiência da modernidade urbana alterou não apenas as relações entre as pessoas, mas a própria sensibilidade humana. Mudou o mundo; a própria maneira pela qual enxergamos – e avaliamos o que enxergamos – mudou.

³² But the heart of Modernism is the postulate of ontological discontinuity. So much of the thought and art of the twentieth century follows from atomism that thus far there has been no going back on it, even in the ages of structuralism and postmodernism. We cannot help seeing the objects of our knowledge as discrete and discontinuous – digital rather than analog. Everything from the gene and the quantum to the image and the phenomenological *epoché* defies the insistence on evolution, fields, seamlessness, and *Entwicklung* to be found everywhere in nineteenth-century thought. [Tradução nossa. Há edição brasileira da obra, cf. Bibliografia]

Everdell menciona a disjunção que foi realizada por alguns pintores entre a forma e a cor, tornando esta última um elemento autônomo (EVERDELL, 1997, 355).³³

Berman insinua que esta mudança, se não plena, já estava sendo gestada na vertigem que o novo espaço urbano provocava:

Ironias geram mais ironias. O poeta de Baudelaire se arremessa de encontro ao “caos” do tráfego e se esforça não apenas por sobreviver, mas por manter a própria dignidade em meio ao esforço. Contudo, seu modo de ação se assemelha à do autoderrotado, pois adiciona outra variável imprevisível a uma totalidade já instável. Os cavalos e seus montadores, os veículos e seus condutores estão tentando ao mesmo tempo regular sua própria marcha e evitar o choque com os demais. Se, em meio a isso tudo, eles forem ainda forçados a esquivar-se dos pedestres que, a qualquer momento, podem arremessar-se na rua, seus movimentos se tornarão ainda mais incertos e, com isso, mais perigosos que antes. Logo, tentando opor-se ao caos, o indivíduo só faz agravar esse mesmo caos. (BERMAN, 1996, P. 158)

O que vale para o indivíduo, vale de certa forma para todo o esforço da civilização européia ocidental: na tentativa de opor-se ao caos, de dar sentido ao mundo, ela só fez agravar esse mesmo caos e ampliar seus efeitos disruptivos.³⁴ Exemplo disso está no próprio cenário de Baudelaire para o conto “A Perda do Halo”, comentado por Berman: o trânsito de Paris. Caótico, assustador, exigindo toda uma reformulação da maneira de andar, era porém o resultado de um esforço em sentido inverso – o de ordenar o fluxo de veículos e pessoas na cidade.

Hausmann traça ruas, avenidas, pontes, praças interligando os pontos nevrálgicos da cidade. Um eixo norte-sul, leste-oeste comunica o centro e a periferia, e as grandes vias convergem para as estações de trem. Um sistema de circulação se implanta. [...] Mas esta premência de circulação só tem sentido quando referida a um “sistema”, a meu ver noção-chave para se compreender o espaço da modernidade. Termo que surge sobretudo quando nos deparamos com as questões de comunicação: sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário, de envio de notícias (as agências de imprensa). O espaço é desta forma concebido como uma malha, uma rede de interconexões. (ORTIZ, 1991, p. 202, 204)

É a própria tentativa de criar um sistema de comunicação e trânsito a ordenar o novo espaço urbano que possibilita o surgimento do caótico, barulhento e rápido cenário descrito por Baudelaire. O esforço civilizatório busca a organicidade: “a cidade é vista como um organismo vivo, os órgãos comunicando-se entre si” (ORTIZ, 1996, p. 203)³⁵; mas este mesmo organismo – para mantermos as metáforas biológicas, tão comuns à época – gera dentro de si energias incontroláveis que levam à fragmentação de seus membros: os críticos de

³³ Ver também, na página 354, a menção ao cinema como a difusão popular do movimento contínuo, ilusão criada através da descontinuidade. Ver ainda a discussão sobre *fantasmagoria* em HARDMAN, 2005, especialmente o primeiro capítulo.

³⁴ Sendo a eclosão da Grande Guerra em 1914 uma terrível demonstração dessa tendência.

³⁵ Característica que, como já foi dito, distancia as reformas haussmannianas do pensamento iluminista; cf. PICON, 2001.

Hausmann diziam que Paris havia se transformado numa “*cidade de nômades*” (ORTIZ, 1996, p. 215).³⁶

Talvez nosso melhor exemplo seja aquela que se tornou uma das máquinas-símbolo do progresso material oitocentista, e da possibilidade de um sistema de comunicação e transporte a envolver todo o mundo: a locomotiva.³⁷ Ícone do desenvolvimento, ponto convergente das grandes vias parisienses, a estação de trem era também, e ao mesmo tempo, espaço de incerteza e insegurança, “*pois é desta forma fluida, volátil, vaporosa que se estava constituindo a paisagem típica da era urbano-industrial*”, num “*clima mental em que a instabilidade passa a ser a marca permanente e identificadora da vida dos homens – essa espécie de nomadismo civilizado correndo atrás de oásis fugazes [...]*” (HARDMAN, 2005, p. 38, 37). A locomotiva a vapor alterou a percepção de tempo e espaço, como também a relação entre esforço físico e movimento, de uma maneira poderosa para todos os que com ela mantiveram contato. Como diz Hardman, “*com as ferrovias, muito claramente, a técnica se desgarras das formas que a produziram e assume feição sobrenatural*” (HARDMAN, 2005, p. 51).

O Brasil inseriu-se, ainda que de forma limitada, adaptada às suas próprias possibilidades e interesses, nesse “caldo de cultura” do progresso. A partir da consolidação do regime monárquico sob o “*Partido da Ordem*” (expressão de Joaquim Nabuco para designar o compromisso entre membros dos Partidos Conservador e Liberal que garantia princípios comuns na governança do Império), percebe-se um esforço explícito, deliberado, pela “modernização” do país; o *progresso* passa a ser o grande objetivo de todos os que se consideravam cultos, parâmetro para julgar a validade dos procedimentos e práticas.

A imprensa mineira, tanto em Diamantina quanto em Juiz de Fora, incorporou essa preocupação com o progresso das cidades e regiões. Delinear as características do progresso, detectar os seus sinais, reclamar da sua ausência, denunciar os obstáculos a impedir sua realização plena, eis o teor de muitos textos, editoriais ou notícias publicados na imprensa do período.

³⁶ Para uma leitura da cidade como movimento, e a conseqüente dissolução do sentido da *polis* como comunidade, ver os capítulos sobre Londres oitocentista e, principalmente, sobre Nova York no século XX em SENNETT, 2001. Num viés mais positivo, ver as propostas de Doug Suisman para “O Arco”, um sistema de transportes unindo Jenin e Hebron, estruturante do Estado Palestino (SUISMAN, 2005).

³⁷ Ou o próprio universo, como na imagem resgatada por HARDMAN, 2005, figura 5, comentada às páginas 117-118, em que trilhos ferroviários ligam os planetas do sistema solar.

Tal embate missionário pelo progresso deu-se de muitas maneiras, sendo comum a publicação de textos de natureza apologética, listando as conquistas e vantagens dele advindas. A educação era apresentada como garantia de um futuro civilizado e progressista, um discurso que se revelava plenamente em momentos considerados especiais. No cotidiano, havia uma ênfase maior sobre a valorização do trabalho, num esforço ideológico para moldar uma postura, uma “filosofia de vida” centrada no trabalho regular, honesto e “bem comportado” – com implicações em todas as esferas da vida, incluindo o seu avesso, a repressão àqueles que se recusavam a perceber que “*o trabalho honra o homem, qualquer que seja a profissão que adopte*” (poema transcrito da *Revista Commercial* do Rio de Janeiro, pelo *Sete de Setembro* de Diamantina, na edição de 11/11/1886).

Outro objeto preferencial desse discurso do progresso era a própria cidade, sua infra-estrutura, sistemas de água e esgoto, ruas, calçamento, com destaque para as questões de saúde e abastecimento. Como parte da construção de uma “cidade progressista”, dava-se grande importância aos melhoramentos mais evidentes, mas também às lacunas mais graves; e enfatizavam-se as conquistas e vantagens do comércio e da indústria locais, tidas como sinais claros do desenvolvimento econômico e social.

Numa perspectiva geral, podemos usar para definir a atuação dos jornais mineiros as mesmas palavras que Lier Ferreira Balcão usou para os periódicos publicados em São Paulo:

No início do século, esses jornais diários, constituindo-se em meios de comunicação privilegiados, buscariam inúmeras formas de penetrar e difundir-se em diferentes territórios culturais e políticos da cidade, assumindo o papel de responsáveis pela formação de opinião pública, de veículos renovadores dos sentidos das práticas de leitura e de espaços para a ampliação das parcelas leitoras e consumidoras. Nesse processo alinham-se aos grupos da elite urbana e buscam ampliar seus circuitos de difusão e formação de públicos leitores. Estabelecem-se complicitades entre texto jornalístico e leitor. (BALCÃO, 1999, p. 226)

Juiz de Fora

A noção de progresso, como vimos, está vinculada a uma concepção do tempo linear e positivo. A história torna-se central, portanto, como o mais exemplar campo de demonstração da existência do progresso, de sua necessidade (tanto no sentido prático quanto filosófico) – e a evocação de eventos e momentos históricos é usada como oportunidade para reforçar a crença no progresso como alvo, mas também como certeza. Assim pode-se entender a declaração feita numa pequena nota, publicada na primeira página do *Pharol* de 14 de julho de 1900, em que a

colônia francesa em toda Minas Gerais é saudada pela “*redacção d’Pharol, admiradora do extraordinario feito de 89*”.

Aliás, a percepção de que os eventos revolucionários do final do século XVIII e início do XIX foram fundamentais para formar a base dos avanços que ocorreram depois está expressa claramente num texto de B. A. (Bernardo Aroeira), “*O seculo passado*”, publicado pelo *Pharol* no primeiro dia do século XX (01/01/1901). Com grande destaque para Napoleão, o texto insiste também no paralelo entre os eventos franceses de 1789 e a conspiração progressista, embora mal fadada, nas Minas Gerais no mesmo ano. O que não significa que os redatores do *Pharol* advogavam uma postura revolucionária: na mesma edição, um outro texto, “*Passado e Futuro*”, afirmava a derrocada das utopias revolucionárias, vendo na constituição de governos liberais equilibrados um grande avanço.

Em Juiz de Fora, a virada do século XIX para o XX foi um momento especial para a avaliação das vitórias alcançadas pelo progresso humano, para a exaltação da indústria e do modo burguês de viver. As virtudes do comércio internacional, base da constituição de um “mundo liberal” e principal veículo de expansão do capitalismo – preferido mesmo às armas – foram tema de vários artigos publicados nessa ocasião. Apesar de longa, a transcrição abaixo permite-nos experimentar o teor desse discurso:

O Commercio no século XIX // E enquanto a politica internacional, cruelmente egoista, disputa em Cuba, no Transvaal, na Erithréa, na China e na Oceania os terrenos dos fracos, dominada pela insamnia, que um publicista denomina a *kilometrice*, o commercio internacional, verdadeiro genio creador da civilização moderna, prosegue na missão providencial, enchendo de rumor das fabricas, de silvos das locomotivas, as mais remotas regiões do mundo. // Cinge nos fios da telegraphia submarina todas as regiões; enriquece de imensos vapores todos os mares, outr’ora immersos na solidão e no silencio; povôa o mysterioso continente africano; abre o bazar onde ahinda ha pouco morria Livingstone na barraca de explorador; illumina de luz electrica as cidades africanas, que, não ha muito, eram aldeias miseraveis, onde á noite uivavam as hyenas; provê a agricultura das mais aperfeiçoadas machinas do serviço agrario, compra seus productos, e os espalha no mundo; impulsiona febrilmente todas as industrias de que vive e ás quaes transmite a vida; enriquece os Edson, engrandece os Rautgen, os Marconi, os Bessmer, e elle – só elle! – é o herôe de todas essas conquistas de civilização, que fazem o orgulho deste seculo. // Elle, – só elle! – tem o segredo de fazer progredir as povoações, transformar em cidade limpa, alegre e rumorosa o arraial, sujo e triste como uma aldeia turca; incrementar o progresso local; – dragar as enseadas; fixar no solo, como se fossem fitas de aço, os trilhos das estradas; transportar todos os productos da actividade humana, o livro e a machina, a joia e o tear, o canhão e o velludo, porque elle é a propria industria, infatigavel, multiforme, e que surge omnipotente no novo seculo ao lado da sciência coroada.

[...] as associações comerciais, tão raras e obscuras neste paiz, onde o commercio internacional está entregue aos estrangeiros, a producção nacional entregue aos *trust* archimilionarios, o commercio bancario do Rio a provocar leis de repressão, e o povo em sua maioria, não percebendo nitidamente que, no mundo commercial, somos uma nação sem fibra, sem energia, ameaçada de ser curatellada por incapacidade e que apenas se animma e se agita na hora de eleger Pedro para derrotar Paulo, levar ás grimpas um José para

precipitar num abysmo um João! [segue uma série de comparações com os EUA, todas desfavoráveis ao Brasil]

Que o sol do novo seculo, cuja alvorada começa a avermelhar no horizonte, infiltre nas veias da nossa raça mais calor de energia, e mostre aos futuros estadistas de minha patria a estrada larga para onde encaminhar os nossos descendentes! // É a que hoje procuram as nações mais adeantadas: a da conquista da riqueza prospera pela expansão agricola, pelo desenvolvimento industrial, ao impulso do commercio prestigiado e cheio de iniciativas fecundas! // Gustavo Penna // Juiz de Fora, 31 de dezembro de 1900. (*Pharol*, 01/01/1901)

Encontramos aqui expressas, como num *text-book case*³⁸, as linhas-mestra da crença no livre comércio internacional, no liberalismo capitalista, como sistema econômico e postura sócio-cultural a garantir o bem estar e a felicidade. Nas entrelinhas, de forma discreta (ou nem tanto), encontramos as concepções e preconceitos sobre os lugares periféricos, as miseráveis aldeias onde uivam as hienas e imperam a sujeira e a tristeza. O autor parece refletir a posição de quem está no centro: apesar das críticas feitas à tibia cultura comercial nacional, o texto não equipara o Brasil às “*mais remotas regiões do mundo*”. Aqui havia comércio, embora raro e obscuro; mais, havia a esperança de que um novo tempo se estabelecesse, “*estrada larga*” por onde seguir.

Um dos aspectos sempre enfatizados no discurso sobre o progresso é a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Neste aspecto, como já mostraram vários historiadores que se debruçaram sobre a questão, a medicina ocupou lugar de destaque no elenco de sucessos obtidos pelo progresso humano.³⁹ No contexto ainda das comemorações do novo século, encontramos um texto justamente a exaltá-la: “*No inventario das sciencias que honraram o seculo que acaba de findar se é inconcusso que a medicina colherá as palmas da victoria na batalha do progresso.*”

Das conclusões do sabio congresso [4º. Congresso de Medicina e Cirurgia, reunido no Rio de Janeiro] ficou patente que o Brasil não se arreceia do confronto com paiz algum quanto a sua oppulencia intellectual neste ramo melindroso e especial da sciencia humana. Com o activo nelle registrado a medicina brasileira passa arrogante do *seculo das luzes* para o *seculo das surpresas*... [...] Dr. Jorge da Cunha. // 1º. de janeiro de 1901. (*Pharol*, 04/01/1901)

Desde sua organização como municipalidade, os esforços foram no sentido de construir a identidade de Juiz de Fora como cidade moderna e civilizada. Uma identidade que, transformada, prolongou-se república adentro (GOODWIN Jr., 2005). Nesta representação de Juiz de Fora há uma relação construída entre o passado e o desejado futuro da cidade. No início do século XX, passagem do “*século das luzes*”

³⁸ Expressão que significa, literalmente, “exemplo de livro didático”, ou seja, modelar, claro em sua simplicidade.

³⁹ Ver, entre outros, HOCHMAN, 1998; FIGUEIREDO, 2002; CHALOUB et al., 2003; NASCIMENTO, CARVALHO (orgs.), 2004;

para o “*século das surpresas*”, o *Jornal do Commercio* abriu a primeira página de sua edição especial comemorando o desenvolvimento de Juiz de Fora:

O Seculo XX // Commemorando a aurora do seculo XX o “Jornal do Commercio” presta, com o numero de hoje, um tributo devido aos que têm sido os obreiros do progresso desta nobre e generosa terra. // Em rapida synthese, o “Jornal” de hoje consagra o resultado proveitoso que a actividade humana colheu, na metade do seculo, neste valle fecundo do Parahybuna. // A todos os aspectos, esse resultado foi notavelmente feliz: na ordem moral, elle está affirmado nesse vasto movimento associativo que gira, quasi todo, em torno das mais altruisticas idéas; na ordem intellectual, na prosperidade da instrucção publica, na elevação do ensino, e, principalmente, na pujança da imprensa e das letras; na ordem material, pelo incomparavel movimento das industrias, pelo progresso dellas, fazendo de Juiz de Fóra um vasto emporio industrial, um campo illimitado á acção civilizadora do commercio; e na ordem policita, pela sua vigorosa iniciativa em tudo quanto haja interessado á victoria dos principios democraticos. // O seculo XX encontra esta zona de Minas transformada em centro de luminosa civilização; e, entretanto, ha apenas meio seculo que o trabalho humano abre nestas terras o sulco indelevel de sua acção. // Tem sido forte a geração que aqui vai imperando, e que, por isso, merecerá a consideração dos posterios. // Que os homens do seculo XX sejam herdeiros desse poder de iniciativa, dessa emulação vigorosa, dessa energica de vontade e dessas qualidades progressistas, eis os votos que fazemos ao assignalar o alvorecer do novo seculo. (*Jornal do Commercio*, 01/01/1901)⁴⁰

O passado da cidade é curto e recente, apenas meio século. Sua herança, porém, era enorme: trabalho e progresso avassaladores. O futuro, a continuação da transformação da cidade e da região, através do trabalho humano, na construção de uma sociedade letrada e industrial, “*centro de luminosa civilização*” a clarear o futuro.

Os textos aqui apresentados são apenas exemplos de uma tendência mais geral da imprensa local, tanto dos jornais de oposição quanto dos ligados ao governo da cidade. Propõe-se o distanciamento do passado da cidade: este era visto como a base superada sobre a qual se construiria o futuro. A natureza deveria ser domesticada, a cidade melhorada, para que a luz da civilização pudesse abrilhantar o futuro de Juiz de Fora.

Diamantina

No antigo Arraial do Tejuco, a situação era diferente: apesar do núcleo urbano ser mais antigo, seu desenvolvimento era menor que em Juiz de Fora. Havia um consenso geral de que a cidade merecia e precisava de vários melhoramentos urbanos e do desenvolvimento econômico e social. A iluminação elétrica, por exemplo, só foi implantada em 1910.⁴¹ Mesmo assim, o discurso de valorização do

⁴⁰ Posteriormente, o jornal compilou os artigos publicados nos primeiros números de 1901, a propósito da efeméride, num livreto intitulado *Juiz de Fora no Seculo XIX* (ver Bibliografia).

⁴¹ Ver, entre outros, SOUZA, J., 1993.

progresso já se fazia presente bem antes, elencando as características daquilo que constituiria o progresso de uma cidade. Quanto a isso – o que era o progresso, e quão diferente era a realidade local –, parece que há uma compreensão clara, ao menos entre os redatores. Mas não havia um acordo quando se tratava de considerar aquilo que já existia no presente, ou como tratar o passado da cidade.

Nos textos publicados nos jornais a questão do atraso da cidade em relação aos grandes centros urbanos era sempre colocada. Várias vezes esta discussão pautou-se pelas reclamações face às deficiências locais, outras se apresentaram propostas visando ao desenvolvimento regional. A ligação ferroviária com o restante de Minas Gerais (e com o litoral) era tema recorrente em ambas as linhas editoriais: sua ausência seria empecilho ao escoamento da produção e aos investimentos; sua efetivação seria solução para problemas generalizados. Também em Diamantina, como em outros lugares do mundo, a locomotiva viria a representar a encarnação das esperanças do progresso.

Ao final da primeira década do século XX, quando a construção do ramal ferroviário até Diamantina estava finalmente próxima de sua conclusão, os redatores dos jornais locais confrontaram-se com o impacto desse fato sobre a cidade. A iminente realização do sonho gerou outras inquietações. Embora o contato com a produção da *intelligentsia* brasileira e internacional da época fosse esporádico e parcial, os homens de imprensa diamantinenses tiveram a sensibilidade de perceber que o progresso seria, também, força de ruptura das tradições e convenções locais. O caráter destrutivo – ou renovador, conforme o caso – do desenvolvimento ganhou visibilidade na tessitura do espaço urbano.

Para Juiz de Fora a virada do século foi um momento de avaliação e resgate histórico; em Diamantina a proximidade da locomotiva teve efeito semelhante. Num texto escrito às vésperas da esperada inauguração da ferrovia, um articulista detalhou a região em torno da cidade: dados geográficos, latitude e longitude, altitude e variações climáticas e pluviométricas. A seguir, descreveu e avaliou o espaço urbano:

A cidade possui mais ou menos 2000 casas com cerca de 12000 habitantes; possui 10 praças, 36 ruas e diversas travessas além dos arrabaldes. Todos os edifícios, com poucas exceções, são de estilo colonial, sendo em geral as construções pesadas e sem gosto, mesmo os templos, à exceção do do Coração de Jesus que é de alvenaria e de estilo gótico. // Nunca houve um gosto decisivo para o embelezamento da cidade, e, se há uma lei regulamentando as construções nunca foi ela posta em execução, de sorte que as nossas construções de hoje são iguais às de 150 anos atrás.

A nossa rêde de exgottos é a mesma do tempo do Tejuco, feita de alvenaria de pedra secca, descarregando muitas galerias nas ruas, sem que tenham soffrido o menor melhoramento. A nossa distribuição d'água é pessima, antihygienica e rudimentar, resultando de um canal de levada d'água para exploração de jazidas auríferas do Tejuco e posteriormente destruida a agua entre os habitantes por meio de canalizações de madeira, onde, com as chuvas, se infiltra toda a sorte de detricos nocivos, donde o desenvolvimento de febres typhoides com caracter epidemico. // Há tambem diversas nascentes de escellente agua potavel dentro do perimetro da cidade, que são utilizadas pela população. (*A Estrella Polar*, 03/05/1914)

Eis aqui um entusiasta do progresso como força renovadora do passado, apresentado como resquício colonial a ser destruído, modificado, melhorado. As construções “*pesadas e sem gosto*” deveriam abrir espaço para o “*embellezamento da cidade*”, que incluiria a regulamentação e melhoria das construções, a implantação de infra-estrutura urbana moderna e higiênica, o combate sanitário às doenças. O autor reproduziu a cartilha das reformas urbanas realizadas em várias cidades brasileiras, o caráter disruptivo do progresso sendo reconhecido e saudado como força saneadora.

Lutar contra esse progresso seria, além de nocivo, impossível e inútil. Isto já estava claro para o jornal *A Idéa Nova*, que publicara uma avaliação do regime, por ocasião do 19.^o aniversário da Proclamação da República. Neste artigo, sem assinatura (ou seja, sob a responsabilidade direta da Redação), estavam explicitadas as noções de tempo linear, progressista e irreversível, a “*lei fatal da evolução*”, apresentada aqui como força renovadora, conduzindo os povos a um sistema político cada vez mais democrático e benéfico.

A Republica foi o resultado da evolução das idéas democraticas que já vinham germinando desde os tempos coloniaes e que se manifestaram com mais pujança, na mallograda Inconfidencia Mineira, na Republica do Piratinim e na projectada Confederação do Equador. // É demais, querer explicar uma transformação politica radical, a eclosão de um facto social, pelo concurso exclusivo de um numero restricto de homens, é uma heresia contra a moderna concepção da Historia. [...] Como os individuos, os povos são sujeitos á lei fatal da evolução. Luctar contra essa força invisivel, porém real; procurar deter o desenvolvimento de um super-organismo que tem vida e vontade proprias, impossivel. [...] O governo do povo pelo povo se impõe ao futuro de todas as nações. Mas a democracia só pode produzir os seus beneficos fructos nos paizes onde a instrucção, a educação moral e civica estão diffundidas por todas as classes sociaes; porque absolutamente não pode haver semecracia (*self government*), sem a collaboração effectiva dos cidadãos, conscientes dos seus deveres civicos. [...] (*A Idéa Nova*, 15/11/1908)

Nem todos, porém, enxergavam as coisas dessa maneira. Poucos meses antes do artigo d’*A Estrella Polar*, Salles Mourão propôs outra interpretação na coluna “*Folhetim da ‘Diamantina’*”, no jornal de mesmo nome. Também motivadas pela chegada da ferrovia, suas “*Memorias Indeléveis*” apresentavam, logo no primeiro capítulo, uma descrição da cidade, vista numa outra ótica:

A Cidade // Diamantina, a cidade lendária e graciosa que um sentimentalismo poético eleva sustentando o sceptro e a corôa rutilante de princeza do Norte, conquistados justamente pelo seu passado nobre e tradicional, pela riqueza do seu subsolo, e pela opulência e magestade de perspectiva da sua natureza, assenta-se, indolentemente, em torno de uma collina, que recebeu o nome de St.^o Antonio, a qual vai suavemente se estendendo até ás margens do rio grande, na base da serra de S. Francisco. // As casas branquejam, n'um agrupamento aconchegado, aqui e alli, encantando a vista surprehendentemente. // Cidade antiga, ella desenha aos olhos do forasteiro uma paisagem amena e original. Levanta aos ares, com garbo e mysticismo, as torres das Egrejas, em cujas cryptas dominando o ambiente vasto das serras, a cruz symbollica da Redempção se ostenta, solemne e triumphante, no seu magnetismo miraculoso de resignação e caridade! [...]
(*Diamantina*, 29/11/1913)

Até mesmo a topografia da região era apresentada de forma mais positiva, com termos que valorizavam o ritmo calmo, indolente e suave da vida na cidade amena, a resignação como contraponto fervoroso ao progresso ágil e avassalador. Não deixa de ser interessante, porém, que mesmo este autor, declaradamente tradicionalista, sentiu-se compelido a construir seus argumentos aos olhos do estranho que, estimava-se, chegaria pela ferrovia. Pois mesmo a defesa das tradições inseria-se no contexto de uma cidade a abrir-se para o mundo. A cruz e as serras remeteriam tal forasteiro a um tempo a-histórico, o tempo das lendas, das coroas e da riqueza dos diamantes, ao passado que se estende sobre o futuro, lastreando-o: “*a rigidez das pedras e das construções garantiriam assim a perenidade da tradição*” posta em risco pelo romper da modernidade (ORTIZ, 1996, p. 215).

Nesses textos de Salles Mourão (1913) e D.J. (1914), estava em jogo uma avaliação do passado da cidade, visto por um como o fundamento da nobreza e da riqueza locais, por outro como entulho a ser descartado.⁴² A relação com o passado representou um dilema bastante presente para as elites letradas de Diamantina, porque iluminava, como por reflexo, o futuro incerto da cidade. O progresso traria as “luzes da civilização” e seus sinais visíveis – os aparelhos urbanos, os artefatos tecnológicos, a escola, a moda e os comportamentos citadinos. Como porém, engastar essas mudanças no contexto local, sem agravar o processo de instabilidade regional que avançava há décadas?

Talvez a percepção mais nítida do caráter ambíguo do impacto da ferrovia – vista sempre como o avatar do progresso – sobre Diamantina, tenha sido apresentada alguns anos antes da inauguração do ramal ferroviário, publicada em A

⁴² O uso dos pseudônimos e iniciais, hábito comum na imprensa oitocentista, perdurou ainda no início do século XX; em alguns casos, torna-se difícil a identificação exata do redator. Aqui, por exemplo, o caráter do jornal gera a dúvida se “D” seria *Dom*, designando um dos padres.

Idea Nova, jornal defensor das inovações econômicas. A propósito da chegada da ferrovia, o autor prenunciava o inexorável progresso e a remodelação do espaço urbano. O texto é irônico, nostálgico e temeroso das conseqüências sobre os hábitos e costumes regionais. Apesar de longo, merece ser transcrito na íntegra:

VÃO-SE AS TRADIÇÕES... // Dentro em pouco o grito estridente da locomotiva anunciará uma nova existencia à Diamantina. // Novos costumes, novas vestimentas, nova gente. // Todo o dia, ao arfar das caldeiras, o trem despejará uma onda de povo extranha nas estreitas ruas da velha e tradicional cidade, e do interior, procurando o caminho da costa, olhos admirados, corações satisfeitos e medrosos, os velhos e as crianças virão ver, pela primeira vez, o progresso invadindo o sertão solitário.

Transformar-se-á o aspecto da cidade, mudará o seu vocabulário: e cada dia, com pedreiros e carpinteiros importados, ira perdendo o que lhe resta ainda do pittoresco, o ar dos bons tempos primitivos. // Os proprios filhos da terra, ao voltarem a patria, depois da entrada triumphal e ruidosa da locomotiva, custarão a reconhecê-la.

O *Barracão*, velho mercado da cidade, será modificado. // Não veremos mais os tropeiros deitados ao meio das cangalhas, junto ao fogo em que ferve o feijão na panella de ferro suspensa à tripeça. // Não veremos mais, ás estacas, com os hombros em grandes chagas, sacudindo as moscas com as caudas, os cansados animaes, que transportam através de leguas, atravessando os rios e as areias ardentes, os alimentos necessarios aos habitantes. // Ahi, em breve, se erguerá um bello edificio, elegante e limpo, em que de tudo se encontre.

Por toda a cidade, e mais ainda nas proximidades da estação da ferro via, como por encanto, se verá surgir uma nova população. // Casas se edificarão por toda parte. // O proprio commercio, modificando antigos habitos, aos ruidos constantes das manobras e ao sabor das noticias trazidas através de leguas e leguas, de todos os logares, perderá o seu feitio local. // Nada ficará sem soffrer a influencia estranha desse progresso que chega.

Poder um homem, de cima de um cocuruto de serra, a mil e quinhentos metros acima do littoral, num dia, ir comer camarões e ostras á praia do oceano, é a alegria maior que se póde prometter aos sertanejos. // Pois terão isso.

Em compensação, entretanto, aos poucos, irão perdendo o pittoresco quadro de um carro de bois, vagarosamente rinchando, pelas ruas da cidade; e talvez os filhos dos que por ahi andam não possam ver um desfilar lento de tropa, ao monotono ruido dos sincerros das *madrinhas*. // Terão, se quizerem ver isso, de ir além por serras e valles, a mais longinquos logares.

O progresso tem isso. Pelo bem que nos traz nos priva de muita coisa bôa. // É verdade que o beneficio é sempre maior do que aquillo que perdemos. Mas... que querem? Nós nunca nos esquecemos do que vendo uma vez, gostamos. // Por isso é que, difficilmente, os olhos gostam de novidades.

Tenham paciencia, porem, por esta vez. // Terão estradas de ferro, e, querendo, pode um velho garimpeiro barbado mudar de alimentação, passando do feijão com torresmos e angú aos camarões, ostras e badejos, com uma [sic] só dia de viagem!

Não creio que goste. Si não achar bom, verá o mar, grande e tranquillo, a sacudir ruidosamente, onda sobre onda, a babugem branca das espumas alvas para a praia. // E isso, estou certo, lhe compensará a viagem.

A verdade, porém, é que a Diamantina actual será absorvida pela Diamantina futura. // Ahi vai a nova cidade em trem de ferro!

Tu, porém, cidade antiga, tu viverás veneranda na memoria dos moços e na saudade dos velhos. // Falarão de ti através dos tempos, e ficarás gloriosamente lembrada nos escriptos daquelle que te tornou immortal – Joaquim Felicio dos Santos. // E crescerás, perdendo em costumes locaes, na tradição que te fez respeitada pelas tuas legendas. // No dia em que a nova cidade chegar, tu pódes desaparecer tranquilla, porque morres com glória. // Aldo Delfino. (*A Idéa Nova*, 01/08/1909)⁴³

⁴³ Aldo Delfino também era colaborador da *Cidade Diamantina*, além de *O Itambé* e *O Jequitinhonha*; seu pai, Luiz Delfino, havia sido colaborador d' *O Município* durante a década de 1890. Cf. José Teixeira Neves – Fundo José Teixeira Neves, Caixa 4, envelope 2.

O trem de ferro ainda não exalava seus vapores sobre Diamantina, mas alguns já vislumbravam suas manobras. Aqui estão presentes as idéias mais generalizadas sobre a modernidade *fin-de-siècle*: o desenvolvimento tecnológico, o avanço do comércio, a abertura ao cosmopolitismo – tudo significando a ruptura com o passado, o qual será inevitavelmente tragado pela cidade futura. Aldo Delfino demonstrava sua sensibilidade face ao progresso. Reconhecia a irreversibilidade da História, entendida como a expansão da civilização moderna, mas não deixava de ressentir-se de seus efeitos.

Ao invés de discutir se o passado deveria ou não ser descartado, o autor aceitava o progresso como inexorável: ele viria, anunciado pelos silvos da locomotiva, despejando uma nova existência sobre a cidade, como um espetáculo tal que tornaria Diamantina irreconhecível para quem não acompanhasse o processo. As mudanças por ele preconizadas ocorreriam em vários níveis: o aspecto da cidade mudaria, obra de mãos estrangeiras/estranhas; mudaria também seu vocabulário, e mesmo – clara compreensão dos mecanismos da expansão capitalista – os hábitos de consumo. “*Nada ficará sem soffrer a influencia estranha desse progresso que chega*”. As mulas madrinhas dos tropeiros, os barulhentos carros de boi, ruídos que a locomotiva relegaria aos cantos distantes e atrasados; eis aí sua intuição de que o progresso não é linear, mas convive com o passado, empurrando-o para os lugares às margens da História, numa imagem quase euclidiana.⁴⁴

Mas tudo tem um preço. Como o *Fausto* de Goethe, que Berman apresenta como “a tragédia do desenvolvimento”, o progresso sempre tomaria algo em troca do que dava – e o que o autor apresenta como perdido é, parece-me, aquilo que ele vê como o pitoresco, o “*feitio local*”, o que os olhos já viram e do que gostaram, “o *ar dos bons tempos primitivos*” – enfim, o que dava identidade própria à sua região.

Este seria o preço a pagar pela ferrovia, a possibilidade do acesso rápido ao mar, ironizado no sertanejo, ou no velho garimpeiro barbado, a jantar camarões ou ostras: a perda da identidade local, identificada ao longo do texto pela alimentação, mas também pelas próprias casas e profissões, modos de abastecimento e relações pessoais, que iriam desaparecer.

⁴⁴ Ver Euclides da Cunha (1999). Para um estudo sobre os sons urbanos como sinais da tensão entre passado e futuro, ver Regina Horta Duarte (1997).

Aldo Delfino percebia claramente que o progresso não era simultâneo, mas agia em ondas, isolando o passado em “*mais longinquos logares*”. Seu tom é nostálgico, resignado diante do progresso irreversível e inegociável. Mas ao mesmo tempo em que percebia ser inevitável a perda da cidade antiga, recusava-se a aceitar a perda total da sua identidade. Pelo contrário, o passado seria transfixado, transformado em veneranda “*memoria dos moços*” e “*saudade dos velhos*”. Num movimento impregnado das idéias românticas, o autor procurou oferecer uma saída para o dilema. A ruptura com o passado era necessária para abrir caminho ao futuro; mas era também a forma pelo qual o passado seria preservado, transformado em discurso identitário.⁴⁵

O Romantismo buscou nos monumentos do passado um instrumento de fácil percepção dos laços afetivos e das sensibilidades que o movimento artístico quer denotar: as marcas das construções humanas, o valor moral do fazer, a transitoriedade das obras do homem, o poder fundador dos monumentos e a transformação que o tempo impõe a tudo. Qualidade estética ou o pitoresco são elementos que norteiam a emoção estética romântica. Esses valores vão transformar os monumentos do passado (monumentos históricos) em alvo de culto que são, ao mesmo tempo, reverência à arte e à celebração de uma identidade regional ou nacional. [...] Para o homem do século XIX, a mudança dos tempos deve ser respaldada na percepção de sua construção cronológica e na idéia de que é preciso lembrar o que foi para viver melhor o que virá. (MENESES, 2004, p. 34, 35)

O autor confessava seu saudosismo, ao mesmo tempo em que se voltava para o que viria. Seus olhos eram os de um homem do passado, que tristemente enxergava o futuro inevitável. Aldo Delfino ecoava a angústia daqueles que viam o anjo da História a acumular detritos sob seus pés.⁴⁶ Para ele, ao passado sobraria um só lugar: a “*memória dos moços*” e a “*saudade dos velhos*”. Mesmo que de forma um pouco mais carinhosa, também Aldo Delfino via o passado condenado à tirania do futuro. “*No dia em que a nova cidade chegar, tu podes desaparecer tranquilla, porque morres com glória*”.

Há parâmetros e expectativas em relação à cidade que são comuns aos *homens de imprensa* das duas localidades. E também diferenças, exemplificadas na relação entre o passado e o futuro. Para a imprensa juiz-forana, o passado deveria ser deixado para trás em direção ao iluminado futuro da indústria e do progresso.

⁴⁵ É interessante lembrarmos que duas décadas depois desse artigo, o centro urbano de Diamantina foi tombado como patrimônio histórico-cultural brasileiro.

⁴⁶ Cf. a imagem do Anjo da História em BENJAMIN, 1987, p. 222-232.

Em Diamantina, a tensão era maior: a permanência do traçado colonial urbano dificultava os melhoramentos diamantinenses, mas representava também uma tradição que conferia identidade à cidade.

Estas diferenças refletiam os contextos em que viviam seus *homens de imprensa*, que não os impedia de comungar de algumas idéias gerais. Esse perfil da imprensa, e daqueles que a faziam, é o tema do próximo capítulo.

Capítulo 2: **O papel da Imprensa na construção urbana**

2.1. A imprensa, missionária da civilização

Na passagem do século XIX para o XX, a transformação do espaço urbano é um dos elementos centrais da modernidade. Entretanto, tal modificação não significava, apenas, alterar fisicamente a cidade: implicava numa nova sociabilidade, numa nova cultura urbana. Um espaço “civilizado”, de acordo com os modelos importados da Europa e modificados pela experiência brasileira.

Entre os muitos elementos que faziam parte desse mundo “moderno” e “civilizado”, a imprensa pretendia ocupar um lugar especial ao difundir, quer pelas notícias, quer pelos editoriais, os princípios dessa nova civilidade. Também ao criticar essa nova maneira de viver no espaço urbano, seja ao denunciar as deficiências de sua implantação, seja ao questionar o sentido desse esforço. Por tudo isso, a imprensa é uma fonte privilegiada para a observação desse processo, e das reações a ele, em contextos históricos específicos.

A complexidade do processo reflete-se na fonte escolhida: a produção de um jornal era (e é) um processo eivado de escolhas, recortes, subjetividades pessoais e conjunturais. Assim, não há porque dividir o jornal entre aquilo que seria fidedigno e aquilo que não: tudo que está publicado pode, e deve, ser considerado como elemento para uma leitura do contexto histórico no qual o jornal foi produzido.

Ler o jornal como um documento, portanto construído, significa perceber que um jornal existe como artefato produzido, desde a escolha das notícias a serem publicadas, passando pela redação do texto a publicar, o tipo (formato e tamanho da letra) a ser utilizado, se há ou não destaque visual (símbolos, gravuras, ilustrações), até à escolha do lugar onde o texto (ou a imagem) será colocado dentro do jornal. Enfim, uma série de opções que, por si só, podem alterar o impacto do texto sobre o leitor, quando não seu conteúdo. Alguns dos elementos envolvidos nesse processo são óbvios, como a importância do evento para os leitores, o impacto sobre as vendas e/ou o prestígio do periódico. Há também questões técnicas, que muitas

vezes determinam a possibilidade ou não da inclusão de outros elementos: limitações do maquinário, tecnologia existente e/ou acessível etc.⁴⁷

A produção de um texto em jornal é, portanto, o resultado de um processo de recortes, de escolhas, e de possibilidades. Como diz Umberto Eco, “*é possível exprimir opiniões mesmo dando notícias completamente objetivas*” (ECO, 1998, p. 60); ou, nas palavras de Emile Benveniste, “*aquele que fala faz renascer por seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento*” (APUD Miné, 2000, p. 167).

Portanto, é uma ficção tanto do historiador como do jornalista pensar o que descreveu, com começo, meio e fim, como *verdadeiro* e *real* e que ele simplesmente registrou o que aconteceu. Tanto aquilo que representa o ponto inicial de sua narrativa, como o que se localiza como ponto final são inevitavelmente construções, que dependem também de uma linguagem figurativa capaz de dar o aspecto de coerência. Essa concepção permite, por outro lado, ler os textos, sem reduzi-los a funções meramente figurativas, representativas ou sintomáticas. Percebendo os textos e contextos históricos na sua complexidade, visualiza-se também o papel ativo da linguagem na construção dos próprios objetos e dos métodos dos historiadores. (BARBOSA, 1998, p.90)

Uma abordagem que privilegie “o papel ativo da linguagem” não precisa ser, necessariamente, uma abordagem focada em aspectos lingüísticos formais, ou semióticos. Outros elementos também são importantes, pois são elementos de fundo, formam o contexto histórico da produção do jornal. Abordar o texto jornalístico como produto é perceber a existência de grupos que o produzem, permeados por interesses pessoais e coletivos, movendo-se dentro de um conjunto de valores que vai além do próprio grupo, remetendo à sociedade que recebe o jornal. O texto só pode ser lido *com* esses elementos históricos – *com-o-texto*, contexto.

O jornal assim entendido deixa de ser mero “repositório da verdade” para ser visto como *documento*, registro humano das vivências de certos grupos em certos lugares num certo tempo. Registros produzidos por um conjunto de pessoas, as quais interpretam essas vivências de acordo com alguns pressupostos, procurando dar coerência aos seus registros, e propondo-os a outras pessoas como seus registros. Aqui, um jogo de palavras que o português permite: “seus registros” tanto pode significar “os registros do grupo que produz”, como “os registros dos grupos

⁴⁷ Para esta discussão, ver a edição brasileira da coletânea sobre *O Jornal: da forma ao sentido* (MOUILLAUD; PORTO, 1997). Pesquisadores franceses e brasileiros apresentam reflexões sobre aspectos formais, teóricos e metodológicos do estudo sobre a imprensa, como o significado do título, os textos e seções fixas, a relação entre forma e conteúdo, entre diagramação e discurso etc. Inclui, ainda, estudos monográficos sobre a imprensa brasileira – aspectos técnicos e históricos – e uma seção sobre a imprensa televisiva.

que recebem”. Esta ambigüidade, aqui, é proposital, pois nela reside, exatamente, a força da imprensa: a transformação de um ponto de vista específico (“do grupo que produz”) num ponto de vista universal (“dos grupos que recebem”).

No jornal, a memória é cada dia apagada por uma nova enxurrada de fatos. O periódico produz memória mas de uma forma particular: ela se faz como seletividade e, portanto, como técnica de exclusão (inclusão). Por ser apagada a cada dia, não leva à compreensão de coisa alguma mas induz o leitor a crer que, no jornal, tudo é comunicado. [...] A ideologia veiculada pelos jornais tem o seu lado de verdade; a *verdade* da imprensa é seletiva, particular, produzida por muitos, e sempre de acordo com interesses que se inserem na lógica do capital. Os critérios de seleção e construção das notícias e opiniões não se evidenciam para o leitor. Ele vê e consome, com rótulo de veracidade, um produto que representa a síntese de múltiplos e contraditórios olhares. (CAPELATO, 1986, p. 54, 61)

Assim, abrem-se outras formas de abordar o processo de construção do texto jornalístico que não pela discussão estritamente lingüística. A produção do texto é a produção social do acontecimento, logo a produção da memória. Quem produz a memória, produz a história e dá a ela sentido.

Os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser ou não notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão, na verdade, procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento. E, dessa forma, constituem uma memória privilegiada do presente que vai ser objeto de análise do historiador num futuro. Os impressos são, sobretudo, documentos e como tais *monumentos de memória*. [...] Ao selecionar, ao hierarquizar, ao priorizar a informação – dentro de critérios altamente subjetivos – o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva reconstrução do passado. Está também fixando no hoje uma memória futura do próprio acontecimento. E é essa capacidade de ser um dos *senhores da memória* da sociedade que lhe dá um inegável poder. (BARBOSA, 1998, p. 87, 88)

Estudar a atuação da imprensa em um momento específico, num dado recorte espaço-temporal, é estudar as relações de poder dentro de uma sociedade, que moldam a compreensão que esta sociedade tem de si, e do próprio momento que vive. Abordar a imprensa como campo de estudo é, para além da história da técnica jornalística, uma história social: nela estão presentes elementos do jogo de forças que atuam num momento histórico – com destaque para as elites que controlam a escrita e a produção do jornal. Por isso o nome dado por Marialva Barbosa aos jornais cariocas na virada do XIX para o XX, por ela estudados: “*Os donos do Rio*”.

[...] a escrita deve ser vista como elemento básico de construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão do poder. Percebendo-a como seleção e construção, é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder. Tornarem-se senhores dos lugares, das agências da memória é, ao mesmo tempo, ser senhor da memória e do esquecimento. (BARBOSA, 2000, p. 117)

A imprensa não pode ser vista como um mero reflexo da sociedade. Encarar os jornais dessa forma, embora signifique uma sofisticação em relação à leitura tradicional, conserva dela alguns resquícios. Os periódicos são vistos, não como depósitos de dados apenas, mas como documentos nos quais podem ser percebidas as marcas dos processos sociais pelos quais passou a sociedade. Em outras palavras, os jornais seriam janelas, através das quais podemos acompanhar as modificações pelas quais uma sociedade passou, em campos diversos: política, costumes, técnicas, saúde etc. Embora sofisticada, esta abordagem padece de uma grave deficiência, erro de origem na maneira de considerar o processo de produção do documento-jornal.

Pois se o jornal é o produto de escolhas, recortes e seleções, estas não são apenas condicionadas pelo contexto histórico, pela sociedade que recebe o jornal. Elemento forte nesse processo é a postura do jornal, ou dos grupos que nele se apresentam; dito de outra forma, o jornal é a encarnação visível de uma proposição ativa, dos interesses e propostas de grupos que nele se apresentam, e apresentam suas propostas, à sociedade que o recebe. A imprensa não apenas recebe o reflexo da sociedade, mas também projeta sua própria luz sobre ela. Assim, o estudo da imprensa é o estudo do diálogo entre os grupos que produzem um determinado periódico, os outros grupos com os quais estes interagem, e o contexto histórico da sociedade na qual esse diálogo/embate se trava. Como afirma Carla Siqueira,

a importância da imprensa, para nós, está em ser ela não só expressão – *lugar de memória*, documento – de uma época, mas um *sujeito histórico* fundamental, um agente construtor daquele determinado contexto. [...] A retórica da imprensa revela a aventura interpretativa vivenciada por seus profissionais. Movimentando-se entre o tempo longo da história e o tempo curto do cotidiano, entre o desejo de afirmação de uma ordem e a experiência do real, os jornalistas produzem uma leitura ambígua do seu próprio presente. A escrita jornalística é uma escritura do presente e também no presente, sofrendo portanto influências imprevistas. A imprensa é uma *comunidade argumentativa*, que revela uma atualidade conflituosa, porque múltipla. A imprensa não pode ser pensada como uma entidade abstrata, mas sim como um espaço em que os homens experimentam a realidade, formulando múltiplas interpretações. Daí o valor do discurso jornalístico [como] *lugar de memória* de uma sociedade, pois expressa os vários embates constituintes de uma época, revelando a impossibilidade de uma hegemonia, de um discurso dominante de fato. (SIQUEIRA, 1998, p. 67, 69)

Se revela “*a impossibilidade de uma hegemonia*”, a análise do discurso jornalístico revela, também, a intenção de construir “*um discurso dominante de fato*”. Através do controle da produção do evento, pela construção lingüística dos acontecimentos, pela seleção da memória que se guarda, a imprensa deseja possuir o poder de estabelecer a chave hermenêutica através da qual as elites cultas (ou

outros grupos articulados) – e por vias indiretas, toda a sociedade – devem passar a interpretar o momento histórico. De forma ativa, deliberada, intencional, os jornais propõem uma leitura da realidade, atuando sobre essa mesma realidade à qual pretendem dar sentido, modificando-a, procurando fazer valer seus pontos de vista. Assim, *“além de acompanhar o movimento da história, a própria imprensa também se faz sujeito do processo histórico”* (SIQUEIRA, 1998, p. 68).

Sujeito porque construtora da memória, sujeito porque participante dos eventos cuja memória pretende construir: no processo de concentração urbana ocorrido no Brasil no final do século XIX e início do século XX, a imprensa é vista aqui como um dos sujeitos atuantes, e não apenas como registro externo dos acontecimentos. Ao historiador preocupado com a história social da imprensa, coloca-se a questão: qual o papel por ela desempenhado no processo de urbanização?

Obviamente tal pergunta não possui uma resposta única. Até porque não existe “a imprensa” brasileira, ou mesmo mineira. Existem jornais, que atuam a partir de algumas noções básicas gerais, mas também enraizados num contexto específico – daí a importância dos estudos regionais sobre a imprensa, desafio que este trabalho procura enfrentar quanto a certas especificidades da imprensa mineira.

Parte da resposta pode ser pensada, inicialmente, em termos amplos, pois os diversos periódicos que compõem a imprensa brasileira no período possuem características que permitem algumas generalizações. Uma delas é a imagem que a imprensa constrói de si mesma, e que passa a ser, em larga escala, a imagem consagrada da atividade jornalística. Buscando substituir outros mecanismos de difusão de idéias e transmissão de notícias, tais como a igreja, as redes informais de comunicação e mesmo os anúncios oficiais, a imprensa se colocou como a instituição capaz de apontar o caminho a ser trilhado pela cidade. Assume para si o papel de guia, de condutora da sociedade – um elemento que até hoje compõe o imaginário em torno da imprensa.

A consolidação da imprensa no Brasil se deu dentro do cenário maior da consolidação da modernidade burguesa capitalista, a partir da Europa Ocidental. Assim, não é estranho que a imagem da imprensa como condutora da sociedade tenha sido formulada, antes, na Europa. Lá, como depois aqui, tal prerrogativa derivaria de duas características que eram apresentadas como intrínsecas à própria atividade jornalística: um maior conhecimento e um melhor discernimento da

realidade, que subsidiariam tanto um juízo mais preciso para perceber o que está errado, quanto para definir como fazer o certo; e a ausência de interesses outros que não o bem-estar da comunidade, o que impediria que os juízos formulados pela imprensa fossem “contaminados” por outros critérios que não o bem-comum. Mesmo quando havia críticas à atuação da imprensa, estas geralmente se baseavam na falha em alcançar tais ideais.

Em Portugal, a Geração de 70 vituperará acerbamente as mazelas do jornalismo do tempo, mostrando-se defensora incansável de suas virtualidades positivas a exigirem uma prática atuante, esclarecedora, que sacudisse “as consciências” e tirasse o país de uma sonolenta e lamentável inércia. No Brasil, não é diferente o quadro. Pontifica-se acerca da missão libertadora do jornalista e lamenta-se o que de torpe e caluniador ainda se registra. [...] O que se nota, na verdade, é que em cada novo órgão que se inaugura constitui procedimento habitual a alusão às nobres funções do jornalismo e, enquanto justificativa do seu início, a proposta de ser-lhes fiel ou de corrigir desvios[...] (Miné, 2000, p. 180)

Dois espaços são privilegiados para se perceber a construção dessa auto-imagem dos jornais: os títulos e os editoriais de apresentação, ou de lançamento, como os chama Eliza Miné. Os títulos são sempre a primeira apresentação de um jornal, e dão a ele uma designação própria, como também atribuem a ele um perfil distintivo.

O nome-de-jornal não é mais objeto da leitura, torna-se seu envelope. Ele se retira acima de todos os outros enunciados. A partir desta posição destacada, assegura a coerência e a continuidade dos enunciados à maneira de uma pressuposição. Constitui o princípio de uma espera, por parte do leitor, de certos enunciados. Firma um pacto com o leitor que, por ser implícito, não é, do mesmo, menos significativo (e que o leitor sempre pode opor, em uma de suas cartas de protesto, a seu jornal, caso, por exemplo, estime que o pacto foi traído. Cartas estas que as redações recebem todos os dias). (MOUILLAUD; PORTO, 1997, p. 86)

Estudando a imprensa periodista portuguesa no final do século XIX, Eliza Miné destaca os títulos dados às publicações como indicadores de suas pretensões em termos de reconhecimento pelo público leitor.

Dentre os títulos mencionados: “O que Somos e o que Queremos”, “Quem Somos e ao que nos Propomos” indiciam mais claramente o caráter pragmático de tais produções, que, enquanto atos de fala põem em comunicação direta jornal/leitor, podendo ser rastreada a presença formal dos dois interlocutores, bem como o modo de sua intercomunicação. Os dois títulos que encerram o levantamento feito na amostra: “A Nossa Missão” e “Vox populi, vox Dei” apontam diretamente para o papel que a imprensa se atribui no tecido social e a imagem que de si mesma procura projetar [...]. (Miné, 2000, p. 177)

Da mesma forma, poderiam ser arrolados títulos de jornais brasileiros. O veterano *Jornal do Brasil*, ou ubíquo *Jornal do Comércio*, publicações que circulavam por todo o território nacional na virada do XIX para o XX, traziam estampadas suas pretensões e vinculações. Estas podem ser designadas por uma

idéia neutra, como *O Compilador* de Ouro Preto, primeiro jornal impresso em Minas Gerais. Ou uma proposta mais ativa: o juiz-forano *Pharol*, ou *A Estrela Polar* de Diamantina, lembram aos leitores que a imprensa não pretendia apenas refletir a sociedade, mas guiá-la, projetando sobre ela suas luzes, firmes como ponto de referência.

Também nos editoriais de lançamento, publicados geralmente no primeiro exemplar de um jornal – que algumas vezes se tornava o único – podem ser encontradas as linhas gerais que o periódico pretendia fossem suas marcas identificadoras. O *Sete de Setembro*, por exemplo, no editorial do primeiro número, publicado a 07/09/1886, afirma visar “*a união e a regeneração do partido conservador*”, do qual é o órgão oficial em Diamantina. Na sua estréia, mais de duas décadas depois, o *Diário Mercantil* manteve a prática, e apresentou aos leitores de Juiz de Fora suas pretensões:

Aspirando um modesto lugar em o meio da imprensa mineira, surge hoje, para a nobre vida da publicidade, este novo jornal. [...] É evidente que não poderíamos pretender esse apoio [da opinião pública] se não afirmássemos desde logo que os interesses das classes productoras do paiz, quando legitimos, terão em o “Diario Mercantil” um advogado solícito e fiel. // E de defensores solícitos e fieis precisam sempre, e especialmente nesta hora, a lavoura, o commercio e a industria, as tres grandes forças de onde promanam a riqueza particular e publica, e, portanto, o bem-estar do paiz. (*Diário Mercantil*, 23/01/1912)

Como podemos ver, há uma ação deliberada por parte dos órgãos de imprensa para criar sua própria identidade, numa tentativa de evitar que esta seja construída por forças externas ao próprio jornal – quer por outros jornais, quer por outros grupos políticos. Generalizando, é possível dizer que a imprensa procura construir sua própria imagem para o público leitor.

Ao colocar-se diante de seu público, toda publicação periódica procura, através de um texto de apresentação ou editorial de lançamento, manifestar os objetivos a que se propõe: diz a que vem e como pretende ser, preocupando-se ainda, freqüentemente, em justificar a sua aparição. [...] Os editoriais de apresentação de jornais e revistas não nos permitiriam também apreender e discutir a imagem que a imprensa procura dar de si mesma e o lugar que se arroga na sociedade? (Miné, 2000, p. 171)

Que imagem é essa? Parece ser característica geral da imprensa brasileira, como de resto também da imprensa européia, a pretensão de ser guia e orientadora moral da sociedade. Para tanto, a imprensa deve apresentar-se não apenas melhor qualificada – e para isso servem as credenciais dos *homens de imprensa*, bem preparados – mas, acima de tudo, como sendo capaz de evitar os desvios causados pelos jogos de interesse presentes na sociedade. Uma das maiores prerrogativas da

imprensa para reivindicar o papel de guia moral da sociedade é, portanto, o exato oposto do que se argumentou até aqui. Se a produção do jornal é trabalho seletivo, no qual atuam interesses e poderes, a imprensa precisa apresentar-se como o contrário disso: “espaço neutro, balizado apenas pela verdade dos fatos”. Embora haja exceções: a imprensa operária, por exemplo, assumia quase sempre sua perspectiva classista. Embora esse tipo de imprensa não seja o enfoque deste trabalho, convém lembrar que há algumas características comuns entre o jornal dos movimentos de trabalhadores e a imprensa produzida pelas elites letradas, especialmente sua pretensão à posição de vanguarda e liderança da sociedade.

Mesmo quando declaradamente ligados a algum grupo político ou social, os jornais vinculados às classes dirigentes destacavam sempre seu compromisso com a verdade e o bem público:

PHAROL. Periodico politico e noticioso. *Publica-se em Juiz de Fora, duas vezes por semana.* Apostolo da idéa liberal tem este periodico desde a sua fundação (1866) pugnado pelos princípios deste partido. Quanto às notícias do estrangeiro e do império é constantemente publicado um extracto dos factos importantes. Suas columnas estão francas para qualquer escripto relativo ao bem publico ou a interesses de qualquer municipio ou do paiz em geral. Apenas se nega à discussão da vida privada. (*Pharol*, 09/04/1870)

“**Correio do Norte**” // A redacção do “Correio do Norte”, por accordo, resolveu dar ao seu periodico o titulo de – DIAMANTINA – que traduz com mais propriedade a idéa que domina seu programma. // Não deixará, entretanto, em tempo algum, de, sob este titulo, defender os altos interésses do Norte, de que será sempre a sentinella alerta e fiel, no posto que lhe cabe no jornalismo mineiro. (*Diamantina*, 29/11/1913)

Esses jornais apresentavam-se como se fossem um espaço neutro, não apenas no sentido de distanciar-se dos interesses de grupos, notadamente políticos ou sociais. Num tempo em que a verdade identificava-se com a ciência positivista, a imprensa deveria ser para seus leitores o espaço onde os fatos seriam narrados, expostos, de forma objetiva e neutra. O uso patente da tecnologia, como o telégrafo, o telefone e posteriormente as ilustrações – especialmente a fotografia – confirmam esse caráter de factualidade, que se confunde com a emergência da tecnologia. Em tudo isso, o jornal se apresenta como o servidor da comunidade:

O Pharol, além do serviço telegraphico, passa a ser impresso a partir das 4 horas da tarde, a fim de melhor receber as notícias; funcionará á noite, sendo distribuído ás 5, como sempre. (*O Pharol*, 23/11/1886)

Serviço Telegraphico [...] Para melhor corresponder a tamanha generosidade não medimos sacrificios, esforçando-nos por tornar o nosso jornal verdadeiramente util ao povo, a quem desejamos sinceramente servir.// É assim que providenciamos, nesta data, sobre o serviço telegraphico que pretendemos inaugurar, dando as noticias mais importantes do Rio e da Capital mineira. (*A Idéa Nova*, 06/05/1906)

O próprio “jornalista” seria considerado verdadeiro na medida de sua aproximação à aura de certeza e confiabilidade conferida pela “cientificidade”:

A subordinação do jornalista aos fatos pressupõe objetividade, relato fidedigno. Assis Chateaubriand reforçou essa idéia quando se referiu [...] ao repórter como um “pesquisador da notícia”. A objetividade na coleta de informação aqui se equipara à do cientista, tal como a concebeu a perspectiva positivista. A sociologia positivista, ao erigir o fato social à condição de coisa passível de ser captada e analisada a partir de uma relação de exterioridade, consolidou uma noção de objetividade que privilegia a posição do sujeito – o pesquisador cientista. Os periodistas introjetaram essa concepção. (CAPELATO, 1986, p. 49)

Consolidada sua confiabilidade, como portadora de uma certa verdade, definida por uma compreensão cientificista do mundo, a imprensa pode desempenhar mais um papel: o de porta-voz da vontade popular, ou sua intérprete. Talvez fosse mais correto, até, dizer que as elites entendiam-se como formuladoras da vontade popular; várias pesquisas apontam para o fato de que as elites do final do século XIX e início do XX não tinham a população como capaz de organizar-se para aquilo que eles consideravam uma boa vivência política.⁴⁸

A boa imprensa, digna, honesta, moralizadora, é aquela – segundo as idealizações correntes – que se paute pela busca da verdade, que pregue a conciliação, a ordem e o respeito à lei. É aquela que publica a verdade dos fatos. A imagem construída pelos jornais define-a como uma instituição imparcial e portadora da verdade. A essas idealizações uma outra é ainda acrescida: a de intermediário entre a população e o poder público. (BARBOSA, 2000, p. 121)

É interessante demarcar o esforço empreendido pela imprensa na afirmação de sua legitimidade. O auto-retrato construído pela imprensa é o de um instrumento direto e imediato de ação educativa. A imprensa ora se apresenta como expressão da opinião pública, ora como sua formadora e guia. Em ambos os casos, afirma-se como mediadora entre os cidadãos e o governo, e portanto, como peça fundamental do funcionamento do regime. Constrói um reconhecimento social do jornal enquanto espaço de criação de verdades e de conceitos universais. Sua função pedagógica vem respaldada pela afirmação do caráter científico da atividade intelectual que marca o século XIX. A imprensa teria a patriótica missão de guiar a opinião pública. (SIQUEIRA, 1998, p. 68)

Assumindo os papéis de conselheira das elites, guia da opinião pública, educadora das classes subalternas, a imprensa desempenhará uma das suas funções mais importantes: a tentativa de construir uma cosmovisão hegemônica. Nas primeiras décadas do século XX, Gramsci já percebia a importância da imprensa na fundamentação cultural da dominação de classe. A atividade dos jornalistas, “intelectuais orgânicos”, foi por ele comparada, em importância e complexidade, à administração política (GRAMSCI, 2000, p. 235; ver p. 195-251). Mesmo fora dos países desenvolvidos centrais, como na península italiana ou no

⁴⁸ Para exemplos em relação ao Brasil, ver, entre outros, CARVALHO, 1987; FERREIRA; DELGADO, 2003; PAMPLONA, 2003; e SEVCENKO, 2003.

Brasil, a imprensa já se propunha a ser um importante reforço na consolidação do discurso das elites dominantes.

Uma das formas pelas quais a imprensa desempenhava essa função era pela universalização de certos conceitos. Pode-se falar de um “ambiente” criado pela leitura dos jornais, levando a que certas idéias, pela exposição rotineira e positiva, passassem a fazer parte do imaginário cotidiano dos leitores. Pela repetição, pelo reforço positivo, pela rejeição de argumentos contrários, o jornal vai, aos poucos, tornando natural um sistema de idéias, até o ponto em que este passa a ser pré-suposto, ou seja, incorporado ao sistema de valores dos leitores do jornal – vira um pressuposto para a avaliação de qualquer outra notícia ou artigo. Como lembra Gramsci,

as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas”, de acordo com “fórmulas de autoridade” variadíssimas e incontroláveis. (GRAMSCI, 2000, p. 207)

Este é o objetivo maior de toda ideologia, parte mesmo da definição do conceito de ideologia em Marx: o controle e a naturalização do sistema de crenças e valores.

Cabe, finalmente, salientar que a imprensa se configura como um veículo de ideologia muito particular. Sua especificidade reside em que ela se expressa em dois campos: nas informações (notícias) e nas idéias (contidas nos editoriais e artigos). Estes dois aspectos da imprensa não se excluem; ao contrário, entrecruzam-se. Disso resulta a particularidade dos jornais na atuação social. Como o discurso e a prática jornalística estão situados entre os resultados da cultura burguesa e a quase infinita variabilidade dos acontecimentos, opinião e informação aí se complementam. Nesses dois planos, a “consciência” jornalística exerce o papel de intermediária, adequando os “valores eternos” às necessidades imediatas suscitadas pelas lutas na sociedade civil. (CAPELATO, 1986, p. 61)

Maria Helena Capelato lembra aqui um fato importante. Não é apenas nos textos explicitamente opinativos que a imprensa busca desempenhar um papel, que poderíamos classificar como “pedagógico”. O destaque dado a certos eventos, a frequência com que certos tipos de notícias aparecem, o lugar que estas ocupam, comentários feitos ao longo do texto, ou mesmo em outros espaços do jornal, tudo isso ajuda a compor o perfil de uma publicação. Desta forma, por exemplo, percebe-se claramente como o *Pharol*, de Juiz de Fora, difundia a ideologia do progresso entre seus leitores na década de 1880:

Qualquer novidade tecnológica merecia ser comunicada à cidade nas páginas do jornal: experiências francesas para a construção de um coração artificial, a invenção de um aparelho na Suécia para localizar trens, impedindo choques, um “systema radical para cortar as arvores” através de pilhas com fios eletrificados, na Índia, o projeto do canal do Panamá, o

uso da eletricidade para fins médicos em Bruxelas, a instalação de um engenho de açúcar hidráulico em Ponte Nova etc. (GOODWIN Jr., 1997, p. 198)

Mesmo os anúncios ajudam a compor esse cenário de modernidade. A análise dos produtos anunciados em jornais tem sido importante instrumento para conhecer os hábitos de consumo e as novas demandas, geradas especialmente pelas elites. Um outro aspecto desses anúncios, porém, precisa ser considerado:

As notícias sobre a proximidade da chegada de circos de cavalinhos ou de grupos de teatro ambulante enchiam as páginas dos jornais, publicados nas várias cidades, dias ou até mesmo semanas antes do acontecimento. Esses primeiros contatos visavam afastar a desconfiança com que os aguardavam e evitar possíveis conflitos com as autoridades locais e com a população. (DUARTE, 1995, p. 32)

Embora trate dos grupos artísticos nômades em Minas Gerais no século XIX, Regina Horta Duarte assinala pelo menos dois importantes efeitos exercidos pelos anúncios impressos em jornais. Primeiro, a óbvia antecipação do evento tem o resultado de gerar expectativa e desejo – anunciar para criar a demanda. Da mesma forma que os saltimbancos, outros anunciantes – e a imprensa, como um todo – acabavam por gerar uma demanda por certos produtos, os quais eram muitas vezes identificados explicitamente com o advento da modernidade. Este é um dos aspectos do que Gramsci chamava de jornalismo integral, *“jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área”* (GRAMSCI, 2000, p. 197).

A modernidade era então o elemento que facilitava a venda do produto, que garantia sua validade; mas, ao mesmo tempo, era também vendida, difundida, pelo uso do produto – que se tornava, em efeito circular, garantia da validade da nova forma de vida. De dentaduras a telefones, de remédios a ferramentas, de roupas a alimentos, muitos são os produtos anunciados que constroem esse jogo de referências para os leitores dos jornais, como veremos à frente.

Um segundo resultado era buscado pelos saltimbancos, e por todos os outros anunciantes – e aponta, mais uma vez, para a representação de verdade que as páginas impressas carregavam consigo. Pois assim como os artistas procuravam espantar incertezas e apaziguar temores pela publicação antecipada de seus anúncios, também outros produtos precisavam quebrar preconceitos e resistências. Afinal, a modernidade propunha-se, também, a modificar hábitos arraigados,

especialmente no que diz respeito aos costumes higiênicos, de vestimenta, e de lazer. Aqui, pesa o valor da palavra impressa, do “preto no branco” (embora muitas páginas fossem na verdade amareladas, pelo tipo de papel): anúncios e comentários publicados adquirem, pela própria materialidade da publicação, ares de confiabilidade, de verdade irrefutável.

Portadora da verdade, porque detentora do conhecimento sobre a modernidade, exposto nas notícias e nos artigos. Defensora da verdade, porque isenta de interesses outros que não a afirmação do que é correto e moral. Difusora do conhecimento, porque distribuível, articulada, e capaz de provar, por exemplos e pelo discurso organizado, que seus pontos de vista funcionavam para o melhoramento da vida – em alguma cidade de Minas Gerais, no Brasil ou em qualquer outro canto do mundo. Ao final do século XIX, a imprensa possuía prerrogativas que a tornavam excelente instrumento para definir os caminhos que a modernização urbana deveria trilhar.

Isto é ainda mais visível em regiões onde, pela própria história econômica e política, a modernização chegava com atraso em relação aos grandes centros. Onde outros grupos da sociedade tinham pouca, ou nenhuma, articulação para propor projetos diferenciados. As elites cultas, que tinham na imprensa uma tribuna privilegiada para expor suas idéias, dão aos seus papéis-jornais esse papel: o de explicitar seu desejo de contribuir para a educação dos povos.

A imprensa, liberrima moralisadora dos factos, batendo-se fortemente contra os absurdos, não póde deixar de reclamar [contra a abertura de tavernas nos anexos do prédio do Externato e Escola Normal]. (*Sete de Setembro*, 10/12/1888)

Diretamente, através de editoriais e artigos comentados, ou indiretamente, através de notícias e anúncios, os jornais difundem a modernidade. Se não o conceito explícito, ao menos o *espírito de época*, a mentalidade, as atitudes, hábitos, costumes, especialmente em termos práticos: uso de instrumentos e tecnologias, regras de comportamento, valores estéticos, moda. Nas páginas dos jornais, um verdadeiro mapa para guiar tanto as elites quanto os despossuídos nas sendas do novo mundo que a modernidade oferecia. E do qual nenhuma população que aspirasse ao desenvolvimento material poderia ficar de fora.

A vida moderna é a luta, o trabalho. [...] No mundo civilizado é uma única a divisa: ordem, progresso e liberdade! [...] De tudo isto junto procede a methodica vida moderna. Em cada individuo um batalhador, em cada trabalhador um operario da luz. [...] *Transpira-se o meio* em que se vive. Ninguém elegantemente abdica das honras de sua epoca. Todos são ou querem ser do seu tempo. [...] Alencar, se vivesse, inspirar-se-hia descrevendo com mais facilidade a

vida apaixonada de uma mulher do *café inglês* [...] As *cocotes*, a quem outr'ora adoravão-se as formas voluptuosas, são hoje olhadas pelo lado científico, desejando obtel-as para mesa de amphiteathro anatomico. Em vez da candêa, o gaz. A orgia de hoje já não é a mulher, nem o *cancan*, ou a algazarra; é a palestra científica ou politica... [...] Eis a vida moderna, a civilização. *Le monde marche*. ("O Modernismo", *Pharol*, 01/03/1885)

Esse suposto papel educativo não gera apenas artigos propositivos, objetivando inculcar nos leitores os princípios da vida moderna. A imprensa assume, também, a função de guardiã desses princípios. Inúmeros serão os artigos e as notícias comentadas que adotam uma postura crítica em relação à implementação da modernidade, quer pela forma como isso se dá, quer pelo conteúdo, pelo resultado. Estas críticas são direcionadas, muitas vezes, aos órgãos públicos, reprovados pela sua inoperância, pela lerdeza na ação, pela falta dela. Obras públicas e policiamento são os principais motivos encontrados para criticar os governantes.

Collaboração / Questões Municipaes. Si lançarmos um pouco as nossas vistas sobre as questões que se prendem á administração municipal, varios são os melhoramentos que muito interessam á collectividade e que como inadiaveis se impoem. [...] De facto, esse mercado disforme que, com todas as suas inconveniencias, se ostenta no bello largo do Barão do Gauicuhy, não pode de modo algum continuar, a não ser que ali perdure como padrão de vergonha para todos nós, expondo aos olhos do nosso visitante quadro tão inconveniente. A sua remoção é uma necessidade, pois, mesmo melhorado, não poderá satisfazer as exigencias da população, que, em pleno uso dos seus direitos, pede cousa mais adequada aos fóros de uma cidade civilisada como a nossa. (*A Idéa Nova*, 03/06/1906)⁴⁹

Também a população comum é objeto das observações da imprensa. Quando o motivo é visto como ignorância, desconhecimento das novas regras de comportamento e civilidade, propõe-se a educação, o ensino como solução. "*Eduquemos o escravo, façamos delle também o que tentamos fazer do ingenuo, isto é, um homem*" (*Pharol*, 20/10/1883).

Quando, porém, percebe-se resistência ou recusa em aderir à nova cultura urbana, advoga-se o enquadramento forçado. O texto abaixo exemplifica bem isso, com o irônico detalhe de que a reclamação contradiz, ao menos na lógica proposta pelos *homens de imprensa*, o próprio nome da rua onde ocorre o problema mencionado:

Uma visita necessaria // Convida-se a patrulha a fazer um pequeno passeio á rua do Progresso, em direcção ao mercado, afim de ouvir bonitas canções e cousas do arco da velha. Esta visita deve ser feita das 9 horas da noite até o cantar dos gallos. (*A Idéa Nova*, 20/05/1906)

⁴⁹ Interessante sinal dos tempos: o "padrão de vergonha" é hoje um dos principais cartões-postais da cidade, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Apesar dessa postura vigilante, em nenhum momento a imprensa condena o processo de modernização (ou o progresso) em si, e sim o que é entendido como desvio, erro ou obstáculo à implementação correta do processo – sempre de acordo com os valores defendidos pelos grupos responsáveis pelo jornal. É importante, também, lembrar que, embora participando de um momento histórico comum, marcado pela adesão ao conceito de modernidade capitalista, nem todos os grupos que dirigem jornais possuem a mesma compreensão sobre as características prioritárias da modernidade.

Exatamente por não serem como se apresentam, isto é, imparciais defensores da “verdade”, os editores e redatores dos jornais apresentam divergências em seus discursos sobre a modernização. Tais divergências emergem, também, dos seus compromissos com grupos políticos, com interesses econômicos e com costumes e tradições locais – algo especialmente forte em Minas Gerais, pelas intensas diferenças regionais.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, alguns periódicos assumiram como verdade a idéia de que a imprensa deveria desempenhar um papel pedagógico, difundindo as luzes da civilização. Este conceito estava presente tanto entre aqueles que produziam os jornais, quanto entre o público leitor. Era um conceito tão forte que atravessava barreiras sociais, enraizando-se também entre grupos excluídos da vida política oficial e do acesso aos meios de enriquecimento – em termos da época, grupos não pertencentes à “boa sociedade”: a “arraia-miúda”.

A relação entre os grupos sociais desprivilegiados e a imprensa é ambígua. Rejeitavam certamente alguns pressupostos da modernidade que era construída a partir dos interesses das elites. A imprensa abolicionista, e depois a imprensa operária, propuseram alternativas à sociedade, desde a divisão de terras ao abandono do capitalismo liberal burguês. E nisso construíram outra imprensa, diferente em conteúdo – e algumas vezes, por razões práticas ou estratégicas, também na forma – da imprensa produzida pelos grupos de elites.

Mesmo esses periódicos alternativos, porém, acreditavam em seu papel educativo, civilizador – prova disto é a própria existência de jornais publicados por negros abolicionistas, por sindicatos operários, por células anarquistas. Mesmo em jornais ligados às elites, é possível perceber, nas entrelinhas, a presença das populações excluídas, quer porque suas cartas e recados eram publicados, quer porque notícias sobre esses grupos eram freqüentes. Nestas, uma leitura atenta

pode perceber as resistências e as práticas de adaptação desenvolvidas por esses grupos face à implantação de um projeto excludente e hierárquico de modernização urbana e da sociedade.

2.2. Os *homens de imprensa*: “cidade das letras”, “cidades de papel”

Entre aqueles que tecem as teias de papel da imprensa, talvez os mais conhecidos e destacados sejam justamente os que nela escrevem. Para o período e os locais aqui estudados, o termo *jornalista* ainda não se aplicava bem, como profissional de imprensa, sendo preferível a expressão “homens de letras”, adaptada da “*ordre gendeleltre*” (“gente de letras”) que Balzac criou para designar os que viviam de escrever na França oitocentista – e que, numa ironia mordaz, acusa do corporativismo dos *gendarmes*, “gente de armas”, os policiais franceses (BALZAC, 1989, p.15).

Em uma de suas obras, que compõe o vasto painel da *Comédia Humana*, este autor francês aborda as *Ilusões Perdidas* um jovem rapaz provinciano que tenta a sorte em Paris. O grupo central de personagens é composto por *homens de imprensa*, e é através das relações construídas dentro deste círculo, e a partir dele, que o autor expõe a sociedade parisiense. Balzac manteve com a imprensa de sua época uma relação ambígua; seus conhecimentos e suas posições transparecem na construção do romance, especialmente nos juízos sobre a atuação daqueles que escreviam os jornais da capital francesa.

Não é recomendável usar o termo *jornalistas* para o Brasil nesta época, ao menos para aqueles que redigem os textos publicados, porque implica uma profissionalização regular, uma concepção de trabalho que ainda não era aplicada às atividades ligadas à escrita da imprensa. Embora muitos dos escritores da imprensa mineira na virada do século fossem regulares em suas contribuições, não é muito comum encontrarmos quem viva disso como principal atividade econômica. Distinguimos aqui os que escrevem daqueles que são empregados nas oficinas tipográficas dos jornais.

Até por esse caráter não-profissional, falar dos homens de imprensa como um grupo, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, é correr um risco enorme. Mesmo em Minas Gerais, onde há uma variada e multifacetada produção jornalística em muitas cidades, ocupando várias pessoas, principalmente homens,

mas também mulheres. Tomados aqui, para efeito de discussão, como membros de um grupo próprio, a “gente de letras”, os “homens de imprensa”.

Em sua obra *A Cidade das Letras*, publicada pouco após sua morte em 1983, Angel Rama elabora uma categoria que pode ser útil para pensar esses homens de imprensa como um conjunto. Para este crítico literário uruguaio, ao longo da história colonial americana formou-se um grupo relativamente coeso, ao menos em termos de valores e práticas, ligado à produção da escrita; é o que Rama chama de “a cidade letrada”. Uma das principais características dessa “cidade letrada” é justamente ser urbana, não rural como boa parte da estrutura sócio-cultural do período:

Ainda que isolada dentro da imensidão espacial e cultural, alheia e hostil, competia às cidades dominar e civilizar seu contorno, o que primeiro se chamou “evangelizar” e depois “educar”. Apesar de que o primeiro verbo foi conjugado pelo espírito religioso e o segundo pelo leigo e agnóstico, tratava-se do mesmo esforço de transculturação a partir da lição européia. (RAMA, 1984, p. 37)

Outra importante característica dos elementos ligados a esse grupo “*foi a capacidade que demonstraram para se institucionalizar a partir de suas funções específicas (donos das letras) procurando tornar-se um poder autônomo, dentro das instituições do poder a que pertenceram*” (RAMA, 1984, p. 47).

Angel Rama privilegia a América Espanhola colonial, e tem como foco principal a formação de uma elite burocrática. Também em relação ao Brasil há uma vasta bibliografia que discute a formação de um *corpus* burocrático, especialmente durante o período imperial. Raymundo Faoro, Fernando Uricoechea, José Murilo de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos, em tempos e perspectivas diferentes, analisaram a construção de um grupo de poder ligado aos cargos administrativos e burocráticos do Império Brasileiro, que sobrevive inclusive à queda da Monarquia, transformando-se num dos sustentáculos da República.

A formação de uma elite burocrática para instrumentalizar o governo do país é perceptível tanto em nível nacional, como municipal. A construção da identidade e funcionalidade da Câmara Municipal de uma cidade como Juiz de Fora, por exemplo, exigiu enormes recursos humanos e financeiros durante a segunda metade do século XIX.⁵⁰

O conceito de “cidade letrada” permite, porém, extrapolar a análise da burocracia governamental, para perceber que o controle da escrita, à medida que se

⁵⁰ Cf. GOODWIN Jr., 1996, especialmente o capítulo III.

torna um requisito da vida moderna, leva à formação de outros grupos de poder. Grupos que, se não estão em confronto direto com as elites governamentais, possuem seus próprios interesses e perspectivas diversas. Tais grupos legitimam-se pela proximidade do Poder, mas também por sua própria atuação na nova conjuntura de modernização do país:

Representando a si mesmos como responsáveis pelos rumos que deveriam ser seguidos por uma sociedade carente de “luzes”, os homens de letras da época (e aqui me refiro a Quintino Bocaiúva, Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo, dentre outros) se investiram do papel de “tutores” e “formadores” de uma parcela da sociedade que, apesar de economicamente dominante, era culturalmente tacanha. Foi com base nesta representação que a literatura se transformou, para eles, num campo privilegiado de intervenção social. (SOUZA, S., 1998, p. 132)

Os homens de imprensa formam, dentro desse novo grupo de poder, uma nova fração de elite, na medida em que assumem um papel importante nessa modernização da sociedade: o “*manejo dos instrumentos da comunicação social*” e a “*ideologização do poder que se destinava ao público*” (RAMA, 1984, p. 49). Em outras palavras, os homens de imprensa ocuparam posição privilegiada na definição do que vinha a ser a modernidade, como atingi-la, quais os juízos de valor a serem aplicados sobre ela; e na difusão e consolidação desses conceitos entre as pessoas atingidas por seus periódicos, leitoras ou não.

[...] as gazetas começam a funcionar dentro de uma precária legalidade, cuja base é já implicitamente burguesa: deriva do dinheiro com que podem ser compradas pelos que dispõem dele ainda que não integrem o Poder. [...] Só [o jornalismo] pareceu dispor de um espaço alheio ao controle do Estado, ainda que, salvo os grandes diários e revistas ilustradas, a maioria dos órgãos jornalísticos, que continuaram sendo predominantemente políticos, como já era a tradição romântica, retribuíram serviços mediante postos públicos [...]. (RAMA, 1984, p. 69, 79)

Assim, pertencer à “cidade letrada” era uma forma de acesso a benefícios pessoais, mas não só. A arte da escrita, o exercício de sua atividade, a participação na imprensa, conferia àqueles que dela participavam um *status* que franqueava as portas do poder, mesmo quando as condições econômicas dos redatores não os classificassem como parte das famílias dirigentes. Como Gramsci já percebera, a condição de intelectual, de *homem de imprensa*, é por si só uma posição de poder. A “cidade letrada” não apenas representa e difunde uma cultura formal. Ela forma e informa os filtros culturais pelos quais se representa a realidade, a ideologia pela ela adquire sentido. A “cidade letrada”, como explicita Rama, tem a tarefa de educar aqueles à sua volta – não apenas conduzir as pessoas, mas principalmente ensiná-las como caminhar nesse novo mundo.

Os *homens de imprensa* do dezenove eram, muitas vezes, mistos de redatores, editores, articulistas e proprietários; os periódicos refletiam de perto posições políticas e posturas pessoais daqueles envolvidos em sua elaboração. Isto é evidente, como vimos, nos nomes dos próprios jornais. Editoriais e artigos assinados esclarecem, também, a posição dos homens de imprensa em relação a diferentes assuntos: comentários políticos, exaltação ou execração de personalidades locais ou nacionais, análise de eventos, exortações ao governo ou à população. Temas e atitudes sempre presentes nas páginas impressas em Minas Gerais, e que permitem ao leitor perceber não apenas o envolvimento direto dos homens de imprensa no cotidiano da sociedade, como a formação de um certo consenso em torno de algumas questões centrais. Entre estas, destaca-se a própria importância da imprensa como “missionária da civilização”, pois a leitura dos jornais deveria ser, nas palavras de Hegel, “*a prece matutina do homem moderno*” (APUD ECO, 1998, p. 88). Os homens de imprensa mineiros do final do XIX e início do XX chamaram a si a responsabilidade de guiar a sociedade, estabelecendo para isso os objetivos a serem atingidos, os caminhos para atingi-los, e os parâmetros pelos quais deveriam ser avaliados. A imprensa pretendeu, enfim, estabelecer as bases sobre as quais deveria ser construída a modernidade, especialmente a definição das políticas urbanas a serem implementadas. Para isso utilizou-se dos meios privilegiados à sua disposição, o prestígio dos periódicos que, na virada do século XIX para o XX, tornaram-se eles mesmos elementos constitutivos da modernidade que pretendiam carregar.

Duas são, basicamente, as frentes de batalha assumidas pelos homens de imprensa em Minas Gerais quanto às políticas urbanas. Por um lado, a cobrança face aos governos municipais, e algumas vezes provincial (depois estadual), de providências relativas a obras de urbanização, abertura de estradas, sanitarismo e higiene pública, iluminação, segurança, controle social. Por outro, a admoestação à sociedade civil, cobrando desta maior empenho na implementação das regras da civilidade, no combate às atitudes e atividades consideradas desonrosas ou bárbaras; enfim, defendendo um comportamento mais adequado à “boa educação”, que seria a característica de uma sociedade civilizada. Para Gramsci, esta era justamente uma das principais características dos jornais italianos no início do século XX: “*eles cumprem duas funções – a de informação e de direção política geral, e a função de cultura política, literária, artística, científica, que não tem um seu*

órgão próprio difundido (a pequena revista para a média cultura)” (GRAMSCI, 2000, p. 218).

Dirigindo-se aos poderes constituídos ou à sociedade, os homens de imprensa atuavam de forma muito parecida. Seus textos muitas vezes procuravam estabelecer, preferencialmente através de exemplos, aquilo que era tido como o modelo ideal – e que seria, em diversas ocasiões, encontrado na Europa civilizada. A partir do modelo, criticava-se a situação encontrada na localidade, ou no país, destacando – claramente em alguns casos, com fina ironia em outros – as deficiências encontradas e suas causas. Como bons pregadores de uma nova sociedade, esses homens de imprensa não se contentavam, porém, apenas em denunciar erros e apontar falhas. Pedagogicamente, indicavam também, às vezes de forma muito clara e direta, os caminhos para solucionar os problemas apontados.

Subjaz a esta atuação dos homens de imprensa uma postura comum: a de que eles detinham o conhecimento do que viria a ser a verdadeira modernidade, e de como esta deveria ser implementada no Brasil. E que era sua obrigação compartilhar este conhecimento com todos, através das suas publicações. Obviamente que, no exame concreto dos diferentes periódicos produzidos em Minas Gerais, surgem interpretações diferenciadas, quer sobre o significado da modernidade, quer sobre sua concretização. Este é exatamente o campo sobre o qual debruço-me aqui: perceber as diferenças e semelhanças, rupturas e continuidades entre o discurso dos homens de imprensa em Diamantina e Juiz de Fora, pólos regionais mineiros. Ainda assim, pode-se afirmar que, liberais ou conservadores, republicanos ou monarquistas, radicais ou moderados, os homens de imprensa assumiam uma postura comum: a de arautos de uma nova política, não apenas urbana, para a sociedade mineira. Esta característica é comum a toda associação, formal ou informal:

Mas toda associação normal concebe a si mesma como uma aristocracia, uma elite, uma vanguarda, isto é, concebe a si mesma como ligada por milhões de fios a um determinado agrupamento social e, através dele, a toda a humanidade. [...] Todas essas relações emprestam caráter (tendencialmente) universal à ética de um grupo, que deve ser concebida como capaz de tornar-se norma de conduta de toda a humanidade. (GRAMSCI, 2000, p. 231)

Tribuna privilegiada, portanto, para a propagação de idéias e conceitos, a imprensa se tornava um espaço político por excelência. É certo que, em muitas localidades, os homens de imprensa tinham estreito contato com os órgãos oficiais do Poder político, além de muitas vezes terem laços com os representantes do

poder econômico em suas regiões. Muitas vezes esses próprios membros das elites político-econômicas tornavam-se homens de imprensa. Em Juiz de Fora, por exemplo, Paulino de Oliveira lista ao menos três homens de imprensa com parentes próximos na vereança, um que se tornou vereador, e explicitamente um jornal, o *Jornal do Comércio*, fundado em 1896, dirigido por homens ligados à política estadual (primeiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, depois João Penido Filho). Em Diamantina, há a tradição consolidada pela atuação de Joaquim Felício dos Santos à frente do *O Jequitinhonha*, primeiro jornal republicano da província, e engajado no movimento abolicionista. Num viés um pouco diferente, *A Estrela Polar* foi fundada pela diocese católica, como instrumento de atuação política também.

A imprensa tornava-se, através dessas ações, parte integrante da “cidade letrada” desenhada por Angel Rama. Sua importância é tanta que Napoleão pretendeu criar um jornalismo oficial, para educar os cidadãos:

Napoleão quisera fazer do diário oficial uma folha modelo, enviada gratuitamente a cada eleitor, com a colaboração das mais ilustres penas da época e com as informações mais seguras e confirmadas de toda parte do mundo. A polêmica, excluída, seria confinada nos jornais particulares, etc. [...] Se a escola é de Estado, por que não será de Estado também o jornalismo, que é a escola dos adultos? Napoleão argumentava partindo do conceito segundo o qual, se é verdade o axioma jurídico de que a ignorância das leis não exime de culpa, o Estado deve manter gratuitamente informados os cidadãos sobre toda atividade, isto é, deve educá-los: argumento democrático que se transforma em justificação da atividade oligárquica. (GRAMSCI, 2000, p. 229-230)

Uma postura aparentemente democrática, uma atividade aparentemente liberal, mas que escamoteia seu caráter oligárquico e mesmo autoritário. Pois, para os próprios homens de imprensa havia uma imagem a perpetuar, a satisfazer: o acesso, de uma clareza quase transcendental, que a imprensa possuiria aos fatos, um quase sacerdócio na defesa da verdade. Desta intimidade nasceria a confiança e a auto-suficiência que levava o redator do *Pharol* a confrontar um de seus principais clientes, a Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, por discordar da maneira como a Feira Industrial de 1886 era preparada (GOODWIN Jr., 1996, cap. IV). É também o que levava o redator do *A Idéia Nova* a escrever longos artigos contra o governo municipal de Diamantina, a propósito da administração da Praça do Mercado (ver, por exemplo, 03/06/1906). Não é o caso de se afirmar uma independência da imprensa face às elites dominantes na sociedade mineira; mas é importante perceber um grau de autonomia dessa fração de elite, letrada, que se via e era vista como uma elite culta e responsável pela propagação das virtudes através das letras – a “cidade letrada” de Angel Rama. Assim compreendido, o espaço de formulação

das políticas urbanas no final do XIX e início do XX, antes de ser um campo restrito aos tecnocratas e às elites oligárquicas, era muito mais dinâmico, dele participando regularmente os homens de imprensa, com seus conceitos e suas propostas.

Aqui, pode nos ser útil o conceito gramsciano para melhor compreender a atuação dos homens de imprensa:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. (GRAMSCI, 2000, p. 15; 17)

Esta função exercida pelos intelectuais está bem clara no comentário que Silvia Cristina Martins de Souza faz sobre a atuação de José de Alencar – participante ativo da vida política, inclusive partidária – e outros intelectuais na imprensa e no Conservatório Dramático:

A “nobre” missão que se auto-atribuíam nos aparece com a outra face: a de uma função controladora, função esta, no entanto, exercida em nome de objetivos ditos civilizatórios, impondo suas visões de mundo sobre outros grupos. Por outro lado, a situação privilegiada dos intelectuais, na imprensa ou na censura, os colocava, de certa forma, alinhados com o poder constituído, o que lhes permitia ditar a reprodução de meios de produção simbólica, a partir de um padrão de gosto compartilhado por eles e pelo segmento social com o qual se identificavam. (SOUZA, S., 1998, p. 133)

Para Gramsci “a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica”, e as escolas de jornalismo cuja criação ele advogava para a Itália deveriam considerar que “as funções de um jornal deveriam ser equiparadas às funções correspondentes na direção da vida administrativa” (GRAMSCI, 2000, p. 78; 235).

Esses homens de imprensa eram, portanto, uma fração de elite, um grupo a serviço da dominação, produzindo seus jornais como parte de um projeto maior de sociedade. Um grupo que construía, entretanto, um discurso de identidade própria dentro do conjunto das elites dominantes. Um grupo articulado, com capacidade e instrumentos para difundir valores e montar uma representação própria do mundo. Daí sua grande importância, e a atenção que recebeu como objeto de reflexão e crítica, até mesmo (e talvez principalmente) pelos próprios membros do grupo.

Homens de letras refletindo sobre a atuação dos homens de imprensa e dos jornais: eis um dos temas encontrados na literatura européia e brasileira na virada do século XIX para o XX. Balzac e Eça de Queirós construíram marcantes personagens e textos em torno das atividades da imprensa européia oitocentista. No Brasil, Lima Barreto construiu suas recordações da imprensa carioca na voz do escrivão Isaías Caminha. Comum aos três autores, uma abordagem da imprensa que mesclava profundo conhecimento do seu funcionamento interno com um gosto amargo e decepcionado, resultante da percepção dos seus vícios e seus desencantos – e talvez das frustrações pessoais.

Lima Barreto revelou o improvisado e o desleixo com que a imprensa carioca da virada do século XIX para o XX trabalhava. Mais virulenta ainda, porém, era sua denúncia das relações espúrias entre o mundo da imprensa e as esferas do poder público. Se em Balzac a ênfase estava nos benefícios que os “jornalistas” recebiam na França do início do século XIX em termos de conforto, prestígio e poder, Lima Barreto pesa a mão sobre os negócios do jornal e dos jornalistas com a coisa pública, utilizando para isso “*os recursos básicos da sua ficção [que] consistem inelutavelmente na ironia e na caricatura*” (SEVCENKO, 2003, p. 197).

As relações de poder na vida pública do Rio de Janeiro estão dispersas em vários de seus escritos. Em relação à imprensa, é sem dúvida nas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, que esse tema aparece pleno, tanto através de falas e discursos, quanto pelas situações retratadas no romance.

O texto foi originalmente publicado, ao menos sua primeira parte, como folhetim na revista *Floreal*, de Lima Barreto, em 1907, saindo em livro em 1909. A revista *Floreal* pretendia ser uma experiência de liberdade literária e editorial, contrapondo o entusiasmo dos periódicos empresariais pelas novidades tecnológicas, à qualidade dos escritos e dos colaboradores. Foi um retumbante fracasso comercial, mas serviu de espaço para experiências enriquecedoras, e foi o primeiro palco para *Isaías Caminha* aparecer (RESENDE, B., 1993, p. 76ss).

Ao longo das peripécias de Isaías Caminha para se tornar um jornalista, Lima Barreto cria situações que revelam a rotina das redações, os jogos de poder e influência dentro delas e em torno delas, a participação dos jornais em negócios, visando lucro financeiro ou político. Critica a qualidade dos textos, a ausência de rigor nas informações, as generalizações raciais, e mesmo a excessiva importância que o jornal adquire na vida urbana. Em tudo isso, porém, nota-se uma certa

concepção latente do que a imprensa *deveria ser*, contrariamente àquilo que o autor apresenta *como sendo*.

Em vários momentos Lima Barreto revela o que seria a visão do senso comum sobre os “homens de imprensa”:

Escrevia nos jornais; era o bastante. E essa sua admiração, se era de fato esse o sentimento do padeiro, pelos homens dos jornais levava-o a respeitá-los a todos desde o mais graduado, o redator-chefe, o polemista de talento, até ao repórter de polícia, ao modesto revisor e ao caixeiro de balcão. Todos para ele eram sagrados, seres superiores ou necessários aos seus negócios, pois viviam naquela oficina de Ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses e mortais, e os escudos capazes também de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses. (LIMA BARRETO, 1989, p. 38)

Participar de uma redação de jornal era algo extraordinário, superior, acima das forças comuns dos mortais; e eu tive a confirmação disso quando, certa vez, na casa de cômodos em que eu morava, dizendo-o ao encarregado que trabalhava na redação do *O Globo*, vi o pobre homem esbugalhar muito os olhos, olhar-me de alto a baixo, tomar-se de grande espanto como se estivesse diante de um ente extraordinário. (LIMA BARRETO, 1989, p. 134).

Lima Barreto não pretendia mostrar apenas o que seria a visão da gente comum sobre a imprensa, mas também denunciar a corrupção da imprensa carioca. No romance ele mostra como ser parte dos “homens de imprensa”, esses “entes extraordinários”, abria portas e vergava leis, numa sociedade em que os contatos, saber com quem se falava, era algo muito importante. Preso por suspeita de roubo, o personagem Isaías Caminha recebe do delegado importante lição:

- Você não tem relações aqui, no Rio, menino?
- Nenhuma.
- Admirou-se muito, extraordinariamente, a ponto de repetir de outro modo a pergunta:
- Mas ninguém? Ninguém?
- O meu conhecimento mais íntimo é o doutor Ivã Gregoróvitch Rostóloff – conhece?
- Oh! Como não? Um jornalista, do *O Globo*, não é?
- Esse mesmo.
- Por que não me disse logo? Quando se está em presença da polícia, a nossa obrigação é dizer toda a nossa vida, procurar atestados de nossa conduta, dizer os amigos, a profissão, o que se faz, o que se não faz...
- Não sabia que era um homem importante, por isso...
- Pois não! Um jornalista é sempre um homem importante, respeitado, e nós, da polícia, temo-lo sempre em grande conta... Vá-se embora, disse-me ele por fim, procure mudar-se daquele hotel quanto antes... Aquilo é muito conhecido... Os furtos se repetem e os ladrões nunca aparecem... Mude-se quanto antes, é o meu conselho. Vá! (LIMA BARRETO, 1989, p. 86-87)

Assim como Balzac, Lima Barreto expõe os benefícios auferidos por aqueles que tinham a “*honra suprema de pertencer ao jornalismo*” (p. 163), como o estudante de medicina que escrevia contos para o jornal: “*Na escola, as distinções vinham-lhe do seu prestígio de jornalista; no jornal, a sua superioridade partia das suas distinções na escola*” (LIMA BARRETO, 1989, p.168). Além dos benefícios individuais, havia também os negócios em que o jornal, como empresa, garantia

contratos, facilitava vendas, agenciava negociatas, envolvendo muitas vezes dinheiro público. Como demonstra Marialva Barbosa, os jornais,

transformados em grandes empresas, importando modernos equipamentos, aumentando o número de suas páginas e a tiragem dos exemplares, dependem não apenas do pequeno anúncio, da publicidade particular, mas sobretudo da verba oficial para a manutenção das empresas. (BARBOSA, 2000, p. 148)

É sabido que a vida de Lima Barreto foi muito atribulada, e suas relações profissionais com a imprensa não foram nada tranquilas.

A referência à rejeição pela sociedade é uma constante invariável em sua obra. Preto e pobre, era preterido no trabalho, reprovado na Politécnica, discriminado pelos literatos, perseguido pela imprensa – enfim, discriminado pela vida. Lima Barreto sentia-se assim constantemente humilhado pela sua cor e esse sentimento está amalgamado à sua produção literária, manifestando-se em todas as circunstâncias ora muito claramente, ora apenas nas entrelinhas. (MACHADO, M. C., 2002, p. 56)

Talvez por tudo isso Lima Barreto seja tão acre em denunciar a maneira assoberbada, irresponsável e improvisada com que se fazia um jornal, como no caso do “Crime em Campo Grande”, capítulo XX do *Isaías Caminha*, em que praticamente se inventa toda a trama para publicação. Dos chavões previamente preparados às lacunas preenchidas (ver o exemplo de Adelmo, “*a imaginação do jornal*”), passando pelos elogios arranjados, Lima Barreto traçou um retrato – quiçá exagerado – de um produto sem grandes compromissos com a busca da veracidade, ou mesmo preocupado com um mínimo rigor profissional.

Naquela hora, presenciando tudo aquilo eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho de prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões. Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição! (LIMA BARRETO, 1989, p. 131)

Eis-nos às voltas novamente com o caráter fantasmático da modernidade, agora tratando explicitamente da imprensa. Diante deste quadro, fica ainda mais gritante o contraste com a imagem comum sobre a imprensa – e pior ainda quando confrontada com a imagem que os próprios “homens de imprensa” tinham de si: “O pensamento comum dos empregados em jornal é que eles constituem, formam o pensamento do nosso país, e não só o formam, mas ‘são a mais alta representação dele’. Fora deles, ninguém pode ter talento e escrever [...]” (LIMA BARRETO, 1989, p. 187). Um comentário que se aproxima da maneira como Balzac retrata Lousteau, e a produção dos jornais em *Ilusões Perdidas*:

O fato mais grave, porém, o que mais aturdia a sensibilidade do escritor, era o virtual e nefasto monopólio da opinião pública urbana assegurado pela imprensa. Único meio de comunicação social de ampla penetração no período, quem quer que, pela posição, relações ou recursos, tivesse condições de influir sobre uma ou um conjunto de redações, teria plena projeção pública, recebendo dividendos na forma de mercados, solicitações, notoriedade, respeitabilidade, convites, promoções [...] e o que ocorria com homens aconteceria também com idéias, opiniões e obras. (SEVCENKO, 2003, p. 207)

Apesar disso, ou talvez por tudo isso, Lima Barreto não nega o poder da imprensa para influenciar pessoas e eventos. Várias são as menções às carreiras literárias ou políticas sustentadas pelo jornal; a revolta dos calçados obrigatórios, alusão aos movimentos populares contra as regras de civilidade republicana, mostra como o jornal conseguia, através de campanhas longas e ataques pesados, influir até mesmo na opinião da população em geral. Mesmo desgostando dos resultados, Lima Barreto, como Balzac e Eça de Queirós, reforçam a idéia de que a imprensa havia mesmo se tornado, na consagrada expressão, ironicamente utilizada por Lima Barreto, o “quarto poder”. Um desencanto ecoado também por outros escritores, menos famosos, a registrar suas opiniões em jornais do interior do país:

O triste e enfadonho lidar da imprensa traz, quase sempre, e muito especialmente em pequenos centros como é o nosso, dissabores e desgostos que produzem muitas vezes o desejo de quebrar a penna e mandar tudo para o inferno. (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)

Sou um descrente a respeito do concurso social da imprensa e chego a invejar os colegas que ainda creem no seu valor, convencidos de que seja ella realmente o “quarto poder”. // Pelo menos, o jornal de provincia não passa de uma folha de annuncios e de notas de factos já passados. Quando um jornal noticia que se vai realizar um acontecimento qualquer, importante ou não, pouca gente lhe dá credito. [...] (*Diario Mercantil*, 05/05/1912)

E ainda assim, podemos encontrar nos textos escritos nos jornais, em meio ao sarcasmo, às críticas e às decepções, o pressuposto de que a imprensa *era* assim, mas não *precisava ser* assim; mais, não *deveria ser*. Há uma idéia pré-suposta, um pressuposto de que a real missão da imprensa é a informação e a formação das mentes e dos corações num caminho de cultura e educação mais elevado, mais refinado – e mais respeitado. De certa forma, embora discordando radicalmente dos resultados, os autores aqui citados compartilhavam da auto-imagem construída pelos “homens de imprensa”. A diferença estava, como muitas vezes ocorre, na maneira de interpretar o que isso significava e, como os autores denunciavam, no empobrecimento do compromisso dos “homens de imprensa” com o *ideal* da Imprensa.

Permanecia, porém, essa idéia de que as páginas dos jornais eram um *locus* especialmente apropriado para a difusão da civilização, do progresso e dos

fundamentos de uma sociedade mais feliz. Como também o caráter especial da missão incumbida àqueles que produziam as páginas impressas.

Esse suposto caráter especial, ainda que manchado e conspurcado muitas vezes pelas práticas espúrias, sobrevivia tanto na imagem da imprensa européia, quanto na brasileira. E espalhava-se junto com as tintas das impressoras, tornando-se um dos elementos a compor o imaginário sobre a atividade jornalística, também em Minas Gerais. Tanto as decepções quanto as consagrações nasciam do mesmo mito original: de que aqueles que fazem a imprensa devem ater-se a uma missão especial. Não à toa Eça de Queirós usou algumas vezes a palavra *sacerdócio* para designar o trabalho do profissional de imprensa.

2.3. Os *homens de imprensa* em Diamantina e Juiz de Fora

A imprensa em Minas Gerais, como no resto do Brasil e no mundo, foi o produto da atividade coletiva de várias pessoas, representando interesses de diversos grupos. Nenhum deles, entretanto, associou-se tanto à imagem construída pela e para a imprensa, quanto aqueles que nela escreveram e dela se utilizaram para expor suas idéias, para propor seus projetos. Os *homens de letras*, transformados em *homens de imprensa*, possuíam histórias de vida diferentes, formando um conjunto diversificado. Uniam-se, entretanto, na concepção que tinham da missão por eles assumida: guiar a sociedade no caminho da modernização.

Quem são alguns desses *homens de imprensa*? Quais são suas principais linhas de ação, como pretendem exercer seu “apostolado do progresso”? Como são os jornais por eles produzidos em cidades do interior de Minas Gerais? Quais suas relações com os grupos de poder nelas constituídos?

Em Minas Gerais, os “homens de imprensa” mantiveram estreitas relações com o poder oficial, e muitas vezes eram, eles mesmos, egressos das elites dominantes do período. Entretanto, é necessário distinguir pelo menos dois tipos dentro deste grupo. Um primeiro, mais raro, composto por aqueles que tornaram-se parte da “cidade letrada” e das elites dominantes através de sua atuação na imprensa. Um segundo e mais comum em Minas Gerais, em que são encontradas pessoas que, oriundas de famílias tradicionais, atuantes em várias frentes do domínio das elites, fizeram da imprensa um dos seus campos de ação, às vezes principal, mas não único. Para exemplificar o primeiro tipo, George Charles Dupin, redator e proprietário do jornal *Pharol*, de Juiz de Fora; o segundo tipo será retratado

através de José Augusto Neves, idealizador e redator do jornal *Pão de Santo Antônio*, de Diamantina.

George Charles Dupin nasceu na França, no dia 02 de fevereiro. Em que ano nasceu, qual sua formação, quando e porquê veio para o Brasil, são lacunas a serem preenchidas por um trabalho especificamente biográfico, sobre este que foi um dos principais “homens de imprensa” do século XIX mineiro. Seu trabalho chegou a ser conhecido em sua terra natal, como mostra um artigo sobre Juiz de Fora, publicado no *Pharol* de 10/03/1888, traduzido de um jornal francês que mencionava “*um nosso compatriota, M. G. C. Dupin [...] desde alguns annos em que vive no Brazil, onde constituiu familia...*”. Esta família era constituída por sua esposa, Guilhermina, e pelo menos dois filhos: Guilhermina e Eduardo.

Certo é que Dupin tornou-se um dos primeiros redatores do jornal *Pharol*, possivelmente ainda em Paraíba do Sul, onde o periódico foi fundado por Thomaz Cameron em 11 de setembro de 1866; transferiu-se para Juiz de Fora em 1870. Em 1873 Cameron vendeu-o a Leopoldo Augusto de Miranda. George Charles Dupin era então o chefe de redação. Em 1874 o jornal passou de semanário a publicação bissemanal. Em 1875 Dupin adquiriu-lhe a propriedade, e aumentou gradativamente o número de colunas e a frequência, até tornar-se diário em 1885.

À frente do jornal, como redator por doze anos, Dupin logrou transformá-lo no mais influente órgão de informação e opinião da cidade e região, conhecido na capital da Província. Durante anos foi o órgão oficial de publicação das atas das sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, através de contrato firmado entre a Municipalidade e George Charles Dupin. Graças a sua projeção como “homem de imprensa”, Dupin chegou a participar até de uma comissão da Câmara Municipal responsável por colher dados estatísticos sobre o município. Era também membro e vice-presidente da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora.

Como responsável pela linha do jornal, Dupin procurou atender às elites juiz-foranas em sua crescente demanda por cultura formal. Esse novo desejo de leitura era atendido, principalmente, pelos folhetins, contos ou romances publicados em capítulos, na primeira página do *Pharol*. Algumas vezes eram escritos pelo próprio

redator, como o folhetim *Regina*, publicado durante o mês de janeiro de 1878, assinado por G. C. D. (George Charles Dupin).

George Charles Dupin introduziu a máquina a vapor na impressão de jornais em Minas Gerais, que já funcionavam regularmente em 1883. Entusiasmado pelos avanços do progresso e da “*sciencia*” do seu tempo, os artigos e notícias publicados no *Pharol* refletiam esse interesse, procurando, ainda, repassá-lo aos seus leitores. Entre julho e agosto de 1877, o jornal publicou uma série de artigos a respeito de um novo sistema de iluminação, “*Globe Gaz*”, já utilizado “*para a iluminação dos suburbios da côrte*”. Houve uma exibição do sistema na cidade. Pouco tempo depois de iniciar os artigos, o jornal anunciou a adoção, pela Câmara Municipal, daquele sistema para a iluminação da cidade.

Envolvimento ainda mais direto ocorreu quando da chegada do telefone a Juiz de Fora em 1883, evento saudado como confirmação do progresso da região. Entretanto, houve forte resistência dos particulares à instalação dos postes necessários à implantação da rede, especialmente por conta de boatos que atribuíam o aumento de relâmpagos à presença dos postes telefônicos. Dupin, defensor incansável do progresso científico, publicou uma veemente censura à resistência dos proprietários:

Esta resistencia destôa do espirito de progresso de que têm dado sobejas provas os habitantes de Juiz de Fóra e vem, senão paralisar, pelo menos diffcultar o melhoramento que se pretende plantar nesta cidade. [...] O procedimento desses proprietarios, senão é um aferro ás idéas de rotina e de atrazo, não tem classificação possível. O que, porém, causa ainda maior admiração, é que essa resistencia têm partido de industriaes aqui estabelecidos, dos quaes não era de esperar tal procedimento. (*Pharol*, 20/10/1883)

Afinal de contas, os empresários deveriam ser os principais interessados na implementação dos avanços tecnológicos que eram os sinais mais claros do mundo ao qual pertenciam, do trabalho e da produção industrial. Como não era isto o que ocorria, Dupin voltou ao ataque dias depois, após ter sido impedida a colocação de um poste telefônico no telhado da estação da estrada de ferro D. Pedro II:

Para tão selvagem procedimento, que será sempre um pezar para os nossos foros de povo civilisado, só há uma censura, e é a reprovação que de todas as partes se levanta contra os autores de tão estranha opposição. (*Pharol*, 23/10/1883)

Em janeiro de 1884 foi noticiada a instalação de diversos aparelhos telefônicos, faltando apenas a mesa de ligação para o funcionamento da rede (*Pharol*, 17/01/1884). A inauguração da rede telefônica realizou-se num domingo,

com a participação do gerente da companhia (*Pharol*, 14 e 16/02/1884). Dupin não deixou, também, de criticar, como ilegal, a exclusividade reivindicada pelo governo na concessão das linhas telefônicas.

Ele empreendeu ainda uma campanha pela valorização do café juiz-forano em outras cidades, e do café brasileiro no exterior. A agricultura era um dos seus temas recorrentes, inclusive propondo a formação de *Clubs* e outras agremiações de fazendeiros, como forma de convencê-los a tomar medidas para a melhoria e diversificação da produção agrícola, base da riqueza nacional. Elogiava constantemente a classe de fazendeiros, chamados de “*classe formada de homens cultos*”, desafiando-os ao investimento na lavoura visando o desenvolvimento do município. Conseguiu seu intento: houve a formação de um *Club da Lavoura* em 1881.

Num editorial, Dupin vinculou o sucesso do café juiz-forano na Europa à possibilidade de incrementar a cooptação de imigrantes europeus (*Pharol*, 19/02/1884). Diversos outros editoriais e notícias sobre a imigração européia, ou de colonos de outras províncias, incentivavam o uso do trabalhador livre. Ele defendia a formação gradual de um mercado de trabalho, através também da educação do elemento nacional. Coerente, defendia a difusão de novas práticas na lavoura, como as escolas agrícolas; sobre a Escola Agrícola aberta em Itabira, afirmou que

Nunca serão demasiados os exemplos que poderemos dar de trabalhos na lavoura por meio de instrumentos aperfeiçoados; esses exemplos irão plantando no espírito dos nossos lavradores a condenação dos meios atrasados, rotineiros de que se utilizão, para dar lugar às reformas que serão a salvação da agricultura entre nós. // Deixar a enxada e o sacho que herdamos de nossos antepassados, para nos servirmos do arado e de tantos outros instrumentos de que faz uso a lavoura moderna, é dever tão momentoso para nós, quanto mais difíceis se vão tornando os dias que a lavoura começa a atravessar. (*Pharol*. 14/10/1882)

Sua posição diante da escravidão era algo ambígua. Destacava com frequência as notícias sobre emancipação de cativos, sempre tecendo os maiores elogios às pessoas que se dispunham a conceder alforrias:

É sempre com o maior prazer que registramos factos da ordem do que acaba de ser praticado pelo Sr. capitão Antonio Dias Tostes e sua Exma. senhora. Concederão liberdade, sem onus algum, a seu escravo Oscar, pardo, de 9 annos de idade filho, de sua escrava Perciliana. (*Pharol*, 20/11/1879)

Os comentários às notícias escolhidas deixavam entrever sua posição, como ao anunciar o aniversário da “*humanitaria lei que libertou o ventre da mulher escrava no Brazil*” (*Pharol*, 29/09/1883). Também os textos escolhidos para transcrição de

outros jornais, como um artigo sobre certa fazenda fluminense onde os escravos recebiam um bom tratamento, sendo inclusive julgados por um júri de seus pares. Fica claro que a escravidão não lhe agradava; seus textos demonstram, porém, que ele apoiava o processo implementado pelo Governo Imperial, de abolição “*gradual, num tempo relativamente longo*” (LAMOUNIER, 1988, p. 112).⁵¹

O apoio ao projeto gradual de emancipação não impediu, porém, que os escravos fossem vistos como potencialmente perigosos à tranqüilidade social. Os bandos de escravos rondando a cidade à noite, os ajuntamentos de escravos, tudo que os envolvesse parecia ser motivo de preocupação.

Pedem-nos para chamar a atenção de quem competir para certos ajuntamentos de escravos que se dão no morro de Santo Antonio. Os escravos que alli se reúnem são daquelles a quem os senhores dão autorização para que se empreguem em qualquer serviço, com tanto que tragão no fim de semana uma quantia determinada. Em vez, porém, de se entregarem a serviços uteis, celebrão taes reuniões com o fim de concertarem sobre os meios de arranjar dinheiro *sem trabalho*. Citta-se que entre elles um tal Sebastião, que parece ser o chefe da quadrilha. (*Pharol*, 21 de novembro de 1885)

Mesmo sendo escravos de ganho, portanto trabalhadores urbanos, eram escravos, e seu tempo livre só poderia significar problemas para a cidade. Dupin era contrário à escravidão, mas temia a desordem; sua postura estava de acordo com o perfil que Liana Reis traçou dos “homens de imprensa” mineiros:

Os jornalistas, [como] membros da intelectualidade mineira, cultivavam uma auto-imagem de homens ilustrados que apontavam e sugeriam soluções para os problemas do Brasil e vislumbravam com maior clareza o futuro do país. Mantiveram, entretanto, e independentemente do posicionamento político, uma postura paternalista em relação ao escravo, formando uma imagem dele como pobre infeliz que por sua condição deveria ser tutelado e controlado por tornar-se inimigo perigoso em determinados momentos. (REIS, L., 1993, p. 56)

Após anos de participação na vida político-social de Juiz de Fora, em 1º de dezembro de 1885 Dupin, alegando motivos de saúde, publicou uma comovente carta de despedida do seu jornal, passando-o ao seu redator assistente, Lindolpho de Assis. Em 03 de janeiro de 1886 ainda eram anunciados no *Pharol* livros europeus, encomendados pela Livraria Dupin, indicando sua nova atividade no campo cultural. Dupin faleceu longe de Juiz de Fora, em Águas Virtuosas, a 27 de janeiro de 1904.

⁵¹ Conforme a autora, esta era a postura do Conselheiro Nabuco de Araújo, presidente da comissão nomeada em 1867 pelo Conselho de Estado para cuidar da reforma do elemento servil. Ver LAMOUNIER, 1988, p. 111-128.

José Augusto Neves nasceu em Diamantina em 1875, tempos de intensas modificações das relações sociais na região, que buscava recuperar-se da crise econômica gerada pela concorrência dos diamantes sul-africanos e pela queda nas exportações de algodão do Norte de Minas. Em sua obra memorialística, *Minha Vida de Menina*, Helena Morley (pseudônimo da autora, Alice Dayrell Caldeira Brant) mostrou-nos um pouco do que era aquele momento, quando as águas da mudança corriam entre as rochas da permanência, e velhos valores agarravam-se a novas situações:

Vou escrever aqui o que aconteceu hoje na Chácara de vovó e que é muito triste. As negras da Chácara do tempo do cativo são todas pretas, mas não sei por que saiu uma branca e bonita. Chama-se Florisbela mas nós a tratamos de Bela. Ela casou com um negro que faz até tristeza. No dia do casamento houve uma mesa de doces e fazia pena ver Bela sentada perto do noivo, coitada. Marciano é o negro mais estimado da Chácara. Aprendeu o ofício de ferreiro e entra na sala para cumprimentar vovó e minhas tias. Mesmo assim eu não queria que Bela casasse com ele. Ela é tão bonitinha! Parece até uma rosa-camélia, clara, corada e com uns dentes lindos. No dia do casamento meu pai disse: “É um brilhante no focinho de um porco.” Todo mundo teve pena. Mas ela quis e vovó diz que gostou porque Marciano é muito bom e trabalhador. (MORLEY, 1998, p. 127)

Neste ambiente, em que se mesclavam as novas oportunidades com os antigos preconceitos e as tradicionais relações sociais, José Augusto Neves cresceu em Diamantina, de onde saiu para estudar Direito. Tornou-se professor de Geografia e História a partir de 1897. Vale lembrar a importância que estas duas disciplinas adquiriram entre intelectuais e mesmo políticos, ao longo do século XIX, como modeladoras da maneira de ver e compreender o mundo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundamental no processo de construção da identidade nacional brasileira, sobreviveu ao Império que o fundou. A revisão republicana da história, entretanto, veio apenas reforçar a importância dada a esta disciplina; quanto à geografia, era entendida como indispensável. Não apenas pelo conhecimento que trazia sobre o mundo físico e o território nacional, mas pela difusão de noções científicas que identificavam a natureza das pessoas à natureza do meio ambiente. Isto pode ser percebido tanto nos escritos de Euclides da Cunha quanto nos de Capistrano de Abreu, por exemplo.

José Augusto Neves, portanto, possuía uma formação intelectual dentro dos moldes consagrados de sua época. Retornando a Diamantina, em 1898, assumiu

um posto no funcionalismo público, e aulas de Geografia em escolas da região. Publicou sua *Corographia do Município de Diamantina* em 1899, e no ano seguinte assumiu a presidência do “Grêmio Joaquim Felício”, que promovia “*sessões literárias e conferências comemorativas das grandes datas de nossa história*” (COUTO, 2002, p. 218). Durante as décadas seguintes, ocupou diversos cargos administrativos e honoríficos, atuando intensamente no campo cultural e político da cidade e região. Entre essas atividades, merecem destaque sua participação nos esforços pela construção da Estrada de Ferro até Diamantina; sua atuação na Comissão Municipal responsável pela política de limpeza das ruas da cidade; e seu envolvimento com associações de ação católica (NEVES, J., 1986, p. 28-30).

Esta última é sua faceta mais conhecida. No início do século XX, encabeçou um movimento na cidade visando construir um abrigo para idosos desamparados. Fundada a Pia União do Pão de Santo Antônio, o Recolhimento dos Pobres foi inaugurado em 1901. Cinco anos depois, fundou o jornal, que primeiro apareceu como “Boletim mensal” da Pia União.

A história do *Pão de Santo Antônio* foi atribulada, como indicam as anotações de José Teixeira Neves, outro homem de imprensa da cidade, cujas cadernetas compõem um Fundo Documental na Biblioteca Antônio Torres, sob a guarda do IPHAN/Diamantina. Do primeiro número, de 09 de setembro de 1906, até o oitavo, o jornal foi publicado “*nas oficinas de Joviano & Cia., Belo Horizonte*”; “*a partir do n.º 9, de 13-6-1907, passou a ser publicado em formato maior, nas oficinas da “A Estrela Polar”, (Tip. Diamantina), até 30-IV-1913, quando interrompeu a publicação*” (Fundo José Teixeira Neves, Caixa 4, envelope 2). Retornou em 1915, quinzenal, desta vez impresso nas oficinas da *Cidade Diamantina*. Apenas em 1920 foi comprada uma máquina impressora própria, de segunda mão, a uma oficina tipográfica da capital – máquina, aliás, que sobreviveu ao próprio *Pão de Santo Antônio*, o qual encerrou sua existência em 1933, sendo semanário já há dois anos. Em 1936, a tipografia voltou a funcionar; mas por desentendimentos com setores da hierarquia católica, o jornal assumiu outro nome, *Voz de Diamantina*; este durou até o início de 1990 – publicado ainda na mesma máquina! Por ocasião do centenário da instituição, foi retomada a publicação do semanário *Voz de Diamantina*, desta feita em modernos computadores. Uma história jornalística que atravessa quase um século, portanto.

Diante da longevidade, e dos investimentos realizados, faz sentido perguntar: por que um jornal? Tendo em vista o caráter assistencialista da Pia União de Santo

Antônio, qual o sentido de sua investida na imprensa? Uma forma de tentar responder a tais questões é traçar um rápido perfil da própria publicação, buscando perceber que tipo de imagem do mundo era traçada naquelas páginas.

O *Pão de Santo Antônio* foi um jornal bem diversificado. Embora nascesse sob a epígrafe de boletim da Pia União, nunca se limitou aos assuntos de sua instituição mantenedora. É bem verdade que eram constantes as notas referentes às necessidades e o convite desafiador à colaboração com o sustento das obras cotidianas e/ou do patrimônio. Em 03 de abril de 1909, por exemplo, foi publicado um longo relatório geral, acompanhado de uma fotografia das dependências do Recolhimento dos Pobres. Em outras ocasiões foram noticiados os eventos promovidos pela instituição, como a primeira Feira aos Pobres, realizada em fevereiro de 1912, ou a festa de Santo Antônio em junho de 1915.

Os temas de interesse da publicação, entretanto, eram mais amplos. O desenvolvimento local era uma constante preocupação; a atuação pessoal de José Augusto Neves nos trabalhos pela construção da via férrea tornavam-na um tema recorrente nas páginas do jornal. Em 1909, por exemplo, um editorial comentava a decepção da população local com o Governo do Estado por não ter ainda construído o ramal férreo ligando Diamantina à rede central. O assunto ressurgiu em 1911, em relação ao ramal Curralinho/Diamantina; e sempre ligado às perspectivas de progresso e desenvolvimento que a estrada de ferro traria para a cidade e região.⁵²

Entusiasta do progresso, o jornal *Pão de Santo Antônio*, guiado por seu redator-geral e mentor, não deixava, porém, de marcar sua posição contra aquilo que considerava os desvios do mundo moderno. Em 24 de agosto de 1912, por exemplo, foi publicado um editorial afirmando a esperança dos católicos da cidade na reprovação da lei do divórcio que se discutia no Legislativo nacional. Esta resistência à mudança de costumes foi uma constante da publicação, atravessando décadas: em 1921, deu-se grande destaque a um texto papal que condenava a moda moderna e as danças femininas; em 1924, um artigo comentava a transformação nos hábitos dos freqüentadores do Rio Grande,⁵³ deixando de ser um lugar próprio para famílias devido ao comportamento de “*mulheres sem pudor*” (06/01/1924). Dez anos depois, um texto condenava o “*surto vergonhoso das pernas*

⁵² A Curralinho de então se chama, atualmente, Corinto.

⁵³ Pequeno rio que corta a parte baixa da cidade; deu nome também ao bairro operário que surgiu justamente no início do século XX.

nuas sem meias” (13/05/1934). No ano seguinte, denunciava um grupo de meninos cujo passatempo era mostrar “*livros com figuras imorais*” para as crianças menores (06/01/1935).

Coerente com sua atitude moralista, o jornal assumiu também o papel de educador das massas. Uma de suas diatribes mais pitorescas é uma condenação ao hábito de cuspir no chão, coisa que gente civilizada não faria. “*No entanto, há uns senhores e senhoras, que ficam pelos cantinhos da Capela do Pão, a cuspir ou escarrar*” (25/02/1934). Ainda hoje, na Capela reformada para os festejos do Centenário em 2001, está afixada a antiga plaqueta com os dizeres: “*Gente educada não cospe no chão*”.

Tal postura era associada à pessoa de José Augusto Neves, que conduzia o jornal com pulso firme, tornando-o uma tribuna para expor suas idéias. Esta a imagem consagrada pela elegia publicada, por um colaborador sob pseudônimo, quando da morte de “Zezé” Neves em 1956:

Por seu jornal penetrava o interior de Minas, o sertão, como portador de civilização, de progresso e de fé. Fazia de seu semanário sua cátedra de educador e ensinava tudo. Chegava mesmo às minúcias e ensinava ao povo a conservar as ruas limpas e o sacristão a bater sino. Outras vezes, tornava-se delegado de costumes e chamava às contas os pais descuidados para que velassem pela honra das filhas espalhadas pelas esquinas escuras em namoricos perigosos. Era, também, com frequência, o delegado de polícia fustigando usos ou o fiscal da prefeitura zelando pelo bem-estar da cidade. Antes de tudo, era o esmoler dos pobres do Pão de Santo Antônio, a Providência de Deus, zelando pelos desamparados. Seu jornal era a mão que Diamantina perdeu e lamenta. (*Voz de Diamantina*, 19 de fevereiro de 1956, APUD NEVES, J., 1986, p. 68)

O jornal *O Pão de Santo Antônio* (e depois a *Voz de Diamantina*) pretendia ser um instrumento através do qual José Augusto Neves, e seus colaboradores, interviriam na vida da comunidade diamantinense, procurando educá-la para viver no novo mundo que surgia. Contra o qual esse grupo não se opunha, posto que demonstrava entusiasmo pelas conquistas tecnológicas e de melhoria de vida – e ao qual aderiu, pelo uso de um de seus principais símbolos, a imprensa.

Um mundo, ainda assim, visto com cautela e reserva. O progresso era visto como algo bom, mas que apresentava riscos. Modificações nos padrões morais e de comportamento, especialmente no que se referia ao papel e à atuação das mulheres, eram vistas com grande temor pelos mentores desta publicação. Católicos liberais no campo político e econômico, eram ao mesmo tempo conservadores no campo moral. Utilizavam um dos instrumentos da modernidade para preservar e perpetuar valores tradicionais. E assim tentavam construir uma cidade que fosse

capaz de modernizar-se e, ao mesmo tempo, manter os vínculos com uma dada religiosidade, moralidade, e hierarquia.

A imprensa atua, aqui, como porta de entrada para um, Dupin, tornar-se membro respeitável da sociedade juiz-forana; e instrumento para outro, Neves, consolidar sua presença como elite dirigente em Diamantina. Ambos tornaram-se parte do mesmo grupo distinto e definido, a “cidade letrada” dos *homens de imprensa* mineiros. Modernos em alguns aspectos, tradicionais em outros.

Uma característica marcante da imprensa mineira no período é o caráter relativamente fechado do grupo que a produzia. Apresentando os onze primeiros jornais diários de Juiz de Fora, Paulino de Oliveira destaca seus principais redatores e colaboradores, além dos proprietários. Vários nomes repetem-se com frequência, especialmente entre os periódicos mais importantes. Assim, temos para o *Pharol*, e a *Gazeta da Tarde* Campos Porto, Fonseca Hermes, Heitor Guimarães, Olegário Pinto e Silva Tavares. Este e seus sócios-proprietários do *Diário de Minas*, José Mariano Pinto Monteiro e Vitor Manoel de Souza Lima, passaram a atuar no *Pharol* após seu jornal ter sido anexado por aquele periódico. Feliciano Penido também trabalhou para os dois jornais. Uma listagem mostra uma grande circulação de um número reduzido de homens em poucos jornais:

TABELA 1 – Colaboradores em Jornais de Juiz de Fora

Colaboradores	Jornais
Albino Esteves	<i>Pharol</i> , <i>Jornal do Commercio</i> ; publicou também um <i>Álbum do Município de Juiz de Fora</i>
Campos Porto	<i>Pharol</i> , <i>Gazeta da Tarde</i> , <i>Juiz de Fora</i>
Cristóvão Malta	<i>Pharol</i> , <i>Novidades</i>
Estevão de Oliveira	<i>Diário da Manhã</i> , <i>Correio de Minas</i>
Feliciano Penido	<i>Pharol</i> , <i>Diário de Minas</i>
Fonseca Hermes	<i>Pharol</i> , <i>Diário de Minas</i> , <i>Gazeta da Tarde</i>
Heitor Guimarães	<i>Pharol</i> , <i>Gazeta da Tarde</i> , <i>Correio de Minas</i> , <i>Jornal do Commercio</i>
José Mariano Pinto Monteiro	<i>Pharol</i> , <i>Diário de Minas</i>
Lindolfo Gomes	<i>Pharol</i> , <i>Diário da Tarde</i>
Olegário Pinto	<i>Pharol</i> , <i>Gazeta da Tarde</i> , <i>Juiz de Fora</i> , <i>Diário da Tarde</i> , <i>Jornal do Commercio</i>
Oscar da Gama	<i>Pharol</i> , <i>Pirilampo</i> , <i>Novidades</i>
Silva Tavares	<i>Pharol</i> , <i>Gazeta da Tarde</i> , <i>Diário da Manhã</i>
Vitor Manoel de Souza Lima	<i>Pharol</i> , <i>Diário de Minas</i>

Fonte: OLIVEIRA, Paulino, 1966, p. 179-181.

O único dessa lista que não trabalhou no jornal *Pharol* foi Estevão de Oliveira, que divergia politicamente da direção do jornal à época. Ele foi o fundador e editor de dois importantes jornais da cidade, nos quais trabalharam vários outros colaboradores. Quando alguém de fora era incorporado, quase sempre trazia consigo credenciais relativas ao ambiente jornalístico, como Max Fleuiss, “*redactor da magnífica revista scientifica e litteraria O Tempo, da côrte, [que] passa a escrever no Pharol uma coluna chamada Kaleidoscopio*” (17/11/1886), ou Álvaro Novaes, “*já vantajosamente conhecido na imprensa mineira*”, que passou a colaborar no *A Idéa Nova* (22/11/1908). Esta solidariedade profissional permite-nos pensar na formação de um conjunto coeso e reconhecível dos “homens de imprensa”, ou nas palavras do Lousteau de Balzac, dos privilegiados que impõem suas opiniões.⁵⁴

A situação em Diamantina não é muito diferente. Assim como em Juiz de Fora, muitos foram os jornais publicados que tiveram duração efêmera. As informações recolhidas por José Teixeira Neves em suas anotações sobre a imprensa local refletem isso, mostrando uma grande quantidade de colaboradores que atuaram em apenas um jornal. Alguns desses jornais criavam espaços muito restritos pelas suas próprias características, como *A Estrela Polar*, que contava com grande número de padres a escrever em suas páginas.

Ainda assim, há um conjunto de homens e mulheres que atravessam décadas atuando na imprensa local, e em mais de um jornal. Como em Juiz de Fora, os nomes se repetem entre os principais jornais:

TABELA 2 – Colaboradores em Jornais de Diamantina

Colaboradores	Jornais
Aires da Mata Machado	Cidade Diamantina (2a. fase); O Itambé
Aldo Delfino	Cidade Diamantina (2a. fase); O Itambé; O Município
Antonio Cícero de Menezes	A Diamantina; O Município
Antonio dos Santos Mourão	A Idea Nova (2ª. fase); Cidade Diamantina; O Município
Antonio Torres	A Diamantina; A Idea Nova (2a. fase); Pão de Santo Antonio
Artur França	Cidade Diamantina; O Município
Augusto Mario Caldeira Brant	Cidade Diamantina; O Itambé
Cícero Arpino Caldeira Brant	Cidade Diamantina; A Idea Nova (2a. fase)
Ciro Arno	O Itambé; O Município

⁵⁴É ele quem explica a Luciano como utilizar seus escritos nos jornais para atingir fins pessoais em *Ilusões Perdidas*. Ver, por exemplo, o capítulo XXV, “A primeira luta”, BALZAC, 1981.

Cláudio Ribeiro de Almeida	Cidade Diamantina; O Município
Clélia Corrêa Rabelo	A Voz Feminina; O Município
Djanira Passos	O Município; O Itambé (pseudônimo: Jandira); Esperança Diamantina
João Camelo	O Município; O Itambé
João Felício dos Santos	A Idea Nova (2a. fase); O Itambé
José Augusto Neves	O Município; Pão de Santo Antonio
José Carolino de Menezes, padre	A Estrela Polar; A Idea Nova (2a. fase); Pão de Santo Antonio
José Maria de Santa Rosa	A Idea Nova (2a. fase); O Itambé
José Pedro Lessa, padre	A Estrela Polar; Pão de Santo Antonio
Pedro da Mata Machado	Cidade Diamantina; A Idea Nova (2a. fase)
Salles Mourão	O Itambé; A Diamantina (2a. fase)
Serafim Gomes Jardim, monsenhor	A Estrela Polar; Pão de Santo Antonio
Severiano de Campos Rocha, cônego	A Estrela Polar; O Itambé

Fonte: Fundo Jose Teixeira Neves, Cx 4, envelope 2.

Além de composto por relativamente poucas pessoas, o grupo dos *homens de imprensa* formava uma espécie de confraria informal, auto-referente e que se utilizava das páginas dos jornais como um instrumento particular de comunicação. Ao longo de todo o período, em todos os jornais, em ambas as cidades, é muito comum encontrarmos alusões ou referências diretas a respeito de assuntos particulares dos que atuavam nas redações: são recados, congratulações, notícias e, vez por outra, agressões, veladas ou não. Apenas como exemplo, em outubro de 1900, encontramos nas páginas do *Pharol* felicitações pelo aniversário de “o nosso collega Augusto Franco, digno redactor-secretario do Jornal do Commercio”; a mesma nota ampliou a atenção às oficinas, noticiando também “*mais um anno de idade [d]o sr. Francisco Eduardo de Paula Ribeiro, irmão do operoso compositor desta folha, sr. Honório Ribeiro*”, (14/10/1900); dois dias depois publicou-se o anúncio do “*anniversario natalicio do nosso preclaro amigo e redactor-chefe desta folha sr. dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva*”, com uma nota um pouco mais extensa (16/10/1900). Alguns dias depois foi anunciado o terceiro aniversário “*de feliz existencia [d]a gentil menina Flora, filha do sr. Joaquim da Costa Mesquita, gerente do nosso collega Jornal do Commercio*” (27/10/1900). No mês seguinte, ainda um outro aniversário, desta vez de “*nosso collega de imprensa Olegário Pinto, redactor da Cigarra*” (20/11/1900). Convém lembrar que em alguns casos, como do *Jornal do Commercio*, as redações representavam grupos políticos rivais, o que torna a amabilidade profissional ainda mais reveladora da existência de uma “consciência de grupo”. Cujas coesão, pelo menos em termos profissionais,

suplantava até mesmo as fronteiras das diferentes redações, como podemos ver no trecho citado abaixo:

Já está felizmente restabelecido dos incommodos que o detiveram resguardado por alguns dias, o nosso zeloso revisor sr. José Corsino de Sant'Anna, que já reassumiu o seu posto nesta redacção. // Ao nosso inteligente collega da *Cigarra*, Olegario Cesar Pinto, que tão bons serviços nos prestou gentilmente, na ausencia daquelle bom companheiro, levamos nossos cordiaes agradecimentos. (*Pharol*, 30/07/1900)

Esta pequena nota revela-nos um dos mecanismos acionados visando manter o funcionamento das redações diante de circunstâncias adversas – especialmente se levarmos em conta a escassez de profissionais aptos a desempenharem certas funções, como a de revisão. Compõe-se, assim, uma certa etiqueta, em que os *homens de imprensa* auxiliam-se mutuamente, e são reconhecidos por isso – meses depois, o aniversário de Olegário Pinto foi noticiado nas mesmas páginas que ele havia ajudado a produzir.

Da mesma forma, o jornal era utilizado para defesa dos *homens de imprensa*, especialmente quando estes estavam atuando em seu ofício:

O conductor do bond n. 9 deu se hontem á velleidade de, com gesto carregado e aspereza na voz, perguntar a um dos nossos companheiros, quando este lhe apresentava o passe, quantos tinha este jornal, e fez tambem allusão ao nosso collega *Jornal do Commercio*. // Levamos este facto, singelamente descripto, ao conhecimento do sr. director da empresa, pedindo-lhe que faça ver a esse empregado *nervoso e diligente* que não é de sua attribuição indagar do numero de passes que fornece á imprensa essa digna directoria. (*Pharol*, 10/10/1900)

Esta solidariedade entre redações extrapolava as fronteiras regionais. Como já vimos, havia entre as duas cidades aqui analisadas um regular intercâmbio de notícias, com especial atenção para o que ocorria com os jornais locais.

“O Pharol” // Este nosso distincto collega de Juiz de Fóra passou a ser propriedade do Coronel João Evangelista da Silva Gomes, que convidou para redactor chefe o Dr. Bernardo Aroeira. (*A Idéa Nova*, 17/01/1909)

Um ano depois encontramos uma nota sobre o *Pharol*, reclamando que há mais de 15 dias “*não temos o prazer de receber a visita do prezado collega, sempre tão apreciado nesta redacção*” (*A Idea Nova*, 20/02/1910). Ao longo de nosso texto, perceberemos exemplos de como as redações diamantinenses fizeram uso das informações oriundas de Juiz de Fora.

A relação era recíproca. O *Pharol*, já dez anos antes, publicava notícias sobre Diamantina. Às vezes havia uma ligação pessoal com a redação de Juiz de Fora, como a morte “[d]a exma. sra. d. Maria Julia de Carvalho de Azeredo Coutinho, mãe

de nosso amigo commendador João Vieira de Azeredo Coutinho” (13/02/1900). A relação poderia ser institucional, como neste caso criminal:

Foi remetido ao sr. dr. juiz substituto pelo subdelegado de policia do districto da Chacara o processo crime em que é auctora a justiça e accusado o padre Antonio dos Santos, morador em Diamantina, de arrombamento da gaveta de uma mesa que se achava na casa de residencia dos vigarios daquela localidade, e de propriedade da matriz, retirando e levando comsigo a quantia nella encontrada. (*Pharol*, 08/08/1900)

Em outros momentos, as notícias eram relativas a eventos considerados importantes como notícias, como a cobertura dos levantes populares ocorridos em Diamantina contra a tentativa de transferência da Repartição dos Terrenos Diamantinos para a capital estadual, em janeiro de 1904, ou o necrológio do Conselheiro Matta Machado, por ocasião de sua morte (05/02/1904).

Por tudo isso, permito-me propor que esses *homens de imprensa* não se viam apenas como relatores do cotidiano. Havia um esforço em construir uma imagem, um padrão pelo qual os homens de imprensa deveriam ser identificados. Eles seriam especiais, capazes de distinguir e difundir a verdade, de orientar a sociedade pelos melhores caminhos para o progresso e a civilidade – e deveriam ser assim reconhecidos e tratados.

Esta seria a principal característica pela qual os homens de imprensa se farão apresentar, o principal instrumento de barganha quando de seus negócios com o poder, o principal mote para as críticas devastadoras da literatura. Tendo em vista a importância que esta imagem ocupava – e ocupa ainda hoje! – sempre que o assunto é a imprensa e os que nela escrevem, parece-me correto afirmar que esta representação foi bem sucedida, sendo incorporada pela sociedade do período. Se os homens de imprensa particulares, específicos e concretos, atendiam ou não a esse padrão, era outra história. A idéia do que seria a imprensa, a representação *ideal* da atividade jornalística, atribuía-lhe a função de guia imparcial e sábia da sociedade mineira de fim-de-século.

2.4. Produção e circulação dos jornais em Diamantina e Juiz de Fora

Os “homens de imprensa” em Diamantina e Juiz de Fora apresentavam algumas características em comum, como temos discutido até aqui; formavam um grupo relativamente pequeno (e predominantemente masculino) de redatores e colaboradores circulando entre os principais jornais locais. Esse grupo, nas suas relações pessoais, em seus laços de parentesco, em suas atividades comerciais,

estava intimamente ligado às elites políticas e econômicas da cidade, contando inclusive com membros dessas elites em suas fileiras. Outro aspecto comum era a defesa entusiasmada de certos aspectos bem definidos da modernidade, como os avanços tecnológicos e o comportamento “civilizado” dos habitantes urbanos; acrescido da pretensão de serem os guias morais e juízes desses valores.

Nelson Werneck Sodré é autor de uma obra clássica, a *História da Imprensa no Brasil*. Nesta obra a imprensa é analisada como parte do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa. Sobre questões de periodização, Sodré afirma que, “*no caso da imprensa brasileira, verifica-se, pela visão de conjunto, que a única repartição acorde com a realidade seria em imprensa artesanal e imprensa industrial*”. Apesar disto, sua cronologia segue a divisão política tradicional, a qual, em relação ao processo de crescimento da imprensa, “*tem a virtude de integrá-lo no conjunto do desenvolvimento histórico do país*” (SODRÉ, 1999, p. 6). Coerente com sua perspectiva marxista, o principal aspecto abordado pelo autor é a passagem da imprensa artesanal para a empresarial / industrial, que teria se dado justamente no período de virada do século XIX para o XX.

Mas a análise da documentação, em caráter regional, mostra uma realidade muito mais complexa. Os jornais produzidos pelos homens (e mulheres) da imprensa mineira apresentavam diferenças, muito ligadas ao contexto de cada cidade. Enquanto em Diamantina os periódicos continuariam ainda por muito tempo produzidos de forma quase artesanal, e ligados a partidos políticos (*A Idéia Nova*), à Igreja Católica (*A Estrela Polar*), a instituições de caridade (*O Pão de Santo Antônio*) e mesmo à própria edilidade (*O Município*), em Juiz de Fora a imprensa já se estruturava em termos empresariais, desde os primeiros anos d’*O Pharol*. A estrutura dos jornais juiz-foranos era maior, com uma divisão de trabalho mais clara, com a criação de cargos variados, como gerente, chefe de redação, redator-colaborador, repórter – além do proprietário, que podia ou não atuar no jornal. Em Diamantina, quase sempre o proprietário acumulava as funções de gerência e redação, quando não de repórter.

Embora existissem em Juiz de Fora jornais ligados a grupos específicos (como *O Operário*), as publicações de maior porte assumiam uma identidade muito mais ligada à cultura liberal: *Correio de Minas*, *Gazeta da Tarde*, *Jornal do Commercio*, *Diário Mercantil*. Em Diamantina, os jornais eram semanais, quando não

quinzenais; em Juiz de Fora, desde pelo menos meados da década de 1880, os principais eram diários.

Outra diferença estava na qualidade técnica da impressão.

O Jequitinhonha, 09/04/1905

Os jornais de Diamantina eram feitos em prelos mecânicos, introduzidos pelo *Cidade Diamantina* quase à mesma época (1885) que, em Juiz de Fora, *O Pharol* passou a usar os prelos a vapor; o primeiro motor elétrico para movimentação da máquina de impressão em Diamantina foi assentado na oficina do *Estrela Polar* em 09 de agosto de 1911 (Fundo José Teixeira Neves, Caixa 4, Envelope 2). Os recursos visuais utilizados em Diamantina são mais limitados, resumindo-se a algumas poucas imagens, e à criatividade no uso de fontes, espaçamento, diagramação etc.. Em Juiz de Fora eram publicadas imagens fotográficas nos jornais desde o final do XIX, além de elaborados clichês comerciais nos anúncios.⁵⁵

⁵⁵ Por questões técnico-estéticas, visando uma melhor comparação, foram escolhidas imagens de anúncios publicados em Diamantina em 1905, e em Juiz de Fora em 1906. A pequena diferença temporal não chega a comprometer o caráter ilustrativo das figuras.

FESTAS PARA DIA DE REIS
 ANTO LINDO A CANTO - VENDO AO PREÇO DE 100 REIS O PREÇO DE 100 REIS

Andrés Antunes & Comp.
 Rua Direita, 110 canto da de S. João, Juiz de Fora - Minas

SENHORITAS
 Senhoras

GRANDE HOTEL NACIONAL

CORREA & COMP
 RUA DO LAVRADOR, 40 - JUIZ DE FORA

O ODOL é o dentífrico de maior consumo no mundo inteiro, o que é prova de sua superioridade.

VENDE-SE EM TODA A PARTE!!!
 Unicos depositarios: **LOUIS HERMANNY & C.** **Vende-se**
 Rio de Janeiro

PHOTOGRAPHIA A. CAMPOS & C.
 116, Rua Halfeld, 116
 JUIZ DE FORA

Fundas
 Pelica, Corrente, Canteira, Celadão,
 Derrama e Canteira para casa de
 Derrama e Canteira para casa de
CASA MORENO
Moreno Borlido & C.
 RUA DO OLIVEIRO N. 14

CARBOLINA
 Desinfetante Vernack-Anti-septico
 O Solvente de Rios tem para fazer as pedras

Portentosa Transformação

EMULSAO DE SCOTT
LEGITIMA

TINTA SARDINHA

Jornal do Commercio, 05/01/1906

Essas diferenças técnicas e organizacionais não chegam a eliminar, todavia, as características comuns apontadas em relação aos ideais que norteavam aqueles que escreviam as páginas da imprensa nessas duas cidades. Mas precisam ser levadas em conta, pois ajudam a entender as diferentes maneiras pelas quais os homens de imprensa buscaram deixar seus ideais impressos na vida de cada uma dessas cidades.

Ao tratarmos do perfil dos jornais em Diamantina e Juiz de Fora, devemos atentar para pelo menos duas questões que extrapolam os objetivos centrais de nossa discussão. Na produção dos jornais há uma divisão básica do trabalho, entre a redação e as oficinas tipográficas; seu exame ajuda a entender as potencialidades e as dificuldades da imprensa nessas cidades mineiras. A difusão e circulação dos jornais, por sua vez, marcada pelos estreitos limites impostos pelo analfabetismo da maior parte das populações urbanas, é elemento importante para melhor dimensionar a inserção da imprensa no cotidiano dessas cidades.

Ainda que estas não sejam as questões principais desta nossa discussão, uma visão panorâmica sobre tais problemas pode ajudar-nos na leitura dos jornais diamantinenses e juiz-foranos, em sua abordagem da modernidade.

Os trabalhadores da imprensa: a produção do jornal

A atuação dos trabalhadores na imprensa não atingiu em Minas Gerais, ao menos no período aqui abordado, o nível de articulação e mobilização político-cultural encontrado por Heloísa Cruz na São Paulo da mesma época. Em sua tese de doutoramento defendida na USP em 1994 – “Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana” – esta pesquisadora abordou a relação dos periódicos com o crescimento da capital paulistana, através da relevância do periodismo como difusor cultural e político de uma visão de mundo organizada em torno de princípios e valores comuns a diversos grupos, os quais se identificavam com a “cultura letrada”. Abordagem que compartilhamos, ao abordarmos como as elites mineiras das cidades enfocadas procuram disseminar seu ideal de cidade. Sua ênfase recaiu sobre a diversidade da produção periodista, que correspondia à grande diversidade cultural da cidade, manifesta, por exemplo, pela imprensa imigrante e/ou étnica e pelas publicações culturais e de lazer. Importante assinalar que, embora a produção periódica paulistana fosse muito mais ampla e diversificada, ao menos uma das suas características pode ser aproximada da realidade diamantinense:

Num primeiro momento, cabe apontar que o ritmo de absorção das transformações resultantes da modernização das formas de produção e impressão parece obedecer mais à evolução do perfil social das publicações do que dos progressos técnicos. [...] É verdade que, como se apontou anteriormente, os modelos eram delineados pelos jornais e revistas mais aprimorados da capital e/ou dos centros europeus, mas a “aplicação” de tais fórmulas compreendeu todo um processo de experimentação e aprendizado social. (CRUZ, 1994, p. 114)

O aprendizado social, na tentativa de “aplicar fórmulas” consideradas modernas às condições objetivas em que eram produzidos os periódicos, leva-nos a analisar, ainda que superficialmente, o trabalho de produção da imprensa mineira no período. Quem trabalhava nas gráficas e impressoras? Como funcionavam? O tema merece uma pesquisa mais aprofundada e articulada; mas algumas pistas permitem-nos traçar aqui um esboço do interior das tipografias mineiras.

Tecnicamente, o quadro é rudimentar. Os registros indicam que o jornal *O Pharol* foi o primeiro a introduzir as impressoras a vapor em Minas Gerais, na

década de 1880. Antes delas, funcionavam já diversos tipos de máquinas tipográficas. Nas duas últimas décadas do século XIX impressoras estavam espalhadas por várias cidades da província/estado de Minas Gerais, como atesta o número de publicações do período. Era comum, como ocorreu em Diamantina e Juiz de Fora, que as oficinas tipográficas produzissem mais de um jornal, amortizando os custos do investimento em maquinário, possibilitando o surgimento de publicações que não podiam arcar com o investimento. Assim, as máquinas tornam-se, muitas vezes, assunto das notícias que elas imprimem:

Imprensa // O *Jornal do Commercio*, do Rio, estreou hontem sua nova machina de composição – *Lino-Type* – em um bello artigo de Maria Amalia Vaz de Carvalho sobre Eça de Queiroz. // Essa machina sahiu das officinas da “Lino Type Company” de Montreal, do Canadá, e é a primeira usada no Brasil. (*Pharol*, 12/10/1900)

A questão do maquinário ocupa lugar de destaque na história da imprensa brasileira. Seu desenvolvimento muitas vezes é analisado, tanto por historiadores quanto por jornalistas, como uma relação entre a estrutura empresarial do jornal e seu aparelhamento tecnológico. Em um belo texto sobre o início da imprensa em Belo Horizonte, Paulo Bernardo Vaz dá especial importância a questões como a capacidade de tiragem, as características gráficas, o advento das imagens. Ler os jornais, pensar seus conteúdos, para este autor, é também levar em conta as condições de sua produção, seus limites e possibilidades. O título dado ao artigo já remete seus leitores ao desenvolvimento do maquinário de impressão: “De Liberty a Marinoni: feição e feitura jornalística”.

Aquelas folhas belo-horizontinas, vastas e esparsas, retratam sua época. E retratam-na com grande riqueza de discursos e preciosidades de linguagem. A possibilidade técnica de reproduzir gravuras retarda-se até 1901, com a impressão desastrosa do jornal *O Saí* em uma oficina litográfica. [...] A impressão de clichês fotográficos na cidade só apareceria alguns anos mais tarde. Não obstante, as páginas repletas de textos das primeiras folhas são reveladoras da aparência dos belo-horizontinos em seu cotidiano nos últimos anos do século XIX e nos primeiros que se descortinavam no século XX. Como esses retratos sem imagem tomavam forma para nós? (VAZ, 1997, p. 48)

Construída a partir da estruturação organizacional, como também do desenvolvimento tecnológico, a história da imprensa brasileira possui ainda uma outra característica – o padrão de periodização é estabelecido a partir dos grandes centros urbanos, notadamente o Rio de Janeiro e São Paulo. Estudos mais regionalizados têm levantado outras possibilidades, porém estas cidades continuam a servir como parâmetro para definir os marcos da periodização.

Na história da imprensa em Minas Gerais, há um sequenciamento – que poderia ser chamado de “clássico” – que se inicia com o estabelecimento da imprensa oitocentista, destacando-se os primeiros jornais de Ouro Preto, como também de outras cidades, a exemplo do pioneirismo republicano de Diamantina. A passagem para a “grande imprensa” coincide quase totalmente com um enfoque centrado na imprensa belorizontina. Poucos são os estudos, quase todos regionais, que abordam a importante imprensa da Zona da Mata; e apenas estudos regionais/locais, destacam outras cidades e periódicos. A imprensa do século XX é trabalhada, quase sempre, a partir da capital. E segue-se, também aqui, a linha que vai da imprensa mais simples, política e artesanal, para a grande imprensa, capitalista e industrial.⁵⁶

O próprio processo de desenvolvimento tecnológico deve ser pensado, porém, em seu contexto histórico, e não apenas como resultado de uma linha evolutiva. Tal proposta, quando vinculada ao estudo da história regional, leva a uma nova situação. Como Nelson Werneck Sodré já apontava, à medida que os grandes centros ampliavam e melhoravam seu parque gráfico, a imprensa “*de caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos*” (SODRÉ, 1999, p. 275). Pensar a imprensa fora dos grandes centros é repensá-la. A noção de uma linha contínua de desenvolvimento técnico-empresarial não comporta a realidade da imprensa dos núcleos urbanos que tinham como instrumentos exatamente o refugio dessa “corrida desenvolvimentista”. Rotulá-los, imprensa e lugares, como atrasados, pode até servir para localizá-los nessa suposta linha evolutiva da imprensa, construída a partir dos “centros dinâmicos”. Mas nada esclarece quanto à maneira como, apesar de utilizar tecnologia e equipamentos defasados – e exatamente por poder contar com tais equipamentos, sem os quais não existiria – a imprensa no interior de Minas foi construída. Estudar esta imprensa interiorana é considerá-la como uma atividade na qual preservam-se antigas práticas e técnicas, ao mesmo tempo em que estas são adaptadas às novas demandas e possibilidades que vão surgindo. Pois, como já havia percebido o teórico da economia Joseph Schumpeter, nem sempre os mais

⁵⁶ Para uma história da imprensa mineira, ver a pioneira obra de Xavier da VEIGA, 1897; e ainda, entre outros, Joaquim Nabuco LINHARES (1995), André CARVALHO e Waldemar BARBOSA (1994). Para a imprensa em Juiz de Fora, ver Paulino de OLIVEIRA (1966); para Diamantina, ver GOODWIN Jr., 1999, 2003, 2004, 2005(b), 2006, e Luiz Andrés Ribeiro PAIXÃO (2004). Para a imprensa belorizontina, Maria Ceres CASTRO e Paulo Bernardo VAZ (1997); Vera Veiga FRANÇA (1998); e o artigo de Polyana VALENTE (2006).

avançados instrumentos tecnológicos são aqueles que atendem às condições econômicas existentes:

Mas não coincidem as combinações econômicas e as tecnológicas, as primeiras ligadas às necessidades e meios existentes, as últimas, à idéia básica dos métodos. O objetivo da produção tecnológica é na verdade determinado pelo sistema econômico; a tecnologia só desenvolve métodos produtivos para bens procurados. A realidade econômica não executa necessariamente os métodos até que cheguem à sua conclusão lógica com inteireza tecnológica, mas subordina sua execução a pontos de vista econômicos. O ideal tecnológico, que não leva em conta as condições econômicas, é modificado. A lógica econômica prevalece sobre a tecnológica. E em consequência vemos na vida real por toda a parte à nossa volta cordas rotas em vez de cabos de aço, animais de tração defeituosos ao invés de linhagens de exposição, o trabalho manual mais primitivo ao invés de máquinas perfeitas, uma desajeitada economia baseada no dinheiro em vez de na circulação de cheques, e assim por diante. O ótimo econômico e o perfeito tecnologicamente não precisam divergir, no entanto o fazem com frequência, não apenas por causa da ignorância e da indolência, mas porque métodos que são tecnologicamente inferiores ainda podem ser os que melhor se ajustam às condições econômicas dadas. (SCHUMPETER, 1997, p. 32-33)

Algumas notícias e comentários publicados revelam-nos aspectos do funcionamento técnico das redações e tipografias. Duas notícias publicadas no mesmo dia sugerem o processo de montagem das páginas para publicação, e o tempo gasto entre as duas faces da folha, no caso dos jornais diamantinenses:

Ao Sr. Delegado de Policia // Pedimos ao sr. Delegado de Policia que active as diligencias para descobrir o paradeiro do sr. Arthur Caldeira que desapareceu desde o dia 1^o. do corrente. [já noticiado antes] // Talvez ele tenha sido victima de algum crime. (*A Idéa Nova*, 18/10/1908)

Arthur Caldeira // Já estavam impressas a primeira e a quarta paginas do nosso jornal, quando tivemos a lamentavel noticia de que o Sr. Arthur Caldeira appareceu morto perto do Guinda. // Em todo o caso é necessario que o Sr. Delegado verifique si se tracta de um crime. // Pezames à familia do morto. (*A Idéa Nova*, 18/10/1908)

Outras notícias falam-nos dos percalços ocasionados pelas falhas e defeitos no maquinário. Embora extensas, as citações abaixo são bastante interessantes, pela quantidade de detalhes que fornecem a respeito do funcionamento da tipografia do *Pharol*, bem como pela atenção dispensada ao fato, até pelo rival *Jornal do Commercio*. Atenção para as diferentes ênfases quanto à consequência de se manter em funcionamento a máquina defeituosa:

O Pharol // Conforme terá, de certo, notado o leitor, as linhas do alto das columnas desta folha têm sahido, por defeito de impressão, um pouco tremidas e ás vezes illegiveis. Esse defeito é devido a oscillação da nossa *Marinoni*, cuja base não está bastante firme. // Convidámos o sr. dr. Belisario Fonseca, abalisado engenheiro, proprietario da “*Mechanica Mineira*”, para proceder a um exame na machina e elle nos aconselhou se reformem os seus fundamentos, tornando-os mais firmes. Elle promete nos que esse serviço poderá ser executado em poucos dias, si algum contratempo imprevisto não occorrer de maneira a impedir que a machina trabalhe logo. // O habil engenheiro declara-nos que esse reparo é urgente, pois de um momento para outro póde a machina, em trabalho, fazer saltar peças, inutilizando-se por completo, o que será para nós um grande prejuizo. // Assim, pois, somos obrigados a dar uma pequena pausa nos nossos trabalhos, o que communicamos aos leitores

d'O *Pharol*, assegurando-lhes ser essa interrupção muito pequena, quatro ou cinco dias apenas. // Não se supponha que tenhamos deposto as armas de combate ou batido em retirada; a nossa ausencia do campo da lucta será rapida, assim nol-o promete o habil mechanico dr. Belisario Fonseca. // O defeito no jogo da machina ha muito, tem sido a causa da nossa folha não ser distribuida logo ao romper do dia, como de costume. (*Pharol*, 10/01/1901)

O *Pharol* // Esse nosso apreciado collega local vae suspender por cinco dias a sua publicação. // Segundo nos informa o seu digno gerente, sr. dr. Oscar Vidal Barbosa Lage, dá motivo a essa resolução da respectiva empresa o facto de se ter apodrecido o madeiramento sobre que se assenta a machina de impressão daquelle orgam de publicidade, a qual está se abatendo visivelmente, ameaçando de imminente perigo o pessoal que trabalha naquellas officinas, dado o caso previsto de se abater a machina em o acto de se fazer a tiragem da folha. // Pede nos o sr. dr. Oscar Vidal declaremos aos assignantes d'"O *Pharol*" haver tomado tal deliberação em virtude da opinião, a respeito, do distincto mecanico sr. dr. Belisario da Fonseca, a cuja direcção fica o serviço concernente á machina de impressão daquelle collega. (*Jornal do Commercio*, 10/01/1901)

O *Pharol* // Felizmente, podemos hoje voltar á arena, conforme promettemos aos nossos leitores, graças á pericia do distincto mechanico sr. dr. Belisario Fonseca, o qual não poupou esforços para que a nossa "Marinoni" entrasse hoje em trabalho. // O pessoal operario que o habil engenheiro trouxe ao serviço sob sua direcção merece bem os nossos francos elogios, por isso que, arrostando as chuvas copiosas que têm cahido sobre a cidade, tudo fez, com o maior capricho, para se concluir o assentamento da machina em poucos dias. // Pedimos ainda aos benevolos leitores d'O *Pharol* desculpem a nossa pequena synalepha, e agradecemos ao dr. Belisario Fonseca e a seus habeis auxiliares a sympathia que revelaram a esta folha, para cujo reaparecimento hoje, trabalharam com dedicação. (*Pharol*, 19/01/1901)

Neste contexto pode ser muito esclarecedora uma entrevista com o senhor Hamilton Mansos Rabelo, realizada a propósito do centenário da Associação do Pão de Santo Antônio, em Diamantina. O senhor Hamilton foi funcionário da tipografia do jornal *Voz de Diamantina* durante décadas. Concentrando-se sobre as relações e as práticas no ambiente de trabalho, suas recordações registradas durante as entrevistas, em linguagem vivaz e pitoresca, permitem-nos resgatar como era produzido um dos jornais nessa cidade mineira em meados do século XX. Embora fora do recorte temporal aqui analisado, abre uma janela para relações e técnicas de trabalho que remontam ao início da atividade da imprensa em Diamantina, e que foram perpetuadas naquela oficina tipográfica, seguindo uma lógica próxima ao raciocínio elaborado pelo austríaco Schumpeter:

Roseli: A princípio o senhor entrou lá fazendo o quê?

Hamilton: A princípio a gente tem que decorar as caixas né! Com os tipos todos, nos lugarzinhos certinhos né!

Roseli: O que é isto exatamente? "Decorar como assim"?

Hamilton : Os tipos né! A caixa. As caixas de tipografia são todas repartidinhas em quadros, né! Em quadrinhos. Então cada quadrinho daquele fica guardado uma, uma, um tipo, né. Uma letra.

Roseli: Um tipo de letra.

Hamilton: Letra. Então a gente, na composição que a gente tinha de fazer, vai catando aqui, uma letra aqui, outra ali, pra formar a palavra, né!

Roseli: Certo!

Hamilton : E tem uma, uma peça de ferro, que a gente vai colocando formando a composição lá. Daí a gente tira, tira ali com a mão e bota dentro de uma tábua cumprida, que tem lá, tinha lá, né! Tinha, ainda existe. Pra formar a composição.

Roseli: Certo!

Hamilton: Ai então a gente amarra aquela composição já pronta e tira a prova, né! Pra tirar alguns erros de português, ou de, de ou mesmo da caixa, né, que costuma “empastelar” um tipo com outro, letra trocada, né!

Roseli: Então quer dizer que no princípio o senhor entrou, aí o senhor tinha como função, o senhor tinha que decorar essa (...).

Hamilton: Decorar tudo, direitinho, né.

Roseli: Ah sei!

Hamilton: Depois que a gente decora tudo a gente pode, tem direito de fazer a composição, né!

[...]

Roseli: Quanto tempo vocês demoravam pra montar esse jornal? O senhor lembra?

Hamilton: Uma semana!

Roseli: Uma semana?

Hamilton. Uma semana. Por que era muito lento o trabalho né.

Roseli: Sei.

Hamilton: Era muito lento. Até que a gente, formasse as letras, por que é como eu falei, cada, tinha as caixas né, com repartição. Cada uma repartição uma letra né. Igual esse atoalhado aí ó, cheio de quadrinho, então cada quadrinho é uma letra, né. A B C, mas é tudo salteado, né. Não é assim direto não, é salteado. Então a gente tinha que pegar aqui, cá, tudo assim salteado.

(RABELO, Hamilton Mansos. Fita 1, 10/05/2001)

No início de *As Ilusões Perdidas*, Balzac descreve uma cena muito semelhante à memória do trabalho do senhor Hamilton.

Esse Séchard era um antigo oficial tipógrafo dos que, na sua gíria tipográfica, os obreiros encarregados de juntar as letras chamam de Ursos. O movimento de vaivém, muito semelhante ao de um urso enjaulado, pelo qual os impressores iam da prensa ao tinteiro e do tinteiro à prensa, lhes valera, sem dúvida, tal apelido. Por vingança, os Ursos chamavam os tipógrafos de Símios, por causa do contínuo exercício que fazem esses senhores para tirar as letras dos cento e cinquenta e dois caixotins em que se encontram. (BALZAC, 1981, p. 15-16)

Hamilton Rabelo entrou na tipografia e aprendeu a ser, portanto, um “símio”. Caixotes organizados conforme o maior ou menor uso, tipos diferentes em forma e tamanho, a ordem alfabética não prevalecendo, o trabalho era aprendido na rotina, e é possível imaginar quanto tempo – e quantos erros – um aprendiz penava até dominar a atividade. Um exemplo nos é dado por uma pequena nota, publicada no canto superior da primeira página, endereçada “*Aos nossos assignantes // O Jequitinhonha traz hoje o mesmo numero da passada edição (63), em virtude do salto que, por engano, se deu do numero 60 ao 62, que deveria ser 61*” (08/05/1905).

Uma vez treinadas, mãos ágeis movimentavam-se sobre as caixinhas, emparelhando lado a lado tipos e sinais, construindo, literalmente, o texto do jornal. Se o desenvolvimento das impressoras eliminou o movimento dos *ursos*, o mesmo

não se pode dizer dos *símios*. Movimentos semelhantes aos que Balzac viu nas redações francesas da primeira metade do século XIX eram revividos em Diamantina na primeira metade do XX.

Não que esse maquinário tenha sido, simplesmente, mantido. O sentido de permanência mescla-se, aqui, com outro atributo da história, a mudança. Adaptações e modificações foram efetuadas para que o equipamento disponível pudesse acompanhar as demandas da produção, e também utilizar novas possibilidades e tecnologias, como a energia elétrica. Nessas condições percebe-se a grande criatividade necessária à manutenção de equipamentos para os quais já não se encontravam peças de reposição. À manivela manual foi acrescentada uma polia, para que o motor elétrico substituísse o braço humano – embora, devido à instabilidade do fornecimento elétrico nos anos iniciais, a polia muitas vezes tivesse que ser retirada para o funcionamento original do equipamento. Os rolos de espalhar tinta, gastos pelo uso, eram substituídos pela produção artesanal de novas peças, à base de mocotó de boi. Alguns tipos precisavam ser refeitos, fundindo chumbo. Junto à oficina tipográfica propriamente dita, surgia assim uma outra, uma pequena oficina de restauros e criação. Todas essas mudanças ocorrendo, entretanto, com o intuito principal de manter funcionando o equipamento antigo, sem alterar as regras básicas do trabalho da tipografia.

Hamilton: O motor é um motor simples. Esse motor de polia.

Roseli: Sei. Mas o senhor falou que era complicado mexer com a máquina.

Hamilton: Não a máquina que era complicada.

Roseli: Então quer dizer que a estrutura da máquina continuou sendo a mesma?

Hamilton: A mesma.

Roseli: Só mudou porque colocou o motor.

Hamilton: Só mudou o motor.

Roseli: Ah, sei. Então quer dizer que o que ele já sabia não precisou de muita coisa para...

Hamilton: Não.

Roseli: Ah, entendi. E só ele que imprimia?

Hamilton: Só ele que entendia a máquina.

Roseli: Essa máquina ela foi feita aonde, o senhor lembra?

Hamilton: Essa máquina é “antigória”, muito antiga, é do tempo do professor. O professor que comprô ela não sei aonde.

Roseli: Essa é aquela que está lá até hoje?

Hamilton: Tá lá até hoje. Já tiraram algumas peças dela, o rolo de espalhar tinta já seco todo.

Roseli: Pois é até bom que a gente está falando sobre isso, que depois a gente vai querer...

Hamilton: as estruturas são feitas dessa massa feita de mocotó de boi.

Roseli: Mocotó de boi? Como que é?

Hamilton: Já vem os tabletes, em tablete. A gente derrete o tablete, pega um pedacinho e põe numa vasilha pra derreter, né. Depois que derrete tudo, tem um negócio que o ferro do rolo põe num tripé e põe a forma ali e amarra com um cordão para não saí a massa nas “frinchas”, aí vai derramando ali, depois deixa um bom tempo, até de um dia para o outro, depois tira aquelas partes da goma, lava para tirar o excesso de óleo, porque põe o óleo também para ajudar derreter, óleo, óleo de...como é que chama? Um óleo lá que tem, para ajudar a derreter a massa, lava ela com sabão para tirar o excesso de óleo, aí depois põe na

máquina, ela vai trabalhar...passando o rolo de tinta. (RABELO, Hamilton Mansos. Fita 1, 10/05/2001)

Quando defrontado com a perpetuação do uso de uma tecnologia por quase um século, inserida num processo de produção regular e com alcance regional, o historiador é obrigado a reconhecer que qualquer abordagem limitada ao padrão evolutivo dos grandes centros não comporta a realidade da imprensa mineira. Uma máquina “*antigória*”, mantida pela impossibilidade de maiores investimentos financeiros para comprar equipamentos mais modernos. Inegavelmente, a manutenção tem caráter negativo, mas por outro lado gera uma nova situação, cria toda uma nova maneira de lidar com o velho equipamento. Uma mudança dentro da permanência, uma evolução técnica dentro do atraso. Uma situação concreta que desafia aqueles que trabalham a história a partir de rígidos esquemas simplistas. É a forma local, possível, de inserção na “modernidade” tecnológica.

Um jornal não se produz, porém, apenas com equipamento e maquinário. As memórias do senhor Hamilton trazem de volta à cena, também, aqueles que operavam as máquinas, os funcionários da antiga redação. Como fantasmas em meio ao mobiliário empoeirado e às máquinas desativadas, vultos e figuras vão retomando seu lugar, e o brilho nos olhos do idoso entrevistado ilumina toda a balbúrdia produtiva dos dias em que ali se desenhava a vida em páginas de papel:

Roseli: Não sabe se estão vivos. E o senhor lembra de mais algum, assim... da época do senhor?

Hamilton: Eu lembro de Ester Moraes, irmã de Jaime que já morreu. Tiani [?] Antoninha...

Roseli: Mulheres?

Hamilton: É, mulher, Antoninha.

Roseli: A Toninha também faleceu?

Hamilton: Acho que já morreu também.

Roseli: Como que é o nome dela, o senhor lembra?

Hamilton: A Antoninha não sei não.

Roseli: Antônio..

Hamilton: O nome todo eu não sei não.

Roseli: E onde que ela morava, o senhor sabe?

Hamilton: Ela morava acho que aqui embaixo mesmo.

Roseli: No Rio Grande?

Hamilton: O Antônio, esse também acho que foi embora pra Belo Horizonte.

Roseli: Tinha uma Antoninha, e o Toninho? Esse Toninho o senhor lembra o nome todo dele?

Hamilton: É que ficou por pouco tempo também, foi embora. Foi muitos, muitos que passaram por lá, por pouco tempo também, foram embora. As filhas de Seu Pedro Souza, três filhas dele, trabalharam lá também.

Roseli: Filhas do Seu Pedro de Souza.

Hamilton: Pedro Bazé.

Roseli: Bazé?

Hamilton: É, Bazé.

Roseli: Hum, hum.

Hamilton: Primeiro foi a Lurdes, depois a Lurdes saiu entrou a Zuca, Elza, ela chama Elza, que é casada com Tarcizinho.

Roseli: Com quem...ah, com Tarcizinho.

Hamilton: Tarcizinho é até meu primo também.

Roseli: Hum, hum... e as mulheres, elas faziam as mesmas coisas?

Hamilton: As mesmas coisas.

Roseli: Olha que interessante, então quer dizer que não tinha divisão?

Hamilton: Não tinha divisão.

Roseli: Tanto homem quanto mulher faziam as mesmas coisas.

Hamilton: Era uma coisa só.

Roseli: As mesmas coisas.

Hamilton: Quando a Elza saiu entrou a Nair de Souza, ela até é professora desse grupinho aqui em baixo.

Roseli: Ela? Até hoje?

Hamilton: É Até hoje.

Roseli: Qual grupinho que ela dá aula?

Hamilton: Esse grupinho aqui, acho que é José Augusto Neves que ele chama, Professor José Augusto Neves.

Roseli: Hum... então quer dizer que ela dá aula lá até hoje?

Hamilton: Dá aula lá até hoje.

Roseli: E ela trabalhou um tempo lá com o senhor?

Hamilton: Dois anos, por aí, não muito tempo não.

Roseli: Mas foi um tempinho, dois anos.

Hamilton: Tem umas outras pessoas que trabalhou lá junto comigo, essa família de...como que é o nome? Morava até naquela rua ali perto da Caridade [Inaudível] . Tinha uma moça também que trabalhou junto comigo aqui. Como é que ela chama? Ela foi embora também para Belo Horizonte. Como que ela chama? Joaquina!

Roseli: Joaquina.

Hamilton: É Joaquina....O João Mendonça também, três irmãos que trabalharam lá também, João Mendonça, Haroldo e Geraldo.

[...]

Roseli: Mas eu estou achando interessante o que o senhor está falando aí que eu, particularmente não sabia, que passaram então muitas mulheres por lá.

Hamilton: Muitas, muitas.

Roseli: Olha que interessante, e elas faziam os mesmos trabalhos que os senhores.

Hamilton: Todas, tudo igual

Roseli: E o senhor sabe...

Hamilton: Não havia distinção assim...

Roseli: É. E elas ganhavam o mesmo tanto será? Era igual?

Hamilton: Uma ganhava mais, porque já era mais antiga, ganhava mais do que eu, né. Mas faziam tudo igual.

Roseli: Olha que interessante. Trabalhavam o mesmo tanto, o mesmo horário, tudo igual.

Hamilton: Tudo igual

Roseli: E o senhor lembra assim, se por acaso na época elas eram casadas, se tinham filhos, como que era a vida delas, o senhor sabe?

Hamilton: Bom, naquela ocasião acho que não tinha nenhuma casada não

Roseli: Então parece que o pessoal era bem novo. O senhor era bem jovem?

Hamilton: Era.

Roseli: Nós fizemos as contas aqui, o senhor entrou lá no ano de...

Kely: 1945.

Roseli: 1945, o senhor tinha dezesseis anos.

Kely: O senhor nasceu em 1929?

Hamilton: É mais ou menos isso.... 1945, né.

Roseli: E as outras pessoas eram mais ou menos da faixa etária do senhor, tudo nessa faixa, dezesseis, dezessete? Ou tinha um pessoal mais velho?

Hamilton: Tinha as pessoas mais velhas, como a Ester que eu falei, que já estava lá há mais tempo.

Roseli: Quando o senhor...

Hamilton: Ela era moça de idade.

Roseli: Quando o senhor entrou a Ester já estava lá há mais tempo?

Hamilton: Já estava lá há mais tempo.

Roseli: Há mais tempo assim...

Hamilton: A Conceição, deixai eu ver quem mais a Antoninha, também já estava lá há mais tempo, quando eu entrei pra lá elas já estavam lá.

Roseli: Elas tinham mais ou menos quantos anos na época, o senhor lembra? Elas tinham assim, mais de vinte?

Hamilton: A Ester podia estar com uns 40 e poucos anos, a Antoninha uns 30, 30 e poucos.

Roseli: E elas eram solteiras?

Hamilton: Moça mais nova, solteira.

Roseli: Olha então quer dizer que a vida delas devia de ser mais trabalho mesmo.

Hamilton: Tinha uma prima que trabalhou lá também.

Roseli: Prima do senhor?

Hamilton: Chamava Conceição Gioconda Ribeiro, ela trabalhou lá

Roseli: Ela...

Hamilton: Ela já era de idade também.

Roseli: Interessante.

Hamilton: Uns 40 e tantos anos também, 50, não sei.

Roseli: E os homens, qual a faixa etária dos homens?

Hamilton: O Miguel Ferreira devia de esta também com uns 40 e tantos anos a 50.

(RABELO, Hamilton Mansos. Fita 1, 10/05/2001)

Mulheres, muitas mulheres. A presença de tantas mulheres numa oficina tipográfica apresentou-se como uma surpresa durante a entrevista, posto que num primeiro momento imaginava-se que esse posto de serviço seria ocupado quase que exclusivamente por homens. Mais uma vez a investigação local nos conduz à conclusão de que formulações generalizadas a partir de grandes centros precisam ser avaliadas à luz da pesquisa, da construção de uma história regionalizada para as Minas Gerais. Nas primeiras fábricas têxteis mineiras a presença feminina (e infantil) era volumosa; parece que esta não era a única atividade industrial em que o braço feminino se fazia notar.

E nem é o caso de considerar-se a tipografia do Pão de Santo Antônio um caso à parte. As anotações de José Teixeira Neves sobre os jornais do final do século XIX e primeiras décadas do XX, delineiam um padrão de divisão do trabalho. Enquanto nas redações a presença masculina é predominante, embora existissem colaboradoras e mesmo jornais femininos, junto às máquinas tipográficas as mulheres faziam-se presentes com grande regularidade. A professora Nair, colega do sr. Hamilton, sugere inclusive que esse contingente feminino era alfabetizado – o que faria sentido, dado o perfil do trabalho que se realizava nessas oficinas.

No jornal liberal *17.º Districto*, que introduziu o primeiro prelo mecânico em Diamantina em 1885, “*uma filha e uma cunhada de Luiz Antonio dos Reis eram tipografas de suas oficinas*”. Quando o jornal *Cidade Diamantina* reapareceu após breve interrupção, em 1897, tinha como tipógrafa Rita Glória, que veio a falecer em 1900. No “*corpo tipográfico*” do jornal *O Itambé* encontramos, em 1902, “*Maria do*

Sacramento Figueiredo, Carmelita Augusto Costa, Raimundo Andrade e Celestino Augusto de Carvalho". A *Idéia Nova* tinha como "pessoal técnico" em 1910, "João Fausto de Andrade, Etelvina Perpetuo Ribeiro, Arminda Afonsina Fernandes, Argentina Afonsina Fernandes, Maria Afonsina Fernandes e Luiz Fernandes de Azevedo". A própria *A Estrela Polar*, que surgiu como órgão oficial da Diocese, tinha em seu "corpo tipográfico" em 1910, "Alzira Ferreira Mota, Julia Mota, Maria do Rosario Porto, Maria José Coelho, Maria da Conceição Vieira, Maria Eugênia de Campos, Amélia de Lucia, e José Augusto Ferreira". Os sobrenomes parecem indicar, inclusive, a presença de familiares trabalhando juntos na mesma oficina. O mesmo acontece na redação: n'A *Estrela Polar* trabalharam José Teixeira Neves Junior como revisor, Paulo Teixeira Neves e Nilo Neves como expeditores e Margarida Silvestre, pseudônimo de Maria Jacinto Neves, colaboradora. Alguns nomes de família atravessam a fronteira entre redação e oficina: José Sebastião Rodrigues Bago foi colaborador do *Sete de Setembro*, enquanto Antonio Rodrigues Bago trabalhou como auxiliar técnico no *Cidade Diamantina* (Fundo José Teixeira Neves, caixa 4, envelope 2). Ao que parece, essa prática familiar perdurava ainda ao tempo em que o sr. Hamilton trabalhou na *Voz de Diamantina*.

Como vimos, as mulheres atuavam também nas redações diamantinenses. Além de algumas colaboradoras dispersas por vários jornais, foram produzidas folhas especificamente por e para mulheres. Da virada do século, por exemplo, dois jornais destacam-se: *Esperança Diamantina*, que circulou a partir de junho de 1899, "redigido por Mercedes Corrêa de Oliveira Mourão, Djanira Passos, Clélia Corrêa Rabello, Heloisa Passos e DD. Mariana Hygina de Miranda e Maria Josefina de Medeiros"; e *A Voz Feminina*, "Órgão dos direitos da mulher". Publicado quinzenalmente, tinha a "redação de Clélia Corrêa Rabelo, Zelia Corrêa Rabelo e Nícia Corrêa Rabelo", sob o dístico "Ó femmes c'est à tart qu'on vous nome timides / A'la voix de vos coeurs, vous êtes intrepides". Ambos tiveram uma publicação irregular, cobrindo um período de dois anos (Fundo José Teixeira Neves, Caixa 4, envelope 2). No campo feminino das redações percebemos, mais uma vez, a formação de um grupo bem definido: repetem-se nomes e sobrenomes.

Mas não é possível pensar apenas em "mulheres" na imprensa. Há um fosso, um universo de diferenças entre as mulheres que trabalhavam nas máquinas e aquelas que produziam os textos que as primeiras imprimiam. As necessárias pesquisas e reflexões sobre a atuação das mulheres na imprensa diamantinense, e

mesmo mineira, não poderão prescindir da contextualização histórica, sob o risco de inventar uma categoria artificial e a-histórica, baseada apenas no gênero.

Outras pistas sobre os trabalhadores nas oficinas tipográficas de Minas Gerais podem e precisam ser encontradas. Em Juiz de Fora, por exemplo, o jornal *O Pharol*, em meio à discussão sobre o problema dos menores nas ruas da cidade, ofereceu-se para receber meninos até 17 anos, desocupados, a fim de trabalharem nas suas oficinas,

responsabilizando-nos pela educação no trabalho, no caminho do bem, tirando-lhes o vício, para prestar-lhes um benefício. Para acompanhar-nos convidamos aos illustrados colegas do *Correio de Juiz de Fóra*, bem como a todos os industriaes desta cidade. (*Pharol*, 16/02/1886)

Os próprios redatores reconheciam a pouca atenção dispensada aos operários tipográficos, e procuravam de quando em vez minorar esse problema. Logo na primeira página do primeiro número de 1906 do *Jornal do Commercio*, entre os cumprimentos à população, aos leitores e aos colaboradores, encontramos uma saudação de ano novo aos “*obscuros obreiros do nosso progresso*”, os “*operarios do jornal*” (*Jornal do Commercio*, 01/01/1906). O primeiro número do *Diário Mercantil* também foi ocasião para conagração entre os diferentes níveis de trabalhadores do jornal:

O nosso apparecimento [cumprimentos, etc.] Ao sahir hontem da machina o primeiro exemplar do *Diario Mercantil*, na Typographia Brazil, onde está sendo impresso, reunidos todo o pessoal do estabelecimento e o seu proprietario, sr. Herman Erhardt, foi aos mesmos offerecidos um copo de cerveja pela redacção desta folha. // O dr. Pinto de Moura ergueu um brinde á corporação de typographos, bebendo pela prosperidade da Typographia Brazil. // Outras amistosas saudações foram ainda trocadas. (*Diario Mercantil*, 24/01/1912)

Este tipo de agrado não bastou para impedir que esses trabalhadores se organizassem por melhores condições de trabalho. Ainda assim, receberam uma cobertura simpática dessa redação, como veremos à frente.

O trabalho nas oficinas tipográficas mineiras precisa ser melhor pesquisado, também, em relação ao processo de educação pelo e para o trabalho. O qual foi encampado e difundido pela imprensa ligada às elites dominantes durante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Juntamente com o trabalho agrícola e as fábricas têxteis, as oficinas tipográficas aparecem como local de formação do trabalhador nacional.

São questões que demandam trabalhos de pesquisa específicos, e que apontam para quantos temas a história da imprensa mineira ainda tem a explorar.

O alcance da imprensa: a recepção do jornal

O jornal é um trabalho coletivo. Homens e mulheres o produzem, alguns como escritores, outros como trabalhadores nas máquinas. Toda essa tarefa visa, além do óbvio sustento da empresa e dos seus empregados, servir como instrumento de difusão de informações e de formação. Mas tudo isso perde sentido se não for considerada a forma como se dá esse processo de difusão/educação. Em outras palavras, qual o alcance da palavra impressa nessa sociedade? Para quem escrevem os *homens de imprensa*?

Um primeiro público-alvo eram as autoridades locais. Isto fica patente quando analisamos as diversas notícias, notas e comentários que os jornais publicam sobre os problemas urbanos, desde as reclamações “a pedidos” aos editoriais, como veremos nos próximos capítulos. Aqui, apenas uma amostra desse diálogo: em janeiro de 1906, após a grande enchente que submergiu vastas áreas de Juiz de Fora, o *Jornal do Commercio* publicou uma carta enviada à redação. Nesta, após os elogios aos “*muitos benefícios que a vossa conceituada folha já tem prestado ao povo desta cidade*”, o missivista pede que seja reclamado à “*illustre Camara*”, por intermédio do jornal, quanto à grande quantidade de mosquitos na rua Marechal Deodoro, tantos “*a ponto de não se poder dormir*” (*Jornal do Commercio*, 23/01/1906). Já no dia seguinte foi publicada a resposta do Dr. Duarte de Abreu, Agente Executivo da Municipalidade, afirmando ser a quantidade de mosquitos consequência natural das grandes chuvas, e reiterando os esforços da administração municipal em “*combater por todos os meios esses inimigos da saúde publica, (ategomia e anopheles) como propagadores únicos que são de febre amarella e paludismo*” (*Jornal do Commercio*, 24/01/1906).

Entretanto, a própria recepção e divulgação de cartas e “a pedidos” indica que o público leitor dos jornais é mais amplo que o círculo de autoridades, ou mesmo de famílias sócio-economicamente poderosas, quer em Diamantina, quer em Juiz de Fora. Além disso, se trabalhamos com a hipótese que os *homens de imprensa* legitimam sua missão civilizatória pelo seu caráter didático, convém considerar como possível a pretensão de alcançar – e convencer – o maior número possível de habitantes locais. Nas palavras de um redator, ao comemorar os novos equipamentos de seu jornal, “*vencer, triumphar nesta sacrosanta cruzada é convencer, é calcar o erro para que saia victoriosa a verdade, é conquistar a palma*

da justiça nos plenários luminosos do direito” (*Diário Mercantil*, 26/02/1912). Para isso, era preciso ampliar o campo de recepção do próprio jornal.

Este tem sido um campo fértil da pesquisa historiográfica contemporânea. Autores como Robert Darnton, Jean Hebrárd e Roger Chartier, entre outros, têm se debruçado sobre as questões da produção e recepção de textos escritos e/ou impressos, especialmente a partir do período europeu do Antigo Regime. Reproduzir aqui as variações e nuances dessa linha de trabalho seria um esforço demasiado grande – e possivelmente frustrante – para os objetivos em pauta. Entretanto, interessa-nos pontuar alguns aspectos relativos ao tema, até para que melhor se possa compreender a importância e o impacto que a imprensa teria em cidades mineiras da virada do século XIX para o XX.

A recepção do texto, escrito, impresso ou não, esbarra num primeiro elemento razoavelmente óbvio: um texto é um sistema, um código convencional, de registro da fala e do pensamento humano. Lê-lo, decodificá-lo, implica, minimamente, no conhecimento do sistema, na habilidade de transformar/traduzir os registros gráficos; diríamos, em linguagem corrente, ser alfabetizado. Claro está que ler implica mais do que simplesmente reconhecer os registros – há todo um campo de discussão e pesquisa, ligado ao letramento e à linguística, que amplia o conceito de leitura. Não vem ao caso, porém, abrir ainda outra linha de reflexão; para efeito deste trabalho, consideraremos apenas as dificuldades de decodificação do texto escrito. Como qualquer pessoa com um mínimo de contato com a realidade atual brasileira (para não mencionar o passado) sabe, esta dificuldade já apresenta uma barreira suficientemente grande.

Entretanto, tal barreira, aparentemente enorme e tão óbvia, não é intransponível. Sua importância é aumentada se considerarmos a leitura um ato restrito ao indivíduo que, diante de um texto, o lê para si – a maneira mais comum, hoje em dia, de se ler um jornal: a leitura individual, silenciosa, solitária ainda que em meio a uma multidão. O que está em jogo, aqui, é uma concepção a-histórica da leitura. Partindo do lugar que ela ocupa em nossa sociedade, e dos métodos e técnicas mais comumente usados hoje para realizá-la, passamos a considerar que toda leitura se faz assim, sempre e em qualquer lugar. Numa entrevista dada em 1995 à revista *Acervo*, da Biblioteca Nacional, Roger Chartier já alertava para esse perigo:

O único conselho útil seria resistir à tentação, sempre forte, de considerar a nossa relação com o livro, e de maneira mais geral, com o texto escrito, como universal e variável. Contra o que João Hansen designa (e denuncia) como um “etnocentrismo da leitura”, é necessário lembrar que a posse não é o único meio de acesso ao livro, que nem todo material impresso é composto de livros lidos no espaço privado, que a leitura não é forçosamente solitária e silenciosa, e que não é necessário ser alfabetizado para “ler”, se “ler” significa, como na Castela do Século de Ouro, ouvir ler. (Entrevista com Roger CHARTIER, 1995, p. 5)

Pensar a leitura como um ato que envolve não apenas o leitor que lê para si, mas também o que lê para outros, muda nossa compreensão do ato de ler, de seu lugar social. Principalmente, amplia nossa percepção da inserção dos textos, daquilo que os textos apregoam e anunciam, numa sociedade em que a palavra impressa circula com certa liberdade e notoriedade. Ainda mais quando essa palavra impressa não se restringe a documentos eclesiásticos ou oficiais, nem mesmo a livros – cujo tamanho e custos poderiam oferecer ainda mais obstáculos à sua recepção.

[...] Ainda mais do que os livros, folhetos e outros objetos não-encadernados circulavam de mão em mão com facilidade: os seus leitores eram sempre mais numerosos do que os seus proprietários. Livros e imagens que passavam de mão em mão, textos lidos e comentados em voz alta, audiências analfabetas com acesso ao escrito por interpostas leituras em voz alta: um pouco por toda parte, segundo uma imagem usada por Daniel Roche para o texto impresso, mas que podemos aplicar a todos os textos, “o processo de difusão do impresso baralha as cartas”. (BELO, 2002, p. 90)

Robert Darnton, especialmente, tem trabalhado para mostrar que não é possível pensar a leitura como algo isolado, estanque, em relação a uma sociedade que, especialmente após o século XVIII europeu, tem na circulação de informação e opiniões um dos seus principais elementos de articulação política e, por que não dizer, de prazer também.

Não atribuo, certamente, qualquer causalidade “unilinear” à leitura. Ao invés, procuro compreender a literatura como parte de um sistema geral de comunicação, no qual os livros eram apenas um dos numerosos meios e as mensagens transmitidas pelos livros eram somente um dos ingredientes na mistura de elementos que constituía a opinião pública. (Entrevista com Robert DARTON, 1995, p. 17)

[Mathieu-François Pidansat de Mairobert, recolhedor das “Anecdotes sur Mme. Ao Comtesse du Barry”] percorria Paris recolhendo notícias e as anotava em folhas de papel que colocava em seus bolsos ou mangas. Quando chegava em um café, ele tirava uma dessas folhas do bolso e divertia os presentes com sua leitura – ou a trocava por outra folha recolhida por outro “novelliste”. [...] O caso de Mairobert e dúzias de outros semelhantes ilustram um ponto tão simples que nunca chegou a ser notado: que os meios de comunicação do Antigo Regime eram mistos. Eles envolviam a interpenetração de meios de comunicação orais, escritos e impressos e alcançavam um público misto. O ingrediente dessa mistura que o historiador tem mais dificuldade em isolar e analisar é a comunicação oral, já que, de modo geral, ela se desvaneceu. (DARNTON, 2000, p. 7; 9)

Ainda assim, defende Darnton, é possível aprender alguma coisa sobre essa comunicação; por exemplo, quando ela se torna objeto de investigação – e

consequente registro – pelas forças de manutenção da ordem. Um tal caso é o das canções populares que, em versos mais ou menos explícitos, exploravam a sexualidade e a venalidade de personalidades da corte e da política parisienses. Diferentes versões circulavam, ocasionando um verdadeiro “mercado” de anedotas e versos, trocados em cafés e praças, e que *“podiam facilmente ser aprendidos de cor pelas muitas pessoas que não sabiam ler”*.

Ao acompanhar a polícia à medida que ela foi seguindo o rastro dos versos, podemos reconstruir uma rede oral que difundia notícias e comentários sob a forma de poesia e canções. [...] A canção funcionava como um jornal tablóide musicado. (DARNTON, 2000, p. 10; 11)

Na capital do maior império mundial do século XIX, as informações, cada vez mais importantes, também circulavam de forma a superar os limites impostos pela dificuldade de acesso aos textos ou à impossibilidade de lê-los.

Na sua origem, a companhia de seguros Lloyd's era uma cafeteria, cujas regras de sociabilidade acabaram por expandir-se para grande parte de outros lugares urbanos: o preço de uma xícara da infusão dava direito a participar das conversações que tinham lugar no salão. Outros estímulos, além do bate-papo, atraíam os estranhos a esses estabelecimentos. Conversando, ficava-se sabendo das condições da estrada, dos últimos fatos ocorridos na cidade e de negócios. Embora os frequentadores revelassem suas diferentes posições sociais, pela aparência e modo de falar, esses detalhes eram ignorados, enquanto se estivesse bebendo – as informações tinham maior importância, e só através do diálogo livre podia-se ter acesso a elas. O surgimento do jornal moderno aguçou o desejo de falar; exibido em prateleiras no cômodo, os periódicos ofereciam tópicos às discussões – o texto não tinha tanta confiabilidade quanto a fala. (SENNETT, 2001, p. 277)

São bastante conhecidas as limitações impostas à circulação da cultura letrada no Brasil da virada do século XIX para o XX, quando apenas uma exígua parcela da população sabia ler e tinha acesso a publicações como os jornais. Mas isso não pode servir de pretexto a que abdicuemos à pesquisa sobre o tema.

A afirmação de que a leitura foi uma prática circunscrita a uma parcela diminuta da sociedade brasileira do século dezanove faz parte do repertório de nosso “saber tácito”, isto é, do arsenal de certezas que se mostra tão seguro a ponto de parecer ser evidente por si mesmo. (SCHAPOCHNIK, 1993, p. 147)

É possível pensar que os poucos leitores brasileiros teriam desenvolvido práticas que permitiam uma maior difusão de textos escritos, especialmente se levarmos em conta que o jornal, por ser impresso, podia ser adquirido com maior facilidade, ao menos em centros urbanos. Certamente, circulavam mais do que produções manuscritas. Além disso, carregavam notícias e textos que abrangiam interesses diversos, desde negócios até entretenimento, passando ainda por curiosidades e informações sobre eventos locais ou não. Hélio Guimarães chama a

atenção para uma prática comum no Rio de Janeiro imperial, documentada em memórias e na iconografia: a venda de livros e outras publicações por negros, escravos ou não, que os carregavam em balaies – algumas vezes misturados a frutas e outras mercadorias (GUIMARÃES, 2004, p. 57ss).

Essa aparente popularização das obras escritas não pode escamotear as dificuldades encontradas para a difusão da leitura. Dificuldades sempre lembradas pelos mais diversos autores que escreviam na imprensa da virada do XIX para o XX, como Machado de Assis, José de Alencar, Sílvio Romero, João do Rio e outros.

Retomando a imagem inicial dos carapicus, podemos pensar que ela guarda relação estrutural com a do negro vendedor de romances, no sentido de estarem ambas marcadas pelo contraste entre a modernidade dos veículos (o romance e o bonde) e a precariedade do meio marcado pela escravidão e pela escassez de passageiros e leitores. Dois dos grandes emblemas do progresso da civilização oitocentista – o romance e o bonde – circulam pelas ruas da Corte em incansável pescaria, em busca dos carapicus. (GUIMARÃES, 2004, p. 62)⁵⁷

Ainda assim, os textos circulavam. Em sua introdução à obra de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*, Mamede Jarouche apresenta dois pontos muito interessantes para pensarmos a recepção de textos escritos na sociedade brasileira a partir de meados do Oitocentos:

A circulação dos folhetins brasileiros, no entanto, talvez não se restringisse a apenas dois ou três mil leitores, pois nada impedia que se emprestassem exemplares a parentes e amigos ou que alguém os lesse em voz alta para outros, por exemplo – multiplicando assim o círculo de receptores, isto é, de pessoas que travavam contato com a obra. Inúmeros textos brasileiros da época, especialmente os de jornal, parecem escritos num tom que previa esse tipo de leitura declamativa, em voz alta. Ademais, aquele que lia para os outros deveria fazê-lo com prazer, por sentir-se muito útil e importante. Esse assunto – *como e por que* as pessoas liam (ou ouviam a leitura de) textos, ficcionais ou não – é interessante porque eles, basicamente, são escritos para ser “recebidos” (*lidos* ou *ouvidos*) e exercer algum efeito sobre os receptores; ninguém escapa a essa norma [...]. Hoje a *recepção* está sendo estudada no Brasil, mas ainda há poucos resultados objetivos. Caso se confirme que era comum a leitura em voz alta para um grupo de pessoas, poder-se-á imaginar que a recepção dos folhetins os aproximaria mais da novela de rádio do que da novela de televisão, que, na maioria das vezes, já dá a imagem pronta e acabada para o telespectador. (JAROUCHE, 2000, p. 31)

Antônio Cândido, cujos trabalhos de crítica literária tornaram-se referência clássica em discussões sobre a cultura e a identidade nacionais brasileiras, já apontava o efeito que essa mescla entre escrita, leitura e escuta provocara nas “letras nacionais”:

Pois, segundo Antônio Cândido, “formou-se, dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo do escritor certas características de facilidade ênfase, certo ritmo oratório que

⁵⁷ A imagem do carapicu, um pequeno peixe, é usada por Machado de Assis em uma crônica, “Bons Dias!” de 29/07/1888; usada por um condutor para referir-se aos poucos passageiros “pescados” por ele, é transformada por Machado numa “bonita metáfora para descrever o leitor” (GUIMARÃES, 2004, p. 23).

passou a timbre de boa literatura e prejudicou entre nós a formação dum estilo realmente escrito para ser lido. A grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som da sua voz brotar a cada passo por entre as linhas”. (CÂNDIDO, Antônio. O escritor e o público. IN: *Literatura e Sociedade*. APUD SCHAPOCHNIK, 1993, p. 152)

Como diz Jarouche, não sabemos “*de que modo os folhetins e jornais eram lidos e interpretados*”, e só podemos oferecer hipóteses de trabalho (JAROUCHE, 2000, p. 39); por outro lado temos algumas evidências que tornam plausível pensar numa prática social de leitura que implicava em rituais coletivos, quando não comunitários.

Não havendo visitas de cerimônia, sentava-se minha boa mãe e sua irmã Dona Florinda com os amigos que apareciam, ao redor da mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro. Minha mãe e minha tia se ocupavam dos trabalhos de costuras, e as amigas para não ficarem ociosas as ajudavam. Dados os primeiros momentos à conversação, passava-se à leitura e eu era chamado ao lugar de honra. [...] Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso as pausas para dar lugar às expansões do auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido. (ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. APUD SCHAPOCHNIK, 1993, p. 151)

As famílias pertencentes à “boa sociedade” brasileira de fim-de-século “*se inseriam em uma situação comunicacional que se caracterizava pela predominância da cultura auditiva em meio a uma prática sócio-cultural que se formalizava através da escrita*” (SCHAPOCHNIK, 1993, p. 151).

Leitura em voz alta. A segunda metade do século XIX não anulava essa prática tão frequente e popular dos séculos XVI ao XVIII. Esses gestos, repetidos e praticados nos serões das noites brasileiras, tinham uma dupla função: de um lado, marcavam as relações da sociedade com os impressos, com a leitura de jornal, romance-folhetim ou livro; de outro lado, representavam uma forma de divulgação dos impressos, entre as mulheres, principalmente, numa sociedade que se pretendia letrada. (MORAIS, 2002, p. 27-28)

Se para os grupos e famílias populares esta questão ainda é objeto de pesquisa e polêmica, parece haver também uma prática de leitura coletiva, de intercâmbio entre o texto impresso e a “voz das ruas”, de difusão das notícias e comentários publicados em jornais através de comentários e notícias discutidos em cafés, tabernas, esquinas, locais de trabalho e de encontro.

Os próprios textos nos dão pistas desse diálogo entre texto e oralidade. Maria Arisnete Câmara de Moraes comenta, por exemplo, a passagem do romance *Senhora*, de José de Alencar, em que Aurélia finge ouvir a leitura que Seixas faz para ela das notícias do jornal (MORAIS, 2002, p. 28). Também nos jornais podemos encontrar indícios da leitura oral. Os “*sueños*” – versos rimados e estribilhos curtos,

muitas vezes irônicos ou difamatórios; os reclames em forma de rimas e charadas; as reclamações e notícias explicitamente remetidas à comunicação oral, encaminhada ao jornal ou “ouvida nas ruas”; mesmo os folhetins, cujo formato e estilo muitas vezes ultrapassavam os limites a eles destinados, fazendo-se refletir nas narrativas de notícias mais “sérias”. Figura emblemática dessa tendência foi Bastos Tigre, homem de múltiplos talentos, sempre equilibrando (e misturando) a cultura letrada e a fala das ruas:

Bastos Tigre foi ainda um exemplo notável de como esses humoristas desenvolveram o singular recurso de aproveitar as gírias da época nos poemas e quadrinhas, incorporando-as ao humorismo poético. [...] Neste gênero [o poema-piada] Bastos Tigre foi inigualável, maculando os arroubos de mistério metafísico dos simbolistas com o solavanco final cortante de alusões à sua condição de funcionário público, ao jogo do bicho e outras quebras da monumentalidade dos assuntos por meio de menções prosaicas [...]. (SALIBA, 2002, p. 99, 102)

Também nos textos dos memorialistas há indícios que apontam para práticas que transpunham os limites entre a escrita e o analfabetismo. Relembrando a importância da agência de correios no início do século XX diamantinense, Soter Couto resgatou a figura do chefe da agência, Cláudio Ribeiro de Almeida:

Agente instruído e culto, ocupou este cargo durante trinta e três anos. Muitos curiosos, cujas posses não permitiam assinar uma gazeta, esperavam na ante-sala que terminasse a distribuição da correspondência para ouvir a leitura que o Cláudio sempre fazia em voz alta para os presentes, das notícias mais sensacionais. E num silêncio daqueles que nos dizia Eça, capaz de se ouvir a grama crescer, lia com ênfase e arrebatamento, tomando atitudes de orador, se era discurso pronunciado no parlamento por deputado de seu partido, e tremilicava a voz, se era um necrológico ilustre ou pavorosa catástrofe. (COUTO, 2002, p. 224)

As relações entre oralidade e leitura, a recepção e difusão dos textos escritos entre a população das cidades brasileiras na virada do século são, ainda, questões que carecem de maiores estudos. Porém, parece-me sustentável propor que os redatores dos textos que seriam montados pelas mãos dos trabalhadores, e publicados nos jornais, trabalhavam com a consciência que, na outra ponta desse trançado de fios, estavam não apenas aqueles que liam, mas também aqueles que ouviam ler.

E, mais ainda, sabiam e contavam com aqueles que vertiam o lido para o oral, contribuindo para a penetração do jornal na sociedade, vencendo a natural barreira entre as letras e os analfabetos. A publicização da escrita como forma de atrair atenção sobre o que se escrevia não era, aliás, tática exclusiva dos jornais, como nos mostra esta nota publicada em Diamantina: “*Tendo aparecido pregados em*

algumas esquinas pasquins imundos e odiosos ameaçando o sr. Alvaro Novaes, correcto Collector Federal, este funcionario pediu providencias á policia que abriu inquerito e mandou guardar a sua casa por praças” (*A Idéa Nova*, 22/11/1908). No cômico caso do assassinato relatado (dever-se-ia dizer inventado?!?) por seu jornal, Isaías Caminha, figura pela qual Lima Barreto nos dá a conhecer a imprensa carioca, fala-nos exatamente da interação gerada entre os boletins postados à entrada do jornal e a multidão ali aglomerada, que os lia e comentava, gerando uma energia maior do que a soma de letras e voz.

Energia que fortalecia a imprensa, dando-lhe condições para levar seu ponto de vista muito além dos limites da escrita. O envio de cartas às redações, a publicação de anúncios de objetos (e pessoas) desaparecidos, ou as várias notícias de partidas nas quais a imprensa é utilizada como meio para se despedir das pessoas, indicam que havia uma incipiente compreensão da eficácia da imprensa em espalhar notícias e opiniões. A destruição de redações e o “empastelamento” de jornais por populares nos momentos de tumultos e revoltas na cidade do Rio de Janeiro, dão testemunho claro, embora irônico, de que mesmo aqueles que não tinham o hábito – ou a técnica – da leitura atribuíam enorme importância àquelas páginas de papel manchadas de tinta.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, houve uma animação grandiosa, de alcance nacional, envolvendo tanto o Estado quanto setores diversos da sociedade civil brasileira. Estas ações, propostas, planos, pregações e debates, tinham como objetivo transformar o Brasil numa nação “moderna”, “civilizada”. As cidades, talvez mais do que qualquer outro espaço no país, passaram a ser vistas como o *locus* por excelência, a vitrine onde a modernização brasileira teria maior visibilidade, numa tentativa de fazer com que a profecia do progresso se realizasse.

A imprensa é parte desse processo, um dos sinais visíveis da modernização, quer por seu aspecto tecnológico, quer por sua vinculação às idéias de progresso, ciência, conhecimento. Parte, é também participante: tomou a defesa do progresso como sua vocação primeira, a tal ponto que chegou a identificar-se como aquela que, através de seus redatores, de seus editoriais, de seus textos, notícias, folhetins

e anúncios, poderia indicar ao restante da sociedade o caminho a trilhar para a construção desse futuro brilhante.

Em Minas Gerais, duas cidades. Muitas diferenças: história, tradições, conjuntura econômica. Em comum, a presença de uma imprensa atuante e a certeza da grandeza inerente à sua comunidade. Nos próximos capítulos, examinaremos como os “homens (e mulheres) de imprensa” da *Atenas do Norte* (Diamantina) e da *Princesa de Minas* (Juiz de Fora) divulgavam, avaliavam e criticavam os esforços de suas cidades no caminho da cultura, do trabalho, do “inexorável progresso”. Como, enfim, faziam surgir suas “cidades de papel”.

Capítulo 3: Cidades de Papel – embelezamento

O discurso da cidade como lugar do progresso traduz-se em ações concretas, e em avaliações dessas ações. Nestes dois próximos capítulos analisaremos como os *homens de imprensa*, através dos seus jornais, avaliaram os movimentos de urbanização encetados em Diamantina e Juiz de Fora, visando sua transformação em cidades “civilizadas” – bem como a incapacidade em vencer os desafios colocados pela natureza ou pela própria sociedade citadina.

A fim de organizar nossa leitura da urbanização como apresentada pela imprensa, serão priorizados neste capítulo tópicos do discurso sobre o *espaço urbano civilizado*, entendido como sua infra-estrutura física: instituições sociais, melhoramentos tecnológicos, sanitarismo, limpeza, estradas. E também dos problemas relacionados à permanente tensão entre o espaço urbano, que se queria racional, e as manifestações selvagens da natureza (chuvas, animais etc.) e da barbárie (lixo, cortiços etc.).

Esta é uma estratégia claramente arbitrária, posto que a realidade não é seccionada, e a cidade não se divide dicotomicamente entre espaço e habitantes. Justifica-se apenas como instrumento didático, por facilitar a análise da multifacetada experiência urbana diamantinense e juiz-forana. Em diversos momentos do texto, porém, seus limites ficarão claros; assim, alguns temas tratados neste capítulo suscitarão questões que serão mais bem desenvolvidas no próximo.

Aqui, perseguimos especificamente o objetivo de entender as propostas de *embellezamento* do espaço urbano defendidas pelos jornais em Diamantina e Juiz de Fora. “Embelezamento” entendido não apenas em seu caráter estético, mas como o esforço para prover a cidade com os equipamentos considerados fundamentais a uma cidade moderna, segundo as concepções já apresentadas.

3.1. O progresso da cidade: infra-estrutura urbana

Aparelhar a cidade significava criar uma infra-estrutura que permitisse o funcionamento urbano dentro dos padrões mínimos considerados “civilizados”. Isto

incluía elementos tradicionais, como um aparato funcional para as instâncias do governo (sede da Câmara, Fórum e Cadeia, batalhão policial etc.), as estruturas necessárias ao abastecimento de água e de alimentos, ou ainda os locais apropriados para cuidar da saúde da população. Sobre esses aparatos urbanos conhecidos incidem agora exigências diferenciadas; e surgem também novas demandas, especialmente a partir das tecnologias modernas e de alterações nas concepções sobre o viver citadino.

No campo dos espaços tradicionais, os cemitérios são um bom exemplo dessas mudanças. Desde o início do século XIX percebe-se um movimento em direção à secularização, que no último quartel é reforçado pelas teorias médicas formuladoras de uma nova noção de saúde pública. Nesta mesma linha modificaram-se as expectativas em relação aos asilos e hospícios para alienados. Entrementes, a tecnologia criou novos artefatos, que passaram a compor obrigatoriamente o ambiente de uma cidade moderna: energia elétrica, telefones, automóveis. Estes por sua vez geraram novas demandas estruturais: fiações, postes, calçamento, regras de trânsito etc., às quais era preciso atender. Como diz Gabriel Ramon Joffré ao falar da Lima oitocentista, “*era preciso adotar a parafernália urbana das mesmas [as grandes cidades européias]. Os meios tecnológicos convertidos em uma espécie de fins em si mesmos*” (RAMON JOFFRÉ, 1997, p. 84). Aquilo que aqui chamamos de “sinais visíveis da civilização”.

Vamos acompanhar esse processo de reformulação urbana vivenciado em Diamantina e em Juiz de Fora através das páginas dos jornais locais. Notícias sobre eventos, misturadas aos comentários; críticas demolidoras ou sugestões de procedimento – a imprensa, como temos afirmado, não apenas reportava a vida citadina, mas buscava influenciá-la, guiando-a pelos parâmetros compartilhados pelos *homens de imprensa*.

Para isso, selecionei alguns dos mais significativos elementos abordados pela imprensa em cada cidade, no período aqui abordado. Certos tópicos dificultam essa comparação, pois Juiz de Fora já havia construído um aparato urbano bem mais condizente com a “modernidade” do que o existente em Diamantina na entrada da década de 1880.⁵⁸ Ainda assim, há um conjunto coincidente grande o bastante para

⁵⁸ Mais uma vez, reporto-me à minha dissertação de mestrado, para o processo de urbanização de Juiz de Fora entre 1850 e 1888 (GOODWIN Jr., 1996).

uma avaliação da maneira como a imprensa abordava o processo em cada uma das cidades.

Dentre as exigências urbanas mais antigas, destacava-se a necessidade de equipar o governo municipal com instrumentos dignos do seu funcionamento. Em outras palavras, prover a Câmara com sede própria, e a Justiça com Fórum, policiamento e cadeia. Estes dois últimos tópicos serão tratados no próximo capítulo, no contexto do enquadramento dos habitantes citadinos à nova civilidade urbana. Agora, abordaremos o tema dos “edifícios públicos” da Câmara e do Fórum, e das regulamentações do espaço urbano pelo poder municipal.

Em Juiz de Fora, a construção desses edifícios ocorreu em período anterior ao presente recorte. A sede própria da Câmara demandou longas discussões, pedidos de apoio ao Governo Provincial, embates políticos. Até que, finalmente, numa edição dominical, o *Pharol* anunciou a colocação da cumeeira no edifício da Câmara (*Pharol*, 29/07/1877).

A construção do Fórum foi ainda mais lenta, pois dependeu de doações de particulares: os pedidos de apoio ao Governo Provincial não foram bem sucedidos. Ainda assim o prédio tornou-se mote de um discurso que enxergava nele o símbolo da importância cada vez maior do município. Em 24 de maio de 1877, o *Pharol* publicou um ofício do “engenheiro fiscal das obras do forum desta cidade”, Carlos Delphim Simões da Silva, com um parecer sobre a obra:

Quanto ao edificio conforme a planta, creio que poderia ser modificado nos seguintes pontos sem aumentar o orçamento, nem prejudicar a segurança do edificio: 1º. Adoptar a architectura mais moderna, e digna da cidade do Juiz de Fôra, que breve poderá se ufanar de possuir um *forum*, talvez o primeiro construido para esse fim no imperio do Brasil; 2º. Melhorar a distribuição dos commodos; 3º. Attender-se a hygiene do edificio. (*Pharol*. 24/05/1877)

Com destaque, o *Pharol* noticiou em 21 de março de 1878 a inauguração, no dia anterior, do Forum e da escola municipal. A presença de “*Suas Magestades Imperiais*”, pela segunda vez, era sinal evidente do prestígio da cidade. Ainda assim, na ata da sessão de 23 de abril daquele ano, publicada pelo *Pharol*, encontramos a observação de que o edifício havia sido inaugurado sem estar terminado.

O Sr. Dr. Barbosa Lima respondeu a essa observação fazendo ver que foi obrigado a inaugurar a nova casa sem tel-a concluida por haver S.M.I. marcado a inauguração para o dia 20 de março proximo passado e que no fim de muito pouco tempo o empreiteiro a terminaria. (*Pharol*, 02/05/1878)

Efetivamente, alguns meses depois, em 15 de agosto, o presidente da Câmara Joaquim Barbosa Lima encaminhou carta à Municipalidade. Os vereadores reuniram-se em sessão apenas a 12 de Setembro, quando foi entregue a obra do Fórum, completa (*Pharol*, 21/03/1878).⁵⁹

Também em Diamantina a construção desses edifícios públicos foi um processo demorado e problemático. Apesar de ser mais antiga que o Município de Juiz de Fora, a Câmara diamantinense precisou abrigar-se em prédios alugados durante longo tempo. Apenas em 1895 foram tomadas providências concretas para a aquisição de um imóvel próprio, e mesmo assim limitadas pelos constrangimentos financeiros municipais. Como podemos ver pelo Projeto de Lei propondo alterações no recém-votado orçamento para o ano de 1896, o qual destinava as sobras de verbas, as verbas sem destinação específica, e mesmo cuja destinação não se efetivou, para a verba de “obras públicas”. Esta deveria ser utilizada para “*canalização das águas das Pedras*”, para a construção de um lazareto “*destinado ao tratamento de pessoas affectadas de moléstias contagiosas*”. E, parágrafo 3º., “*comportando a verba, e sem prejuízo das disposições [...] correrá por ella a despesa com a aquisição de um prédio para as sessões da Câmara e repartições Municipaes*” (*O Município*, 14/12/1895).

Em 1897 a Câmara adquiriu um prédio a prestações. Assim, em sessão de 23 de abril daquele ano, foi autorizado o pagamento “*de 1:500\$000 a Augusto Andrade, 3ª. prestação do pagamento de 7:200\$00 por quanto lhe foi comprado o prédio hoje Paço Municipal*” (*O Município*, 15/05/1897). A Municipalidade possuía, agora, sua sede própria.

A situação do Fórum foi resolvida de forma similar. Após um período de uso alugado de acomodações, foi adquirido pelo governo do Estado um antigo casarão, cuja construção original datava do período colonial. Isto explicava, por exemplo, “*os dourados relevos que encimam as portas e janellas*” da sala principal do edifício do Júri. Estes mesmos relevos levaram um redator a escrever uma série de artigos comentando o abandono em que o prédio se encontrava. Sobre a sala, compara-a “*com arruinado e orgulhoso fidalgo dos tempos medievos, a ostentar, arrogante e altivo, os restos principescos da antiga opulência*” (*O Jequitinhonha*, 24/04/1904).

⁵⁹ A ata da Sessão de 12 de Setembro de 1878 foi publicada no *Pharol* no dia 18.

Ainda assim, a consolidação do espaço judiciário era mais um passo em direção ao modelo urbano que se almejava atingir.

O aparelhamento da cidade, porém, não se restringia aos edifícios públicos; outros eram necessários ao funcionamento de uma cidade moderna, como aqueles destinados aos cuidados de doentes e desvalidos. Os avanços da medicina, e a ampliação dos debates relativos à saúde para a área pública, criaram a demanda por soluções – e ofereceram os meios para encontrá-las –, tanto para o tratamento das doenças quanto, especialmente, para a questão da localização dos doentes e inválidos. Assim, hospitais, asilos e cemitérios se faziam bem presentes nas discussões locais, nas quais a imprensa era uma das protagonistas. Os textos publicados pelos jornais mostram até mesmo detalhes dos processos de construção, como a licitação para a construção do hospital beneficente em Juiz de Fora:

Sociedade Beneficente de Juiz de Fôra // Até o dia 9 do corrente ao ½ dia, recebem-se á rua Halfeld n. 90, propostas em cartas fechadas para a construcção dos alicerces do edificio para o hospital desta sociedade: servindo de base os seguintes preços: Desaterro incluindo remoção a 800 réis o metro 3. Alvenaria de pedra com argamassa de 2 partes de cal, 2 de barro e 1 de areia a 20\$ o metro 3. // Informações planta na mesma casa. // A comissão de obras, // Franklin R. de Moraes Jardim // João Pedro Werner // Joaquim Antonio Rodrigues. (*Pharol*, 07/01/1900)

O serviço médico diamantinense era baseado na secular Santa Casa de Caridade, a qual era comumente tratada com respeito pela imprensa local:

Santa Casa de Caridade [...] Falando em geral, a Santa Casa de Caridade de Diamantina, durante os seus cento e doze annos de existencia, tem prestado serviços de alta valia a um sem numero de enfermos pobres e desvalidos que a suas portas tem ido bater, procurando remedio a seus males e abrigo, uns á sua invalidez, outros a sua indigencia e desamparo. [...] (*A Estrella Polar*, 10/05/1903)

A 03 de junho de 1898, Antônio Moreira da Costa, Barão de Paraúna, faleceu, legando em testamento doação para a construção de um outro hospital, consagrado a Nossa Senhora da Saúde; este foi o tema central em seu necrológio publicado no jornal oficial da edilidade (*O Município*, 08/06/1898). Inaugurado em 09 de abril de 1901, o hospital logo foi acrescido, por doação de Redelvim Andrade, grande farmacêutico e político local, de uma maternidade (COUTO, 2002, p. 250-251).

Apesar de muitos constrangimentos financeiros, essas duas instituições hospitalares, ambas ligadas à tradição da caridade cristã, serão lembradas em vários artigos como motivo de orgulho para a cidade.

O atendimento aos doentes leva-nos a uma outra preocupação da época: o que fazer com os desajustados, especialmente os loucos. Em Diamantina, esta

parece ter sido uma grande inquietação, tanto para a imprensa quanto para as autoridades locais. A maneira como se tratavam os desajustados era apresentada, pelo discurso da imprensa, como um dos parâmetros para se medir a educação e o grau de civilização de um povo, de uma cidade. Em outros momentos de nossa discussão, encontraremos várias reclamações contra as agressões aos “desequilibrados”. Um bom exemplo, pela menção direta ao que se esperava da imprensa, é a abertura de uma série de artigos sobre o hospício, escritos por Antonio Olympio de Mourão, então Agente Executivo do município:

Um Pouco de Caridade // Um brado da mais viva indignação deve partir de todos os periódicos d'esta cidade em favor d'essa classe de infelizes que, reduzidos ao terrível estado de desequilibrio de suas faculdades mentaes, são barbaramente espancados e contrariados por essa turba inconsciente de malfeitores, que entregue á mais completa viciosidade alimenta-se dos mais torpes sentimentos contra os seus semelhantes. (*O Município*, 13/03/1897).

O início das obras do “*Hospital de Loucos*” fora saudado como “*um relevantissimo serviço prestado ao norte d'esta Provincia onde é crescido o número dos infelizes desassisados que vagão pelas estradas e ruas das Cidades*” (*Sete de Setembro*, 12/03/1887). Iniciada a obra no ano seguinte, o hospício começou a funcionar apenas em 1890, ainda assim precariamente. A inauguração oficial foi em 1891, mas logo começaram a surgir dificuldades pela supressão das verbas estaduais.⁶⁰ Várias pessoas mobilizaram-se, buscando reverter a situação, inclusive os homens de imprensa. O texto abaixo ilustra a tentativa de garantir o apoio dos deputados do Congresso do Estado de Minas Gerais:

Hospicio de alienados. – Os illustres representantes do povo mineiro, que tão nobremente se têm salientado pela elevação de vistas e pela proficiência com que hão abordado as mais importantes questões debatidas no Congresso do nosso Estado, não se têm olvidado de satisfazer os interesses da zona nortista, ali representada por filhos benemeritos desta importante região. // A prova disso temol-a na patriotica concessão de um auxilio de 50:000\$000, ao Hospicio de alienados, em construcção nesta cidade, conforme foi communicado ao nosso venerando amigo, sr. Commendador José Ferreira de Andrade Brant, infatigavel Provedor da Santa Casa de Caridade, como se vê dos telegrammas seguintes: [seguem os telegramas]
Honra ao Congresso Mineiro! Honra aos nossos dedicados representantes, que de modo tão notavel se elevam na estima e no reconhecimento do povo do Norte! (*Cidade Diamantina*, 25/06/1893)

Apesar de toda a mobilização local, entretanto, logo ficou claro que a prioridade do governo mineiro seria o investimento no manicômio estadual,

⁶⁰ Algumas indicações sobre o hospício agradeço a Christian de Oliveira Fernandes, Licenciado em História pela FAFIDIA em 2004, cuja monografia de conclusão de curso versou sobre as obras e a arquitetura do edifício.

localizado em Barbacena. Não haveria apoio governamental para a obra em Diamantina. Sem poder contar a Santa Casa com recursos próprios, o hospício foi fechado em 1906. A partir daí, Diamantina teve que enfrentar ainda outro problema: a prática regional de enviar desajustados para a cidade...

Aviso // Comunico aos interessados que nesta cidade não existe casa para loucos, visto o governo não subvencionar mais a mesma. // Faço a presente declaração no intuito de evitar que pessoas de fóra mandem para esta cidade loucos, que directamente deviam seguir para Barbacena, onde existe o manicómio do Estado. // O Provedor da S. Casa, // Dr. Antonio Motta. (*A Idéa Nova*, 29/04/1906)

Loucos vagabundos // A população da cidade está, ha dias, sobresaltada na imminencia de qualquer successo grave. // Dois loucos, um delles de genero destruidor e perigoso, pois ataca a todos que encontra, principalmente as creanças, vagam pelas ruas da cidade, e percorrem-na livremente. // A Diamantina paga neste momento pesado tributo, pois não só carrega com os infelizes da terra, como recebe a terrivel emigração dos loucos de todo o Norte attrahidos à cidade pela fama, aerea e phantastica, de um hospicio que não existe. [...] Quem poderá nos fazer a caridade de impedir essa medonha importação de loucos? (*A Idéa Nova*, 06/05/1906)

Criou-se assim uma tradição regional dos “*tipos populares*” pitorescos e meio amalucados:

Os tipos de rua, os genuínos tipos de rua, em regra geral, não passam de uns sujeitos exóticos, cérebros doentios, que nascem empolgados por uma mania. E em Diamantina, não sei porque, é enorme a produção de tipos de rua, cada qual com a sua mania mais extravagante, podendo-se mesmo dizer que até nesse ramo ela bate o “record” entre as demais cidades do interior. (FERNANDES, A., 1929, p. 9)⁶¹

O grande número de desassistidos na cidade motivou o surgimento de uma outra instituição de caridade, voltada especificamente para o amparo de idosos e inválidos. Como já vimos, a Pia Associação do Pão de Santo Antônio inaugurou o Abrigo dos Pobres em 1901, o qual logo foi incorporado à pauta de preocupações da imprensa:

"Pão de Santo Antonio" // Esta utilissima instituição, creada ha pouco nesta cidade, acaba de construir mais uma casa destinada aos pobres, no bairro do Rio Grande. A nova casa foi inaugurada a 11 do corrente, com missa e bençã do edificio. // No acto, para o qual se dignou convidar-nos a illustre Directoria, foi esta folha representada pelo sr. Gabriel Amador dos Santos. // Se não fosse motivo de reparo, dariamos a idéa de separar cada predio por meio de uma grade na frente, e area ajardinada. // Não falando em esthetica, um incendio é uma cousa alli tão possivel... (*A Estrella Polar*, 20/10/1903)

Aliás, no início do século, Diamantina possuía uma ampla rede de assistencialismo, fundada nos tradicionais princípios cristãos. A propósito da criação

⁶¹ Até hoje Diamantina possui vários desses “tipos de rua”: o astrólogo e músico africano Sabá (Janjão Sabá Gamu, falecido em 2005); o catador de latas, Eustáquio “*Latinha Neném*”, que teve sua candidatura a prefeito lançada por um grupo brincalhão em 2004, angariando grande simpatia popular; o falante *Paraguai* etc. Para outras figuras do início do século XX, ver FERNANDES, A., 1929.

de mais uma associação beneficente um artigo exaltava o espírito caridoso da população local, inventariando as diferentes instituições:

A nova associação, - notamos de passagem -, não vem propriamente preencher uma lacuna em uma cidade onde não se póde dizer, a não ser com manifesta injustiça, que a sorte das classes proletarias e desvalidas estejam a mercê do acaso.

Provam assás o nosso precedente assérto as diversas sociedades beneficentes aqui estabelecidas, taes como: a Santa Casa de Misericórdia, com o Hospicio de loucos que lhe fica annexo; o Hospital de N.S. da Saude, fundado em 1901, por disposição testamentaria do Barão do Parauna, e que até hoje não mereceu o mais insignificante auxilio de cofres publicos; a Conferencia de N. S. da Conceição, que parece subsistir por verdadeiro milagre; a Pia União do Pão de Santo Antonio, o Lyceu de Artes e Officios, mantido pela União Operaria, o qual, até certo ponto, è licito equiparar aos mencionados institutos.

O que se nos afigura, é que o papel do mais novo desses sodalicios, é abrir mais uma valvula à expansão do espirito humanitario de um povo que não é surdo aos clamores das classes pobres, nem indifferente aos males que as opprimem, physica e moralmente falando. [...]. (*A Estrella Polar*, 20/03/1904)

Também Juiz de Fora possuía suas instâncias assistencialistas, cujo louvor pela imprensa fornecia oportunidade de criticar a conjuntura educacional – críticas que revelam, aliás, a concepção vigente entre as elites sobre o que deveria ser a educação dos desvalidos:

Filigranas // Nem todas as filigranas que pudessemos fazer do ouro de mais alto quilate, cravejadas das mais escolhidas pedras preciosas, seriam offerendas dignas de serem applicadas aos philantropicos fundadores dos asylos “Santa Isabel de Hungria” e “Santo Antonio dos Pobres” existentes nesta cidade, aquelle destinado ás creanças de ambos os sexos e este ás do sexo feminino. // [...] E como, comparados a vós, parecem pequeninos aquelles que, esquecendo-se das palavras do “Senhor”, mandaram banir das escolas dos proletarios do campo os seus pobres filhinhos, que alli estavam apprendendo alguma cousa, para não ficarem nas trevas da ignorancia! // [...] Prossegui; preparaes esses meninos para servirem a Patria e essas meninas para mães de familia, e a sociedade bemdirá os vossos nomes. // Arco Íris. (*Pharol*, 21/01/1900)⁶²

Não eram apenas os loucos e os desamparados que inspiravam cuidados. Com o processo de secularização da morte ocorrido ao longo do século XIX, os mortos também exigiam um novo tratamento, que demandava investimentos públicos em obras. O Estado, desde o Império, já buscava legislar sobre o “lugar dos mortos”, visando atender aos preceitos científicos sobre a saúde pública.⁶³ Como já foi mencionado, Juiz de Fora foi urbanizada buscando atender, desde cedo, aos novos parâmetros que se constituíam, inclusive higienistas. Talvez por isso a Câmara Municipal tenha decidido tratar, logo na Seção Primeira do seu primeiro Código de Posturas, de 1853, da “Saúde Pública”. O artigo 1º, do Título I, proíbe o sepultamento de cadáveres no interior das igrejas, afirmando que “*esta disposição*

⁶² Para uma discussão sobre caridade e assistencialismo na capital mineira nesse período, ver Marco Antonio de Souza (2004).

⁶³ O processo de secularização da morte em Minas Gerais é discutido por Felipe Silveira (2003).

*terá effeito depois do prazo de três mezes contados do dia em que a fabrica ou irmandade estabelecer cemiterio fóra da Villa e povoações, dando a Camara os terrenos próprios para esse fim” (Posturas da Camara Municipal da Villa de Santo Antonio do Parahybuna. rio de Janeiro, Emp. Typ. – Dous de Dezembro – de P. Brito, 1853. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG).*⁶⁴ Já no segundo Código de Posturas, aprovado em 1857, a Câmara Municipal assumiu a responsabilidade pela implementação das novas práticas, instituindo um Cemitério público para a cidade, e determinando como deveriam proceder as demais comunidades do município.

Art. 71. É prohibido enterrar-se corpos humanos na Cidade, ou nos arraiaes, em outro lugar que não seja o Cemiterio publico, havendo-o: multa de 20\$ a 30\$, e duplo nas reincidencias.

Art. 72. A prohibição do artigo antecedente é extensiva aos enterramentos nos recintos dos templos.

Art. 73. A Camara marcará os Cemiterios das Fazendas, e Capellas de fóra desta Cidade assignado prazo razoaveis, passados os quaes não será permittido o enterramento senão nos cemiterios, sob a pena do artigo 71. (*Posturas Municipaes da Camara Municipal da Cidade do Parahybuna* [1857].Rio de Janeiro: Typographia de Soares & Irmão. 1860).

O cemitério público, como as demais medidas de saneamento projetadas, inseria-se num contexto mais amplo, como instrumento de uma medicina preocupada com os miasmas, com os fluidos.

Neste momento, o saber médico ainda explicava a origem dos surtos epidêmicos pela “teoria dos miasmas”, segundo a qual, as febres se originariam da matéria animal e vegetal em putrefação e nas águas estagnadas. Com base nesse conhecimento, a preocupação central convergia para o saneamento urbano: a secagem dos pântanos, a rede de água e esgotos, o cemitério. (CHRISTO, 1994, p. 124)

Tal preocupação não se restringia apenas a Juiz de Fora, sendo a marca da política sanitarista que se instaurava no Brasil, movida pela cientificidade oitocentista.

Nesse ponto, a ciência hidráulica emaranha-se nas políticas higiênicas, que têm como alvo, ainda, a população. As posturas municipais estabelecem a fiscalização das águas, detectando os pontos de estagnação, proibindo o uso indevido das fontes e chafarizes públicos e protegendo os encanamentos públicos de ações depredatórias. O ar é outro fluido vigiado. Cada vez mais a localização dos cemitérios é discutida, ao se tratar da salubridade do ar. Os matadouros eram regulados por

⁶⁴ Os artigos 2º a 4º tratam das regulamentações para o sepultamento dos corpos; o Título II trata das boticas e venda de remédios; o Título III, das águas e terrenos baldios; IV, regras de asseio para matadouros e currais; V, hospitais e doenças contagiosas; VI, curtumes, fábricas, e interferências no ambiente; Título VII, “*Sobre diferentes objetos que corrompam a atmosphaera e prejudiquem a saude publica*”.

normas de higiene para impedir os maus odores das carnes deterioradas e manter sua limpeza como objeto de fiscalização. (DUARTE, 1995, p. 62)⁶⁵

Uma emenda ao Código de Posturas, de 23 de fevereiro de 1866, assinada pelo vereador Dr. Antero José Lage Barboza, propunha que o Administrador do Cemitério “*não dê sepultura sem ser ouvido mesmo Parocho, em observância á Constituição do Bispado, sem offensa das disposições do referido Regulamento*”. Esta emenda sugere a tensão subjacente à ocupação, pelo Estado, de um campo tradicionalmente religioso, o da disposição dos cadáveres (AHCJF. Império. Fundo da Câmara Municipal. 3ª Parte: Vereadores. Caixa 161-165. Pasta 163/2 – Emendas).

A questão do enterramento em Juiz de Fora teve uma característica que a diferenciava da maior parte das cidades mineiras: a grande presença de imigrantes protestantes, desde muito cedo, na região. Já na década de 1860 foi preciso buscar um lugar para enterrar os primeiros germânicos de confissão luterana que faleceram na cidade. Após muita deliberação, e enquanto não se criava o cemitério público, foram eles enterrados no “cemitério dos protestantes” ao fundo do cemitério da Igreja da Glória. Outras soluções foram sendo construídas pelas diferentes comunidades, especialmente aquelas fora do núcleo urbano central – e que permaneceram em uso mesmo após a criação do cemitério municipal.

Nesse contexto compreende-se a preocupação do vereador Dr. Francisco Bernardino em racionalizar e organizar essas práticas, registrada na ata da sessão da Câmara de 21 de abril de 1885, publicada algum tempo depois pelo *Pharol*. Ele propôs que três médicos formassem uma comissão para avaliar “*a conveniencia da construcção ou fechamento dos cemiterios da ex-colonia de D. Pedro II*”, dos imigrantes germânicos; “*e sobre as medidas a tomar, aconselhadas pela hygiene, acerca do cemiterio municipal, alargamento de sua arca e melhoramento de suas condições*” (*Pharol*, 23/06/1885).

No início do século XX, foi preciso encontrar um novo lugar para o cemitério, “*um local mais amplo, e que offereça todas as condições hygienicas indispensaveis á salubridade da população*”. Criticando o relatório preparado pelos “*luminares da Sociedade de Medicina*” invocados em auxílio à Câmara Municipal, a imprensa

⁶⁵ A autora apresenta ainda um trecho do Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais de 1835, em que se trata do “*esgotamento dos pântanos*” como solução para as “*febres intermitentes*” (DUARTE, 1995, p. 62, nota de rodapé nº 92).

demonstrava que a mudança envolvia questões outras, não apenas preocupações sanitárias:

De facto; trata-se da remoção do actual cemiterio, além de outros motivos, pelo de se achar elle collocado á vista da estrada de ferro Central, causando péssima impressão aos viajantes que nos visitam, que vêem logo, à entrada da cidade, como triste augúrio, o campo dos mortos. Das vistas dos passageiros, porém, não está occulto o “Resto” [sítio escolhido para a construção da “nova necrópole”], que se acha quasi á beira da linha ferrea. A outra razão, a mais notavel, que o torna imcompativel com a commodidade do publico, é a da sua grande distancia da cidade, que em occasião chovosa, seria a estrada do martyrio para aquelles que tivessem de conduzir para lá qualquer enterro.

E nem mesmo o progresso tecnológico poderia resolver satisfatoriamente esses problemas, já que nem todos poderiam usufruir suas benesses:

Quanto á probabilidade de se poder utilizar dos bonds electricos para o serviço funerario, nenhum proveito traria, porque, embora se tornassem elles effectivos, nem todos disporiam de recursos para as despesas da conducção. (*Jornal do Commercio*, 06/01/1906)

Esta colocação permite-nos fazer algumas considerações parciais sobre o ambiente e a cultura urbanos em Juiz de Fora. Primeiro, percebemos que há uma tensão latente entre as práticas tradicionais – no caso do cemitério, de fundo religioso – e algumas das demandas da modernidade. Segundo, que essas demandas não são unívocas: aspectos técnico-sanitários misturam-se a padrões estéticos, culturais e de funcionalidade. Terceiro, que mesmo os defensores das reformas urbanas tinham consciência, embora nem sempre isso seja explicitado, de que a “modernização” da cidade não atingiria a todos os moradores da mesma forma. O que não chegava a ser visto como um problema, já que o pensamento liberal, difusamente dominante entre as elites cultas do Brasil no período, transferia o ônus da inclusão sócio-econômica para o próprio indivíduo – não deixando de considerar, entretanto, os problemas sociais causados pela existência de excluídos.

Em Diamantina, algumas dessas questões eram mais agudas, e por isso o embate em torno do cemitério foi muito mais intenso. Durante o Império, a força local das confrarias dificultou os esforços de aplicação das leis contra o enterramento dentro das igrejas. Só a ameaça da epidemia de cólera em 1855 abriu espaço para a discussão do tema, resultando numa moratória de cinco anos para os enterramentos na Sé, e na criação do Cemitério do Burgalhau, o qual passou a ser utilizado regularmente para o sepultamento de indigentes (SOUZA, J., 1993, p. 203). Um súdito inglês, protestante, que faleceu na Santa Casa, em 1876, recusou-se a abjurar sua fé a fim de ser enterrado em campo santo católico; seu sepultamento sob forte chuva, no quintal do hospital, gerou reações indignadas entre alguns

membros da sociedade letrada, especialmente maçons (COUTO, 2002, p. 124-125; SOUZA, J., 1993, p. 204).

A questão continuou gerando polêmica, para além das fronteiras locais. Tornou-se célebre na cidade a atuação de Joaquim Felício dos Santos, numa sessão da Assembléia Geral em 1880 em que Rui Barbosa proferiu um “*violento discurso contra o catolicismo e os jesuítas, a propósito da secularização dos cemitérios, sendo aparteado incessantemente por Felício dos Santos*”, o qual era irmão do bispo da cidade (Cadernetas “Anais da Câmara dos Deputados”, Fundo José Teixeira Neves, Caixa 2, caderneta 19, p. 1). Mesmo após o advento da República, a consolidação do cemitério municipal enfrentou duas dificuldades. Uma, a permanente resistência, especialmente por parte da cúria católica (e das confrarias leigas) ao uso do cemitério público; outra, de natureza mais prática, relativa às obras necessárias, à localização do terreno e aos custos envolvidos. A notícia publicada em 1893 é um bom exemplo desse segundo tipo de obstáculos:

Cemiterio Municipal. – Havendo o empreiteiro das obras de alvenaria do cemiterio publico recommçado o seu trabalho, ha tempos parado por falta de bons pedreiros, o sr. agente executivo Tenente Coronel Froes, no intuito de quanto antes ultimar esse serviço, ha tanto tempo reclamado em bem da hygiene d'esta Cidade, officiou ao sr. Engenheiro Municipal Catão Junior no sentido de proceder ao orçamento do destocamento do terreno, demarcação das sepulturas e pintura do gradil afim de por tudo em praça. // Fazemos votos que o intento do digno sr. agente executivo seja coroado de feliz exito e torne-se em realidade essa medida de tamanha necessidade. (*Cidade Diamantina*, 25/06/1893)

Em 1905 dois fatos marcaram uma virada na questão do cemitério público, conforme aponta José Moreira de Souza (1993, p. 210-212). Primeiro, a morte de Dom João Antônio dos Santos, o primeiro bispo efetivo da cidade, grande articulador da reorganização da Igreja Católica regional para enfrentar os novos tempos.⁶⁶ Ultramontano, inimigo declarado da maçonaria, havia sido um dos principais opositores ao enterramento civil. Pouco tempo depois dele, faleceu também um dos principais comerciantes regionais, diamantário e grande proprietário de imóveis, conhecido político e maçom, o Coronel Antônio Eulálio. Ele havia sido redator do jornal conservador *Sete de Setembro*, e um grande defensor do cemitério público. Num editorial que ocupou toda a primeira página das edições de 03 e 12 de junho de 1887, ele criticara acicamente tanto a relutância da administração municipal quanto a oposição eclesiástica;

[...] a nossa administração municipal, longe de procurar bem merecer dos seus munícipes por actos que a recommendem, transige com preconceitos, em detrimento da saude publica,

⁶⁶ Para uma avaliação da atuação episcopal de Dom João, ver Antônio Carlos FERNANDES, 2005.

receiosa de enfrentar abertamente com alguma classe que supõe, pode oppôr resistência. D'ahi, o adiamento, sempre prejudicial á hygiene da cidade, da construcção do Cemiterio Publico, medida imperiosa, inadiável e altamente humanitária, reclamada pelo grão da nossa civilisação. (*Sete de Setembro*, 03/06/1887)

Pois bem: entre as exigências de praxe em seu testamento relativas ao seu enterramento (missas, doações para caridade etc.), o Coronel Antônio Eulálio acrescentou uma novidade – o expresso desejo de ser sepultado no cemitério municipal. A partir daí o cemitério passou a ser utilizado, quase que exclusivamente, por maçons e por indigentes. O que talvez tenha motivado José Augusto Neves (leigo católico de idéias próprias, como já vimos) a incorporar à pauta de seu jornal reclamações por melhoramentos ali. O funcionamento do cemitério público merecia mais cuidado do poder municipal, como um necrotério para que “*os corpos não fiquem expostos ao tempo*”, e manutenção, como roçar o mato existente naquele local (*Pão de Santo Antonio*, 25/07/1911).

Somente em 1914 foi acertado um acordo entre a municipalidade e o bispado, sendo o cemitério benzido como campo santo pelo vigário Monsenhor Neves. Foram reproduzidas as antigas divisões étnico-religiosas, e incorporadas as novas divisões sócio-econômicas. Um cemitério ao mesmo tempo antigo e moderno...

O campo-santo da cidade de Diamantina guarda alguns dos traços definidos pela lei do período em que foi construído. Feito pelas confrarias, em conjunto com a Câmara, tem por esse motivo, os espaços separados para que cada Irmandade ou Ordem Terceira providencie o enterro de seus confrades. Logo na entrada, podemos ver uma série de pequenas placas azuis, como as que encontramos dando nomes às ruas de um bairro. Nelas estão estampados os nomes das confrarias. Cada uma com o seu amontoado de túmulos, tendo alguns bem conservados e outros que jazem esquecidos. Os que não podiam ser enterrados em solo sagrado, encontram seu espaço no fundo do cemitério, sendo marcados por singelas cruzes meio tortas, feitas de madeira pintada, e com o mato à altura do joelho, sendo assim excluídos dos demais por sua localização e condição. (SILVEIRA, p. 250)

Para José Moreira de Souza, este momento foi um dos marcos da transformação de Diamantina em “*cidade moderna, pronta para a ‘civilização’*” e sua submissão à nova lógica do capital:

O cemitério público não era, entretanto, um puro espaço homogêneo dos mortos. Ele, que abrigou, em primeiro lugar, os indigentes excluídos e, em seguida, os opositores à vigência da cidade episcopal, abrigará doravante as classes ainda em sua estratificação étnica, emulando, através dos mausoléus, as acumulações promovidas na vida terrena. A mudança, contudo, confirmará o enfraquecimento das irmandades religiosas e estabelecerá a separação definitiva dos “dois gládios”, vencidos pelo terceiro excluído, o *tertius gaudens*, o “gládio das coisas materiais”. (SOUZA, J., 1993, p. 213-214)

Todos esses melhoramentos na cidade exigiram grandes investimentos. O procedimento normal era a edilidade abrir hasta pública para a realização das obras

de maior vulto, como “*a construção de dois paredões na rua do Dr. Joaquim Felício e Theophilo Ottoni orçados ambos em 6:000\$000*” (*O Município*, 17/07/1897). Uma obra como esta significava uma parcela considerável dos recursos disponíveis para as obras públicas. Por exemplo, a Lei número 32, de 1º. de outubro de 1895, “*orça[va] a receita e fixa[va] a despesa do Município da Diamantina para o anno financeiro de 1896*”. A receita foi orçada em 95:265\$000, dos quais 9:713\$920 (pouco mais de um décimo, portanto) destinavam-se às “*obras publicas*”. O artigo 3º., discriminando as despesas de cada distrito do município, atribuía 20:250\$000 à sede, Diamantina. Desse montante, a “*limpeza da cidade*” receberia 3:000\$000; a “*illuminação da cidade*”, 6:000\$000; o pagamento das dívidas passivas, que incluíam muitos empréstimos tomados para a realização de obras, 6:076\$000; e as “*obras publicas*”, genericamente, 2:674\$000. Somando essa quantia à limpeza e iluminação, a manutenção do espaço urbano custaria 11:674\$000, praticamente a metade do orçamento para a sede municipal. Conforme o artigo 4º., “*por conta da verba – obras publicas – correrá [...] a conclusão do cemiterio municipal que se fará de preferênciã a qualquer obra, e calçamento das ruas do Amparo, Quitanda, Beata e Dr. Joaquim Felício [...]*” (*O Município*, 07/09/1895).

O orçamento de 1898 (Lei número 54 de 1º. de outubro de 1897) é bem mais elaborado na relação das despesas (artigo 2º.). Do orçamento de 116:150\$000, 1:000\$000 deveria ser encaminhado ao Conselho do Distrito de Gouveia, para o conserto da estrada do Riacho do Vento; 2:380\$000 para o estabelecimento e custeio de postes telefônicos nos distritos de Inhaí, Mendanha e Araçuaí (para os quais foi autorizada ainda a busca de crédito externo, através de empréstimo, até a quantia de 5:000\$000); e 10:017\$000 para outras obras. O aumento da verba específica para a sede municipal, embora não muito grande (foi a 23:200\$000), deve-se especificamente ao montante designado para as obras públicas, o qual praticamente quadruplicou, indo a 11:200\$000. Outros exemplos podem ser tirados das atas das reuniões da Câmara Municipal publicadas pelo *A Idéa Nova*, na primeira década do século XX. Em setembro de 1908 foram enviados pareceres das Comissões de Obras Públicas e de Finanças; nestes a receita e as despesas previstas fechavam em 69:730\$000, consideravelmente mais que na década anterior (ata publicada em *A Idéa Nova*, 22/11/1908). Estes poucos números, à guisa de exemplo, apontam para um crescente investimento da edilidade na reformulação do

espaço urbano, bem como no crescimento das demandas e despesas geradas pela manutenção da urbe.⁶⁷

O impacto desses melhoramentos, entretanto, ia muito além de suas funções imediatas, influenciando o imaginário local e mesmo a produção literária: um folhetim, assinado por C.A. (Ciro Arno?), intitulado “*A Metropole do Norte*”, projetava como seria Diamantina em 1940, transformada positivamente pelo progresso tecnológico (*A Idéa Nova*, 08/08/1909; a série continuou nos fascículos seguintes). Mas, como vimos, a relação dos *homens de imprensa* diamantinenses com o progresso era marcada por certa ambigüidade, pela certeza da mudança no ambiente tradicional da cidade.

A avaliação da imprensa sobre a situação urbana variava também entre as cidades, e às vezes entre os próprios jornais locais. Em Juiz de Fora encontramos muitas reclamações, mas também vários textos elogiando seu desenvolvimento:

A nossa cidade vae crescendo dia a dia, sendo muito para animar o augmento de ruas abertas em todos os pontos e logo occupadas por construcções novas, cujo numero atesta bem que os capitaes nellas empregados começam a produzir os lucros desejados. // É significativa essa febre de progresso que anima os moradores de Juiz de Fóra e se transmite aos capitalistas de centros vizinhos, acoroçoando-os a preferir a nossa “urbs”, onde encontram a maxima facilidade no emprego de seus haveres, com esperanças fortes de resultados certos e compensadores. (*Diario Mercantil*, 15/03/1912)

Já em Diamantina, havia um consenso geral de que a cidade merecia e precisava de vários melhoramentos urbanos e do desenvolvimento econômico e social. Num texto já mencionado anteriormente, a propósito da chegada da ferrovia, há um breve inventário do estado da cidade:

Em edificios publicos possui a cidade: o quartel do 3º. Batalhão, o edificio do Grupo Escolar e o da Cadeia, estadoaes, o palacio municipal, proprio municipal. Possui 10 igrejas do culto catholico, entre as quaes a do Coração de Jesus, de estylo gothico, construida pelos padres Lazaristas. // É séde do Bispado de Diamantina, sob a administração do arcebispo D. Joaquim Silverio; da Comarca de Diamantina, do 3º. Batalhão da Brigada Policial de Minas, das zonas de fiscalização de impostos federaes e estadoaes; da 9ª. circumscripção de Obras Publicas do Estado e da Delegacia dos Terrenos Diamantinos.

Possue: dous collegios de instrucção secundaria, sendo um para o sexo masculino, sob a direcção dos Lazaristas e outro para o feminino Equiparado á Escola Normal sob a direcção de Irmãs de caridade; e uma Escola Normal Regional particular; um Grupo Escolar; uma Escola Infantil particular, e tres cursos nocturnos, dos quaes um estadual e dous mantidos pela União Operaria Beneficente, uma escola rural no bairro da Palha e 19 escolas primarias

⁶⁷ Em outro estudo, fiz uma análise dos gastos com a construção da infra-estrutura urbana de Juiz de Fora entre 1850 e 1888 (GOODWIN Jr., 1996, especialmente o capítulo III). Apenas para facilitar a comparação, na década de 1880, o orçamento para despesas de Juiz de Fora girava em torno de 367:135\$958; destes, 193:702\$144 ou 52,8% eram destinados especificamente às obras públicas, não incluindo limpeza, iluminação, manutenção dos prédios públicos, sistema de água e esgotos etc., que contavam com verbas próprias.

particulares. // Possui 3 bibliothecas: Municipal da “União Operaria” e da “Conferencia de S. Vicente”; diversas sociedades beneficentes; uma politica, duas catholicas e uma litteraria. [em nota de rodapé:] Possui dous hospitaes, bem montados e um asylo de mendigos; do Pão de Santo Antonio. (A *Estrella Polar*, 03/05/1914)

Uma listagem como esta nos ajuda a perceber a situação do centro urbano diamantinense, mas também, e principalmente, o que era entendido pela redação como os aspectos importantes a serem destacados – no caso, para realçar o atraso e o pouco empenho da região na busca do progresso. Situação que o autor, que assinava D.J., esperava ver mudada no futuro a ser aberto pela ferrovia, imperioso e iluminado. Talvez por isso, entre os melhoramentos mais exaltados aparecia regularmente a iluminação pública, assunto sempre importante, mesmo antes do advento regional da eletricidade. O texto abaixo trata de suas deficiências com um toque de ironia:

Pedem-nos que perguntemos ao sr. Agente Executivo se, por medida economica, foi votada ultimamente alguma lei supprimindo a illuminação publica na cidade, afim de que cada familia trate de fazer aquisição de uma lanterna, indispensavel àquelles que têm necessidade de sahir á rua depois das 7 horas da noite. (A *Idéa Nova*, 22/07/1906)

O jornal *A Idéa Nova* transformou o acompanhamento da implantação da energia elétrica na cidade em pauta regular de suas páginas. Lendo seus elogios e sugestões, podemos perceber o caráter errático do processo, e sua limitação ao centro urbano da sede do município. Um outro aspecto que surge nas entrelinhas é a concentração dos negócios ligados aos melhoramentos nas mãos de poucos: a empresa que efetivamente realizou a eletrificação, *Ramos, Guerra, Araujo e Companhia*, também foi responsável pela construção do ramal ferroviário, além de ser a proprietária da loja *Ao Primeiro Barateiro*, com constantes anúncios nos jornais locais (por exemplo, *A Idéa Nova*, 05/06/1910).

Ampliadas pela expectativa da eletrificação, as falhas do sistema em uso devem ter se tornado um transtorno ainda maior para a população: “*Por absoluta falta de carbureto no commercio local, não tem sido possivel accender os lampeões de illuminação publica. // Já foram dadas providencias para que este facto não mais se repita*” (A *Idéa Nova*, 14/08/1910). Mesmo as obras necessárias à eletrificação foram criticadas pelos incômodos causados:

Luz Electrica // Devem chegar hoje, no Rio, todos os machinismos e materiaes destinados á installação deste grande melhoramento, que Diamantina, dentro em breve, irá possuir. // Os trabalhos prosseguem com grande actividade aqui na cidade e na Boa Vista. // A proposito, pedimos aos srs. Ramos, Guerra, Araujo & Comp., proprietarios desta empreza recommendar aos trabalhadores do largo Conselheiro Matta Machado e de outros lugares, para não

deixarem no meio da rua os postes que estão preparando, pois quem faz este pedido, já deu com a *cannela* em um deles e obedece a reclamações de muita gente que teve o mesmo gosto em noites escuras... (A *Idéa Nova*, 10/04/1910)

Mesmo assim, a instalação dos postes para os fios elétricos, um “*grande e importante melhoramento*” conforme o mesmo jornal (A *Idéa Nova*, 14/08/1910), assumiu desde o início o caráter de verdadeiro espetáculo de modernização da cidade:

LUZ ELECTRICA // Domingo passado, os srs. Ramos, Guerra, Araujo & Comp. fizeram espalhar boletins, convidando ao publico para assistir a iniciação dos trabalhos da luz electrica e, á hora marcada, presentes grande numero de pessoas, a musica do 3º. Batalhão, etc. afincaram o primeiro poste no largo da Cavallhada Velha, terminando a cerimonia com delirantes aclamações á empreza, ao sr. Agente Executivo, ao dr. Wenceslau Braz, etc. // Em quasi todo o centro da cidade os postes já se acham afincados na distancia de 40 a 45 metros, mais ou menos, em linha recta e nas curvas, esta distancia varia, segundo a necessidade. (A *Idéa Nova*, 07/08/1910)

A eletrificação era também um grande negócio, e sua iminência exigia tanto a organização prática do sistema (instalação, regras, limitações, custos, etc.) quanto os preparativos para as festas da sua inauguração, ambos acompanhados de perto e veiculados pelo jornal:

INSTALAÇÃO ELECTRICA // Devendo inaugurar-se brevemente a illuminação á luz electrica d'esta cidade, os empresarios resolveram, desde já, dar inicio as installações domiciliares, levando tambem ao conhecimento do publico as tabellas de preços, abaixo indicados, quer para as installações, quer para o fornecimento de luz, vem o regulamento adotado pela empresa. [seguem 16 artigos, especificando termos como “instalação”, “assinatura” etc.; também as tabelas de preços para instalação – “De 1 a 10 lâmpadas 15\$” – e “preço da luz por assignatura mensal”, variável conforme número e intensidade das lâmpadas:]Uma lâmpada de 5 velas; qualquer quantidade de lâmpadas de 32 velas, 8\$000. (A *Idéa Nova*, 21/08/1910)

O envolvimento da firma Ramos, Guerra, Araújo & Companhia nessa empreitada já havia contribuído para a expansão dos seus negócios, diversificados com a abertura do *Cinema Pathé*. Seu surgimento criou uma nova alternativa de entretenimento na cidade: “*A experiencia realizada no dia 27 do mez passado na luz electrica, installada na casa dos srs. Guerra, Araujo & comp. deu optimo resultado. // Brevemente será inaugurado na mesma casa o cinematographo Paté*” (A *Idéa Nova*, 06/12/1908).⁶⁸ O esforço de eletrificação de Diamantina foi o início de um surto de expansão da rede elétrica pela região:

A cidade do Serro vae ser brevemente illuminada à luz electrica, melhoramento que muito recommenda a administração d'aquelle municipio.// Para proceder aos estudos de installação

⁶⁸ Sobre o impacto do cinema na vida diamantinense trataremos no próximo capítulo. Sobre os empresários da cidade no período, seus negócios e empresas, ver MARTINS, 2004.

de luz e força eléctrica, foi designado pelo governo o dr. José Jorge da Silva, digno delegado dos terrenos diamantinos nesta cidade. (*A Idéa Nova*, 05/08/1906).

O mesmo fenómeno ocorreu na região de Juiz de Fora, como notamos pela notícia da proposta para eletrificação em Cataguazes publicada no *Pharol* de 16/02/1900. E também ali a eletrificação permitiu a expansão dos negócios da empresa responsável, e o melhoramento de outros equipamentos já instalados.

A Companhia Mineira de Electricidade está tratando actualmente da instalação da rede telephonica em tubos de chumbo, com capacidade para cem fios. // Dest'arte, desaparecerá de certas ruas, principalmente das ruas Quinze de Novembro e Direita, a grande quantidade de fios, que tanto enfeia essas vias publicas. (*Diario Mercantil*, 29/05/1912)

Juiz de Fora recebeu os telefones em 1884. Como vimos, a instalação dos postes telefônicos chegou a gerar problemas, devido aos boatos que os vinculavam à maior incidência de raios nas chuvas de verão daquele ano. Já a eletrificação ocorreu em 1889, pela Companhia Mineira de Eletricidade, de Bernardo Mascarenhas:

A inauguração da luz elétrica foi feita aos 5 de setembro de 1889. Devido à pressa para entrega da obra, a barragem do rio fora construída de madeira, e a montagem da usina da transmissão, pelo próprio Bernardo. As deficiências na instalação logo se fizeram sentir, provocando inúmeras interrupções no fornecimento de energia acompanhadas de constantes reclamações da população e da imprensa. Em março de 1891, uma enchente do rio Paraibuna desmoronava a barragem provisória [na Cachoeira dos Marmelos], interrompendo o fornecimento de energia, que só foi restaurado no ano seguinte. A Companhia havia instalado inicialmente dois grupos geradores monofásicos de 125 kw cada um, equivalentes a uma potência de 250 kw. Em 1892, com a montagem de um terceiro gerador, elevava-se a potência para 375 kw. [...] A 28 de agosto de 1898, inaugurava-se, pela primeira vez no Brasil, a instalação de dois motores elétricos aplicados à produção industrial. (GIROLETTI, 1988, p. 88, 90)

Assim, a cidade ainda conviveu por um longo tempo com as dificuldades de um equipamento precário e com a necessidade constante de expansão do serviço. Na virada do século, encontramos várias reclamações contra a qualidade do serviço. Como exemplo: “*Notavam-se hontem faltas de algumas lampadas da iluminação publica, à rua Direita, entre as ruas Halfeld e da Imperatriz*” (*Pharol*, 04/03/1900). O problema parece ter sido recorrente, como também sua divulgação pelo jornal, o qual, há muito tempo, questionava até os efeitos da sua atuação: “*engana-se redondamente quem suppuzer que uma ou duas reclamações da imprensa, embora justas, bastão para fazer cessar qualquer abuso*” (*Pharol*, 29/01/1885).

Apesar desses problemas, também em Juiz de Fora os postes tornaram-se mais do que meros suportes para os fios e lâmpadas da iluminação. A eletricidade

parecia ter o dom de reformular o espaço da cidade, distanciando o “*seculo das luzes*” do mundo soturno e tenebroso sutilmente identificado com a natureza, o universo rural, o atraso. A sua ausência levava à redação de reclamações que, muitas vezes, construíam uma narrativa quase literária, de tom dramático:

Luz // Moradores do Largo do Riachuelo pedem-nos levemos ao sr. dr. agente executivo uma solicitação, que nos parece de toda a justiça seja attendida por aquelle digno chefe do municipio. // Allegam os mesmos que o largo está ás escuras ou mui fracamente illuminado somente pelas lampadas espaçadas da rua Direita, naquelle ponto, e assim pedem que sejam collocados, para illuminar o largo propriamente, tres postes, ao menos. // Achamos justo o pedido porque á noite, especialmente na presente estação chuvosa, o largo sem iluminação se torna um lugar desolado, augmentando ainda mais a sua tristeza o coaxar incessante de sapos, em numero incalculavel, que encontram no terreno alagadiço daquella parte da nossa cidade excellente morada para darem seus *concertos vocaes*, o que, longe de deleitar os moradores do Riachuelo, póde leval-os ao desespero. // Contando com a boa vontade por parte do sr. dr. agente executivo em favor das familias do Largo do Riachuelo, aqui deixamos a reclamação. (*Pharol*, 28/11/1900)

Sem luz, a noite transforma a cidade num lugar desolado. A chuva completa o cenário, e o “*centro de luminosa civilização*” torna-se um espaço soturno e tenebroso, brejo ritmado por incalculáveis sapos coaxantes... Os melhoramentos urbanos, aqui representados pela energia elétrica, são a tênue barreira que mantém o passado rural, terrivelmente próximo, distante da *urbe* – impedindo o desespero de seus moradores. Essa proposta de distanciamento, esquecimento, de ruptura com uma imagem negativa do passado, não é característica exclusiva de Juiz de Fora, ou mesmo de Minas Gerais. Conforme Francisca Deusa Sena da Costa, o processo de urbanização em meio à floresta amazônica, contemporâneo ao aqui analisado, também procurou se afastar do que era considerado bárbaro. Nesta avaliação misturavam-se critérios estéticos, higienistas, culturais e econômicos:

A palha, além de considerada antiestética e insalubre, carregava consigo o pecado de trazer à memória toda uma civilização que se buscava desterrar: a indígena. [...] Quanto mais longe se possa ficar de tudo que lembre a cultura indígena, menos derrotado se sente o amazônico. (COSTA, F., 1999, p. 90, 91)

A valorização da energia elétrica como sinal do progresso não impediu – ou talvez tenha mesmo fomentado – que fossem feitas reclamações sobre a qualidade do serviço disponibilizado aos moradores, reclamações estas que comparavam negativamente a luz elétrica com os antigos métodos de iluminação. Um bom exemplo foi estampado logo na primeira página do *Pharol*:

Luz Electrica // Recebêmos as seguintes linhas, para as quaes chamamos a atenção do sr. encarregado do serviço da luz: // “Sr. redactor. – V. s., que sempre se mostra solícito em attender e acolher as reclamações justas, certo não recusará a publicação destas linhas. // A iluminação pela electricidade, sem nenhum motivo que o justifique, tem actualmente um serviço tal, que em nada incommoda os lampiões de kerosene, seus naturaes adversarios, os

quaes se viam, depois desse decantado melhoramento da nossa cidade, amesquinados; porque as lampadas electricas, publicas ou particulares, não illuminam na proporção do numero de velas que têm, fazendo que a ellas se prefiram os velhos lampiões e as classicas lamparinas. As lampadas das ruas illuminam pouco, como todos sabem, tornando-se em algumas noites difficil achar-se, a 5 metros do poste, uma bengala que por acaso desprenda da mão de um transeunte. // São geraes as queixas e assim me dirijo a v. s. afim de lembrar-lhe essa justa reclamação, esperando que os srs. encarregados do serviço nocturno da Companhia de Electricidade apertem ou desapertem mais algumas chaves, parafusos, ou coisa que isso valha, a vêr se conseguimos melhor luz". (*Pharol*, 31/08/1900)

É importante percebermos que não há aqui a negação do avanço representado pela eletrificação, mas não se esconde um certo desapontamento. Afinal de contas, a iluminação elétrica era considerada como um claro sinal do “*progresso da cidade*”, motivo de “*conforto*” para seus habitantes.⁶⁹ Isto justificava o papel inconveniente exercido pela imprensa, ao publicar (e publicizar) suas deficiências através das reclamações:

Luz // Os moradores da rua da Imperatriz, uma das vias publicas mais movimentadas, devido ao seu activo commercio, appellam para a imprensa, no sentido de ser representada á Companhia Mineira de Electricidade ou á Camara a necessidade de melhorar-se a sua illuminação. [as reclamações não têm como objetivo “molestar os cavalheiros” responsáveis] O nosso fim é concorrer, na alçada da imprensa, para os progressos da cidade e conforto de nossos conterraneos. [...] (*Diario Mercantil*, 19/05/1912)

Os problemas com a eletrificação em Juiz de Fora ainda subsistiam à época da eletrificação em Diamantina. Mesmo assim, em ambas as cidades a eletricidade era considerada o lado brilhante do progresso. Brilho que produzia suas próprias sombras, algumas das quais projetavam-se nas páginas dos próprios jornais que tanto a valorizavam.

Logo, é correto dizer que o deslumbre com o progresso não impedia um certo olhar crítico, o qual em alguns momentos chegava a ser irônico. Comentando as primeiras experiências de implantação do sistema telefônico em Diamantina, um articulista anônimo do *A Idea Nova* revela-nos os limites da transferência dos sinais visíveis de civilização para um outro contexto urbano:

Panacéia municipal [...] Pois senhores, se Oswaldo Faria descobriu a transformação das correntes sucessivas em simultaneas, se Santos Dumont resolveu o problema da dirigibilidade dos balões, não os invejamos nós filhos de Diamantina. As dificuldades que outros procuram resolver com medidas multiplas e diversas, nós afastamos de um golpe, empregando um só remedio e pouco dispendioso – telephones. [...] Assim, se os habitantes do Rio Grande fizerem o seguinte requerimento:
“Illm. E Exm. Sr. Agente Executivo Municipal. // Nós, moradores do Rio Grande, nesta cidade, vimos pedir a V. Exa. Se digne baixar suas vistas ao pessimo estado das ruas deste bairro e á falta de illuminação, que nos priva de transitar á noute sem risco imminente de deixarmos uma perna nos profundos fossos, que armam ciladas á distracção dos transeuntes.”

⁶⁹ Para a importância do conforto como medida do desenvolvimento burguês, ver, por exemplo, SENNETT, 2001, o penúltimo capítulo.

Será este o despacho: “Sim. Oportunamente se instalará no Rio Grande uma estação telephonica”. (*A Idéa Nova*, 07/04/1907)

Como o fictício requerimento mostra, às vezes a principal preocupação da comunidade não eram os melhoramentos tecnológicos, mas obras como ruas, calçamentos, jardins etc. Tais obras eram vistas como melhoramentos necessários e úteis, e também como formas de embelezar o local de moradia e trabalho. Esta noção de “embelezamento” é explicitada em vários momentos através dos jornais, como nos exemplos abaixo, um de cada cidade:

A Camara Municipal da cidade do Juiz de Fôra faz saber que, approximando-se o tempo em que tem de ser inaugurada a Exposição Industrial, e convindo que esta florescente cidade apresente aos visitantes o aspecto de cidade adeantada e civilisada, convida por isso aos habitantes da mesma cidade para não só em cumprimento das posturas municipaes, como a bem do embellezamento publico, mandarem caiar, ou pintar as frentes de suas casas, portões, e muros e bem assim limpar as suas testadas, até o último do mez de junho proximo futuro. E para que chegue á notícia de todos expedie-se o presente, que será publicado. // Paço da Camara Municipal da cidade de Juiz de Fôra, 15 de Maio de 1886. (“Editaes” , coluna regularmente publicada pelo *Pharol*. 19/05/1886)

É digno dos mais calorosos elogios o Sr. João de Souza Neves, activo e laborioso director do Parque Municipal, pela transformação e pelos embellezamentos que tem feito naquelle jardim publico. (*A Idéa Nova*, 03/04/1910)

Francisca Deusa Sena da Costa aponta para os diferentes interesses do processo de reformulação de Manaus atendidos pela noção de embelezamento. Apesar da distância entre a capital amazonense e nossas cidades mineiras aqui abordadas, suas palavras lembram-nos que devemos evitar uma leitura mecanicista do ímpeto reformador no período:

As reformas urbanas foram implementadas, em parte, pela necessidade de adequar o espaço à nova demanda populacional. No entanto, a maior parte delas beneficiou a elite citadina. As praças, o ajardinamento, as grandes avenidas tinham como função social trazer para a dimensão pública um setor elitizado da população. É evidente que não se deve analisar as mudanças sob o frio viés do econômico. A cidade que muda conjuga variados fatores que o extrapolam. Como bem coloca Pierre Francastel, “os homens, as sociedades não criam o seu ambiente apenas para satisfazer certas necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar num espaço real de vida algumas das suas ambições, das suas esperanças, das suas utopias”. Trazer para a “selva bárbara” a civilização. Os projetistas e edificadores da nova Manaus com certeza carregavam em si esta convicção, embora o embelezamento tenha tido também a função de valorizar determinados espaços. (COSTA, F., 1999, p. 94)

Minas não era a “selva bárbara”, mas também estávamos longe dos grandes centros da “civilização”. Por isso mesmo os sinais de urbanização eram tão importantes, especialmente os mais visíveis, que deveriam apontar para o *embelezamento* do espaço urbano – conceito que deveria interferir, segundo a Municipalidade e a imprensa, no ordenamento do próprio espaço urbano.

Em Juiz de Fora, isto se consolidou na tentativa de definir um plano para a cidade, buscando ordenar seu crescimento e a qualidade de vida em seu interior. Nesse sentido, impulsionada talvez pelas conseqüências da epidemia de *cólera morbus* de 1855, a Câmara da então Cidade do Parahybuna contratou em 1860 o engenheiro Gustavo Dott para que realizasse a planta cadastral da cidade (CARVALHO, G., 2005, p. 2). Ao longo das décadas seguintes, a exata definição desse plano urbano abriu espaço para diferentes interpretações. Quando, em 1883, Francisco Antonio Brandi e Augusto Moretzsohn doaram ao Município um terreno para a abertura de uma rua, houve grande polêmica. O parecer da Comissão de Obras Públicas foi violentamente contrário à abertura da nova rua, por considerar que “*a projectada rua, traz inconvenientes que prejudicão o plano geral da cidade, seu embellezamento, hygiene*”. Dois dos argumentos apresentados revelam a junção do útil e do belo sob o conceito de *embellezamento*:

1º. - A cidade é dividida em quarteirões pouco mais ou menos iguaes e regulares; a subdivisão de um delles prejudica o seu plano geral, cria ruas estreitas e curtas, e perturba a sua harmonia, proporção e symetria, qualidades essenciaes do bello.

2º. - A abertura das novas ruas condensa a população, e como a cidade não é provida de agua e esgotos, essa agglomeração vem cooperar para peiorar o seu estado sanitario. (Ata da Sessão de 07/07/1883, publicada no *Pharol*, 19/07/1883)

Mas o parecer da comissão foi derrotado; entre os argumentos, encontramos o de “*que a Rua projectada consulta a commodidade publica, á cujas imperiosas exigencias deve subordinar-se a ideia do bello*” (AHCJF. Império. Fundo da Câmara Municipal. 3ª Parte: Vereadores. IV-Outros Documentos, caixa 161-164, pasta 163/2 - Emendas. EMENDA AO PARECER). Mais uma vez, o belo e o útil confrontam-se sob o mote do *embellezamento* e do bem comum.

A idéia de que o espaço urbano deveria obedecer a certos princípios gerais não estava restrita aos vereadores. Diante do embargo, pela municipalidade, de uma de suas obras, um construtor local ofereceu uma solução por conta própria, “*contribuindo assim para o embellezamento do plano geral da cidade*” (Ata da Sessão de 10/08/1883, publicada no *Pharol*, 01/09/1883). A existência de um plano a guiar a urbanização da cidade dentro dos moldes “civilizados” aparece como motivo de orgulho para Juiz de Fora, constantemente rememorado:

Não conta ainda meio seculo de existencia a mais bella, a mais prospera e a mais adeantada cidade mineira.[...] Á circumstacia de haver sido edificada ha pouco, deve Juiz de Fora a preciosa vantagem, que bem poucas cidades do Brasil possuem, de serem perfeitamente alinhadas todas as suas ruas, subordinadas ao plano traçado pelo finado commendador Halfeld, e de serem geralmente suas casas construidas de tijollo, mais elegantes e

confortáveis. A rua Direita [...] é a principal artéria da cidade, o seu boulevard rectilíneo, offerecendo o mais gracioso aspecto. (*Almanack de Juiz de Fora*. 1892, p. XIV-XV)

Visando garantir o “*embellezamento do plano geral da cidade*” a Câmara Municipal buscou traçar e regulamentar o crescimento da cidade. No final de 1883, uma lista das ruas dentro do perímetro compreendia a Direita, S. Matheus, Espirito Sancto, até o alto de Santo Antonio, Sancta Rita, Halfeld, Imperador, até a rua Direita, Imperatriz, Liberdade, S. Sebastião, Antonio Dias, Conde D’Eu - antiga rua do Sapo -, Travessa do Sampaio e Santo Antonio. Estas ruas serviram de base para a planta da cidade exigida como parte dos estudos sobre abastecimento de água (Ata da Sessão de 15/11/1883, publicada no *Pharol*, 17/01/1884).⁷⁰ Ao final do século XIX, a cidade abrangia 37 ruas, 2 travessas, 7 largos e 2 morros (*Almanach de Juiz de Fora para 1897*, p. 175-179).

Era atribuição da Câmara Municipal regulamentar, também, os passeios e os terrenos dentro do perímetro urbano. Na sessão de 23 de julho de 1884 foi apresentada uma proposta de regulamentação dos passeios e jardins das casas, “*attendendo á conveniencia e commodidade dos municipes, e ao embellezamento desta cidade*” (Ata da Sessão de 23/07/1884, publicada no *Pharol*, 07/08/1884). Dois anos depois a Comissão de Obras Públicas apresentou parecer sobre “*as conveniencias da adopção de um typo de calçamento das ruas desta cidade, harmonico e systematico*”, revelando que seus esforços procuravam “*attender e conciliar os interesses particulares com as prescripções impostas pela necessidade de embellezar a mais prospera e florescente cidade da província*” [...] (Ata da Sessão de 02/06/1886, publicada no *Pharol*, 31/07/1886). Face à necessidade de ordenar a ocupação do espaço urbano, os terrenos baldios, como o situado na “*esquina á rua da Imperatriz e largo da Estação*”, eram motivo de preocupação para a municipalidade, pelo “*máo effeito que faz aquelle pequeno terreno sem construcção, prejudicando o plano geral da cidade, a uniformidade e igualdade que deve existir, principalmente nas esquinas onde qualquer irregularidade é maior*” (Ata da Sessão de 21/04/1884, publicada no *Pharol*, 23/06/1885).

As tensões entre um modelo de cidade pautado no *embellezamento* e as necessidades imediatas de certos grupos de interesse aparecem, de forma exemplar, por ocasião da grande enchente de 1906. Muitas edificações foram

⁷⁰ Sobre a elaboração da planta cadastral da cidade, ver as Atas das Sessões de 21 de Janeiro e 24 de Março de 1884. *Pharol*. 10/02 e 22/04/1884, respectivamente.

atingidas; algumas desabaram, outras tiveram que ser demolidas. Mas, para as novas construções, ou reconstruções, o governo local insistiu em fazer vigorar os critérios previstos nas Posturas Municipais, exigindo um esforço maior, e mais despesas, por parte dos proprietários. Isto gerou reclamações, que encontraram voz em artigos publicados pelo *Jornal do Commercio*. Em carta endereçada ao jornal o Dr. Duarte de Abreu defendeu sua posição – deixando-nos um excelente resumo de como a cidade deveria ser compreendida a partir das novas diretrizes urbanas:

De um lado, o sentimento de caridade a se inclinar em favor dos proprietários que foram victimas da inundação a lhes conceder favores, violação de leis municipaes, de outro, o cumprimento da lei, o interesse colectivo presente e futuro da hygiene e embellezamento da cidade, que, não pertencendo a nenhum de nós, pertence a todos, constituindo um patrimônio publico que com entranhado carinho devemos zelar.

O redator afirmou, explicitamente, comungar das idéias apresentadas pelo Agente Executivo Municipal. Mas não deixou de fazer ressalvas, especialmente à condenação de prédios atingidos que não se enquadrassem na medida de altura legal: *“Isto seria, por amor á esthetica, augmentar a afflicção ao afflicto e aproveitar o momento da desgraça para embellezar a cidade”* (*Jornal do Commercio*, 18/01/1906). Aqui, vemos novamente o recorrente conflito entre o belo e o útil; mas também percebemos o limite do consenso em torno das reformas urbanísticas. Todos são a favor do *embellezamento*, desde que isto não signifique alterações no *status quo* – social ou físico.

Também em Diamantina a Câmara Municipal precisou agir no sentido de regulamentar e definir os limites do espaço urbano. Ao contrário de Juiz de Fora, porém, o traçado das ruas e casas não estava de acordo com os preceitos urbanísticos mais modernos.

Apesar da presença mais visível dos órgãos administrativos da Coroa portuguesa em Minas Gerais, por conta do ouro e diamantes, a ocupação e organização dos núcleos urbanos coloniais se fizeram à revelia do controle oficial. Assim, como afirma Paulo César Garcez Marins, *“não é de estranhar que os limites entre ruas e casas quase sempre surgissem segundo a vontade de seus habitantes”*; no embate com os espaços públicos, *“as exigências particulares ganhavam terreno, literalmente”* (MARINS, 2001, p. 44). O resultado foi a subtração do espaço das ruas pelas propriedades particulares, gerando becos apertados e vielas estreitas, construções desalinhadas, calçadas ínfimas ou no mais das vezes inexistentes; contrapondo-se a grandes quintais urbanos, regularmente utilizados pelas famílias

no complemento do abastecimento e da renda familiares. Em Diamantina, malgrado algumas pontuais transformações arquitetônicas promovidas ao longo do século XIX, o espaço urbano ainda refletia a dinâmica do período colonial.

Exemplar, portanto, é a luta da Câmara para regulamentar e limitar as chácaras existentes dentro do perímetro urbano, como mostra a notícia publicada no jornal oficial da Municipalidade:

A câmara Municipal em sessão de 21 do corrente, confirmando deliberação da ex. Intendência Municipal, proibiu a continuação do rancho da Venda Nova e de quaesquer outros que, como este, estejam compreendidos no perímetro da cidade. (*O Município*, 31/03/1896)

Este tipo de restrição era uma medida importante para atingir os propósitos das reformas modernizadoras. As chácaras, ou vendas, eram espaços dedicados a atividades tradicionais, ligadas muitas vezes à economia da cidade – mas que, de acordo com os novos parâmetros urbanos civilizados, caracterizavam-se como práticas rurais, inadequadas ao ambiente e ao perímetro de uma cidade moderna. Este anúncio de venda, publicado no mesmo jornal oficial do município, pouco mais de um ano após a proibição mencionada acima (22/05/1897), revela-nos as características que eram valorizadas nesses terrenos, como espaço, água corrente, plantações; e sugere algumas maneiras como eram utilizados.

Além de tentar regulamentar, e mesmo modificar, as características da ocupação urbana, a Câmara Municipal precisava atender às demandas geradas pelo crescimento da cidade, as quais apareciam nas páginas da imprensa com certa regularidade. Como exemplo, as notas publicadas pelo jornal oficial do Partido Conservador, *Sete de Setembro*, a respeito do pedido de “*abertura de uma nova rua que partindo da frente da Igreja de N. S. das Mercêz, pelo becco que passa unido à casa do sr. Theodomiro Mourão, vá ter ao becco do Coqueiro*” (*Sete de Setembro*, 05/05/1887). Poucos dias depois o jornal anunciou a compra, pela Câmara Municipal, “*de algumas braças de terreno contíguo ao becco da Grupiara*”, para a

realização de obras de alargamento; “*assim, brevemente oferecerá ao publico uma bella e útil transformação, convertendo o becco em uma excellente e larga rua*” (*Sete de Setembro*, 20/05/1887). Aos poucos, ia sendo organizada a ocupação da área de ligação entre o centro antigo e a parte alta da cidade, acompanhando a evolução da mancha urbana, buscando atender ao embelezamento e à utilidade. Ali na parte alta, décadas mais tarde, foi instalada a estação ferroviária.

Em relação às ruas, atenção deve ser dada ao processo de nomenclatura. Ramon Joffré chama a atenção para as tentativas oficiais de eliminar os nomes populares das ruas de Lima, tanto para melhor organizar e administrar o espaço urbano, quanto para impor uma nova cultura urbana. Destaca-se, nessa linha, o projeto apresentado em 1860 por Mariano Bolognesi, propondo “*nomes geográficos correspondentes aos departamentos, províncias e rios do país*” para as ruas da capital (RAMON-JOFFRÉ, 1997, p. 86). Esta identificação entre a cidade, a história e a nação será aplicada, algumas décadas depois, pela Comissão Construtora da nova capital do estado de Minas Gerais. As ruas e avenidas centrais da *Cidade de Minas* – posteriormente renomeada Belo Horizonte – evocam as maiores nações indígenas da colônia, os estados da República e os principais rios do Brasil.

A utilização dos nomes das ruas como indicativo dos objetivos do poder público pode ser exemplificada pela reação da Câmara Municipal de Juiz de Fora à abolição da escravatura. Região com grande número de cafeicultores escravocratas, a cidade foi palco de um embate entre os fazendeiros revoltados ao ponto de aderir ao movimento republicano – tema que ocupou as páginas do *Pharol* do mês de maio em diante, em praticamente todos os números – e o Império, que distribuiu títulos honoríficos a diversas pessoas (*Pharol*, 23/06/1888). Em meio a isso, na primeira reunião após o 13 de Maio, a Câmara Municipal discutiu uma proposta para trocar o nome da rua da Imperatriz pelo de Tiradentes, “*em homenagem á memoria do proto-martyr da liberdade*” (Ata da Sessão de 24/07/1888 publicada no *Pharol*, 29/08/1888), figura-símbolo do republicanismo mineiro.⁷¹

Nem sempre, porém, o poder público conseguia impor sua vontade sobre a população. Um exemplo vem de Diamantina, onde o lento processo de adaptação das antigas instituições e tradições barrocas ao mundo moderno não chegou a eliminar a maneira carinhosa como a população relacionava-se com seus mortos.

⁷¹ Para a construção de Tiradentes como herói republicano mineiro, e depois nacional, ver Thaís Fonseca (2001); para sua elevação a herói nacional, ver também CARVALHO, J. M., 1990.

Esse tipo de intimidade acabou estendendo-se às obras ligadas ao cemitério público, nomeando os novos espaços: “*Vão bem adeantados os trabalhos da nova avenida que vae ter ao Cemiterio Municipal, passando pelo Jogo da Bola, pastos do Amarante e José Neves. // Antes da sua inauguração official já a denominam Avenida da Saudade*” (*Diamantina*, 29/11/1913). Este é o nome da avenida até hoje.

As ruas: seus nomes, sua conservação, seu calçamento e seu aspecto geral eram temas recorrentes dos periódicos. Se o teor seria de reclamações ou de elogios, dependeria tanto das relações políticas entre o jornal e a municipalidade, quanto das condições concretas das vias públicas. Um exemplo de cada cidade deve bastar para ilustrar o ponto:

OBRAS PUBLICAS // Depois de completamente reconstruida e embellezada a importante rua do Amparo, a Camara Municipal (segundo nos consta) mandará reformar varias ruas e praças d'esta cidade. // Nos districtos estão sendo emprehendidos melhoramentos de alta monta, como sejam: estradas, pontes, chafarizes, escolas, etc. (*A Idéa Nova*, 01/05/1910)

Os novos passeios da rua Halfeld // O dr. Oscar Vidal promette melhorar a iluminação e o calçamento da importantissima arteria commercial.// [...] Resolveu-se que os novos “trottoirs” sejam de mosaico de um só padrão, tendo 2.20 de largura. // Ao terminar a reunião o dr. Oscar Vidal prometteu envidar esforços no sentido de melhorar o calçamento e a iluminação da rua Halfeld. (*Diario Mercantil*, 26/01/1912)

Alguns textos, mesmo quando oficiais, fornecem-nos uma gama variada de detalhes; uma carta de João Lustoza, diretor das obras municipais em Juiz de Fora, expunha providências para o melhoramento de diversas ruas da cidade, tomadas pela municipalidade. Na lista: encascalhamento da rua da estação Mariano Procópio; macadamisação em andamento da rua Ozório de Almeida; transporte de cascalho para várias ruas, como as de Victorino Braga, Botanágua e Av. Garibaldi; captação das águas das minas ocasionadas pelas chuvas para a rede de esgotos; instalação de tubos em substituição a valas de canalização no Largo do Riachuelo – concluído – e no morro da Glória (*Diario Mercantil*, 10/02/1912). Outro exemplo é a “prestação de contas” da atuação da Câmara de Diamantina, publicada por um jornal que a apoiava:

Obras Publicas // [...] A actual Camara, apezar de tantas difficuldades financeiras (pois já tem pago muitissimas contas da antiga) vai empregando o dinheiro do povo em melhoramentos, taes como os seguintes. // Calçamento da Rua do Rio Grande; idem de um trecho da Rua da Luz; idem da Rua Guttenberg; construção de um pontilhão sobre o correjo Thomé, no districto de Campinas de S. Sebastião; concerto na ponte do Rio Manso; colocação de uma grande e dispendiosa cancella no cemiterio publico; canalisação da aguada publica; levantamento dos muros do pateo da Camara, retelhamento completo do edificio do mercado publico; instalações sanitarias no Grupo Escolar; idem no mercado publico; reparos no Lazareto dos varioliosos, nas Bicas; amortisação e juros das apolices **sorteadas pela Camara passada, mas não pagas**; pagamentos de outras dividas da antiga administração; iluminação publica, subvenção á caixa do Grupo Escolar; um pontilhão na Tabúa; escolas

municipaes, etc. etc. // O dinheiro do povo só se deve empregar em melhoramentos para o povo. (*A Idéa Nova*, 29/11/1908)

Este tipo de atuação muitas vezes recebia elogios, nos quais aparecem claramente os valores defendidos pelos *homens de imprensa* que os teciam:

O remedio radical para a lama de algumas ruas é o calçamento, obra para que tem voltado suas vistas o presidente da Camara, mas que não póde ser atacada senão parcialmente, e aos poucos, como se tem feito; e, para considerar quanto a esse respeito se tem melhorado, basta lembrar os grandes atoleiros da rua da Gratidão, do largo do Riachuelo e rua 15 de Novembro, hoje inteiramente extintos, graças ao calçamento dessas duas importantes ruas. (*Diario Mercantil*, 11/02/1912)

Nem todas as notícias, porém, eram assim tão indulgentes; algumas eram irônicas, outras bem diretas na denúncia do estado precário das ruas e becos das cidades. Um exemplo de cada local:

Os serviços publicos feitos nas ruas desta infeliz cidade são admiravelmente administrados! // Para exemplo, citamos apenas o que ora se faz na rua Direita, em frente ás officinas do sr. George F. Grand, onde estão 13 trabalhadores da camara a raspar lama e pondo no mesmo lugar terra pura! // E é assim que se emprega o dinheiro extorquido aos depauperados municipes! (*Pharol*, 31/01/1900)

A sr. delegado de policia // Chamamos a atenção do dr. Julio Mourão, digno delegado de policia, para as constantes desordens no Beco da Tasca, perto das nossas officinas, onde se reúne gente de toda especie para fazer disturbios. // Esse pobre beco, immundo, é theatro das maiores immoralidades. // Pedimos providencias. (*Diamantina*, 29/11/1913)

As reclamações acima parecem partilhar da noção de que ruas calçadas, boas e limpas, eram um melhoramento especialmente importante, sinal de prestígio e mesmo de elitização, além de um bom uso dos impostos cobrados. Por exemplo, a firma Mattos & Irmãos, de Juiz de Fora, encaminhou carta reclamando que os vereadores não haviam incluído a rua Conde d'Eu nas obras de reparação; porque não a freqüentavam, acusa a missivista. Esta pequena nota nos mostra duas coisas. Primeiro, que havia uma certa desconfiança, pelo menos entre alguns setores da sociedade, em relação aos critérios utilizados para definir os locais que receberiam melhoramentos. Segundo, que o calçamento era visto como o mais visível atestado da importância de uma via local, como nos mostra este outro protesto:

Macadam // Os moradores da rua de Santo Antonio, observando que a illustre edilidade tem procurado melhorar outras ruas de menos transito da cidade, com o calçamento a macadam, pedem-nos que pleiteemos perante o sr. dr. presidente o equitativo favor de mandar calçar aquella rua, onde existe um verdadeiro tremedal, formado pela prolongada invernada de aguaceiros que tem havido. (*Pharol*, 04/01/1900)

Lier Ferreira Balcão, em trabalho sobre as reclamações publicadas nos jornais paulistas, também encontrou diversas menções às condições de vida na

cidade, testemunhando tanto o estado precário da *urbe* quanto a disseminação dos valores burgueses sobre a cidade:

No universo das reclamações, à perspectiva de uma cidade urbana e moderna da *belle époque* paulistana contrapõem-se vestígios e práticas de cidades pequenas e do interior. A afirmação da importância de São Paulo e do papel enquanto capital do Estado contrasta com a descrição do território feita pelos moradores. Nas seções, os reclamantes denunciavam as feições provincianas da capital, apontando suas representações para a cidade moderna. (BALCÃO, 1999, p. 241)

Essas reclamações publicadas não se restringiam ao estado das ruas. Em um jornal juiz-forano, encontramos publicado um pedido sobre a localização de uma caixa de coleta do correio:

O publico desta cidade pede ao sr. dr. director dos correios mandar fazer a mudança de uma caixa postal, que se acha mal collocada na casa dos srs. Magalhães e Diniz. // Casa de negocio, onde sempre ha movimento, a caixa postal offerece alli alguns inconvenientes, entre os quaes os de nella se machucarem as pessoas que frequentam aquelle estabelecimento commercial. (*Pharol*, 16/01/1900)

Comprovando a preocupação das autoridades com o que era publicado na imprensa local, o administrador dos Correios encaminhou resposta ao jornal. Considerava que a caixa de coleta iria incomodar em qualquer lugar que fosse colocada, logo permaneceria onde estava (*Pharol*, 30/01/1900). Pouco tempo depois, surgiu uma nova reclamação: em 1º de fevereiro, foi publicada uma reclamação contra os Correios, por carta registrada que não havia chegado. A resposta do agente dos Correios, no dia seguinte, foi apresentar a carta, cujos selos de remessa mostravam não estar atrasada. Houve a tréplica, em 03 de fevereiro, afirmando que a carta exibida seria outra, pois a primeira continuaria desaparecida... (*Pharol*, 01 e 03/02/1900).

Sem relação direta com a primeira questão, esta seqüência exemplifica como a escolha dos assuntos trazidos a público pelo jornal poderia dirigir a atenção sobre certos temas, no caso a atuação dos serviços postais. Enfatizamos, aqui, uma das nossas propostas de interpretação sobre a imprensa: não apenas ela relata e denuncia, mas atua, agindo de forma a interferir na construção do espaço urbano, e na sua avaliação. Neste exemplo, a junção de duas situações distintas, pela redação, colocou o serviço de correio em pauta – e numa perspectiva negativa.

Também a população interfere nesse processo. Como os problemas pareciam ser sempre maiores que os recursos disponíveis (ou alocados) para sua resolução, quando a municipalidade tardava demais, o próprio povo entrava em ação, embora

nem sempre movido por razões claramente identificadas aos valores da modernidade. É o que vemos neste exemplo de Diamantina:

Escrevem-nos: // "Quem subisse, domingo transacto, a rua da Luz, ficaria impressionado com o movimento insolito que a animava. // Sua população, composta, em geral, de gente pobre, aproveitava o dia para concertar a rua, afim de que podesse dar transito á procissão do Mez de Maria. // Era interessante presenciar aquelle ardor e era edificante ver o povo trabalhar, certo e convencido de que a Camara... não tem obrigação de mandar tapar os buracos das ruas. // Mas, que fará, sr. Redactor, o governo municipal com o dinheiro que cobra do contribuinte? // Faz politicagem?! // Faz parque?!...." (*A Idéa Nova*, 03/06/1906)

Exemplos assim são importantes para nos lembrarmos que a noção de uma cidade moderna não é monolítica, e nem era encarada da mesma forma por todos os habitantes. Mesmo nas posições tomadas pelos próprios jornais, precisamos atentar para os movimentos de flexibilização e discordância. Se, como vimos, jardins e praças são elementos de embelezamento admirados e necessários, a redação d'*A Idéa Nova* sugeria, na nota acima, que deveria haver uma priorização das necessidades. Tapar os buracos das ruas seria, assim, mais importante do que gastar o dinheiro público fazendo parques.

O embelezamento estético da cidade era considerado muito importante, e parques e jardins eram vistos pelos defensores da “civilização” como espaços primordiais para a vivência (e difusão) de uma civilidade moderna e apropriada. Todavia, o conceito de “*embellezamento*” ia além disso, e pressupunha uma cidade onde se pudesse caminhar, onde as mercadorias e veículos pudessem trafegar, onde as ruas pudessem se transformar em espaços de sociabilidade e de consumo. Na acidentada topografia diamantinense, de ruas e ladeiras inclinadas, buracos, valetas, poças d’água eram verdadeiros obstáculos à passagem do progresso – e limites concretos ao processo de transformação da cidade numa urbe civilizada. Não devemos esquecer, ainda, que um jornal como *A Idea Nova* era uma publicação de orientação liberal, que se propunha a defender o comércio; seu lema, impresso logo abaixo do título, era “*A independência nacional é função da economia nacional*”. Daí que, confrontado com poucos recursos, e tendo que decidir pelo embelezamento estético ou pelo embelezamento urbano através da melhoria da infra-estrutura viária, o jornal optou por aquilo que melhor beneficiaria o comércio – o que seria mais útil à comunidade, no entender daquela redação. Como nos diz Lier Ferreira Balcão, “os conteúdos selecionados e as maneiras dos jornais publicarem essas seções e relacionar-se com as linhas políticas e jornalísticas adotadas traduzem os vínculos

estabelecidos com a vida da cidade e com parcelas do seu público leitor” (BALCÃO, 1999, p. 228).

Outras reclamações apresentadas pelos jornais indicam-nos esse processo seletivo de denúncias e abordagens. Por um lado, enxergamos nesses textos as lacunas e deficiências existentes no processo de urbanização; mas também devemos ver que os textos expunham aquilo que seus redatores consideravam importante apontar. Como num efeito de negativo fotográfico, a ausência de determinado melhoramento – denunciada nos textos – permite-nos estabelecer a imagem (“positiva”) que os *homens de imprensa* tinham do que seria uma “cidade ideal”. Um exemplo de cada uma delas:

A carroça da limpeza pública deixou de passar hontem pela rua do Gratidão. Até á noite lá estavam as latas do lixo á espera do encarregado da limpeza. (*Jornal do Comercio*, 26/01/1906)

A descida do Rio Grande, logo abaixo da rua do Amparo, já se acha repleta de viçoso mata-passo; e a segunda ponte sobre o correjo S. Francisco ou Quatro Vintens, no bairro do mesmo nome, necessita de um pequeno concerto, que se limita ao tapamento de alguns buracos perigosos. (*Diamantina*, 29/11/1913)

Este processo seletivo reflete-se sócio-geograficamente: as áreas centrais da cidade aparecem mais vezes nos jornais, especialmente se considerarmos os textos produzidos espontaneamente pelas redações – isto é, aqueles que não foram motivados externamente, por uma reclamação enviada ao jornal, um acidente ou uma catástrofe. As ruas e áreas periféricas de ambas as cidades são mencionadas com certa regularidade, porém uma leitura, mesmo que panorâmica, revela a preocupação maior dos *homens de imprensa* com as áreas centrais – o mesmo valendo para todos os outros melhoramentos urbanos que vamos considerar.

Há várias formas de avaliar isso. Por um lado, é o reflexo das prioridades adotadas pela própria Câmara Municipal, que atuava de forma mais direta nessas áreas; a imprensa estaria apenas reproduzindo a maior quantidade de notícias a transmitir sobre aquelas áreas. Por outro lado, ali se concentrava um maior movimento de pessoas, veículos, animais e mercadorias, sendo portanto um espaço mais compartilhado pelos habitantes da cidade. Assim, ao destacarem o que ocorria com a área central, os homens de imprensa prestariam um serviço a uma maior quantidade de pessoas. Devemos acrescentar que essas áreas centrais parecem ter sido vistas pela imprensa e pelas elites político-econômicas – talvez até pela população em geral – como o elemento identificador, constituinte, dessas cidades.

Se a proposta era construir uma cidade civilizada, isso deveria ser obtido primeiro, e fundamentalmente, pela transformação das áreas que identificavam a cidade, que lhe davam identidade: moldavam seu caráter e seu perfil.

Todavia, seria ingenuidade não perceber o caráter excludente dessas escolhas: as áreas centrais eram o espaço privilegiado para a vivência, o trabalho e o consumo daquelas pessoas que formavam o público leitor dos jornais, compunham o eleitorado, participavam da dinâmica econômica de forma mais diretiva, e estabeleciam relações mais sólidas com os elementos de poder na cidade, ou às vezes até para além dela. Seria simplismo, porém, interpretarmos o resultado desse mapeamento como uma mera defesa direta dos interesses pessoais ou de grupo dos *homens de imprensa*. Para eles, não era necessário deixar de defender a cidade para atingir seus objetivos, pois não enxergavam qualquer conflito entre essas duas esferas, já que a defesa dos seus interesses coincidiria, na sua visão, com o bem comum: uma cidade civilizada seria uma cidade moldada conforme os interesses das elites a quem os jornais representavam, e para quem falavam em primeiro lugar.

Recapitulando... os jornais diamantinenses permitem-nos perceber um processo de construção de infra-estrutura urbana, como em Juiz de Fora, ainda que esta já estivesse mais adiantada. Apesar desse descompasso, há pontos em comum entre ambas; a eletrificação, como sinal claro de progresso, e suas falhas e apagões, eram temas recorrentes nas páginas impressas. O mesmo pode-se dizer da manutenção das ruas, da limpeza urbana e da cobrança quanto ao uso do dinheiro público. Periodicamente a imprensa das duas cidades suscita a questão do embelezamento, contrapondo princípios estéticos à utilidade prática das obras. Ao arrolar os textos acima, apresento uma postura comum aos *homens de imprensa*: apesar das nítidas diferenças em termos do desenvolvimento urbano das duas cidades – motivadas, entre outras coisas, pelo maior ou menor dinamismo da economia local – não há grandes diferenças nos termos com que se media esse desenvolvimento. Em outras palavras, há um discurso comum às redações diamantinenses e juiz-foranas, a partir do qual estas avaliavam a urbanização de sua cidade – tanto para criticar quanto para elogiar. Diferentes em termos concretos, as

duas cidades são igualadas quanto ao ideal de cidade a cumprir, dele estando mais ou menos próximas conforme cada caso.

Ainda assim, merecem destaque algumas distinções entre as duas cidades, conforme representadas pelos seus *homens de imprensa*. A delimitação do espaço urbano, por exemplo, era tratada de forma diferenciada: em Diamantina, referia-se à necessidade de (re)organizar a cidade, constrangida pela dinâmica colonial de ocupação, marcada pelas chácaras e grandes quintais, e pelas práticas de uso do solo que dificultavam sua expansão dentro dos novos moldes capitalistas. Em Juiz de Fora, a existência de um plano a regulamentar o crescimento da cidade, por si só, já estabelecia uma diferença marcante, tornando mais intenso o confronto entre o belo e o útil; também havia uma maior preocupação com regras que controlassem e orientassem o crescimento urbano, movido pela especulação imobiliária.

Dois exemplos sintetizam as diferenças entre as cidades: Diamantina perpetuava as tradições, tornando-as parte de seu processo de modernização urbana, como na construção de novos espaços de saúde pública, marcados pela iniciativa particular, a qual era movida pela tradição religiosa. Por outro lado, a modernização em Juiz de Fora era vista como consolidação do mundo civilizado, ao manter afastado – no tempo (passado) e no espaço (longe) – o mundo selvagem, rural. Que em Diamantina era constante tema de reclamação, mas ainda assim parte integrante do cotidiano citadino.

Entretanto, havia um outro aspecto comum aos *homens de imprensa* de ambas as cidades: a constante preocupação com a qualidade dos serviços de captação e distribuição de água potável, e de recolhimento dos dejetos produzidos pela população. Como já vimos, a ciência da época enxergava uma estreita relação entre as condições da água e a saúde pública, e desta com o bem-estar da população – uma das principais características de uma cidade realmente civilizada.

3.2. Sanitarismo: água e esgotos, moradia

A relação entre os melhoramentos urbanos e a saúde do lugar era construída com amplo apoio na medicina da época, a qual tinha nas águas paradas e no acúmulo de lixo um dos piores inimigos a combater.⁷² Tais focos eram gerados pelo relevo urbano, como o baixio da Rua de Santo Antônio, em Juiz de Fora, onde “as

⁷² Ver, por exemplo, SILVEIRA, 2003; para uma visão sobre essa questão em Minas Gerais, ver FIGUEIREDO, 2002; e no Brasil, CHALOUB et alli, 2003.

aguas pluviaes, alli, devido á falta de quéda conveniente para o boeiro da extremidade da rua, se estacionam ao ponto de se cobrirem de limo, offerecendo assim ao microbio palustre magnificas condições de vida e prolificação". Convenientemente, a nota era intitulada "*Hygiene*" (*Pharol*, 22/03/1900).

Esta visão médico-sanitária fazia do sistema de esgotos um tópico recorrente dos textos publicados em Juiz de Fora, inclusive nas páginas de anúncios, como o do "*Deposito de Materiaes de Construcção de Francisco Notaroberto*", que vendia material para "*serviços de exgotto e canalização de agua potavel*" (*Pharol*, 21/08/1900). O sistema de escoamento trouxe a rua Fonseca Hermes às páginas do *Pharol* várias vezes, naquele ano,:

Os moradores da rua Fonseca Hermes pedem á camara municipal mandar limpar as sargetas, que dão escoamento ás aguas pluviaes e que se acham completamente cheias de terras e entulhos, estagnando as aguas, de maneira que formam grandes lagos. // Sendo o estado sanitario desta cidade bom, actualmente, essa corporação deverá tomar todas as medidas necessarias, para que não nos venha alguma epidemia victimizar. (*Pharol*, 21/03/1900)

Além dos desgastes sofridos pelo uso, como "*os estragos feitos no canal mestre de exgotos, que margêa a linha de ferro Central, devido ao transito de pessoas sobre seu dorso, que já se acha descoberto*" (*Pharol*, 18/01/1900), o jornal denunciava também a prática dos encarregados da limpeza pública, que "*varrem os leitos das ruas e mettem o lixo nos syphões!!!*" (*Pharol*, 22/04/1900). Sempre prontos a apontar erros da administração quando na oposição, os redatores do *Pharol* pareciam ter mais facilidade para elogiar a ação de outros atores (no caso abaixo, o engenheiro da estrada de ferro) – e mesmo assim encontrando oportunidade para criticar a Câmara Municipal.

Rua Bernardo Mascarenhas // Reconhecidos, levamos nossos agradecimentos, e dos moradores da rua Bernardo Mascarenhas ao sr. dr. engenheiro residente Carlos Guedes da Costa, pela promptidão e boa vontade com que attendeu ao justo pedido dos habitantes daquelle bairro, mandando limpar a sargeta que recebe os despejos dalli e fica no perimetro da estrada por s.s. tão dignamente administrada. // Agora apellamos para o sr. vice-presidente da camara municipal para que mande fazer equal limpeza no exgotto descoberto que corre paralelo á linha de bonds, por motivos conhecidos e justificados de hygiene. // E mesmo a impressão publica dos que por alli passam é desagradavel. (*Pharol*, 23/06/1900)

De novo, vale destacarmos: saúde e higiene, mas também "*impressão publica*" – a cidade deveria ser não apenas limpa, mas também bela, uma coisa levando à outra. Talvez essa relação com o embelezamento estivesse por trás da proposta de mais um serviço público, que apareceu nas páginas de um outro jornal,

anos depois: “*A directoria de hygiene mandou orçar a construcção de varios mictorios, em diversas ruas da cidade*” (*Jornal do Commercio*, 26/01/1906).

Ao longo da década de 1880, a Câmara Municipal de Juiz de Fora realizou vários estudos e contratos para implementar um sistema de águas e esgotos na cidade. Aparentemente os projetos apresentados por Thomas Woods em 1885 foram bem vistos, ou pelo menos lhe deram boa fama na região, pois temos notícias suas fazendo estudos para o abastecimento de água também em Pouso Alegre (*Pharol*, 03/04/1900). Nem seu trabalho, porém, nem os posteriores serviços da equipe que contou com o parecer do *Club de Engenharia* do Rio de Janeiro, em 1887, conseguiram resolver plenamente a situação da cidade.

A implementação desse sistema teve altos custos para os cofres municipais, com fortes repercussões políticas. Em 1886, a coluna “*Assumptos Municipaes*” utilizou-se de um discurso ufanista sobre a grandeza da cidade para criticar o empréstimo contraído pela municipalidade:

Com quanto relativamente grande, a nossa receita municipal não póde comportar a despeza, que exigem tantos e já tão variados serviços e obras, que a importancia do nosso municipio está reclamando na rapidez vertiginosa de seu desenvolvimento, sobretudo agora que entra em seu orçamento a despeza enorme da amortisação do infeliz empréstimo, que se levantou para as obras do abastecimento d’água á esta cidade, despeza essa, que lhe absorverá, no exercício futuro, mais de 40% de sua receita, deixando para a importante verba “Obras publicas” menos de 6:000\$000! (*Pharol*, 27/06/1886)

Não obstante, em 1893, a Câmara Municipal contraiu ainda outro empréstimo, para a realização do projeto do engenheiro G. Howyan. É justo dizer que os esforços realizados para sanar as deficiências eram reconhecidos pela imprensa; esforços que algumas vezes encontravam limitações na disposição dos proprietários, mesmo nas ruas centrais da cidade, em adequar suas construções às normas da higiene pública, como podemos ver nessa nota publicada em abril de 1900: “*O sr. dr. Corrêa de Azevedo, zeloso delegado de hygiene, continua as suas visitas domiciliarias, tendo hontem multado a alguns proprietarios da rua da Imperatriz, intimandoos a completarem os saneamentos de seus predios com installações de agua e exgotos*” (*Pharol*, 07/04/1900).

Mesmo os tradicionais canais de fornecimento d’água, os chafarizes, apresentavam problemas: “*Satisfazendo o pedido que nos fizeram, chamamos a atenção de quem de direito para o chafariz do cruzamento da rua Fonseca Hermes com a do Commercio, que está vazando água continuamente*” (*Pharol*, 18/01/1900). A pressão exercida pela expansão urbana sobre o sistema existente para o

abastecimento d'água fazia-se presente regularmente, gerando notícias como esta: *“Há dias que é sentida falta d'agua nas casas da rua do Cemiterio” (Jornal do Commercio, 28/01/1906).*

Este aumento da demanda exigiu da parte da administração municipal medidas visando ampliar a regularidade do abastecimento. Na virada do século, o processo de desapropriação dos terrenos de nascentes de água do Córrego das Antas e do Poço d'Anta, de propriedade de Ignacio Gama, foi acompanhado pelo *Pharol* com preocupação. A situação complicou-se quando, em março de 1900, foi publicada uma carta em que Ignacio Gama reclamava da nomeação, pela Câmara, de um desafeto seu para arbitrar a questão da desapropriação do Poço d'Anta, desrespeitando os procedimentos legais e prejudicando-o (*Pharol*, 04/03/1900). Vários textos abordaram o assunto, até a solução ser publicada numa carta em 17/03. Mas somente em agosto o jornal publicou, em sua primeira página, a notícia da inauguração do sistema, complementada no dia seguinte por um relato detalhado da cerimônia: *“Abastecimento de agua // Inaugura-se hoje, ás 8 horas da manhã, o novo abastecimento de agua desta cidade, proveniente do Sitio do Poço d'Anta. // Accedemos ao convite do sr. dr. agente executivo, fazendo-nos representar no acto” (Pharol, 23/08/1900).*

Além dos problemas próprios da captação e distribuição de águas, a imprensa noticiava ainda outra adversidade: os “gatunos” que roubavam encanamentos das casas para vender. Estes eram comprados por receptadores, como o ferreiro à casa de quem foram levados canos roubados da municipalidade (*Pharol*, 28/10/1900), sugerindo a existência de um “mercado paralelo” para tais artefatos.

Também em Diamantina a expansão do serviço de fornecimento de água através dos chafarizes era um trabalho constante. Em 1897, por exemplo, o Agente Executivo Municipal foi autorizado, através da lei municipal número 57, *“a despendar pela verba – obras publicas, até a quantia de um conto de réis, com a construção de um chafariz na praça – Affonso Pena”* e mais um conto de réis para a construção do chafariz da Rua do Rio Grande, dando cumprimento a uma lei de 1894, aparentemente ainda não levada a termo (*O Município*, 09/10/1897). Ao final da primeira década do século XX, o jornal *A Idéa Nova* retomou o assunto, anunciando uma série de medidas que iam sendo tomadas pela municipalidade visando atender ao problema:

Chafariz da Camara // O sr. Agente Executivo mandou concertar e reformar o chafariz da Camara. // Vao ser alli collocadas quatro torneiras fortes, de systema moderno, de maneira que não possam ser estragadas pelos vadios, como as antigas que ha muito tempo não funcçionam. // É uma medida digna de applausos. (*A Idéa Nova*, 07/11/1909)

Água e exgottos // É muito provavel que a Camara Municipal resolva em breve o magno problema da canalisação dagua potavel e construcção de uma rêde de exgottos, medidas há muito reclamadas pela opinião publica e que transformarão a nossa cidade, talvez na primeira de Minas, relativamente a condições hygienicas. (*A Idea Nova*, 04/12/1910)

No ano seguinte, o jornal voltou à carga com uma série de artigos trazendo “*observações sobre a exacta e perfeita distribuição da água em Diamantina*”, tratando do projeto de canalização do manancial do Pau de Fruta⁷³, do sistema de distribuição de água dentro da cidade, e dos perigos de contaminação. O primeiro artigo iniciava-se de forma provocativa: “*Parece que todos os calculos de custo desta instalação foram baseados nas mais phantasticas conjecturas*”. Uma das soluções apresentadas estava perfeitamente afinada com o espírito da época referente às questões urbanísticas: planejamento e regulamentação do espaço urbano.

Na minha opinião a Camara deve quanto antes mandar levantar uma rigorosa planta da cidade, prevendo as alterações que possam soffrer as ruas existentes e as construcções de outras futuramente. Estando neste caso estabelecidas as linhas de encanamento de águas e esgotos, não se encontrariam difficuldades para as futuras ligações, em qualquer direcção por onde se extenda a cidade. (*A Idea Nova*, 20/08/1911)

Os melhoramentos relativos à água e aos esgotos eram saudados na imprensa como sinal de avanço e progresso. Mas, assim como em Juiz de Fora, a avaliação de algum feito específico variava conforme as relações políticas entre a redação do jornal e os administradores locais.

No dia 13 do corrente, seguiram para o vizinho districto do Currallinho 800 metros de canos de ferro, destinados à canalização da agua naquelle prospero lugar. // Este importante melhoramento, devido á operosa administração actual, será mais uma alfinetadazinha na pança do tenente Olympio Mourão, que não teve tempo de tratar de melhoramentos do municipio, por ter sido agente executivo somente **12 annos** e naquelle tempo as rendas municipaes não attingiam senão a bagatella de **100 a 120:000\$ por anno!** (*A Idéa Nova*, 19/06/1910)

Vários outros artigos e textos desancavam o “*decadente grupo olympiano*”, do antigo Agente Executivo Olympio Mourão, e o jornal *Diamantina*, que lhe apoiava. Esta é uma característica comum à imprensa das duas cidades: obras de melhorias urbanas eram regularmente utilizadas como palanque para elogiar o grupo político

⁷³ Até hoje uma das principais fontes de água da cidade; a área é reserva ambiental sob os cuidados da COPASA.

ao qual um jornal estava ligado e/ou desmerecer seus adversários. Poder apresentar uma boa administração dos melhoramentos urbanos (e dos cofres públicos) era um grande trunfo para qualquer grupo político, em Diamantina ou Juiz de Fora.

Um dos melhores exemplos dessa prática, pela forma sarcástica e mordaz como foi construída, é o relato de “*um reporter bisbilhoteiro*” publicado no *A Ideia Nova* em 1910. O autor parece ter utilizado um artifício, invertendo comentários maledicentes que possivelmente se ouviam pela cidade, transformando-os num laudatório inventário dos melhoramentos urbanos empreendidos (no centro e na periferia de Diamantina) pela municipalidade, então sob a égide do grupo político apoiado por seu jornal. Embora um pouco extenso, o texto merece ser lido na íntegra:

Um 69 entra em sua casa fulo de raiva, arquejante, com os olhos inflamados, a bocca espumante e aos berros..... // – Que é isto, Fulano? Acodem assustados os da familia. // – Desaforo! desaforo! os 45 são uns bandidos, são uns... imaginem que voltava de um banho ao Rio Grande e encontrei a ladeira toda concertada como nunca esteve, isto só para agradar ao Lulú Damaso; para agradar ao João Hypolito e ao Mello, o Mercado está um brinco; no Largo do Grupo Escolar vi estarem pintando postes para a instalação da illuminação electrica, mas os canalhas querem é agradar à casa Ramos, Guerra, Araujo e Comp: no alto da Rua do Bomfim olhei para baixo e reparei que para adular o Levy a Rua do Amparo está ficando tão bem calçada que quasi tive um ataque de raiva; subi a Rua das Mercês, para espairecer, mas qual! vi lá o dedo dos 45 nos concertos dessa rua, só para agradar o Zezé Menezes; furioso, quasi doudo, embarafustei-me pela Rua do Coqueiro e como na carreira louca em que ia, não tropecei em buracos, notei que os miseraveis reformaram completamente a rua para agradar o Dr. Motta; vendo que a rua estava concertada até a porta do Dr. Athayde, para bajulal-o, voei para a Samambaia e ahi vi que os biltres cortaram uma grande barreira, abrindo um caminho para agradar... para agradar... o Celino Horta; atravesssei o C[ilegível], voei pela Grupiara, sem saber onde pisava e ahi notei que a passagem estava mais larga, para agradar... canalhas... para desagradar os que dalli faziam um nauseabundo mictorio; dous amigos seguraram-me nos braços, quando dei acorde de mim estava com a cabeça em baixo de uma das torneiras do Macau, que os bandidos fizeram para agradar o Edmundo Horta. // Canalhas! bandidos! miseraveis! ladrões... em toda parte melhoramentos; nos districtos dizem que é a mesma cousa, biltres! // É verdade que esses gatunos ainda deixaram algumas ruas sem reparo, mas se, Deus nos livre e guarde, elles continuarem na Camara, são capazes de concertar tudo, já se viu uma cousa destas!? // Soccorro! soccorro! valha-nos Deus! está louco! Acudam! bradaram os da familia, bromureto, bromureto... // Foi o que ouviu o nosso *reporter* que correu para compor estas notas na *Idéa Nova*. (*A Idéa Nova*, 12/06/1910)⁷⁴

Além das querelas políticas, das limitações orçamentárias e das dificuldades inerentes às obras, as administrações municipais enfrentavam ainda um problema incontrolável: as intempéries climáticas, especialmente na época das chuvas. Estas, quando acompanhadas por fortes ventos, destelhavam várias casas (*A Idéa Nova*,

⁷⁴ O 69 era o grupo de Olympio Mourão, que se reunia no Club 21 de Abril; o 45, o grupo ligado aos Mata Machado, reunido na *Delenda Cartago*; “seus nomes tiveram origem no número de sócios que compareceram à primeira reunião” (COUTO, 2002, p. 133). Durante a legislatura da Câmara Municipal sob a presidência de Pedro da Mata Machado foram realizadas várias obras, algumas de profundo impacto na reorganização urbana de Diamantina.

15/11/1908); em grande volume, desfaziam a aparente solidez da cidade: “as ultimas chuvas tem feito muitos estragos nesta cidade, tendo derrubado varios muros; cahiram tambem dous lances enormes do morro da Grupiara” (*A Idéa Nova*, 21/12/1908). A passagem do novo século, bastante comemorada em Juiz de Fora, ocorreu sob fortes chuvas, a julgar pelas notícias de desabamentos de muros e cimalhas de prédios (*Pharol*, 04/01/1901). Tais desabamentos, mesmo quando não produziam vítimas, causavam sérios prejuízos, como o barranco que, numa madrugada de domingo em Juiz de Fora, desabou sobre os fundos da fábrica de meias de Antonio Meurer, na Rua do Espírito Santo, soterrando toda a ferraria (*Diario Mercantil*, 07/02/1912).

Como agravante, especialmente no caso de Juiz de Fora, as chuvas traziam o temor das inundações. A já mencionada grande enchente de 1906 foi objeto de artigos, poemas, folhetins, e uma ampla cobertura do impacto das águas sobre a cidade, a política e a economia regionais.

UM PASSEIO DE BOTE // Informações do Dr. Andrade Pinto // O Dr. João Pinheiro // O redactor-chefe desta folha, querendo verificar *de visu* os efeitos da inundaçã, tomou hontem ás 5^{1/2} horas da tarde em companhia do consul italiano uma canôa no largo do Riachuelo afim de percorrer os pontos inundados. Do largo do Riachuelo desceu pela rua de S. Sebastião, inteiramente submergida. Logo á entrada, a água attingiu uma altura de metro e 45 acima do nível da rua. // Na Avenida Municipal a água attingiu 3 metros acima do nível. As casas baixas estão ahi quasi submergidas. // Esse ponto offerece o aspecto de um verdadeiro mar: só se vê água, o cimo das casas e as copas do arvored. Vêem-se gallinhas e perús pousados nos telhados. // Á rua Fonseca Hermes quasi todas as casas têm água acima das janellas. [o texto descreve a região central quase toda] (*Jornal do Commercio*, 15/01/1906)

O comportamento do redator-chefe do jornal, relatado no texto acima, ajuda-nos a esclarecer um importante aspecto da produção jornalística de então. Tenho defendido que a cidade que surge impressa nas páginas dos jornais é uma construção, uma *representação* da cidade levantada pelos *homens de imprensa*, tanto em relação aos parâmetros do que deveria ser uma cidade moderna, quanto pelo processo seletivo de escolha das áreas e questões urbanas a serem enfocadas. Isto, porém, não deve nunca nos levar a imaginar que os redatores e demais envolvidos na confecção dos periódicos estivessem alheios à realidade. Entrar numa canoa para conhecer os pontos afetados por uma inundaçã é exemplo do engajamento com que os *homens de imprensa* buscavam uma informação precisa, uma base sólida para melhor sustentar suas interpretações sobre a cidade.

Cidade que viveu momentos bem difíceis, quer pelos estragos decorrentes da inundaçã, quer pelos efeitos que a situaçã gerou sobre o cotidiano urbano,

inclusive sobre o abastecimento. Publicada dois dias após a reportagem acima, esta nota, apesar de tranqüilizadora, revela o ambiente que se formou:

Em honra do Commercio!... // Fomos hontem procurados por muitos negociantes que nos vieram declarar que nenhum fundamento tinha a notícia propalada de elevação de preços, – e levção que, aliás, se teria de dar momentaneamente si o prejuizo das casas importadoras não fosse total. // O *Jornal* não acreditou nunca nessa verdadeira balela, pois sabe que o commercio não seria capaz de especular com a desgraça do povo. Temos noticia, ao contrario, de actos de generosidade e philantropia praticdos por algumas das principaes casas e folgamos em registral-os, por honra do nosso commercio. (*Jornal do Commercio*, 17/01/1906)

A gravidade da situação não impediu, porém, que a imprensa tratasse a enchente de forma variada, mesmo com um certo humor, como nesta carinhosa personificação da cidade:

APANHADOS // Tornou-se tristemente memorável para Juiz de Fóra o dia 14 de janeiro. Faz hoje sete dias, portanto, que vimos a nossa encantadora princeza mettida num colossal banho de imersão! Caprichos da Real Senhora, que, não satisfeita com os repetidos banhos de chuva, resolveu experimentar um formidando semicupio, convencida, sem duvida, da efficacia do tratamento hydrotherapico para a cura radical dos seus incommodos... financeiros!... Sahiu-lhe, porém, o trunfo às avessas: os finos bordados da fimbria graciosa de sua régia saia – que, figuradamente, podem representar as bellas casas que salpicavam a parte baixa da cidade – estragaram-se, ruiam-se. // Triste experiência! Triste e commovedora a calamidade que nos visitou, infelicitando-nos. (*Jornal do Commercio*, 21/01/1906)

Ou que a relacionasse a outros elementos da vida da cidade, como neste poema em tom jocososo, a propósito da estréia de uma peça de teatro:

Há por toda parte enchente
que tempo tão degradante!
Em nosso theatro, gente,
desoladora vasante! (*Jornal do Commercio*, 13/01/1906)

A partir da experiência de 1906, a vigilância sobre o rio que cortava a cidade tornou-se notícia regular nas páginas locais, como atesta uma sequência quase diária, seis anos depois: “*Com as chuvas destes ultimos dias, as aguas do rio Parahybuna têm crescido consideravelmente. // Varias habitações ribeirinhas já foram invadidas pelas águas*” (*Diario Mercantil*, 24/01/1912).

Vigias dos terrenos e das águas, os redatores dos jornais zelavam também pelas edificações da cidade, especialmente aquelas que poderiam colocar em risco seus habitantes.

Desabamento // O predio n. 131 da rua Direita, antigo dos bilhares, hoje Cassino Juiz de Fóra, desde hontem, cedo, ameaçava desabar em parte. // Às 8 horas da noite, deu-se o esperado desastre, felizmente, porém, não havendo desgraça alguma pessoal a registrar-se. // Os moradores do predio, avisados pelos estalos frequentes, fizeram em tempo a mudança dos trastes existentes no compartimento em perigo, que era a parte dos fundos. // Ruiam as paredes internas, soalhos e tecto. // Ficaram enterrados nas ruinas muitos trastes de difficil transladação, como: guarda-louças, armarios, camas, espelhos grandes, etc. // Sendo

iluminado á luz electrica, avisou-se a directoria da companhia do occorrido, para que dêsse providencia afim de evitar algum desastre occasionado pela electricidade, visto se achar nos entulhos toda a installação, fios e algumas lampadas accesas. // O sr. subdelegado de policia, Pedro de Gouvêa Horta, compareceu ao local e tomou conhecimento do facto. // Os proprietarios do predio acham-se na Europa. (*Pharol*, 10/04/1900)

Numa breve notícia como esta, um manancial de informações sobre as condições de moradia na *Princeza de Minas* em fins do século XIX. Um edifício central, com salão de jogos – seria no térreo? – e moradias – seriam apartamentos, como indicam os pertences listados? Alugados, muito possivelmente... A estrutura da parte dos fundos estalando, um misto de madeira e alvenaria. Dentro dos lares, móveis de relativo valor, grandes e pesados. Energia elétrica. Proprietários em viagem à Europa. Um quadro que aponta para um edifício de sólida aparência social, se não estrutural, pois o prédio ruiu, transtornando a vida de seus moradores. Que contraste com outra notícia, publicada poucos anos depois, revelando outra parte da mesma cidade! Mesmo longa, vale a pena transcrevê-la na íntegra, para melhor captar as sutilezas da narrativa:

Reclamação injusta // seis cortiços // O nosso *reporter* visitou hontem a parte alta da cidade e verificou o seguinte, quanto a reclamação feita pelo sr. Gabriel Silvino de Oliveira, publicada n’O *Pharol*: // As aguas pluviaes, que possuiam “escoamento franco e desimpedido” segundo informações fornecidas por moradores antigos daquela rua, foram, por conveniencia do reclamante, desviadas do curso natural, sem consentimento da camara, sendo para esse fim construida uma sargeta estreita e sem declive sufficiente para occasiões de grande chuva. // Prossequindo em indagações, soube o nosso companheiro que antes do aterro feito naquelle trecho e obedecendo ao nivel e alinhamento aprovados pela repartição de Obras Publicas, o predio n. 32 (?) e adjacencias eram invadidas pelas aguas, pois acham se cêrca de 25 centimetros abaixo do delineamento. // É portanto improcedente a reclamação que o sr. Gabriel Silvino fez muito mal em publicar porque o nosso *reporter* teve occasião de verificar a existencia de seis cochicholos, verdadeiros outros encravados 2 metros abaixo do sólo, avassallados pelas aguas da chuva, sem ar e sem luz. // Os quartos, dois medem metro e meio de largura approximadamente, dois metros e tanto de comprimento e tres metros e pouco mais ou menos, de altura. // Por baixo delles passa o encanamento de esgottos, tornando humida a terra esburacada, que serve de soalho. O acesso á rua é dada por uma escada de madeira, collocada em corredor escuro e estreitissimo. // Residem ahi homens do trabalho, pauperrimos, despendendo mensalmente a quantia de 10\$, como verificou o nosso companheiro pelos recibos fornecidos por um dos moradores, devidamente datados e assignados. // Passando ao quintal foi ainda observado o seguinte: ao centro, um pequeno tanque cimentado, coberto de zinco, contendo agua, destinada á lavagem de roupas e serviços domesticos, para todos os moradores dos cochicholos e represada completamente, anti hygienica, infeccionando as circumvisihaças e constituindo, asqueroso foco de miasmas. // A agua do tanque foi derivada pelo proprietario, do predio n. 32, que, segundo informações, só tem ao dispôr e paga a Camara Municipal – uma pena. // Á vista de tudo isso, só nos resta pedir á Camara promptas e energicas providencias no sentido de serem demollidos aquelles cortiços, antros ignobeis, indignos de figurarem em nossa cidade, que se orgulha de ser civilisada e de possuir funcionarios rectos no cumprimento de seus deveres. (*Jornal do Commercio*, 24/01/1904)

Cômodos mal ajambrados, pequenos, escuros, fechados, úmidos; abaixo do nível da rua, vitimados por chuvas. Chão de terra batida e aluguel modesto. Área

comum para todos os serviços domésticos, com água derivada – diríamos hoje por um “gato” – de outro prédio. Obras fora dos padrões legais. A descrição modelar de um cortiço, representado na literatura e nos tratados médico-sanitários como foco de miasmas e degenerescências físicas e morais. O remédio apresentado é claro e radical: demolição daquilo que não está à altura da civilização local! Aparentemente, não ocorreu ao “*reporter*” que advogava a demolição daqueles casebres perguntar-se pelo destino dos moradores.⁷⁵

Notemos que aqui não havia apenas zelo urbano: o proprietário dos cortiços atraía a atenção do *Jornal do Commercio* ao publicar uma reclamação nas páginas rivais do *Pharol*. Nos dias seguintes, o jornal sustentou a carga, noticiando as providências tomadas, e ao mesmo tempo mantendo o assunto vivo na agenda política da cidade: “*Em vista do pessimo estado de hygiene e de construcção em que foram encontrados, vão elles ser condemnados, por suppor a directoria de hygiene que são inhabitaveis*” (*Jornal do Commercio*, 27/01/1904).

A veemência com que se combatiam os cortiços em Juiz de Fora encontrava sua justificativa nos surtos periódicos de doenças epidêmicas, trazidas em grande parte através dos rápidos canais de comunicação com o Rio de Janeiro. Daí que a atenção ao que acontecia na capital do país era rotina nos jornais locais. No verão de 1900, a notícia do falecimento de um menino de 7 anos no Rio de Janeiro, com o isolamento de sua família por suspeita de “*peste bubonica*”, disparou todos os alarmes na redação do *Pharol*:

Cautela // [...] Não só no Rio deve[m] ser urgentes e energicas as providencias prophylacticas que o mal exige; aqui, em Juiz de Fóra, estamos em contacto diario com a capital federal, sendo, portanto, facilima a importação do flagellante morbus. // [...] Portanto as nossas auctoridades, municipal e hygienica, devem desde já lançár mão dos meios indicados pela sciencia afim de guardar a população de Juiz de Fóra contra lamentavel invasão, prestando, assim, um grande serviço não só á cidade mas até ao Estado de Minas, a cujo governo cumpre prestar-lhe todos os auxilios nessa louvabilissima tarefa. (*Pharol*, 11/01/1900)

O perigo próximo levava às prensas a preocupação dos redatores com a condução das medidas profiláticas na cidade, pois que o Rio de Janeiro não era o único foco transmissor de moléstias – e de preocupações. Juiz de Fora estava em contato constante com várias outras cidades e estados:

Informam-nos que a desinfecção das malas postaes, nesta cidade, não é feita conforme as prescrevem as regras da hygiene, pois a correspondencia procedente do Estado de S. Paulo

⁷⁵ Para o caso do Rio de Janeiro a resposta foi clara. Ver CHALOUB, 1996, p. 15-20, sobre a demolição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, e a ocupação do morro da Providência, rebatizado posteriormente como da Favela.

é retirada da mala e conduzida em um sacco para a estação de desinfecção, ficando a mala no correio. (*Pharol*, 13/01/1900)

Além da contaminação vinda dos lugares distantes, havia o comportamento dos moradores locais, que muitas vezes deixava a desejar, na opinião dos redatores de jornal. Mesclando divergências políticas com uma visão bastante elitista sobre os costumes populares, os jornais pregavam o enquadramento de todos os moradores nas regras do bem-viver – tema do próximo capítulo. Por hora, apenas um exemplo de denúncia de comportamento insalubre:

Chamamos a atenção do sr. dr. director da inspectoría de hygiene para o facto de ter um morador da rua da Liberdade, e em *frencte* a essa inspectoría, enterrado em seu quintal um cavallo, morto ha dias. // Toda a visinhança reclama, e nós fazemos o mesmo, esperando providencias immediatas. (*Pharol*, 15/02/1900)

O estado sanitário da *urbe* era visto, nesse período de *fin-de-siècle*, como um confiável indicador do grau de civilização de uma comunidade. Portanto, sendo uma matéria tão carregada de implicações políticas, econômicas e culturais, não espanta que as notícias e editoriais fossem tão engajados – apesar do professado grau de isenção e racionalidade que os *homens de imprensa* consideravam como seu dom natural. Nesses textos identificamos a proximidade das propostas mineiras com o que se fazia nos grandes centros urbanos do país:

Não é à toa que as semelhanças nas propostas e violência das intervenções podem ser percebidas entre Santos e Rio de Janeiro [...] e que em todas elas o passado colonial deva ser destruído, demolido. Com ou sem planos de grande envergadura, todos falam de higienizar, embelezar, circular, disciplinar. Vagabundos devem ser banidos, pobres e perigosos segregados, as ruas esvaziadas, as casas preenchidas com novos valores e moralidades. A busca da instauração do padrão francês de moradia – primeiro para os palacetes das elites, e depois como padrão de habitação desejável para todos – revela claramente quais as inspirações que orientam a construção da nova cidade e de seus habitantes. [...] As demolições e construções de novos espaços como as praças, prédios públicos, agradáveis *boulevards*, associadas às tentativas de arruar e linearizar os contornos das ruas na cidade, vão caracterizar as iniciativas do poder público local sobre o espaço da cidade. (LANNA, 2002, p. 299, 302)

O processo de embelezamento, isto é, de transformação da cidade num ambiente moderno, incluía os aspectos higiênico-sanitários – dentre os quais destacavam-se as questões de abastecimento d'água e captação de esgotos. Em Juiz de Fora, como vimos, havia uma grande preocupação com o “*precioso liquido*”, para o qual deveria haver uma política de abastecimento que propiciasse o desenvolvimento de práticas salutaras. A água era necessária para a saúde humana, não apenas como líquido ingerível, mas também como instrumento de limpeza e veículo de escoamento dos dejetos. Daí que durante o já mencionado

imbroglio sobre a desapropriação de terrenos para abastecimento d'água, foi publicado em primeira página um longo artigo, apontando como resolução do problema uma política pública que visasse a “**PREVENÇÃO**”:

Quando em uma população compacta como a desta cidade se manifesta, embora em casos sporádicos, uma molestia, que, si póde ser jugulada por uma therapeutica feliz, em todo caso victima arrancando á familia entes queridos e á sociedade cidadãos estimados e uteis, a hygiene, os meios de obedecer-a constituem natural preocupação de todos quantos temem ser atacados do morbus, e, ainda mais, daquelles cidadãos, que assumiram o penoso encargo de velar pela saude publica. [...] É a escassez da agua. Esse *precioso liquido*, segundo o chavão da letra de fôrma, é tambem o X que muito deve estar preocupando o espirito do poder municipal na resolução do problema sanitario em beneficio ou defesa da população juiz-de-forana. (*Pharol*, 18/04/1900)

Quando a questão é a disseminação de epidemias, as páginas dos jornais transformam-se em verdadeiro campo de batalha, em que se misturam os mais variados interesses. Havia grande relutância em nomear doenças contagiosas, devido aos efeitos políticos da situação, mas também ao impacto que o reconhecimento do contágio teria sobre o moral da população e o comércio local/regional. A incerteza gerava conflitos de opiniões – ou boataria, dependendo do ponto de vista. O texto abaixo é revelador da cultura existente em Juiz de Fora a respeito da virtuosidade climática do local, que funcionaria como uma barreira natural ao contágio da febre amarela; revela ainda o medo, quase pânico, que coexistia com essa tranquilidade.

Depressa // As noticias que correm por fora a respeito do nosso estado sanitario, são aterroradoras, segundo me têm dito varias pessoas, o que obriga a mais uma contestação, alem das que se têm feito nos jornaes locais, segundo informação colhida de fonte official. // Esses boatos causam certo prejuizo á nossa cidade, pois sei que muitas pessoas se têm dirigido para aqui, mas voltam do caminho ou continuam viagem para o Rio, passando pela nossa estação com um lenço ensopado de alcool phenicado, e chegado ao nariz, porque suppoêm que os microbios estão aqui em myriades pelo ar, não tendo mais que fazer do que entrarem, sem mais nem menos, pelas narinas dos hospedes e viajantes. // E assim é que Juiz de Fóra está numa apathia que desanima, e a rua Halfeld, a nossa Ouvidor, sem o seu habitual rumor, que denuncia bom movimento commercial. [...] Ficam de um lado os que têm medo de mais, ao ponto de espalharem por toda parte, espantando os de fóra, que um individuo, ligeiramente constipado, está com a legitima *amarella*; de outro lado estão os que não admitem a tal febre nestas alturas. [...] É preciso aclarar-se a situação da nossa salubridade. // PHIPPS (*Pharol*, 24/04/1900)

O aumento no número de vítimas levou o jornal a engajar-se numa campanha exigindo o esclarecimento da situação e providências a seu respeito, inclusive com a participação do governo estadual. A perspectiva de uma crise epidêmica parecia ser um bom momento para afirmar a importância da cidade no plano estadual, enfatizando sua contribuição financeira e seu prestígio político-cultural.

CAUTELAS // A febre que ha pela cidade, seja de character epidemico ou não, tem já victimado varias pessoas, parecendo-nos, portanto, que, nenhuma duvida havendo igualmente quanto á sua natureza, é tempo da imprensa reclamar dos poderes a indispensavel intervenção de suas providencias, afim de que não tenhamos o desgosto de ver aniquilada uma das mais importantes cidades mineiras, outr'ora tão cheia de vida. // Tratando-se de uma cidade como esta, não pôde o governo mostrar-se indifferente, porquanto Juiz de Fôra honra o Estado de Minas, como um centro commercial, como um ponto de movimento industrial de primeira ordem, attestando o incançavel labor de seus habitantes. // [...] A situação da Princeza de Minas, como se appellidou esta cidade, por causa da garridice com que ella se destacava de suas irmãs mineiras, será, pois, digna de lastima, si a febre amarella for pouco e pouco augmentando de voracidade e quizer de vez entorpecer os seus movimentos. [...]

Nessa linha, o trecho final do longo artigo propunha o engajamento da população no combate à doença, orientando-a quanto ao melhor comportamento – e aproveitava para combater as práticas curativas tradicionais, buscando reforçar o predomínio da ciência médica.⁷⁶

A população deve tambem concorrer com o que della depende, para afugentar o morbus, caprichando, por exemplo, na hygiene das habitações e seguindo um regimen moderado de alimentação, afim de se evitarem desarranjos gastricos (indigestões) capazes de predispor o organismo á receptividade da molestia. // Devem todos aquelles individuos, que sentirem qualquer indisposição, apresentar-se a um medico, afim de serem convenientemente tratados, não fasendo como muitos, segundo consta, que se sentem mal e procuram remedios caseiros, levados, pelo preconceito commum, que o medico agrava o incommodo. [...] (*Pharol*, 26/04/1900)

Não são apenas os remédios caseiros que disputam espaço com a medicina científica. As próprias páginas dos jornais revelam-nos uma crescente variedade de produtos, mais ou menos artesanais, que são oferecidos como remédios para todos os males. A situação pelo temor da doença, aqui abordada, afigurava-se como oportunidade para incrementar esse ramo de negócio:

Febre amarella!! // A tintura contra a febre amarella, preparada exclusivamente de vegetaes indigenas do Estado de Minas Geraes, cura radicalmente esta terrivel enfermidade epidemica; ha salvado a todos quantos fizeram uso deste maravilhoso medicamento, durante o tempo que grassou a dita febre, na estação de Santa Isabel e outros logares. // Experimentem, e, o resultado será – cura infallivel!!! // Deposito na cidade de Prados, em casa de seu autor, // MANOEL GONÇALVES DE ASSIS (5-3). (*Pharol*, 29/04/1900)

O peso da opinião do jornal junto às elites locais pode ser percebido pela reação pronta do diretor de higiene da cidade, o dr. Leocadio Chaves, que enviou carta publicada na coluna “*Estado Sanitario*”, espaço criado para o acompanhamento do tema: “*Ilm. Sr. redactor do Pharol. – A insistencia com que correm boatos alarmantes sobre o estado sanitario desta cidade obriga-me a*

⁷⁶ Para as relações entre a medicina científica e as práticas curativas tradicionais ver CHALOUB et alli, 2003, e FIGUEIREDO, 2002, entre outras obras que abordam esse tema. Sobre os anúncios de medicamentos, ver o próximo capítulo.

recorrer ao vosso conceituado jornal com o fim de expor o que ha de verdadeiro a respeito". O médico explicou que casos havia, mas isso ainda não configurava uma epidemia, e um boletim diário seria enviado para "*o conhecimento exacto de sua actual situação sanitaria e para demonstrar o exaggero com que se a pinta por fóra*". O boletim foi iniciado naquele mesmo dia, acompanhado dos "*Conselhos aprovados pela Sociedade de Medicina e Cirurgia em 23 de maio de 1899 contra as febres apparecidas nessa epocha*" (*Pharol*, 28/04/1900).

Pelas características da imprensa juiz-forana expostas ao longo deste texto, não deve nos surpreender que tal questão tenha sido transformada num embate político entre a redação do *Pharol* e o grupo dominante na Câmara Municipal. Documentos antigos foram trazidos novamente à arena política pelo jornal, como o relatório da comissão da Sociedade de Medicina e Cirurgia sobre o projeto do engenheiro G. Howyan para saneamento da cidade (para o qual a Câmara contraíra empréstimo em 1893), enfatizando que seus autores desejavam sua realização, "*certos de que deste modo será conseguido o saneamento completo desta cidade, tornando-a ao mesmo tempo, pelo embelezamento como pela salubridade, sem rival na America do Sul*" (*Pharol*, 02/05/1900). O ufanismo recorrente funcionava aqui como argumento de ataque à situação da cidade, que deveria estar melhor do que se encontrava. Também foi publicada a transcrição de uma longa petição enviada por vários proprietários à Câmara em 1897, discutindo problemas do sistema de esgotos da cidade (*Pharol*, 05/05/1900). Ocupando toda a primeira página, um texto médico sobre febre amarela, transcrito da *Revista Medica* de São Paulo (*Pharol*, 12/05/1900). Tudo isto para concluir, num editorial em "*Estado Sanitario*", que a epidemia era culpa da administração atual por não ter feito as obras sanitárias apresentadas pelo dr. Francisco Bernardino quando presidente da Câmara (*Pharol*, 17/05/1900). Na mesma edição, um outro texto da redação usava os problemas para criticar a pretensão do grupo adversário em propor uma candidatura à presidência da Câmara:

Fosse o saneamento feito e acabado segundo as regras, teríamos bem garantidos o presente e o futuro da cidade. Poderíamos então, nesta cidade perfeitamente saneada, ferir campanha victoriosa contra a febre amarella e outras febres de máo character, que tentassem fazer invasão; conseguiríamos dominar os focos e suffocar as tentativas, tal como se consegue em Nova Orleans, nos Estados Unidos. Numa cidade perfeitamente saneada, pode ser praticada a hygiene domiciliar, mas é difficil pratical-a noutra cidade que não tenha os serviços indispensaveis de agua e de exgotto, ou os tenha ruins e imprestaveis, hypothese ainda mais ingrata. (*Pharol*, 17/05/1900)

O jornal chegou a opor-se, durante algum tempo, ao diagnóstico de febre amarela: num longo artigo editorial sobre o “*Estado Sanitário*”, afirmava que tal diagnóstico seria uma estratégia para tentar desvincular a epidemia do mau estado dos esgotos e do abastecimento d’água, inocentando a administração municipal (*Pharol*, 20/05/1900). A doença, entretanto, assumiu tamanha gravidade que o próprio presidente da Câmara, Ambrósio Braga, reuniu-se em sua casa com “*alguns engenheiros e medicos para discussão dos meios a se empregarem com o fim de melhorar as condicções atuaes de salubridade desta cidade.*” As propostas incluíam estudos de drenagem, a conclusão dos serviços de galerias de esgotos e desinfecção de todas as casas da cidade, conforme o *Pharol* de 23 de maio daquele ano. Tal atitude foi apresentada pelo jornal como uma vitória da sua atuação, especialmente do dr. Gustavo Cruz, elogiado por denunciar continuamente a epidemia na cidade (a mesma que o próprio jornal chegara a negar por motivos políticos). O jornal aproveitou para fazer seu auto-elogio, por ter a coragem de dizer as coisas “*como ellas são*”:

Ora, assim sendo, vamos vêr saneada a nossa cidade, tel-a-emos rodeada do seu antigo prestígio, não mais será uma *Princeza* anemica e doentia. Os juiz-de-foranos só têm que applaudir a *zueira* do sr. Gustavo Cruz, que, no tocante á epidemia, acompanhou muito bem *O Pharol*. Este, valha a verdade, tem noticiado as cousas como ellas são, sem exaggerar nem omitir. (*Pharol*, 23/05/1900)

A saúde pública era tratada na imprensa como se fosse objetiva, despolitizada, tratada qual assunto de competência exclusivamente técnica. Bastaria, porém, uma leitura crítica para perceber a intensa carga de disputa política presente. A suposta neutralidade técnica está na raiz das críticas às razões apresentadas pelo diretor de obras públicas para os problemas da cidade: ele era um engenheiro a enveredar pelo campo da medicina; baseava suas teses em averiguação insuficiente; e era inconstante em suas propostas, mudando agora o que era tido como certo no ano anterior. “*Pobre cidade! Tratam-lhe a epidemia com projectos, o mal com phantasias. É a medicina dos medicos pedintes de votos. // A cidade vai morrendo dos curativos. Mas nós lhe queremos mais bem, depois do seu infortunio*” (*Pharol*, 24/05/1900).⁷⁷

⁷⁷ A importância social dada ao médico pode ser medida por esta pequena anedota, publicada em Diamantina: “*Um individuo foi atacado de catalepsia e julgado morto pelo medico. Quando o coveiro se dispunha a exercer o seu mister, o atacado poz-se de pé e disse tranquilamente: // - Que quer você fazer homem? // - Enterral-o, respondeu o coveiro. // - Mas eu não estou morto. // - Não está morto? ... então você quer saber mais do que o medico?*” (*Cidade Diamantina*, 03/11/1895).

A redação não negava, entretanto, o embate político – pelo contrário. Em mais um editorial do “*Estado Sanitário*”, lembrou-se a atitude do dr. Francisco Bernardino quando presidente da Câmara Municipal, propondo uma trégua política para a realização das obras de saneamento. Como ele fora traído por seus aliados, agora não havia mais trégua, sendo a divisão política entendida como boa para a causa pública, já que trazia à luz o problema sanitário (*Pharol*, 26/05/1900).

A epidemia veio a exigir a adoção de várias medidas pelas instâncias administrativas da cidade. Entre elas, algumas bastante reveladoras da postura das elites políticas e sanitárias face à questão do contágio – restrições à circulação de forasteiros oriundos de regiões potencialmente perigosas, acompanhadas de vigilância sobre pessoas e locais idem. É interessante perceber como, no contexto dessa “vigilância sanitária” de combate ao terror epidêmico, criou-se na imprensa um clima favorável à repressão dos comportamentos indesejáveis da sociedade. Uma mesma edição do *Pharol* (jornal alinhado à oposição política) trouxe três notícias nessa linha, dispersas por diferentes páginas:

O sr. dr. inspector de hygiene desta cidade officiou hontem ao sr. delegado de policia pedindo seu auxilio na vigilancia de passageiros vindos de logar suspeito de peste bubonica, pedindo fossem postos á sua disposição os agentes de policia para esse serviço. // O sr. delegado, attendendo ao pedido do sr. dr. inspector de hygiene, destacou um agente para assistir á chegada dos trens na estação desta cidade e outro para a de Mariano Procopio.

O sr. delegado de policia mandou intimar os srs. proprietarios de hoteis e casas de pensão para remetterem diariamente ao seu escriptorio de policia as listas de seus hospedes, conforme requereu o sr. dr. inspector de hygiene.

O sr. delegado de policia ordenou a seus auxiliares não consentirem os botequins desta cidade abertos depois de dez e meia horas da noite. // Essa ordem tem sido cumprida, sem a menor reluctancia. (*Pharol*, 29/05/1900)

É exatamente o mesmo processo percebido por Liane Maria Bertucci, ao estudar como as questões de saúde eram tratadas pela imprensa em São Paulo nesta mesma época:

A ocorrência das epidemias, colocando em xeque a salubridade, a organização da cidade e a própria validade dos conhecimentos científicos ligados à saúde, motivando críticas principalmente quanto à ordem sanitária, acabará justificando a implementação de projetos variados que incidiam diretamente sobre a vida dos trabalhadores urbanos que a eles reagiam de diferentes maneiras, o que aparece retratado em vários momentos em jornais operários da época. (BERTUCCI, 1993, p. 78)

ou por Luiz Henrique dos Santos Blume, abordando o porto de Santos:

Acossados pelas epidemias, os trabalhadores pobres constantemente estiveram ameaçados por comissões locais ou por aquelas indicadas pelo governo estadual para sanear a cidade e encaminhar medidas profiláticas, extremamente antipopulares, tais como a vacinação (obrigatória a partir de 1892), demolição de cocheiras e estalagens, e desinfecção de casas que abrigassem doentes. (BLUME, 1999, p. 136)

As medidas propriamente profiláticas tomadas pela municipalidade foram objeto de críticas severas por parte do *Pharol*, como os procedimentos de desinfecção, que levavam passageiros e malas a passar por várias ruas da cidade entre a estação ferroviária e a repartição de higiene (*Pharol*, 30/05/1900). A iniciativa tomada pela Câmara de convocar um médico e um engenheiro, ambos “*notáveis*”, para avaliar a questão do saneamento da cidade, até foi elogiada (*Pharol*, 27/05/1900). Mas quando o jornal noticiou um pedido feito ao governo do Estado para “*nomeação de um medico para este município, que o percorra em inspecção sanitaria*”, o discurso mudou: “*os homens do partido jacobino local*” foram atacados porque, após cinco anos de governo, teriam destruído as condições de autonomia municipal de Juiz de Fora (*Pharol*, 07/06/1900).

Durante os meses seguintes, vários artigos criticaram o envolvimento do governo do Estado na questão, especialmente pelas não cumpridas promessas de auxílio aos esforços de erradicação da epidemia, o que foi usado também para atacar a municipalidade. Há acusações de parte a parte, chegando o *Pharol* a reclamar do baixo nível do “*editorial do contemporaneo local*”, o *Jornal do Commercio*, que defendia a administração municipal (*Pharol*, 14/06/1900). Apesar de sua declarada parcialidade, o *Pharol* publicou na mesma edição o artigo “*Estado de Minas – uma defesa*”, escrito por Francisco Bernardino Rodrigues Silva (ex-presidente da Câmara e Redator-chefe do jornal), e o texto do vice-presidente da Câmara e agente executivo municipal, Dr. Duarte de Abreu, sobre o “*Saneamento de Juiz de Fôra*”, dando conta das medidas tomadas e planos futuros (*Pharol*, 31/07/1900). Aqui, porém, devemos levar em conta as especificidades físicas do documento lido, um jornal: o artigo de Francisco Bernardino saiu na primeira coluna da primeira página, enquanto Duarte de Abreu recebeu a primeira coluna da página dois, ou seja, dentro do jornal. Nessa diagramação, uma sutil diferenciação.

Também no espaço mais destacado de uma primeira página encontramos notícias sobre os famosos engenheiros que participaram na tentativa de resolução do problema:

Hospedes e Viajantes // Acha-se nesta cidade o sr. dr. Raja Gabaglia, distincto engenheiro que fez parte da comissão para a escolha de local em que devia ser construída a nova capital deste Estado. // Consta nos que o illustre engenheiro, a quem já em tempos foi affecta a questão do saneamento desta cidade para dar parecer sobre elle, se interessa em acompanhar o exame da comissão que aqui se acha para estudar o mesmo assumpto. (*Pharol*, 08/08/1900)

Saneamento da cidade // Acham-se na cidade os dous illustres engenheiros drs. Paulo de Frontin e Osorio de Almeida, que vieram estudar a questão do saneamento, e proferir o seu parecer sobre o que se deve fazer a respeito desse magno problema. (*Pharol*, 08/08/1900) [conforme notícia de 10/08, Osorio de Almeida não aceitou pagamento pelos serviços prestados]

Os esforços pelo “saneamento” mobilizaram ainda vários talentos locais da área técnica, como o engenheiro Lafayette Barbosa Rodrigues Pereira, diretor de obras da Câmara, que preparou um folheto elogiado pelo jornal, com mapas da cidade, drenagem a ser realizada, e um estudo dos lençóis freáticos e dos poços (*Pharol*, 28/08/1900). A crise gerou ainda outras iniciativas elogiadas pela redação, como a do dr. Eduardo de Menezes, visando criar a *Liga contra a tuberculose* (reunião noticiada em 15/08), sobre a qual a coluna “Devagar...” teceu elogios, destacando que “*Em poucos centros, seja-me permittido dizel-o, a sociedade se move tanto nesses impulsos pelo bem de outrem como em nossa Juiz de Fóra*” (*Pharol*, 16/08/1900).

Nenhum desses esforços, porém, aplacou a ira do jornal, que atribuiu à epidemia a decadência resultante da proliferação da moléstia contagiante – e tudo isso seria culpa da edilidade, como afirmou o dr. Jorge da Cunha, que reiteradamente lembrava um artigo seu publicado em 10 de maio de 1896, no qual já teria alertado sobre a peste na cidade:

Saneamento (A Debandada) // Por imprevidencia criminosa do actual governo municipal, tem hoje a cidade de Juiz de Fóra completamente perdida sua antiga fama de cidade salubre. Em consequencia, o que vemos é o marasmo em que jazem commercio e industrias, há bem pouco tempo florescentes, pujantes; é a debandada geral de tudo quanto garanta a riqueza e prosperidade locaes. // Diversos commerciantes e industriaes têm abandonado a cidade, sendo já fastidioso enumeral-os. Agora, vem-nos a triste noticia de partida para S. Paulo do collegio de N. S. de Sion, que não se póde mais manter em Juiz de Fóra por falta de numero sufficiente de educandas, que, existindo, aliás, em quantidade nos municipios e Estados visinhos, entretanto para lá não affluiram pelo receio muito justo que tiveram os respectivos paes de conserval-as em uma cidade empestada. Dr. Jorge da Cunha. (*Pharol*, 17/11/1900)

Atentando para os conflitos políticos que dividiam as publicações periódicas nas cidades mineiras, vale a pena contrapor outra avaliação da situação da saúde em Juiz de Fora. Foi publicada alguns meses depois por um jornal aliado à Câmara Municipal, como parte do histórico regional, por ocasião da virada do século:

A Hygiene em Juiz de Fora // Sua Evolução // [...] Augmentado, como acaba de ser, o abastecimento publico, por abundante supprimento de boa agua, notavel melhoramento devido aos esforços da ultima administração, efficaamente auxiliada pelo director de obras dr. Lafayette Barbosa, e concluido o saneamento, de accordo com o parecer da commissão, póde se affirmar que esta cidade será uma das mais saudaveis do Estado, do qual já é a mais bella. // Christovão Malta. (*Jornal do Commercio*, 01/01/1901)

Também em Diamantina a questão sanitária criava um clima de conflitos políticos, bem como de vigilância sobre o que ocorria na região. O final da década de 1910 ofereceu bons exemplos da atuação da imprensa local nesse sentido. As notícias sobre o aparecimento de casos de “*varíola mansa*” nos distritos de Rio Manso e Rio Preto levaram ao deslocamento do Dr. Alexandre da Silva Maia para o local, e à requisição de praças para formar um cordão sanitário (*A Idéa Nova*, 29/11/1908). A mesma nota de alívio com a notícia sobre a extinção da epidemia de varíola no distrito de Rio Manso contrapunha a apreensão com os casos suspeitos em Campinas de S. Sebastião, para onde foi enviado novamente o “*Dr. Alexandre da Silva Maia, medico da hygiene*”; e também as conhecidas preocupações com a desinfecção das malas do Correio (*A Idéa Nova*, 24/01/1909). O médico foi muito elogiado por sua atuação, juntamente com seu filho, João Maia, na desinfecção das casas contaminadas por sarampo, “*impedindo assim o progresso d’essa contagiosa molestia que, com certa intensidade, tem grassado n’esta cidade*” (*A Idéa Nova*, 01/08/1909). As notícias falam da varíola em Bocayuva (*A Idéa Nova*, 01/08/1909); pela leitura do jornal *O Mucury*, chegavam as suspeitas de epidemia de cólera no Baixo Jequitinhonha: S. Miguel do Jequitinhonha e Fortaleza de Salinas (*A Idéa Nova*, 03/04/1910); um artigo comentava a expansão da varíola no norte de Minas (*A Idéa Nova*, 14/08/1910).

Em Juiz de Fora a questão era politizada, embora sempre com um discurso técnico-médico. Em Diamantina problemas de saúde pública eram debatidos com muito mais intensidade, pois seus resultados eram ainda mais graves para a cidade. Um surto ocorrido – e discutido nas páginas impressas – em 1910 oferece-nos a chance de perceber, mais uma vez, como a notícia da epidemia poderia ser funesta para uma cidade. Além dos efeitos diretos da doença, Diamantina sofreu outra desventura: o temor do contágio afastara os tropeiros, responsáveis diretos pelo abastecimento da cidade.

A Varicella // Graças aos esforços do illustre medico da hygiene dr. Alexandre da Silva Maia acha-se quasi completamente extincta a pequena epidemia de varicella que começou a desenvolver-se em Diamantina. // Esta doença é tão benigna que ainda não matou nem deformou pessoa alguma; não é a varíola, (ou bexigas, como diz o povo), é uma variante,

quasi inofensiva e que a ninguém absolutamente deve assustar, porque não tem o menor perigo. // É nosso imperioso dever fallar assim francamente, porque a falsa noticia da varíola em Diamantina tem prejudicado immensamente o commercio e toda a população, estando o mercado vazio, pois não entram tropas, em vista do panico e do alarme dos tropeiros assustados com os boatos falsos. (*A Idéa Nova*, 16/10/1910)

Política local, saúde pública, abastecimento alimentar e comércio: a mistura explosiva transferiu a discussão do campo sanitário para a arena pública, da qual os jornais apresentavam-se como a mais verdadeira encarnação:

A Carestia em Diamantina // [...] fica provado que não tem havido grande affluencia de tropas, conduzindo generos alimenticios ao mercado d'esta cidade. // Os viveres já vão escasseando, vão augmentando de preços; as classes pobres já começam a soffrer privações; esse sofrimento tende a agumentar. // O nosso intuito tem sido sempre o bem publico, a defesa dos interesses do pobre povo, sem *arriere pensée* de offender a funcionarios publicos no cumprimento de um dever. // Mas... *salus popul suprem lex*... (*A Idéa Nova*, 23/10/1910)

Nessas disputas, os jornais diamantinenses não ignoravam seus concorrentes; partia-se do pressuposto que o público leitor – e por extensão das redes de comunicação oral, toda a cidade – estaria a par do diálogo e do posicionamento de cada um dos periódicos envolvidos. Assim como em Juiz de Fora, é comum encontrarmos ecos da publicação de um jornal na resposta dada a ele por outro, compondo uma rede intrincada de réplicas e tréplicas que certamente acaloravam os debates nos pontos de encontro da cidade. Um artigo de Augusto Caldeira no *Idea Nova* levou o atuante Dr. Alexandre Maia a criticá-lo no *Estrela Polar*; novo artigo no *A Idea Nova* rebateu a afirmação de que “os tropeiros não têm se afastado, que não ha carestia nem elevação de preços” em decorrência do surto de “varicella” (*A Idea Nova*, 23/10/1910). E assim a discussão avançava, os fatos sendo apresentados na medida dos argumentos e posições.

Tanto em Juiz de Fora, quanto em Diamantina, a vigilância sobre a saúde pública era entendida como responsabilidade da imprensa, mas as posições assumidas nunca são apenas de caráter técnico, sanitarista. Mesmo nomear uma doença era motivo para querelas políticas, e só isto já causava grandes preocupações, pelas graves consequências que poderiam advir de medidas tomadas a partir de um diagnóstico equivocado (deliberadamente ou não): “*Alastrim? Não! Variola // Dizem geralmente que é alastrim a molestia que devasta a cidade. E só pelo facto de não serem os casos fataes, foi denominada alecrim, quando o seu verdadeiro nome deve ser – varíola*” (*Diamantina*, 13/12/1913).

Erros em diagnósticos, aliás, ocorriam também por parte dos jornais – os quais, quando identificados, geralmente eram logo informados. Mesmo quando eram

obrigados a se corrigir, porém, os *homens de imprensa* o faziam em nome do seu papel maior, que era o de zelar pela verdade e pelo bem da população da cidade. Citada abaixo, a equivocada denúncia sobre açúcar contaminado é exemplar, deixando-nos entrever também a pressa com que se aceitavam informações desse tipo, e a complexa rede de informantes das quais as redações dependiam – algumas vezes com resultados desastrosos:

Assucar condemnado // Ao sr. Dr. Inspector de Hygiene // Pobres habitantes de Juiz de Fóra, tudo, na quadra actual, se conspira para nos anniquilar! // Temos os pesados impostos, a falta de hygiene, a carne a 900 réis, etc., etc; mas tudo isto era pouco, faltava-nos o envenenamento! Pois bem. É possível que agora estejamos sendo envenenados pelo assucar, que appareceu ultimamente no commercio desta cidade, contendo grande quantidade de uma materia extranha de cor verde. // Têm-nos chegado diversas reclamações nesse sentido, e hontem recebêmos um pouco de assucar com essa composição, o qual se acha em nosso escriptorio para o publico ver e admirar! (*Pharol*, 10/01/1900)

Assucar Condemnado // Sobre a nossa local de hontem com o titulo acima, julgamos dever fazer a seguinte declaração, a bem da verdade: [era anilina, tinta usada para marcar os sacos de açúcar, provavelmente derramada] A nossa reportagem, não conhecendo a natureza daquella substancia corante, alarmou-se, com razão, fazendo que esta folha dêsse a noticia sensacional que deu, no louvavel intuito de zelar pela saude publica. // Felizmente, porém, não é o que se suppunha, repetimol-o a bem da verdade, com a qual desejamos estar sempre na melhor camaradagem. (*Pharol*, 11/01/1900)

Antes de avançar mais, pensemos no que até aqui observamos na discussão dos jornais sobre o “estado sanitário” das cidades. Primeiro, parece que subjaz um padrão comum do que seria uma cidade moderna, cujo progresso deveria se concretizar em melhoramentos da infra-estrutura e do funcionamento dos equipamentos urbanos. Talvez fosse mais correto dizer que é exatamente isto o padrão de modernidade urbana adotado – diferentemente de uma concepção mais voltada, digamos, para a qualidade de vida e inclusão dos habitantes da cidade, aí compreendidas as classes trabalhadoras.

A realidade objetiva de cada cidade impunha variações e limitações ao discurso sobre a modernidade urbana. Juiz de Fora era uma cidade muito maior, tanto em termos de habitantes, construções e espaço físico, quanto em desenvolvimento econômico e industrial. Alguns assuntos, assim, recebiam maior destaque na imprensa juiz-forana simplesmente porque em Diamantina não assumiam ainda a mesma proporção para o cotidiano da cidade. Por exemplo, o sistema de abastecimento de águas e esgotos, que em Juiz de Fora vinha sendo

implementado desde antes do período aqui recortado, passou a compor a pauta regular dos periódicos diamantinenses em 1892, quando o primeiro projeto apresentado pelo Dr. Pedro da Matta Machado foi derrotado pela oposição da Câmara Municipal; em 1912 o projeto foi novamente vitimado pelos embates políticos; e somente em 1926 é que foi efetivamente implementado.⁷⁸ A diferença entre as cidades se faz notar, também, na discussão sobre os cortiços. Em Juiz de Fora, o aumento populacional foi impulsionado, em grande parte, pela maior industrialização – e conseqüente formação de uma classe trabalhadora urbana numerosa, gerando um mercado imobiliário de baixa qualidade, que não existia em Diamantina com as mesmas proporções.

Assim, é possível dizer que, em meio a tantas diferenças, a saúde pública é um dos assuntos eleitos como definidores das condições de vida em ambas as cidades. Mas suas prioridades são diferentes, em decorrência das diferenças estruturais entre ambas. Por exemplo, embora ambas as cidades sofram perdas econômicas devido às notícias (verdadeiras ou não) sobre eclosões de epidemias, a fragilidade do sistema de abastecimento urbano de Diamantina deixa a população muito mais desguarnecida, pela ausência dos tropeiros – o que força os *homens de imprensa* locais a reconhecerem os estreitos limites da “modernização” vivida pela antiga cidade.

Outra postura comum aos *homens de imprensa* dos dois núcleos urbanos é a tentativa de “tecnicizar” o discurso sobre a saúde pública, exaltando a qualificação daqueles que são defendidos, especialmente médicos e engenheiros, e desqualificando os opositores. Discutindo a situação no Rio de Janeiro, Sidney Chaloub assim resume a questão:

Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. [...] O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização européia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história. (CHALOUB, 1996, p. 34-35)

Esta despolitização da política, pela transformação das discussões sobre saúde pública – e todas as implicações disso para a vivência urbana – em algo restrito àqueles que melhor “entendiam” o assunto, exclui a maior parte da

⁷⁸ Alcione de Lourdes Barroso, Licenciada em História pela FAFIDIA em 2004, desenvolveu sua monografia de conclusão de curso, sob minha orientação, sobre a infra-estrutura de água e esgoto em Diamantina; a ela agradeço algumas indicações.

população citadina do processo de decisão sobre suas vidas. Entretanto, não se pode afirmar que essa postura tecnicista tenha conseguido lograr construir um discurso neutro e científico, até porque havia uma considerável diferença quanto ao conjunto técnico ao qual a imprensa poderia recorrer, muito maior em Juiz de Fora (que poderia inclusive lançar mão de figuras da capital nacional), do que em Diamantina.

Além disso, como vimos, o embate em torno das melhores soluções para os problemas colocados dava-se tanto em termos sanitaristas quanto político-partidários. O trabalho dos *homens de imprensa* nestas cidades mineiras estava profundamente identificado com seus valores pessoais, mas também com seus compromissos sociais e políticos. Depois de tantos exemplos, podemos afirmar que os textos eram escritos a partir de um lugar social determinado; e que em diversas ocasiões as discussões sobre os melhoramentos urbanos foram utilizadas para elogiar um grupo político ou detratar seus opositores. Algumas vezes parecia mesmo ser esta a principal razão para trazer algum desses temas às máquinas impressoras. A vinculação política dos jornais, e de seus redatores e *reporters*, era fato notório, publicamente assumido pelas folhas periódicas. Era, inclusive, elemento com o qual o próprio jornal jogava, quando queria expor um argumento que considerava estar acima de qualquer vinculação ideológica:

Convidamos ao publico em geral, pró ou contra a orientação desta folha, que continua a ser imparcialissima, a ir verificar o estado de ruina em que se encontra a ponte da rua Halfeld. // Dir-nos-ão depois aquelles que ali forem, se fazemos politica reclamando o concerto, ou melhor, a reconstrucção da ponte. (*Pharol*, 04/02/1904)

3.3. O espaço urbano: limpeza, animais etc.

O jornal *Pharol*, como outros, pretendia representar em Juiz de Fora o papel assumido pela imprensa ocidental, colocando-se como guardião das necessidades do ambiente urbano. Entre as mais antigas reclamações que encontramos em suas páginas, estava o problema da sujeira na cidade, e suas relações com o que o jornal percebia serem as deficiências do poder público.

Tais deficiências eram agravadas pelos problemas decorrentes dos fenômenos naturais. A época do frio trazia a seca, que deixava a cidade bastante empoeirada. Durante os preparativos para a Exposição Industrial de 1886, a redação do *Pharol* chegou a propor que se irrigassem as ruas centrais da cidade. Estava

preocupada com a saúde, a qual entendia estar associada à moralidade urbana, tema corrente em certos meios intelectuais da época:

Assumptos municipaes [...] Nossas casas, nossos vestidos, nossos moveis ficam em misero estado, resultando dahi um certo habito do espírito para o pouco asseio e afinal um grande mal á moralidade publica e á delicadeza, pois ninguém mais contesta a grande *influencia do bem estar material sobre a moralidade dos povos modernos*, que o sr. Eduardo Mercier põe em relevo em sua brilhante obra, que tem por titulo a phrase, que sublinhamos. [...] Se, como de costume, não chover neste e no mez de agosto, o que será de nós ao entrar do tempo calmoso, em que são tão comuns as enfermidades do aparelho respiratório? [...] (*Pharol*, 01/07/1886)

Vinte anos depois, o problema seria outro, causado dessa vez pelo excesso de água: “*Chamamos a atenção do sr. dr. presidente da Camara para o estado de abandono em que tem sido deixada a rua Carlos Otto, uma das mais damnificadas pela enchente*” (*Jornal do Commercio*, 20/01/1906). Uma reclamação como esta oferece-nos, mais uma vez, oportunidade de perceber como a imprensa local era levada a sério pelas autoridades municipais, pois a resposta chegou a tempo de ser publicada no dia seguinte!

Rua Carlos Otto // Escreve-nos o sr. dr. agente executivo: // “Sr. Redactor. – Dissestes em uma local de hontem, no vosso conceituado jornal, que a rua Carlos Otto se acha em estado de abandono e por isso pedíeis a minha atenção. // Devo vos dizer que esse abandono não é absoluto, porquanto há três dias terminou a repartição de obras o concerto provisorio da ponte da dita rua. O serviço de limpeza publica ainda não està regularizado, porquanto o pessoal encarregado està cuidando em primeiro logar de remover a lama e as águas estagnadas em grande quantidade nas ruas mais centraes e de mais transito. (*Jornal do Commercio*, 21/01/1906)

Atenção à priorização explicitada aqui: as ruas mais centrais e de maior trânsito são atendidas primeiro, especialmente quando os recursos (financeiros ou humanos) são escassos.

A regularização de um serviço de limpeza para as ruas era algo que vinha se arrastando há anos. O *Pharol* havia noticiado a proposta de criação desse serviço de limpeza das ruas duas décadas antes (*Pharol*, 15/11/1883). Cinco anos depois, anunciou a formação de “*uma empresa de limpeza publica e particular nesta cidade*” (*Pharol*, 22/03/1888). Como podemos ver, as reclamações a respeito persistiram e foram além das barreiras políticas, sendo encontradas inclusive em jornais ligados ao governo municipal:

Limpeza publica // Escrevem-nos em data de hontem:// “Sr. Redactor. – Agora que a população urbana concorre com imposto especial para a limpeza da cidade è que esse serviço municipal está mais deficiente e descurado. // Em algumas ruas, principalmente na Direita, entre a de Floriano Peixoto e o largo do Riachuelo, o lixo retirado diariamente das habitações fica sem remoção pelas sargetas dezenas de horas, revolvido e espalhado ao sabor dos cães e garotos. // Tal exhibição além de repugnante é anti-hygienica e, portanto, contraria ás leis vigentes. // Convém, pois, que em beneficio do publico assim prejudicado

chameis a atenção de quem deve coibir semelhantes abusos.” (*Jornal do Commercio*, 06/02/1906)

Outra reclamação muito comum tratava da atuação dos *fiscaes*. A mudança de hábitos que as novas concepções urbanas impunham exigia o constante policiamento contra as chamadas “práticas insalubres” nos *quintaes* das casas, especialmente a criação de animais, como porcos, ou atividades econômicas que poluíam o ambiente, como fábricas de sabão. Ambas são alvo de uma reclamação publicada no início da década de 1880, na qual se faz referência a um “*requerimento grudado nas paredes da sala das sessões da câmara municipal*”, o qual fica lá inútil, pois “*que um Sr. fiscal tem olhos e não enxerga, tem ouvidos e não ouve, tem nariz e não cheira, tem pernas e não anda*” (*Pharol*, 04/11/1882). Mesmo quando elogiam a ação dos fiscais, os jornais costumam atribuir parte do sucesso à sua própria intervenção, como nesta nota:

Sabemos que o respectivo fiscal, attendendo a nossas observações, intimou a um dos moradores da rua do Imperador, para tratar da limpeza de que precisa a parte daquella rua, onde é costume depositar-se o lixo colhido na cidade. Ainda que tardio, é louvável o procedimento do Sr. fiscal. (*Pharol*, 10/04/1883)

Aos fiscais imputavam-se deficiências até mesmo quando o próprio jornal atribuía os problemas a outras causas. Num pequeno comentário do início do século XX o problema é a displicência de algumas pessoas com a limpeza urbana, talvez remanescente de práticas tradicionais do ambiente rural, talvez ligada a um tipo de humor rude – mas que, no novo ambiente urbano, literalmente derrubava aos habitantes mais “polidos”:

Hontem, á noitinha, na rua Quinza de Novembro, uma mocinha, escorregando, provavelmente numa casca de banana, levou tremenda quéda, de que resultou grande brecha na testa. // Os passeios andam atapetados de cascas de fructas atiradas propositalmente por individuos perversos. // O que mais admira é os srs. fiscaes não repararem nessas coisas, aliás vulgarissimas na cidade. (*Pharol*, 28/01/1904)

Apezar do cuidado que o digno Agente Executivo Municipal tem tido, mandando varrer , de vez em quando, as ruas da cidade, há muita gente que entende de fazer dellas o seu deposito de lixo. // Não haverá lei para coibir similhante abuso? (*Diamantina*, 29/11/1913)

Também em Diamantina a ação dos fiscais quanto à limpeza da cidade era muito comentada nas páginas impressas, variando entre a crítica negativa e o elogio. Algumas dessas notas destacavam a ineficácia dos esforços fiscalizadores:

Certamente o fiscal da Camara ainda não se deu ao trabalho de passar este anno pelo becco do Corte, que, pela accumulção do lixo e immundicies, tornou-se um perigoso foco de infecção, em peiores condições que o celebre Paciencia. (*A Idéa Nova*, 22/07/1906)

O jornal *Pão de Santo Antonio*, cuja sede se localizava fora da área central da cidade – nem sempre objeto da prioridade da municipalidade –, reclamava do “estado deplorável de algumas ruas estando estas cobertas de lixo e esterco”, e exigia uma “postura municipal diante da situação” (25/07/1911). O comportamento dos habitantes é apontado como fonte permanente de sujeira em ambas as cidades. mas no antigo Tijuco, o foco de maior preocupação dos *homens de imprensa* quanto à limpeza e à salubridade do espaço urbano era o mercado municipal. Este fora antigo rancho de tropeiros, cuja construção inicial data de 1835, adquirido pela Municipalidade em 1893, após uma longa campanha, da qual a imprensa participou ativamente:

Praça do Mercado // Para que a Câmara Municipal desta cidade adquira a sympathia do povo, é necessário que quanto antes trate da construção da praça do mercado, afim de que o povo se emancipe da tutela dos monopolisadores. // Desde muito que esta idea é lembrada e reclamada mas tem sempre encontrado immensas difficuldades na sua realisação. // Si o povo diamantinense não conseguir este favor, de inteira justiça, que agora volta a pedir, então perderá a confiança que tem depositado nos vereadores actuaes. // *A opinião publica*. (Sete de Setembro, 12/05/1887)

O mercado era ponto de convergência dos tropeiros, suas mercadorias, e suas mulas e cavalos. A grande presença de animais, e sua conflitante relação com o espaço urbano, tornou-se uma preocupação constante da imprensa local, principalmente da redação d’*A Idéa Nova*:

Queixas e reclamações // Os habitantes do largo do Barão do Guaicuhy pedem energicas providencias ao sr. delegado de policia contra o abuso dos tropeiros em tocar os animaes a todo o galope pelas ruas. // A qualquer momento teremos de lamentar grandes desastres, pois pelas ruas andão creanças que poderão ser esmagadas pelos animaes. (*A idéa Nova*, 24/06/1906)

As cartas publicadas com alguma regularidade, bem como os artigos e notícias, indicam a consolidação de uma linha de argumentação comum, centrada na sujeira causada pelos animais de tropa – os mesmos que carregavam os produtos que eram a razão de ser do mercado, e garantiam o abastecimento local. Isso não parecia suficiente, porém, para compensar o que era apresentado como grande risco à saúde pública:

Queixas e reclamações // Mercado

Escrevem-nos: // “Causa extranheza e desolação, mesmo ao observador menos exigente, o lamentavel estado da praça Barao de Guaicuhy, uma das mais habitadas e centraes desta cidade. // Alli se acham o mercado dos generos alimenticios e a mais repugnante estrumeira, paraizo das moscas, devido á permanencia dos animaes naquelle ponto durante longas horas do dia. // A camara poderia attender ao assumpto, prohibindo essa permanencia, inconveniente sob todos os pontos de vista. [...] As dejeções dos animaes, em continuo estado de fermentação, formam, com a agua das chuvas, poços de lama putrida, d’onde se

desprendem exalações nauseabundas, pondo em perigo a saúde e a vida de todos que tem a triste necessidade de frequentar tal esterqueira. [...]” (*A Idéa Nova*, 06/05/1906)

Um mês depois, o jornal voltou a tratar do tema, num longo artigo, citado no capítulo anterior, e que terminava pedindo, em nome dos direitos da população, “coisa mais adequada aos foros de uma cidade civilizada como a nossa” (A Idéa Nova, 03/06/1906). Mais uma vez, a premissa (ou o desejo) de ser Diamantina uma “cidade civilizada” é usada como a força maior para uma intervenção no espaço urbano, conforme os parâmetros estabelecidos pela imprensa local do que deveria ser uma cidade civilizada. Diamantina ainda pagava um alto preço por depender, para seu abastecimento, de um sistema de transporte pouco alterado desde o período colonial, bem como da permanência de várias tradições quanto ao trato com os animais.

Todavia, em Juiz de Fora, cidade que possuía uma rede de transporte e abastecimento muito mais diversificada, a relação entre animais, gêneros alimentícios e salubridade também aparecia nas páginas dos jornais como um problema a resolver. Ainda na década de 1880, a discussão sobre a prática de salgação de couros fora do matadouro local levou George Charles Dupin a propor a criação de um órgão municipal para cuidar da saúde pública e da higiene – consequência natural, segundo ele, do desenvolvimento urbano:

Assumptos municipaes [...] Já não seria tempo de se crear uma junta de hygiene que cuidasse deste e de outros assumptos? // A cidade vai tomando importância, e muitas cousas há que precisão ser fiscalisadas, mas não pelos fiscaes, a quem falta autoridade para praticar certos actos. // O desenvolvimento material de um centro de população precisa ser acompanhado da adopção de medidas hygienicas, sob pena de se tornar prejudicial aos seus habitantes. // E é justamente o que não se tem feito entre nós. (*Pharol*, 21/03/1885)

Embora o matadouro apresentasse já uma estruturação melhor na virada do século, os problemas ligados ao abate de animais para consumo persistiam. A notícia sobre meninos que brincavam com as reses “*destinadas ao consumo publico*”, transcrita abaixo, revela a violência de algumas práticas tidas como lúdicas, e também a inexistência de limites absolutos entre os espaços públicos e particulares. Limites que deveriam ser implementados, conforme os valores defendidos pela imprensa:

Matadouro Público // Trouxeram ao nosso conhecimento um facto que bem merece a attenção não só do sr. administrador daquelle estabelecimento publico, como das auctoridades policiaes. // O gado, que tem de ser abatido, alli permanece por longo tempo, sem o trato necessario de alimentação e repouso. // Alem disso, meninos, que se agglomeram nos arredores do matadouro, por falta de quem os observe, se divertem em fazer correrias, no curral, com as reses destinadas ao consumo publico, chegando a ponto de

massacrarem o gado, ferindo-o com machadinhas nas pernas, furando-lhes os olhos; actos esses praticados com o mais perverso instinto de selvageria, pois os fazem na rez ainda viva. // É de necessidade, portanto, que se ponha termo a taes actos, e para elles pedimos a attenção das auctoridades policiaes, já que a administração daquelle estabelecimento se lhes mostra indifferente. (*Pharol*, 04/04/1900)

Durante a grande enchente de 1906, o abastecimento de carne foi muito afetado. “*Dos 9 açougues existentes nesta cidade, apenas 3 puderam fornecer á população o apetente bife*”. O matadouro foi transferido duas vezes, a fim de escapar das “*águas desmedidamente elevadas do Parahybuna*”, regras foram flexibilizadas, mas nada adiantou. A enchente quase levou o gado já preparado para abate (*Jornal do Commercio*, 15/01/1906).

A cobertura do que ocorria no (e com o) matadouro era parte da pauta regular de notícias, a tal ponto que o administrador precisava, por vezes, usar os jornais para prestar contas ao público. Assim fez Epaminondas de Souza, administrador do matadouro público, que enviou carta para publicação, explicando os procedimentos tomados a respeito de um incidente com uma vaca, que havia sido relatado no dia anterior pelo jornal. Sua maior preocupação era garantir as perfeitas condições da carne para consumo (*Jornal do Commercio*, 22/01/1904).

Também em Diamantina encontramos preocupações dos redatores quanto à “*carne verde estragada*” (*A Idéa Nova*, 28/02/1909). O abastecimento de carnes verdes (recém-abatidas, não defumadas ou salgadas) em Diamantina parecia ter sido resolvido no início do século XX, quando foi celebrado um contrato entre a municipalidade e “os srs. *Cardoso, Mascarenhas & Comp.*”, pelo qual foram construídos dois açougues de tijolos, com portas largas “*e as aberturas sufficientes, para o bom arejamento a noite*”. Medidas foram tomadas para garantir a qualidade da carne, como o transporte em carroças fechadas. Além disso, “*todas as rezes a abater-se serão inspeccionadas por um pharmaceutico e o retalho nos açougues será feito a serra*” (*O Município*, 31/12/1901). Num longo artigo publicado em edição anterior, assinado por Cláudio Ribeiro de Almeida, o jornal da municipalidade havia publicado os termos do contrato, não sem antes afirmar a importância dos cuidados que se deviam tomar com aquele alimento:

Além da escolha da rez, é necessário que os açougues sejam rigorosamente asseados e servidos por empregados que não soffrão moléstias contagiosas, para evitar-se que a carne, fornecida por um animal são, se adultere posteriormente e se transforme em perigosa alimentação. (*O Município*, 18/09/1901)

Os jornais atentavam para questões de salubridade da carne, e algumas vezes até envolviam-se na discussão sobre o preço cobrado por sua venda. No início de 1900, o *Pharol* transformou o já citado aumento do preço do quilo de carne em oportunidade para criticar tanto os açougueiros, quanto a Câmara Municipal à qual fazia oposição:

Carne Verde // Recebemos a seguinte carta a proposito do augmento do preço da carne nos cortes desta cidade: // “Sr. redactor. A camara municipal – soberana autocrata que nos infelicit – elevou o imposto sobre a matança de gado de 3\$000 a 7\$000 por cabeça de gado abatido. Nada ha nisto de extranhavel, porque os senhores da situação, sobrecarregando-nos de impostos, estão no seu verdadeiro papel, que é – perseguir, massacrar e esfolar o povo, sem dó nem piedade, comtanto que arranjem dinheiro para gastar á larga, elles e seus apaniguados, mas o que revolta e indigna é o procedimento dos açougueiros, que, sendo tributados em mais 4\$000 por cada rez abatida, augmentam 200 réis em cada kilo, ou seja – 30\$000 em cada rez! // Edificante! // Tome-se por media o peso de 150 kilos por cada rez; tenham-se em vista os 200 réis augmentados em cada kilo pelos srs. açougueiros, não contando o augmento que, provavelmente, farão nos miudos da rez, e ver-se-á que o nosso calculo está aquém da realidade. // O povo que se curve submisso e agradecido ante o primeiro *beneficio*, que nos vem de nossos senhores em principio de anno.” (*Pharol*, 03/01/1900)

Em outra parte da mesma edição, o assunto reaparecia, sendo proposta uma solução:

O povo, si quizer comer carne, aguente com o preço de 900 réis o kilo. O imposto augmenta num kilo 20 ou 40 réis e assim os açougueiros carregam mais 200 réis. “Para quem appellar?” // Si o povo pudesse fazer greve deixando de comer bife tres ou quatro dias, talvez houvesse piedade da parte dos que têm na mão a faca e o boi. // Enquanto o sr. Silviano trata de estabelecer as feiras, o boi faz-se de fino. (*Pharol*, 03/01/1900)

Poucos dias depois, o jornal publicou, sem se comprometer, uma denúncia alheia, sugerindo que o aumento do preço da carne seria pretexto para a Câmara entregar o monopólio a um apaniguado, Hilário Rodrigues Teixeira (*Pharol*, 05/01/1900). A campanha avançou, chegando a questionar a própria qualidade da carne oferecida ao consumo na cidade: “*Carne podre // Hontem nos foi mostrado um pedaço de carne de vacca, completamente deteriorada, vendida pelo encarregado da distribuição do açougue do sr. José Custodio*” (*Pharol*, 16/01/1900). E dando força à concorrência, vista como solução para o problema:

Carne Verde // Abre-se hoje o açougue do sr. Antonio Pacheco de Lima, que venderá a carne verde a 700 réis o kilo, no intuito de favorecer a população desta cidade. // O sr. Pacheco merece o apoio do nosso publico por prestar assim um beneficio ao povo. // Hontem, á ultima hora, vimos um boletim de diversos açougueiros desta cidade propondo-se a vender a carne a 600 réis o kilo, preço este que nos parece provisorio. (*Pharol*, 01/02/1900)

A polêmica sobre o preço da carne estendeu-se por um bom tempo, incluindo considerações sobre a feira de abastecimento estabelecida pelo governo estadual em Benfica, distrito de Juiz de Fora – daí a menção acima a Silviano Brandão,

presidente do Estado. No texto abaixo, vale a pena destacar a importância atribuída ao trabalho desempenhado pela folha jornalística em prol da comunidade:

A Feira de Bemfica // sempre que, no empenho de cumprir comesinhos deveres da imprensa independente, nos atrevemos a apontar ao governo de Minas irregularidades graves e lamentáveis anomalias na execução de leis sob sua guarda, somos acusados de opposicionistas systematicos cujas censuras os homens da situação não costumam tomar a serio. // Não obstante a indiferença do governo pelo que lhe aponta de inconveniente a imprensa livre, não nos devemos calar deante de erros da administração, pois julgamos prestar serviços ao povo, que outra não tem sido a norma deste jornal.

Em sequência, críticas ao descumprimento dos termos do contrato firmado para o funcionamento da feira de gado de Bemfica, *“fazendo até que o povo a ella attribua o elevado preço da carne nesta cidade, pelo encarecimento do gado”* (*Pharol*, 18/11/1900). Um ano depois, outro jornal local anunciava a transferência da feira de Benfica, pelo concessionário, major Ludovino Martins Barbosa, a uma firma comercial, Ribeiro, Guimarães & Pinto; *“os interesses da industria pastoril mineira e os do estado muito terão a lucrar com a acção intelligente e efficaz da nova empresa”* (*Jornal do Commercio*, 31/01/1901).

A preocupação com o lugar dos animais no ambiente urbano incluía outros aspectos relacionados à questão. Em Diamantina, pólo regional de linhas de tropas, havia sempre um grande número de animais, como vimos nas reclamações quanto ao Mercado. Por isso também, eram comuns os anúncios de pastagens para abrigar animais em áreas do entorno da cidade (como a já citada chácara à venda), anúncios de compra ou venda, e mesmo de desaparecimento de animais. O uso de clichês e outros recursos gráficos revela a importância que os anunciantes (que pagavam por isso) davam a esses anúncios, como este exemplo, publicado no jornal *O Município*, em 25 de fevereiro de 1896.

Assim como o sr. Joaquim Lopes da Silva ainda tinha esperanças de reaver seu burro, também o sr. Alcides Gama, cujos animais foram roubados à noite, lembrando-nos que em torno de Juiz de Fora cavalos, burros e mulas ainda eram muito importantes, apesar do relativo desenvolvimento local.

Os gatunos, em a noite de antehontem para hontem, foram á fazenda do sr. major Ignacio Gama e roubaram do sr. Alcides Gama os tres melhores animaes de sella que possuia. // O sr. delegado de policia tomou conhecimento do facto, por ser hoje crime publico, e inquiriu testemunhas, parecendo haverem sido descobertos os auctores do furto, que são bastante conhecidos nesta cidade. (*Pharol*, 10/01/1900)

Outras notícias apontam também para a presença dos animais no espaço urbano juiz-forano, revelando a permanência de práticas tradicionais de sustento, como a criação de galinhas (vistas, junto com perus, sobre os tetos das casas alagadas, em texto anterior; ou numa reclamação contra a instalação de um galinheiro ao lado de “*kioske*”, *Pharol*, 27/05/1888), ou de suínos (15 deles encontrados doentes pelos fiscais, que atendiam a uma reclamação publicada pelo jornal; *Pharol*, 28/01/1904). Na pequena nota abaixo, a permanência dos cultivos domésticos e o antigo problema das formigas mostravam os limites da capacidade das instituições municipais em transformar o território num espaço urbano: “*Pede-se á camara municipal a extincção de formigueiros existentes na rua Antonio Dias, proximo á rua do Commercio; pois as formigas nesse bairro não deixam seus moradores com uma plantação que não seja cortada por ellas*” (*Pharol*, 09/01/1900). Objetivo que era negado, algumas vezes, pelas próprias instituições que deveriam persegui-lo:

Chamamos a atenção do sr. fiscal da camara municipal para uma tropa de burros que pastam diariamente nos terrenos que ficam proximos ao largo do Riachuelo, constando que pertencem elles á empresa da limpeza publica, o que não inibe seja prohibida alli sua pastagem. (*Pharol*, 30/01/1900)

A presença de animais soltos nas ruas da cidade era pretexto de chacotas políticas, motivadas pelas divergências locais, que se traduziam nas disputas entre o *Pharol* e o *Jornal do Commercio*. Um bom exemplo é a notícia da petição contra uma “*vaca brava*” e “*a serenata que a dita vacca faz pelas ruas, mugindo com uma intermittencia de tres minutos, o que assombra a população e faz arrepiar os cabellos dos transeuntes*”. A ironia chegava ao máximo quando o autor sugeria que “*si houvesse, Deus tal não permita, morrido algum candidato, e estivessemos em vespas de eleições, dir-se-ia que seu espirito andava errante pela cidade, a cabalar votos*” (*Pharol*, 10/07/1900). Tal linguagem ferina, porém, se mirava aos adversários, atingia ao próprio discurso de cidade “civilizada” e “polida” que os jornais esforçavam-se tanto por tornar crível e consensual:

Humorismos

Bonito!!! // Ainda ante-hontem, ás 11 horas da noite, estavam tres muares pastando na rua Direita, proximo á capella de Sion. // Ninguem ousa perturbar as suas pacificas digestões. //

Felizes burros! // Não temem os empregados municipaes, “qui arrivent tou-jours trop tard, ou n’arrivent jamais...”// “Jornal do Commercio, de Juiz de Fôra”.
 Não entendo de francez, nem de latim, // Disse o Chico das moças se coçando, – Mas entendo que vai se transformando // Esta “Princeza” em praça de capim!
 MAFA // Março de 1900 (*Pharol*, 03/04/1900)

Muarees que pastam, vacas a mugir de madrugada, sapos coaxando em coro enlouquecedor... Os animais representariam, junto com os mosquitos, a chuva, os rios transbordantes, o mundo bárbaro, rural, selvagem – tão vigorosamente associado à natureza pelo imaginário romântico oitocentista! A civilização aparece, como em outros momentos, como frágil biombo amparando a *urbe*. Em Diamantina, a questão havia se tornado tão problemática, que a edilidade tomou medidas drásticas, passando a confiscar os animais desgarrados:

LEI N. 45 DE 18 DE AGOSTO DE 1897 // O Povo do Município de Diamantina por seus representantes votou e eu promulgo a seguinte Lei:
 Art. 1º. São considerados bens do evento todos os bens moveis e semoventes encontrados nas ruas da cidade e povoações, nas estradas, campos e outros logares públicos que pelas circunstancias e tempo de abandono não se possa saber quem sejam os seus proprietários.
 Art. 2º. Feita a apprehensão de quaesquer cousas ou animaes considerados bens do evento, annunciar-se-há a sua venda, em hasta publica a quem mais offerecer, por editaes de 30 dias para os animaes vaccum e cavallar, publicados pela imprensa, e de 3 dias para os outros animaes. (*O Município*, 21/08/1897)

O animal mais freqüente nas reclamações e notícias, contudo, é bem próprio do ambiente urbano: o cão. Várias são as notícias sobre cães soltos, às vezes em verdadeiras matilhas, como os 24 que ocupavam a rua do Cemitério de Juiz de Fora (*Pharol*, 27/01/1904). A pequena nota abaixo é bem sugestiva, pela imagem do cão avançando contra operárias a caminho do trabalho moderno – e pelo registro, não intencional, da exploração do trabalho feminino e infantil nos primórdios da industrialização na “Manchester Mineira”:

No portão da casa n. 93 da rua de Santa Rita está sempre de guarda um cão, que pela manhã se diverte em avançar e morder as operarias e creanças que por ahi passam para as fabricas. // Por mais de uma vez as moças operarias vêm rasgados seus vestidos pelo valente *totó*. (*Jornal do Commercio*, 25/01/1906)

Por conta dessas notícias, não é de se estranhar que algumas vezes pessoas houvessem tomado suas próprias providências em relação aos cães. Desde a década de 1880 havia problemas envolvendo as chamadas “*bolas*”, nacos de carne envenenada que eram dados aos cães. Em 1883, Felismino Corrêa de Mendonça reclamou ao delegado de polícia e ao presidente da Câmara, por ter perdido dois cachorros, vitimados por escravos a distribuir o veneno (*Pharol*, 28/04/1883). Notícia semelhante surge poucos anos depois, no dia de Natal (*Pharol*, 25/12/1885).

Em Diamantina, os cachorros estavam soltos: o *Pão de Santo Antonio* publicou repreensão a respeito de cães bravios existentes no bairro do Rio Grande, estando esses animais incomodando o sono dos moradores e também causando horror às pessoas que transitavam por aquele bairro – onde ficava o asilo de idosos mantido pela instituição que publicava o jornal (25/07/1911). A situação chegou a tal ponto que a própria Edilidade implementou o envenenamento como forma de eliminar os cães das ruas da cidade. A notícia foi a deixa para o redator perorar contra o “*aspecto afazendado*” dali, resultado não apenas dos cães, mas também de muares e bovinos. Como que ecoando a vaca a mugir em Juiz de Fora, bois pastavam e descansavam no centro da cidade, chegando mesmo as vacas bravias a ameaçar a vida das pessoas. Estrume, sujeira, ruas estreitas, animais enormes e perigosos – o espaço urbano civilizado não poderia conviver com esse tipo de situação. O ranço do passado deveria ser eliminado, quer pelos inconvenientes que trazia aos habitantes urbanos, quer pelo testemunho que dava da incompletude do processo de urbanização e modernização diamantinense. Eis, num único texto, todos esses problemas condensados:

Matança de Cães

Pela cidade, foi há dias, distribuido o seguinte: “Aviso>. Do dia 1º. de dezembro deste anno em diante, serão mortos pela strychnina todos os cães encontrados nas ruas desta cidade. Publico este aviso de conformidade com a Lei e para sciencia do povo. Diamantina, 21 de novembro de 1913. O Fiscal da Camara Municipal, Americo França.” // Foi muito bem lembrado, não resta a menor duvida; entretanto, não são só os cães que precisam desaparecer do centro da cidade; os animaes em grupos, tomando todo o caminho aos transeuntes, nas ruas estreitas, é uma medida que deve merecer a atenção dos srs. fiscaes da Camara, no momento actual.

A grande quantidade de gado bovino que anda pela cidade e que se estaciona dia e noite á porta de seus donos, emprestando á cidade um aspecto afazendado, onde se cria gado de toda a especie, deve desaparecer, custe o que custar. // Há tempos, em 31 de outubro de 1908, se não nos falha a memoria, indo a senhora do snr. João N. Ribeiro Ursini e mãe do nosso companheiro J. Ursini Junior, pela manhã a uma missa na Mercês, foi horivelmente atacada por uma vacca bravia, na porta da União Operaria, que a prostou por terra fazendo fracturar-lhe o craneo e outros machucões, que quase lhe produziram a morte. Esse facto foi bastante commentado, e entretanto, nenhuma providencia foi tomada.

Matem os cães, prohibam animaes agrupados pelas ruas, façam recolher as vaccas aos respectivos retiros, para se evitarem factos dos que acima alludimos, para socego de todos e limpeza das ruas que não podem ficar com tanto estrume de gado. // O snr. Agente executivo, tão solícito em attender qualquer reclamação, providenciará, estamos certos, sobre o que vimos solicitar, em virtude de ser justissima esta nossa reclamação. (*Diamantina*, 29/11/1913)

E isto quase quinze anos depois da lei que confiscava os animais soltos nas ruas...

Todas essas deficiências impediam que o espaço urbano fosse belo – isto é, civilizado, ordenado conforme os preceitos estético-sanitários que marcavam a

intelectualidade da *Belle Epoque*. Mesmo correndo o risco da repetição, acompanhemos a análise feita num artigo publicado em 1888. Motivado pela denúncia do estado precário da higiene na região central de Juiz de Fora, o autor apresentava uma série de ações necessárias para o embelezamento da cidade – um verdadeiro guia dos caminhos que uma *urbe* civilizada deveria seguir.

Assumptos municipaes // Higiene

O assumpto – *higiene* – de que vamos tratar é dos mais necessários em uma população que vive numa cidade como esta, sem limpeza publica, e á vista da carta a nós dirigida, particular também. [...] Vivemos em uma cidade populosissima e para melhorar-lhe as condições de salubridade seria mister: aterrar os paúes; abrir grandes largos, que fossem depósitos de ar puro; arborisar bastante o interior da cidade para que a vegetação purificasse a atmospha; desviar do centro do povoado os estabelecimentos insalubres; remover para longe tudo quanto possa produzir emanações que viciem o ar; desenvolver as luzes, estimulando a educação e o ensino pela criação de boas escolas. [...] Aos pantanos no centro da cidade (!) continuam a inficionar-nos: os grandes largos resumem se no *jardim publico*, e nos lameiros da estação e de Riachuelo; a arborisação diminuiu com a barbaridade da demolição dos jardins da rua Direita; os estabelecimentos insalubres estão bem representados pelos chiqueiros, talvez ás dúzias em cada; a remoção do que possa produzir emanações fica adeada porque são de grande necessidade as cocheiras; o desenvolvimento da intelligencia pelo ensino... uma cidade destas tem apenas uma escola publica, e essa mesma, se depois de tantos annos a ameaçar ruína, está sendo consertada devemos-lo ao nosso digno presidente dr. Luiz H. Barbosa! (*Pharol*, 31/01/1888)

Juiz de Fora recebeu diversos melhoramentos, entre o tempo da publicação deste artigo e o final do período aqui abordado. Mas continuou a compartilhar com Diamantina alguns problemas, marcas de um desenvolvimento urbano incompleto. Nas páginas da imprensa das duas cidades, diversas reclamações, denúncias e acusações quanto ao estado de salubridade e limpeza do espaço urbano. Em ambas, os *homens de imprensa* atribuem tal situação ao comportamento inadequado dos habitantes, mas principalmente à má atuação dos órgãos públicos. Ao mesmo tempo, partilham os auto-elogios à capacidade fiscalizadora da imprensa.

Em ambas as cidades há uma politização dos temas ligados à limpeza urbana, usados como arma contra os adversários. Mas há uma sutil diferença. Em Diamantina, as disputas ficam restritas ao nível pessoal-partidário, sendo a discussão conduzida através dos jornais vinculados a cada grupo, os quais dialogam pelas páginas impressas – cada um na sua. Já em Juiz de Fora, talvez pelo maior desenvolvimento empresarial da imprensa, as autoridades municipais sentem-se na obrigação de responder às críticas no espaço mesmo em que elas ocorrem – ou seja, no e através do jornal que as faz, e no menor tempo possível após sua publicação. Isto não significa que as disputas – e a ação da imprensa – em Juiz de Fora não fossem politizadas, mas talvez aponte para a necessidade do Município

lidar com uma imprensa mais bem estruturada, e que atingia setores diferenciados da sociedade local.

Outras diferenças emergem das próprias reclamações, que revelam a diferença de infra-estrutura das cidades, como na questão das carnes – Juiz de Fora regulamentando um serviço, o matadouro, que Diamantina ainda busca implementar; ou em relação aos animais – problema que parece ter sido mais impactante em Diamantina, até pela sua dependência da tração animal para o transporte, comércio e abastecimento locais. Se em ambas as cidades parecia haver um objetivo comum a atingir, certamente os caminhos sobre os quais caminhar eram bem diferentes.

3.4. As estradas do (e para o) progresso

Os rumos que as cidades deveriam trilhar rumo à civilização são mesmo muito importantes, para além do sentido metafórico. Tanto as vias de trânsito dentro de uma cidade, quanto as que a ligam ao seu entorno e ao país. Quando fizeram uma reclamação pedindo a restauração da estrada de *macadam* entre Juiz de Fora e Rio Novo – com óbvias consequências para o comércio agrícola na região – lavradores e comerciantes receberam o firme apoio da redação do *Pharol* (*Pharol*, 20/02/1900). As estradas vicinais mereciam atenção e cuidado da imprensa, a qual exigia o mesmo tratamento por parte da administração municipal. Em Diamantina, parece-me ainda haver um elemento próprio, recorrente, pois à menção das estradas quase sempre segue uma alusão à sua importância para o comércio regional. Assim se justificava a regularidade com que pontes e estradas apareciam nas considerações sobre os melhoramentos urbanos e dos arredores da cidade, sempre vinculados à melhoria das condições de vida.

Pelo que representavam como vias de comunicação e de comércio, as estradas eram lembradas com frequência, quer em reclamações sobre seu estado, quer em notícias sobre obras, ou mesmo aparecendo em artigos sobre outros temas. Em Juiz de Fora, nem mesmo a antiga e importante estrada União e Indústria, construída por Mariano Procópio e inaugurada pela própria Família Imperial em 1861, escapava à deterioração atentamente acompanhada pela imprensa. Em 08 de agosto de 1900, o *Pharol* apontava as dificuldades de se transitar nos trechos entre as estações de Coronel Pacheco e Ferreira Lage.

Em Diamantina, a estrada ligando a cidade ao Mendanha, distrito próximo, entreposto comercial dos mais usados desde as origens do lugar, era motivo de preocupação recorrente.

Estrada do Mendanha // Escrevem-nos: “[...] Não sendo pequena a receita do municipio, e não havendo na cidade dispendio algum com a remoção do lixo e com o recalçamento das ruas, em que se emprega a verba destinada a obras publicas? // Já se gastaram inutilmente alguns contos de réis na construção de um parque, que é uma obra de Santa Engracia.⁷⁹ E de que nos serve esse embellesamento em futuro remoto, se as ruas continuam esburacadas e immundas e se a iluminação, mesmo escassa e irregular, só se encontra em pontos privilegiados? E demais, é ridiculo collocarem-se quadros lindos e custosos em uma sala immunda. // Seria mais conveniente que se tratasse primeiramente de concertar nossas estradas, do que resultaria beneficio directo ao povo, com a entrada de tropas trazendo ao nosso mercado os generos de primeira necessidade. [...]” (A *Idéa Nova*, 27/05/1906)

De novo vemos a contraposição entre o belo e o útil, entre parques e estradas; José Moreira de Souza aponta para “*a presença de, pelo menos, duas concepções diferentes de serviços urbanos básicos, a cidade ser atraente ou habitável*” (SOUZA, J., 1993, p. 196). O texto é direto: a cidade estava suja, as ruas esburacadas, a iluminação mal feita e gerenciada conforme interesses outros que não a necessidade pública. Os serviços urbanos não pareciam ser feitos. Entrementes, o estado da principal via de abastecimento da cidade, pela tradicional rota dos tropeiros, colocava em risco o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade. Apesar de todo seu empenho editorial, a redação teve que esperar vários anos até poder noticiar o conserto da estrada: “*A nova estrada encurta o percuso desta cidade ao bello arraial do Mendanha, poupando ao viajante o incommodo de apear na serra, completamente estragada em certos pontos e impossivel de ser transitada a cavallo*” (A *Idéa Nova*, 22/05/1910).

As ligações entre Diamantina e arredores, e entre estradas, comércio e desenvolvimento, apareceram com muita clareza e urgência na longa campanha que se fez pela construção de um ramal ferroviário que conectasse a região à malha ferroviária estadual e nacional. Embora existisse desde o tempo do Império, ao final da primeira década republicana a campanha tomou nova feição. Um esforço orquestrado, no qual a imprensa teve papel de destaque, tanto noticiando os avanços e vitórias quanto articulando e incentivando ações em prol do assentamento dos trilhos de ferro. Neste contexto entende-se a publicação da carta enviada ao

⁷⁹ “É tudo aquilo que demora, avança lentamente, parece interminável. Popularmente, a obra de igreja. A origem da expressão vem da construção do templo de Santa Engrácia, perto do Campo de Santa Clara, em Lisboa. Suas obras, iniciadas em 1682, só foram concluídas, pasme, em 1966!” (COTRIM, 2006, p. 2) Portanto, ainda inacabadas quando da publicação do artigo acima.

Presidente da República, pedindo o “*proseguimento dos trabalhos de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil*” em direção a Curvelo:

Mensagem // [...] As vantagens que advirão para toda a rica, vasta e populosa região norte-mineira, com a chegada da Estrada de Ferro Central a Curvello, são patentes. // Uma população civilisada e laboriosa, constante de mais de um milhão de almas, e que habitam os municípios de Curvello, Diamantina, Serro, Guanhões, Peçanha, Minas Novas, S. João Baptista, Bocayuva, Montes Claros, Grão-Mogol, S. Francisco, Januária, Arassuahy, Salinas, Tremedal, Rio Pardo, Theophilo Ottoni e muitos outros, terão suas comunicações, seu movimento commercial, sua actividade industrial e progressiva sensivelmente melhorados com a facilidade de comunicações do Curvello aos pontos servidos pela Estrada de Ferro Central. [Carta assinada na Cidade de Minas, capital, a 20/02/1898 por uma longa lista de *filhos do Norte de Minas*, entre eles Pedro da Matta Machado, Carlos H. Benedicto Ottoni, Francisco Sá, Antenor Horta, Pedro Brant, Gustavo Affonso Farnese]

Com a inauguração da estação ferroviária de Curvelo, em 1905, e pouco tempo depois em Curralinho (atual Corinto), uma nova rota de trânsito foi aberta para Diamantina. A secular rota via Mendanha, que seguia em direção ao Serro e daí ao centro do estado seria gradativamente substituída por um novo trajeto. Em 1907, o jornal *O Norte* noticiava a criação de uma empresa de transportes de cargas e passageiros – e os problemas por ela enfrentados:

Nós que sabemos avaliar os grandes benefícios que á industria da mineração e ao commercio de extensa zona do norte do estado advirão de um regular e bem feito serviço de transporte daqui para o Curralinho, sem medo de constestação, affirmamos que melhor emprego não pode ter o dinheiro do Estado [...] (*O Norte*, 14/03/1907)

Noticiando este melhoramento notável que o Norte alcançou pela iniciativa particular, devemos lembrar ao governo do Estado a conveniencia de dispensar á empreza dos srs. Almeida & Comp., alguma protecção e favores que assegurem a permanência de um serviço que é tão necessário. Esses favores não seriam difficeis de realizar e podiam consistir em reparos de que carece a estrada e obtenção de chegar a Curralinho diariamente o trem de passageiros. (*O Norte*, 17/07/1907)

A solução definitiva seria a ligação ferroviária até a cidade, projeto que remontava aos últimos anos do Império, quando houve uma negociação para a concessão a uma firma europeia da construção de um ramal ferroviário. Este partiria originalmente de Vitória, no Espírito Santo, chegando a Diamantina e criando um corredor de escoamento da produção do norte mineiro para o litoral. A mudança de governo, pela proclamação da República, pôs fim às negociações.

A resposta viria de outra direção. Por intervenção do governo do Estado de Minas Gerais, Diamantina passou a compor o vasto território a ser ligado à rede ferroviária da Central do Brasil. Em 1908, foi publicado um telegrama do senador Pedro Matta, diamantinense, em que ele noticiava que o “*presidente do Estado ordenou construcção estrada de ferro economica de Curralinho a Diamantina, bitola*

60 centímetros.” A mesma edição relatou a festiva passeata realizada, com banda do 3º Batalhão e vivas ao Presidente do Estado, Julio Bueno Brandão, e ao dr. Juscelino Barbosa (*A Idéia Nova*, 06/12/1908). Este era natural da região, ocupava a pasta de Finanças e era o autor da proposta aprovada, recebendo grande reconhecimento por sua atuação no processo.

Sr. Redactor // Parabens a Diamantina. // A justa aspiração do povo diamantinense será agora convertida em realidade. A Diamantina vai ser dotada com uma estrada de ferro, graças aos esforços do illustre nortista que dirige a pasta das Finanças. O dr. Juscelino Barbosa assignalará a sua passagem pelo governo, dotando a Athenas do Norte, com esse melhoramento, cuja necessidade palpitante elle ha muito reconhece. [de Belo Horizonte, um “Patricio e amigo”] (*A Idéia Nova*, 06/12/1908)

A “*Atenas do Norte*” poderia agora se ligar ao restante do Estado e do país. Tal expectativa gerou nas elites locais a esperança, expressa pelos *homens de imprensa*, de que a ferrovia viesse a ser o meio pelo qual o progresso e o desenvolvimento chegariam em definitivo à região, resgatando-a da decadência a que parecia condenada:

Ramal Curralinho-Diamantina // Felizmente dentro em pouco será uma esplendida realidade a antiga aspiração que sempre nutriu a Diamantina de ver-se ligada aos centros cultos do Brasil, por uma viação rapida e commoda. [...] Em dous annos no maximo, a locomotiva fará ouvir nestes serros alcantilados o silvo promissor do progresso. // Então a Diamantina, que infelizmente ia definhando numa cruel agonia, despertará forte, viril e rediviva. // O sr. Julio Bueno Brandão e o Dr. Juscelino Barbosa serão credores eternos do reconhecimento e da gratidão de todo o povo do Norte de Minas, que sempre verá nos dous illustres mineiros os grandes propugnadores de um melhoramento tão importante, que sem elle esta zona se transformaria em breve num cemiterio de ruinas. [...] (*A Idéia Nova*, 13/12/1908)

Tal entusiasmo pelo “*silvo promissor do progresso*”, acordando o “*cemiterio de ruínas*” explica a regular publicação de notícias sobre o encaminhamento do processo, das repercussões da aprovação da proposta ao acompanhamento das etapas da construção. Como nesta nota: “A 27 de Julho foram entregues ao trafego da estrada de ferro Victoria a Diamantina mais 26 kilometros de linha construida, sendo inaugurada a estação Accioly. // Já estão em trafego 117 kilometros, devendo inaugurar-se neste mez o trecho de Baunilha” (*A Idéia Nova*, 05/08/1906). Muitas outras assim foram publicadas por vários jornais, criando um clima que alçava o fato à condição de fiel garantidor da irreversibilidade do progresso citadino.

É com esse espírito que, a partir de janeiro de 1909, o *A Idéia Nova* travou intenso combate editorial com jornais de Curvelo, acusados pela folha diamantinense de liderarem um levante contra o início das obras do ramal Curralinho – Diamantina. Este ramal era tratado pela imprensa local num tom quase

escatológico: “*tal melhoramento (que é a nossa **única** salvação)*” (*A Idéa Nova*, 04/04/1909) – o grifo é do próprio texto. Daí entende-se a urgência e a decepção atribuída à comunidade, que esperava do Governo do Estado fosse feita a construção do ramal férreo ligando a cidade até a Central (*Pão de Santo Antonio*, 03/04/1909).

Dadas as possibilidades de desenvolvimento que a ferrovia parecia trazer, o seu traçado passou a ser tratado como a diferença entre o progresso e o esquecimento, sendo alvo de intensas disputas. Além do levante curvelano contra o ramal – que iria libertar toda a região em torno de Diamantina da vinculação à cidade, tão bem vista em 1898 – houve esforços por parte de comunidades para serem incluídas no projeto. Em carta ao “*Ilm. e Exm Sr. Doutor Juscelino Barbosa, D. D. Secretario das Finanças do Estado de Minas Geraes*”, o Padre José Maria dos Reis, Vereador Municipal do Peçanha, escreveu sobre a ligação de S. Maria do São Felix ao Ramal Diamantina, pela estrada do *Gavião*. A linguagem empolada, resquício das práticas literárias de antanho, embala o pedido de auxílio à sua região:

“[...] O auspicioso empreendimento, a obra momentosa, para cuja realização tanto vos esforços, virá, incontestavelmente, rasgar novos horizontes, aclarados pela luz pura do bem, marcando para a nobre Diamantina e para o vasto norte mineiro uma phase nova de vida, formando um centro seguro de actividades praticas e de movimento resurgidor das riquezas naturaes que se espalham por essa vasta região, maximé nesta zona privilegiada das opulentas matas do Suassuhy.” (*A Idéa Nova*, 30/05/1909)

O padre vereador foi atendido, e o governo mandou estender a estrada do *Gavião* (*A Idéa Nova*, 06/06/1909). A assinatura, pelo Governo Federal, do decreto que modificava o traçado da *Victoria-Diamantina* para incluir a estação de Curralinho (Corinto) na *Estrada de Ferro Central do Brazil-Diamantina* foi motivo de grande comemoração (*A Idéa Nova*, 18/07/1909), como também oportunidade para debochado acerto de contas com desafetos, para ironizar as promessas vazias que teriam sido feitas quando a ferrovia estava distante. E ainda utilizando-se do telefone para isso – implantado pela administração anterior, sinal visível da civilização que a ferrovia viria consolidar:

E. F. Diamantina // Conversa ouvida no telefone:

- Triin... triin... triiiiiiiiiinn...
- Allô!
- Allô!
- Quem fala ahi em Dattas?
- Sou eu A. C.
- Já soube do contracto da estrada?
- Já. Este arraial está em festas.
- E aqui tambem ha um festão!

- Ouve lá. O Manoelzinho ainda oferece o tunnel?
- Qual! Já desistiu. Também o L. A. já não dá mais os dormentes...
- Pudera!
- Bem. Até logo!
- Até logo!

Abelhudo. (*A Idéia Nova*, 18/07/1909)

Durante todo o ano seguiram-se as notícias sobre a estrada de ferro: telegramas de felicitações pela aprovação do ramal (*A Idéia Nova*, 01/08/1909); propostas de modificações no trajeto – como as que evitariam túneis e cortes na Estrada de Ferro, além de criar uma estação na junção das estradas entre Melancias, Cafundós, Riacho, S. Barbara, Curimatahy, projeto do “sr. dr. J. Pettersen” (*A Idéia Nova*, 01/05/1910); propostas de expansão da linha férrea por todo o norte de Minas, ligando-a a Vitória e à Bahia para gerar desenvolvimento e uma nova linha de escoamento (*A Idéia Nova*, 22/05/1910); notícias sobre outras vias férreas ou de rodagem, além das várias notícias sobre o andamento da construção, como a inauguração da Estação Figueira da Estrada de Ferro Victoria-Diamantina (*A Idéia Nova*, 21/08/1910). Em meio a essas festejadas notícias, uma nota dissonante: as denúncias sobre a exploração dos trabalhadores empregados na construção do ramal pelos empreiteiros (*A Idéia Nova*, 03/04/1910), causada, aparentemente, pelo pouco pessoal trabalhando, o que ainda tinha o inconveniente de atrasar os trabalhos (*A Idéia Nova*, 31/07/1910).

Isto não impediu o jornal de noticiar com alegria as vantagens que o ramal trazia à cidade, como a nomeação do “*illustre conterraneo e amigo T.^o C.^{ol} José Augusto de Menezes, para o cargo de agente da Estação da E. de Ferro nesta cidade*” (Diamantina, 29/11/1913), nem os eventos que aproximavam-no cada vez mais da ligação com Diamantina:

Ramal Curralinho-Diamantina // Na semana passada inaugurou-se solenemente, com a presença do ministro da Viação, dr. Francisco Sá, e de varias pessoas gradas, a primeira estação da estrada de ferro de Diamantina, na *Roça do Brejo*. // A Camara Municipal de Diamantina foi representada pelos sr. senador Pedro Matta e Theodulo Leão, representando este ultimo também “*A Idéia Nova*”. // Inaugurou-se tambem a estação de Pirapora na Central do Brasil e no kilometro 864, foi batida a primeira estaca do ramal de Montes Claros. // No dia da inauguração realizou-se uma importante passeata pelas principaes ruas desta cidade, promovida pela *Commissão Popular*. [...] (*A Idéia Nova*, 05/06/1910)

Entretanto, a cidade teve que esperar ainda alguns anos antes de poder ver a locomotiva “*entrar triumphalmente no largo de D. João, mensageira de uma epocha que deve necessariamente ser a da nossa renascença*”:

Vai-se agora, porem realizar o sonho. // Dentro de um mez, pouco mais ou menos, o silvo agudo da locomotiva despertará os echos da serra; a cidade recebel-a-a em galas, em meio da mais justa expansão de jubilo, e o estourar dos foguetes e o espoucar do champangne marcará o momento solemne da grande conquista do povo, da reveindicação [sic] de um nosso indubitavel direito. // E a Diamantina nesse dia homenageará ao Dr. Sá, não mais, talvez, com uma taça de oiro... mas numa das praças desta cidade, n'um arroubo de gratidão e romantismo, erguerá um busto de bronze que perpetuará o merito da sua grande obra, o seu amor pela terra natal. [...] (*Diamantina*, 29/11/1913)

Querendo realizar o “*sonho, do qual a Diamantina nunca mais acordava*”, as notícias assumiram um caráter quase de contagem regressiva, na expectativa da chegada da locomotiva, a qual já se podia ouvir da cidade.

Ramal de Diamantina // Acham-se bastante adiantadas as obras da estação da nossa via-ferrea, que fica situada no largo de D. João, sendo de esperar-se que muito breve estejam concluidas. // A ponta dos trilhos acaba de chegar bem perto do Arranca-Rabo, logarejo que dista apenas 4 kilometros desta cidade. // Consta-nos que a Estação do Guinda será inaugurada brevemente. // Do largo de D. João e outros pontos da cidade, já se ouve distintamente o silvo da locomotiva. (*Diamantina*, 29/11/1913)

A inauguração da Estação do Guinda em 15 de dezembro de 1913 foi celebrada com festas e vários discursos, como o de Leopoldo Miranda e de uma aluna da localidade (*Diamantina*, 20/12/1913). A iminente chegada da locomotiva levou a imprensa local a sonhar novamente, convidando a população a transformar o evento num motivo para melhorar a cidade:

Embelezamento da cidade [...] Para recebermos a estrada de ferro, que sempre foi o sonho doirado da nossa vida de cidade, é mister que preparemos as ruas, capinadas e limpas, principalmente as ruas centraes (como Bomfim, que é uma praça que facilmente se embeleza com algumas fileiras de magnolias, ou quaesquer outros arbustos) e que asseiemos o exterior das nossas casas para dar á cidade o aspecto que alegra e encanta ao viájante, que aqui aporta sem suppor que pisa uma cidade civilisada [...] Ahi na Praça do “Sonho” a illuminação deve ser perfeita, com a distribuição de diversos fócios, que projectem luz aos quatro cantos da praça. // É necessário, emfim, por mãos á obra, pois já é tempo de cuidar nos preparativos para a recepção dos nossos illustres hospedes. (*Diamantina*, 06/12/1913)

A realização do “*sonho doirado da nossa vida de cidade*”, o grande dia da chegada da “*Avenida Esperança*”, mereceu tratamento especial. O jornal *A Estrella Polar* publicou o fascículo de 03 de maio de 1914 com a primeira página toda tomada, encabeçada por “*Deus te proteja, Diamantina*” e o subtítulo “*Homenagem aos bemfeitores, a quem Diamantina deve hoje a Estrada de Ferro, aos illustres hospedes que nos visitam, aos diamantinenses todos*”. Entremeado com o texto, há clichês de fotos do “*Dr. Francisco Sá, ex Ministro da Viação e actual Senador Federal*”, do “*Exmo. Sr. Coronel Julio Bueno Brandão DD. Presidente do Estado de Minas*”, do “*Dr. Juscelino Barbosa ex Secretario das Finanças do Estado de Minas e*

actual Presidente do Banco Hypothecario e Agricola de Minas Geraes e do “*Dr. Nilo Peçanha ex Presidente da Republica e actual Senador Federal*” (*A Estrella Polar*, 03/05/1914). O já comentado texto preparado de antemão resgatava a história e as características da localidade, de suas origens até aquele momento.⁸⁰

Na mesma edição pode ser encontrada a lista de uma “*Subscrição para a aquisição do busto de bronze do benemerito Dr. Francisco Sá*”; entre as contribuições encontram-se as da “*Redac. Estrella Polar 20\$000*”; “*Motta & Cia. 50\$000*”, depositários da arrecadação; “*Redacção da ‘Diamantina’ 50\$000*”; “*Exm. Sr. Arcebispo 50\$000*” (*A Estrella Polar*, 03/05/1914).⁸¹ Foi publicado também um quadro com o “*Horario a vigorar entre as Estações de Curralinho a Diamantina, da Estrada de Ferro Curralinho a Diamantina*”. A saída de Corinto ocorria às 7h, com chegada em Diamantina às 13h55min, parando nas estações em Roca do Brejo, Santo Hyppolito, Rodeador, Riacho das Varas, Baraúnas, Guinda. A saída de Diamantina também ocorria às 7h, mas a chegada em Corinto demorava pouco mais, sendo às 14h. O quadro era assinado por “*Joaquim Leite Junior // Superintendente*” (*A Estrella Polar*, 03/05/1914).

A chegada da ferrovia em Diamantina representava a possibilidade de resgatar as glórias do passado (míticas ou não), de colocar Diamantina em ligação rápida e constante com centros comerciais, de contornar problemas como a antiga dependência dos tropeiros para abastecer a cidade... É preciso entender que, em muitos aspectos, Diamantina e região permaneciam como um enclave, separadas geograficamente pelas serras, pelos caminhos difíceis.⁸² Embora a cidade tenha construído uma orgulhosa tradição assentada sobre a cultura e a capacidade de acompanhar os modos civilizados dos grandes centros, a situação econômica e as mudanças tecnológicas deixavam claro que os antigos métodos não serviriam para o futuro que se desenhava. Com a ferrovia, Diamantina não corria mais o risco de perder o trem da história...

Para as elites diamantinenses a chegada da estrada de ferro, tardia porém desejada, era a esperança de novos tempos. Em Juiz de Fora, apesar de ligada há décadas à malha ferroviária, esta também era vista como força geradora de

⁸⁰ Ver trechos do texto às páginas 72 do 1º. capítulo, e 16 deste.

⁸¹ O busto foi efetivamente erguido, e esteve em uma praça central da cidade até recentemente, quando foi deslocado pela Prefeitura Municipal dentro do Programa Monumenta de revitalização das áreas centrais da cidade. Encontra-se em local desconhecido.

⁸² Para o impacto que essa condição tem sobre a economia regional, e as mudanças ocorridas após a chegada da ferrovia, ver Marcos Lobato Martins (2004).

oportunidades para a cidade. As novas instalações da Estrada de Ferro Central, que poderiam ocupar o prédio da Alfândega, exigiriam diversas obras de remodelamento urbano: abertura de ruas, uma praça, demolição de prédios (*Diario Mercantil*, 26/05/1912). Mas atenção também era dada às estradas de rodagem:

Ao sr. agente executivo levamos a seguinte queixa do publico: os concertos feitos na estrada de rodagem, em caminho de Bemfica, só foram concluidos até à chacara do sr. dr. Paletta; dahi em deante, só se restringiram a tirar dos *caldeirões* a lama, ficando esses enormes buracos que, quando chove, se tornam verdadeiros sumidouros! // É justo que se concluam esses trabalhos. (*Pharol*, 04/03/1900)

A chegada dos automóveis à cidade foi noticiada com grande orgulho, pois as máquinas eram vistas como símbolos da modernidade. Ao mesmo tempo, porém, fizeram surgir novos problemas, como o calçamento das ruas, ou os incidentes relativos à velocidade dos novos veículos:

Auto-Viação [...] O publico de Juiz de Fôra já goza o prazer de dar uma volta nesses vehiculos elegantes e rapidos, chamados automoveis. Todas as boas coisas do mundo, porém, têm a sua confirmação seguida do encabulante *mas* e assim tambem as delicias do automovel trazem os seus inconvenientes. // O que se faz precizo é uma admoestação aos “chauffeurs” pela autoridade competente, para que elles não façam voar os seus automoveis, do contrario teremos de registrar accidentes lamentaveis. Os carros de praça, segundo postura especial da Camara, não pôdem rodar em disparada, sem a devida punição. [...] Outro inconveniente, mas a remoção desse depende da Camara Municipal, é o pó que o automovel levanta, deixando uma nuvem alta de poeira, que leva tempo a apagar-se. [...] É necessario que a nossa zelosa edilidade attenda a esta necessidade – a irrigação das principaes ruas por onde mais correm os vehiculos. // Já se fazem geraes as queixas contra o pó. (*Diario Mercantil*, 16/05/1912)

Apesar disso, os redatores do jornal não deixaram de registrar a forte impressão deixada pelas novas máquinas. Clovis Jaguaribe, gerente da Empresa Auto-Viação, de serviço de automóveis, ofereceu ao jornal um passeio até a Barreira: “fizemos o percurso todo em 12 minutos apenas, o que vem attestar de sobejo a excellencia dos automoveis da Empresa Auto-Viação e a pericia dos seus chauffeurs” (*Diario Mercantil*, 21/08/1912).

Mas era mesmo a ferrovia que ocupava maior espaço nesse período. E não apenas em Juiz de Fora: Olympio de Araújo, correspondente de Rio Novo, noticiando a chegada da locomotiva, utilizou uma linguagem muito próxima àquela que encontramos em Diamantina décadas depois:

[...] o resfolegar do pégaso do progresso nos exprimiu ainda a adhesão, a sympathia e o desejo ardente á nossa causa, revelados pela visinha e culta Juiz de Fôra, que, representada pela summa de sua sociedade, nos vinha dizer: Rio Novo! desperta do somno mórbido em que te exhaures e vem receber o osculo do trabalho intelligente e profícuo, que faz a minha gloria! [...] Confraternisemo-nos e associemo-nos á laboriosa e gentil Juiz de Fôra, imitando o seu raro exemplo de amar o progresso. (*Pharol*, 06/03/1888)

A construção da ferrovia causava grandes impactos inclusive na paisagem local. Um artigo publicado exatamente no dia da grande enchente comentava as diligências do presidente da Câmara Municipal, Dr. Duarte de Abreu, para conseguir o quebramento das cachoeiras do rio Paraibuna, sua retificação, e a construção de um cais às suas margens pela ferrovia Central – e justificava que esta arcasse com as despesas, porque

Desses documentos resulta que a Central, ao construir o seu leito, perturbou o livre curso das águas do Rio Parahybuna, o que a constituiu em obrigação de reparar o damno causado á cidade, damno que periodicamente se manifesta nas enchentes, por falta de escoamento das águas, inundando a cidade. (*Jornal do Commercio*, 14/01/1906)

A presença da ferrovia se fazia sentir também em outras atividades da cidade; por exemplo, no pedido feito pelos “*cocheiros de bonds*” para que a cancela da Estrada de Ferro só fechasse 5 minutos antes da passagem do trem (*Pharol*, 04/08/1900), ou as várias notícias de atropelamento por composições, demonstrando as dificuldades de adaptação das pessoas às novas realidades do espaço tomado pelas máquinas – trens e automóveis. Destacavam-se também os aprimoramentos dos serviços oferecidos pela ferrovia, como a adequação de horários: “*O sr. director da estrada de ferro Central está estudando o meio de melhorar o horario dos expressos nocturnos deste Estado, de modo a poder bem servir aos passageiros de Ouro Preto, Bello Horizonte e estações intermediarias*” (*Pharol*, 05/01/1900).

Poucos dias depois o mesmo jornal alertava para outra preocupação, efeito indireto da aglomeração causada pelo funcionamento da estação de trens: “*Foram hontem presos na estação desta cidade e recolhidos á cadeia á ordem do sr. delegado de policia, auxiliado pelo activo inspector Azevedo, dous gatunos, que pretendiam, á hora dos expressos, fazer das suas...*” (*Pharol*, 09/01/1900).

Aliás, o ir e vir propiciado pelas ferrovias era alvo das atenções policiais desde os tempos da escravidão, quando era comum que escravos fugidos procurassem evadir-se pelos caminhos de ferro.⁸³ Nos “novos tempos”, ladrões, doentes e epidemias eram os grandes riscos trazidos pela locomotiva. Os trens realmente conduziam os mais variados tipos, e ajudavam a espalhar práticas e propostas diferentes pelo Estado de Minas Gerais – acalentando os sonhos de

⁸³ Ver SCHWARCZ, 1987 e GOODWIN Jr., 1996.

transformação em Diamantina, ocasionando problemas e oportunidades em Juiz de Fora.

E justamente na estação ferroviária dessa cidade ocorreu um evento, que o próprio jornal que o noticiou considerou “*pittresco*”. Publicada na quinta coluna da primeira página, junto às notícias sobre a ebulição grevista e um dia depois do tiroteio no centro da cidade (ver o próximo capítulo), surgiu a história de Lourenço Luz. Apesar de longa, mais uma vez optei por manter a narrativa na íntegra, para preservar todo o sabor da linguagem jornalística de então:

Um acontecimento sobremodo bizarro, intensamente pittresco, pelo humorismo de que se rodeou, hontem ocorreu pela madrugada, na estação da Central, por ocasião da passagem do trem nocturno.

A “gare” estava repleta de passageiros, que iam e vinham num vozear constante. // Subito, uma acalorada discussão surge junto ao salão de espera e, acto continuo, erecto, imponente no seu terno de brim pardo, chapéo de palha, imitação Panamá, no alto da cabeça, avança gesticullando sempre, um homem de côr preta. // – E as tarifas? inquire elle indignado. Onde as tarifas? É um roubo... Não pago ainda que contra mim se volte toda a policia, exclama o homem fulo de raiva! // Grande ajuntamento se estabelece, varios funcçionarios da Central se approximam, mais calor toma a discussão, emquanto, no largo, algumas praças de armas embaladas preguiçosamente caminham. // – Não pago, já disse, repete o preto furioso, por entre gostosas gargalhadas dos assistentes. A Estrada é nossa. É dos brasileiros e não do Marechal, do dr. Frontin, do ministro da Viação... // Sou socialista, quero a egualdade, não admitto que me explorem, pois enxergo alguma coisa mais do que pensam. // E a vozeria augmentava de diapasão. // Agente, ajudante, fiel e conferentes se agrupavam em torno do palrador africano, que, sem temores, continuava impavido, – O meu bahú! Quero-o immediatamente ou então... o talão de despacho. Ora esta! exigem-me dez mil réis e me não dão garantia alguma!

Já os animos se exaltavam e em imminente perigo estava a integridade physica do preto, que soubemos chamar-se Lourenço Luz, quando silvou a locomotiva, dando entrada na estação o nocturno. // Erecto, sem tergiversar, ligeiro sorriso nos labios, como que a desaffiar os circumstantes, Lourenço tomou o comboio e, da portinhola, voz firme, pausada e vibrante, exclamou:

– É nossa! É dos brasileiros. Nem do marechal, nem do dr. Frontin... (*Diario Mercantil*, 22/08/1912)

Como nas páginas dos jornais notícias, comentários e anúncios misturavam-se, ajudando a compor o colorido da vida urbana cotidiana, permitamo-nos uma pequena digressão, detendo-nos sobre esse texto um pouco mais.

Primeiro, percebemos, 24 anos após a Abolição da escravidão, a permanência das expressões e da maneira de se referir a um negro. Como seu nome só aparece ao final do texto, Lourenço Luz só é assim chamado duas vezes; ao longo da narrativa ele é identificado apenas por sua cor: “*homem de côr preta*”, “*preto furioso*”, “*palrador africano*” ou simplesmente “*preto*”. Outra característica destacada, e que parece mesmo espantar o redator, enquanto para os “*assistentes*” é motivo para “*gostosas gargalhadas*”, é estar Lourenço Luz “*fulo de raiva*”. Isto, mais a detalhada descrição de suas roupas, mais a insistência em mostrar que ele,

“*sem temores, continuava impavido*” e a reclamar, fazem-nos pensar no espanto que este homem causou na redação em Juiz de Fora. Talvez seja a isso que o autor do texto referia-se quando descreveu o evento como “*um acontecimento sobremodo bizarro, intensamente pittoresco, pelo humorismo de que se rodeou*” – os juiz-foranos não pareciam acostumados a um homem negro seguro de si, reclamando seus direitos. Não haveria negros na plataforma “*repleta de passageiros*” ou entre os funcionários da estação?

Se pelo seu aprumo, linguajar, convicção e vestimenta Lourenço Luz nos faz pensar na tradição de um Dom Obá, a narrativa nos faz pensar ainda em outras implicações do evento.⁸⁴ Lourenço Luz criou um grande problema, que mobilizou funcionários e curiosos na monótona noite da estação – aparentemente, área não protegida pelos policiais, que deveriam estar preocupados com os trabalhadores em greve, especialmente após os recentes incidentes. Mas o distúrbio provocado por ele, embora não ligado à greve, tem conotações políticas: reclamava seus direitos, reclamava do preço a pagar por seu baú (despachado pela ferrovia) e da ausência de comprovante da operação. Reclamava, acima de tudo, porque entendia que a ferrovia não era propriedade dos políticos e dos engenheiros, do presidente da República ou dos diretores da Viação – a ferrovia era propriedade do povo brasileiro!

Socialista declarado, Lourenço Luz distinguia claramente entre propriedade estatal e propriedade pública; para ele, a “*egualdade*” estaria talvez no transporte gratuito dos pertences da população, à qual entendia pertencer o transporte ferroviário – sendo dona, então por que pagar por ele? Escapando, numa cena quase cinematográfica, o trem a partir da estação, o surpreendente personagem deixou no ar seu bordão: “– *É nossa! É dos brasileiros. Nem do marechal, nem do dr. Frontin...*”

É nossa? A ferrovia, e a cidade? Para quem ela é construída? A quem pertenciam os sinais e os frutos do progresso? Como deveriam se comportar as pessoas numa cidade civilizada? Quais os problemas sócio-culturais advindos desse novo mundo que se implantava em Minas Gerais? Estas as questões sobre as quais continuaremos a refletir, lendo os jornais diamantinenses e juiz-foranos, no próximo capítulo.

⁸⁴ Sobre Dom Obá há uma excelente biografia escrita por Eduardo Silva (1997).

As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.
Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)

Capítulo 4: Cidades de Papel – civilização

4.1. A ordem pública: polícia e controle social

Como parte do processo de constituição de uma cidade civilizada e bela, era preciso garantir a manutenção da ordem, o que demandava uma força policial bem organizada. Uma das condições para isso, segundo a imprensa, seria um bom edifício para seu quartel, em boas condições e adequado ao seu uso. Este tema esteve presente em ambas as cidades durante vários anos. Em Juiz de Fora, como vemos abaixo, houve momentos de ponderado otimismo:

Quartel // O predio, arrendado para quartel de policia desta cidade, preenche todos os requisitos de hygiene e commodidade. // Nota-se-lhe, porem, uma grande falta, - a de illuminação -, que, estamos certos, será corrigida; pois temos a electrica, que é optima e baratissima. // Esta nossa local não é reclamação, é apenas a lembrança de um melhoramento necessario áquelle edificio publico. (*Pharol*, 04/03/1900)

A obra do quartel juiz-forano arrastou-se durante anos, enfrentando diversos problemas. Um editorial sobre o “*Quartel de Policia*” procurou resumi-los: o sr. coronel Jacintho Freire começara a obra com operários da Brigada Policial no próprio pátio da cadeia; os drs. José Nava e Antonio Goulart, médico da cadeia e delegado de hygiene estadual, respectivamente, deram parecer contra. Mas a obra continuou apesar disso, e à época desse resumo, ainda não havia sido totalmente concluída (*Pharol*, 04/02/1904).

Também em Diamantina, às vezes a imprensa parecia ver a solução desse problema de longa data, como no ano de 1908:

Novo quartel // O predio ha pouco comprado pelo governo para aquartelar o 3º. Batalhão está em optimas condições de tornar-se um bom quartel: casa grande, espaçosa, com grande horta, bôa aguada de mina, e muito bem collocada. // O governo fêz uma bôa compra, adquirindo o edificio por preço muito modico. // Nestas condições, é de se esperar que o Sr. Secretario do Interior incumba um engenheiro de fazer a adaptação do predio, para que a mudança se faça com brevidade. // O 3º. Batalhão merece um bom alojamento, pois, de toda a Brigada é o que tem prestado melhores serviços ao Estado. (*A Idéa Nova*, 11/10/1908)

Entretanto, o relatório do comandante interino da Brigada Policial de Minas Gerais, transcrito pelo *A Idéa Nova* em 02 de outubro de 1910, já reclamava das

condições ruins do prédio que havia sido comprado e adaptado para o 3º Batalhão em Diamantina.

Outras medidas foram tomadas, em ambas as cidades. Mas ao longo de todo o período tratado aqui, à questão do lugar para as forças de segurança pública não foi encontrada, de acordo com as páginas da imprensa, uma solução que fosse plenamente satisfatória.

Complementando a infra-estrutura de segurança local, havia outra questão, a do lugar para os criminosos, a Cadeia. Pela legislação do tempo do império, a condição mesma de sede de município exigia um prédio de cadeia pública. Em ambas as cidades, foram implementadas soluções de caráter declaradamente provisório, sempre com a promessa de uma definição melhor. A entrada do novo século deu seqüência ao enredo. Apenas dois dias depois de publicar o orçamento para as obras no edifício da cadeia em Juiz de Fora,⁸⁵ o *Pharol* publicou uma notícia sobre a descoberta de um túnel cavado por presos perigosos para dela escapar.

É de lastimar-se que esses factos se tenham reproduzido por vezes em uma cadeia como a de Juiz de Fora, que, apesar de necessitar de certos reparos, não é das que mais facilitam aos presos a evasão. // Si houvesse mais um pouco de cuidado por parte do encarregado da guarda daquelle edificio, quer nas buscas, quer nas medidas de vigilancia a se tomarem, certamente não se reproduziriam tão a miudo esses factos. (*Pharol*, 18/01/1900)

As condições da cadeia também preocupavam a imprensa, pelo estado precário em que se encontrava; em abril de 1900, o *Pharol* alertava em sua primeira página para a queda de uma das mãos francesas que sustentavam o assoalho (*Pharol*, 22/04/1900). Por várias vezes se discutiu também o cuidado com os “*presos pobres*”, aos quais deveria ser fornecida alimentação; isto era visto não só como uma obrigação da caridade, mas principalmente como responsabilidade de uma cidade “civilizada”.

A situação do edifício da cadeia diamantinense parecia ser ainda pior que seu congênere de Juiz de Fora. Regularmente eram publicadas reclamações sobre o estado de penúria dos presos ali confinados:

Cadeia Publica// É deploravel o estado de ruina em que se acha o edificio da cadeia publica d'esta cidade, com as paredes esburacadas, sem agua e sem installação sanitaria. // Os pobres presos atirados naquelle foco de tuberculose soffrem um atroz martyrio, privados dos mais rudimentares principios de hygiene. // Para o facto chamamos a attenção do Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior. (*A Idéa Nova*, 29/12/1907)

⁸⁵ Para a situação financeira da Câmara Municipal de Juiz de Fora durante a década de 1880, e o processo de construção de sua cadeia, ver GOODWIN Jr, 1996.

Esse “estado de ruína”, contrário a toda a preocupação dos *homens de imprensa* com a saúde pública, motivou esforços para a construção de um novo edifício, uma penitenciária. Em 1909 “o engenheiro Dr. Domingo Fleury foi incumbido de fazer a planta e o orçamento da transformação da cadeia em penitenciária” (*A Idéia Nova*, 07/11/909). Ainda no final do período aqui considerado, entretanto, a lentidão na construção da cadeia da cidade, a “*cadêa nova*”, era motivo de indignação e crítica na imprensa local. Até a obra da ferrovia, ansiosamente esperada por décadas, dava a impressão de que seria concluída antes que a cadeia.

Cadêa Nova // Já vai por demais demorada a construção da cadêa desta cidade. Há muito que se deu início a um tal serviço; no entanto, quem fôr à Cavallhada Velha, ao lado do Parque Municipal, terá a impressão de que ali se faz alguma cousa, que ainda não está bem definido o que é. // E os presos que continuem numa enxovia imunda, escura e antihygienica a esperar essa construção, pelas *kalendas gregas*. // Não sabemos qual o motivo desta demora, porém, seja elle qual fôr, não se pode justificar, pela premencia da situação em que se acham os sentenciados. // Urge, pois, empregar todo o esforço para terminar essa obra, que, tendo sido iniciada antes da Estação, no largo de D. João, entretanto, esta já vai bem adiantada e estará em muito pouco tempo concluída. (*Diamantina*, 29/11/1913)

Todos esses problemas de infra-estrutura tornavam difícil a tarefa de organizar a força policial. Além disso, havia uma constante lacuna nos quadros de pessoal, como a delegacia de polícia de Diamantina, que teve de ser assumida pelo alferes Manoel Ferreira da Conceição (*A Idéia Nova*, 22/11/908), e outros postos, os quais ninguém queria assumir: “*Acha-se vago o logar de inspector de quartelão da Grama*”, em Juiz de Fora (*Pharol*, 30/01/1900). Eram constantes as repreensões pela falta de praças para o serviço de patrulha na sede do Batalhão de Diamantina (*Pão de Santo Antonio*, 03/11/1911), ou mesmo em Juiz de Fora. As constantes ameaças de retirada da força pública presente nas cidades eram motivo ainda maior para preocupação, pelo aumento previsto nos roubos e crimes (ver, por exemplo, *Pharol*, 17/10/1900; *Diamantina*, 20/12/1913). Os jornais deixam a impressão de que havia grande dificuldade em fazer prevalecer a ordem pública, mesmo quando isso significava pura e simplesmente o uso da força. Notícias vindas de Barbacena, cidade próxima a Juiz de Fora, relatavam que uma tropa de 30 praças havia sido destroçada pelo grupo de ciganos que perseguia, ficando o comandante ferido no conflito, próximo ao arraial dos Remédios (*Pharol*, 20/02/1900).

Apesar de todas essas limitações, o trabalho de controle social e manutenção da ordem pública realizado pela polícia era valorizado nas páginas dos jornais. Em Juiz de Fora foram publicados vários textos sobre furtos e crimes. Alguns elogiosos,

como quando a polícia fechou uma casa de jogo (*Pharol*, 04/11/1882), ou quando apreendeu uma roleta na rua da Imperatriz (*Pharol*, 08/04/1888). Mas a ação policial parecia não dar conta da criminalidade local: um editorial chegou a arrolar dados sobre o número de reclamações à polícia na imprensa local (*Pharol*, 31/05/1883). O roubo do Fórum motivou um editorial sobre a falta de força policial na cidade, e a partir daí passou a ser publicado regularmente um pequeno quadro chamado *Mofina*, endereçado ao “*Exmo. Sr. Dr. chefe de policia da cidade*” (*Pharol*, 19/06/1883). Os vários arrombamentos noturnos (*Pharol*, 07/07/1886) atingiram até a escola municipal (*Pharol*, 14/06/1887), e mesmo as cercanias da cidade. Também eram publicadas notícias de prisões, como a de Maria Zeferina, “*por estar provocando desordem e insultar familias*” e de “*uma preta de nome Rosa Maria, vulgarmente conhecida por Seu Bem*” (*Pharol*, 20/02/1887).

Anos depois, uma outra coluna em tom debochado, “*Gatunos*”, era publicada na primeira página; entre outras providências, cobrava que a polícia não ficasse apenas no centro da cidade, mas patrulhasse também o bairro do Mariano Procópio (*Pharol*, 31/01/1900), e reclamava dos vários roubos nas fazendas de Mathias Barbosa (*Pharol*, 18/04/1900). Numa dessas notas, encontramos mais uma vez com um cachorro, agora num papel mais positivo:

Gatunos // Começam a aproveitar as bellas noites da presente estiada os amigos do alheio, e muito conveniente será que a policia tambem se delicie com o frescor da noite, passando pelas ruas por onde andam os gajos a *tratar* da vida. // Em a noite de domingo elles tentaram fazer uma visita á joalheria do sr. Friz Cathoud, praticando na parede externa do predio um buraco por onde pudessem penetrar. // Feita, porém, esta primeira parte do *serviço*, e logo que o gatuno enfiou o braço pela abertura, um bonito cão de fila, que passa a noite de sentinella á loja, embargou a *obra*, alarmando os moradores do estabelecimento e fazendo o gajo desistir do intento e fugir. (*Pharol*, 06/02/1900)

Esse mesmo tipo de reclamação aparecia na imprensa alhures. Em São Paulo, por exemplo, o problema aponta para a permanência, apesar do crescimento da cidade, de problemas associados tipicamente ao mundo rural, como os ladrões de galinhas. Em Juiz de Fora, encontramos o “*celeberrimo gatuno de gallinhas Eusebio de ta*”, que andava “*penetrando em quintaes de varios moradores do morro de Santo Antonio*” (*Pharol*, 02/02/1904). Esse tipo de “gatuno” é objeto do comentário de Lier Ferreira Balcão, que nos remete também aos problemas discutidos no capítulo anterior:

Deve-se salientar ainda, que a vida citadina também convive com práticas rústicas e tradicionais de caráter agrícola e rural, presentes em diferentes partes da cidade. Os reclamantes apontam a necessidade dos poderes públicos absorverem as demandas

referentes a esses espaços e práticas, buscando garantir as condições de infra-estrutura e segurança às plantações e animais. (BALCÃO, 1999, p. 241)

Também em Diamantina a ação da polícia é regularmente noticiada pelos jornais, muitas vezes de forma resumida, como neste exemplo:

Notas policiaes

Foram recolhidos ao xadrez correccionalmente por 24 horas:

Malvina Rita de Jesus, por ser considerada vagabunda, sendo compellida ao trabalho; Augusto Pereira Gomes, por ter estragado plantas do Jardim publico; Rita Candida Pereira da Silva, pela 3a. vez foi recolhida ao xadrez, pela devassidão que consente em sua casa, sendo compellida a se empregar e em caso contrario assignar termo de bem viver; Eva Maria de Jesus, por ter occultado furtos; David Carneiro da Cunha e Ozias de Mattos por estarem em devassidão em casa de prostituta e desacatarem a auctoridade policial; Antonio Alves Prado, pela embriaguez habitual e desordens, sendo advertido a corrigir-se, sob pena de assignar termo de bem viver em face do art.200 do regulamento policial; Henrique Costa, preso por atirar pedras em uma praça que fazia policiamento; Faustino Pereira da Silva, preso pela embriaguez habitual. (*A Idéa Nova*, 18/08/1907)

Vários dos “*recolhidos ao xadrez*” o foram devido a um comportamento tido como inadequado. Percebemos, assim, que a atuação policial não se restringia à defesa da propriedade ou da paz social; é preciso considerá-la como parte da construção de uma “cidade civilizada”. Thomas Holloway recupera os sentidos atribuídos ao termo “polícia” em meados do século XIX, o que ajuda a compreender a dimensão do que era esperado da força policial:

[...] *hoje entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo o que respeita à vigilância sobre vagabundos, mendigos, ladrões, facinorosos, facciosos etc. [...] cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação, introduzir melhoramentos na civilização de uma nação*” (ALMEIDA, José Maria d’ & LACERDA, Araújo Corrêa. *Dicionário enciclopédico ou novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, 2v. APUD HOLLOWAY, 1997, notas, p. 279-80).

Uma tal combinação de sentidos ajuda-nos a entender porque, em muitas notícias reclamando a ação da autoridade contra práticas criminosas, estas são tratadas como uma ofensa à *civilização* local, quer em Juiz de Fora, quer em Diamantina:

Chamamos a atenção de quem de direito para os predios de ns. 110 e 137 da rua Halfeld, que estão actualmente servindo de ponto para a pratica de actos reprovados, o que depõe contra o nosso adeantamento local. Proceda-se como de justiça. (*Pharol*, 04/07/1900)

Queixas e reclamações // Pedem-nos obter do delegado de policia que impeça a aglomeração de uma caterva de vagabundos que permanecem durante todo o dia nas imediações do *Circo Estrella* promovendo grandes disturbios e atordoando com pedradas ao pessoal da companhia. // É lamentavel que em uma cidade que gosa dos foros de adiantada, a canalha desenfreada não seja devidamente reprimida, como é de lei. // Muito confiamos no sr. delegado de policia que saberá impedir taes reuniões criminosas. (*A Idéa Nova*, 05/08/1906)

Esta concepção ampliada de policiamento justifica, ainda, a atuação das forças de ordem em assuntos que hoje consideraríamos como privadas. As relações afetivo-sexuais pertenciam à esfera de ação da polícia local, que agia conforme a situação, ora reprimindo, ora “polindo” o comportamento desviante. A nota abaixo, de Juiz de Fora, insinua ainda o caráter irregular dessa ação, que nem sempre resistia às práticas de favorecimento e acobertamento, tão típicas da sociedade brasileira do período:

A policia colheu em suas malhas um conhecido *D. Juan*, accusado de ter seduzido a uma menor. // Não é essa a primeira vez que elle se vê mettido em taes apertos. Há tempos já, teve *D. Juan* de ajustar contas com a policia por crime semelhante. // Agora parece que a sua sorte não será tão venturosa como a que o apadrinhou da primeira vez. (*Diario Mercantil*, 23/01/1912)

A função de policiar o comportamento afetivo-sexual dos habitantes citadinos era, algumas vezes, assumida diretamente pela imprensa, como no pitoresco caso abaixo, acompanhado com visível interesse pelo jornal juiz-forano:

Bigamia frustrada // Ha cerca de 8 mezes, appareceu nesta cidade um individuo de boas maneiras, dizendo-se chamar Tancredo Ribeiro e ter vindo do Rio de Janeiro, onde residia. // Aqui, em poucos dias, conseguiu relacionar-se no nosso meio social, captando sobretudo a confiança de uma familia, cuja casa entrou a frequentar assiduamente. // Ultimamente tendo solicitado a mão de uma moça dessa familia, foram pedidas informações a respeito de sua pessoa, para a cidade de Petropolis, onde residem os seus progenitores. // As informações vieram no ultimo dia 23 do corrente, e com ellas, uma bem desagradavel surpresa para os que se deixaram ludibriar em suas relações de amizade pelo aventureiro pois Tancredo Ribeiro é casado, tendo sido abandonado pela sua mulher, em menos de dois mezes, após o casamento. // No mesmo dia em que aqui era recebida a carta, que foi mostrada ao nosso *reporter*, o pretendente julgou de bom aviso por-se ao fresco, não o tendo mais encontrado pessoa alguma, nesta cidade. (*Jornal do Commercio*, 26/01/1904)

Bigamia frustrada // Conseguimos saber que Tancredo Cezar da Silva Ribeiro era casado com uma moça de nome Virginia, na pretoria da freguezia de Sant’Anna do Rio de Janeiro, donde partiu, tempos depois, para o Rio Grande do Sul, voltando ha pouco. Seu velho pae, um honrado guarda-livros, ignorava por completo o paradeiro de Tancredo, que lhe tem sido causa de muitos desgostos. // - Soubemos, por informações, que Virginia acha-se actualmente no Estado de Amazonas. // - É ignorado até agora o destino que levou Tancredo Ribeiro, desconfiando-se entretanto, esteja em Bello Horizonte ou Rio de Janeiro. (*Jornal do Commercio*, 27/01/1904)

Histórias de ciúme e desavenças entre casais são comuns, e nem sempre têm um desfecho romântico; seja em Diamantina:

Notas policiaes // [...] Thereza Florinda Jorge de Andrade, mulher de vida airada e de maus bofes, e Clarindo Manuel da Silva travaram-se de razões ha dias e trocaram fortes *amabilidades*. // Este desancou-a regularmente e ella, pedindo auxilio á navalha, sua amiga inseparavel, cortou-o a valer. // O sr. alferes delegado de policia, solcito no cumprimento dos seus deveres, recolheu Thereza á prizão e procedeu a corpo de delicto em Clarindo, cujo estado é grave. (*A Idéa Nova*, 12/08/1906)

ou na região de Juiz de Fora, no relato da morte do negro Adão, numa disputa por uma mulher:

Assassinato // Chegou hontem a esta cidade, vindo de Mathias Barboza, Manoel Bernardes, que assassinou ao preto Adão, na ponte do “Zamba”. // Manoel declarou que, no lugar acima citado, fora cercado por Adão, que, armado de uma faca, o aggredu; valendo-se, porém, elle da foice que trazia comsigo, desfechou um golpe na cabeça da victima. // Além da foçada por elle dada em Adão, diz Manoel que seus companheiros Ambrosio Luro, Sebastião e mais dous outros tambem desfecharam golpes de foice na victima já cadaver, fugindo o declarante nessa occasião, sendo depois preso. // Deu origem a esse crime ter Adão seduzido a amasia do réo. // O accusado veio acompanhado do respectivo processo. (*Pharol*, 02/08/1900)

Um bom exemplo de como era tênue a linha que separava a ordem pública da esfera doméstica é o episódio da “*turca Maria*”, em que se viu envolvido o delegado de polícia de Juiz de Fora. O caso foi estampado na primeira página:

O sr. delegado de policia desta cidade recebeu hontem um telegramma do de Queluz pedindo a detenção da turca Maria, que vinha pelo expresso com destino á Barra do Pirahy, a qual havia alli feito um furto de fazendas. // Em poder de Maria apenas se encontraram objectos de seu uso e nada mais. Sendo ella interrogada, declarou que não era verdade o conteudo do telegramma; que apenas por haver tido uma questão com o turco Miguel, em casa de quem vivia, se retirara contra a vontade delle, e attribue a esse facto o pedido de sua detenção. // O sr. delegado telegraphou ao delegado de policia de Queluz pedindo informações minuciosas e que declarasse si havia processo instaurado contra a detida. (*Pharol*, 13/01/1900)

O sr. delegado recebeu hontem telegramma do delegado de Queluz declarando que pediu a detenção da turca Maria, simplesmente por queixa do turco Miguel, não tendo outro motivo. (*Pharol*, 14/01/1900)

Os turcos (designação que muitas vezes incluía os ciganos) e outros forasteiros eram objeto de intensa desconfiança por parte da comunidade e principalmente das forças repressivas. Tratados como ladrões – de cavalos especialmente, mas não só – os ciganos eram sempre vistos com receio e desconfiança. Desconfiança que se estendia a todos os grupos errantes: indígenas, nômades, artistas teatrais e circenses. Como bem mostra Regina Horta Duarte, a relação com os artistas era ambígua.

Finalmente, se os artistas não são rejeitados como os ciganos, nem por isso sua aproximação das cidades deixa de gerar inquietude. Tanto as companhias circenses, quanto de qualquer outro tipo de espetáculo necessitavam tomar cuidados especiais para garantir uma boa acolhida. Nenhum espetáculo poderia ser realizado sem a prévia licença da Câmara no município visitado. As Posturas Municipais de cada localidade são explícitas a esse respeito. Assim, embora não sejam objetos de repressão, os artistas não deixam de ter sua movimentação controlada. (DUARTE, 1995, p. 83)

A desconfiança em relação a esses “*outsiders*” só podia piorar com notícias como a publicada pelo *Sete de Setembro* em 08/01/1887, informando que em São João Baptista, próximo a Diamantina, um membro de “*uma companhia de acrobatas*” perpetrrou na Igreja Matriz um roubo de “*oitenta e tantos mil reis*”, sendo preso (*Sete*

de Setembro, 08/01/1887). Menos de um mês depois era noticiado um outro roubo a igreja, desta vez na Matriz de Sto. Antônio, a Sé de Diamantina. Com a prisão dos ladrões, mãe e filho, um menino de 14 anos, foram recuperadas as jóias e presos 3 ourives e um negociante, receptadores do negócio (*Sete de Setembro*, 05/02/1887).⁸⁶ Num ambiente em que nem os santuários eram respeitados, não espanta que furtos de pedras preciosas resultassem, algumas vezes, em mortes:

Assassinato // Tras antehontem, á noite, quando vinha do serviço de mineração da Boa Vista para esta cidade, foi em caminho barbara e traiçoeiramente assassinado um pobre trabalhador de nome Affonso da Rocha. // Consta que foi movel do crime o ter tirado o morto um diamante de valor, e que a autoridade policial tomou logo as providencias que o caso exigia. (*A Estrella Polar*, 10/11/1903)

A família de ladrões acima nos sugere como o ambiente familiar podia ser violento, como muitas outras relações sociais no período. Não era difícil encontrar notícias como a da “*preta Clementina*”, acusada de ter “*por costume maltratar o filho*”, sendo admoestada pelo delegado de polícia (*Pharol*, 30/01/1900). Várias outras notícias nos falam de pais mortos devido a surras dadas pelos filhos (*Pharol*, 30/01/1900, com maiores esclarecimentos em 01/02); fugas de meninas (*Pharol*, 23/08/1900); e mesmo infanticídios, como o perpetrado por Maria Alexina, de 17 anos, empregada na casa do Major Anselmo de Andrade, em Diamantina (*A Idéa Nova*, 06/12/1908). Alguns casos eram noticiados de forma que hoje chamaríamos sensacionalista, em textos permeados de adjetivos e posicionamentos explícitos do autor:

Crime monstruoso // Parricidio

A 10 do corrente o districto do Curralinho deste municipio, foi theatro de uma horrivel scena de sangue, um destes crimes que por sua deshumanidade e pela raridade com que se praticam, produzem uma corrente de repulsao e de asco contra o desnaturado auctor. // Antonio de Souza [P]orto, pobre sexagenario morador em Nove Vintens, entre os povoados de Curralinho e Boa Viagem embriagava se ás vezes e este estado despertava nelle ciumes de sua velha mulher; fôra porem da bebida era excellent pai de familia, morigerado e trabalhador. Cerca de 4 horas da tarde de 10, Antonio voltava em companhia de seu filho Joaquim, do Curralinho onde fôra comprar generos e ao chegar em casa, embriagado, a pretexto de ciumes, Antonio começou a maltratar sua mulher, agarrando-a pelo pescoço. Neste momento, Joaquim o filho desnaturado, avança para o seu pai e com uma coronha de espingarda mata-o barbara e cruelmente. // Consumado o parricidio, o criminoso evadiu-se, sendo preso por alguns populares e pelo Juiz de Paz do Curralinho. // O energico delegado de policia desta circumscripcao, Alferes Maldonado Gama, ao ter conhecimento do facto, partiu immediatamente com seu escrivao para o local do crime e tomou todas as providencia[s] da lei. // O parricida, que se acha na cadeia desta cidade, confessa cynica e friamente o seu crime. (*A Idéa Nova*, 18/08/1907)

⁸⁶ Como podemos ver, o problema do roubo ao patrimônio das igrejas mineiras, tão destacado no nosso noticiário contemporâneo, já era problema há muito tempo.

Vale o comentário: além da dramática narrativa do crime, perpassa o texto a naturalidade com que seu autor encara o fato do marido bater na mulher, não sendo isso em momento algum levantado como atenuante para o filho. Boa demonstração dos valores patriarcais preservados na região.

Há várias outras notícias com registros policiais relatando processos de homicídios, as quais geralmente são sucintas e formais, como os exemplos diamantinenses abaixo:

Processos // A 18 de Julho foi remetido ao sr. dr. Promotor Publico por intermedio do sr. dr. Juiz Municipal o processo instaurado contra José Nunes, Luiz Nunes e José João, no districto de Pouso Alto. // - A 31 de Julho identica remessa às mesmas auctoridades do processo instaurado contra Candido Soares de Souza e Joaquim Bahiano, pelo crime de assassinato, no districto de Curimatahy. // - A 12 de Agosto foi remetido ao sr. Promotor por intermedio do Juiz Municipal supplente o processo crime de José Dantas, por ferimento e tiro em Eloy Carlos de Araujo no Arraial do Mendanha. // - A 13 de Agosto igual remessa do processo crime contra Raymundo de Souza Porto, pelo assassinato de seu pae Antonio de Souza Porto, no districto de Curralinho. (*A Idéa Nova*, 18/08/1907)

As relações familiares refletiam a violência que permeava toda a sociedade. Quando o ambiente familiar misturava-se ao do trabalho, isto podia gerar ainda mais atritos e angústias. Em abril de 1900, o *Pharol* acompanhou o desenrolar dos eventos ligados à tentativa de suicídio de Arthur de Andrade Mattos, empregado na casa de arreios de seu tio Portilho de Mattos, à rua Halfeld, no centro de Juiz de Fora. “O motivo que o levou a tão desesperado acto foi o seu patrão e tio lhe ter dado uma reprehensão” (*Pharol*, 01/04/1900). De acordo com o depoimento do tio, o menino era viciado em jogo e, a pedido de sua mãe, fora entregue a ele para correção, o que incluía castigos físicos; ele admitiu ter dado várias “*correadas*” no rapaz naquele dia (*Pharol*, 03/04/1900); ambiente familiar e de trabalho, ambos marcados pela violência e repressão. O menino faleceu pouco tempo depois.

O mundo do trabalho urbano, familiar ou não, abria outra frente para o policiamento/polimento. Também os trabalhadores precisavam aprender a viver na cidade de acordo com os bons modos da civilização, já que mesmo as relações entre colegas de profissão podiam se tornar violentas, como nos deixa ver este pequeno episódio “*entre sapateiros*”:

Entre sapateiros // Agressão a faca // Hontem, ás cinco horas da tarde, na Praça Dr. João Penido, os officiaes de sapateiro Sebastião de tal e Ademar Cortes Maia, após uma pequena discussão atracaram-se em luta corporal. // Sebastião, sacando de uma faca, feriu a seu antagonista, com um profundo golpe na nadega esquerda, evadindo-se em seguida. // Á hora em que traçamos estas linhas, o offendido estava á procura da policia para dar queixa da aggressão. (*Diario Mercantil*, 14/02/1912)

As tentativas de enquadrar os trabalhadores dentro de espaços e regras nem sempre funcionavam, o que motivava vários artigos na imprensa. Numa nota, intitulada “*Infracção de posturas*”, fica clara a relação que a imprensa estabelecia entre um suposto relaxamento na observação das leis e posturas municipais, e a desqualificação do ambiente local como espaço civilizado:

A imprensa tem frequentemente reclamado contra o má policiamento municipal; mas o resultado tem sido nenhum. Os carregadores, no dia em que sahe publicada uma reclamação, passam nos passeios lateraes carregando caixotes, grandes malas na cabeça e até mesmo enormes feixes de capim molhado como que ostentando desrespeito! // Houve um tempo em que não se davam esses abusos que tão mal recommendam a civilisação da primeira cidade mineira. (*Diario Mercantil*, 18/05/1912)

As relações entre os trabalhadores e as forças policiais em Juiz de Fora refletiam as tensões entre os que buscavam melhorar sua vida e incrementar seus proventos, e aqueles que deviam zelar pelo cumprimento das regras e observação dos bons costumes. Periodicamente, essas tensões eclodiam em forma de conflitos, como no caso dos condutores e cocheiros que recolhiam passageiros na plataforma da estação ferroviária. Em 1877 e 1878 haviam ocorrido problemas entre os cocheiros, em disputa por passageiros, resolvidos pela presença policial na área; dez anos depois, o conflito foi entre os cocheiros e os praças, levando o delegado a proibir a presença dos soldados ali – os guardas da Estrada de Ferro tiveram que assumir o policiamento da área (*Pharol*, 04/02/1888).

Muitas vezes os próprios policiais promoviam a desordem e a violência. Na narrativa abaixo, de um evento ocorrido no centro de Diamantina, temos um exemplo da facilidade com que se utilizavam armas de fogo para resolver problemas ligados ao campo do trabalho:

Os Desordeiros // Um homem que faz sarilho grosso // João Sebastião Martins, desconhecido nesta cidade, foi há pouco mais de um mez procurar emprego na Confeitaria “Colombo” de propriedade do sr. José Pires do Nascimento, à rua atraz da Sé. // Nascimento, ao ajustal-o, declarou que não lhe podia pagar grande ordenado, não ficando combinado quanto iria Martins ganhar. // Sabbado passado, sendo despachado João Martins, entendeu de ajustar contas com o seu ex-patrão, exigindo deste um ordenado de 60\$000. Tendo Nascimento relutado em pagar tal vencimento por não ter sido este o contracto, João Martins exasperou-se e fez *grosso sarilho*. // Houve alarma, comparecendo ao local o 2º. Juiz de paz em exercicio, sr. Carlos Motta, que deu voz de prisão ao desordeiro. // Martins não se [ilegível] com isto sacou de uma arma de fogo, alvejando o grupo e fazendo detonar, indo um dos tiros attingir o braço de um policia a paizana por nome João Santiago da Costa. // A custo foi João Sebastião Martins conduzido para o xadrez, logar bastante propicio para calmar furias. // Consta-nos que um anspeçada tambem detonou um tiro de garrucha, não estando ainda apurado por quem foi produzido o tiro na pessoa de João Santiago. // Urge que o dr. delegado de policia providencie, no sentido de abolir por completo que os seus soldados uzem armas curtas, em contradição com o regulamento policial. (*Diamantina*, 06/12/1913)

Os periódicos diamantinenses e juiz-foranos faziam insistente campanha de denúncia das arbitrariedades, abusos de poder e atos de violência cometidos pela força policial como instituição, e principalmente por indivíduos fardados. Em Diamantina, no ano de 1898, o *Cidade Diamantina* publicou diversos editoriais contra o que chamou de “*Estado de Sítio*”; nesta série de artigos atacou o comandante do 3º Batalhão, cujas atitudes ao postar sentinelas pela cidade, fora do quartel, “*por dous longos mezes, foram, em Diamantina, a mais humilhante affronta que se pode atirar a uma população de homens livres*”. O redator evocava a tradição histórica da cidade, referente ao peso repressivo do aparato colonial, para dimensionar o tamanho da ofensa.

Neste documento [a “ordem do dia”], que merece e deve ser lido por todos, o illustre sr. commandante do 3.º batalhão da brigada policial, transbordando todo o seu desmedido orgulho e deixando transparecer o mais descommunal desprezo e pouco caso para com o povo, reconhece e proclama o direito de collocar, quando, como e pelo tempo que entender, sentinelas ás portas de qualquer cidadão, – desde que “disponha de pessoal sufficiente para manter serviço extraordinario”, e desde que encontre um major fiscal, bastante timido ou bastante condescendente, para reclamar, *por sua propria ordem*, tal providencia, em nome da disciplina militar e do regulamento da brigada. // Dahi, para voltarmos aos tempos do pelourinho, dos bolos á porta da cadeia, das surras de bacalhau nas praças publicas, não vae longe a distancia. [segue a transcrição da Ordem do Dia] (*Cidade Diamantina*, 20/03/1898)

Em 1912, Juiz de Fora foi palco de graves distúrbios, ligados a uma greve de trabalhadores, a qual discutiremos à frente. Nesse ambiente ocorreu o fato noticiado pelo *Diario Mercantil*, num artigo intitulado “Soldado “*versus*” barbeiro // A rua Marechal Deodoro em polvorosa”. A narrativa abre com uma rebuscada introdução sobre a tardia hora da fria madrugada, e o movimento de passageiros na estação à espera do trem noturno. Construído literariamente o cenário, o repórter passa a relatar um conflito ocorrido num cortiço à 01h20 da madrugada, proximo à Praça João Penido, a Praça da Estação: “o nosso reporter, de roldão com o grupo de populares que a avidéz da curiosidade ou o desejo de prestar soccorros para ali trouxera, tambem se aproximou, tendo podido apurar o seguinte.” o barbeiro Bernardino Marcello de Moraes teve sua porta esmurrada por três policiais que “em linguagem torpe, desafiaram no para a lucta, na persuasão de que estivesse Moraes em companhia de qualquer hetaira, pois no cortiço em questão, de facto, habitam algumas”. Sua esposa, com quem estava, correu com o filho para a rua pedindo auxílio e atraindo multidão. Dois policiais fugiram, e o terceiro atirou, errando o alvo e sendo perseguido por populares; sua garrucha foi entregue ao sr. dr. Arthur Alvares

Penna, delegado auxiliar. O texto termina com um detalhe revelador da dinâmica da vida naquele cortiço – e do olhar do repórter sobre a situação:

Nota comica: Á hora do crime, á rua Marechal Deodoro, parte baixa, eram vistas, a correrem desordenadamente innumeras pessoas, na sua maioria mulheres. // Em trajes menores, pallidas, physionomia alterada pelo intenso pavor de que se deixaram possuir, soltavam gritos estridentes, a ninguem se fazendo entender. (*Diario Mercantil*, 27/08/1912)

Problemas com soldados extrapolando sua autoridade apareciam no jornal juiz-forano *Pharol* desde pelo menos a década de 1880: há cartas de leitores reclamando da arbitrariedade da polícia (07/06/1883); o caso de um italiano preso e espancado (02 e 05/09/1887); crianças brincando, atingidas por pontapés desferidos por policiais (08/01/1887); ameaças a um comerciante feitas por praças (20/01/1888). Há a notícia da prisão e espancamento de Manoel Bahiano, carroceiro, e Viriato, empregado da Estrada de Ferro em Mariano Procópio (30/01/1900). Havia vários casos de praças embriagados entrando nas casas, gerando violentas reações populares; num deles, *“estabellecendo-se conflicto e um tiroteio de pedradas por parte da policia e do povo”*. Os praças invadiram um estabelecimento policial e armaram-se, sendo impedidos de atirar contra o povo; alguns praças estavam alcoolizados. *“De tempos a esta parte têm-se dado factos dessa ordem, praticados pelas praças da policia, que assim demonstram a grande falta de disciplina no destacamento”* (16/01/1900). Um outro praça embriagado foi detido pelo povo e conduzido à cadeia (20/01/1900). A situação chegou a um ponto em que o comandante da brigada expediu uma recomendação para que fosse descontado do soldo o custo da passagem dos praças substituídos e mandados à sede para disciplinamento (07/02/1900).

Conflitos entre o povo e a força policial, ou de comportamento inadequado por parte dos *praças*, não se restringiam a Juiz de Fora. Em Diamantina, uma notícia chama a atenção pela ênfase dada à inocência dos policiais num confronto ocorrido com populares, ocorrido em 30 de junho de 1887:

Segundo nos consta, as praças que rondavam o beco do Motta forão provocadas por um vagabundo [...] novamente repetimos que o elemento provocador não foi o militar, mas sim a arraia miuda do povo, tendo á sua frente os interessados na desmoralisação da authority, da força policial, embora alterasse a ordem publica. (*Sete de Setembro*, 10 e 30/07/1887)

Tal insistência revela, para além do uso político da situação, a verossimilhança com que era encarada a hipótese dos próprios praças terem iniciado o conflito. Pois também em Diamantina os problemas com praças

embriagados e com o uso abusivo de violência por parte dos policiais estenderam-se no tempo:

Domingo passado, dois soldados, excedendo-se na *pinga*, tornaram-se *valentes* e entenderam de experimentar suas forças contra um tropeiro, mesmo nas proximidades do quartel. // O sangue de sua pobre vítima atçou-lhes ainda mais o instinto perverso, a ponto de não atenderem à intervenção de diversas pessoas que procuraram obstar aquella scena de selvageria. // O official de estado, que não admite taes *exhibições*, recolheu-os á sombra, excellent calmanete para essa *irritação*, e o sr. major commandante do batalhão presenteou-os com 25 dias de xadrez e guarda equipada. (*A Idéa Nova*, 10/06/1906)

Tiro // Em dias deste mez, no bairro do Rio Grande, pelos lados do Gloria, o menor conhecido geralmente pela alcunha *Toquinho de Cigarro*, foi alvejado por um tiro de espingarda, attingindo-lhe apenas um bago de chumbo grosso, disparado pelo soldado de nome João Rodolpho. // O dr. Delegado de Policia procedeu ao exame de corpo delito no menor e abriu logo inquerito, sendo o criminoso recolhido á cadeia e o menor offendido á Santa Casa de Caridade, donde já sahiu, por haver obtido alta. (*Diamantina*, 29/11/1913)

A desigualdade econômica entre as cidades parece não ter afetado o discurso da imprensa quanto à importância do aparato policial na repressão ao crime e aos comportamentos desviantes – mesmo quando perpetrados por policiais. Daí a cobrança por uma melhor infra-estrutura na área de segurança; se percebemos condição pouco melhor em Juiz de Fora, fica claro que a avaliação da imprensa é comum, e negativa, quanto à qualidade dos edifícios ligados à segurança pública em ambas as cidades. Comuns também são as reclamações contra o despreparo flagrante daqueles a quem eram entregues armas para zelar pela cidade, exposto nas diferentes histórias, separadas no tempo e no espaço, de soldados e praças embriagados a enfrentar fisicamente a população.

Escrevendo sobre a instituição policial na cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX, Thomas Holloway afirma a estreita relação entre a organização social e a maneira como agiam as forças de manutenção da ordem social:

À medida que a sociedade foi-se tornando mais complexa, fluida e impessoal, novas técnicas se fizeram necessárias para suplementar o controle dos senhores sobre os escravos e para estender esse controle às crescentes camadas sociais inferiores livres. O Estado tratou de suprir essa necessidade, e o sistema policial herdado do final do período colonial evoluiu para reprimir e excluir aquele segmento da população urbana que pouco ou nada recebia dos benefícios que o liberalismo garantia para a minoria governante. [...] Assim, o sistema passou a cumprir novas funções num contexto sócio-econômico cambiante, observando-se porém uma razoável continuidade em matéria de estrutura, atitudes e procedimentos. (HOLLOWAY, 1997, p. 251)

Numa sociedade hierarquizada, marcada pelas relações de parentesco e compadrio, sob a tutela política de “coronéis” e oligarquias, a farda passava a ser um elemento de distinção entre os que não tinham nome ou padrinho. A farda garantia, se não autoridade, poder – principalmente quando acompanhada de uma arma. A

leitura atenta de alguns dos casos relatados acima revela um traço comum: o uso da condição de soldado para resolver problemas (seus e de outros), que hoje consideraríamos da esfera privada. Esta distinção ainda não estava claramente em vigor na política e na economia – e dificilmente seria praticada pelos baixos escalões das forças armadas. Mas é uma distinção que deles começava a ser cobrada pelos *homens de imprensa*, quer na “tradicional” Diamantina, quer na “progressista” Juiz de Fora.

4.2. A Civilização pelo Trabalho

Aquilo que é publicado pelas redações dos jornais nessas duas cidades mineiras ajuda-nos a entender qual o discurso que os seus responsáveis pretendiam difundir. Este não se limitava à exposição de um novo conjunto de regras urbanas, ao qual as pessoas deveriam se adaptar. A proposta era mais ousada, e incluía alterar profundamente alguns valores arraigados na tradição brasileira. Ocupando um lugar central nesse processo de (re)educação social, estavam as concepções ligadas ao trabalho. Era preciso reverter a associação negativa entre trabalho e escravidão, a pecha de maldição que o trabalho regular havia recebido durante séculos de associação à condição de cativo. Para que a sociedade pudesse conservar um mínimo da ordem senhorial, era preciso assumir cada vez mais os valores capitalistas, ao mesmo tempo garantindo a mão-de-obra agrícola, e também ampliando a mão-de-obra urbana. A escravidão, com suas formas de coerção física sobre um grupo específico da população, havia sido muito eficaz em induzir ao trabalho contínuo. Sua desorganização e eventual abolição, porém, tornou inevitável apostar no trabalho livre como o futuro da nação. Assim, era preciso encontrar outras formas para que o trabalhador estivesse sempre presente ao seu posto de trabalho.

As coerções econômicas tinham peso considerável, especialmente no cenário vivido por Minas Gerais na fase de transição para o trabalho livre. Mesmo elas, porém, não eram suficientes para construir o cenário ideal ao progresso e à ordem da nova sociedade, aquele em que a abolição da escravidão não significaria a completa desestruturação da economia e do trabalho. Pois, apesar das dificuldades e limitações, existiam oportunidades de trabalho por conta própria; e havia a noção

de que trabalhar para outro, de forma regular e no serviço braçal, seria uma continuação da escravidão.

Enquanto diversas medidas eram tomadas para regulamentar e dificultar o acesso a outras formas de sobrevivência – desde pelo menos a Lei de Terras de 1850 – a imprensa tornava-se partícipe entusiasta na construção de uma nova “ideologia do trabalho”. Este deveria deixar de ser visto como algo negativo; mais do que isso, deveria transformar-se em prática honrada, que atribuísse àquele que a exercesse um caráter moralmente aceito e socialmente prestigiado.

O papel da imprensa no processo abolicionista é tema amplamente debatido na historiografia brasileira.⁸⁷ Também nos jornais mineiros podem ser encontrados exemplos da luta contra o trabalho escravo, como estes, um de cada cidade:

Nos, também, em nome desses 18 irmãos que a lei de 28 de Setembro de 1871 arrancou das garras do captivo, pondo-lhes na fronte negra, mas cristã, o diadema da liberdade, agradecemos a todos que, devido ao apelo feito em o número passado deste jornal, abrilhantarão com seu concurso a festa daquele dia. (*Sete de Setembro*, 07/10/1886)

Minas desperta [...] Os mineiros compreendem perfeitamente a necessidade econômica, a força imperativa da civilização, da humanidade e religião, os interesses físicos, morais e intelectuais que determinam o desaparecimento, inadiável e prorrogável do elemento escravizado. [...] Necessário é que desde já surta seus efeitos a lei provincial [n. 3417, regulamento 108]; para isso é mister que nos estabelecimentos rurais se inicie a construção de comodidades para os trabalhadores livres. (*Pharol*, 10/02/1888)

A campanha abolicionista era rememorada pela imprensa diamantinense como uma das mais gloriosas páginas de sua história. A atuação do Bispo de Diamantina, criando em 1870 a sociedade emancipacionista, sob o patrocínio de Nossa Senhora das Mercês; a comissão permanente da Câmara Municipal, fundada no mesmo ano; e a atuação dos deputados diamantinenses e da própria população, eram resgatadas periodicamente pela imprensa local.⁸⁸

Data gloriosa // No dia 17 de julho de 1870, por iniciativa caridosa do saudoso bispo de Diamantina, D. João Antonio dos Santos, foi estabelecida nesta cidade a filantrópica associação *Patrocínio de N. S. das Mercês*, tendo por fim auxiliar a emancipação dos escravos. // Como se sabe, foi ainda o bispo D. João que, numa pastoral celebre, aconselhou o imperador D. Pedro II a suprimir a escravidão no Brasil, com um golpe de Estado. (*A Idéia Nova*, 18/07/1909)

O *Pharol* que, como já dissemos, tornou-se monarquista durante a década de 1890, aproveitava sempre que possível para reforçar a ligação entre o Império e a

⁸⁷ Sobre o tema, ver os trabalhos de Liana Reis (1993), Lilia Schwarcz (1987), Maria Helena Machado (1994), Eduardo Silva (2003), entre outros. Para o caso do *Pharol*, ver minha dissertação de mestrado, especialmente o capítulo IV.

⁸⁸ Para maiores detalhes, ver COUTO, 2002, p. 111ss.

Abolição da Escravidão, como no editorial publicado em 13 de Maio de 1900, em que elogiava “*Joaquim Nabuco, Patrocínio, Dantas e tantos outros valentes paladinos da imprensa*” e o governo imperial “*sob que foi libertado o escravo, feito então cidadão brasileiro e salvo de injusto sofrer*”. Ou quando noticiou a participação de Joaquim Nabuco no congresso anti-escravagista em Paris – e aproveitou para mencionar a presença da vice-presidente do congresso, a Condessa d’Eu, título assumido pela Princesa Isabel após o exílio da Família Real (*Pharol*, 10/08/1900). Mesmo jornais em nada ligados à monarquia, como o *Diario Mercantil*, faziam questão de exaltar o feriado nacional em celebração ao 13 de Maio, inclusive com a publicação de um folhetim escrito especialmente sobre o tema (*Diario Mercantil*, edições de 14 e 15/05/1912)

O discurso do trabalho livre contra a escravidão era comum a conservadores e liberais, em Diamantina e em Juiz de Fora. A escravidão era vista como obstáculo à formação de uma cultura em que o trabalho fosse verdadeiramente produtivo; vencê-la e incorporar os ex-escravos ao mundo do trabalho livre foi, durante a década de 1880, um dos principais desafios colocados pela imprensa para o desenvolvimento do país.

Atrahir a colonisação européa, parece tambem deffícil tentativa, em quanto predominar neste paiz o elemento escravo [...] O que nos resta fazer? Preparar a colonisação nacional. Educar o ingenuo para o futuro. [...] Eduquemos o escravo; façamos delle tambem o que tentamos fazer do ingenuo, isto é, um homem. (*Pharol*, 20/10/1883)

Desde 1831 vemos este benemerito partido, luctando sempre pelas liberdades politicas, scientificas e litterarias, e, sobre tudo, pela extincção da escravidão do sólo brasileiro [...] Eis, como se trabalha a bem de uma causa santa; eis também como se resolverá a questão da substituição do braço escravo pelo livre; questão principal aos olhos do governo e dos cidadãos. (*Sete de Setembro*, 28/04/1886)

Vale a pena destacarmos que em ambos os textos, tanto do *Pharol* (de orientação liberal neste momento) quanto do *Sete de Setembro* (órgão do Partido Conservador) a questão da abolição não é vista pela ótica do ex-escravo libertado. A “*questão principal aos olhos do governo e dos cidadãos*” é “*preparar a colonisação nacional*”, transformando o (ex)escravo num “*homem*”, isto é, num trabalhador. Ainda que, como no texto acima, este tivesse a “*fronte negra, mas cristã*”.

O trabalho era apresentado como elemento civilizatório, formador da moral pessoal, que protegeria o indivíduo educado a trabalhar contra a penúria e a miséria, servindo também como escudo contra a preguiça e outros comportamentos considerados infames. Por isso o *Pharol*, num editorial, sugeriu à Câmara Municipal

a “*criação de um asylo para meninos desoccupados*”, onde receberiam ensino e trabalho (*Pharol*, 17/04/1887). Nem só com os menores preocupava-se o jornal: alguns meses antes, a criação de uma fábrica de tecidos, a Morrit e Cia., foi saudada pelo jornal justamente pelo seu valor educativo para os que ali trabalhassem, devido à

influencia benefica que um estabelecimento nestas condições exerce sobre os costumes e as tendencias dos representantes da classe operaria nelle empregados. Affazendo-os ao trabalho e desviando-os das irresistiveis attracções do vicio, desenvolve noções de economia que, postas em pratica, hão de, forçosamente, pô-los ao abrigo da penuria, nos dias em que por qualquer circumstancia imperiosa o trabalho não lhes seja permitido. (*Pharol*, 25/03/1887)

Assim, percebemos que, em ambas as cidades, apesar das muitas diferenças existentes entre elas, a imprensa reproduzia um discurso comum sobre o valor do trabalho. Tanto Diamantina quanto Juiz de Fora haviam sido regiões de grande exploração do trabalho escravo – a primeira, principalmente na mineração; a segunda, principalmente na cafeicultura; além, é claro, de todos os serviços urbanos prestados por eles. Ambas tiveram que lidar com os problemas oriundos da transição para o trabalho livre; entre eles, a construção de um discurso de valorização do trabalho. Discurso ideológico que teve na celebração do 1º. de Maio sua data central.

A data de comemoração do Dia do Trabalho era oportunidade para que *A Idéa Nova*, por exemplo, reafirmasse sua crença de que, “*pelo trabalho livre e fecundo, marchamos sempre para a Cidade Futura da Verdade e da Justiça*” (*A Idéa Nova*, 05/05/1907). Ou, em outro ano, publicar o artigo abaixo, com destaque na primeira página do periódico, condensando vários dos princípios norteadores do discurso de valorização do trabalho:

1º. DE MAIO// Consagrado à commemoração do Trabalho // “É pelo trabalho que se reina” Luiz XIV // Ha alguns annos combinou-se, entre todos os paizes do mundo civilizado, que o dia 1º. de maio fosse consagrado á commemoração geral do trabalho. // Com certeza merece essa consagração a alavanca poderosa que tem renovado a face da terra, tornando cada vez os homens melhores, mais irmanados, mais pacíficos, e suavizando continuamente a nossa ephemera passagem no planeta. // O trabalho é um dos melhores mestres do caracter práctico. Elle faz nascer a disciplina e a obediencia, a força de vontade, a atenção, a applicação e a perseverança. // O trabalho é a lei que regula a nossa existencia – o principio vivo que faz os homens e as nações progredirem. A maior parte dos homens tem necessidade de trabalhar para viver, porém todos devem trabalhar, mais ou menos, si quizerem gosar a vida devidamente. // Si ás vezes o trabalho parece peso ou castigo, sempre honra e glorifica; nada se pode realizar sem elle: só por meio d’elle é que o homem consegue tudo quanto tem de bom; a civilização é producto seu. Si elle fosse abolido, a raça humana se extinguiria. // O dever do trabalho deve ser cumprido por todas as classes e condições da sociedade, porque todos, sem excepção, tantos os ricos como os pobres, têm alguma cousa que fazer, segundo a sua condição. // [...] A superioridade do trabalho humano está em ser consciente: todos os bipedes implumes, (como dizia Aristoteles) espalhados na crosta do planeta, como abelhas activas trabalham continuamente para melhorar as condições da

colmeia humana. // O progresso será indefinido, como dizia Fourier? // Para onde marcha a Humanidade? // Mysterio insondavel! // Sendo o **Trabalho** o incessante melhorador da vida humana, saudemol-o hoje, no solemne dia de sua festa: – *Et renovabis facem terrae!* (A *Idéa Nova*, 01/05/1910)

A própria comemoração do Dia do Trabalho já seria sinal claro da participação no conjunto dos “*paizes civilizados*” que a observam. Aludindo à lembrança da maldição bíblica e da cultura escravocrata, certamente presente ainda entre muitos adultos, apesar do tempo transcorrido desde a Abolição, o jornal afirmava o trabalho como parte mesmo da natureza humana – sem o qual as obras da humanidade seriam impossíveis. Natureza que não se altera pela riqueza pessoal, sendo parte necessária da vida do pobre e do rico. A constatação da força do trabalho levava o autor do artigo à projeção do futuro, pensando nos caminhos que o desenvolvimento abriria à humanidade. Tais elucubrações são, porém, rapidamente abandonadas em prol da louvação da data festiva.

Observemos, entretanto, que o trabalho não era retratado apenas como “*alavanca poderosa*” para modificar o mundo. Mais do que isso, é elemento formador do caráter, gerando através da sua prática regular várias virtudes, além do consequente progresso material. Este caráter educativo, formador da pessoa, é que transcende a necessidade econômica como razão para o trabalho: mesmo aqueles que não precisariam trabalhar para viver devem fazê-lo, porque todos “*têm alguma cousa que fazer*”. A nova concepção da sociedade, moldada pela consolidação cada vez maior do capitalismo como modo de produção, mas também como sistema de valores, não admitia mais o ócio improdutivo, nem mesmo como símbolo de *status*. Todos devem trabalhar, conscientemente e “*segundo a sua condição*”; aquele que não o faz, ou deve ter uma boa razão para isso, ou deve ser tratado como alguém que foge à sua responsabilidade social. Estamos a um passo da criminalização do ócio, que no caso dos pobres era designado por outro nome: vagabundagem.

a) Lavoura e mão-de-obra: problemas e soluções

A lavoura ocupava um importante lugar nas Minas Gerais da virada do século XIX para o XX. Gerava o principal produto de exportação, o café. Abastecia o mercado interno de produtos e de riqueza. E sustentava a organização político-social, através das relações de parceria, agregamento, apadrinhamento, e outras

formas ligadas à dominação dos proprietários de terra, as quais se perpetuariam através do sistema eleitoral da República.

Por tudo isso, a lavoura foi uma preocupação constante nas páginas dos jornais, tanto em Diamantina quanto em Juiz de Fora. Os braços desocupados, e os métodos possíveis para levá-los ao trabalho regular eram temas recorrentes na discussão sobre a sociedade que se queria implantar. Estava claro, para os homens de imprensa, que uma radical alteração da sociedade agrária teria profundos impactos, nem sempre positivos, sobre o ambiente urbano. Além do processo abolicionista, outros problemas eram apontados como responsáveis pela desorganização da mão-de-obra no campo, como por exemplo a cobranças de impostos territoriais, contra a qual o *Pharol* moveu intensa campanha:

Filigranas // [...] Os possuidores de terras, em consequencia da crise economica, que atravessa o paiz, devido aos grandes esbanjamentos havidos assim com o governo, não tem capitaes para aproveitarem, como deviam, a sua propriedade; não tem braços para cultural-a e nem meios de transporte para os seus productos; os quaes, quando são obtidos superando mil difficuldades, estão sujeitos a diferentes tributos municipaes, estadues e federaes. // O imposto territorial será pois o golpe de morte na lavoura ou a fome e a miseria para o povo! [...] Canto do Céu, 24 de julho de 1900. // Arco Iris (*Pharol*, 28/07/1900)

Segundo os jornais, não bastasse a carga dos impostos, os agricultores precisavam lidar com ainda outro problema ligado à mão-de-obra: o abandono dos campos. A libertação dos escravos, coincidindo com a expansão dos centros urbanos no Brasil, promoveu intenso êxodo rural; muitos foram os que migraram, buscando melhores condições de vida, e também se afastaram das memórias da escravidão. Em Juiz de Fora, região atingida diretamente pela Abolição, a reação ao êxodo rural gerou discursos rancorosos e revanchistas na imprensa conservadora.

O Exodo dos Povoados // As Fazendas de Café // A reacção devia dar-se como em tudo sóe acontecer. O apego pela vida facil dos arraiaes e das cidades tornou-se moda em o nosso estado, nem só as classes remediadas, como as classes proletarias lhe deram preferencia á vida rural. // Mas tudo tem o seu fim, o seu termo; o inverso já se deu, ou ainda está se dando – devido á crise financeira, que não é – nada mais, - nem nada menos que a consequencia natural da cessação completa do trabalho depois do 13 de maio e das loucuras commetidas depois do 15 de novembro. [...] É preciso exigirem dessa gente imprevidente aluguéis das casas que habitam – forçando-os, por esse meio indirecto, ao trabalho são e honesto; é preciso que os srs. fazendeiros se lembrem de que as casas custam quantia não pequena; é preciso que se lembrem de que a linha vale dinheiro; é preciso que se lembrem de que as bananas, os fructos, enfim os tuberculos – batatas, inhames – , as aves e caças, a bôa agua, o bom clima e a bôa habitação, enfim, constituem capitaes valorosos – que nessa época de crise devem render juros. // Além de todo esse goso a que até hoje o roceiro-proprietário não tem ligado importância – torna-se preciso que daqui por diante não tolere mais os assaltos dessa cohorte de ingratos e imprevidentes homens – fructo da má educação e da fartura dos tempos da escravidão. // Os operarios estrangeiros, com o exemplo dos nossos nacionaes, tornam-se ainda mais audazes e exigentes, a ponto de já se irem tornando impossíveis, principalmente com a cessação das entradas de novos immigrants. // Avante, pois, srs.

fazendeiros, tratemos destas e de outras medidas de caracter domestico, e veremos em pouco – os bellos resultados colhidos. [...] (*Pharol*, 03/03/1900)

Fica claro neste texto que, descapitalizados, os fazendeiros procuravam transferir o ônus da manutenção de suas propriedades para os trabalhadores que – por contrato de trabalho ou de parceria, ou mesmo pelas regras tradicionais – usufruíam as benfeitorias e “*de todo esse goso*”. O artigo afirma que o êxodo rural passava por uma reversão, causada pela crise financeira e o custo de vida urbano, e que os fazendeiros deveriam aproveitar este momento para estipular condições mais duras nas relações com seus trabalhadores – mal acostumados aos tempos de fartura da escravidão...

Mas a fuga dos trabalhadores para as áreas urbanas não era a única competição que os fazendeiros mineiros deviam temer, como denunciou a imprensa juiz-forana uma década depois.

O exodo dos trabalhadores da lavoura // Emissarios de S. Paulo seduzem os colonos de Minas para aquelle Estado. // Ha muito vem a imprensa reclamando contra o abuso de individuos sem escrupulos que, assalariados pelos fazendeiros de S. Paulo, procuram este Estado com o fito condemnavel de seduzir os trabalhadores de nossas lavouras, sob promessas de maiores salarios e outros lucros que aqui não encontram. [...] (*Diario Mercantil*, 15/03/1912)

Em Diamantina, o problema da ausência de mão-de-obra nos campos já aparecia na imprensa pouco tempo após a Abolição. O longo artigo abaixo (iniciado na primeira página e estendendo-se pela segunda), além da “sedução dos trabalhadores” para outras regiões, reclamava da ausência de mecanismos regulatórios que deveriam ter preparado a libertação dos escravos. Mas apontava também para um outro grave problema da agricultura regional: seu atraso, seu apego a tradições ultrapassadas, inadequadas aos novos tempos do progresso e do desenvolvimento científico-tecnológico.

A Agricultura no Norte de Minas // [...]A verdadeira causa entorpecedora da vida agricola, actual, é a falta de braços, que se debandaram após a aurea lei de 13 de Maio, não precedida por outras que regularissem o trabalho e lhes fizessem a substituição, as quaes devião ser o prodromos da revolução pacifica, que extinguiu para sempre a escravidão no solo brasileiro. [...] É incontestavel que a agricultura luta com serios embaraços em alguns pontos deste Estado, e estes devidos ás tradições herdadas, que as exigencias da epocha tornaram obsoletas e em desharmonia com os progressos da sciencia. As propriedades ruraes vacillam em suas bases, pela falta de braços e a consequente falta de capitaes sufficientes para sustentar os poucos que se aprese[n]tam e cresceram [de] preço. // A grande lavoura, que tem sido um importante esteio da ordem social, e a fonte mais abundante da riqueza publica, quasi que está asphyxiada pelo emperramento no passado, podendo, alias, recorrer ao poderoso meio da associação para contrabalançar pelo agrupamento das forças individuaes, as difficuldades naturaes, mas não invenciveis. // O desanimo e a luta são quasi geraes, mas o norte de Minas é que tem mais resentido com a emigração de trabalhadores para sul onde lhes accenam com grandes salarios, que depois são tirados com a careza da vida n'aquellas

regiões, os descontos dos dias de falta e domingos e as despesas de hospitaes. // Empenhem os poderes publicos e os agricultores em attrahir trabalhadores para esta zona, solicitando do governo do Estado um contingente dos immigrantes asiaticos que vae mandar ou já mandou contractar, offerecendo-lhes as accomodações e vantagens estipuladas nos contractos, que veremos o norte de Minas sobrepujar a todas outras zonas em producção. (*Cidade Diamantina*, 25/06/1893)

Neste artigo estão listados vários obstáculos que teriam que ser vencidos pela agricultura na região de Diamantina, apenas cinco anos após a abolição da escravidão: ausência de braços, descapitalização dos proprietários, elevação dos salários dos trabalhadores e das despesas em geral, competição com outras áreas de economia mais dinâmica. Com destaque, era condenado o apego a práticas e posturas obsoletas, quer nas relações com as forças de trabalho, quer nas técnicas empregadas. Mas afirmava-se, também, o potencial da região, que exigiria poucos investimentos para realizá-lo: imigrantes, máquinas e novas práticas, como as associações e sociedades.

A solução passaria, assim, por uma educação para o trabalho agrícola que pudesse atualizá-lo, arrancando-o do passado atrasado onde estava emperrado para o novo tempo do progresso e do desenvolvimento. Este discurso não é novo, e já era encontrado antes mesmo da Abolição; o *Pharol*, como citado no capítulo 2, exaltou o progresso representado pelo projeto de uma Escola Agrícola em Itabira em 1882. Num discurso pronunciado em Belo Horizonte por ocasião da série de Conferências do dr. Carlos Botelho na Sociedade Mineira de Agricultura, em 1911, o senador diamantinense Pedro da Matta Machado, cuja família liderava a redação d'*A Idéa Nova*, comparou a situação da agricultura, à época, com aquela existente antes do 13 de Maio:

Immoral e defeituoso, o regimen servil, que nos acallentou, era todavia, um systema organizado de trabalho. Com elle se elaborou nosso organismo economico, por elle viveu a nossa civilização agricola que o paiz desfructou até 13 de maio de 1888. // Aos albores matinaes, partiam para o trabalho os obscuros obreiros, os verdadeiros estadistas, que temperavam com o seu suor e suas lagrimas o lastro conservador, o fundo de resistencia, a fonte vital da nação. // Sobre esse lastro desabrochou e cresceu nossa cultura; sobre elle se manteve artificialmente o simulacro do governo representativo, que nos deu a illusão de Nação organisada, quando não passavamos de um povo dirigido por um chefe, sob a forma e as apparencias de uma nacionalidade. // Com a abolição, o Brasil decahiu sensivelmente na sua capacidade economica; a lavoura, não se adaptando ao trabalho racional, entrou em declinio, e no meio inadequado à sua existencia só se mantém as industrias coetaneas do periodo pastoril e aos que vivem ao pezo das tarifas alfandegarias. [...] A instrucção technica e profissional principalmente agricola e essencialmente practica, é a nossa mais palpitante necessidade, porque só ella dará ao lavrador o primeiro lugar, o lugar de honra que lhe compete neste paiz, que só a agricultura racional fará forte, livre, independente e feliz. // Urge instruir, elevar e dignificar a classe, desde o pequeno lavrador que, na cultura de cereaes e de fructas, fornece ao povo alimentação abundante, sadia e barata, até o fazendeiro que,

produzindo para as permutas internacionaes, é o factor poderoso da riqueza publica. [...] (*A Idéa Nova*, 16/07/1911)

Eis aí exaltadas a disciplina e a organização do trabalho existentes sob o regime escravo. Eis aí o discurso da decadência da atividade agrícola causada pela desorganização da mão-de-obra. Eis aí a solução proposta, passando pela instrução e pela qualificação técnica dos trabalhadores. Este coerente discurso afirmava que só assim, com mudanças e investimentos, a agricultura poderia atingir o estágio de desenvolvimento racional necessário ao abastecimento da população e ao sustento da agro-exportação.

O abandono das antigas práticas agrícolas, revolucionando-as pelo progresso, era tido como solução até para combater os problemas ambientais, como fica claro num longo artigo sobre a desertificação do norte-nordeste mineiros, acelerada pelo processo de desmatamento e queimadas:

O necessario, o inadiavel é, portanto, o estabelecimento de pequenas escolas agricolas naquelles municipios, pelo menos, mais ao alcance das seccas, ficando o ensino a cargo de professores ambulantes, alheios á politica quanto á nomeação e ao exercicio, funcionarios de immediata confiança do governo, encarregados de instruir experimentalmente o lavrador sobre a constituição do solo [...] (*A Idéa Nova*, 06/05/1906)

A fim de transformar a agricultura numa atividade progressista, desenvolvida e racional, a fórmula proposta incluía não apenas a educação agrícola, que levaria ao fim das práticas obsoletas, como também a introdução de melhoramentos tecnológicos na produção e no seu escoamento. Para a região de Diamantina o ícone dessas transformações, que atingiram também a indústria, seria a ligação ferroviária.

FERRO VIA // Consta por telegramma vindo de Belo Horizonte que brevemente será Diamantina beneficiada pelo governo do Estado com a mercê de uma estrada de ferro. // Não podemos deixar de applaudir a iniciativa governamental, attentas as necessidades vitaes e urgentes que temos desse grande melhoramento. // Diamantina constitue indubitavelmente o centro, o fóco para onde convergem todas as forças nortistas do estado. É, como já disse eminente politico em sua fé de officio, o vestibulo do norte de Minas. [...] Não tem a cidade propriamente industria sua. // Tem-na, porém, o municipio. E sendo a séde beneficiada pela ferro-via, claro está que todos os productos do municipio para aqui virão como escoadouro mais proximo. // Possui o municipio fabricas de assucar, algumas bem aperfeçoadas, criação de gado vacuum em confortaveis retiros, fabricas de tecido como as de S. Roberto, Sta. Barbara, Beribery, etc. Tudo isto tomará novo incremento, desde que seus proprietarios saibam que seus productos terão vasante para chegar ao grande mercado. [...] Os agricultores da região [Peçanha] usam ainda dos processos rudimentares da cultura. Uma vez, porém, que reconheçam a necessidade, começarão a empregar os processos da agricultura moderna com seus instrumentos, etc. [...] Não se desenvolverão todas essas industrias uma vez que se aufiram dellas grandes proventos? // Praza aos ceos que vejamos em breve realizados os desejos de todo o povo diamantinense pelo patriotico governo do Estado. (*A Idéa Nova*, 06/12/1908)

Sobre a importância da ferrovia para Diamantina já se falou. Cabe-nos aqui, ainda, pensar sobre o terceiro elemento proposto acima como solução: a vinda de trabalhadores imigrantes. É verdade que havia uma intensa campanha para a atração de europeus, especialmente em Juiz de Fora, onde até Saint-Hilaire foi citado, por haver dito que Minas Gerais era “*uma das [províncias] que mais se prestão ao estabelecimento de imigrantes*” (*Pharol*, 15/11/1885).⁸⁹ Além dos atrativos sócio-culturais advindos das concepções racialistas presentes na discussão imigracionista,⁹⁰ havia ainda o exemplo de São Paulo a ser considerado. A política de imigração era mostrada como elemento fundamental do progresso e do desenvolvimento conseguidos pelos paulistas.

Imigração // Ha dias, escrevendo a respeito do futuro economico do nosso estado, repetimos a verdade sedica de que esse futuro não será attingido sem que se promova o povoamento do vasto e fertil solo do territorio mineiro. // E esse povoamento, é sabido, está na dependencia immediata da corrente immigratoria estabelecida entre os mais populosos paizes e o nosso. [...] As correntes immigratorias mantidas pelo governo cessaram de vez aqui. // E é natural que isso tenha acontecido, porque o thesouro mineiro não está em condições de a sustentar. // A imigração espontanea, porém, não é dispendiosa, e, assim, essa, precisa ser promovida com tenacidade, com entusiasmo e sem interrupção. // O secretario da agricultura do estado, homem de incontestaveis meritos, e cujo passageiro afastamento da actividade administrativa é lastimavel, não tem agido em favor da propaganda, que para esse fim deve ser incessantemente sustentada, com o ardor que todos esperavam do seu espirito bem orientado e altamente progressista. // O governo precisa fazer alguma cousa pela imigração, e, uma vez que não póde desviar para ella os recursos financeiros, que, ao menos, promova, pelos meios ao seu alcance, aquella que se faz natural e espontaneamente. (*Jornal do Commercio*, 26/01/1901)

O desejo do articulista vingou algum tempo depois, mas por iniciativa do governo municipal. Dez anos depois deste artigo uma obra escrita em italiano por Leonardo Garella, “*Città di Juiz de Fora*” (*Minas Geraes - Brazil*), foi publicada para distribuição na Itália, como forma de incentivar a “*propaganda*” da “*imigração espontanea*” para a cidade.⁹¹

Mas havia também muitas restrições à imigração estrangeira. Num dos textos referidos acima (*Pharol*, 03/03/1900), é feito o alerta de que os trabalhadores estrangeiros “*tornam-se ainda mais audazes e exigentes, a ponto de já se irem tornando impossíveis*”: reclamações e exigências visando melhores salários e condições de vida e trabalho assustavam os proprietários acostumados à escravidão, ou a trabalhadores que viviam sob o peso da sua memória. Tais temores

⁸⁹ Abordo brevemente a questão da imigração em Juiz de Fora em GOODWIN Jr., 1996; melhor estudo porém está em OLIVEIRA, M., 1991.

⁹⁰ Ver textos de Giralda Seyferth e Jair Ramos de Souza em MAIO; SANTOS, 1996.

⁹¹ GARELLA, Leonardo. “*Città di Juiz de Fora*” (*Minas Geraes - Brazil*). Juiz de Fora: Typographia Brazil. 1911. p. 1. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio. Biblioteca.

fortaleciam as críticas ao imigracionismo, especialmente em Diamantina, onde não se conseguiu implantar uma efetiva política de atração de estrangeiros:

Um outro mal afflige, e muito, ao collega [o jornal liberal *17º Districto*], e com toda a razão. É a desbragada mania dos governos de importarem esta alluvião de povo que constitue a maior miseria da Europa; porque entende o collega que não é um mal para nós que o Brasil seja ainda um deserto, que possua immensas riquezas desconhecidas, que a sua população seja insignificante. Antes pelo contrario, ahi é que está a nossa felicidade, porque o que é que nós queremos fazer com braços, riqueza e industria se juntamente com isto vem as revoluções e as gréves de operarios pedindo pão? (*Sete de Setembro*, 07/09/1886)

O jornal conservador preferia apostar numa outra reserva de mão-de-obra, disponível até mesmo na região de Diamantina, e amparada pelo já existente Código Criminal, com suas regras que obrigavam os desocupados ao trabalho regular:

Todos, vendo o abysmo para que caminha o paiz com o desaparecimento dos escravos, // não se pondo em execução o art. 295 do cod. crim. // fallão em torrentes de emigração estrangeira; e entretanto ninguem se lembra do alapardado art. 295 do cod. crim., que obriga os cidadãos a concorrerem com o seu trabalho para o bem-estar geral! (*Sete de Setembro*, 19/02/1887)

Mesmo na região de Juiz de Fora, a imigração estrangeira não era vista como a única alternativa para garantir a mão-de-obra na lavoura. Num artigo intitulado “*Lavoura e Imigração*”, o *Pharol* respondeu a uma carta de lavradores do distrito de Providência, que queriam o reinício da política de imigração no estado para compensar a perda de braços para as empresas. Num trecho da carta publicada, os proprietários reclamavam que a mão-de-obra “*não tem mais concorrido para a Matta, preferindo, com razão, desfructar os gordos salarios que as empresas em épocas, como a presente, de cambio baixo, costumam pagar aos seus operarios.*” Ao que o jornal respondeu que, se havia produção, então havia condições para que fossem pagos bons salários, e isto atrairia trabalhadores, resolvendo o problema da falta de mão-de-obra. E completou: “*dahi se vê que, ligada a crise do trabalho á crise dos preços, o ponto principal a ferir, o remedio verdadeiro está na valorização do café no mercado nacional*” (*Pharol*, 01/05/1900). A reivindicação por políticas de valorização e proteção ao café seria contemplada, alguns anos depois (1906), pelo Convênio assinado em Taubaté, que estabeleceria as bases da futura política do “café-com-leite”.⁹²

Se em ambas as cidades percebemos o enfrentamento das dificuldades inerentes à implantação de uma nova racionalidade na produção agrícola, assim como os problemas de mão-de-obra, há que se afirmar uma grande diferença: a

⁹² Sobre uma revisão deste tema, por uma historiadora de Juiz de Fora, ver VISCARDI, 2001.

região em torno de Juiz de Fora, pela produção cafeeira, possuía condições muito mais favoráveis ao desenvolvimento agrícola e econômico. Sem algo a oferecer ao mercado exportador – posto que os diamantes e a produção algodoeira estavam em crise –, e sem canais para o escoamento da produção existente, a economia de Diamantina permaneceu ainda por muito tempo limitada, praticamente, à região em seu entorno.⁹³

b) O trabalho urbano

A nova cultura a respeito do trabalho tinha a lavoura como um dos seus temas centrais. Entretanto, a vinculação pretendida entre a valorização do trabalho e a melhoria das condições de vida encontrava sua explicitação nos textos que abordavam o trabalho urbano, especialmente o industrial. Um bom exemplo disso está nesse trecho das “*Tiras*”, publicado por ocasião do Dia do Trabalho, em 1912:

O trabalho é digno de verdadeiro culto, de todas as homenagens. O operário – e o somos, em geral, todos nós que vivemos – em particular, o homem do trabalho puramente material, só encontrará a independência, agindo, vivendo. // A classe operária, principalmente, tem o seu problema a resolver, problema que aliás interessa a todo o organismo social – a sua felicidade e liberdade – e só pelo trabalho é que ella alcançará esse “desideratum”. // Feliz do homem que póde trabalhar e encontra trabalho. [...] – Y. (*Diário Mercantil*, 01/05/1912)

Feliz daquele que pode trabalhar, pois é através do trabalho que a classe operária irá resolver seus problemas. Mais feliz ainda, se encontrar trabalho – estaria o autor do artigo reconhecendo o já crescente descompasso entre a oferta de mão-de-obra e a capacidade de absorção das fábricas em Juiz de Fora? Seria um deslize, a marcar um lado menos jubiloso da realidade do trabalho?

Pois o ambiente de trabalho urbano era marcado por vários problemas e tensões. As precárias condições de trabalho geravam vários acidentes numa cidade como Juiz de Fora, em que havia uma utilização cada vez maior de maquinário. Há diversos registros de funcionários de empresas, que foram mutilados por máquinas: Domingos Corrêa, que “*deixou-se apanhar*” por uma máquina na fábrica de móveis de Corrêa & C., machucando levemente os dedos da mão esquerda (*Pharol*, 21/03/1900); Theophilo, empregado de Francisco José Kascher, que teve o maxilar inferior fraturado por um pedaço de madeira que serrava – e precisou ter seus dentes extraídos (*Pharol*, 12/06/1900); os crioulos Manoel José Vaz, que teve a perna quebrada, e seu colega que ficou ferido, ao serem atingidos pela queda dos

⁹³ Sobre as crises do final do século XIX, ver LIBBY, 1988; para as tentativas de romper as limitações econômicas regionais, ver MARTINS, 2005.

sacos que empilhavam, na casa dos srs. Manoel Faria & C. (*Jornal do Commercio*, 16/01/1906); Baptista Pelicano, operário da Companhia Fabril Juiz de Fora, que perfurou a mão esquerda quando cortava uma lâmina de parafina com uma faca de sapateiro (*Diario Mercantil*, 24/01/1912). A maior incidência de notícias desse tipo na imprensa de Juiz de Fora que na diamantinense pode ser explicada pelo grande número de indústrias, dos mais variados tipos, que se encontravam na cidade – donde um dos seus epítetos, a *Manchester Mineira*. Diamantina, embora já possuísse algumas fábricas trabalhando com maquinário pesado, não possuía um parque industrial comparável à cidade do sudeste mineiro.

Algumas notícias de acidentes vêm de fora, como a informação sobre o fazendeiro que, num engenho de cana em Itabira, teve sua mão esmagada e o terço superior do braço amputado (*Pharol*, 10/08/1900). Também de Itabira vem a notícia do acidente com um tipógrafo:

Em dias da semana passada, quando se procedia á impressão das páginas centraes do *Correio de Itabira*, o sr. Jorge Fontes, typographo das officinas daquelle collega, deixou os dedos indice e medio da mão direita serem apanhados pelo prélo, que os esmagou pela ponta. (*Pharol*, 08/08/1900)

Podemos perceber, pelos jornais, que eram comuns os acidentes atingindo mãos e braços, expostos pelo tipo de trabalho e o maquinário utilizado. Tais acidentes poderiam ser atribuídos, também, à desatenção, causada pelo cansaço, ou mesmo pela inexperiência no uso do equipamento. Os termos usados, porém, quase sempre conferem ao trabalhador a culpa, por “se deixar apanhar” pelas máquinas e ferramentas. Outros tipos de acidentes também ocorriam, envolvendo elementos diversos. Pelo menos um deles tem um quê de inusitado, pela descrição da cena ocorrida e da qual, espantosamente, ninguém saiu machucado:

Desastre // Hontem, ás onze horas da manhã, estando funcctionando as machinas a vapor da fabrica de macarrão do sr. Paulo Simoni, à rua Quinze de Novembro, aconteceu a roda volante do moinho partir-se em diversos pedaços, sahindo quatro destes pelo telhado da casa, arremessados com tanta violencia que dous foram cahir á rua de Santa Rita, a grande distancia, um a rua S. João Nepomuceno e outro, tocando a pedra do passeio, nesta produziu profundo sulco, indo de encontro ao muro, onde se deteve. // A roda ficou em fragmentos; um destes perfurou uma das paredes do centro, deixando um grande rombo. // Na officina do sr. Simoni achavam-se diversos empregados, que, felizmente, nada soffreram. // Attribute-se o facto a ter-se bambeado algumas das cunhas do volante. (*Pharol*, 10/10/1900)

Este e outros registros apontam para as consequências que poderiam resultar das frágeis condições e equipamentos utilizados durante as atividades produtivas, como a mineração em Diamantina ou as fábricas em Juiz de Fora:

Horível. // Informam-nos que no serviço da mineração da Boa-Vista, a 12 Kilometros desta cidade, foram soterrados tres rapazinhos que alli trabalhavam n'um desbarranque. Dois dos infelizes operarios foram salvos a muito custo, falecendo um. Ignoramos os nomes das victimas da catastrophe, que, alias, não é a primeira que alli ocorre. (*A Estrella Polar*, 20/02/1903)

Desabamento // Na fabrica Corrêa & Corrêa // Hontem, ás 2 horas da tarde, os operarios da fabrica de moveis Corrêa & Corrêa foram alarmados pelo desabamento inesperado de uma parte do forno das officinas do estabelecimento. // Os escombros attingiram aos operarios Eugenio Possato, João Corrêa e João Pollato que receberam apenas leves ferimentos. (*Diario Mercantil*, 07/02/1912)

Terrível explosão // Dous operarios feridos // Hontem, pela manha, deu-se na usina da Companhia Mineira de Electricidade, proximo de Retiro, terrível desastre, d'elle saindo feridos dous operarios. // Diversos trabalhadores entregavam-se alli ao serviço de rebentar, á dynamite, pedras para as obras que actualmente se fazem naquella usina. // Varias descargas já se tinham feito, sem mais novidade; em certo momento, porém, uma das minas explodiu prematuramente, não dando tempo a Ernesto Caetano e Silvino Ribeiro para fugirem. // Os infelizes operarios foram attingidos pelos estilhaços das pedras, recebendo diversos ferimentos no rosto, olhos, e mais partes do corpo. // Os feridos foram conduzidos para a Santa Casa, onde Ribeiro, que recebeu ferimentos mais graves, ficou internado. // Caetano depois de medicado retirou-se para sua residencia. (*Diario Mercantil*, 01/05/1912)

A insegurança resultante das condições de trabalho, comum a várias cidades brasileiras, pode ter contribuído para que os trabalhadores organizassem manifestações coletivas, reivindicando melhores condições de trabalho; em alguns casos, tais movimentos geraram greves. Toda essa mobilização começou a ocupar o noticiário regular, mesmo quando as notícias referiam-se a outros lugares, como a greve dos cocheiros no Rio de Janeiro, acompanhada diariamente pelo correspondente do Pharol durante o mês de janeiro de 1900 (Pharol, 16/01/1900 e seguintes). Também em Diamantina o jornal A Idéa Nova acompanhou, através de suas "Cartas paulistanas", a situação criada "pela greve geral dos empregados das ferro-vias e pela solidariedade dos empregados de outras industrias" da capital paulista (A Idéa Nova, 10/06/1906).

Os problemas ocorriam também mais perto. Anos antes do acidente acima mencionado, a fábrica de móveis de Côrrea & C. em Juiz de Fora já havia enfrentado uma greve motivada por "*questões internas de administração*" (*Pharol*, 12/06/1900). Alguns anos mais tarde, encontramos em Diamantina um movimento de passeatas e protestos, gerado pela exclusão de trabalhadores da União Operária Beneficente:

No dia 21 do corrente, um grande numero de operarios illegalmente excluidos da Uniao Operaria Beneficente de Diamantina, percorreram as ruas d'esta cidade, em passeata, com musicas e foguetes, e lavraram um protesto contra o arbitrario esbulho dos seus direitos, que elles em breve esperam reaver , pelos meios legais. No percurso pelas ruas reinou sempre a mais perfeita ordem. (*A Idéa Nova*, 28/04/1907)

Pouco menos de um mês depois, temos notícia da encenação de uma peça cujo título – e o jornal que a anuncia – não deixam dúvidas quanto ao conteúdo do drama encenado:

“Operarios em greve” // É este o título de um drama em 3 actos, original de S. Napoleão da Victoria, que será levado á scena no dia 1º de Junho, no Theatro de Santa Isabel, pelos amadores da “Escola Dramatica Diamantinense” (*O Operario*, 25/05/1907).

Diante dos movimentos de trabalhadores urbanos, encontramos diferentes reações na imprensa. O jornal católico *A Estrella Polar*, ligado à diocese de Diamantina, ocupou toda uma primeira página, com um artigo discorrendo sobre o comportamento em relação à propriedade. Concluiu que, “*para resolver a desharmonia entre os ricos e os proletarios é preciso que a justiça seja distincta da caridade. // Não haverá direito de reivindicação, sinão quando a justiça for lesada*” (*A Estrella Polar*, 10/03/1904). Ecoava o tom conciliatório que o Vaticano buscava impor à política social católica em todo o mundo. Já o juiz-forano *Diario Mercantil* adotou uma postura bem diferente, encarando como justas as reivindicações dos trabalhadores em época de crise. Apesar de afirmarmos a existência de um discurso comum, apoiado em algumas idéias compartilhadas sobre o progresso, a civilização e a ordem urbana, exemplos como este mostram-nos a grande diferença existente entre os *homens de imprensa* que se mantêm ligados a uma visão religiosa, mais forte em Diamantina, e aqueles que vinculam-se abertamente ao ideário liberal capitalista, mais comum em Juiz de Fora.

Aliás, o jornal liberal citado desempenhou um papel crucial nos eventos ocorridos em Juiz de Fora no ano de 1912. Desde o início do ano as páginas do diário ofereciam sinais de que uma tempestade se aproximava, com notícias sobre greves diversas. Em Lisboa, a cavalaria da guarda republicana portuguesa entrara em conflito com os operários (*Diario Mercantil*, 01/02/1912); na Inglaterra, os mineiros entraram em greve (*Diario Mercantil*, 06 e 08/03/1912). A coluna “*Notas Varias*”, que sempre dava o clima do dia, e um ou mais fatos de “*Há 15 annos*”, lembrou do encerramento da greve de cocheiros de carro na cidade (*Diario Mercantil*, 26/02/1912). O jornal estampou em primeira página um artigo, no qual defendia aos trabalhadores que se organizavam por melhores condições de salário e de trabalho.

A greve operaria // A situação premente em que sempre viveu o operariado está dando que fazer agora as classes dirigentes do velho mundo, as chamadas classes superiores, que têm a missão de distribuir o salario aos que de sol a sol labutam na insana luta pela vida. [...] O

homem que consome a sua vida na officina, trabalhando dez, doze e, ás vezes, mais horas, não ganha nunca um salario correspondente ao seu esforço e capaz de attender ás suas necessidades. // Ora, não ha iniquidade maior do que a desigualdade a que se expõe o operario em relação ás outras classes, que trabalham muito menos e ganham exaggeradamente muito mais. [...] Quando a classe operaria, cansada do jugo que a espezinha e maltrata, dá mostras de descontentamento, e, em reuniões pacíficas, procura a reivindicação de seus direitos, então sim, intervem os homens do poder para revelarem o valor da sua força, mandando pisar a pata de cavallaria os pobres operarios, enquanto aos patrões se ministra a mais desabusada protecção e as mais condemnaveis regalias. Z. (*Diario Mercantil*, 10/03/1912)

Denúncia da desigualdade social, do descompasso entre a carga de trabalho e a remuneração, crítica severa ao uso da violência policial por parte dos senhores do poder, condenação da diferença de tratamento – são temas que, à época, marcavam uma corajosa posição a favor do operariado. Apesar disso, é importante perceber que o jornal não apoiava a violência como forma de manifestação, exaltando as “reuniões pacíficas”. Mantinha-se assim, fiel ao seu perfil liberal: o respeito às liberdades individuais e à propriedade privada eram os limites de seu compromisso com os trabalhadores. Isto ficou patente na sua cobertura da greve em Belo Horizonte, quando foram feitas severas críticas ao comportamento dos operários, que estariam extrapolando o campo de suas reivindicações:

Bello Horizonte // A parede de operarios // [...] Grandes grupos de operarios, mal guiados, provocavam os transeuntes, obrigando-os pela violencia a se descobrirem diante de bandeiras de varias nacionalidades. // Ficar inactiva a policia em face dos acontecimentos seria animar a ousadia dos que exploram a boa-fé do operariado, comprometendo o exito de sua tentativa para todos tão sympathica, enquanto os reclamantes agiam pacificamente, dentro da ordem e do direito. (*Diario Mercantil*, 09/05/1912)

Se os está lesando a ganancia do patrão, deste reclamem, pois é um direito sagrado; mas não destruam, não espanquem, não attentem contra a autoridade e contra a ordem, não affrontem a liberdade de outrem. [...] (*Diario Mercantil*, 09/05/1912)

O jornal acompanhou os movimentos dos operários em Belo Horizonte até a solução da greve, com o arbítrio em favor da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias (*Diario Mercantil*, 16/05/1912). Especial elogio, na coluna “*Tiras*” recebeu a maneira pacífica pela qual foi resolvida a questão (*Diario Mercantil*, 17/05/1912).

O verdadeiro teste para o posicionamento desses *homens de imprensa*, entretanto, seria o movimento articulado de várias categorias de trabalhadores urbanos, que ensaiaram uma “greve geral” em Juiz de Fora naquele ano. A primeira rodada começou ainda em janeiro, e bem próxima às redações: foi a greve dos tipógrafos. Uma notícia no jornal *A Noite*, reclamando da dificuldade de se conseguir trabalhadores para o emergente mercado tipográfico da cidade, ocasionou uma

resposta que tornou públicas as insatisfações da categoria – e nos ajuda a perceber, mais uma vez, nuances do discurso sobre a imprensa, construído por ela mesma:

A crise dos typographos // Porque elles raream em Juiz de Fóra – O ordenado não lhes dá para comer – 2\$500 a 3\$333 por dia, a secco, em retribuição de 13 horas de trabalho! – É uma iniquidade! // Juiz de Fóra, devido ao augmento de seus diarios, lucta presentemente com difficuldade para fornecer o “pão espiritual” ao povo. // Nada menos de seis jornaes circulam hoje e a feitura de todos reclama o braço do typographo. Mas os typographos não se puderam conformar com o salario que percebem entre nós. Por isso debandaram. E porque debandaram, Juiz de Fóra lucta com a crise dos typographos. // Sobre o palpitante assumpto, recebemos a seguinte carta de um intelligente discipulo de Guttemberg. [...] De ha muito que os compositores vivem em *verdadeira crise*. // [...] Os compositores do Rio e S. Paulo, não virão para Minas, acostumados, como estão, a diaria de dez e mais mil réis, para receberem os mesquinhos 2\$500 a 3\$333, a *secco*, (referimo-nos aos compositores de jornaes), apesar do clima saluberrimo que nos proporciona a gloriosa terra que serviu de berço a Tiradentes. // Outr’ora ganhavam elles por milheiro de quadratins, e o conforto de que gosavam era outro, não podendo soffrer pequeno confronto com os 2\$500 a 3\$333 diarios (conforme a classe!!!) // É por isso que elles hoje “andam raros”, e vão, a pouco e pouco, abandonando as fileiras “desse glorioso exercito, onde os soldados são de chumbo e antinomio e combatem immoveis”, reduzindo-o a um destacamento de aldeia. // É esta, sr. redactor, a *crise verdadeira* desses “obscuros homens do trabalho”, nos jornaes, e que, ante-hontem, deu origem ao clamor da *Noite*. “(*Diario Mercantil*, 25/01/1912)

A reação foi rápida e bem organizada: a categoria promoveu reuniões e manifestações através da imprensa, levando até alguns proprietários de tipografia a virem a público explicarem seus procedimentos.

A Crise dos Typographos // Greve? // A classe exige augmento de ordenado // Os typographos, expeditores e impressores estão dispostos a exigir augmento de salario. // Corre, para esse fim, entre os rapazes das emprezas jornalisticas locaes uma lista, que já conseguiu grande numero de adhesões. // É tão justa essa pretensão dos operarios dos jornaes que todos se acham convencidos de que ella será attendida promptamente. // Hoje haverá, ás 5 ½ horas da tarde uma reunião no parque Halfeld para se tratar do assumpto. (*Diario Mercantil*, 26/01/1912)

A crise dos typographos // [...] Sobre o assumpto recebemos ainda uma carta do sr. Hermann Erhardt, proprietario da conceituada Typographia Brazil. // O sr. Hermann Erdhardt explica-nos que seus typographos são bem remunerados, pelo que conta sempre com o auxilio dedicado delles. [segue carta com esclarecimentos:]

1. O horario de trabalho é de 9 horas.
2. Os serões são pagos extraordinariamente com augmento.
3. Os ordenados são os seguintes: o typographo mais moço ganha 4\$ por 9 horas, 2 outros 4\$400, 2, 4\$800 e 1, 6\$000. (*Diario Mercantil*, 27/01/1912)

Nesse drama da confrontação entre o capital e o trabalho, um entreato: a inauguração do busto de Mariano Procópio no jardim do Largo do Riachuelo foi um mote para que o jornal exaltasse o valor do trabalho, numa edição especial cuja primeira página era toda encimada pela frase “*Mariano Procopio Ferreira Lage // Merecida homenagem*”, sob a qual foi publicado um clichê do seu retrato. Na segunda página, continuavam as homenagens, com a foto do monumento e do jardim do Largo do Riachuelo. Havia ainda vários elogios aos embelezamentos

realizados pela gestão do dr. Oscar Vidal à frente da Câmara Municipal (*Diario Mercantil*, 12/05/1912). Um momento para exaltar a modernidade urbana que se pretendia construir em Juiz de Fora, e que deveria incluir o novo mundo do trabalho.

Alguns meses depois, as greves voltaram às páginas do mercantil diário, com a paralisação de vários trabalhadores em 16 de agosto de 1912. Lembrando-nos que as notícias circulavam de diversas formas, e não apenas pela imprensa escrita, o jornal comentou o impacto da situação sobre a cidade:

A redução de horas de trabalho // Continuou hontem a ser assumpto obrigado do dia a grève pacifica que rebentou ante-hontem entre a classe operaria desta cidade para o fim de obter a redução do trabalho diario a 8 horas, sem alteração do salario que actualmente pagam os patrões a seus trabalhadores. [...] Houve excesso da parte de alguns operarios mais exaltados, mas estes foram contidos a tempo por seus companheiros, que assim deram provas de que não os animava o intuito de provocar conflictos nem alterar a ordem habitual da cidade. // O operariado não precisa nem deve lançar mão de meios violentos para conseguir a reivindicação dos seus direitos. // Dentro da ordem e da lei, é possível a conciliação de seus interesses com os dos patrões, dependendo tudo de um accordo reflectido e calmo, sem exigencias descabidas nem imposições absurdas. [...] (*Diario Mercantil*, 18/08/1912)

Eis aí o jornal assumindo seu papel de guia das massas, formador de opiniões, elemento civilizatório, responsável por defender o direito dos trabalhadores mas também por garantir a propriedade e a ordem pública! Não existem, nesse artigo, conflitos irrefutáveis entre capital e trabalho; tudo é uma questão de conciliação de interesses, “dentro da ordem e da lei”.

A firma de construção Pantaleone, Arcuri & Spinelli procurou adiantar-se aos fatos, dirigindo carta ao jornal afirmando ter sido reduzida em uma hora a jornada de trabalho, passando a ser das 7 horas – e não mais das 6h– às 17horas (*Diario Mercantil*, 18/08/1912). Na mesma edição há a notícia de que “o sr. delegado de policia fez distribuir hontem por diversos pontos da cidade algumas praças para qualquer eventualidade”, junto com a informação de que “as officinas e fabricas, que ante-hontem deixaram de trabalhar, abriram hontem as suas portas, normalizando-se o serviço” (*Diario Mercantil*, 18/08/1912).

A cobertura da greve continuou nos dias seguintes.⁹⁴ Em 20/08/1912 o jornal relatou a reunião ocorrida na Câmara Municipal para tentar um acordo; os termos da proposta dos empresários presentes, porém, não foram aceitos pelos trabalhadores. Por eles podemos ter uma boa pista de quais eram as reivindicações dos operários,

⁹⁴ Para uma descrição dia a dia do movimento, ver o trabalho de Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade (1987), p. 78ss.

e da compreensão atomizada que os industriais assumiam em relação à sua atividade:

1º. Não conceder as 8 horas de trabalho. // 2º. Que os operarios se dirijam ao poder competente, pedindo a decretação de uma lei, que determine as oito horas de trabalho, no Brasil. // 3º. Que os operarios descontentes se dirijam individualmente a cada um de seus patrões, pedindo as concessões que desejarem, uma vez que collectivamente é impossivel attender a todos, em vista da diversidade de industrias que ha na cidade. // 4º. Quanto ao trabalho de menores nas fabricas, entendem os industriaes que só a hygiene municipal é competente para resolver sobre a reclamação, que aliás acham justa. (*Diario Mercantil*, 20/08/1912)

A tentativa de desarticulação dos trabalhadores não surtiu efeito. No mesmo dia, houve um comício às 7 horas da noite, com cerca de três mil presentes, conforme o relato do jornal. Na ocasião André Bechtuff, líder local, apresentou Donato Donatti, vindo de Belo Horizonte para auxiliar no movimento. As redações de jornais foram visitadas, e em frente ao *Diario Mercantil* houve discurso “*exprimindo o agradecimento da classe pela attitude desta folha em relação á greve*”, respondido pelo redator-chefe. O mesmo ocorreu também em frente às redações do *Pharol* e do *Correio de Minas*. Este tipo de atitude é sinal inequívoco que os operários em greve tinham plena consciência da importância do apoio da imprensa à sua causa, e da influência que os jornais poderiam ter sobre o desenrolar dos acontecimentos.

Com a adesão de mais 205 sapateiros, e as fábricas sob proteção policial, a greve continuou (*Diario Mercantil*, 20/08/1912). Várias notas foram publicadas, enfatizando especialmente o caráter pacífico da paralisação; as notícias sobre prisões de operários destacavam sempre que estavam “*exaltados*” ou portando-se de “*modo inconveniente*”; mas a polícia guardava as fábricas “*com armas embaladas*”. Uma notícia, apontando para o possível encerramento do movimento, revela o papel atribuído à redação do jornal, ao menos por parte do movimento trabalhador, que a enxergava como elemento de ligação junto ao capital:

Às 8 horas da noite, recebêmos a visita de uma comissão de officiaes de sapateiros, que, em nome de seus camaradas em grêve, veio communicar a esta redacção haver grande parte das fabricas de calçado acceitado a tabella de preços pelos referidos operarios organizada, com ella se não conformando tres ou quatro estabelecimentos, apenas. [nesses a greve continua, os outros voltam e fazem fundo de auxílio] A referida comissão pede-nos sejamos interpretes dos seus agradecimentos aos srs. Galietti & Montreuil, pela maneira gentil com que esses adeantados industriaes a receberam. (*Diario Mercantil*, 21/08/1912)

Entretanto, a greve atingiu um momento de impasse. Enquanto alguns patrões pareciam dispostos a negociar, “*permanecem ainda afastados do trabalho quasi todos os operarios que ha dias se declararam em grêve pacifica*”. A postura

pronta porém tranquila das forças armadas recebeu elogios do jornal: *“a policia tem estado de promptidão para qualquer eventualidade, continuando as fabricas guardadas por forças armadas. // O dr. Arthur Furtado, delegado auxiliar, tem dirigido o policiamento com a maxima correcção, fazendo jús a applausos geraes”*. Uma comissão foi formada, composta por representantes dos grevistas, dos patrões, da imprensa e da municipalidade, mas não foi conseguido um acordo. As notícias eram de que *“muitos operarios se retiraram da cidade, em demanda de outros lugares, havendo outros dispostos a tomarem a mesma resolução”*. Uma multidão de grevistas tentou impedir que outros operários fossem trabalhar, o que motivou a intervenção policial. Houve novo comício. E mais uma vez, a importância atribuída à imprensa é destacada no noticiário sobre o movimento: *“Os operarios vieram depois a esta redacção, fallando por elles o sr. Donatti, que nos deu a grata noticia de que o sr. Luiz Perry, constructor de obras, havia resolvido conceder as 8 horas de trabalho com o mesmo salario a seus trabalhadores”* (*Diario Mercantil*, 22/08/1912).

Em meio a esse processo de negociações e confrontos, ocorreu uma tragédia. As forças policiais utilizaram de força extremada contra as pessoas que se encontravam na Rua Halfeld, no dia 21 de agosto, o que motivou uma reação fortíssima por parte da redação do *Diario Mercantil*, em editorial publicado no dia seguinte. Usando de adjetivos fortes, o redator coloca-se como porta-voz da cidade, a clamar às autoridades responsáveis providências enérgicas:

Perdura no espirito publico, abalando-o profundamente, o acto de selvageria aten-hontem praticado pela força policial em pleno coração da cidade, no ponto mais concorrido da rua Halfeld, quando por ali transitavam innumeras familias, creanças e cavalheiros inermes que inopinadamente se viram perseguidos por soldados armados de carabina, investindo numa fúria canibalesca contra os transeuntes, espancando e matando como si estivesse em frente de uma horda de desordeiros e transformando a nossa principal via publica numa verdadeira praça de guerra. // Nunca Juiz de Fóra serviu de theatro a uma scena tão deprimente e horrivel como a de ante-hontem. // É com a mais justa indignação que pegamos da pena para verberar o procedimento altamente incorreto da policia, procedimento que irritou sobremaneira o espirito pacato e ordeiro do povo, e que precisa de uma energica punição para desaggravo de todos os habitantes da terra em que vivemos. // As autoridades superiores do Estado, em cujo criterio descançamos, devem voltar as suas vistas para o facto aviltante ocorrido nesta cidade e tomar energicas providencias contra os auctores desse attentado barbaro ao nosso brio e á nossa civilização. [...]

O longo artigo destacava, também, a atuação do jornal e de seu redator, como contraponto civilizado à ação bárbara daqueles que deveriam manter a ordem social:

Somos insuspeitos nos pronunciando desta forma, pois ainda hontem por estas columnas nos referiamos, em franco elogio, á attitude correcta do sr. dr. delegado, dr. Arthur Furtado, em cujo criterio muito confiamos para a manuttenção da ordem. É, pois, com o mais sincero

pezar que vimos verberar a conducta, sob todos pontos de vista reprovavel, da força policial que, sem motivo algum, aggreuiu e matou populares inermes, que nada tinham com o movimento grevista da cidade. // Bem conhecida é de todos os habitantes de Juiz de Fôra a attitude não só desta folha, como de seu redactor-chefe, em relação ao movimento do operariado da cidade. // É sabido que o nosso redactor-chefe, sr. dr. Pinto de Moura, sciente do movimento da classe operaria e desejoso de ver terminada a grêve sem perturbação da ordem, foi ao encontro da classe e não só aconselhou em mais de uma ocasião prudencia, calma e respeito á lei, em discursos que pronunciou desta redacção, mas tambem procurou interessar-se pela solução do problema, entendendo-se com o sr. dr. presidente da Camara, a cuja casa conduziu a commissão de operarios que então representava toda a classe. [...] Si tal tem sido nossa linha de conducta e do nosso redactor-chefe, como silenciarmos deante do attentado, barbaro, cruel dos soldados que ante-hontem entenderam dever dar arrhas de sua valentia, matando um moço digno de estima por suas qualidades, ferindo pessoas que passeavam pelas ruas e deixando nas paredes de diversas casas da rua Halfeld os vestigios aterradores de suas balas fraticidas. // Si nosso esforço foi sempre pela manutenção da ordem, nossa indignação é sem limites deante das scenas horrorosas que se desdobraram no coração de nossa cidade, áquella hora de verdadeira paz. Não tem qualificativo o procedimento da força policial, em quem entretanto tinhamos o direito de ver personificada a garantia de ordem.

O texto segue relatando o evento: as tropas, por ordem de um alferes passaram a atacar e atirar nas pessoas na rua Halfeld. Juvenal Guimarães, que chegava de viagem e fora passear, foi baleado no crânio; apesar de socorrido morreu na loja onde havia trabalhado. Moço, tivera uma oficina de carpinteiro à rua do Commercio e era empregado como viajante da Singer e da Tinturaria Guarany. Há uma descrição da necropsia e do seu funeral, no qual falaram o pastor metodista e diretor do Colégio Granbery, J. W. Tarboux e Donato Donatti, o líder operário de Belo Horizonte. Houve ainda outros feridos: João Baptista Brêtas, guarda-armazém da Central, baleado na perna e em estado grave; outros feridos menores. Albino Esteves, redator do *Pharol*, recebeu telegrama de Belo Horizonte com a informação de que o governo iria apurar, confirmada pela notícia de que “o sr. dr. Arthur Furtado, delegado auxiliar, recebeu hontem, á noite, um telegramma do sr. dr. Americo Lopes, chefe de policia deste Estado, communicando-lhe que chegaria a esta cidade na madrugada de hoje” (*Diario Mercantil*, 23/08/1912).

O clima na cidade tornou-se tenso: as casas comerciais foram fechadas, teatro e cinema suspensos. O incidente deu novo fôlego às tentativas de negociação entre as partes, através de uma comissão, mediada pela Câmara Municipal; não houve sucesso (*Diario Mercantil*, 23/08/1912). Houve uma radicalização do movimento, com a intensificação dos “piquetes”, o que ocasionou novos confrontos com a polícia:

Um grupo de grevistas pretendeu hontem, pela manhã, perturbar o serviço de construcção de varios predios que actualmente se levantam á rua Santo Antonio. // Vendo-se os operarios, que se entregaram a esta tarefa, sem garantias, pediram auxilio á policia, que immediatamente deu as necessarias providencias, dispersando-se, então, o referido grupo. //

Haverá hoje ao meio dia nova reunião dos officiaes sapateiros na séde da Auxiliadora Portuguesa. // Na reunião hontem realizada nesse mesmo local, foi apresentada e discutida uma proposta da Companhia Fabril Juiz de Fóra, que os operarios recusaram por lhes parecer contraria ás suas pretensões. (*Diario Mercantil*, 24/08/1912)

A partir daí podemos perceber, nas páginas do jornal, uma preocupação em noticiar com destaque o processo de “pacificação” da cidade, especialmente através do acompanhamento do inquérito instaurado para apurar os eventos relacionados ao tiroteio na rua Halfeld. A tônica geral dos artigos relatando os procedimentos era de elogio à ação rápida, eficaz e imparcial do Chefe de Polícia do Estado. Também recebeu atenção a melhora na condição do ferido João Ferreira Bretas – nome corrigido (*Diario Mercantil*, 24/08/1912). Em meio a isso, a imprensa é apresentada como a desempenhar a função de ponto de equilíbrio e conselheira dos trabalhadores:

O dr. chefe de policia convidou hontem todos os representantes da imprensa a assistirem o inquerito, afim de formarem um juizo seguro, pelos depoimentos tomados, das graves occurencias de que foi theatro esta cidade. // Pediu tambem aos jornalistas que aconselhassem os operarios a não fazerem reuniões na praça publica, escolhendo, de preferencia, as sédes das Associações para esse fim, pois que está disposto a mandar dispersar quaesquer ajuntamentos nas ruas e praças. // S. ex. pediu á imprensa que publicasse as disposições do codigo penal, relativas aos crimes contra a liberdade de trabalho, assegurando que fará cumprir rigorosamente a lei [seguem os Arts. 204 a 206, que proibem e penalizam a greve e o piquete] (*Diario Mercantil*, 24/08/1912)

A presença policial efetivamente assumiu um caráter ostensivo, chegando mesmo a preocupar a população em geral: *“Hontem, durante o dia, houve movimento de praças de carabina nos bonds, occupando os bancos desses vehiculos, o que causou seria apprehensão a muitos passageiros”* (*Diario Mercantil*, 24/08/1912). Donato Donatti retornou a Belo Horizonte, entre boatos desmentidos de que havia sido coagido pelo delegado auxiliar da cidade. Anunciou-se a possibilidade de um acordo: *“Segundo esse accordo, os patrões concederão 9 horas de trabalho até 31 de dezembro do corrente anno e de 1. de janeiro em deante as 8 horas reclamadas pelos grevistas”* (*Diario Mercantil*, 25/08/1912).

A cobertura do inquérito continuou, noticiando a prisão preventiva do alferes José Pereira de Castro e dos soldados Bento da Silva, Luiz Gil da Cunha, Ramiro de Oliveira, Honório José Moreira e Ernesto do Nascimento (*Diario Mercantil*, 27/08/1912). No mesmo dia em que anunciou a prisão dos culpados, o jornal publicou nota que afirmava já estar *“normalizado o serviço nas fabricas que estavam paradas, devido ao movimento operario”*.

Em outras notícias publicadas nessas mesmas páginas, entretanto, encontramos indícios de que o aparente “final feliz” não era, efetivamente, o fim da história. Uma comissão de grevistas, composta por André Bechtluft, Salvador Polly, Armando Dias de Faria, Vicente Marcaccini e Francisco Arantes, visitou a redação do jornal para anunciar que a “*subscrição*” continuava, e que cerca de 200\$000 levantados iriam para o fundo de greve (*Diario Mercantil*, 27/08/1912). Além disso, novos grupos organizavam-se para reivindicar seus direitos, como os comerciários: “*Reunem se hoje, ao meio dia, no Parque Halfeld, para tratarem de assumptos relativos á “Associação dos Empregados no Commercio”, os empregados no commercio desta cidade*” (*Diario Mercantil*, 25/08/1912).

Talvez como resultado disso tudo, o jornal passou a dar amplo apoio à proposta de realização do Congresso Operário a ser organizado com o apoio do governo federal, no Rio de Janeiro: “*Congresso Operario // Vae ganhando terreno a idéa aventada no Rio da realização de um congresso operario, no qual tomem parte delegados de todas as associações operarias do Brasil, para solução de varios problemas que interessa a classe [...]*” (*Diario Mercantil*, 31/08/1912).

A cobertura realizada pelo *Diario Mercantil* do movimento dos trabalhadores, ocorrido em Juiz de Fora no ano de 1912, permite-nos perceber alguns aspectos sobre a atuação da imprensa. Fica patente que o jornal tinha consciência do seu prestígio e da influência exercida pelas suas opiniões impressas, comprovadas pelo convite feito ao redator-chefe, doutor Pinto de Moura, para participar da comissão de negociações, e também pela importância que os grevistas davam à comunicação direta com a redação. Defendendo a causa operária, aquela redação procurava adotar uma postura conciliadora, aconselhando aos operários no caminho a seguir, especialmente na defesa da manutenção da ordem. Quando a legalidade foi atacada pela violência policial, sua indignação foi dirigida contra os soldados negligentes, nunca contra a força militar como um todo, nem mesmo contra o sistema de repressão. Enfim, era uma postura de defesa dos direitos dos trabalhadores, porém a partir de uma perspectiva liberal, não radical. O importante era construir um ambiente em que o trabalhador honesto pudesse ter orgulho de sua ocupação, e dela viver, ordeira e civilizadamente.

Embora Diamantina não tivesse um movimento proletário articulado como o de Juiz de Fora – até pelo caráter incipiente da industrialização local – existiam movimentos por melhores condições de trabalho, os quais buscavam inclusive

sensibilizar os trabalhadores, e a cidade em geral, através de estratégias variadas, como a já mencionada peça de teatro. Uma das principais lutas travadas no período, foi pela preservação do direito dos comerciários ao descanso dominical, ocorrida à mesma época que as greves em Juiz de Fora.⁹⁵ Em Diamantina, encontramos na imprensa uma postura de vigilância da ordem – muitas vezes mesclada à defesa das tradições religiosas, como na denúncia feita pelo *Pão de Santo Antonio* sobre os “*comerciantes diamantinoses [que] desrespeitam a lei municipal referente à comercialização nos dias de domingo e mesmo sem abrir suas portas comerciais, vendem às escondidas*” (15/02/1913). A isto se acrescentavam, também, os argumentos da defesa dos direitos dos trabalhadores, e do respeito à legislação:

Fechamento do Commercio // Consta com viso de verdade que alguns negociantes desta praça procuram fazer annular a deliberação da Camara Municipal que determinou o fechamento das portas das casas commerciaes aos domingos. // Nós fomos um dos que esforçadamente se bateram pela adopção de tal medida, não sendo, muito embora, nem commerciante nem empregado do commercio. // Causa sympathica, medida reclamada pela quasi totalidade da classe caixeiral diamantinense, não podemos, nós que nos propomos a defender interesses geraes, deixar passar, sem um protesto, semelhante pretensão de quem quer que seja e que, a ser satisfeita, o que absolutamente não acreditamos, attentos a dignidade e bom senso da nossa illustre edilidade, não desmentidos até aqui, veria privar toda uma honrada classe, qual a dos empregados do commercio, de uma concessão tão justa e com tanta difficuldade obtida. // A lei do fechamento das portas aos domingos, não só representa uma difficil conquista da laboriosa classe a que visa favorecer, como tambem é hoje uma providencia quase universalmente adoptada. // No Rio de Janeiro, não é só aos domingos que se fecham as portas das casas de commercio, e sim todos os dias, ás 7 horas da noite; quer casas de varejo quer de atacados. // Revogar-se uma lei municipal que se impunha em uma cidade não menos atrazada como a nossa, é cousa que não veremos em quanto for esta a edilidade que dirige os destinos do municipio. // Accresce que a lei em questão foi feita de pleno accordo com a maioria dos commerciantes, devido á gentileza do actual vice-presidente da camara em exercicio de presidente que, para não descontentar a ninguem, foi de porta em porta, pessoalmente, buscar adhesão dos commerciantes para que se realizasse esta medida, muito embora desnecessario fosse para a consequente apresentação, votação e final promulgação.

Na profunda convicção que nos vem de que tal lei se manterá, continuando ainda a traduzir a aspiração geral da classe, não podemos deixar de extranhar que haja quem queira revogar uma lei, sem que para isso corram razões serias e ponderadas. // A Camara Municipal sustentará o seu acto. (*Diamantina*, 29/11/1913)

O jornal *Diamantina* se apresentou como defensor dos “*interesses geraes*”, assim justificando seu envolvimento com a questão, apesar de não pertencer a qualquer dos lados envolvidos – ou talvez por isso mesmo. A importância da lei em foco era dupla: primeiro, porque era justa para os trabalhadores; segundo, porque era prática comum aos grandes e civilizados centros – e portanto, Diamantina não poderia ser diferente. Eis aqui o recorrente uso do argumento civilizatório, numa

⁹⁵ Interessante observar que a questão da abertura do comércio aos domingos voltou a ser, neste ano de 2007, ponto de atrito entre patrões e empregados em Minas Gerais.

tentativa de convencimento dos adversários de que suas posições não se adequavam à postura esperada e exigida de uma cidade progressista. Destaque-se, também, a estratégia política do presidente em exercício da Câmara, a qual tornava quase impossível o questionamento à legitimidade da lei promulgada. Mesmo assim, o jornal viu-se obrigado a apelar, também, para sua capacidade delatora:

Commercio // Chamamos a atenção dos srs. fiscaes da Camara, para o abuso de andarem alguns negociantes de varejo, vendendo mercadorias aos domingos, em desaccordo com a lei do fechamento do commercio naquelles dias. (*Diamantina*, 06/12/1913)

Havia uma grande diferença entre Diamantina e Juiz de Fora no que tocava à industrialização e, conseqüentemente, às condições de atuação de um movimento proletário: Juiz de Fora era um dos principais pólos industriais do país, o maior de Minas Gerais; Diamantina possuía algumas poucas fábricas, quase todas têxteis, e de pequeno porte.⁹⁶ Em Juiz de Fora encontramos vários movimentos operários, desde as sociedades beneficentes e grêmios associativos, até os sindicatos e as greves de confrontação; os movimentos operários buscavam, como vimos, apoio de organizações de outros centros industriais, como Belo Horizonte, e estavam sob influência do anarquismo, cuja *“presença foi relevante na constituição de núcleos organizatórios em zonas estrategicamente importantes, como o Sul e a Mata”* (DUTRA, 1988, p. 77). Em Diamantina, não há sinais desse tipo de movimento: encontramos apenas as agremiações associativas típicas do século XIX, entre as quais destacava-se a União Operária Beneficente. Sua organização iniciou-se em maio de 1891, sendo fundada formalmente a 1^o. de junho; como esclarece Soter Ramos Couto,

Sentindo os operários de Diamantina a necessidade de uma união para fazer valer os seus direitos da classe sempre espezinhada, resolveram congregar-se, sem distinção de sexos, em sociedade de amparo e defesa. Estreitariam os laços de amizade entre a grande família, como também prestariam assistência material e moral aos consócios enfermos, aos filhos e viúvas que sempre ficavam ao Deus dará. (COUTO, 2002, p. 248).

Esta associação foi criada sob forte influência da Igreja Católica; lembremos que a encíclica *Rerum Novarum*, em que o Papa Leão XIII aborda o novo mundo do trabalho, também é de 1891; sua cerimônia de fundação incluiu o ritual de benção ao estandarte (COUTO, 2002, p. 249). Seu estatuto vedava a condição de sócio a quem pertencesse a qualquer organização contrária ao regime

⁹⁶ Para a industrialização de Juiz de Fora, ver ANDRADE, S., 1987; DUTRA, 1988; GIROLETTI, 1988, e os trabalhos de PIRES, 1995, e GODINHO, 1997; para Diamantina, ver MARTINS, 2000 e 2004.

governamental do país, ou a quem fosse ostensivamente organizador ou simpatizante de ideologias infensas às leis do país – alusão ao anarquismo e ao comunismo.⁹⁷

A liderança católica diamantinense manifestava-se, através de seu jornal, valorizando a harmonia, condenando as lutas internas à sociedade e propondo, como remédio às mazelas sociais, a caridade e o assistencialismo.⁹⁸ No longo artigo citado acima, que ocupava toda a primeira página do jornal, o redator estabelecia critérios para “*para resolver a desharmonia entre os ricos e os proletários*”. Aos pobres, recomendavam-se paciência, humildade e abnegação:

Os pobres, por consequencia, não se devem envergonhar da sua indigencia, nem desprezar a caridade dos ricos, considerando sobretudo Jesus Redemptor que podendo nascer entre as riquezas, se fez pobre para ennobrecer a pobreza e á enriquecer de meritos incomparaveis para o ceu. (Encycl. *Rerum novarum*) [...] (*A Estrella Polar*, 10/03/1904)

Na semana seguinte o artigo teve continuação, dando atenção à maneira como o assunto deveria ser tratado, especialmente pela “cidade das letras” católica:

Finalmente, os escriptores catholicos defendendo a causa dos proletarios e dos pobres, devem abster-se d'uma linguagem que poderia inspirar ao povo a aversão pelas classes superiores da sociedade. Não se falle pois de reivindicação e justiça, quando se trate de simples caridade, como ácima se explicou. Recordem que Jesus Christo quiz reunir todos os homens pelo laço do amor reciproco (Instrc. cit.) [...] (*A Estrella Polar*, 20/03/1904)

No mesmo número do jornal, um exemplo vívido da aplicação dos princípios ali defendidos, a associação das Damas da Caridade, cuja fundação serviu de mote para um balanço apologético do movimento assistencialista local, já parcialmente citado no capítulo anterior:

A feliz lembrança de se constituir em Diamantina mais um nucleo de beneficencia, partiu exclusivamente das dignas filhas de S. Vicente, as quaes, ha longos annos dirigem aqui o acreditado Collegio e Asylo de Orphãos de N. S. das Dôres, por commissão do Exm. Snr. Bispo Diocesano, estabelecimento esse creado por S. Exc. no correr da primeira decada do seu pacífico e fecundo episcopado. // A nova associação, - notamos de passagem -, não vem propriamente preencher uma lacuna em uma cidade onde não se póde dizer, a não ser com manifesta injustiça, que a sorte das classes proletarias e desvalidas estejam a mercê do acaso. (*A Estrella Polar*, 20/03/1904)

Os estatutos das Damas da Caridade foram publicados dois números depois, ocupando uma página e meia. Entre outras questões, atenção à maneira de distribuir o auxílio dado: “*Art 41. Só em casos extraordinarios poderão os soccorros ser dados em dinheiro. Art 42. Quando fôr indispensavel dar os soccorros em*

⁹⁷ Antônio César dos Santos, Licenciado em História na FAFIDIA, 2004, desenvolveu sua monografia de conclusão de curso sobre este tema, sob minha orientação; agradeço algumas indicações.

⁹⁸ Para a atuação do Bispado diamantinense nas questões sociais, ver FERNANDES, A. C., 2005.

dinheiro, a visitante tomará cuidado que não seja o dinheiro desviado do seu fim.” E sem esquecer o sentido catequético e pedagógico da instituição, a qual deveria garantir a melhoria plena das pessoas, em seu aspecto espiritual, moral e físico – bem de acordo com a concepção assistencialista que se firmava em meio ao catolicismo brasileiro: “ART. 43. Além dos vales, serão distribuídos aos enfermos crucifixos, medalhas e rosários, emprestados bons livros e fornecidos os medicamentos de que carecerem” (A Estrella Polar, 10/04/1904).⁹⁹

As diferenças econômicas e sócio-culturais ajudam a entender porque a imprensa em Diamantina dava pouco destaque à questão operária – e porque a postura face aos problemas que atingiam aos trabalhadores locais era mais paternalista, calcada numa concepção de sociedade organizada nos moldes tradicionais, de influência religiosa. A maior incidência do tema na imprensa juiz-forana refletia a diferença no peso da industrialização, e conseqüentemente dos proletários e seus movimentos, sobre a economia e a vida da cidade. Mas também refletia o caráter mais contestador dos movimentos locais, e seu impacto sobre a “ordem pública”.¹⁰⁰

Ainda assim, podemos dizer que a preocupação com a ordem estava presente na imprensa de ambas as cidades. Portanto, naquilo que é possível comparar – a postura dos *homens de imprensa* quando noticiavam os movimentos de trabalhadores – há uma aproximação entre os periódicos aqui abordados: estes tomavam o partido dos trabalhadores, ao mesmo tempo como seus defensores públicos e seus conselheiros, advogando uma vida mais justa como resultado do digno trabalho. Seus conselhos tinham uma mesma base comum: o direito à reivindicação encontraria seu limite no respeito à propriedade e à ordem pública – sem violências, sem radicalismos, sem forçar os limites do convívio aceitável e civilizado entre capital e trabalho, conforme definido pelas elites letradas. Limites e conselhos mais assentados nas concepções puramente liberais, no caso de Juiz de Fora, ou mesclados também da tradição e dos ensinamentos religiosos, como em Diamantina.

Claro está que nem sempre tais conselhos foram seguidos, e que o “convívio civilizado” não se estabeleceu sempre como regra, em nenhuma das duas cidades.

⁹⁹ Para uma análise desse assistencialismo em Minas Gerais ver SOUZA, M., 2005.

¹⁰⁰ Em Diamantina, a jornada diária de 8 horas, por exemplo, só foi implantada com a legislação sob Vargas. Ver *O Pão de Santo Antonio*, 06/05/1934.

Registros de violência e de crimes já foram aqui analisados, mesmo desvinculados da questão do trabalho. Para uma cidade “civilizada”, fosse ela a “yankee de Minas” ou o tradicional Tejuco, tornava-se necessário, portanto, garantir a manutenção da ordem e da tranquilidade da população. Uma forma de fazer isso seria combater a criminalidade – fosse pela repressão, como já vimos, ou pela prevenção. Isto significava valorizar o trabalho e combater o que se considerava a origem social da vida desregrada: a vadiagem.

c) Ócio, vadiagem e criminalidade

Para o pensamento ilustrado da época, as pessoas deviam se ocupar com atividades que moldassem um espírito culto, propício à vivência civilizada que a imprensa tentava difundir. O tempo ocioso, desocupado, era visto como espaço aberto para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos inadequados à civilidade urbana – levando mesmo ao vício e à criminalidade:

Os que melhor pensarão, os juristas e os moralistas, sempre considerarão um grande mal a vadiação, visto ser ella a origem de todos os vícios. O vadio, como o vagabundo, na phrase do illustre Bonneville, predisposto ao crime, é um futuro malfeitor. (*Sete de Setembro*, 19/02/1887)

Ao longo dos anos, a imprensa recorrentemente associou a prática de pequenos crimes ou perturbações da ordem pública a uma vida desregrada e sem ocupação regular. Só assim era possível explicar, por exemplo, agressões aos melhoramentos urbanos. Aquele que não quer trabalhar, não quer fazer parte do novo mundo de civilidade e progresso, e portanto não respeita (talvez, nem entenda) a importância desses “sinais visíveis de civilização”:

VANDALISMO // Alguns indivíduos desoccupados têm-se divertido, altas horas da noite, em quebrar alguns lampeões da iluminação publica. // Pedimos á policia providencias enérgicas contra esses malfeitores, cujos nomes vamos indagar para expôl-os á execração do nosso povo. (*A Idéa Nova*, 01/05/1910)

A relação entre ócio – tratado, no caso dos pobres, como vagabundagem – e criminalidade foi construída nas páginas da imprensa, pelo menos, desde o debate em torno da abolição do trabalho escravo, como podemos perceber pelos textos transcritos abaixo, um de cada cidade:

Si quereis economisar o tempo e o trabalho, e colher melhores, e mais abundantes fructos, deixai a antiga rotina, e segui os melhores methodos hoje adoptados pelos profisionaes, e..., avisinhando-se o feliz dia, em que do solo brasileiro vae desaparecer o ultimo escravo, puni a vadiagem; puni-a, ou banindo da sociedade esses zangões de nova especie, ou ponde em pratica a disposição do Cod. Penal, que obriga á todo cidadão tomar uma occupação honesta, de que possa subsistir. Si assim fôr, não continuando tal disposição de lei, como

letra morta, em vez de vêmos a casa do cidadão, e o templo de Deus, assaltados pelos larapios, veremos a abundancia nos mercados, a paz na sociedade, e garantidos os direitos do cidadão. (*Sete de Setembro*, 05/02/1887)

Os vagabundos e os malfeitores andam aos magotes, errando pelas estradas, como lobos famintos, que espreitam o momemto mais opportuno para cahirem de surpresa sobre os rebanhos indefezos. Entretanto, o paternal governo da regente nada fez ainda no sentido de reprimir a vagabundagem e a licença mais desenfreada! [*"A Pedidos"* contra a Regente] (*Pharol*, 08/06/1888)

O fim da escravidão explicitou a necessidade de novas e claras regras de repressão ao ócio e métodos eficazes de indução ao trabalho, a fim de impedir a desorganização do sistema produtivo, especialmente o agrário, mantendo a ordem social conforme estabelecida pelas elites dominantes. A condução forçada ao trabalho era vista como medida corretiva *"para equilibrar o trabalho actualmente desorganizado pela larga vagabundagem que abunda em toda parte, mórmente após a abolição do elemento servil, que muito concorreu para elevar consideravelmente o algarismo dos ociosos"* (*Sete de Setembro*, 30/11/1888).

Um discurso muito semelhante, encontramos em Juiz de Fora e Diamantina. A posição dos *homens de imprensa* pode ser singelamente resumida nesta frase publicada pelo *Pharol* em 07 de fevereiro de 1885: *"O homem occupado, não cuida em cousas más, nem as faz"*.¹⁰¹ Daí que o combate à vadiagem assumiu um outro significado, como parte de uma política preventiva, profilática, de combate à criminalidade. Tal postura adotada resultou na formulação de leis e práticas de perseguição e repressão aos vadios, processo que havia sido desenvolvido ao longo de todo o século XIX, e que se tornou ainda mais intenso durante a desagregação do sistema escravocrata.

Luiz Henrique dos Santos Blume, abordando o processo de urbanização de Santos, durante o mesmo período aqui tratado, também menciona a restrição às práticas lúdicas e coletivas no uso do tempo livre:

O que poderia ser identificado como um passatempo, entre uma oportunidade de emprego e outra, passa a ser uma situação que exige maiores atenções por parte das autoridades policiais, como é o reclamo do editorial do jornal. Assim, o não-trabalho, ou hora empregada fora da rotina do serviço, passam a ser controlados ou pelo menos observados. Ao mesmo tempo, discute-se a aplicação dos regulamentos do Código de Posturas Municipal, determinando-se o que são vícios e condutas reprováveis para o bom trabalhador, e inicia-se o debate sobre o que são e quais posturas tomar em relação aos marginalizados sociais e acerca dos espaços da cidade que devem ser preservados para a circulação e o consumo de mercadorias. (BLUME, 1999, p. 142)

¹⁰¹ Ditado popular, ainda comum em Minas Gerais, traduz a mesma idéia: "Mente vazia, oficina do capeta!"

Também em Diamantina e Juiz de Fora, o comportamento festivo dos freqüentadores noturnos da cidade era tema de reclamações, geralmente acompanhadas de pedidos de intervenção policial no sentido de manter a ordem. Sidney Chaloub, em sua clássica obra sobre este tema, *Trabalho, Lar e Botequim*, chama a atenção para a importância que o controle das práticas de lazer das classes populares adquire na construção da dominação numa sociedade capitalista:

O controle social numa sociedade capitalista procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: este controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação de trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial. (CHALOUB, 1986, p. 101)

Os esforços empreendidos pela imprensa diamantinense e juiz-forana para enquadrar e “civilizar” os habitantes urbanos eram múltiplos. Interessa-nos, aqui, apontar a correlação que havia entre a repressão à vadiagem como medida preventiva do crime, e a compreensão de que o lazer popular precisava ser reprimido. Este lazer ocorria principalmente à noite, e os textos citados apontam para sua ligação com a música e dança – insinuando, ainda, um ambiente carregado de tensão sexual. Por tudo isto, os “botequins” e espaços de sociabilidade popular tornaram-se os alvos preferenciais da repressão policial, devidamente noticiada e comentada pelos jornais de ambas as cidades: “*A polícia fez, em a noite de ante-hontem, uma visita a diversos botequins, valhacouto de vagaceeiros, que foram postos á sombra. // Os que tiveram, relaxada, a prisão, foram intimados a procurar emprego*” (*Pharol*, 04/02/1904). Um editorial, louvando a atuação do subdelegado de S. José do Rio Preto, serviu de mote para criticar a força policial juiz-forana:

Não é preciso ir longe, para ter o contraste da policia de S. José do Rio Preto. [...] Chamamos a atenção do sr. delegado de policia para uma casinha de negocio, sita á rua Bernardo Mascarenhas, no lugar denominado Pedreira, de propriedade de Eduardo (vulgo Linguiceiro), onde se reúnem diariamente homens viciosos e desocupados, que se dão ao divertimento de jogos prohibidos. // Alli tem havido varios disturbios, não se tendo, por ora, felizmente, dado morte, o que se espera a cada hora. // Estamos certos de que será esta reclamação attendida, e serão dadas as providencias que o caso exige. (*Pharol*, 14/02/1900)

Em Diamantina, encontramos muitas reclamações contra a vida boêmia que algumas pessoas insistiam em levar, prejudicando àqueles que trabalhavam regularmente:

Queixas e reclamações // Ao Sr. Delegado de Policia // Na rua Santos Dumont, antigo becco da Tecla, mal cae a noute, abre-se logo um extranho concerto musical, que só termina quando os gallos soam no clarim as glorias da alvorada.// Ouvem-se gritos aguardentados, o arrular de flautas, o som plangente dos violões, descomposturas de arrieiro, o mastigar

fanhoso das sanfonas, modas, lundús, cantigas de Reis e *ais* doloridos de quem não sente muito acatada a sua integridade physica. // Seria bom que o sr. capm. Gasparino mandasse para lá um regente, que, com a sua battuta, moderasse os ardores dessa infernal orchestra.// É a reclamação dos que, embora amando a musica, suppoem não errar, afirmando que a noute foi feita para se dormir. (*A Idéa Nova*, 29/04/1906)

No início do século XX, a cidade de Juiz de Fora foi palco de uma intensa campanha de divulgação, pela imprensa, dos atos policiais de repressão à vadiagem, aos maus costumes e aos comportamentos desviantes do padrão de moralidade e trabalho, como sinalizam essas notícias:

O sr. delegado de policia vai instaurar processos contra todos os individuos que incorrerem nos artigos da lei n. 141, que trata dos vagabundos e manda submettel-os ao tribunal correccional, afim de cumprirem sentença na colonia correccional. (*Pharol*, 30/01/1900)

A repressão da vagabundagem tem sido a principal preocupação do dr. delegado de policia, pelo que deu ordens terminantes a seus auxiliares afim de serem detidos todos os individuos que, sem occupação, habitam as tavernas e vagam pela cidade a dezhoras. Para boa execução dessas ordens, a propria autoridade tem feito ronda nocturna, acompanhada do alferes commandante do destacamento. // Todos os individuos presos têm sido admoestados seriamente e serão processados devidamente se, findo o praso marcado não tiverem tomado occupação. (*Jornal do Commercio*, 23/01/1901)

A polícia adquire, aqui, uma importância muito grande, como força de manutenção da ordem social, quer pela admoestação, quer pela repressão. Mas isso não significa que a polícia funcionasse apenas e sempre como “estraga-prazeres” da população. Sendo o objetivo principal garantir um comportamento adequado e defender o trabalho da vadiagem/criminalidade, a polícia deveria agir também para proteger os momentos de saudável lazer popular daqueles que não sabiam se comportar de modo adequadamente civilizado.¹⁰²

Musica no Parque // Por ordem do major Pedro Jorge Brandão, digno comandante do 3º. Batalhão, a banda militar tocou no Parque, no Domingo passado. // Entretanto, ficamos envergonhados com o vandalismo e com a estúpida selvageria de muitos populares: meninos sem educação (e parece que tambem sem paes) saltando e devastando a grama; pessoas grandes quebrando estupidamente galhos de arvores... // Nestas condições, é melhor que a musica não toque mais n'aquelle ponto, para evitar a necessidade de trancafiar na cadeia esses vagabundos, sem paes, sem educação, sem moral publica, sem respeito á sociedade. // É uma vergonha! // Só essa meia duzia de canalhas desmoralisam a Diamantina perante os estranhos. (*A Idéa Nova*, 13/09/1908)

A polícia era parte de um conjunto de valores e instrumentos que visavam ao enquadramento da população em geral, incluindo trabalhadores, mendigos e desordeiros. Era responsável, como vimos, por seu “polimento”, para que não empanassem a sociedade iluminada vista das redações dos jornais mineiros. Havia

¹⁰² Para a relação entre civilização e as práticas culturais de lazer da população mais pobre, ver Regina Horta Duarte (1995).

uma constante preocupação em induzir até os desvalidos ao trabalho, pois qualquer forma de subsistência que não fosse obtida pelo trabalho regular, era vista como incentivo à vadiagem – e conseqüentemente, a um comportamento inadequado, quando não criminoso, dos indivíduos. Daí encontrarmos, em ambas as cidades, um permanente embate contra a mendicância, incluindo os mendigos:

A ociosidade em Diamantina [...] // Baldadamente a nossa imprensa tem clamado por inúmeras vezes contra a permanência d'esse grande mal, que se observa n'esta cidade, de ver-se raparigas em pleno vigor da mocidade e que podião perfeitamente viver em casas de família percebendo bons ordenados, preferirem ao trabalho honesto o degradante officio de pedintes. // Causa verdadeiro horror aos nossos hospedes ver-se nos dias em que aqui se acha o Exmo. Sr. Bispo, a rua do Carmo repleta de bonitas e vistosas raparigas, que ali passam o dia a espera de esmolos. Quando se propõe a alguma d'essas raparigas alugar os seus serviços em casa de família, a resposta immediata que se obtem é esta – não estou acostumada ao aluguel, tenho vergonha de sahir á rua! Não se envergonhão, entretanto, da humilhação de pedir esmolos e nem tambem de roubar-as a outros, que são verdadeiramente precisados. // Este terrivel mal que se observa mais no sexo feminino precisa ser reprimido custe o que custar. [...] // Aqui pede-se esmola para casar-se, para fazer casa, para enterrar cadaveres, para remedios, para mudar-se de ares, etc, etc. [...] // Patriota. (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)

A mendicância oferecia um difícil obstáculo ao discurso sobre o trabalho adotado pela imprensa. Porque embora a esmola fosse por ela associada à vadiagem, também era parte da tradição de caridade cristã, praticada mesmo quando havia razões para evitá-la.

É enorme o numero de pessoas que esmolam nesta cidade. // Si, por ventura, todas fossem devéras necessitadas, nada tinhamos a reclamar; isso, porém, não acontece. // No meio dos que verdadeiramente precisam da caridade publica, acham-se muitos individuos especuladores, que pedem esmolos durante o dia e á noite se abancam nas tavernas, de onde sahem embriagados, e muitos applicam o producto das esmolos no jogo do bicho. // Para que a caridade publica não seja explorada, porque ninguem se nega a dar uma esmola pedida em nome de Deus, embora reconheça em quem a pede um especular, torna-se necessario que a camara municipal desta cidade faça que se sujeitem a um exame de inspecção os que pretenderem tirar esmolos e mande numeral-os com pequenas chapas de metal, obrigando-os a trazerem-n'a á vista. Si existisse o asylo de mendigos "João Emilio", cujo fim foi desvirtuado, não seria talvez necessario, hoje, fazermos essa reclamação, que, parece-nos, deve ser tomada em consideração pela nossa edilidade, em beneficio dos proprios necessitados, que se vêem espoliados pelos especuladores. (*Pharol*, 21/01/1900)

O problema das esmolos em Juiz de Fora era antigo. Em nota publicada em 17 de fevereiro de 1888, o *Pharol* já denunciava "*um marmanjo e uma mulher robusta que andam pelas ruas desta cidade, acompanhados de um macaco*", pedindo esmola sem a devida autorização, regulamentada pelo artigo 371 das Posturas Municipais. O mesmo problema incomodava a imprensa em Diamantina, especialmente diante da percepção de que nem todas as esmolos dadas eram destinadas ao que se considerava um fim adequado. Outra preocupação era com a apresentação dos mendigos, a qual era vista como uma estratégia para suscitar a

piedade das pessoas, e que, de qualquer forma, agredia ao ambiente civilizado da cidade – como fez uma família italiana em Juiz de Fora, pedindo esmolas em trajés mínimos:

O homem e a mulher vestiam apenas uma leve camisa, ostentando um despudor, que seria para lamentar-se, si não parecesse torpe especulação em vez de deploravel miseria. A nudez pelo infortunio sempre a occulta o miseravel mendigo, como si á adversidade comprazesse respeitar o sentimento de pudor quando despe sua victima de todos os bens. [...] Si todos os que se sentem esbulhados em seus direitos houvessem de tirar as calças para ganharem razão, estavamos bem arrumados. Teriamos a cada passo de voltar o rosto e abrir a aba do casaco para taparmos nesses prejudicados o que as creanças e senhoras não devem ver. (*Pharol*, 07/04/1900)

Ainda assim, havia uma ambigüidade latente no discurso predominante sobre a questão quanto a dar ou não a esmola, em ambas as cidades. O que era denunciado por uns como mero desencargo de consciência, ou como sentimentalismo exagerado, era tratado por outros como prática derivada da caridade cristã. Numa linha mais liberal, um artigo publicado em Juiz de Fora concluía que a população, em sua ingenuidade, permitia a sobrevivência da mendicância; sendo portanto, cúmplice e co-responsável pelos problemas dela oriundos:

A Pobreza Ambulante [...] Em Juiz de Fóra parece que o problema ficará por toda a vida insolúvel. Todas as tentativas feitas até hoje para extinguir a mendicidade têm sido completamente improficuas. Não se póde levar isto a conta do descuido das autoridades policiaes, pois os seus esforços, no sentido de impedir a pobreza ambulante pelas ruas, têm sido notorios, mas, infelizmente, sem resultados, por motivos de que somos nós mesmos os responsaveis. // Entre esses motivos está o nosso exagerado sentimentalismo pela sorte dos infelizes que nos estendem á mão solicitando um nickel. // O culto que o povo dedica á caridade não se conforma, por nada, com o rigor que a policia costuma pôr em pratica para abolir a mendicidade. (*Diario Mercantil*, 26/03/1912)

Os textos acima permitem traçar um painel amplo sobre como os *homens de imprensa* posicionavam-se face à mendicidade e ao trabalho, em Diamantina e Juiz de Fora. Os redatores consideravam um absurdo que pessoas aptas ao trabalho estivessem a mendigar. O argumento da vergonha, utilizado por mulheres diamantinenses no texto citado, era visto como desculpa para evadir-se ao trabalho regular; a mendicância era retratada como uma forma fácil, simples, irresponsável e ligeiramente – quando não totalmente – desonesta de garantir a subsistência.

Embora houvesse a consciência de que algumas pessoas pudessem mesmo necessitar de ajuda através das esmolas, a ênfase recaía muito mais no fato de que outras se aproveitavam da caridade e da disposição pública aos donativos para evitarem o trabalho regular. Uma questão, então, passava a ser como separar entre

os que precisavam mesmo esmolar, e os “especuladores”, tratados inclusive como ladrões, pois estariam roubando aos verdadeiramente necessitados, ao competirem pelos emolumentos. Daí a preocupação em criar mecanismos de regulamentação da prática da mendicância: examinar os mendigos e pedintes a fim de determinar sua real necessidade de esmolar.

Uma vez atestada essa condição, deveriam ser criados sistemas de identificação que permitissem à população distinguir os mendigos autorizados. Em Juiz de Fora, propôs-se a adoção do registro e da numeração (uma espécie de emplacamento) dos mendigos, o que já se fazia em outros centros urbanos, no Brasil e no exterior. Quase uma década depois, a mesma solução foi proposta para Diamantina, com o acréscimo de um dia próprio para a atividade. Na longa citação abaixo, ficamos conhecendo os argumentos e a metodologia para a implementação dessa rotina burocrática:

MENDICIDADE // Com o fim de reprimir de vez os falsos mendigos que a todo instante nos assaltam á porta, abusando do espirito caritativo que nos caracteriza, o delegado de policia especial do municipio, alferes J. Machado Bragança, vai tomar a providencia de mandar conduzir á sua presença todos aquelles que, esmolando, forem encontrados na via publica e, em livro especialmente aberto para esse fim, fazer registrar o nome, nacionalidade idade e enfermidade dos que pelo medico legista da policia forem no exame a que serão submettidos julgados incapazes para qualquer trabalho, e a estes fornecerá uma chapa ou cartão com o numero do registro. // Este distintivo, que serão obrigados a trazer no peito, na aba do paletot, não só servirá para que a policia, na repressão que vai encetar contra os que abuzam da caridade publica, possa facilmente reconhecel-os, como evitará que a nossa sociedade, geralmente caridosa, esmoler, continue a ser ludibriada pela espoliação de falsos mendigos, verdadeiros mandriões, infelizmente em abundancia na nossa cidade. Aos registrados pela policia, portadores do distintivo comprobatorio da inhabilidade para o trabalho, poderemos então aos sabbados em cujo dia somente lhes será permitido esmolar, dar generosamente o nosso obulo, sem receio de estarmos sendo victimas do embuste de vagabundos disfarçados em mendigos. // A mesma autoridade, depois de regularisar o registro, procederá energicamente, de acordo com o que lhe faculta o artigo 3[]3 doCodigo Penal, que diz: “Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivos para armar á commiseração etc. Pena – de prisão cellular por 1 a 2 mezes, “ – contra os que, sendo encontrados a esmolar, forem pelo respectivo facultativo considerados habeis para o trabalho. // É uma medida muito necessaria esta que vai ser tomada pelo activo e energico Delegado Especial, pois as nossas ruas andam infestadas de falsos mendigos, a explorar a caridade publica. (*A Idéa Nova*, 04/10/1908)

Um dos principais critérios para conferir a licença para mendigar seria a impossibilidade de trabalhar por debilidades físicas, devidamente atestadas por exame médico. Entretanto, dez anos antes do artigo acima, tal proposta já era criticada, também a partir da medicina: algumas doenças não impediriam as pessoas de trabalhar, e outras impediriam as pessoas de mendigar, pois implicariam em risco de contágio da população.

A proposito do artigo sob a epigraphe A ociosidade em Diamantina, que inserimos em nosso numero transacto, escreve-nos estimado amigo: [...] // O direito de esmolar conferido por attestados medicos é de todo ponto inaceitavel. // Ha pobres doentes incuraveis que podem entretanto dedicar-se ao trabalho; assim como alguns ha que embora sadios não conseguem por seu trabalho exclusivo produzir o quantum carecem. Neste caso estão muitas mulheres validas que fazem da esmola uma fonte complementar para exigua renda do seu trabalho mal remunerado. Outros ha cuja faculdade de esmolar autorisada por um attestado medico constitue-se em um verdadeiro crime pelo perigo resultante da transmissão de suas molestias, cujo contagio não sendo ainda provado ou contestado satisfactoria e scientificamente reclamão por isso mesmo medidas de isolamento. [...] // Olhamar. (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)

O articulista diamantinense que assinou “Olhamar”, critica as esmolas dadas muitas vezes “*sem cogitar da justiça e do critério que devia presidir á tal acto*”, “*simples e unicamente em satisfação á consciência*”. Ele propõe outra solução: que os economicamente desvalidos, os fisicamente incapacitados, fossem recolhidos a um “*azylo para a mendicidade*”, onde poderiam receber os devidos cuidados. Este asilo seria mantido através de uma política de doações regular e nominal, garantindo sua estabilidade. A idéia de um órgão que cuidasse dos desvalidos, eliminando a necessidade da esmola, era defendida também pela imprensa juiz-forana, quer no *Pharol*, em 1900 (Asilo “João Emilio”), quer no *Diario Mercantil* doze anos depois, afirmando que o melhor seria apoiar o trabalho do Recolhimento S. Vicente de Paula (*Diario Mercantil*, 26/03/1912).

A proposta de “Olhamar” ia ainda mais longe: os mendigos, recolhidos ao asilo, deveriam ser aproveitados “*tanto quanto possível, como múltiplas fontes productoras. Na variedade dos azilados concertemos o plano da distribuição do trabalho*”. Ou seja, não deveria haver ociosidade, nem mesmo sustentada por uma política pública – o acolhimento dado através da caridade social seria retribuído pelo trabalho, não como compensação financeira, mas como elemento de educação e inserção na sociedade civil(izada).

Um discurso comum estava sendo publicado pela imprensa das duas cidades. O valor formativo do trabalho, e a necessidade de integrar os indivíduos à sociedade através do trabalho, iam de encontro às arraigadas tradições cristãs que identificavam na esmola um ato de caridade. Diante da inegável existência de pessoas carentes, os *homens de imprensa* em Diamantina e Juiz de Fora propuseram soluções muito parecidas, voltadas principalmente para o controle seletivo e o combate à mendicância. Elemento central desse processo era a busca por um critério racional para a prática das esmolas, levando em conta que, ao menos

como insinuam alguns textos, o trabalho nem sempre oferecia garantia suficiente de sustento e sobrevivência.

A difícil tentativa de enquadrar a tradição via racionalidade revela as diferenças na realidade das duas cidades. Em Juiz de Fora, havia várias forças sociais em ação: uma base econômica mais ampla, que gerou diferentes segmentos de elite, e uma melhor estruturação da burocracia municipal; agremiações, sindicatos e grupos sociais, alguns com boa capacidade de mobilização; uma área e uma população urbanas de razoáveis proporções; e mesmo, como discutiremos adiante, uma crescente diversificação no campo religioso, com a presença de protestantes e espíritas. Por tudo isso, a questão da mendicidade foi tratada de forma mais polêmica, porém mais livre, já que o campo da racionalidade urbana era o terreno comum a todos os grupos envolvidos. Dessa forma, a tendência geral da discussão foi a de privilegiar a ótica da valorização do trabalho, considerando a mendicidade um mal a ser eliminado, de forma mais ou menos radical.

Em Diamantina, o quadro era outro. Havia menos diversificação social, quer entre as elites, quer entre as classes trabalhadoras, cuja articulação possuía um alto grau de envolvimento e dependência das estruturas sociais tradicionais. A presença da cultura católica era muito forte, tanto pelo peso institucional da Igreja, quanto pelos arraigados costumes locais. Abordar a mendicância não era só uma questão de civilização, mas também de caridade e de identidades sociais: eliminá-la exigiria alterar todo um sistema de relacionamentos e favores, os quais não apenas agraciavam aos pedintes, garantindo-lhes a subsistência, como elevavam os ofertantes, legitimando sua generosidade cristã e seu lugar na hierarquia social. Resquícios da “cultura do dom”, tão intrínseca ao barroco mineiro.¹⁰³ Isto nos revela o limite mesmo do processo de “civilização” proposto pelos *homens de imprensa*, já que certas práticas tradicionais continuavam a fazer sentido dentro da sociedade urbana diamantinense. Um jornal, mais ligado a essas tradições, chegou mesmo a reclamar contra as muitas pessoas que negligenciavam a ajuda aos seus “*semelhantes desvalidos e indigentes pedintes*” (*Pão de Santo Antonio*, 25/07/1911) – demonstrando, anos depois, que a proposta de *Olhamar* também não dava conta do problema.

¹⁰³ Sobre a importância social do ato de presentear, e suas relações com a hierarquia dentro da sociedade colonial luso-brasileira, inclusive com exemplos da região de Diamantina, ver FURTADO, 1999, p. 46ss.

Tudo isso nos leva de volta à questão da amplitude do “projeto civilizatório” urbano. Não bastava apenas propagandear certos preceitos, na esperança de que fossem transformados em regras; era preciso torná-los parte do senso comum, torná-los hegemônicos entre os valores da sociedade. Este é o grande projeto que vai sendo publicado, página a página, pelos jornais: o da educação para uma nova sociedade. A qual deveria incluir os membros das elites, mas não poderia excluir aqueles que pertenciam às classes menos favorecidas. Acreditava-se que elas também poderiam ser efetivamente civilizadas, através do trabalho e da educação formal, considerados as *luzes* do saber.

De dia pede esmola: à noite exigia-a. Á hora da missa encontra-se á porta da igreja; e é o mendigo; á hora do crime encontra-se á esquina das viellas, e é o ladrão. De dia traz muletas, de noite traz navalhas. [...] D’onde veio esse homem? Da prostituição, do lodo anonymo. Entrou na vida pelo postigo de uma roda e ha de sahir pelo alçapão da guilhotina. Rompeu de um ventre como um sapo de um esgoto. [...] Os preconceitos e os crimes buscão os cerebros analphabetos, como os morcegos e os chacaes buscão os subterrâneos e as escuras. Ha mais luz nas vinte e quatro lettras do abecedario, do que em todas as contellações do firmamento [...] Guerra Junqueiro. (*Sete de Setembro*, 26/02/1887)

Tais esperanças eram tênues, pois como o texto acima mostra, conviviam ao mesmo tempo com uma visão determinista, quase fatalista, dos destinos dos homens e mulheres criados em condições consideradas inapropriadas para a civilização. Esta postura quase trágica encontrava respaldo na ciência criminalística, que vinha se desenvolvendo ao longo do século XIX:

“SCYENCIA - Hereditariedade morbida ou transmissão de diversas doenças e da inclinação para o crime”: A hereditariedade das doenças já não póde ser discutida: é um facto averiguado. A hereditariedade morbida consiste na transmissão da doença ou na predisposição ou aptidão, ou na do germen ou estado latente, ou, finalmente, na do desenvolvimento completo ou signal caracteristico. [...] A hereditariedade dos instinctos criminosos é, infelizmente, mais que certa. O roubo, o suicidio, o assassinato e todos os crimes seguem a lei fatal das transmissões. [...] Cumpre, pois, recorrer-se ao medico illustrado, porque só elle conseguirá debellar e aniquillar o inimigo. (*Pharol*, 06/03/1885)

Transcrevendo um artigo publicado no jornal carioca *O Paiz* algumas semanas antes, o jornal *Pharol* reforçava a idéia de que

o criminoso não é dotado de sentimentos e idéas eguaes aos dos outros homens, que elle fórma uma classe especial, que, por suas anomalias organicas e psychicas, revela um regresso ataxico ás raças selvagens, que, portanto, a pena, como é dada, não exerce sobre o individuo a influencia desejada [...]. (*Pharol*, 10/07/1886)

Logo, seguindo essa linha de argumentação, os criminosos adultos seriam praticamente irrecuperáveis. A atenção deveria ser dada, portanto, às crianças, na crença de que a educação correta poderia deter, talvez, até mesmo o “germe

latente” dos instintos criminosos. A notícia da condenação de uma menina argentina a dois anos de cadeia, pelo furto de dez tostões, gerou uma profunda consternação nesse jornal juiz-forano:

A infancia desamparada fórma hoje uma legião tão numerosa que autorisa uma previsão tristissima sobre o futuro dessa parcela da humanidade, que será amanhã talvez a maioria dos homens a lutar pela existencia. E é facil de se avaliar a sorte que se reserva a todos, indistinctamente, quando se desenvolverem esses desgraçados irmãos, creados e formados no meio da corrupção avassaladora dos bordeis e das ruas, unicos lugares onde encontram abrigo e refugio, orphãos como vivem da protecção que lhes devem os governos e as classes incumbidas de zelar pela sorte dos humildes. [...] (*Diario Mercantil*, 06/02/1912)

A realidade local também levava os *homens de imprensa* a se preocuparem com as crianças descuidadas. Já vimos como, tratando do matadouro público, o *Pharol* denunciou as brincadeiras violentas realizadas por meninos, “*que se agglomeram nos arredores do matadouro, por falta de quem os observe*” (04/04/1900). Desde o século anterior a imprensa juiz-forana tratava com destaque dos problemas trazidos pelos “meninos vagabundos”:

Tantas vezes nos temos em pessoa dirigido ao sr. juiz de orphams do termo, pedindo medidas energicas contra a vagabundagem dos meninos... Miguel Berg, de 14 annos de idade, filho da viuva Maria Berg, foi offendido por Eugenio de tal, menino vagabundo, de mãos costumes, sem tutor, nem quem o ampare; mas que sabe offender com canivetadas... Eugenio é menor. (*Pharol*, 27/03/1888)

Assim como os desocupados, esses meninos eram um atentado à tranqüillidade das pessoas, e aos melhoramentos realizados no espaço urbano. A reclamação abaixo mostra-nos, inclusive, que tal postura transcendia as barreiras étnicas ou de cor:

Pedem-nos chamemos a atenção do sr. dr. juiz de orphams para os meninos vagabundos nesta cidade. // Merecem especial cuidado os de nome: Isaltino, pardo, Manoel, preto, e Alvaro, branco. // Hontem pintaram o 7 no largo do Riachuelo, em uma das caixas de descargas dos exgottos publicos, e depois divertiram á grande montados no cylindro que se acha no largo do Riachuelo, até quebrar um dos varaes do mesmo. (*Pharol*, 27/07/1900)

O mesmo ocorria em Diamantina, onde os termos usados eram muitas vezes mais duros, inclusive contra aquelas pessoas que, por quaisquer motivos, contribuíam para a liberdade de ação dessas crianças:

MAIS VANDALISMOS // Mais um acto de vandalismo, ou antes, de garotos sem educação nem respeito, foi praticado, na tarde de 14 do corrente, contra a propriedade das virtuosas irmãs de caridade. // Parece impossível, mas, infelizmente, para vergonha da nossa cidade, os miseráveis vagabundos sem occupação, e cujos Paes, tanto ou mais culpados do que elles, porque não sabem corrigil-os, continuam a faltar com o respeito àquellas pobres mulheres, cujo único defeito é terem sempre nos corações a caridade e o perdão, até para os malandros que as insultam e procuram depredar e arruinar a sua propriedade. // No citado dia 14, uma malta de vadios assaltou, escalando dous muros, a pequena e pittoresca horta do

Collegio de N. S.^a das Dores, a qual serve de jardim para recreio das meninas que alli se acham a educar. [As irmãs chamaram a polícia, mas depois não queriam entregar os nomes dos meninos, ou pistas sobre eles] Será muito louvavel este procedimento das boas irmãs, mas nós não podemos concordar com elle. (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)

A inadequação das crianças às regras de comportamento urbano se fazia sentir nas mais variadas ocasiões, desde as reclamações contra os “meninos incorrigíveis” fazendo bagunça durante a Procissão de Cinzas em Diamantina (*Sete de Setembro*, 05/03/1887), aos “rabos de papel” colados “nos transeuntes das principaes ruas” de Juiz de Fora. Esta brincadeira motivou uma carta ao jornal, apelando aos pais “*dessas imprudentes creanças que abusam da distracção de senhoras e respeitaveis de venerandos senhores*” para que tomassem providências, antes que a polícia tivesse que intervir (J. Menegale, *Diário Mercantil*, 06/02/1912).

Os espaços de diversão eram locais privilegiados para a ação de crianças e adolescentes que não se enquadravam na sociedade culta e civilizada. Ocasionalmente, as notícias falam de pequenos furtos e crimes, como este exemplo:

Ante-hontem, á porta do circo Chileno, foi preso um menino gatuno, que tentara *alliviar* um cidadão em os seus cobres. // Mas não levou a effeito a sua intenção, e á ordem do zeloso delegado de policia, sr. Bruno von Sydow, foi pernoitar no grande hotel cosmopolita que tem por gerente o sr. Sylvestre. (*Pharol*, 21/07/1900)

Pelas páginas dos jornais, imprimia-se uma permanente tensão entre as brincadeiras e desvios praticados pelas crianças e adolescentes, e o novo ambiente urbano que se queria construir, o qual muitas vezes era atacado, como as lâmpadas de postes quebradas, “*devido a estrepolias de meninos vadios que se divertem a atirar pedras*” (*Pharol*, 14/01/1900).

As pedras foram um dos principais instrumentos utilizados pelas crianças e adolescentes para brincar e tumultuar o funcionamento do ambiente urbano, que os tolhia e os envolvia em seu crescimento, buscando regrá-los. Um alvo preferencial dessas “estripulias”, em Juiz de Fora, eram os bondes; há vários registros de confusões e problemas, ligados aos menores. Em 22/12/1885, o *Pharol* publicou, junto com um editorial contra “*meninos vagabundos*”, notícias sobre batidas entre bondes conduzidos por crianças; dois anos depois, reclamava de uma “*troça de meninos*” fazendo folia num dos “*trollys*”, nas ruas Halfeld e do Comércio (região central da cidade), enquanto “*uma outra turma de vagabundos*” pôs pedras na linha de bondes, no bairro Mariano Procópio, na periferia (08/01/1887), feito que se repetiu dois meses depois, na linha da rua do Comércio (02/02/1887).

Passados alguns anos, temos a notícia de uma ação muito mais agressiva do que provocar o descarrilamento dos bondes:

Hontem, o bond que faz o serviço central desta cidade, foi assaltado por um grupo de meninos, á rua da Imperatriz. // Esses *gavorches* atiraram aos passageiros e familias que faziam o trajecto pedras e outros *projecteis* que encontravam á mão, não attingindo felizmente a ninguem. // Si o sr. delegado de policia dêsse as providencias que exige o facto, procederia com justiça. (*Pharol*, 06/07/1900)

As pedras usadas pelos meninos em Juiz de Fora contra os bondes atravessaram décadas, tornando-se instrumentos de assaltos e também de agressões mais pessoais, como este ataque ao condutor de um bonde elétrico, revelador também da crescente violência nas relações com esses “meninos de rua”:

Hontem, ás 1 ½ da tarde, quando passava o electrico n. 5, conduzido pelo motorneiro Guilherme Winter, pela praça dr. João Penido, um garoto, inimigo de Winter, atirou contra este duas enormes pedras, que felizmente erraram o alvo, mas, por um triz não attingiram uma senhorita que se encontrava no bond. // O motorneiro, um soldado e muitos populares puzeram-se em busca do terrivel moleque, conseguindo prendel-o só depois de muito trabalho. // O sr. coronel Arthur Penna, que se acha empenhado numa campanha contra vadiagem, não deve perdoar os vagabundos aqui existentes, perseguindo-os de toda maneira, afim das ruas da cidade ficarem, de vez, livres de tal gente. (*Diario Mercantil*, 17/05/1912)

Diamantina não possuía bondes, mas havia menores nas ruas, e pedras à vontade. Assim como em Juiz de Fora, estas eram usadas pelas crianças e adolescentes como armas contra seus inimigos, como instrumentos de provocação, ou mesmo como peças nos seus jogos violentos. Em Diamantina, a imprensa denunciou uma prática que remontava às antigas tradições de preconceitos e exclusão contra aqueles que, por algum tipo de deficiência física ou mental, eram tratados como diferentes. Como já vimos no capítulo anterior, espancamentos covardes e agressões despropositadas contra os “loucos” eram prática comum na cidade, argumento utilizado inclusive para a instalação do hospício local. A solução proposta para tal atitude era clara: repressão e prisão!

Ao Sr. Delegado de Policia // É assás censuravel, e mesmo digno de castigo, o procedimento de uma malta de vagabundos, que vivem a maltratar com apelidos e pedradas a certos individuos inoffensivos, que pelo facto de terem qualquer defeito physico, são victimas de taes malandros. // O Sr. Luiz Caetano do Sacramento, homem immensamente trabalhador é uma das victimas e que merece a auctoridade policial lhe dispense as devidas garantias, afim de poder continuar no seu trabalho quotidiano. // Logo que se metta na prisão um d'esses insolentes, temos plena certeza que os outros se cohibirão de tal procedimento. (*A Idéa Nova*, 15/09/1907)

Um fugaz jornal local chegou a reclamar da injusta situação que se criava, pois quando agredidos e enfurecidos, os “loucos” eram objeto do rigor policial. Para

o jornal, tal situação depunha contra as pretensões locais de alcançar o progresso e a civilidade:

Que espectáculo triste que depõe não só contra o espirito de caridade d'este povo, como também contra a policia, vêr-se os moleques apedrejarem os doudos e quando estes se enfurecem pelo mau trato que lhes é dado serem attirados á cadeia, como si fossem criminosos! [...] Em vez dos doudos serem presos, os moleques é que devião soffrer o castigo de tamanha perversidade. (*O Aprendiz*, 30/08/1893)

Quando essas agressões eram feitas por “moleques”, juntavam-se dois problemas: o covarde comportamento, inadequado a uma cidade civilizada como Diamantina, e a vida desregrada desses “meninos vadios” que, conforme os preceitos da época, fatalmente geraria futuros criminosos. Dois textos, publicados com poucos meses de intervalo, mostra como a imprensa local enxergava essa questão: primeiro, a recriminação aos pais (ou senhores; estaríamos falando de ingênuos?) por não cuidarem desses menores; a covardia dos ataques aos deficientes; e o transtorno da ordem causado pela agitação desses grupos no centro urbano de Diamantina:

VADIOS. Chamamos a atenção da policia para uma malta de meninos vadios que perseguem o desassissado *Gêbo* e atirão-lhe pedras, causando-lhe muitas vezes ferimentos. É uma obra de caridade corrigir-se essas creanças, visto seus paes ou senhores não o fazerem. (*Sete de Setembro*, 05/03/1887)

O Sr. Leonel Tolentino Monteiro Filho, 1º Suplente do Delegado de Policia deste Termo, em exercicio, tem sido geralmente elogiado, em razão das ordens por si ultimamente expedidas, em relação a uma malta de meninos malcreados e trancarruas que maltratão com gritos, insultos e pedradas aos mentecaptos e mesmo alguns tropeiros, principalmente em certos dias de festas ou divertimentos publicos. A proibição da vadiação e algazarra, que fazem pelas ruas essas creanças, fará com que seus pais, senhores ou tutores lhes dêem melhor educação e os contenham em casa, pois o proximo não é obrigado a aguentar-os taes quaes elles são, isto é: malcreados e insuportaveis. //Aproveitamos o ensejo para chamarmos a atenção do ilustre Sr. Delegado Monteiro Filho para uma caterva de mendigos ou exploradores que existe em nossa Cidade, grande parte delles vindos dos arraiaes e povoados circumvisinhos. (*Sete de Setembro*, 05/05/1887)

A menção ao crescimento da cidade, atraindo cada vez mais gente das regiões vizinhas, ajuda-nos a entender a escalada de violência, tanto nas ações dos meninos – que agredem a cada vez mais tipos de pessoas – , quanto nos termos utilizados para descrevê-los nos jornais, bem como nas soluções propostas, como neste exemplo, quase do final do período analisado:

Incorrigiveis // Não há quem transite pelas nossas ruas, em pleno dia, que não observe o espectáculo deprimente praticado, quase diariamente, por uma sucia de meninos mal educados, que passam horas esquecidas a ridicularizar pobres velhos mendigos, e até os aleijados, dignos de nossa compaixão. // Merecem, sem duvida, um serio correctivo essa corja de moléques desoccupados, cujos paes ou quem suas vezes fazem, são os unicos responsaveis, pelos actos que praticam. // – Uma medida tambem que não deve escapar á

acção da policia é o procedimento incorrecto de certos typos, que não se envergonham de proferir palavões indecorosos e do mais baixo calão, em plena rua da cidade, offendendo o decoro das exmas. familias. (*Diamantina*, 29/11/1913)

As soluções apontadas seguiam duas direcções básicas, ambas passando pela repressão às estripulias e “molecagens”. Uma, exemplificada acima, seria a punição, quiçá detenção, dos menores e/ou de seus pais ou responsáveis. A outra, que não exclui a primeira, seria enquadrar essas crianças e adolescentes na ordem social, através de sua inserção no mundo do trabalho, através da educação. Retornamos ao valor civilizatório do trabalho regular e honrado, noção partilhada pelos *homens de imprensa* em ambas as cidades:

[...] cremos que se podia aproveitar o trabalho desses meninos, preparando-se ao mesmo tempo cidadãos uteis ao paiz, em vez de homens perigosos que virão a ser forçosamente, se continuarem entregues a si proprios. Já temos estabelecimentos em que se encontra trabalho remunerado e proporcionado a todas as idades; porque não se procura empregar alli os meninos a que nos referimos? (*Pharol*, 25/01/1885)

Em vez de fazerem um pernicioso serão de vicios, nas tavernas ou nas jogatinas, o operario e o artifice, o vendilhão e o magarefe, o jornaleiro e o creado irão aprender a ser homens morigerados, a possuir germens de virtudes, encaminhando-se para o bem em proveito proprio e da sociedade. (*Sete de Setembro*, 06/11/1888)

E assim como já havia acontecido em Juiz de Fora, quando foram abertas vagas para menores nas oficinas do *Pharol*, também em Diamantina a imprensa defendia que o trabalho, aliado ao aprendizado de alguma profissão, era um espaço formador de futuros cidadãos:

O Dr. Nabuco de Abreu, juiz de orphaos na Capital Federal, está recebendo propostas das pessoas que desejarem menores de sete annos de idade para cima, afim de os collocar nos trabalhos da lavoura, horticultura, artes e officios mecanicos, ou no serviço domestico, com as condições e clausulas estipuladas pelo mesmo juiz. (*A Idéa Nova*, 14/04/1907)

Convém registrar, porém, que mesmo essa idéia era vista com reservas, como denota o pessimismo expresso na coluna “*OMNI RE...*”, assinada por “*Felix, o Infeliz*”: “*que necessidade ou que vantagem há de enclausurar essas creanças em uma fabrica, onde as matem de trabalho, ou na Escola de Menores Artifices, onde as eduquem de modo que futuramente tenhamos mais elementos para questões militares?*” (*Pharol*, 06/03/1887). Os defensores da educação haviam publicado um mês antes, em Diamantina, um artigo escrito por Guerra Junqueiro, já parcialmente citado acima. O texto “*A Escola*”, que ocupava toda a primeira página e parte da segunda, arrolava vários argumentos em sua defesa, incluindo as estatísticas, tão caras a uma leitura “racional” e “científica” do mundo:

A Escola // “Philantropicos sociaes, respondi-me a isto: As vossas estatisticas dizem: a instrucção diminue a perversão; quer dizer, o alfabeto diminue o crime. O crime é uma

doença da alma, como uma pneumonia é uma doença dos pulmões. // Para a doença há um remédio, e para o envenenamento há um antídoto. // Como se deita abaixo uma cadeia? Acotovelando-a com uma escola. O professor há de eliminar o carcereiro. // A luz absorve os miasmas do espírito, como os arvoredos os miasmas dos pântanos. No homem há duas coisas – o instinto que é um cego, e a consciência que é um pharol. As consciências são as sentinellas do instinto. A razão é o domador dos appetites. // Como se faz a separação? Illuminando as ruas? não, illuminando os cérebros. As casas illuminão-se por dentro. A grilheta castiga os assassinos, mas, não ressuscita os assassinados. Não indemnisa, vinga. [...] Condemnamos a sociedade a que dê instrucção a todas as crianças, e dê trabalho a todos os famintos, applicando-se mais a evitar os assassinos”. Guerra Junqueiro. (*Sete de Setembro*, 26/02/1887)

4.3. Uma cidade ilustrada

Assim, para além dos edifícios ligados à segurança da população (como o quartel e a cadeia), e dos melhoramentos urbanos, como a iluminação, havia um conjunto mais amplo a ser construído para que uma cidade pudesse ser espaço de vivência civilizada. Ao progresso industrial, por exemplo, dever-se-ia somar a educação escolar, como na Fábrica Santa Bárbara de Diamantina. Lá, por ordem do gerente, Coronel Theophilo Marques Ferreira, foi inaugurada uma *“edificação solida e elegante, obedecendo ás exigencias do regulamento, tanto nas dimensões, como nas prescrições hygienicas”* para abrigar uma escola (*A Idéa Nova*, 31/07/1910). Também em Juiz de Fora havia a idéia de que o caminho a trilhar passava pela educação:

O Brazil caminha // [...] É simplesmente da instrucção que depende o progresso e o bem estar de um povo; e, neste sentido, - doa embora aos pessimistas, - muito se tem feito. Hoje estuda-se no Brazil e isto é quanto basta para que elle se eleve em pouco tempo ao nivel das nações mais adeantadas do mundo. [...] Falo convictamente, porque, nessa cohorte de creanças, moços e senhoritas, tambem tenho alguns filhos que compartilham a felicidade que transparece daquelles semblantes risinhos que diariamente se encontram em Juiz de Fóra, sobraçando livros e em busca dos nossos modelares estabelecimentos de instrucção. [...] Braz X. Bastos. // Monte Bello, 31 – 7 – 912. (*Diario Mercantil*, 06/08/1912)

Estudo, simplesmente: do estudo dependeria *“o progresso e o bem estar de um povo”*. Otimista, o jornal juiz-forano oferecia, em sua primeira página, o testemunho de um morador em localidade próxima – não era nem mesmo alguém que residia na cidade-sede da publicação. Isto enfatizava o alcance do que já se fizera; mais que isso, demonstrava a grande penetração da convicção que se tinha do poder transformador da instrução. A qual era vista, em ambas as cidades, como elemento central para o progresso e o desenvolvimento da cidade e da nação:

Elustrar, instruir, aperfeiçoar tanto as mulheres como os homens, tanto as nações como os individuos, é sempre o melhor segredo para todos os fins razoaveis, para todas as relações sociaes e politicas, ás quaes se pretender assegurar um fundamento razoavel. (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)

Homens e mulheres deveriam ser instruídos, pois um povo ignorante não poderia ter consciência política desenvolvida. As próprias instituições democráticas seriam pervertidas, como afirmava este artigo sobre a fraqueza da representatividade popular no sistema político vigente:

É verdade que numa nação como a nossa, onde se pode dizer que quasi não ha instrução popular, pois mais de dous quintos da população vivem na mais completa ignorancia, desinteresse pelos negocios publicos e ausencia de civismo, o suffragio universal torna-se contraproducente, revertendo em beneficio das oligarchias. // É uma lei natural: o erro não está nas instituições, já se tem repetido muitas vezes, está na ignorancia do povo. // Diffundamos a instrução por todas as classes do povo e então a Republica, rediviva, soberana e majestosa, offuscará com o brilho dos seus raios a todos aquelles que procuram no passado a solução para os males do presente. [...] (*A Idéa Nova*, 15/11/1908)

A solução, portanto, não estaria num retorno ao passado (como talvez sonhassem os redatores monarquistas do *Pharol*, na década anterior), mas sim no aperfeiçoamento do regime presente. E o melhor instrumento para aperfeiçoá-lo existia e era conhecido: a educação. Mas não qualquer educação, e sim um ensino direcionado, capaz de despertar em cada um aquilo que de melhor poderia oferecer à sociedade. Este discurso liberal e individualista escamoteava uma divisão social do trabalho, que se refletia também nas propostas educacionais:

O verdadeiro caminho [...] porque nesta casa o que nós queremos e pregamos é aquillo que nossa patria quer e aspira – instrução e trabalho. // INSTRUÇÃO – legitima, bôa e verdadeira, adequada a cada camada social, melhorando a que visa às letras e às sciencias, e creando a que torna apto o individuo para viver por si, pela sua iniciativa fecunda, pela sua aptidão creadora da riqueza social. // TRABALHO não o rotineiro, viciado e infecundo, que anniquila seus agentes, os empobrece e os desgraça, mas o intelligente, racional e progressivo, que remunere o esforço, levante seus obreiros, e transforme nossa terra de madrastra safara e maninha em mãe carinhosa e bem-fazeja. [...] (*A Idéa Nova*, 10/06/1906)

Instrução “*adequada a cada camada social*”: a quem estudo – escola, letras e ciência; a quem trabalho – iniciativa, racionalidade e criatividade para gerar (e gerir) a “*riqueza social*”. A estes, era necessário abrir espaços que atendessem à necessidade de educá-los, mas que não inviabilizassem sua subsistência – e a contribuição específica que deveriam dar à sociedade – através do trabalho. Daí a importância das escolas noturnas, que foram defendidas e elogiadas pela imprensa em ambas as cidades:

O não pequeno número de operarios analphabetos, e de ingenuos existentes nesta cidade, dispertou o sentimento generoso e patriotico do Sr. Antonio dos Santos Mourão, nosso conterraneo, o qual se propõe a leccionar gratuitamente os alumnos que frequentarem a aula nocturna [...] O dispendio do cofre municipal é bem insignificante em face do proveitoso ensino primário dos filhos do trabalho, impossibilitados de frequentarem durante o dia as aulas publicas na Cidade. (*Sete de Setembro*, 12/03/1887)

Em outra página dessa mesma edição, encontra-se a notícia da instalação da aula noturna, marcada para o dia 14/03, às 18h30min. Três anos depois, foi a vez de Juiz de Fora abrir uma escola noturna sustentada pela municipalidade:

Communica-nos o sr. inspector escolar municipal, tenente José Luiz da Cunha Horta, em officio que hontem nos dirigiu, que a primeira escola nocturna mantida pela camara e regida pelo normalista Paulo Estellita de Souza se acha funcconando no predio municipal á rua Direita n. 147, tendo a frequencia superior a 50 alumnos. (*Pharol*, 04/08/1900)

Outras iniciativas seguiram-se à escola pública. O *Centro Spirita* de Juiz de Fora, após uma primeira tentativa, reabriu sua escola noturna e gratuita, em janeiro de 1906. As aulas ocorriam de segunda-feira a sábado, das 18 às 21 horas (quartas-feiras, começavam às 17h00min). As disciplinas lecionadas eram Português, pelo professor Raymundo Tavares; Francês e Geografia, por Alípio Peres; Geometria e Aritmética, por Bento Braga; Álgebra, Trigonometria e taquigrafia, por João Lustosa (*Jornal do Commercio*, 03/01/1906).

Também em Diamantina a educação dos trabalhadores foi assumida por outros grupos, que não a Municipalidade. A União Operária Beneficente manteve, a partir de 1893, um Liceu de Artes e Ofícios, e chegou a manter duas escolas noturnas “para os que ganham o pão durante o dia” (COUTO, 2002, p. 249). Estas escolas eram regularmente acompanhadas pela imprensa local, e seus sucessos devidamente destacados, especialmente por ocasião dos exames das turmas:

Finalizando esta ligeira noticia, cumpre-nos declarar que não só o adiantamento dos alumnos de ambas as escolas como o esplendido resultado de seus exames, excederam á expectativa do publico e principalmente da commissão examinadora, que não regateou elogios ás distinctas professoras, bem como a directoria da *União Operaria Beneficente*, a quem felicitamos, fazendo sinceros votos pela sua crescente prosperidade. (*A Idéa Nova*, 22/11/1908)

A proposta defendida pelos *homens de imprensa* para a formação dos jovens oriundos das classes mais pobres era composta, portanto, de duas frentes: a inserção no mundo do trabalho, e a educação formal escolar. Para que isso fosse possível, era preciso regulamentar as condições de trabalho dos menores, o que explica a publicação da nota de apoios ao projeto apresentado pelo dr. Pinto de Moura à Câmara Municipal, “*prohibindo o trabalho nocturno das creanças nas fabricas*” em Juiz de Fora (*Diario Mercantil*, 01/08/1912).

Muitas vezes, era preciso regulamentar também o comportamento das pessoas no espaço em torno das escolas. É o caso de alguns quitandeiros de Juiz de Fora, por exemplo, cujo vocabulário era considerado inadequado para a porta da

escola municipal; a solução apontada foi o seu deslocamento, para um “*ponto de estação para os vendedores de quitanda*” distante das escolas (*Pharol*, 05/01/1887). Ou como em Diamantina, onde “*a imprensa, libérrima moralisadora dos factos, batendo-se fortemente contra os absurdos, não póde deixar de reclamar*” contra a abertura de tavernas nos anexos do prédio do Externato e Escola Normal (*Sete de Setembro*, 10/12/1888). Numa notícia abordando exatamente essa questão, podemos perceber algumas linhas de exclusão traçadas em torno do espaço escolar:

Gravíssimo // Paes de famílias conceituadas na sociedade diamantinense vieram á redacção da **Idea Nova** e nos pediram que reclamassemos energicas providencias das autoridades policiaes, contra o abuso de alguns moços que se dirigem para os arrabaldes da cidade, na occasião em que as educandas do collegio de Nossa Senhora das Dores sahem nos seus passeios hygienicos. // Dizendo gracejos de máu gosto e pilherias inconvenientes, esses imprudentes rapazes se zangam quando as dignas irmas procuram evitar taes abusos. // Aguardamos da parte do sr. Delegado de policia promptas providencias. (*A Idéa Nova*, 06/05/1906)

Muito poucos podiam arcar com as despesas de uma boa educação particular, e nem todos eram atendidos pelo ensino público, pois havia uma constante deficiência de vagas. A situação tornava-se mais complexa quando, por razões políticas, ideológicas ou tecnicistas, eram feitas mudanças que alteravam a frágil rotina escolar das cidades. Em 24 de junho de 1886 o *Pharol* publicou nota contra a transferência da Escola Normal, decidida pelo governo da Província. A Câmara Municipal estava oferecendo um prédio para o funcionamento da escola, e a posição do redator misturava sua importância à exaltação da cidade: “*Realmente é para estranhar que a escola normal, não devendo funcionar aqui, tenha de ser transferida para a cidade de Ubá, em todos os sentidos menos importante do que a nossa cidade*” (*Pharol*, 24/06/1886). Em 22 de junho a Câmara Municipal já havia enviado uma representação à Assembléia Provincial contra a extinção da Escola Normal em Juiz de Fora (Ata da Sessão de 22/06/1886, publicada no *Pharol*, 01/08/1886). A campanha parece ter surtido efeito: em 29 de junho o jornal publicou a notícia do restabelecimento da Escola pela Assembléia Provincial. Mas a deficiência da rede escolar continuou pautando as redações locais: catorze anos e uma mudança de regime depois, o *Pharol* publicou um editorial contra a supressão de cadeiras de ensino na cidade, demonstração da inépcia e da deslealdade do governo mineiro (20/01/1900).

Apesar disso, por ocasião das publicações comemorativas da virada do século, a análise apresentada da situação educacional em Juiz de Fora era positiva – talvez resultado do espírito ufanista gerado pela ocasião, presente em vários dos outros textos, como já vimos. J. Rangel foi o autor do artigo no qual as condições do ensino público na cidade foram historiadas e comentadas, inclusive com uma listagem das escolas em funcionamento:

Instrução Publica em Juiz de Fora [...] E si, por um lado, o meu espirito se via profundamente condoído deante da sorte reservada nestes ultimos tempos aos estabelecimentos particulares de ensino, por outro sentia-se consolado, verificando que, hoje, nas escolas publicas o filho do proletario já adquire instrucção regular, graças á feliz escolha e competencia dos professores. [...] E digamos em abono da verdade – em Juiz de Fóra, esse *desideratum* têm-se conseguido; á excepção de um ou outro profissional incompetente, e que convem seja eliminado, o professorado primario tem dado de si as melhores provas, não só no que diz respeito á moralidade como á suas aptidões especiaies. // Existem no municipio funcctionando umas quarenta escolas primarias estaduaes e municipaes, abrangendo uma frequencia effectiva de 1500 alumnos approximadamente. [...] // Eis a traços largos o que tem sido o movimento educacional na mais rica e bella cidade mineira [...] J. Rangel. (*Jornal do Commercio*, 04/01/1901)

Segundo o autor, uma das razões para a melhoria do trabalho dos professores teria sido a criação da Escola Normal na cidade. Já o autor de um outro artigo, publicado em Diamantina, ao analisar as propostas de reforma educacional apresentadas pelo governo, apontava os limites dos investimentos realizados, especialmente quanto à condição de subsistência dos profissionais da educação:

Não tocaram na instrucção publica e fizeram bem, porque, fazendo reformas sobre reformas, sem melhorar as condições do professor, não poderão nunca obter que o serviço da instrucção seja bem administrado, visto como o actual ordenado é simplesmente sufficiente para que esses utilissimos funcctionarios do Estado não morram litteralmente à fome. (*O Jequitinhonha*, 15/09/1904)

Algumas críticas feitas pela imprensa serviam como contraponto ao discurso sobre a importância da educação, pois revelavam que, mesmo quando havia investimentos, muitas vezes a escola assumia papel secundário nas políticas locais.

A nota abaixo é exemplar dessa situação:

O agente executivo tem commetido erros tão grandes e tão graves, tem irritado tanto o espirito publico, que o município em peso levantou-se indignado e disposto a mudar absolutamente esta situação intolerável. // Esse administrador que, desde Janeiro do corrente anno vem adiando e protelando a adaptação do prédio para o Grupo Escolar, com a desculpa de que os cofres municipaes não comportavam essa pequena despeza, começou ultimamente a dissipar prodigamente grandes quantias, com os preparativos dos festejos do Congresso das Municipalidades do Norte. // O agente executivo devia apenas concertar e reparar as casas, que foram alugadas pela camara para hospedagem dos illustres visitantes que vierem a esta cidade. Mas o que é um absurdo é – sua ex. esbanjar tanto dinheiro (como está fazendo) com concertos e pinturas de outras casas particulares. // Vê-se logo que o intuito d'esse administrador incompetente é dar uma falsa idéa do estado da nossa cidade aos hospedes que aqui vierem. (*A Idéa Nova*, 07/09/1907)

Mais importante do que a reforma para abrigar o Grupo Escolar, criação importantíssima da reforma educacional promovida pelo governo estadual, era apresentar uma imagem de “cidade desenvolvida”. Temos aqui um exemplo da tensão entre os “sinais visíveis de civilização”, ícones do progresso e do desenvolvimento, e as ações necessárias para uma transformação da sociedade que efetivamente sustentasse seu desenvolvimento progressista.

Na ausência de investimentos regulares, as escolas e professores procuravam meios diversos para suprir a demanda por recursos. Notícias publicadas pelo jornal *A Idéa Nova* ao longo do ano de 1908 são exemplares das alternativas buscadas em Diamantina: a redação do jornal encaminhou correspondência ao “*patriotico Secretario do Interior*”, sugerindo que o governo entrasse “*em acordo com os herdeiros do Dr. Joaquim Felício*” para comprar a propriedade e reeditar o livro *Memórias do Distrito Diamantino*, “*tornando sua leitura obrigatoria nas escolas de Diamantina e do Serro*” (*A Idéa Nova*, 13/09/1908); na mesma edição, anunciava a publicação da biografia do naturalista José Vieira Couto, que havia estudado a região no século XVIII; poucos meses depois, João Felício dos Santos e Cícero Arpino Caldeira Brant anunciavam a publicação de *Diamantinenses Illustres*, obra na qual “*só publicaremos as biographias dos mortos, porque sobre os vivos é impossivel escrever imparcialmente*”, e que recomendavam ser adotado no Grupo Escolar e outras escolas do município (*A Idéa Nova*, 04/10/1908). A diretoria do “*Gremio José do Patrocínio*” pediu, através do jornal, que os “*collegas de imprensa*” enviassem exemplares para o seu “*Gabinete de Leitura*”; a Biblioteca Municipal de Diamantina, que “*tirou a sorte grande no valor de tres contos*” em sorteio realizado pelo jornal carioca *O Paiz*, iria utilizar parte do prêmio para comprar um “*Diccionario Larousse*” (*A Idéa Nova*, 22/11/1908); quase um mês depois, era publicada uma lista de livros pedagógicos, em francês, comprados para a Biblioteca no Rio de Janeiro (*A Idéa Nova*, 27/12/1908). Enquanto isso, o Grupo Escolar abria uma subscrição a fim de angariar donativos visando a compra de tambores e clarins para seu Batalhão Infantil (*A Idéa Nova*, 21/12/1908). Apesar das dificuldades nos anos iniciais de sua implementação, o Grupo Escolar buscava, através dos seus rituais, imprimir na vida da cidade a consciência da sua importância – e nisso era auxiliado pela imprensa, e por outras instituições:

Grupo Escolar // Quinta feira, 21 do corrente, abriram-se solememente as aulas do Grupo Escolar, com a matricula de 443 alumnos de ambos os sexos. // Compareceram muitas pessoas e a musica do 3.^o Batalhão, gentilmente cedida pelo Major Pedro Jorge Brandão. // O

habil photographo sr. Laplaige tirou uma vista do edificio, com o Batalhão Infantil na frente. (*A Idéa Nova*, 24/01/1909)

Os eventos escolares, especialmente as cerimônias de abertura e encerramento do ano letivo, eram utilizados estrategicamente como momentos de valorização do espaço escolar, das atividades ali desempenhadas, dos alunos e seus professores e, em última instância, da própria escola. Era uma forma de responder às críticas e às limitações concretas, especialmente diante das altíssimas expectativas geradas pelo discurso da educação como fator de ascensão individual e transformação social. A descrição da cerimônia de encerramento do ano letivo da Escola Normal de Diamantina, ocorrida em 17 de dezembro de 1893, dá uma boa idéia do esmero com que essas festas eram preparadas, e o impacto que a imprensa esperava que fosse por elas provocado:

Ao penetrarmos no recinto da Escola, ficamos deslumbrados pelo bom gosto e luxo artistico dos adornos com que se achava decorada sua vasta sala interna, graças ao esmero e conhecida aptidão do armador, digno professor João da Matta Gomes Ribeiro. // As paredes da sala, tapetadas de ricas colchas de crochet sobre campo côr de rosa, frisadas as suas extremidades com fôfos de escossia verde-claro, satisfazião, pelo agradável do effeito, aos olhos mais exigentes; alvas cortinas bordadas e transparentes velavam as vidraças levantadas e n'uma das extremidades da sala, sob luxuoso docel, sentava-se a congregação da Escola. // Logo diante de si, parallelamente ao corêto da musica – Corinho – regida pelo applaudido maestro Antonio Ephigenio de Souza, professor do Gymnasio do Norte, a qual estacionava-se em extremidade opposta a congregação da escola, tinha uma mesa que, tambem coberta de lindos bordados, era alcatifada de odoríferas flores. [...] // *Toilettes* as mais elegantes e de variegadas cores que adornavam as gentis senhoras da elite diamantinense, alli presentes, similhavam-se a ricos e preciosissimos coloridos contendo as bellas flores do bello sexo, cujo perfume, naquelle ambiente salutar, confundia-se com o exalado pelas flores naturaes postas symetricamente em jarros de fina porcellana, collocados sobre a mesa. [...] // A satisfação, prazer, e contentamento d'alma que se via relampejar em todos os olhares, demonstravão bem claramente que tinhamos assento no grande festim das letras. [...] (*Cidade Diamantina*, 24/12/1893)

Boas escolas seriam o passaporte para o mundo civilizado, portanto. Daí o entusiasmo com que era saudado todo e qualquer empreendimento nesta área, fosse uma pequena escola em Diamantina:

Escola Infantil // “Dr. Delfim Moreira” // Realizou-se no dia 15 de novembro ultimo a instalação solemne da escola infantil “Dr. Delfim Moreira”, creada e mantida pelas professoras normalistas, d.d. Eufrosina de Miranda Mourão, Julia Coralía Mayes e Clelia Rabello Jardim. [segue descrição do evento] A Escola Infantil, fundada há pouco mais de um mez, já conta um consideravel numero de alumnos de ambos os sexos. (*Diamantina*, 29/11/1913)

ou a consolidação de um conjunto de faculdades, como quando o colégio metodista em Juiz de Fora, que já possuía uma Escola de Odontologia e uma de Farmácia, abriu “*mais um curso superior em Juiz de Fôra*”:

Está definitivamente fundada a Faculdade de Direito do Granbery // Está definitivamente organizada a Faculdade de Direito, do Granbery, nesta cidade. [...] Juiz de Fôra deve regosijar-se por este notavel melhoramento, que lhe dará direito agora, de juntar ao seu velho titulo de Princeza, o de Athenas de Minas. (*Diário Mercantil*, 28/01/1912)

O entusiasmo da imprensa pela educação convivia também com várias preocupações. Além das já citadas carências orçamentárias e infra-estruturais, havia a preocupação com o envolvimento dos estudantes na vida política e social. O texto abaixo pode ser lido como uma crítica, até certo ponto conservadora, contra o individualismo que se exacerbava numa sociedade marcada pelo liberalismo e pelo abandono da política militante:

Desilusões precoces // Ao observador atento não escapa o desanimo que se tem infiltrado fundamente na geração nova, maximé por entre a mocidade das escolas. Onde devião pompear o riso, o entusiasmo, a alegria e o esplendor da esperança, só vemos o glacial indifferentismo e a sombria tristeza. [...] Já nos batemos na imprensa contra o abatimento profundo, que viamos tomar grandes proporções na nossa Escola de Direito. Pregavamos a solidariedade academica, a união de todos os moços em prol dos mesmos ideaes, promptos a fazer resurgir as tradições de combatividade, de abnegação e de civismo. [...] Que vale enfarinhar o cerebro de noções juridicas e economicas, atravancar a memoria com a dormideira de longas citações latinas, si dentro da Escola se não estabelecem laços de fraternidades entre mestres e discipulos, único meio de tornar fulgurante a vida academica? É necessario, como disse professor notavel, que labios e corações firmem um pacto de solidariedade, e que as Academias desassombradamente se ponham à frente de todos os movimentos elevados e patrioticos, que surgirem cá fora. [...] É verdade que a mocidade de outr'ora tinha nas Escolas dous ideaes, que absorviam todas as forças do talento e toda a bondade do coração: o Abolicionismo e a Republica. Realizadas essas duas aspirações maximas, nem tudo está feito. Resta á geração nova pelejar os bons combates pela democratização da Republica, e será criminosa a sua indiferença pelos problemas sociaes, que ainda precisam de solução para conquistarmos o logar que nos compete. [...] D. Lessa. (*A Idéa Nova*, 04/10/1908)

Não obstante tais temores, ou talvez os confirmando, em Diamantina, como em outros lugares, a educação formal foi alçada à condição de símbolo de status, como revela esta anedota publicada num jornal local: “*No atelier de um retratista: // - Em que posição quer vossa senhoria que o retrate? // - Sentado com as pernas cruzadas e com um livro aberto na mão e de modo que se veja que estou lendo em voz alta*” (*A Idéa Nova*, 22/11/1908). Mas o discurso de posse do Dr. Carlos Ottoni no Centro Diamantinense, agremiação existente na capital do estado, demonstrava que, apesar de todas as dificuldades, havia um grande orgulho pelo estado da educação na cidade:

No Serro e Diamantina, arde, como na lampada dos templos, o oleo santo do patriotismo. // A vida renasce, expande-se na fé, no livro, no jornal; – é a escola remodelada, e o ensino secundario aperfeiçoado; são os gymnasios e seminarios; o ensino profissional e agricola; é a uberdade do solo, a riqueza em todaos os reinos da natureza, o campo farto, a matta expessa, a industria pastoril desenvolvida; são as fabricas de ferro, de tecidos, de lapidação; são o commercio e o trabalho organizados em todas suas multiplices fôrmass. [...] (*A Idéa Nova*, 11/10/1908)

Tanto em Diamantina quanto em Juiz de Fora, esse “orgulho patriótico” misturava-se ao conjunto das instituições educacionais existentes nas cidades, as quais, no início do novo século, ajudavam a construir uma identidade para elas, condizente com seu esforço pela civilização: a “Atenas do Norte” e a “Atenas de Minas”.

4.4. Uma cidade polida

a) A “boa sociedade”

Esta sociedade que se pretendia culta e civilizada aparecia nas páginas da imprensa local, a qual registrava os costumes e as relações de sociabilidade dos seus membros. Esta exposição pela imprensa buscava atingir, pelo menos, dois objetivos: exemplificar quais valores e hábitos deveriam ser vivenciados por aqueles que pretendiam viver no mundo do progresso e da civilização. E criar um espaço de valorização, no qual os membros das elites locais poderiam se reconhecer, reforçando a importância da civilidade e do convívio, e demarcando as linhas que os separavam da barbárie.

A exaltação da “boa sociedade” local ocorria especialmente em datas comemorativas ou ocasiões festivas. O hábito de anunciar o aniversário de certas personalidades de destaque local reproduzia as práticas da imprensa europeia – aquilo que atualmente chamamos de “coluna social”. Mas, ironicamente, revelava também o quão diminuto era o grupo considerado como a “boa sociedade” local, dando às redações dos jornais, como vimos, um ar de confraria, de reunião de amigos. O aniversário da sra. d. Constança Vidal Barbosa Lage, lembrado anualmente, é um exemplo revelador dos vários interesses que se entrelaçavam nesse tipo de notícia: a celebração de uma família tradicional, ligada ao próprio jornal, e atuante na política – naquele ano, o dr. Francisco Bernardino era candidato ao Senado pela oposição:

Parabens // Passa hoje o anniversario natalicio da exma. sra. d. Constança Vidal Barbosa Lage, respeitavel sogra do nosso illustrado chefe e amigo sr. dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva e mãe do nosso distincto companheiro dr. Oscar Vidal Barbosa Lage, activo e zeloso director-gerente desta folha. // Sendo-nos muito grato saudar a virtuosa senhora, desejamos se prolongue por muitos janeiros felizes a sua preciosa existencia. (*Pharol*, 05/01/1900)

A identificação entre os *homens de imprensa* de Juiz de Fora era tamanha, que, como já vimos, tornou-se comum a comemoração de seus aniversários, mesmo quando o celebrante atuava em outro periódico, ou quando era apenas indiretamente ligado aos jornais. A morte também poderia servir de ocasião para marcar a importância de uma pessoa nos jornais. Especialmente quando fosse um dos próprios *homens de imprensa*, como Joaquim Felício, importante intelectual diamantinense, autor das *Memórias do Distrito Diamantino*, deputado pela Província de Minas Gerais, um dos responsáveis pelo perfil republicano do jornal *O Jequitinhonha* na década de 1870 (*O Município*, 02/11/1895); ou Oscar da Gama, falecido aos 30 anos, autor teatral e editor de revista cultural, que atuou como colaborador em todos os jornais de Juiz de Fora nos 14 anos anteriores, incluindo o *Pharol*, que o homenageou (25/04/1900).

Os casamentos eram ocasiões muito propícias à demonstração, pela imprensa, de como deveria viver a sociedade educada. O enlace de Francisco dos Campos Valladares e Constancinha Vidal Barbosa Lage, unindo duas famílias tradicionais de Juiz de Fora, foi uma dessas situações, e o relato publicado permite-nos observar não só os rituais de sociabilidade do grupo social observado, como também a posição dos *homens de imprensa*, seus comentários e sua admiração pelo tipo de vida que tais famílias representavam.

A noiva, *ravissante*, na sua formosa *toilette* de *satín duchesse*, feição á princeza, guarnecida de ligeiros *volants de mousseline de soie et fleurs d'orange*. Trazia em broche um riquíssimo coração de brilhantes, presente do noivo. [...] Mlle. Zininha Figueiredo, vaporosa “*toilette* de gaze bleu ciel, décolletée, garnie de jolis rubans de même nuance” e ligeiramente “*drapée*” sobre o collo de “*mousseline blanche*”. “*Ravissant!*” [...] O aspecto da residencia dos noivos era verdadeiramente feérico. A ornamentação do jardim de entrada, estava illuminada com grande numero de copinhos de côres, e a da area que fica no centro da casa illuminada com diversos fôcos electricos e copinhos de cores que formavam as iniciaes dos noivos – C. V. // Chamava tambem a attenção a profusão de flores que dava bellissimo aspecto aos diversos compartimentos da casa. [...] Ao espoucar da champagne, foi erguido o primeiro brinde aos noivos pelo sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. // O segundo brinde foi feito pelo sr. dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva á familia Valladares. // O sr. dr. Benedicto Valladares brindou á familia Barbosa Lage na pessoa da exma. sra. d. Constança Vidal Barbosa Lage [que também comemorava seu aniversário]. As danças prolongaram-se até á madrugada de hontem, reinando sempre a maior alegria. // O *buffet* era de primeira ordem e teve um serviço irreprehensivel. // Fez se ouvir durante as danças a orchestra dirigida pelo sr. Carlos de Faria. (*Jornal do Commercio*, 06/01/1901)

Em Diamantina a “boa sociedade” era composta por um círculo bem menor de famílias; pesavam nisso a diferença no tamanho das cidades, e o maior dinamismo da economia juiz-forana. Ainda assim, ali também as cerimônias sociais, especialmente os casamentos, eram ocasiões para que a imprensa honrasse os

nomes e os modos da elite local. O casamento de João Felício dos Santos e Maria Altina de Souza, filha do importante homem de negócios, Coronel Antônio Eulálio de Souza, ocorreu na Sé poucos dias depois do enlace juiz-forano acima registrado. Entre os padrinhos e convidados, membros das influentes famílias Felício dos Santos, Brant, Ramos, Guerra, Matta:

Após a cerimônia religiosa – durante a qual a banda de musica – Corinho – executou escolhidas peças do seu repertório, foi servida lauta mesa de delicados doces, seguindo-se animadas danças. // Á meia noite, foram os convivas introduzidos na esplendida sala destinada á ceia, e tomaram lugar á ampla mesa, bellamente ornada de flores naturaes e ramilhetes esparsos. // Continuaram as danças até o amanhecer, havendo sempre crescido numero de gentis senhoritas, que davam nota alegre a essa festa tão íntima, que nos deixou as mais agradáveis recordações. // Ser-nos-ia impossível reproduzir aqui os nomes de todas as senhoras, senhoritas e cavalheiros presentes, d’entre os quaes se destacavam pessoas da casa, que dispensavam atenções a todos os convidados com solicitude digna de ser notada. (*O Município*, 14/01/1901)

A exaltação do luxo e da beleza da cerimônia, reforçava a importância das famílias envolvidas (ou o reverso), e o padrão da festa – e sua descrição no jornal – era semelhante em ambas as cidades. Duas diferenças merecem destaque: a utilização de efeitos visuais elétricos e o uso de expressões em francês na descrição do evento, ambos demonstrando o maior poder aquisitivo, e a maior exigência de europeização, da “boa sociedade” juiz-forana, e seus reflexos na imprensa local.

Esta procurava ajudar, colocando à disposição de seus leitores (e suas leitoras), textos que espelhassem os valores aburguesados, europeus e estadunidenses, que os *homens de imprensa* preconizavam. Os folhetins faziam isso de forma muito agradável, através de narrativas, seriadas ou não, em linguagem acessível. Podiam ser de produção local, como já vimos; de autores consagrados nacionalmente, como “*Os Primos*” de Aluizio Azevedo, cuja publicação o *Pharol* iniciou em 27/07/1900; ou mesmo traduzidos de língua estrangeira, como o “*Artista nos Crimes*”, “*traduzido do Inglez por esta Redacção*” do jornal *O Jequitinhonha*, e publicado em 15/09/1904.¹⁰⁴ Algumas vezes descreviam alguma atração da cidade, como “*A Maison Brand*” (*Pharol*, 02/04/1887), outras rememoravam um fato da história local, como “*Um Heróe Diamantinense*” na Guerra da Cisplatina (*A Idéa Nova*, 24/02/1910).

A função básica dessas historietas era distrair, e algumas vezes, ao fazê-lo, acabavam perpetuando manifestações culturais em nada condizentes ao processo

¹⁰⁴ Para uma visão mais ampla sobre os folhetins na imprensa brasileira, ver a clássica obra de Marlise Meyer (1996).

civilizatório, tão forte no discurso da imprensa. É o caso dos relatos sobre o sobrenatural, que em Diamantina eram muito comuns, como este:

Alma do outro mundo // *Si non é vero...* // A dous kilometros d'esta cidade está situada a Chacara das Bicas, celebre porque nella morou o Dr. Joaquim Felicio dos Santos que alli escreveu o **Projecto do Codigo Civil**. // Em 1892 deu-se alli um crime sensacional e em 1896 a Camara Municipal adquiriu aquella casa para lazareto dos variolosos, tendo sido enterrados alguns na horta. // Hoje essa casa é habitada pelo sr. José Bastos, vulgo *Cabo Verde*, que nos referiu o seguinte facto singularissimo. // Há uns cinco dias, sahindo elle ás 7 horas da noite, appareceu-lhe uma mulher baixa e lhe disse: // – Oh! José Bastos, espere ahí! // – Quem é a senhora? // – Eu me chamo Maria. Morri de bexiga e fui aqui enterrada! Mande dizer uma missa para mim. // – Pois bem, respondeu o José Bastos. Não precisa me apparecer mais; eu mandarei dizer a missa... // E de facto a missa foi dita, no dia 24, na capella de Nossa Senhora da Luz. (*A Idéa Nova*, 29/11/1908)

Junto aos folhetins, eram publicadas notícias e pequenas notas, que procuravam informar sobre os mais variados assuntos, mantendo os leitores a par do que acontecia no mundo. Em um capítulo anterior, vimos como os jornais se esforçavam por criar e propagandear suas ligações com o exterior, através do serviço telegráfico e da transcrição de artigos e notícias de jornais europeus e estadunidenses. Assim, encontramos notícias sobre a figura de Antônio Conselheiro e os conflitos em Canudos (*O Município*, 20/02/1897); o necrológio da Rainha Victoria (*Jornal do Commercio*, 24/01/1901); um folhetim sobre a demolição do Morro do Castelo no Rio de Janeiro, e a lenda do tesouro jesuíta que ali estaria enterrado (*Jornal do Commercio*, 02/02/1906), e um comentário jocoso, de cunho machista, sobre o costume dos aborígenes australianos da esposa guardar luto pelo marido, mantendo silêncio por vários meses (*A Idéa Nova*, 06/12/1908). Para as mulheres, além dos folhetins, anunciavam-se outros tipos de leituras:

“A Estação” / JORNAL DE MODAS PARISIENSES / Dedicado ás senhoras Brasileiras [...] // O texto clara e minuciosamente explica todos esses desenhos, indicando os meios de executa-los de per si; alem da parte litteraria, noticiosa, recreativa e util, escripta especialmente para as leitoras desse jornal. (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898)¹⁰⁵

Um assunto que despertou muito interesse em ambas as cidades, no início do século XX, foi a aviação. As experiências do “nosso destemido compatriota” Santos Dumont em Paris, com seu novo plano de aeronave que “é considerado concepção notavel” (*Jornal do Commercio*, 14/01/1906), eram acompanhadas de perto pela imprensa, também em Diamantina:

¹⁰⁵ De acordo com a tabela de preços ao mercado publicada na mesma página do jornal, o valor da assinatura para o interior, 15\$000 por semestre, correspondia ao preço de 15 kg de carne de porco, ou 15 galinhas.

No dia 3 do corrente, o aeronauta Santos Dumont devia ter realizado em Paris mais um dos passeios aereos que costuma dar, quando o ar é muito macio e o tempo muito calmo. // Permita Deus que S.S. continue, por muito tempo, a deleitar os vadios de Paris com suas ascensões em dia de calmaria..... (A *Idéa Nova*, 06/05/1906)

A aviação despertava paixões e atenções no início do século. Não é de estranhar que as exibições aéreas realizadas em Juiz de Fora tenham sido noticiadas pela imprensa diamantinense: “*O valente aeronauta Magalhães Costa pretende realizar hoje a sua primeira ascensão em Juiz de Fora*” (A *Idéa Nova*, 13/09/1908). A própria imprensa patrocinou algumas dessas notícias, como o jornal *A Noite*, que levou o aviador italiano Ernesto Dariole, “*que vae dar a Juiz de Fóra o espectáculo sensacional de scindir os ares, em vôos empolgantes, no seu aeroplano*” (*Diario Mercantil*, 20/02/1912).

Apesar dos esforços, literários ou não, que os *homens de imprensa* empreendiam para criar um ambiente civilizado e agradável nas suas cidades, nem sempre eram bem sucedidos. Os dois textos abaixo mostram como o tédio e a decadência econômica podiam ser obstáculos poderosos à formação de uma vivência urbana moderna e progressista:

Notas leves // Voltou a cidade ás moscas. // Foi o homem das curas maravilhosas, foi-se o carnaval, e reina a pasmaceira. // Sóbe o expresso, desce o expresso, e raramente, um guarda-pó se exhibe rua Halfeld acima, mala á mão, pé na poeira, mesmo porque o *arame* anda curto e não aguenta carruagem. // Nada de fóra. // Voltamos a crear bolor, o que, segundo os hygienistas, não é boa cousa. Pelo menos, o anno passado e por esta época, recommendavam elles que, *daquillo*, nada. // Ca por mim, *estou sciente*, mas quizera, além do conselho prophylactico, um tonico para... a vida local. // De *intra-muros* não surgirá: é esperal-o em vão. // E nada no horizonte! Nada, siquer contra o tédio, o aborrecimento, o cançaco envolventes. // Uma dose de operetas que bem não nos faria!... // Não vá, com isto, apparecer por ahi algum circo de cavallinhos. Chó! // RIVAROL. (*Pharol*, 09/03/1900)

O Domingo em Diamantina // Esta cidade, onde outrora o commercio foi tão activo, as ruas tão movimentadas, as festas tão frequentes e ruidosas – tem hoje diariamente um aspecto triste de cidade cearense, abandonada durante a secca. // Os seus domingos então são todos iguaes, todos se parecem. // Aos primeiros albores da madrugada, os tristes sinos da Sé começam a chamar para a primeira missa; no escuro vão se abrindo as portas das casas e sahindo pessoas para a igreja. // Logo pela manhã vão soando os repiques sucessivamente em outras torres: no Carmo, S. Francisco, Amparo, Rosario, Bomfim, Mercês, etc., e para essas egrejas vão se dirigindo grupos. // Ás 10 horas da manhã, ainda nota-se algum movimento na parte central, com os frequentadores da segunda missa da Sé. // Nesse momento A *Idéa Nova* já está destribuida entre todos os assignantes da cidade; alguns grupos commentam as suas noticias mais sensacionais: os **45** com sympathia, os **estradas de ferro** com odio. (Ambos talvez tenham razão). // Ao meio dia, uma tristeza immensa abate sobre esta pobre terra: as ruas centraes desertas, abandonadas, mortas. // De quando em quando, passa para o chafariz da Camara uma preta suja como um esfregão, com uma folha para carregar agua, gingando da cinta e gritando numa voz rouca: // “Interesso! Conloio! Mia fia! Canaia do diabo.” // Gira uns olhos ferozes, apanha a folha e continúa pela capistrana, gingando e gritando cousas atrozes, hediondas. // Da uma hora em diante, só há apparencia de vida nas casas de bebida e jogo, porque á medida que uma cidade vae agonisando na miséria, o vicio vai crescendo e se alastrando. // Pobre Diamantina! Quem te viu em 1860 e

quem te vê hoje! // A agonia das cidades tem alguma cousa de mais terrível que a agonia dos homens! (*A Idéa Nova*, 15/11/1908)

O lazer e a diversão eram elementos importantes da civilidade urbana que a imprensa advogava. Daí o grande destaque que era dado aos espetáculos e às novidades tecnológicas – desde que adequados à ordem urbana, e preferencialmente que não fossem associados ao lazer tradicional e popular, como mostra a referência pejorativa aos circos de cavallinhos do texto acima.

Os quais, a julgar pela quantidade de anúncios e de referências na imprensa de ambas as cidades, gozavam de boa aceitação pelo público. O anúncio ao lado, por exemplo, foi publicado pelo conservador jornal diamantinense *Sete de Setembro* em 19 de abril de 1888, ocupando uma coluna quase toda da quarta página, normalmente reservada para os anúncios.

b) Entretenimento polido

A imprensa propunha outros tipos de entretenimento, tidos como mais adequados a um polido ambiente urbano: saraus e *soirées*, bailes e quermesses, clubes dançantes, bandas, orquestras e corais; teatro, talvez o ícone por excelência do lazer culto; e as novas atrações desenvolvidas pela tecnologia, como o gramofone e os vários equipamentos para visualizar imagens em movimento, o cinema. Máquinas estas que se situavam na fronteira entre o entretenimento erudito e a diversão popular.

Em Juiz de Fora, as *soirées* dançantes eram noticiadas com grande entusiasmo pelas redações dos jornais locais, às vezes com acompanhamento diário:

Diversões // Hoje, no pittoresco salão Weiss, á rua B. Mascarenhas, haverá uma *soirée*, organizada por diversos rapazes e offerecida a varios amigos. // Haverá bonds especiaes, pela madrugada, para conducção das familias que la forem. // Amanhã, domingo, inaugurar-se-á, á rua Halfeld, no salão High-life, o bem organizado Tiro ao Alvo. // No dia que annunciamos, essa inauguração não se pode effectuar, devido a inadiaveis concertos que se fizeram no predio. (*Pharol*, 05/01/1900)

Diversões // Na fabrica de cerveja José Weiss, realiza-se hoje, domingo, a continuação da kermesse em beneficio da Sociedade Beneficente Brasileira-Allema, durante a qual tocará escolhidas peças excellente banda de musica. // Terá começo ás 3 horas da tarde. //

Realizou-se hontem o baile organizado por diversos rapazes, no salão Weiss. Houve grande concorrência. // Diversos rapazes da nossa melhor sociedade tiveram a magnífica idéa de organizar uma esplendida *soirée* para o dia de amanhã, no salão do “Club Myosotis”, a qual, com certeza, será bem concorrida. // Agradecemos aos distintos moços da comissão o amavel convite que pessoalmente nos fizeram. (*Pharol*, 07/01/1900)

Quermesses beneficentes para estrangeiros, banda de música, clubes de rapazes, salões de festas – a vida social da maior cidade de Minas Gerais no período ia se organizando, inclusive com a oferta de transporte especial, para que as pessoas pudessem transitar pela madrugada. Providência semelhante constava do convite publicado pela atriz Ismênia dos Santos para uma peça teatral (*Jornal do Commercio*, 11/11/1906). Eram oportunidades para o encontro das distintas famílias, e uma forma elegante da “mocidade dourada” se divertir:

Bailes // O Club Juiz de Fóra, o elegante ponto de *rendez-vous* da nossa sociedade, tem aberto os seus salões deslumbrantes, deliciando immensamente quantos vão ali participar das “*soirées*” destes dias. (*Diario Mercantil*, 20/02/1912)

Em Diamantina, as quermesses beneficentes também ocorriam regularmente, já contando com toda uma organização para seu funcionamento:

No dia 3 de maio proximo realiza-se a primeira kermesse d'este anno em frente ao *Recolhimento dos Pobres*, no bairro do Rio Grande, em favor das obras da *Pia União do Pão de Santo Antonio*. // Foram sorteados para promover essa kermesse o dr. Julio Mourão e a senhorita Elvira Jardim Brandão. (*A Idéa Nova*, 17/04/1910)

Mas não são comuns notícias sobre eventos à moda das *soirées* juiz-foranas, talvez por haver poucos espaços destinados a esse tipo de evento social, como este:

João Felicio // O nosso prezado companheiro João Felicio dos Santos, que tantos serviços sempre nos tem prestado na *Idéa Nova*, acaba de assumir a direcção da fábrica de torrefação de café e do Jardim *High-Life*, annexo ao *Cinema Pathé*. // Este jardim esteve até ha pouco sob a direcção do nosso illustre amigo Vicente Torres, que por acumulo de occupaões, não pode mais continuar a geril-o. (*A Idéa Nova*, 05/06/1910)

Na maioria dos registros encontrados nos jornais, os encontros da “boa sociedade” diamantinense eram motivados por alguma data familiar, como batizados, aniversários e casamentos, ou vinculados a alguma cerimônia religiosa, como as festas das irmandades e ordens terceiras. Estas, como mostrou a polêmica sobre o cemitério público, mantinham seu papel de organização sócio-comunitária, ainda que sofrendo alguns revezes em sua manutenção regular:

ORDEM 3ª DO CARMO // Em mesa de 20 de Junho do corrente anno, deliberou a Ordem 3ª do Carmo que perderiam todos os direitos os irmãos que não effectuarem o pagamento de sua entrada no praso de sessenta dias, a contar de hoje. Assim, para que não sejam eliminados da Ordem, peço a todos os irmãos remissos o obsequio de pagarem as

respectivas importâncias. // Também rogo a todos, que devem jóias e annuaes, a fineza de pagarem a importância correspondente, pois que precisa a Ordem de fazer reparos em sua igreja. // Diamantina, 16 de Julho de 1897 // O secretario // João Nepomuceno Ribeiro Urcini (*O Município*, 24/07/1897)¹⁰⁶

Isto não impedia, porém, que houvesse uma vida “cultu” e “sofisticada” na cidade. À mesma época da nota acima, a importância dos espetáculos teatrais, como espaço de lazer e sociabilidade “civilizados”, foi reconhecida pela Municipalidade, que autorizou por lei a “*construção de um theatro no terreno adjacente ao Palácio Municipal*”; a proposta era comprar o teatro que pertencia à Irmandade de Santa Izabel, “*afim de ser applicado o seo material na construção do novo*” (*O Município*, 09/10/1897). O negócio parece não ter ido à frente, e o Teatro Santa Izabel continuou a ser o palco principal para os eventos teatrais em Diamantina.

A imprensa constantemente fazia menção às peças e espetáculos do teatro, como forma de “polir” a sociedade diamantinense. Tanto que, se os padrões de conduta não eram respeitados, publicavam-se repreensões nos jornais. Como quando a companhia Recreio Dramático encenou a peça “A Cigana”, inspirada em obra de Victor Hugo:

Na platéia certos moços portaram-se insubordinadamente, sendo isso de lastimar porque os abusos havidos depõem immensamente contra os usos e costumes de nossa cidade, que gosa de foros de civilisada; esperamos, porém, que elles não se reproduzão, ou então que sejam cohibidos pela autoridade que presidir ao espectáculo (*O Município*, 04/09/1897)

As notícias procuravam, sempre que possível, demonstrar que Diamantina inseria-se num circuito mais amplo de cultura teatral: a Companhia Dramática, “*sob a direcção scenica do provecto ator A. Coimbra e da qual faz parte a primeira dama Sophia Bittencourt*”, por exemplo, já havia atuado “*nas principaes cidades da Republica e ainda há pouco em Ouro-Preto e Bello Horizonte*” (*Cidade Diamantina*, 25/12/1898). Tamanha era a importância atribuída ao teatro para o progresso da cidade, que os esforços de melhoramento eram sempre destacados:

Theatro de Sta. Isabel // A esforços do Sr. Commendador Brant e sob a direcção do intelligente e distincto architecto Sr. Ricardo Poncini Leite, está sendo reconstruido o theatro de Santa Isabel. Na verdade que causava verdadeiro riso aos nossos hospedes depararem com um casarão velho, ameaçando cahir a cada momento e fazer grande numero de victimas e que se dizia ser o nosso theatro. // As obras já estão bastante adiantadas, notando-se muito gosto no exterior do referido edificio. // Feliz, muito feliz, foi a lembrança do Sr. Commendador Brant em entregar a direcção de tal obra ao Sr. Ricardo Poncini, que, pela perfeição dos seus trabalhos e longa pratica adquerida na Europa, tem-se tornado perito em sua profissão artistica. [...] (*Cidade Diamantina*, 18/01/1899)

¹⁰⁶ Para uma avaliação das confrarias no período colonial mineiro, ver BOSCHI, 1986; para a permanência ao final do século XIX e início do XX, ver SILVEIRA; GOODWIN Jr., 2003.

O que não parece ter sido suficiente para atender aos parâmetros que os homens de imprensa haviam estabelecido:

THEATRO // Uma das inadiáveis necessidades da Diamantina é a construção de um theatrinho, em substituição ao barracão que pompeia na Cavallhada Velha seu grande frontispicio e ao qual, por condescendencia ou por habito, se dá o nome de teatro. // A Diamantina, cidade que tem um nome a zelar, tal a tradição de civilisada que tem a terra notavel no interior de Minas Gerais, não pode absolutamente prescindir de um teatro, onde encontrem digna acolhida os artistas que de futuro nos hão de visitar. [...] (*A Idéa Nova*, 07/11/1909)

O fato de que, passados dois anos, a União Operária Beneficente tenha anunciado a intenção de construir um teatro, como extensão do seu prédio na rua das Mercês (*Pão do Santo Antonio*, 03/11/1911), demonstra o quanto a relação estabelecida entre o teatro e o progresso havia sido assimilada pela sociedade local. É bastante significativo, porém, que o principal espaço deste “sinal visível de civilização” tenha subsistido, na tradicional Diamantina, sob os auspícios de uma irmandade religiosa, e fracassado o projeto de um teatro sob a responsabilidade do poder público.

Em Juiz de Fora, o teatro também era tratado como marco de civilidade e progresso. Em 1884 foi apresentado um projeto para a “*construção de um teatro moderno e duradouro*”; seu autor, Francisco Escudero, de uma companhia teatral da cidade, estava “*convicto dos resultados vantajosos que necessariamente advirão para o progresso material e moral desta cidade*” (*Pharol*, 18/09/1884). Poucos anos depois, os jornais publicavam notícias das várias peças encenadas, no “*Theatro Juiz de Fóra*” e noutros edifícios:

THEATRO POLO DO NORTE // O sr. Heitor Yago, que se acha actualmente nesta cidade com a companhia de variedades, faz hoje a sua estréia. // A convite, assistimos hontem aos ensaios de diversas cançonetas que entram no programma de estréia, e podemos assegurar aos leitores que vale a pena ir-se ao predio numero 121 da rua Halfeld. // O scenario está caprichosamente feito pelo habil scenographo, nosso conterraneo, Carlos Bastos. // A voz das senhoritas Fanni, Erminda e do sr. H. Yago é boa e de agradaval audição. // Ao Polo do Norte, pois, caros leitores. (*Pharol*, 21/07/1900)

Quando o público não atendia às expectativas dos homens de imprensa, era repreendido em seu comodismo, que revelava quão fino era a camada de “mundanismo burguês” dessa sociedade:

Diversões // Theatro // [...] A sociedade de Juiz de Fóra vive bocejando de tédio e a queixar-se de que o teatro está constantemente fechado; entretanto, á primeira noite em que elle abre suas portas para exhibição de um grupo dramatico que está preparado para nos divertir, ella se mostra indifferente, conservando-se em casa tantos apreciadores, á espera, talvez, de que lhe levem noticias do que são os artistas e si a cousa vale a pena. (*Pharol*, 16/10/1900)

Convicta de que a ciência e a tecnologia apontavam para um mundo melhor, a imprensa encontrou nos equipamentos que projetavam imagens em movimento, mais uma opção para um lazer educado. Apesar de longa, esta notícia, publicada sobre espetáculos em Belo Horizonte, expõe com clareza o deslumbramento que essas invenções provocavam. Incidentalmente, permite-nos também perceber os valores vigentes, nas escolhas do que deveria ser preservado para a posteridade, pelo “*kinetoscópio*”:

O ultimo e maravilhoso invento de Edison, ao qual deu o nome de *kinetoscopia* é a photographia animada, imagens com vida, corpos em que parece estudar-lhes a corrente de sangue. // O *kinetoscopia* pode reproduzir qualquer scena historica, sem que se perca a menor feição, typica da sua originalidade. Até agora só se podiam transmittir á posteridade quadros e photographias inanimadas, isto é, a vida petreficada e sem expressão. // Presentemente, com o *kinestocopia*, os nossos descendentes poderão assistir ao casamento dos seus avós, ver approximar os noivos do altar, com os padrinhos e convidados todos vivos, alegres, novos e elegantes. Poderão saber como andavamos, como eram os nossos cumprimentos, o nosso aspecto, garbo, e até a voz, visto que o phonographo completa perfeitamente o *kinestocopia*. // Verdadeira magia da sciencia moderna, o *kinestocopia* fará sem cessar reviver o passado tal como foi.

No aparelho que actualmente funcçiona nesta capital, o espectador applica a vista á ocular e vê passar por diante dos olhos uma bailarina; miss Fuller, dançando rodeada de nimbo irisados; ou um combate de gallos com todas as peripécias da lucta, ou uma loja de barbeiro onde os officiaes e mestres ensaboam, barbeiam, cortam cabello, sacodem toalhas, penteiam e recebem do cliente, sorrindo, a paga do seu trabalho; ou ainda uma rixa entre comadres que arrancam os cabellos, abrem as boccas, injuriam-se, rodeadas de um grupo de basbanues que riem. // E tudo isto è tirado ao vivo, funcçionando com maravilhosa rapidez. Os braços movem-se, as cabeças inclinam-se, as pernas agitam-se, os olhos pestanejam e o corpo balouça-se. Tal é o *kinetoscopia*, a ultima maravilha de Edison. (*Cidade Diamantina*, 03/02/1895)

Apesar da admiração provocada, os espetáculos que mesclavam imagens em movimento à reprodução do som tiveram alguma dificuldade para atrair um grande público em Juiz de Fora:

Houve hontem estréa do cinematographo e gramophone dos srs. Leal e Amaral, á rua Halfeld. // As exhibições das vistas do cinematographo são regulares e esplendido o gramophone, que reproduz distinctamente a vos dos instrumentos e do canto nelle gravados. // A concurrencia foi bastante regular, e desejamos que os empresarios nos demais dias tenham boas enchentes; pos o genero do divertimento agradou geralmente. (*Pharol*, 19/10/1900)

Após pouco mais de uma década, os anúncios de salas de cinema pareciam indicar uma maior afluência da população, embora o texto abaixo, que ocupava uma coluna inteira, deixe a impressão de que algum esforço extra era necessário para atrair os frequentadores:

Divertimento

Cinema Pharol // Constam do programma de hoje diversas fitas de real belleza, que vão levar ao Cinema Pharol uma enchente colossal. // Para as sessões da moda, amanhã, a empresa

reserva deslumbrantes novidades aos seus “habitués”. Nem era preciso dizer isso porque o publico conhece de sobra o empenho que tem em servir-o a sympathica empreza Diogo Rocha & C.

Polytheama // O programma de hoje está destinado a produzir grande sensação. // Além de magnificos “films” escolhidos a capricho, o espectador do Polytheama terá uma attrahente novidade no palco.

Cinema Juiz de Fôra // As sessões deste cinema vão ser hoje muito concorridas , pois o programma annunciado compõe-se de um conjuncto de oito fitas, dignas de admiração por sua incontestavel belleza. (*Diario Mercantil*, 24/01/1912)

Esta impressão é reforçada, pelas estratégias encontradas, também, nos anúncios publicados em Diamantina. Neste exemplo ao lado, foram utilizadas letras variadas e um clichê de borda decorada, para atrair a atenção ao texto, o qual listava os muitos atrativos da “*novidade mundial*” (*O Jequitinhonha*, 08/05/1906). Alguns anos mais tarde, os anúncios de cinema e filmes passaram a incluir também promoções, que iam desde

prêmios aos quais o bilhete de entrada dava direito (*A Idéa Nova*, 10/04/1910), a reduções nos preços dos ingressos:

CINEMA PATHÉ // Passaram de novo a funcconar todas as noites as sessões do *Cinema Pathé*, tendo baixado o preço das entradas a quinhentos reis. // Hoje exibem-se esplendidos films. (*A Idéa Nova*, 24/04/1910)¹⁰⁷

Apesar de não parecer, à época, uma diversão amplamente popularizada, a imprensa diamantinense apresentava o *Cinema Pathé* como um “sinal visível de civilização” e progresso local:

O ponto mais freqüentado e mais *smart* de Diamantina continua a ser o *Cinema Pathé* que, além das esplendidas fitas alli sempre expostas, tem annexo o aprazível e alegre *Jardim*

¹⁰⁷ Apenas para efeito de comparação, na mesma edição o preço do jornal avulso estava em 200 réis, e uma dúzia de cervejas custava 6\$000, conforme a tabela de “*preços de gêneros no mercado*”, na mesma página. O ingresso a 500 réis já vigorava no ano anterior, para maiores de 4 anos, conforme anúncios no mesmo jornal (ver, por exemplo, 14/02/1909).

High-Life, onde se pode passar horas agradáveis, bucolicamente, *sub tegmine fagi*. // Hoje exibem-se fitas de muito efeito. (*A Idéa Nova*, 01/05/1910)

O efeito das fitas exibidas, entretanto, não agradava a todos os homens de imprensa. O jornal *Pão de Santo Antonio* publicou um artigo no qual afirmava considerar as “*fitas amorosas exibidas no Cinema Pathé como detestáveis e inconvenientes*”, pelo fato de “*serem nocivas à moral*” (31/08/1911). O jornal publicou também o seu “*horror*” diante do “*grassamento intensivo dos gramophones*” em Diamantina (03/11/1911). O moralista Zezé Neves talvez tenha entendido como um merecido castigo o susto que os freqüentadores do cinema levaram quando, “*na última sessão de cinema, a fita que estava sendo exibida começou a pegar fogo. Houve grande pânico e aglomeração de pessoas na rua, apavoradas. Felizmente não houve mortes*” (*Pão de Santo Antonio*, 24/08/1912). E ele não era a única voz na imprensa diamantinense a reclamar da corrupção moral gerada (e sofrida) pelo cinema:

O cinema // O cinema é, sem duvida, uma bella e attraente diversão, que se vae tornando popularissima. // É um divertimento agradável, util e ... barato. // Muita gente que nunca viajou conhece o mundo inteiro através dos cinemas. // Acontece, porém, que os cinemas, por toda parte, têm abusado, exibindo fitas indecorosas, que são verdadeiros escandalos e incitamento ao vicio. // Assim, essa sublime invenção vae se transformando numa verdadeira escola de crimes e de devassidões de toda a especie. // Contra taes abusos muita gente tem-se revoltado. // Na Europa, na America do Norte, por toda parte, emfim, acabam de ser promulgadas sevêras leis contra os cinemas pornographicos. // Ora, até mesmo aqui em Diamantina, os cinemas têm exibido fitas simplesmente indecorosas: umas ensinando a seduzir, a furtar, outras a matar, afóra as pornographicas. // Por ventura não teremos leis, embora pouco sevêras, que cohibam taes coisas? // Parece-nos que a policia não deve se limitar a prender criminosos, a sua acção deve estender-se aos mais comesinhos principios da moral publica. // As fitas immoraes e sujas são composições deletericas, que decompõem e apodrecem uma sociedade. (*Diamantina*, 29/11/1913)

Até mesmo na “yankee de Minas”, como já vimos Juiz de Fora sendo chamada, houve reações moralistas contra “os filmes licenciosos”, nas palavras do padre João Baptista, a quem a coluna “Tiras” ecoava:

Dirão que a censura nos theatros é um attentado á liberdade, não permitido num paiz republicano. Não; não póde ser attentado á liberdade velar a Republica pelos bons costumes, porque ella sómente se engrandece, e até mesmo se glorifica, na sã moral de seus filhos. [...] (*Diario Mercantil*, 25/05/1912)

c) Festas, fé e civilidade

Se as novas formas de diversão traziam preocupação aos religiosos e moralistas, as antigas e tradicionais atividades de lazer preocupavam a todos os que defendiam o progresso e a civilização dos habitantes das cidades mineiras. Já vimos aqui como várias maneiras populares de passar o tempo e aproveitar o ócio, como

os jogos, a música, a sociabilidade dos bares e botequins, eram combatidas pela imprensa, associadas à vadiagem e à criminalidade. Numa situação ambígua ficava o carnaval, momento de aparente relaxamento dos costumes e dos preceitos morais, do qual participavam tanto as classes populares quanto as elites cultas e/ou economicamente privilegiadas.

Os preparativos para o carnaval ocupavam espaço na imprensa de Diamantina e Juiz de Fora, tanto como notícia, quanto como tema de artigos e comentários. Os jornais participavam da expectativa quanto às festividades, inclusive com publicações especiais, como os pequenos clichês de figuras cômicas, momescas, utilizados pelo *Jornal do Commercio* (ver, por exemplo, 23/01/1901). A alegria mesclava-se, às vezes, a uma postura um tanto desencantada e saudosista, denunciando a incongruência entre a realidade da cidade e os desejos dos homens de imprensa, de um carnaval bonito e organizado. É o caso deste texto sobre o carnaval em Juiz de Fora:

Traços // Falta menos de um mez para o Carnaval. // Este anno parece que não teremos a commemoração dos festejos de Momo, com o brilhantismo a que nos havíamos habituado há cinco annos atrás. // Não possuimos infelizmente sociedades carnavalescas, e sem ellas, póde-se com firmeza dizer, é impossivel qualquer tentativa para um Carnaval digno da população de Juiz de Fóra. [...] Aqui fazia-se antigamente Carnaval. Embora seu fulgor não se pudesse comparar ao da capital da Republica, tinha, entretanto, o poder de attrahir grande concurrencia ao nosso meio. [...] Enfim, resta-nos a esperanza de uma illuminação a côres na rua Halfeld. Assim não ficará de todo sem attractivos a linda via publica, que será tambem dotada de festiva ornamentação. É preciso que esta seja feita com criterio, abolindo-se folhagens e ramos que só servem para sujar e afeiar a rua. // Isso, para evitar reclamações posteriores. – Joc. (*Diario Mercantil*, 25/01/1912)

Apesar da ausência de “sociedades carnavalescas”, Juiz de Fora contava com vários blocos e agremiações momescas, entre eles os tradicionais e populares blocos de “Zé Pereiras”. Nestas duas notícias, publicadas no sábado e no domingo de carnaval, revelam-se duas facetas do projeto civilizador empreendido pelos homens de imprensa: denunciar aquilo que não se adequava a uma “cidade civilizada”, e incentivar comportamentos e ações que reforçassem a civilidade urbana:

Moradores da rua do Imperador pedem-nos chamemos a atenção da policia para um infernal Zé Pereira, que os atordôa. É elle composto de meninos vagabundos, que, além de algazarra medonha, proferem palavras immoraes. (*Pharol*, 03/02/1900)

A nossa local de hontem, sobre Zé Pereira, é com meninos vagabundos, que se reúnem á rua do Imperador, em frente á directoria de fazenda, e não, como entendeu a policia, com os moços que compõem o grupo dos *Planetas*, que justa e opportunamente annunciam daquelle modo os proximos festejos carnavalescos. (*Pharol*, 04/02/1900)

O *Diário Mercantil* publicou, ao final do carnaval de 1912, uma nota sobre as festividades na rua Halfeld. Constatando que aquela rua já era pequena para a celebração popular, afirmava que a situação exigia, como o que ocorrera com a rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, “*procurar uma Avenida Rio Branco, que, nesse caso, será a rua Direita*” (20/02/1912).¹⁰⁸

Diamantina parece ter-se organizado de forma um pouco melhor para o carnaval. No final do ano de 1910, por exemplo, o jornal *A Idéa Nova* publicou o nome dos componentes de quatro comissões, responsáveis pelos preparativos do carnaval de 1911. Cada uma delas cuidaria de organizar um coreto, os quais estavam distribuídos em pontos estratégicos da área central da cidade.

Nessas comissões procuraremos contemplar os commerciantes localizados mais no centro da cidade; entretanto todo o commercio de Diamantina deve abraçar com entusiasmo um melhoramento tão importante nos nossos costumes como seja a substituição do perigoso Entrudo de água pelo moderno e civilizado Carnaval de confetis, serpentinas, lança-perfumes, etc. [...] Poderemos ter pela primeira vez em Diamantina um Carnaval de muito effeito, pois, como já dissemos, nenhuma outra cidade em Minas, a não ser Ouro Preto, dispõe de ruas centraes tão apropriadas a esses festejos. (*A Idéa Nova*, 20/11/1910)¹⁰⁹

Temos aqui, também, a preocupação dos homens de imprensa, que jogavam seu prestígio na organização do carnaval em Diamantina, de que esse se tornasse uma festa “moderna e civilizada”, abandonando as práticas “perigosas”, bárbaras, do passado – numa inversão dos papéis até aqui encontrados, pois foi o articulista juiz-forano quem, como citado acima, expressou a nostalgia dos carnavais passados. Pois o novo carnaval exigia agremiações carnavalescas e escolas de samba, numa tentativa de enquadrar aquela festa popular num mínimo de ordem.¹¹⁰ Duas alternativas eram propostas, a fim de atingir esse objetivo: primeiro, reprimir as manifestações inadequadas; segundo, oferecer alternativas ao espírito folião da população.

Carnaval // O sr. João da Matta Gomes Ribeiro Sobrinho está preparando os salões do Theatro Santa Isabel, para os bailes carnavalescos, que se realizarão nos dias 14, 15 e 16. // Parece-nos, pelos preparativos realizados e o numero de socios subscriptos, que o carnaval neste anno vae ser festejado com um esplendor nunca visto. // Desde que é assim, lembramos ao sr. delegado de policia a conveniencia de prohibir *in limine* o entrudo, brinquedo brutal e já abandonado nas cidades, que gozam os foros de civilisadas, e que tão funestas consequencias costuma trazer. (*O Jequitinhonha*, 07/02/1904)

¹⁰⁸ Interessante notar que, posteriormente, a rua Direita passou a se chamar Avenida Barão do Rio Branco, nome que conserva até hoje.

¹⁰⁹ Curiosamente, o carnaval é hoje um grande negócio em Diamantina, chegando a ser considerado por alguns como o melhor carnaval de rua de Minas Gerais. A comparação com Ouro Preto ainda é muito comum, assim como as tentativas de coibir excessos e organizar a festividade.

¹¹⁰ Ver a clássica obra de Rachel Soihet (1998); e também, entre outros, Leonardo Pereira (1994).

Nada disso garantia, porém, que os habitantes da cidade aderissem à proposta. O irônico texto abaixo, um pouco longo, merece ser lido porque revela como, era possível inverter a situação, utilizando as armas do mundo civilizado: o senhor Dias Rosa pretende utilizar-se da racionalidade jurídica liberal, tão prestigiada em Juiz de Fora, para garantir o seu direito de resistir ao abandono de práticas consideradas incivilizadas:

“Furdunço” // Está affecta á justiça a questão suscitada entre o sr. Dias Rosa e a policia que prohibiu áquelle dar bailes de maxixe á rua Halfeld. // O sr. Dias Rosa, tolhido na sua livre vontade, apelou para o recurso do *habeas corpus*. // O caso vae tomando um caracter de certa gravidade e talvez ainda dê muito panno para manga. // E tudo por causa do endiabrado maxixe, o único responsavel por esse angú de caroço que a policia, a justiça e o sr. Rosa vêm *mexendo* há alguns dias, attrahindo os olhares pudicos e não pudicos da população. // Há uma corrente favoravel ao “furdunço” nos salões do ex-Centro Moderno. // Uma corrente maior, porém, é infensa ao ajuntamento e invoca razões sérias a favor do seu modo de pensar. // Por mim, declaro que para todos os efeitos moraes e legaes, que mantenho na questão a minha linha inquebrantavel de neutralidade, como, aliás, em todos os casos complicados e de *difficel* solução. // Nesse encaroçado angú já muita gente está apaixonada e eu, que não quero nem amo as discussões, ponho-me de lado a observar o fim da perlanga. // O *habeas-corpus* foi negado pelo juiz. // Quer dizer que o maxixe é atrevido e buliçoso e não concorda com esse atentado á sua liberdade. Elle tomou o contra violentamente, mas nem por isso cahirá em desanimo. // Vae pleitear nos altos tribunaes o seu direito e talvez pedir indemnização por perdas e damnos. // Ahi está para que serve o Carnaval. // Além de suscitar tanta cousa estrambotica, vem agora dar origem a uma demanda, occasionada pela prohibição do livre exercicio do *can-can*. // Oxalá não resulte cousa peor desse interessantissimo caso, que está a provocar uma *charge* de sucesso no prestito dos valorosos “Escovados”. – Z. (*Diario Mercantil*, 17/02/1912)¹¹¹

Por tudo isso, entende-se o alívio registrado pelo redator da nota abaixo, agradecendo a atuação das forças policiais, mantenedoras da ordem:

Policiamiento // Não se póde esquecer o serviço prestado pela policia nos tres dias de Carnaval. // Durante os festejos correu tudo na melhor ordem possivel. // Até os “paus d’água” que aproveitam sempre o reinado da Folia para fazer das “suas”, sumiram como por encanto, poupando muita cousa ruim aos outros. [...] (*Diario Mercantil*, 22/02/1912)

Em Diamantina, o carnaval suscitava outros conflitos, além daquele entre a sociedade “polida” que os homens de imprensa queriam ver, e as práticas tradicionais que a população queria viver. Havia, como já vimos, uma divisão interna a esse grupo, pela diferença na abordagem moral dos eventos. O jornal *Pão de Santo Antonio*, por exemplo, comentava sem pesar a falta de animação do carnaval de 1913, “apesar dos bailes terem sido movimentados com a presença de pessoas descompromissadas com a religião e que dançaram até a manhã da quarta-feira de cinzas” (*Pão de Santo Antonio*, 15/02/1913).

¹¹¹ Os “Escovados” eram um bloco carnavalesco, que apareceu em outras notícias publicadas nesse jornal.

A condenação moral do comportamento popular era uma marca antiga da imprensa diamantinense, como mostra um artigo publicado pelo jornal *Sete de Setembro*, no qual denuncia uma casa “*com porta que não fecha*”, bem na rua Direita, e usada por “*peessoas sem pudor*” que “*marcão para alli suas entrevistas amorosas e impudentemente lá entrão, esteja quem estiver nas janellas das casas vizinhas*” (12/05/1887). Mas esta marca não era exclusiva: dois anos antes, o jornal *Pharol* havia publicado uma reclamação, contra os banhistas nus nos rios da cidade e seu entorno (17/11/1885).¹¹²

Havia uma forte discriminação contra as práticas de lazer e diversão populares, como já exemplificado. Isto não impedia que os homens de imprensa apresentassem certos costumes e comportamentos numa perspectiva positiva, especialmente quando estes pareciam espelhar as práticas da “boa sociedade”, ou ao menos, não confrontá-las diretamente:

O Violeiro // [...] No terreiro crescem quase sempre um ou outro pé de rosas ou de espiçadeiras, que desabrocha suas perfumadas flores, por entre as folhas do pé de mamona, pacífico vizinho das moitas de café, que vão nascendo aqui e alli por detraz da casa. // É ahi que quase sempre há o *samba* ou *catira*, nomes por que é conhecido o fado, dança de nossos sertanejos. // No meio da sala não assoalhada, damas e cavalheiros formam uma grande roda: no centro está o violeiro, ao redor delle os dansantes repetem em còro as cantigas, que elle improvisa acompanhadas de palmas e sapateados quase sempre no fim das quadras, que ás vezes verdadeiras satyras atiradas a um ou outro dançante e ás vezes de um idyllio incomparavel. // E assim prosegue o fado; as damas, com gracioso movimento dos quadris, e os cavalheiros, ostentando os trajes mais ou menos burlescos procuram imital-as. [...] (*Cidade Diamantina*, 24/12/1893)

A comparação entre o perfil bucólico, traçado para o violeiro e o arrasta-pé rural, e a imagem sensual e gaiata do maxixe, no texto juiz-forano, mostram bem a caracterização que os homens de imprensa procuravam construir para as manifestações populares – as quais poderiam compor o tesouro das tradições identitárias, desde que não comprometessem o caminho rumo ao progresso e à civilização. Esta esperança, de ser capaz de dar ordem aos festejos e diversões populares, é que anima o autor do texto abaixo:

Diversões // Haverá hoje no grande circo Chileno mais um espectáculo, cujo programma publicamos na secção competente. // Notamos melhor ordem na collocação do publico nesse pavilhão, no ultimo espectáculo, devido às medidas nesse sentido tomadas pelo sr. delegado de policia em exercicio, Bruno von Sydow. (*Pharol*, 19/07/1900)

¹¹² O jornal *Pão de Santo Antonio* fará reclamação semelhante na década de 1920, de que o rio do Bairro Rio Grande, antes freqüentado apenas por famílias de respeito, foi-se transformando em lugar impróprio, pois mulheres sem pudor faltavam com o devido respeito (06/01/1924).

Havia uma tensão entre as manifestações de lazer e sociabilidade populares, e o projeto de civilidade encampado pelos homens de imprensa. Esta se manifestava também na apropriação e vivência dos festejos religiosos. Em Diamantina, especificamente, os feriados e dias santos, os rituais e as tradições religiosas, conservavam tremenda importância, dando sentido mesmo à vida urbana. Celebrações como a Festa do Divino implicavam, para o festeiro, em grande prestígio, mas também grande responsabilidade – e tudo isso encontrava eco na cobertura que a imprensa fazia desses eventos:

Pão de Santo Antonio // Por intermedio dessa caridosa associação, o illustre socio sr. João Leão, actual imperador do Divino, distribuirá *coupons* de carne aos pobres da cidade, no dia de sua festa, que se realiza a 3 de junho proximo. // Os *coupons* serão distribuidos no *Recolhimento dos Pobres*, ás 7 horas da manhã daquelle dia, a criterio da pia instituição. (*A Idéa Nova*, 27/05/1906)

Para o clero da Igreja Católica, que se tornava cada vez mais Romana, desde pelo menos o Concílio Vaticano de 1870, controlar as manifestações de fé e os festejos religiosos era condição incontornável para a implantação da ortodoxia dos dogmas e da solidez institucional ultramontana. O período que aqui abordamos coincide com esse esforço de consolidação de uma ordem catolicizada, a qual, como já vimos, em alguns momentos se chocava com a civilidade de cunho liberal e burguês.¹¹³

Este esforço pelo controle da fé e de suas manifestações festivas tinha, pelo menos, duas frentes a vencer. Uma eram as irmandades, que gozavam de enorme prestígio e autonomia na sociedade diamantinense. Embora não seja, obviamente, uma confraria religiosa, a Maçonaria – contra a qual a Igreja Católica havia declarado guerra no Concílio Vaticano – funcionava, em Diamantina, de forma muito similar: um grupo de pessoas organizadas, que participavam ativamente da vida sócio-cultural da cidade, e através do qual várias necessidades locais eram atendidas. Há que se acrescentar ainda que, à revelia da vontade vaticana, muitos maçons participavam da vivência cultural católica da cidade. Tudo isso ajuda-nos a entender o impacto da situação descrita nesta carta, enviada ao “*Sr. Redactor d’O Jequitinhonha*” por “*Cagliostro*”:

Fui testemunha ocular do almo [sic] contentamento que invadiu a alma do sr. major Leonel Tolentino, quando s. s. foi o anno passado escolhido pelo Divino Espírito Santo, para festeiro; e por isso mesmo, como sei que a festa do Divino tem sido sempre de caracter popular, não pude explicar o motivo pelo qual se não consentiu que elle a fizesse. // É verdade que o major Leonel é masson e masson *enragé*; mas se não queriam que elle fosse sorteado, retirassem-

¹¹³ Para esse processo, ver as dissertações de SANTOS, D., 2003 e de FERNANDES, A. C., 2005.

n'ó da lista e assim também, como de razão, a todos os seus confrades. // Como masson; o major Leonel é muito mais religioso que muita gente bôa, que anda por ahi a bater nos peitos, fazendo-se de pharizeu: Deus o escolheu, não se pode negar; porque preteril-o, querendo fazer-se mais Deus que o próprio Deus ?! (*O Jequitinhonha*, 21/06/1905)

Outra frente na luta pela implantação da ortodoxia doutrinária eram as tradições populares vinculadas às festas religiosas. Estas eram manifestações da fé católica, mas também momentos de lazer, diversão, sociabilidade, sensualidade, superstição e misticismo. A imprensa católica diamantinense acompanhou, justificou e reforçou a campanha episcopal pela moralização e romanização dessas celebrações:

Culto Publico // Festas // [..] Assim é que quasi não ha festejo aos Santos, sem as "competentes" pandegas, brodios e jantares acompanhados de dansas escandalosas, com promiscuidade de sexos, bebidas até á embriaguez, desvios de dinheiros dados como esmola, quando muitos templos estão, uns a desabar, outros a pedir reparos, e todos carecendo dos paramentos e alfaia mais necessarias ao culto. // Quem não conhece as malfadadas folias, tão communs nos centros do paiz, para as quaes se reúnem pessoas de todo o jaez, capitaneadas por um director ás vezes de maus costumes, sem espirito de piedade, sem temor de Deus e sem nenhuma pratica de Religião? // E os foliões lá vão de rua em rua, de casa em casa, durante dias e dias, de bandeira alçada, a pedir esmolas para N. Senhora do Rosario, para S. Sebastião, para os Reis Magos, para o Divino, etc., sem que, afinal de contas (porque elles não nas prestam a ninguem), nada se empregue na capella que é dedicada ao Santo e, não raro, sem se remunerar o Sacerdote pelos seus serviços. [...] (*A Estrella Polar*, 21/05/1903)

Coerentemente, quando da visita episcopal a Conceição do Serro, o Bispo afirmou "*a inconveniência de espectaculos profanos*" durante o período do Jubileu que se celebrava. Como consequência, "*imediatamente negou o povo seu apoio ao protagonista desse divertimento num tempo durante o qual tudo devia contribuir para recolher o espirito e preparar os corações para as graças do Céu.*"

O circo que já se ia armando para os espectaculos, não foi por diante, concorrendo muito para este feliz resultado o bom senso das autoridades locais, que souberam compreender perfeitamente a responsabilidade da alta posição que em bonissima hora occupam em bem deste povo. Pela mesma razão, não houve junto á igreja do Bom Jesus os escandalosos botequins de bebidas alcoolicas, que tanto perturbavam a boa ordem, em annos passados. [...] (*A Estrella Polar*, 19/07/1903)

A preocupação com uma correta orientação doutrinária, que resistisse ao sincretismo cultural da religiosidade popular, era marca característica da imprensa de orientação católica em Diamantina. O jornal *Pão de Santo Antonio* repreendia os católicos, "*reconhecidamente praticantes e frequentadores da igreja*" devido às suas crenças em mandingas e superstições (15/02/1912). E havia motivos para a preocupação das autoridades eclesiásticas quanto à integridade da ortodoxia católica. No final do século XIX, em Juiz de Fora era publicada a notícia da

detenção, na cidade de Curvelo, de Manoel Clemente de Jesus, líder de um grupo religioso que pregava contra o casamento civil e o batismo. Segundo os relatos dos seus seguidores, o detido jejuava e “faz[ia] o milagre de plantar feijão de manhã para se colher e comer á tarde” (*Pharol*, 05/10/1900). Convém lembrar que, se o final do século XIX e início do XX foi marcado pela consolidação institucional do clero católico, foi também período de intensa exacerbação messiânica, especialmente na região do sertão nordestino, ao qual boa parte do norte de Minas ligava-se comercial e culturalmente. Esta era, justamente, a área da diocese de Diamantina.

Isto, mais o combate ao secularismo liberal, ajuda-nos a entender o papel que o fundador e redator do jornal *Pão de Santo Antonio*, José Augusto Neves, chamou para si, de exortar os católicos diamantinenses ao “reto caminho” – uma versão religiosa da missão civilizatória dos homens de imprensa. Vários são os artigos em que Zezé Neves perora contra a indiferença e o desleixo religioso dos católicos locais. Para ele, o indiferentismo e o anticristianismo eram resultando da irresponsabilidade dos pais, que não mandavam seus filhos ao catecismo e nem educavam-nos em casa (03/04/1909); por isso era preciso apelar publicamente aos “mocinhos” que permaneciam de pé nas celebrações litúrgicas, como as do mês do Rosário – era preciso repreender, mas também ensinar os momentos certos para que se ajoelhassem (03/11/1911); também era preciso exortar os “católicos comodistas”, que não se dispunham a auxiliar na organização das procissões, e muitas vezes “ajuda[va]m a atrapalhar” (24/08/1912). Além da falta de envolvimento pessoal com a religião, o jornal criticava o fato da igreja estar se “transformando no local escolhido para a ostentação e desfile de moda”, e ainda “num salão de namoricos” (31/08/1911), como consequência da secularização que crescia na cidade, e mesmo no país. A proposta de lei do divórcio, apresentada à Câmara dos Deputados, foi objeto de mais de um artigo contrário, afirmando que “os católicos da cidade estavam ansiosos e confiantes” de que tal lei não passaria. Interessante notar que esse assunto já se fazia presente na imprensa mineira desde o projeto de lei sobre o casamento civil, apresentado à Câmara dos Deputados do Império (*Pharol*, 13/05/1884).

Outra preocupação para os homens de imprensa ligados ao catolicismo eram as denominações e religiões não-católicas. Em Diamantina, é nas páginas do jornal *Pão de Santo Antonio* que encontramos uma invectiva contra os espíritas. O redator transcreveu opiniões de médicos, revistas e periódicos do Brasil e do exterior, que

afirmavam a “*periculosidade*” do Espiritismo, dando destaque a’ *O Correio Paulistano* (Pão de Santo Antonio, 25/07/1911).

Em Juiz de Fora, a imprensa foi um dos palcos do confronto entre católicos mais conservadores, e a missão metodista que se instalou na cidade no início da década de 1880, sob a liderança do reverendo John James Ransom; este também fundou um jornal no Rio de Janeiro, *O Methodista Catholico*, e enviou várias contribuições aos jornais juiz-foranos. Peri Mesquida, em sua obra sobre a educação metodista no Brasil, destaca a importância de Juiz de Fora para a estratégia do “*metodismo no Brasil: evangelizar e modernizar*”. Pela presença de um forte movimento republicano, e várias lojas maçônicas – sociedade com a qual a Igreja Metodista mantinha laços amigáveis históricos –, a cidade era vista pelos organizadores da missão metodista como “*o Vaticano do Metodismo Brasileiro*”; ali foram fundadas igrejas, a partir de 1884, e uma escola, o Colégio Americano Granbery, em 1890 (MESQUIDA, 1994, p. 110, 124).

Ao final de 1885, J. J. Ransom publicava no jornal *Pharol* um convite para a inauguração, em 29 de novembro, da nova capela da “*Egreja Methodista Episcopal*”, perto da estação ferroviária no bairro Mariano Procópio, com “*sermões em alemão, português e inglês, e ceia do Senhor*” (17/11/1885). Poucos meses depois, Ransom enviou o primeiro número do *Methodista Catholico*, jornal por ele fundado no Rio de Janeiro, à redação do *Pharol*, a qual anunciou o recebimento da “*publicação quinzenal da igreja methodista episcopal*”. No mesmo número, um artigo, assinado por Alberto Besouchet, criticava o “*pasquim d’estes satans*” (12/01/1886). A resposta veio alguns dias depois, numa carta, datada de 27 de janeiro, na qual Ransom afirmava que, “*de nossa parte, tomamos o publico sensato de Juiz de Fóra, por testemunha de que os conselhos petroleiros do sr. Alberto Besouchet são indignos de uma cidade civilisada*” (*Pharol*, 28/01/1886). A demora em responder talvez tenha explicação numa notícia publicada pelo próprio jornal, sobre a perseguição do delegado de polícia de Mar de Hespanha ao sr. Ludgero de Miranda, pregador “*licenciado da igreja methodista episcopal*”, e que exigiu que para lá se deslocasse o reverendo J. J. Ransom (*Pharol*, 13/02/1886). Ao final daquele ano, o *Pharol* reproduzia uma reclamação, publicada no número 23 do *Methodista Catholico*, contra o apedrejamento da igreja metodista no bairro Mariano Procópio – reforçanco o argumento utilizado por Ransom anteriormente, de que aquele comportamento não condizia com uma cidade que se propunha a ser a mais civilizada de Minas

Gerais (04/12/1886). Conceitos comuns, meios comuns: “o rev. *Ransom* usou, portanto, o jornalismo como um instrumento de ação pedagógica” (MESQUIDA, 1994, p. 125).

Nos anos seguintes, o jornal abriu espaço regular para os anúncios sobre a programação do movimento metodista na cidade, como a “*festa promovida pela escola Dominical da igreja methodista*” na cadeia local (*Pharol*, 01/04/1900). O “*Horario de cultos na igreja Methodista*” e seu endereço eram publicados junto aos anúncios das atividades católicas, ocupando mais ou menos o mesmo espaço gráfico (ver, por exemplo, o programa “*Festa de Nossa Senhora do Rozário*” a se realizar na matriz; *Pharol*, 28/10/1900). A redação chegou mesmo a buscar esclarecer um mal entendido que, certamente, traria problema à comunidade metodista na cidade:

O moço que em companhia de outros rapazes provocára disturbios em Palmyra, por ocasião da procissão de Passos, chama-se Francisco Lima, nome este que não se refere a um distinto professor residente nesta cidade, sr. Francisco de Souza Lima, conforme o suppuzeram alguns que não conhecem o estimavel e habil professor do collegio Granbery. (*Pharol*, 18/04/1900)

A chave para compreender a tolerância, até um certo apreço, pelas atividades metodistas num jornal de cunho monarquista, talvez esteja exatamente na ênfase que o movimento protestante depositava na educação formal, voltada para o progresso e o desenvolvimento tecnológico. O Colégio Granbery apresentava, face à tibia educação pública, e aos educandários católicos, uma proposta diferenciada e inovadora,

cujos elementos mais significativos podem ser identificados no plano de curso, no método de ensino utilizado, no cuidado de ter um corpo docente tecnicamente competente, bem como nas relações aluno-mestre e na ênfase dada ao aprendizado da língua inglesa [...] atividades extra-escolares e os movimentos educativos não-formais. (MESQUIDA, 1994, p. 155)

Entende-se, assim, o entusiasmo com que a redação saudava a participação de professores e alunos do Granbery na vida cultural de Juiz de Fora. Situação exemplar é mostrada no texto abaixo – cuja leitura na íntegra é importante para que os detalhes sejam valorizados:

Manifestação cívica // Os alumnos do collegio Granbery, acompanhados de seus directores srs. Granbery e J. B. Lee, dirigiram-se hontem ao edificio da camara municipal e, introduzidos no salão onde funciona essa corporação, o sr. Granbery pronunciou um discurso commemorativo da morte de Tiradentes, dando a palavra ao sr. J. Barroso, que recitou uma poesia de sua lavra analoga ao acto. // O sr. Granbery deu a palavra a um de seus alumnos, que tambem falou, sendo seguido por um seu collega na tribuna. // O sr. J. B. Lee pronunciou um bom discurso, dizendo que tomava a palavra para salientar os feitos de um personagem de character elevado como Tiradentes. Pertence a outra nação, disse o orador; mas como, quando se venera Jesus Christo, não se indaga si é elle judeu, assim tambem, venerando a

Tiradentes, não lhe importava a sua patria. Era o martyr um vulto de merito e digno da admiração da humanidade, e por isso podia o orador fallar. // O sr. Ambrosio Braga, a quem o sr. Granbery deu a palavra, agradeceu a sua lembrança de trazer áquella sala a mocidade brasileira, que lhe estava confiada, para, deante do quadro do martyr Tiradentes, receber uma licção do civismo, incitando aquelles jovens brasileiros a venerarem o seu vulto e a sustentarem sua idéa – a liberdade – traduzida pela República Brasileira. // Ao sahirem, foram erguidos vivas ao Brasil, ao Estado de Minas Geraes, Juiz de Fôra, e ao povo mineiro. // O sr. Olegario Pinto deu um viva aos Estados Unidos da America do Norte, sendo tocados na occasião os hymnos brasileiro e norte-americano. (*Pharol*, 22/04/1900)

Primeiro, o detalhamento com que o redator descreve a cena, dando voz aos discursantes, demonstra a importância atribuída, pela redação do jornal, ao evento noticiado – que por si só já revela uma certa aceitação do colégio, dirigido por protestantes estadunidenses, pelas elites políticas da cidade. Segundo, vale a pena destacar como o discurso realizado pelo vice-diretor da escola, o reverendo “J. B. Lee”,¹¹⁴ estava afinado com o discurso de “religião civil” que a República mineira havia construído em torno da figura de Tiradentes.¹¹⁵

Não podemos concluir, porém, que o jornal tenha se tornado um defensor incondicional do movimento protestante. Alguns meses depois, foram publicadas duas notícias em seqüência diária: um texto sobre uma expedição arqueológica nos subterrâneos de Roma, na qual um protestante é confrontado com a “*antiguidade do culto da Virgem Santíssima*” (07/11/1900), e um comentário ao livro “*A Igreja e o Povo*”, de autoria do “*eminente pregador missionario apostolico padre dr. Julio Maria*”, acompanhado de notícias sobre romarias e peregrinações (08/11/01900). Foi publicada uma carta sobre o livro, destacando a postura da evangelização no novo cenário político republicano, e discordando da convivência com a Maçonaria, defendida pelo possível candidato à presidência, Quintino Bocaiúva (10/11/1900).

Ao longo do mês de dezembro, travou-se uma disputa religiosa entre católicos e protestantes na imprensa local – em pauta, questões doutrinárias, como a transubstanciação, e a questão da primazia da Igreja Romana sobre as demais. A coluna “*Devagar...*” chegou a reclamar, na edição do dia de Natal, da “*perda dos hábitos de cordialidade e confiança de outros tempos*” (25/12/1900). Na mesma edição, porém, a coluna “*Catholicismo e Protestantismo*” atacava a variedade de “*seitas*”, afirmando ser a Igreja Católica a única verdadeira.

¹¹⁴ Seu nome correto era William Bowman Lee; foi diretor da escola entre 1901 e 1903.

¹¹⁵ Ver, por exemplo, o primeiro número do jornal *Minas Geraes*, órgão oficial do governo do Estado, publicado por ocasião do centenário da morte de Tiradentes, em 21/04/1892. Ali ele é referido como o mártir da República, que seria o altar erguido em honra ao santo que o povo canonizou, entre outras expressões que mesclavam caráter cívico com fervor religioso.

O debate arrastou-se por mais um ano, ficando o *Pharol* responsável pela publicação do campo católico, liderado pelo Padre Mathias; e o campo protestante abrigando-se agora nas páginas do *Jornal do Commercio*, sob a pena de E. Escobar Junior, do Colégio Granbery, e do reverendo W. B. Lee. Finalmente, no início de fevereiro, o *Jornal do Commercio* publicou um editorial em primeira página, no qual anunciava o fim da polêmica entre o padre e o pastor. Aproveitava para criticar a briga religiosa, como fanatismo que não levaria a nada a não ser o aumento das paixões e a irritabilidade, numa clara postura liberal. Mas, tendo em vista a realidade local, defendeu-se também das agressões sofridas, “*vivas manifestações de hostilidade contra o jornal que, accidentalmente, foi eleito pelo pastor do methodismo*”. O catolicismo dos redatores não poderia ser questionado; mais do que isso, não se poderia criticar a imprensa por ser fiel à sua própria doutrina:

Se a nossa consciencia de catholicos, apostolicos e romanos não se offendeu com o procedimento que tivemos, a nossa consciencia de democratas se alegrou e se engrandeceu. // A democracia é outra religião, cujos principios precisam de ser respeitados [...] A nossa consciencia democrata nos manda respeitar, como lemma superior, a livre manifestação do pensamento humano, com o limite único dos interesses da moralidade e do socego publico. (*Jornal do Commercio*, 01/02/1901)

Assim como vimos em Diamantina, também em Juiz de Fora as polêmicas religiosas remetiam à presença dos estrangeiros, fossem eles missionários ou imigrantes. A convivência de pessoas com hábitos e valores culturais diferentes era causa de tensão e estranhamento, inclusive nas páginas dos jornais mineiros. Seu comportamento, quando considerado impróprio ou criminoso, era sutilmente associado à sua condição de estrangeiro, como aconteceu com muitos dos vários italianos que imigraram para a região:

Chamamos a atenção da policia para uma mendiga, italiana, que é atrevida até no mendigar! // Hontem, á rua do Commercio, depois de haver recebido seu obolo, tanto forçou a porta de uma casa de familia que a arrombou, quebrando a fechadura. (*Pharol*, 25/02/1900)

A diferença de línguas, além de ser uma barreira à comunicação e aceitação, gerava situações que colocavam os estrangeiros sempre sob suspeita. Quando o Correio sustou cartas de Affonso Colucci, nas quais distribuía panfletos em italiano, os responsáveis pela agência alegaram que estas continham “*palavras insultuosas*”. O jornal pediu que fosse feita uma tradução, porque “*ambos os impressos já foram publicados em ineditoriaes na imprensa local*”, e “*no impresso, em portuguez, não ha*

propriamente injuria” (*Pharol*, 04/02/1904)¹¹⁶. A intolerância podia chegar a níveis assustadores, como a ameaça feita ao cel. Manoel das Chagas, via carta anônima, de incendiar sua casa se dela não despejasse o “*turco Miguel George, seu inquilino*” (*Pharol*, 03/01/1901).

Os jornais locais registraram várias confusões envolvendo estrangeiros. Em 14/06/1887 o *Pharol* reclamou de uma “*taverna de alemães onde ha um cortiço e muita confusão*” (*Pharol*, 14/06/1887). Treze anos depois registrou a agressão feita a um coletor de impostos da estação ferroviária de Filgueiras por um italiano, Vicente Monteson (*Pharol*, 14/01/1900), além de uma confusão envolvendo dois árabes no distrito de Sarandy (*Pharol*, 11/08/1900). No ano seguinte, o *Jornal do Commercio* noticiou a prisão de ladras italianas que haviam chegado de Belo Horizonte (*Jornal do Commercio*, 30/01/1901). Numa notícia como a que segue, a nacionalidade era usada pela imprensa como elemento identitário – e permite-nos ter uma idéia da diversidade étnica, e do convívio entre os estrangeiros na região:

Espancamento // Avelino de Barros, portuguez, residente em Bemfica, achava-se sabbado a palestrar na casa de negocio do turco Nagib, quando ali appareceu Antonio Mendes e o aggredui traiçoeiramente pelas costas, a cacete. // Avelino recebeu profundo golpe na região frontal e outro na região malar direita. // A victima apresentou queixa ao sr. delegado de policia. // O aggressor foi preso em flagrante. (*Diario Mercantil*, 06/02/1912)

Mesmo algumas desavenças internas aos grupos imigrantes, podiam se tornar públicas pela publicação nos jornais. No dia 03 de janeiro de 1901, o *Pharol* noticiou a recepção ao cônsul da colônia alemã, George Francisco Grande, que havia chegado à cidade no trem noturno, “*às 3 da manhã*”. No dia seguinte, o *Jornal do Commercio* publicou uma pequena nota, em tom debochado, sobre a “*Manifestação*”:

Será crível que, em uma recepção de um antigo e estimado agente consular feita por alguns patriotas seus adeptos, sejam soltados foguetes de assobio? ... // É monumental!! // Pergunta indiscreta dos // Allemães independentes (*Jornal do Commercio*, 04/01/1901).

A imprensa juiz-forana, porém, reservava espaço para a construção de outra imagem dos imigrantes, mais coerente à idéia de que fossem, especialmente os germânicos, amantes do trabalho e da terra adotada:

Foi levantada, sabbado passado, a cumieira da casa do sr. Meurer, a qual se acha em construcção, á rua do Espirito Santo, sob a direcção do habil constructor sr. Felipe George. // Por occasião de ser erguida a cumieira, soltou-se grande quantidade de foguetes, e os operarios tomaram, em regosijo, um copo de cerveja. // No topo da cumieira achavam-se

¹¹⁶ Como já vimos, o *Jornal do Commercio* mantinha uma coluna intitulada “*Sezione italiana*”; o jornal *O Pharol* também publicava, esporadicamente, textos nesta língua.

diversas bandeiras de nacionalidades estrangeiras e no centro a brasileira. (*Pharol*, 30/10/1900)

Com já vimos, esta imagem dos imigrantes alemães tomou a proporção de mito, sendo utilizado para explicar, inclusive, o desenvolvimento e o progresso da cidade, como podemos ver neste artigo, de Bernardo Aroeira, parte das celebrações da passagem do século:

Um elemento que contribuiu eficazmente para o rapido progresso de Juiz de Fôra foi a collonização allemã, promovida pelo commendador Mariano Procopio. Em geral honrados, inteligentes, ordeiros e operosos, os allemães tornaram-se desde logo estimados da população, dando aos operarios nacionaes exemplos de amor ao trabalho. (*Pharol*, 01/01/1901)

Em Diamantina, onde a população estrangeira era bem menor, a aceitação dos estrangeiros parecia ser mais fácil. Pela reclamação contra a demora em resolver o assassinato de três naturalistas estrangeiros na região, publicada em primeira página quatro anos depois do incidente, vemos como eles eram bem considerados pela imprensa local; além de uma interessante listagem de alguns dos povos imigrantes componentes da “*colônia estrangeira*” da região:

JUSTIÇA!!! // Exercendo honradamente o commercio, as profissões liberaes, a industria, occupando-se como operarios no incessante labor quotidiano, existem em Diamantina muitos estrangeiros que collaboram comnosco, no progresso da nossa terra: portuguezes, francezes, norte-americanos, inglezes, hespanhoes, syrios, italianos, etc. // Todos esses illustres cidadãos são originarios de paizes cultos e por isto um laço de solidariedade moral deve unil-os sempre na defesa de seus direitos. // Quando ha cerca de dez annos, na China, os boxers fanaticos assassinaram um subdito allemão, todos os europeus alli residentes levantaram-se unidos, exigindo a punição do assassino. // E o assassino foi punido. // O infame e crudellissimo assassinato de tres naturalistas estrangeiros, em 1906, nos Cafundós e na Matta dos Crioulos, ainda continúa impune para vergonha da justiça mineira! // Esse crime hediondo revoltou toda a Diamantina, num fremito de horror e piedade. // Por isto temos certeza que a honrada colonia estrangeira em Diamantina ha de nos ajudar a clamar: // **Justiça !!!** (*A Idéa Nova*, 01/05/1910)

Na mesma página, uma outra nota lembrava que, dois dias antes, haviam se completado quarenta e quatro anos desde que foram encontrados, afogados num rio da região, “*o médico allemão dr. Ignacio Belzer e o relojoeiro suísso Carlos Peter*”, talvez um outro mistério não resolvido. O que demonstra que, apesar do prestígio junto às elites cultas da cidade, muitas vezes o estrangeiro continuava a ser visto como um Outro, representando perigo – especialmente nas regiões afastadas do centro urbano, onde a disputa pelos mais promissores locais de garimpo envolvia, quase sempre, violência física.

Devemos nos lembrar que havia uma contradição entre o modelo de vida proposto pelos homens de imprensa, baseado nos preceitos do Liberalismo, e a

permanência de hábitos e valores tradicionais, moldados numa cultura hierárquica, violenta e excludente. A qual, muitas vezes, dificultava a inclusão, mesmo daqueles que tentavam moldar-se às novas práticas e comportamentos; situação especialmente comum entre os negros e seus descendentes, os quais continuavam a carregar o fardo imposto pelo regime escravocrata, mesmo depois de libertos:

ATENÇÃO! MUITA ATENÇÃO!

Sr. redactor. - Não era meu intento vir por esta folha dar uma satisfação ao publico, mas, não offendendo pessoa alguma, vejo-me obrigada a fazer uma declaração ao vil calumniador que, máo informante, tem feito com que em diversos numeros desta folha se leia constantemente artigos contra mim. Esse ente que saia das trevas, que tire o véo que lhe cobre a cara e dirija-se a mim afim de entrarmos em contracto e eu vender-lhe a minha casa. Recebida que seja a importancia, deixarei sem pesar o Juiz de Fôra a esse vil denunciante. // Não sabe elle que pago tres licenças, e que não dou prejuizos a praça? Porque será que tanto chamão contra mim a atenção das autoridades? Influirá nisso, acaso, a minha côr? Mas com a minha côr tambem se póde ter sentimentos nobres! Negocio ha muitos annos nesta casa, não consta que tenha dado prejuizo a pessoa alguma; tenho sido sempre pontual em meus tratos. // Pois bem, aqui fico á espera de quem queira comprar esta casa. Assim vos deixarei a todos em paz e socego, com a minha ausencia! // Anna Joaquina dos Santos. Juiz de Fora, 20 de Novembro de 1885. (*Pharol*, 21/11/1885)

Em Juiz de Fora, a negritude continuou a ser elemento de identificação e segregação, marcando as pessoas como “diferentes”. À discriminação racial tradicional, vinculada à escravidão, mesclou-se o racismo de base cientificista, tão em voga no período, e que acabou compondo o conjunto esparso de idéias “modernas” a ser incorporado na pauta das redações. Assim como os estrangeiros, os indivíduos eram representados, antes de mais nada, como pertencentes a uma categoria social determinada pela cor:

Hontem, ás sete horas da noite, dous individuos de côr preta encontraram-se á rua Direita, esquina da do Marechal Deodoro, e, armados de bengalas, esbordoaram-se, ficando um ferido. // Verificou-se serem Alexandre de tal e fuão Sabino os contendores, sendo aquelle ajudado por um outro creoulo seu companheiro, os quaes fugiram logo que se apitou á policia. // Da lucta sahiu ferido na cabeça o creoulo Sabino. // Deram origem ao conflicto questões particulares entre Sabino e o preto Alexandre. (*Pharol*, 12/04/1900)

Na nota publicada abaixo, uma versão mística para a “política de branqueamento” implementada pela sociedade culta brasileira desde a década de 1870, e que recebeu ainda mais força nos primeiros anos da República:

Não haverá mais *rôxos* em Juiz de Fôra, si quizerem dar um pequeno passeio a Goyaz; pelo menos é o que se conclue de uma noticia dada por um jornal daquelle Estado. // Na freguezia de Santa Clara, Goyaz, foi encontrada, em pleno matto uma imagem de madeira tosca, meio deformada. // O principal milagre dessa imagem, que se suppõe alli perdida ha muitos annos, consiste em tornar brancos como a neve todos os pretos que lhe tocarem na cabeça. (*Pharol*, 21/10/1900)¹¹⁷

¹¹⁷ Sobre essa política, ver os textos organizados por MAIO; SANTOS, 1996.

Os negros não eram os únicos com dificuldades para encontrarem seu lugar nesta nova cidade que se desenhava, na imprensa e nas ruas. Diversas notícias publicadas revelam-nos a desorientação, inclusive física, que a transformação do espaço urbano pelos “sinais visíveis da civilização” causou. Nas notícias abaixo, uma pequena amostra dos sofrimentos que o acelerar do progresso legou, como a João Guerheim, “*antigo morador nesta cidade, onde exercia a profissão de pedreiro e era estimado por todos que o conheciam*”, atropelado pelo trem da madrugada, após frequentar uma “*casa de dança*” (*Pharol*, 08/05/1900):

Com o pé esmagado // Hontem, pela manhã, a preta Anna Collares foi atropellada por uma carroça ao passar junto á estação Central. // A infeliz teve um dos pés esmagado pelas rodas do vehiculo, sendo recolhida á Santa Casa com guia do sr. dr. delegado de policia. (*Diario Mercantil*, 28/01/1912)

De encontro a um poste electrico // O sr. Christovam Gama, morador á rua de S. Matheus, ante-hontem, quando fantasiado, viajava em um bonde com destino áquella rua, foi de encontro a um poste electrico, sendo atirado ao solo. // Christovam recebeu um grande ferimento no frontal e outro na vista esquerda. // Socorrido pelo sr. José Pimenta que na ocasião se achava no local, foi o ferido conduzido á pharmacia do sr. Pedro de Vasconcellos, onde recebeu os necessarios curativos, sendo em seguida transportado para a sua residencia. (*Diario Mercantil*, 20/02/1912)

Nas ruas, a disputa por espaço entre os pedestres e os veículos de transporte geravam cada vez mais problemas. Os bondes causavam acidentes, como este sofrido pelo nosso já conhecido motorneiro Guilherme Winter:

Hontem, ás 8 horas da noite, abalroaram-se, á rua Direita, o bonde n. 2 guiado pelo motorneiro Guilherme Winter e um automovel de praça dirigido pelo *chauffer* Antonio de Albuquerque. // Segundo uns, a responsabilidade do facto cabe ao *chauffeur*; na opinião de outros, o abalroamento foi occasionado pela imprudencia do motorneiro. (*Diario Mercantil*, 09/08/1912)

Os automóveis trouxeram mais um elemento de confusão às ruas do centro urbano de Juiz de Fora, na qual já se encontravam outros personagens do drama do crescimento urbano:

Notas varias // Um auto da Empreza Viação Brasileira, guiado pelo “*chauffeur*” Sebastião de tal, domingo ultimo, ás 7 horas da noite, quando descia a rua da Imperatriz quase atropelou um menor que, sahindo da rua do Commercio, tomou a frente do vehiculo. // Devido á pericia do “*chauffeur*” nada soffreu o pequeno, além de um susto formidavel. (*Diario Mercantil*, 27/08/1912)

Ao fim e ao cabo, a inserção ou não na nova cidade passava pela capacidade de adequar-se aos novos tempos. Isto, porém, não dependia apenas da vontade pessoal. Em Juiz de Fora, onde as condições econômicas sustentavam um crescimento industrial e comercial regular, gerando empregos e melhoramentos urbanos, inclusive com aparelhamento tecnológico da cidade, o novo mundo que se criava parecia excluir várias pessoas, quer por sua inadequação à nova mentalidade

do trabalho, quer por não acompanharem a velocidade das alterações do espaço urbano. Em Diamantina, região de escasso desenvolvimento tecnológico e poucos investimentos industriais, a modernidade afetava menos a qualidade de vida da maior parte da população. Viver como no “mundo civilizado”, com suas regras “polidas”, era mais uma forma de distinção face aos “bárbaros”, do que um processo de transformação a englobar toda a sociedade.

Uma menina pobre, que tinha tido alguma educação, casou-se com um rapaz, também pobre, mas bruto á valer. // Notando ella nos primeiros dias de casada, que o marido pronunciava, *teia, paia, mio, muié*, disse-lhe: // - Olha F.. não é assim que se falla; dize antes telha, palha, milho, mulher... // - Ora-muiè, interrompe o lorpa, isso são falla de gente rico, voce sabe que nois somo pobre que não podemo cuesse luxo. (*Cidade Diamantina*, 18/01/1899)

A anedota acima revela uma outra percepção, trágica mas sagaz: mesmo um pouco de educação formal – tão valorizada no discurso da civilidade e da polidez – não bastaria para suplantiar todas as barreiras de exclusão social. A cidade polida, enfim, não era para todos.

4.5. Um “esplêndido e colossal sortimento”

Ainda que sejam nessas mesmas páginas, quer nas anedotas, quer no noticiário ou nos editoriais, que encontramos os indícios da exclusão, é exatamente o oposto disso que a imprensa procurava demonstrar. Mesmo naquela parte do jornal que, à primeira vista, estaria menos sujeita a um projeto redacional, as páginas de anúncios dos jornais. Pois exatamente ali, em Diamantina ou em Juiz de Fora, a mensagem era clara: não existe exclusão, pelo contrário; na cidade moderna há de tudo, e há algo para cada um.

Quem visitar os armazéns da casa do 1º. BARATEIRO ficará admirado com o esplendido e collossal sortimento que acaba de receber e com os preços porque vende! (*A Idéa Nova*, 02/04/1911)

Este completo e variado sortimento era apresentado, através de anúncios e propagandas, na última página do jornal – que, na maioria dos títulos aqui trabalhados, era a quarta página. Nos jornais juiz-foranos, era muito comum que os anúncios ocupassem parte da terceira página também, chegando às vezes a tomá-la por completo. Ali, como em Diamantina, encontramos ainda algumas notas e anúncios espalhados pelo “corpo principal” do jornal, até mesmo na primeira página. A distribuição dos textos, conforme vimos, era por colunas, indo de alto a baixo das páginas ou, quando muito, dividindo a primeira página ao meio, com as notícias e

artigos acima, e um folhetim abaixo. Esta organização espacial ocasionava quebras no texto, que eram ocupadas por pequenos *suelto*s, os versos de poesia, galhofa ou propaganda política; mas também por anúncios e observações ligeiras sobre produtos e serviços. Uma característica técnica que era utilizada conforme as necessidades e os interesses da redação.

Os anúncios, assim como os textos pagos, eram uma das fontes de arrecadação da publicação. Era comum encontrar, periodicamente, uma tabela anunciando o preço de anúncios, como esta, publicada pelo jornal em 13 de julho de 1906:

”O JEQUITINHONHA”

Acceita annuncios e publicações a pedido, a juízo da redacção, e a tabella seguinte;

Uma pagina		Por um mez (4 ») 40\$
Por um anno (52 vezes)	480\$	» uma vez 15\$
» seis mezes (26 «)	240\$	
» tres » (13 «)	120\$	Um quarto de pagina
» um mez (4 «)	70\$	Por um anno (52 vezes) 130\$
» uma vez 30\$		» seis mezes (26 ») 80\$
		» tres » (13 ») 50\$
		» um mez (4 ») 25\$
		» uma vez 10\$
Meia pagina		
Por um anno (52 vezes)	240\$	
» seis mezes (26 «)	120\$	
» tres » (13 »)	70\$	

Os pagamentos, quer de annuncios, quer de publicações, serão feitos adeantadamente.

Publicam-se trabalhos e expedientes de camaras municipaes e de quaesquer outras corporações, mediante previo contracto.

Garante-se a maxima correcção em todas as publicações e todo o sigillo, quando os interessados o exigirem.

Realizam-se contractos no escriptorio da redacção, á rua Tiradentes, n.º 5, em todos os dias uteis, das 12 ás 4 horas da tarde.

Esta relação comercial poderia levar-nos à apressada conclusão de que não seria adequado examinar os anúncios como parte do discurso “civilizatório” dos homens de imprensa mineiros. Todavia, a tabela acima não deixa dúvidas: os “*annuncios*” são aceitos “*a juízo da redacção*” – são pagos, mas devem estar de acordo com o espírito do periódico, não podendo afrontar os valores e as propostas dos seus redatores. Os termos são variados, mas a mensagem é clara: a redação seleciona aquilo que é publicado, mesmo nas páginas comerciais. Os anúncios

publicados são, ainda que de forma parcial e indireta, fruto de um trabalho da redação. Logo, é perfeitamente plausível que os incorporem ao nosso conjunto de leitura, pois neles também encontramos a cidade que os homens de imprensa queriam construir – ou, no caso, vender.

Pois se os anúncios são uma maneira de vender produtos, anunciar eventos, noticiar situações comerciais, e neste sentido parecem dizer respeito apenas à relação de compra e venda, ao mercado, é fundamental perceber que as relações econômicas ultrapassam a mera realização dos negócios: a economia é parte constitutiva da cultura de uma comunidade, e o comércio reflete, mas também age sobre, a comunidade. Os anúncios são negócios em andamento, ou por se realizar; são também, um modo de vida a se revelar, prioridades, desejos e possibilidades estampadas nas páginas dos jornais

Por isso mesmo, a interferência da Redação nem sempre se resumia a aceitar, ou não, anunciar um produto ou serviço. Algumas vezes, havia um esforço a mais, como neste exemplo, publicado na primeira página:

Na secção competente publicamos um annuncio da New-York Life Insurance Company, uma das mais importantes, senão a mais importante sociedade de seguros no mundo. (*Jornal do Commercio*, 01/01/1906)

Oito dias depois, o jornal voltou a tratar da companhia, publicando um resumo do seu balanço: “*estes algarismos dispensam qualquer reclame à poderosa empresa, incontestavelmente a primeira do mundo*” (*Jornal do Commercio*, 09/01/1906). Outras vezes, a alusão a empresas comerciais – no caso abaixo, casa B. Penna e C., de Christovam Andrade, Gama & Comp. e drogaria Silva & irmãos – se mescla a comentários sobre o ambiente de negócios na cidade:

O Commercio // O pessimismo exaggera o estado de desanimo do commercio em geral; parece-nos, porém, que a nossa cidade não definha nessa apathia de quetanto se queixam outras praças. // Juiz de Fôra não está, felizmente, em decadencia como muitos espiritos timidos e desanimados suppõem, pois uma cidade em que todos trabalham, sem descanço, nas letras, nas industrias, no commercio e na lavoura não pode decahir. // O nosso commercio não está descrente nos esforços de seu trabalho quotidiano, e a prova está nos sortimentos que varias casas têm feito para as festas do Natal. (*Pharol*, 23/12/1900)

Durante a já citada polêmica sobre a crise de abastecimento, causada pelas notícias de epidemia em Diamantina, *A Idéa Nova* publicou um atestado de fé nos princípios do comércio – e na ação poderosa das páginas de anúncios dos jornais:

Crise commercial // Haverá nesta cidade a propalada crise commercial? // Não existe absolutamente. Si muitos comerciantes pouco vendem é porque são teimosos e não querem se convencer de uma verdade já conhecida no mundo inteiro: “o annuncio é a alma do commercio. Quem não annuncia não vende”. (*A Idéa Nova*, 23/10/1910)

As páginas de anúncios não seguiam a rígida estruturação em colunas do restante do periódico. Os anúncios eram um espaço aberto à criatividade dos tipógrafos, limitada apenas pelo espaço, pelos equipamentos disponíveis e, supomos, pelo orçamento do serviço encomendado. Desta forma, encontramos anúncios como que esparramados por toda a página, como esta ao lado, a terceira do *Jornal do Commercio* de 05 de janeiro de 1906.

Outras vezes, nem mesmo a orientação vertical do jornal era respeitada, como neste interessante exemplo do jornal oficial da municipalidade diamantinense, em que o anúncio da tipografia está acima de um belo modelo do trabalho ali realizado – ambos obrigando o leitor a virar o jornal para lê-los:

(O Município, 13/08/1898)

A criatividade dos tipógrafos contornava os problemas de espaço, fazendo o possível para diversificar os anúncios, mesmo diante de limitações técnicas, como a evidente escassez de clichês variados em Diamantina:

Estas páginas eram um espaço prioritariamente comercial. Ali se publicavam anúncios de produtos e serviços, bem como editais e notícias referentes a regulações comerciais, como esta “*dissolução de sociedade*”:

Joaquim Affonso da Silva Ribeiro e Vicente Affonso, abaixo assignados, dissolverão muito amigavelmente a sociedade commercial que tinham e girava nesta cidade sob a firma de *Vicente Affonso & C.^a*, ficando do dia 20 de Abril p. p. em diante, todo activo e passivo da mesma firma a cargo e responsabilidade do sócio Vicente Affonso. // Diamantina, 5 de Maio de 1887. // Joaquim Affonso da Silva Ribeiro // Vicente Affonso (*Sete de Setembro*, 12/05/1887)

Há grande presença, nesses anúncios, do comércio local. Numa cidade como Diamantina, ponto de passagem obrigatória para diversas outras localidades do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, a oferta de pousos era regular. Neste exemplo, d'O *Município* de 09 de abril de 1897, observamos o uso de diferentes formatos de letras para ornamentar a propaganda.

Outros anúncios eram mais simples e diretos:

(O Município, 24/04/1897)

Assim como o nome das pessoas, que serviam até como referência de endereço, o nome das empresas comerciais era parte dos produtos a serem comercializados. Assim, a inauguração da Casa Clark foi saudada, na imprensa juiz-forana, como evidência da inclusão da cidade no roteiro do progresso e da moda:

Casa Clark // De mais um elemento de progresso, no que se relacione á sua já intensa e movimentada vida commercial, se exorna desde hontem Juiz de Fóra. // É que foi inaugurada, á rua Halfeld, 165, a filial da importante “Casa Clark”, sobejamente conhecida em todo o Brasil pela excellencia dos artigos que põe á venda. (*Diario Mercantil*, 09/08/1912)

Mas a ênfase maior dos anúncios recaía, geralmente, sobre as casas comerciais e suas promoções, como a “Casa Xadrez Azul”, cuja liquidação (ou “queima”) foi anunciada durante semanas em Diamantina (no exemplo ao lado, *O Jequitinhonha*, 09/04/1905). Também eram bem destacados os anúncios de produtos e serviços, como nesta mescla publicada na quarta página do jornal *Pharol* – a qual nos revela

um pouco da diversidade étnico-cultural presente na praça mercantil de Juiz de Fora:

Casa Mascotte // Calil Ahougi // O Primeiro Barateiro.
 Au Bom Marché // Calil José Nader.
 Portland Cement [vendido por] Depositarios: Dias Garcia & C.
 Salão Francez [de] Jeronimo Graziani.
 Fabrica de Ladrilhos e Mosaicos em Cimento [de] Francisco Notaroberto. (*Pharol*, 25/01/1904)

Alguns produtos podiam ser encontrados em anúncios nas duas cidades, como a cerveja:

CERVEJA NACIONAL // Encontra-se no negocio de Delfim Rollim (travessa da rua do Carmo). Cerveja Nacional a 500 rs. a garrafa. (*Sete de Setembro*, 12/03/1887)

O acreditado fabricante de cerveja nesta cidade, sr. Carlos Stiebler, nos presenteou com duas caixas da sua boa cerveja. // Muito agradecemos, desejando prosperidade ao seu importante estabelecimento. (*Pharol*, 03/01/1900)¹¹⁸

Outros tipos de produtos eram mais facilmente encontrados numa cidade que em outra, embora seja possível perceber um padrão comum, como por exemplo, a preocupação com o embelezamento das pessoas e dos ambientes:

(*O Município*, 19/12/1901)

¹¹⁸ O jornal *O Pharol* publicou, em 17 de novembro de 1886, artigo comentando os reflexos da guerra comercial entre França e Alemanha sobre as cervejas de Juiz de Fora, feitas à moda germânica.

(Jornal do Commercio, 01/01/1906)

Os anúncios de maquinário e equipamentos, por exemplo, são mais comuns em Juiz de Fora do que em Diamantina. O que não significa que no Antigo Tijuco não sejam anunciados instrumentos que possibilitem às pessoas trabalhar no ritmo do progresso, como as máquinas de costura Singer, em cuja loja eram ministradas aulas para melhor utilizá-las. Além da garantia de dez anos e de condições especiais para a aquisição, a loja local garantia o abastecimento de tudo quanto fosse necessário para “o perfeito funcionamento das machinas” as quais, “em vista da perfeição e rapidez com que executam qualquer trabalho de costura e bordado constitue[m] uma verdadeira economia domestica” (O Município, 13/05/1911).

Em Juiz de Fora, há uma maior diversidade de ferramentas e maquinário em exibição nos anúncios dos jornais – enxadas (“*Enxadas Brilhante – superior aço garantido*”), máquinas de escrever (“*Monarch Typewriter*”, de Syracuse, EUA),

pregos e ferragens, descascadores de arroz, balanças etc. Tais máquinas serviriam a vários propósitos, tanto no ambiente urbano quanto na zona rural, que poderia assim abastecer a cidade de forma mais condizente com o espírito progressista, que os homens de imprensa buscavam associar à localidade:

CASA MONTREUIL
112, RUA HALFELD, 112

Secção especial de machinas para industria de LACTÍNIOS

Vasilhame completo. Latas para condução de leite
Depositos para creme
Pasteurizadores e Resfriadores para creme e leite

MESAS ESPREMEDEIRAS (salgadeiras)
em todos os tamanhos, as mais aperfeiçoadas

DESNATADEIRAS e BATEDEIRAS marca «COROA», fabricadas pela Svenska Centrifug Aktie Bolaget, STOCKHOLM (Suéde).
Comprometo preferencia a Desnatadeira marca «COROA», tudo terão a lucrar com a aquisição da nossa machina.

Ella é a melhor e mais barata

Chamo a attenção dos srs. fabricantes para as reduções em preços que acabo de fazer em todas estas machinas attendendo a alta de cambio.
Peçam catalogos e preços. Remette-se pelo correio.

UNICO DEPOSITARIO:
Eugenio de Montreuil
Rua Halfeld - - 112
JUIZ DE FORA

(Jornal do Commercio, 05/01/1906)

Outros equipamentos e maquinários se faziam presentes, de forma indireta, nos anúncios de serviços. Como o da tipografia “Brazil”, à rua Halfeld, 70, cujo dono, o já conhecido Hermann Erhardt, parece ter-se aproveitado de suas ligações germânicas para incrementar o negócio:

Typographia Brazil // de Hermann Erhardt // Grande estabelecimento typographico movido a electricidade // Secções do estabelecimento que se acham em plena actividade: // Fabrica de livros em branco // Deposito de tipos da acreditada fabrica de // J. John Söhne (de Hamburgo) // Representante da grande e afamada fabrica de machinas typographicas // A. Hogenforst, de Leipzig // Unica depositaria da tinta PELIKAN do fabricante Günther Wagner // de Hannover e Viena (Diario Mercantil, 23/01/1912)

Produtos e serviços ligados à área cultural são ofertados em ambas as cidades, embora haja uma diferença na quantidade e na qualidade. Juiz de Fora aparenta ter um mercado consumidor maior e mais consolidado, para papelarias, artigos de escrita e livrarias. Uma das que mais se destacou no início do século XX foi a Livraria Bulcão, tanto pelos anúncios diversificados quanto pelo apoio das redações, especialmente do *Jornal do Commercio*:

A Livraria Bulcão, que de dia para dia vae se tornando mais procurada pela sua já numerosa freguezia, acaba de receber uma escolhida remessa de livros de escriptores brasileiros e portuguezes. // Chamamos a atenção dos amigos das bellas-letras para esse sortimento. (*Jornal do Commercio*, 09/01/1906)

LIVROS // Didacticos adoptados nas escolas publicas e particulares, academias e escolas normaes. Romances dos melhores escriptores nacionaes e estrangeiros, theatro, trovadores de diversos autores, poesias, contos e historietas infantis. Aceita qualquer encomenda de livros por modica commissão. // Livraria Bulcão – Rua Halfeld, n. 131 (*Jornal do Commercio*, 24/01/1906)

Mas os jornais de Diamantina também ofertavam serviços na área cultural, especialmente aulas particulares. Havia professores de música (piano, violino e outros instrumentos), matemática, corte e costura, e línguas em geral. Num mesmo dia, *A Idéa Nova* publicou dois anúncios diferentes, de professores que se propunham a ensinar: um, a língua da erudição tradicional, outro, a língua da modernidade que se consolidava:

Ensino de Latim // Sebastião Corrêa Rabello dá lições de latim em um dos salões da E. Normal, para o 1º, 2º e 3º anno. // As aulas começarão ao meio dia, gastando-se uma hora com cada turma. // Mensalidade 10\$000 / 2 filhos da mesma família 15\$000 / Tres 20\$000

Moses Paula can be meeted at his house in whatever hour of the day, in order to teach the english tongue to how may have want of it. // Moyzês de Paula pode ser encontrado em sua casa a qualquer hora do dia, para ensinar a lingua inglesa a quem della houver mister. (*A Idéa Nova*, 15/06/1906)

Modernidade que se manifestava também através de novos hábitos, ligados à consolidação de tecnologias e de profissionais a elas vinculados. A fotografia é um bom exemplo desse tipo de produto, que trazia todo um novo comportamento junto com sua utilização, reforçando uma identidade progressista e civilizada:

Acham-se expostas nas vitrinas da casa Ramos, Guerra, Araujo & Companhia algumas boas photographias tiradas pelo habil photographo amator sr. João Waldemar Ribeiro. (*A Idéa Nova*, 03/07/1910)¹¹⁹

Photographia Paris // Atelier Artistico // Machinas e moveis modernos // Cartões postaes com photographia // preço moderado (*Diario Mercantil*, 23/01/1912)¹²⁰

Lugar central na idéia de modernidade, como vimos, era ocupado pela medicina. A difusão de um certo cientificismo medicinal levou à oferta de remédios para todos os males, como o “*oleo de ovo, do pharmaceutico Barbosa Leite*”, cura

¹¹⁹ Para uma biografia sobre um dos principais fotógrafos de Diamantina na primeira metade do século XX, ver Paulo Francisco Flecha de Alkmim (2005).

¹²⁰ Para uma análise dos anúncios sobre fotógrafos em Juiz de Fora, nas últimas décadas do século XIX, ver Maraliz Christo (1995).

certa contra a caspa (*Jornal do Commercio*, 09/01/1906), também vendido em Diamantina (ver, por exemplo, *A Idéa Nova*, 01/03/1908), ou a

CURA DA OPILAÇÃO // (Amarellão) // Em 20 dias // pelo DOCHMIDCIDA // de // MOTTA JUNIOR // Medicamento aprovado pela inspeção de Hygiene Federal
N. B. – É falso o medicamento que não trouxer a firma do autor, em cancella, na tarja que fecha cada caixinha. // Depósitos: Silva Gomes & C. – Rua de S. Pedro, 22 e 24 – Rio de Janeiro. Em São Paulo: nas Drogarias de Baruel e Amarante. (*A Idéa Nova*, 24/03/1907)

A atenção à caixinha, e a importância da referência oficial, eram distinções que garantiam ser este um produto de qualidade, cientificamente aprovado. Num mundo em que a farmacopéia incluía soluções caseiras, e que a medicina lutava para consolidar seu lugar face às práticas tradicionais, a diferença entre um remédio confiável e uma enganação resumia-se, muitas vezes, à apresentação do produto. Até porque, não há tantos anúncios oferecendo serviços médicos quanto há de farmácias e remédios.

Dr. J. Corrêa de Bittencourt // Oculista // Está em Juiz de Fora, onde demora-se dous mezes no exercicio de sua especialidade, o dr. Corrêa de Bittencourt, oculista no Rio de Janeiro, antigo chefe de clinica dos professores Wecker e Panas em Paris e Hirschberg em Berlim. Com 16 annos de pratica da especialidade. // Consultorio Hotel Rio de Janeiro // Juiz de Fóra 30-3 (*Pharol*, 12/01/1900)

Dr. Antonio Motta // Medico-Operador // Cirurgião da S. Casa de Caridade // desta cidade// Consultas: das 6 ás 9 da manhã em sua residencia á Rua da Quitanda, sendo gratuitamente aos pobres. // Atende aos chamados para fóra da cidade, mediante 20\$ por legua contando-se separadamente ida e volta (*A Idéa Nova*, 04/04/1909)

Este último é um dos poucos anúncios de médicos que tinham uma maior elaboração gráfica – vide a primera imagem com o clichê da escada, acima. Médicos, oculistas e dentistas geralmente apresentavam-se através de textos secos, com as informações necessárias e um ar de sobriedade. O mesmo não ocorria com os remédios; quanto às farmácias, havia anúncios para todos os gostos:

<p>PHARMACIA</p> <p>REDELVIM DE ANDRADE</p> <p>RUA DA QUITANDA</p> <p>DIAMANTINA</p> <p>Redelvim de Andrade, diplomado pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto, acaba de abrir no mesmo comodo, em que existiu a de Genesco Achilles, uma pharmacia, cujos medicamentos, <i>comprados na alta do cambio</i>, são vendidos por <i>modicissimos preços</i>.</p> <p>Garantem-se <i>asseio, promptidão</i> e o maximo <i>escrupulo</i> no aviar das receitas, e a <i>pureza</i> dos medicamentos.</p> <p>Para attender aos casos urgentes a pharmacia abre-se a qualquer hora da noite.</p> <p>Estão expostos á venda os seus preparados: <i>Vigor do Cabello e Agua Inglesa</i>.</p>	<p>(A Idéa Nova, 01/08/1908)</p>
--	---

(O Jequitinhonha, 09/04/1905)

O conceito de progresso como uma força irreversível, inexorável, e positiva, também chegou aos anúncios de remédios, os quais eram apresentados como uma prova palpável das melhorias que a civilização trazia à vida das pessoas:

Tudo é Variavel // Acabou-se o Imperio, veio a Republica, desapareceu o seculo 19, e chegou o XX e vae caminhando em conceito, augmentando diariamente a procura dos especificos preparados pharmaceuticos de Luiz Carlos, que desde 1883 tem feito milhares de vidros e todos têm sido consumidos pela humanidade soffredora. // Vende-se na Drogaria Baruel & C. – Deposito em Juiz de Fora – PHARMACIA BARROS, no Rio de Janeiro, Silva Gomes e Comp. (*Pharol*, 25/01/1904)

Associar os produtos ao progresso da cidade transformava-os em um “sinal visível de civilização”, junto com os bondes, a energia elétrica, a infra-estrutura urbana, a ferrovia. Foi o que fez esta confeitaria de Juiz de Fora, ao anunciar sua inauguração:

CONFEITARIA // Rua Halfeld 10 // Pontes Junior & Comp.; atendendo a uma das mais palpitantes necessidades desta florescente cidade, que com razão é denominada – sala de visitas da província de Minas –, acabam de montar uma confeitaria [...] (*Pharol*, 26/01/1886)

O uso explícito do progresso como ferramenta para vender produtos era mais comum nos anúncios de Juiz de Fora, quer pela sua proximidade do Rio de Janeiro – de onde provinham alguns anúncios, aparentemente já prontos –, quer por efetivamente vivenciar um desenvolvimento econômico maior que Diamantina. Alguns aspectos, porém, são comuns às duas cidades, como a localização dos anúncios, a mistura entre propaganda e reportagem, e mesmo os tipos de produtos que eram anunciados. Uma análise numérica dos anúncios publicados em ambas as cidades ajuda-nos a melhor visualizar o perfil dessa seção dos jornais.

Há, todavia, um aspecto a considerar quanto a este tipo de comparação. A imprensa diamantinense, como vimos, sofria com a descontinuidade; não há um único título de jornal que atravessasse todo o nosso recorte temporal, de 1884 a 1914, como ocorre com *O Pharol*, de Juiz de Fora. Desta forma, para que a comparação numérica tivesse uma base de dados mais coesa, foi feito um recorte dentro do recorte. O período que vai de 1902 a 1907 concentrou a maior coincidência de publicações entre as duas cidades. Em Diamantina, circulavam cinco títulos de jornais; em Juiz de Fora, dois dos três com que estamos trabalhando. O perfil quantitativo dos anúncios, portanto, baseou-se naquilo que foi publicado durante esses cinco anos. Esta limitação não compromete o resultado encontrado, já que seu objetivo é apenas exemplificar, pontualmente, algumas características mais gerais dos anúncios e suas mensagens nas duas cidades.

Da mesma forma, o registro de todas as incidências de um determinado anúncio, ou de um produto anunciado – que poderia subsidiar um estudo sobre a sua permanência no mercado, por exemplo –, não é necessário ao nosso objetivo: listar a variedade de produtos anunciados. Tendo em vista o volume da documentação e o caráter repetitivo dos anúncios, a opção foi registrar o *primeiro anúncio*, isto é, a primeira vez que um determinado anúncio – de produto, casa comercial etc. – aparece publicado num determinado jornal (entendido como título). Como era comum um mesmo anúncio apresentar vários produtos, o registro foi múltiplo: cada novo produto foi contado como um “primeiro anúncio”. Assim, no período convencionado, foram registrados, para Diamantina, 351 anúncios; para Juiz de Fora, 1412.

Esses *primeiros anúncios* foram divididos em categorias temáticas, organizando a informação e, ao mesmo tempo, já estabelecendo alguns parâmetros para sua leitura.¹²¹ Foram ordenados conforme a soma dos anúncios nas duas cidades; as diferenças entre as cidades, são comentadas na categoria específica:

A) SECOS E MOLHADOS / COMÉRCIO.

A categoria com maior índice de registros, pouco mais de 40% do total (709 de 1763). Aqui foram agrupados todos os anúncios de casas comerciais, de suas liquidações e promoções, como algumas que já foram mostradas acima. Foram

¹²¹ Uma metodologia semelhante pode ser encontrada na leitura que Lilia Schwarcz (1993) realiza das publicações intelectuais no Brasil do fim do século XIX.

registrados muitos anúncios relativos a gêneros alimentícios, como farinha de trigo e manteiga, bem como as tabelas com os preços correntes no mercado. As bebidas também eram regularmente anunciadas: cervejas, como a *Germânia* de Juiz de Fora, anunciada em Diamantina (*O Norte*, 16/05/1907); vinhos, como o fabricado pelo Seminário diamantinense, encontrado em todos os jornais locais; e mesmo suco de uva, vendido em Juiz de Fora (*O Pharol*, 02/05/1905) – talvez utilizado nas celebrações eucarísticas dos metodistas, tradicionalmente abstêmios.

A variedade de produtos é muito grande em ambas as cidades, mas é bem maior em Juiz de Fora. Não apenas há mais produtos sendo vendidos, como há mais casas comerciais anunciando seus serviços. Se em Diamantina, por exemplo, há poucos anúncios sobre açougues e carnes, em Juiz de Fora – onde o tema era bastante polêmico, como vimos – há vários, inclusive alguns específicos, como o de salame italiano (*Jornal do Commercio*, 03/11/1903), ou com serviços especializados, como a entrega em domicílio (*Jornal do Commercio*, 26/12/1905). Outras mercadorias ligadas ao ambiente doméstico são anunciadas em ambas as cidades, como flores artificiais, pedras decorativas, velas etc. Também produtos ligados à limpeza doméstica e pessoal, como vassouras, inseticidas, sabão em barra, sabonetes, perfumaria – desde tintura para cabelos em Diamantina (*O Jequitinhonha*, 30/04/1906) a dentifrício em Juiz de Fora (*O Pharol*, 17/01/1905).

Produtos ligados à saúde, aliás, aparecem com regularidade. Em Juiz de Fora, há uma boa quantidade e variedade de produtos anunciados, desde o tradicional óleo de ovo para calvície (*Jornal do Commercio*, 09/09/1902) ao uso de cinturões elétricos para melhorar o estado geral do corpo (*O Pharol*, 17/06/1902); alguns contam com a cumplicidade do leitor, respeitando as convenções sociais da época, como o “*remédio para damas*” (*Jornal do Commercio*, 28/07/1903). Em Diamantina, os anúncios sobre remédios ocorrem em menor quantidade neste período, ainda próximos aos de Juiz de Fora: “*água ingleza*”, “*óleo de ovo*”, elixires vários. Há um investimento claro na divulgação das farmácias como instituições confiáveis em termos científicos, e confortáveis em termos de serviços:

Pharmacia Leite // Acaba de ser installada na rua Direita, nesta cidade, a Pharmacia Leite, de propriedade de nosso algo Pharmaceutico Jose Leite de Almeida, que attenderá com o maximo escrupulo todas as prescripções medicas, a qualquer hora do dia e da noite, fazendo-se entrega dos remedios a domicilio, estando o seu estabelecimento caprichosamente montado. // Gratos pela participação (*O Operario*, 25/05/1907)¹²²

¹²² No período posterior a 1908, houve um incremento nos anúncios de remédios na imprensa diamantinense, inclusive no aspecto gráfico, como vimos acima; para o período 1900-1914, ver

O mercado imobiliário também se fazia presente nos anúncios de jornais. Em ambas as cidades encontramos imóveis urbanos, à venda e para aluguel; entretanto, em Juiz de Fora parecia haver um maior dinamismo, tanto pelo maior número de anúncios, quanto pela diversidade dos negócios, que incluíam residências, consultórios, e até mesmo negócios em outras cidades, como imóveis à venda em Belo Horizonte, a recém-inaugurada capital do estado, ou a venda de um “*palacete*” em São João d’El-Rey (*O Pharol*, 05/05/1903 e 15/03/1904, respectivamente).

Os dados desta categoria temática parecem indicar que a imprensa estava consolidada como anunciante de casas comerciais e de produtos, especificamente aqueles que se vendiam nas lojas anunciadas – e que anunciavam. A diferença entre Juiz de Fora e Diamantina, tanto em número quanto em diversidade, aponta para duas características das cidades em questão. Primeira, o maior dinamismo econômico de Juiz de Fora, onde circulava maior riqueza e havia um maior número de habitantes, gerando um potencial mercado consumidor muito maior. Segunda, a maior expansão da imprensa como espaço de anúncio e comércio em Juiz de Fora; pelo seu menor tamanho, em número de habitantes e em número de casas comerciais, o funcionamento do mercado em Diamantina certamente dependia muito mais das relações pessoais entre lojas e consumidores, e da divulgação pessoal dos produtos e mercadorias, do que da publicação de anúncios em jornais.

Tais conclusões gerais servem, creio eu, para explicar algumas características dos anúncios diamantineneses e juiz-foranos, presentes em todas as outras categorias temáticas.

B) SERVIÇOS.

Esta categoria concentrou a segunda maior incidência de anúncios, 462, pouco mais de um quarto do total. Nela estão arrolados as ofertas de emprego e os serviços cotidianos, tais como alfaiates e costureiras, pedreiros, sapateiros, seleiros, barbeiros, ourives; anúncios de escritórios, padarias, loterias, dentistas, médicos. Alguns serviços mais sofisticados, como a remessa de dinheiro para a Itália, disponível à crescente comunidade imigrante em Juiz de Fora (*O Pharol*,

GOODWIN Jr., 2004; ver também PAIXÃO, 2004, e GUEDES; BERLINCK, 2000. Em Belo Horizonte, em período correlato (1897-1926), os remédios eram o produto com maior incidência de “primeiros anúncios”; cf. VALENTE, 2006.

17/05/1904). Transportavam-se também mercadorias e pessoas por frete ou viagem, dentro da cidade, na zona rural ou entre localidades; aos viajantes, anunciavam-se pousadas e hotéis.

Alguns anúncios, como os de fotógrafo, aglutinavam vários tipos de serviços diferentes, neste caso ligados à imagem: estúdios fotográficos, a venda de equipamentos (máquinas especialmente, mas também álbuns e outros), confecção e venda de cartões de visitas e postais – elementos muito em voga como lembranças de viagem, como cartões postais para envio, ou mesmo como lembranças familiares, sempre ligados a uma idéia de modernidade – quer em Juiz de Fora, quer em Diamantina, onde era utilizada também para preservar imagens de práticas tradicionais.¹²³

Como seria de se esperar, pelo que vimos até aqui, uma diversidade maior de serviços era anunciada em Juiz de Fora, ainda mais quando consideramos as ofertas de emprego: ama de leite, cozinheiro, engenheiro, engraxate, mecânico, prático em farmácia etc. Até mesmo os presos anunciavam seus serviços, como empalhadores ou para reprodução de fotografias (*Jornal do Commercio*, 21/08 e 18/09/1906, respectivamente). Percebe-se a importância que era dada à nacionalidade como elemento de distinção, com claras conotações raciais: a parteira anunciava, entre seus dotes, ser italiana; uma oferta de serviço para criada dava preferência a alemãs ou portuguesas; outra ainda exigia bons modos, entre 10 e 12 anos, e que fosse branca (*O Pharol*, 14/01, 01/07 e 05/08/1902, respectivamente).

Em Diamantina quase não há ofertas de empregos especificadas nos jornais, embora alguns sapateiros e seleiros, bem como engenheiros, médicos e outros profissionais qualificados anunciassem seus serviços. Talvez porque a contratação de profissionais não necessitasse, ali, da mediação da imprensa. Mas outros anúncios sugeriam características dos serviços locais, que também incluíam o anúncio através dos jornais, quiçá visando viajantes ou forasteiros: banhos frios eram oferecidos, a 200 réis, na Travessa do Motta, no centro da cidade, tradicional área de prostituição (*O Norte*, 12/01/1907).

Este tipo de serviço, em Juiz de Fora, era oferecido por um “*estabelecimento hydrotherapico*”, que anunciava “*banhos geraes frios, mornos ou quentes*” a 1\$000 e 1\$500; “*banhos de ducha*” a 2\$000 e 2\$500, com a possibilidade de uma assinatura

¹²³ Sobre a relação fotografia / modernidade / tradição ver, por exemplo, LEITE, 1993; KOURY, 1998; BORGES, 2003. Para o caso específico de Diamantina, ver as imagens em SOUZA; FRANÇA, 2005.

para dez banhos mornos a 10\$000. Ali, os banhos eram ofertados como “*medicamentosos*” (*O Pharol*, 01/12/1903, 05/01/1904).

C) EDUCAÇÃO E CULTURA

Terceiro maior grupo de anúncios (108), inclui as livrarias, os livros, revistas, almanaques e folhinhas, alguns dos quais com caráter nitidamente religioso, como imagens de santos e orações. As próprias coleções de jornais eram vendidas: em 05/08/1902, *O Pharol* anunciava a coleção de junho de 1901 a junho de 1902, encadernada.¹²⁴

Apesar da grande diferença numérica em relação às categorias anteriores (responsáveis por praticamente dois terços do total), estes anúncios deixam perceber a formação de um mercado regular para produtos ligados à área cultural. Cartões, tinteiros, objetos de papelaria eram presença regular nas páginas finais dos jornais. Havia uma variedade razoável de professores particulares anunciando seus serviços, o que talvez indique – além da tibieza do sistema escolar regular – uma busca pela melhoria do conhecimento. Encontramos anúncios de professores particulares de aritmética, geografia, caligrafia, pintura, desenho. A música ocupava lugar especial, com anúncios de professores de bandolim, violino, piano. Tanto em Diamantina quanto em Juiz de Fora, casas comerciais aceitavam encomendas de pianos, afinadores anunciavam seus préstimos, e gramofones eram vendidos. Também partituras eram anunciadas, e alguns se ofereciam para ensiná-las.

O gosto pela leitura e a formação cultural incluía as línguas estrangeiras. Em Diamantina, havia professores particulares anunciando aulas de português, francês, inglês, latim, e até uma professora especializada no ensino para moças (*O Jequitinhonha*, 03/02/1905); em Juiz de Fora, ensinava-se ainda o italiano, vendiam-se manuais de Esperanto, e um curso de línguas estrangeiras anunciava na cidade, o “*Curso Berlitz de idiomas*” (*Jornal do Commercio*, 03/07/1906).

As escolas regulares também publicavam seus anúncios, como os colégios católicos de Nossa Senhora das Dores, em Diamantina, e o Colégio Stella Matutina, em Juiz de Fora, ou o já mencionado Colégio Americano Granbery, da Igreja Metodista. Mesmo algumas escolas de outras localidades, especialmente do Rio de

¹²⁴ Também em Diamantina, alguns anos mais tarde, o jornal *A Idéa Nova* publicou um anúncio de venda de toda a coleção do próprio jornal (17/09/1911).

Janeiro, anunciavam nas páginas mineiras, com maior intensidade em Juiz de Fora – certamente reflexo da proximidade em relação à capital nacional. Esses anúncios corroboram o que já foi afirmado acima: havia uma busca, da parte das elites locais, por uma educação que refletisse seus anseios de “civilização” e “progresso”. Anseios que encontravam na imprensa, não apenas um espaço para sua propaganda, mas uma aliada na busca de sua realização.

Também a cultura mais ligada às camadas populares encontrava seu espaço nas páginas de anúncios dos jornais. Como já vimos, esta era uma estratégia regular de divulgação dos espetáculos de teatro, cinema e circo. Se às vezes, como reclamado em textos acima, as cidades atravessavam tediosos períodos sem atrações especiais, por outras ocorria a coincidência de espetáculos, como em junho de 1902 em Juiz de Fora, quando eram anunciados – em ambos os jornais aqui analisados – dois circos ao mesmo tempo na cidade (*Jornal do Commercio* e *O Pharol*, 10/06/1902). Esses espetáculos tinham mesmo caráter errante e incerto, como exemplifica o cancelamento das apresentações de um “*cinematographo*” em Diamantina, anunciado ao longo do mês de junho de 1906 n’*O Jequitinhonha*.

Aqui, um detalhe: o período de inverno era o favorito para esses espetáculos ao ar livre ou em grandes espaços, por ser um tempo de seca. Já os eventos em espaços fechados, como teatros e bailes, ocorriam ao longo de todo o ano, ainda que as chuvas pudessem prejudicar o atendimento dos frequentadores. O que não parecia ser problema para os bailes carnavalescos, como já vimos, e as “*sociedades carnavalescas*” que iam se formando em ambas as cidades, numa tentativa de “*polir*” também esta manifestação cultural.

D) VESTUÁRIO E TECIDOS

Nesta categoria temática foram arrolados os anúncios ligados ao vestuário e aos acessórios de vestimenta, como chapéus, bolsas, sapatos; e ainda anúncios de fábricas de tecidos e casas comerciais especializadas na venda de panos e linhas. Os números dos anúncios mostram a diferença entre as duas cidades, ao menos quanto ao uso dos anúncios de jornais. Em Diamantina, os anúncios ligados a “Educação e Cultura” eram em número duas vezes maior do que os desta categoria. Já em Juiz de Fora, os anúncios de “Vestuário e Tecidos” têm, na verdade, uma pequena vantagem numérica sobre aqueles da categoria anterior.

Isto aponta para algumas características das duas cidades. A industrialização brasileira vivia, no período abordado neste trabalho, um momento de expansão e consolidação, capitaneado exatamente pelas fábricas têxteis. Juiz de Fora, que à época já ostentava o epíteto de “*Manchester mineira*”, em alusão à cidade britânica, concentrava o maior parque industrial têxtil de Minas Gerais, e um dos principais do Brasil à época. Diamantina, por outro lado, possuía algumas poucas e pequenas indústrias têxteis na cidade e na região em torno, como Biribiry ou Gouveia. Boa parte dos tecidos ainda era importada de outras regiões, e distribuída pelas grandes casas comerciais, como a Casa Motta & Cia., que se anunciava como o “*Grande Empório do Norte*” (ver, por exemplo, anúncio publicado n’*O Município*, 07/09/1895). Tais casas nem sempre publicavam anúncios em separado para vestuário, já que o próprio nome da casa já remetia a esses produtos – e outros mais. Uma outra razão para isso poderia ser a menor demanda do mercado consumidor local, formado por menos habitantes, numa cidade com condições financeiras menos favorecidas; podemos considerar, talvez, que se conservassem em Diamantina tradições antigas do norte-nordeste de Minas, com as mulheres dos núcleos familiares costurando as vestimentas dos seus familiares. Em Juiz de Fora, há uma maior insistência na relação entre as roupas feitas, o mercado da moda “civilizado”, que remetia principalmente à França; porém, mesmo ali, percebemos indícios da produção doméstica de vestuário – tudo isso exemplarmente condensado no anúncio da “*Á La Parizienne*”, uma “*casa especial*” de roupas para senhoras e crianças, e também artigos para confecção de roupas (*O Pharol*, 31/10/1905).

E) EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIO

Esta categoria inclui anúncios de artigos e máquinas de todo tipo: de costura, de escrever, fotográficas; de uso agrícola, como despoldadores e engenhos; ou de uso urbano e industrial, como automóveis e motores. Também inclui os anúncios de armas e munição, e de material de construção, como ferragens, cimento etc. Como seria de esperar, era grande a diferença entre as cidades, quanto à variedade de produtos anunciados. Em Juiz de Fora, os equipamentos ofertados cobriam várias áreas de atuação: graxa lubrificante, pólvora, carvão e coque; máquinas desnatadeiras, despoldadoras e alambiques; tornos, machados mecânicos, funilaria, motores a vapor; tipografia, máquinas de escrever, de costura, para fazer massa (macarrão e afins); latas para conservas, fogões; carrinhos de mão, carruagens e

carroças; automóveis. Armas e munições, também vendidas em Diamantina, onde os anúncios se restringiam a ferragens, enxadas e algumas outras ferramentas, e ocasionalmente uma máquina de escrever ou de fotografar, e equipamentos dentários ou médicos à venda por algum profissional local.

Aqui, nesta categoria de anúncios, fica evidente o peso que a maior industrialização juiz-forana tem sobre o uso da imprensa para divulgar o progresso tecnológico. Até porque, nos jornais diamantinenses, há um número muito maior de anúncios na categoria abaixo (39) do que nesta (11).

F) AGROPECUÁRIA

Em outras partes deste trabalho foi discutida a importância dos animais no ambiente urbano, em ambas as cidades. Mas a distribuição dos anúncios ajuda a perceber as diferenças entre elas. Levando-se em conta apenas os anúncios publicados em Diamantina, esta categoria temática é quase quatro vezes maior que a anterior – o que não deixa dúvidas sobre o perfil econômico da região.

Quase metade dos anúncios nesta categoria (17 dos 39) referia-se a animais à venda, para alugar, perdidos ou furtados, principalmente cavalos, mulas e burros. Praticamente um quarto dos anúncios (10) oferecia cocheiras e pastos para abrigo dos animais – lembremo-nos do grande volume de tropas a freqüentar a cidade. Talvez de forma surpreendente, a imprensa era usada com regularidade para a venda de sítios, fazendas e chácaras (6 anúncios), como vimos acima, pelos anúncios publicados. Embora em pequena quantidade, também insumos agrícolas, como sementes, formicidas e bernicidas eram ofertados nos jornais (4 anúncios). Por último, os equipamentos para animais, como arreios, ferraduras e selas (2) – que talvez dispensassem ofertas específicas na imprensa, por comporem o sortimento das casas comerciais, ou pelas relações tradicionais de compra e venda. Ainda assim, reforçam a predominância local dos animais de montaria e carga nesta categoria temática.

Em Juiz de Fora, os anúncios apontavam para outras prioridades do mercado – pelo menos, daquele que se apresentava nas páginas impressas. Os insumos agrícolas eram tema de pouco mais de um terço dos anúncios desta categoria (28 em 73). Entre os anúncios ligados a animais (24), metade versava sobre furtos e perdas, metade sobre venda – principalmente vacas, cabras e porcos, outra diferença em relação a Diamantina. Venda e aluguel de imóveis rurais foram tema

de 14 anúncios. Os poucos anúncios ligados aos equipamentos para animais (5 anúncios) e aos pastos e cocheiras (2) apontam para a diminuição de sua importância local, ao menos no mercado impresso.

G) DIVERSOS

Para esta categoria foram destinados todos os anúncios esporádicos ou que ocorreram uma única vez, como a venda de sinos de 100 a 250 kg (*Jornal do Commercio*, 02/08/1904) e especiais, como aqueles relativos a quermesses e festas beneficentes; produtos e serviços ligados à realização de eleições, como o envio de carteira de eleitor pelo correio (serviço anunciado n' *A Estrella Polar* durante o ano de 1906); impostos e editais; estatutos de organizações, como a Sociedade Beneficente de Diamantina etc.

A tabela abaixo, que apresenta os números absolutos dos anúncios, divididos conforme as categorias temáticas, ajuda-nos a ter uma visão mais abrangente de cada jornal, em cada cidade:

TABELA 3 – Categorias Temáticas de anúncios por jornal e cidade (números absolutos)

	<i>A Estrella Polar</i>	<i>O Jequitinhonha</i>	<i>O Norte</i>	<i>A Idea Nova</i>	<i>Cidade Diamantina</i>	Diamantina*	<i>Jornal do Commercio</i>	<i>O Pharol</i>	Juiz de Fora
A	24	38	30	22	3	118	334	257	591
B	22	38	22	19	6	110	204	148	352
C	8	16	13	3	0	40	62	68	130
D	6	7	4	2	0	19	74	60	134
E	3	6	0	2	0	11	71	55	126
F	7	17	7	7	4	39	48	25	73
G	1	9	4	0	0	14	4	2	6
<i>Total</i>	71	131	80	55	10	351	797	615	1412

* A soma total inclui os anúncios dos jornais *Pão de Santo Antônio* (1) e *O Município* (3), que apresentaram anúncios em apenas uma categoria temática.

A enorme diferença de volume entre a imprensa juiz-forana e a diamantinense tende a dificultar a comparação; a fim de minorar essa distorção, a tabela abaixo apresenta os mesmos dados, em termos percentuais:

TABELA 4 – Categorias Temáticas de anúncios por jornal e cidade (porcentagem)

	<i>A Estrella Polar</i>	<i>O Jequitinhonha</i>	<i>O Norte</i>	<i>A Idea Nova</i>	<i>Cidade Diamantina</i>	Diamantina*	<i>Jornal do Commercio</i>	<i>O Pharol</i>	Juiz de Fora
A	34	29	37,5	40	30	42	42	42	42
B	31	29	27,5	34,5	60	26,5	26	24	25
C	11	12	16	5,5	0	8	8	11	9
D	8,5	5	5	3,5	0	9	9	9,7	9,5
E	4	5	0	3,54	0	9	9	9	9
F	10	13	9	13	10	5	6	4	5
G	1,5	7	5	0	0	0,5	0,5	0,3	0,5

* Os jornais *Pão de Santo Antônio* e *O Município* não foram incluídos, por apresentarem anúncios em apenas uma tabela.

Apenas três categorias apresentam diferenças percentuais na distribuição dos anúncios, e mesmo assim muito pequenas; todas as outras são exatamente iguais no peso proporcional a cada cidade. A maior diferença fica por conta da categoria de “Anúncios de Serviços” que, em Diamantina, tem um peso 1,5% maior do que a mesma categoria em Juiz de Fora. Em compensação, os anúncios ligados a “Educação e Cultura” têm, na “*Atenas de Minas*”, um peso 1% maior do que na “*Atenas do Norte*”. Os anúncios de “Vestuários e Tecidos” têm meio ponto percentual de peso a mais na industrializada “*Manchester Mineira*”; mas, surpreendentemente, há uma proporcionalidade no peso dos anúncios sobre “Equipamentos e Maquinário” – embora, como vimos acima, haja uma diferença qualitativa no que é anunciado em cada cidade.

O que esses dados apontam é uma relação muito próxima no uso da imprensa como forma de anunciar produtos e serviços, em ambas as cidades. Apesar das diferenças concretas no espaço cultural, nas atividades disponíveis, no nível e na qualidade de ensino, na regularidade dos eventos e na relação com as tradições, os homens de imprensa procuravam construir, em ambas as cidades, um ambiente voltado para a cultura e o progresso. E através de artigos, notícias e anúncios, trabalhavam vigorosamente para adequar os habitantes a essa cidade civilizada e polida.

As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.
Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)

Últimas impressões, ou as considerações parciais

Chegamos às últimas páginas, é hora de fechar o texto. As considerações que aqui apresento não são finais; concluem, apenas, a discussão que foi aqui proposta e apresentada. Pois nada em História é, verdadeiramente, final; nossas conclusões são sempre parciais. Este é um trabalho sobre os jornais produzidos em Diamantina e em Juiz de Fora no período de 1884 a 1914, cuja leitura pode ser complementada e ampliada em vários sentidos. Os mesmos jornais podem ser abordados a partir de outra temática central, que não a forma como os *homens de imprensa* constroem, no papel, sua cidade ideal. Outros jornais produzidos nas duas cidades no mesmo período, que não foram aqui incluídos, podem ser lidos e comparados a estes. A comparação pode ser estendida à produção jornalística de outras cidades: seria instigante comparar os jornais juiz-foranos com os cariocas, ou os diamantinenses com os belorizontinos, as cidades-pólo em torno das quais giravam as elites culturais das cidades aqui examinadas, no início do século XX. Mesmo a questão das transformações urbanas poderia ser trabalhada de outra forma, a partir de uma problematização que examinasse não o discurso da imprensa, mas o mapeamento das obras urbanas, os cadastros de edificações, o crescimento e o direcionamento da mancha urbana, a especulação imobiliária etc. Estes são apenas alguns exemplos para mostrar como, a partir desta investigação, outros trabalhos poderão surgir. E a nossa esperança sempre é esta, que nosso trabalho provoque outras pessoas a pensar suas próprias questões históricas.

Importa concluí-lo, porém, lembrando os pontos centrais da discussão apresentada ao longo das páginas precedentes. A leitura que aqui fizemos, como dito acima, abordou as maneiras como os *homens de imprensa* representaram, nas páginas de seus jornais, a cidade que gostariam de ver – seja diretamente, através da proposição de valores e sentidos para a cidade, seja negativamente, criticando os problemas, os desvios e os erros, das autoridades ou dos habitantes, na construção dessa “cidade civilizada”.

Estes *homens de imprensa* eram parte da “cidade letrada”, como concebida por Angel Rama: um segmento das classes dominantes que, independente dos

outros possíveis vínculos com o poder (prestígio social, parentesco, riqueza etc), tinham na imprensa sua tribuna, o *lócus* a partir do qual atuavam na divulgação de suas idéias e propostas. As quais inventavam a cidade, criando uma representação da “cidade ideal” – mas que é também, para nós que lemos hoje esses jornais, uma representação da cidade concretamente vivida por esses homens (e algumas mulheres). De forma dupla, tanto Diamantina quanto Juiz de Fora estão representadas nessas páginas: por elas, podemos vislumbrar as cidades em seu cotidiano, embora sempre filtradas pelo discurso sobre a cidade que os *homens de imprensa* construíram (o discurso) e queriam construir (o espaço urbano).

A “cidade civilizada” sobre a qual falamos era um conjunto de idéias sobre o espaço urbano, composto por propostas urbanísticas, conceitos sócio-políticos, valores e regras de convívio, forças econômicas. Teve sua origem nas vivências urbanas experimentadas pela burguesia, após sua ascensão como classe dominante na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. Orientava-se por preceitos cientificistas sobre a higiene e a saúde pública, o controle dos espaços coletivos, os instrumentos necessários à vivência agradável e pacífica, e a valorização econômica dos ambientes. Sustentava-se pela invenção, produção e disponibilidade de equipamentos, máquinas e outros artefatos tecnológicos que visavam melhorar as comunicações, o transporte, o fluxo das águas, o abastecimento, a saúde, as formas de moradia. E concretizou-se em prédios, praças, ruas, canais, postes, telégrafos, telefones, automóveis; bem como em regras de convívio, organizações sociais, etiqueta e opções de lazer, valores burgueses sobre o trabalho e o ócio, sobre a vida e a morte. Este conjunto de idéias, que se difundiu por todo o continente americano, foi adotado, ainda que de forma não sistemática, pelas elites cultas das cidades mineiras – e tornou-se a “quase-planta” a partir da qual os *homens de imprensa* tentaram construir sua cidade.

Nesse processo, havia uma grande limitação a vencer: a impossibilidade de reproduzir aqui a realidade européia ou estadunidense, a inviabilidade de simplesmente transferir modelos urbanos para o Brasil, para Minas Gerais. Daí a importância assumida pelos “sinais visíveis de civilização”: elementos que, pela sua simples existência no ambiente urbano, pareciam ter a capacidade de aproximar a cidade mineira – fosse Diamantina ou Juiz de Fora – das cidades-inspiração – fossem elas Belo Horizonte, o Rio de Janeiro, Londres ou Paris. Ao longo do texto, argumentamos que este era um dos pontos em comum na atuação dos *homens de*

imprensa das duas cidades: a adesão a um mesmo conjunto de idéias sobre o espaço urbano, e a valorização daquilo que, dentro das condições objetivas de cada cidade, pudesse significar a implantação e a vivência desse ideal de cidade – mesmo que de forma incompleta, parcial.

Na leitura dos discursos produzidos sobre a cidade nos jornais, abordamos vários exemplos desses sinais visíveis de civilização. O próprio espaço urbano era visto como objeto de construção, tanto nos prédios que assinalavam a existência de uma infra-estrutura municipal (cadeia, fórum, sede da Câmara), quanto naqueles que ofereciam serviços considerados fundamentais (quartel, hospital, hospício, matadouro). As obras urbanas eram tema constante dos textos publicados, numa constante tensão entre o *embellezamento* da cidade e a utilidade dos investimentos realizados. O advento do telefone questionou a ignorância de certos setores da sociedade juiz-forana; anos depois, foi usado para questionar o alcance da tecnologia em Diamantina. A eletricidade era saudada em Diamantina como espetáculo público, enquanto mantinha o obscuro mundo rural afastado do centro de Juiz de Fora.

A saúde pública era assunto polêmico, que abrangia desde o problema das águas – abastecimento, esgotos, chuvas, enchentes – às condições de moradia. Como outros tópicos, foi usado como arma política contra os adversários dos *homens de imprensa*, mesmo que em outras redações. Em Juiz de Fora, essa luta política se expressou numa linguagem que buscava ser científica, tecnicista, objetiva, forma de restringir a discussão a um grupo seletivo de participantes. Em Diamantina, as disputas foram travadas num ambiente marcado pelas limitações estruturais da cidade: a mera suspeita de epidemias levava ao afastamento dos tropeiros, responsáveis pelo abastecimento da cidade, esvaziando o “*Grande Empório do Norte*”, e gerando graves problemas para a população. Essa dependência de antigas práticas comerciais colocava obstáculos quase intransponíveis às pretensões dos *homens de imprensa* de livrar o espaço urbano do “*aspecto afazendado*” causado pelo grande número de animais. Os quais, também em Juiz de Fora, apontavam os limites do processo urbanizador: cães, vacas, muare, porcos, a ladrar, a mugir, a fugir, a pastar...

Também os habitantes das cidades eram vistos como indóceis e refratários aos preceitos civilizatórios estampados nas páginas impressas. O trabalho precisaria ser abraçado por eles, despido da mácula da escravidão, a qual foi tenazmente

condenada pelos jornais, mesmo após sua abolição, como vício de origem da sociedade brasileira. A exaltação do trabalho se traduzia em repressão àqueles que não se moldavam às novas regras do labutar: a vadiagem foi combatida, em tintas carregadas, como a mãe dos vícios, do crime, da desordem social. Mesmo as formas tradicionais da caridade cristã, comuns às duas cidades, foram criticadas como incentivo à mendicância, por tornar possível – e socialmente aceitável – viver sem trabalhar. O trabalho era a formação moral do homem, por isso os jornais exaltavam a importância da escola, da educação nas letras, mas principalmente nos ofícios e nas responsabilidades dos afazeres regulares. Em Juiz de Fora, cidade de economia mais dinâmica, a rápida industrialização cobrou seu preço em dedos, braços, pernas e vidas ceifadas em acidentes de trabalho, que em Diamantina estavam mais ligados à mineração e a disputas pessoais. Ali, talvez pela força das tradições religiosas, os jornais apoiaram a campanha dos trabalhadores pela guarda do domingo, dia santificado; as reivindicações e os movimentos eram liderados por associações de cunho marcadamente assistencialista, como a União Operária Beneficente. Já na chamada “*Manchester mineira*”, os movimentos operários foram mais organizados, exigindo melhores salários e condições de trabalho, através de passeatas e articulações políticas, como em Diamantina, mas também pela greve e o confronto com as forças policiais. Em ambas as cidades, os *homens de imprensa* apresentaram-se como defensores dos interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que buscavam conduzi-los dentro de parâmetros de “civilidade”, respeitando a “ordem social”.

A vida ordeira e ordenada do mundo do trabalho deveria também, conforme os jornais, estender-se aos momentos de lazer e sociabilidade. Combatendo práticas boêmias e tradições populares, como as noitadas em tabernas e bares, as danças e as músicas fora de hora; tentando exaltar o carnaval dos bailes e das associações momescas, em detrimento do agressivo e anárquico entrudo; valorizando o teatro, ridicularizando os circos de cavalinho; e mesmo tentando reger o uso das novas modalidades de espetáculo que a tecnologia fazia surgir, como o cinema – objeto de textos críticos à imoralidade. Em Diamantina, até as importantes e tradicionais festas religiosas sofreram recriminações, pela mescla criada pela população entre a veneração aos santos e o prazer da comida, da bebida e da festa. Já em Juiz de Fora, a presença de diferentes expressões religiosas, como os espíritas, e principalmente os protestantes metodistas, transformaram a imprensa local em

campo de embate entre o catolicismo e o liberalismo, que pregava a “religião da democracia”.

Nas páginas dos anúncios encontramos estampadas, também, as diferenças entre as duas cidades, quanto à quantidade e à variedade de produtos ofertados: maior número de máquinas em Juiz de Fora, mais animais em Diamantina; maior diversidade de serviços e empregos em Juiz de Fora, mais professores particulares em Diamantina. Apesar das características tão distintas, a análise proporcional revelou um perfil comum quanto aos anúncios. As redações, em ambas as cidades, acreditavam poder vender a idéia de que a “cidade civilizada” tinha de tudo, e algo para cada um. Mas as notícias e comentários publicados por essas mesmas redações revelavam a existência, tanto na industrializada Juiz de Fora quanto na tradicional Diamantina, de pessoas deslocadas da “civilização”: os loucos, os meninos de rua, aqueles que não conseguiam acompanhar o ritmo das mudanças, sendo atropelados no processo – muitas vezes, em sentido literal. Enfim, a cidade polida e civilizada deveria ser a cidade de todos, e todos deveriam ser polidos e civilizados o bastante para nela viver – princípio de inclusão que carregava, em si, a exclusão daqueles que não se adequavam às regras sociais do progresso.

Progresso, o grande sentido dado ao espaço urbano que os *homens de imprensa* representavam em seus textos. Um discurso que, mais do que qualquer outro tema, permite-nos avaliar as diferenças entre as cidades. Na virada do século, momento em que as redações juiz-foranas foram levadas a olhar para o passado da cidade, a fim de avaliar o presente e vislumbrar seu futuro, a história recente da cidade foi representada como a base, passada, sobre a qual se construiria o futuro glorioso, inexorável, da cidade civilizada, industrial, culta e bela. Já os textos produzidos em Diamantina, à época da iminente chegada da ferrovia, assumiram posição muito mais ambígua: as avaliações sobre o passado variaram do desagrado diante da arquitetura colonial à nostalgia das práticas tradicionais; as mudanças previstas para o futuro foram apresentadas como inevitáveis, mas com preço a pagar que talvez fosse alto demais: a diluição daquelas características “pitorescas” que, afinal, eram as marcas identitárias da cidade.

Uma diferença fundamental, que representa as diferentes histórias de cada cidade, as diferentes conjunturas que viviam nesse período de *fin-de-siècle*. E que lembra-nos um fato primordial: apesar de pertencerem todos à “cidade letrada” mineira, os *homens de imprensa* inventavam uma “cidade civilizada”, de papel e

tinta, a partir da vivência de sua cidade histórica – feita de espaços cheios e vazios, de pedra e cal, fios e postes, ruas e becos, animais e pessoas. Para quem e por quem, afinal, deveria ser feita a cidade.

As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição.
Diamantina e Juiz de Fora, MG, 1880-1914.

BIBLIOGRAFIA

I – Fontes documentais

1. Jornais e Periódicos

1.1. Diamantina

A) Acervo Soter Couto. UEMG/FEVALE/Centro de Pesquisa. Diamantina, MG.

A Idéa Nova. 1906-1912.

Cidade Diamantina. 1889-1898.

Pão de Santo Antonio. 1907-1914.

Sete de Setembro. 1888.

B) Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina. Diamantina, MG.

A Estrella Polar. 1903-1914.

A Idéa Nova. 1906-1912.

Cidade Diamantina. 1893-1898; 1903.

Diamantina. 1913.

O Aprendiz. 1893.

O Município. 1894-1897.

O Operario. 1907.

Pão de Santo Antonio. 1907-1914.

Sete de Setembro. 1887-1889.

1.2. Juiz de Fora

Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG.

Diário Mercantil. 1912-1914.

Jornal do Commercio. 1901-1914.

O Pharol. 1880-1914.

1.3. Outras localidades

Minas Geraes. Orgam official dos Poderes do Estado. Belo Horizonte, 21 de abril de 1892. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina. Diamantina, MG.

2. Outros documentos

2.1. Escritos

Almanack de Juiz de Fóra. Publicação commercial, industrial, administrativa, litteraria, artistica, recreativa, scientifica, etc. 2.º anno. Juiz de Fora: Editores Leite Ribeiro & Comp. 1892. 324 p.

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo da Câmara Municipal. Império. Livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Abril/1866 - Agosto/1872.

Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes de 1865. Ouro Preto: Typographia do “Minas Geraes”. 1866. 164 p. Arquivo Público Mineiro.

Fundo José Teixeira Neves. Cadernetas 4, 5 e 8 [sem data]. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina, MG.

Fundo José Teixeira Neves. Caixa 2, Cadernetas “Anais da Câmara dos Deputados”, 19 [sem data]. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina, MG.

Fundo José Teixeira Neves. Caixa 4, envelope 2 [jornais não separados/(262 fls.); sem data]. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina, MG.

GARELLA, Leonardo. *Città di Juiz de Fora (Minas Geraes - Brazil)*. Juiz de Fora, Typographia Brazil, 1911. 114 p. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio. Biblioteca.

Juiz de Fora no Seculo XIX. Artigos publicados no “Jornal do Commercio” de Juiz de Fora, comemorando a entrada do seculo XX. 1901. Typographia Central – Rua Direita n. 151. Juiz de Fora. [111 p. formato pequeno, aproximadamente 17cm X 10cm]

Posturas da Camara Municipal da Villa de Santo Antonio do Parahybuna. rio de Janeiro, Emp. Typ. – Dous de Dezembro – de P. Brito, 1853. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG.

Posturas Municipaes da Camara Municipal da Cidade do Parahybuna. Rio de Janeiro, Typographia de Soares & Irmão. 1860. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Império. Fundo da Câmara Municipal. Caixa 161-165. Pasta 163/1 - Códigos de Posturas Municipais.

VIAGEM imperial de Petrópolis a Juiz de Fora por ocasião de inaugurar-se a estrada “União e Indústria”. Colecção de artigos publicados no “Jornal do Commércio” do Rio de Janeiro em 1861 e no “Diário Mercantil” de Juiz de Fora em 1918. Juiz de Fora, Tipografia Sul, 1919.

2.2. Entrevista

RABELO, Hamilton Mansos. Entrevistadora: Profª Roseli Márias. Estagiária: Kely Cristina Detone Machado. Fita 1, 10 de maio de 2001. Centro de Pesquisa – FAFIDIA/UEMG. Diamantina, MG.

II – Referências Bibliográficas

ALBERT, P.; TERROU, F. *História da Imprensa*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1990.

ALKMIM, Paulo Francisco Flecha de. Chichico Alkmim: um retrato retocado. IN: SOUZA, Flander de; FRANÇA, Verônica Alkmim (orgs.) *O olhar eterno de Chichico Alkmim*. Belo Horizonte, Editora B, 2005, p. 99-105.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Riqueza em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. IN: Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 1: 2005, Juiz de Fora, MG. *Anais...* CES, 2005. CD-ROM.

ANDRADE, Joaquim Marçal F. de. *História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1890 a 1900*. Rio de Janeiro, Elsevier; Campus; Biblioteca Nacional, 2003.

ANDRADE, Luciana Teixeira. *A Belo Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 2004.

ANDRADE, Rômulo. Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. in *Revista Brasileira de História: Estruturas Agrárias e Relações de Poder*. São Paulo, ANPUH / Marco Zero. vol 11. nº 22 - março/agosto 1991, p. 93 - 131.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante (1885-1906)*. 2ª ed. revista e ampliada. [Rio de Janeiro] Gráfica Olímpica. s/d.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*: vol. 1 - História da Imprensa Brasileira. São Paulo, Editora Ática, 1990.

BALCÃO, Lier Ferreira. A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913). IN: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades. Pesquisa em História*. São Paulo, História - PUC/SP; Olho d'água, novembro 1999, p. 225-256.

BALZAC, Honoré de. *Ilusões Perdidas*. São Paulo: Editora Abril, 1981.

BALZAC, Honoré de. *Os Jornalistas*. São Paulo, Ediouro, 1989.

BARBERIS, Daniela. *Reforma Passos, o desejo da cidade moderna*. Museu Nacional/UFRJ. 38 p.+ "Planta organizada pela Comissão da Carta Cadastra". s/d. (mimeo)

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org.). *História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998, p. 87-91.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002. (História e... Reflexões)

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BERTUCCI, Liana Maria. A ameaça iminente – as Epidemias. Um momento: Varíola – 1908. IN: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da Cidade*: séculos XIX e XX. São Paulo, ANPUH/SP; Marco Zero; FAPESP, 1993, p. 77-91.

BERTUCCI, Liana Maria. As transformações urbanas na imprensa operária: São Paulo, na virada do século XX. IN: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Roberto (org.). *Cidade, povo e nação*. Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 81-94.

BERTUCCI, Liana Maria. *Influenza, a medicina enferma*. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas, UNICAMP, 2000.

BLASENHEIM, Peter. A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Stanford, Stanford University. March 1982. (mimeo).

BLASENHEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. in *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/EDUJFJ. Vol 2, nº 2, 1996, p. 81-110.

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. O “Porto Maldito”: modernização, epidemias e moradia da população pobre em Santos no final do século XIX. IN: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. Pesquisa em História. São Paulo, História - PUC/SP; Olho d’água, novembro 1999, p. 129-151.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003. (História &... Reflexões)

BOSCHI, Caio. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática, 1986.

BOSCHI, Caio. *O Barroco Mineiro*: artes e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília, Paralelo 15, 1997, p. 321-334.

BRESCIANI, Maria Stella M.. Liberalismo: ideologia e controle social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota. São Paulo, FFLCH/USP, 1976. (mimeo)

BRESCIANI, Maria Stella M. (org.). *Imagens da Cidade*: séculos XIX e XX. São Paulo, ANPUH/SP; Marco Zero; FAPESP, 1993.

BRESCIANI, Maria Stella M.. *Londres e Paris no século XIX*: o espetáculo da pobreza. 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella M.. Cidade e História. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, p. 16-35.

BRIGGS, Asa. *Victorian Cities*: a brilliant and absorbing history of their development. Londres / Nova York, Penguin Books, 1990.

BURKE, Peter. *The Art of Conversation*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1993.

BURKE, Peter. Inevitáveis empréstimos culturais. *Folha de São Paulo*. Domingo, 27 de julho de 1997, Caderno MAIS!, p. 3.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Os intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista; 1920-1945. Tese de Doutorado em História. Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota. São Paulo, FFLCH/USP, 1986. (mimeo)

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto / EDUSP, 1988(a). (Coleção Repensando a História)

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do Liberalismo*: Imprensa Paulista, 1920-1945. São Paulo, Brasiliense, 1988(b).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo, FAPESP / Editora Papirus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo". São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980.

CARRARA, Sérgio. *Crime e Loucura*. O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro, EDUERJ; São Paulo, EDUSP, 1998.

CARRATO, Ângela. Imprensa mineira, um monopólio perto do fim. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília, Paralelo 15, 1997, p. 469-481.

CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Imprensa Mineira*: Dicionário Biográfico. Belo Horizonte, Armazém de Idéias, 1994.

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de Carvalho. Urbanismo no século XX: o plano do engenheiro Dott para a cidade Juiz de Fora (MG), 1860. IN: Simpósio Nacional de História (23: 2005: Londrina, PR) *Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História: história – guerra e paz*. Associação Nacional de História - ANPUH. Londrina, Editorial Mídia, 2005(b). CD-ROM.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial; *Teatro de Sombras*: a política imperial. 2a.ed.revista. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Edição revisada, acompanhada de um Posfácio (1975). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Maria Céres; VAZ, Paulo Bernardo (org.). *Folhas do Tempo*: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte. 1895-1926. Belo Horizonte, UFMG /

Associação Mineira de Imprensa / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

CAUSO, Roberto de Sousa. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil – 1875-1950*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

CHALOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

CHALOUB, Sidney. *A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHALOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de M. (org.). *A História contada: capítulos de História Social da Leitura no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. (Coleção Histórias do Brasil)

CHAMON, Carla Simone. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913). Tese de Doutorado em Educação. Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho. Belo Horizonte, FAE/UFMG, 2005. (mimeo)

CHARTIER, Roger. Entrevista. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. “Leituras e Leitores”. Volume 8, número 01/02, Jan/Dez 1995. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, p. 3-12

CHIAPPINI, Ligia. Relações entre História e Literatura no contexto das Humanidades hoje: perplexidades. IN: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana M.; IOKOI, Zilda M. G. (org.). *História: Fronteiras*. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. Vol II. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP; ANPUH, 1999, p. 819-831.

CHRISTIANSEN, Rupert. *Tales of the New Babilon: Paris, 1869-1875*. Londres, Sinclair-Stevenson, 1994.

CHRISTIANSEN, Rupert. *Paris Babilônia. A capital francesa no tempo da Comuna*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A Europa dos Pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Algumas observações sobre a pintura em áreas cafeeiras: Juiz de Fora (MG), 1850-1930. *Locus*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional / EDUFJF. vol 1. nº 1, 1995, pp. 63-80.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A fotografia através de anúncios de jornais. Juiz de Fora (1887-1910). *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, NHR/Departamento de História/AHUFJF/EDUFJF. Vol. 6, n.º 1, 2000, p. 127-146.

COTRIM, Márcio. “O Berço da Palavra”. *Estado de Minas*, 31 de julho de 2006, Caderno Cultura, p. 2.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos)

COSTA, Francisca Deusa Sena da. Quando viver ameaça a ordem urbana – Manaus 1900-1915. IN: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. Pesquisa em História. São Paulo, História - PUC/SP; Olho d'água, novembro 1999, p. 85-127.

COUTO, Soter Ramos. *Vultos e fatos de Diamantina*. Edição revista e ampliada. Belo Horizonte, Armazém de Idéias, 2002.

CRUZ, Heloísa de Faria. Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana. São Paulo, 1890/1915. Tese de Doutorado em História Social. Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva. São Paulo, FFLCH/USP, 1994. (mimeo)

CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

DARNTON, Robert. Entrevista. *Acervo* – Revista do Arquivo Nacional. “Leituras e Leitores”. Volume 8, número 01/02, Jan/Dez 1995. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, p. 13-18.

DARNTON, Robert. “Rede de intrigas”. *Folha de São Paulo*. Domingo, 30 de julho de 2000. Caderno MAIS!, p. 4-13.

DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses*: Espetáculos de Circo e Teatro em Minas Gerais no Século XIX. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.

DUARTE, Regina Horta. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João Del Rei. Notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. *Varia Historia*. Belo Horizonte, Departamento de História / FAFICH / UFMG, nº 17, 1997, p. 71-79.

DUARTE, Regina Horta. *O Circo em Cartaz*. Belo Horizonte, Einthoven Científica Ltda, 2001.

DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Belo Horizonte: horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo, HUCITEC/MinC/Pró-Memória/INL, 1988.

ECO, Umberto. Sobre a imprensa. *Cinco Escritos Morais*. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Record, 1998, p. 55-89.

EVERDELL, William R. *The First Moderns*. Profiles in the origins of Twentieth-Century Thought. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1997.

EVERDELL, William R. *Os Primeiros Modernos*. As origens do pensamento do século XX. Rio de Janeiro, Record, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. Pesquisa em História. São Paulo, História - PUC/SP; Olho d'água, novembro 1999.

FERNANDES, Antônio Carlos. “Entre o turíbulo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. 1864-1917.” Orientadora: Profª. Drª. Thaís Cougo Velloso Pimentel. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História / FAFICH / UFMG, 2005. (mimeo)

FERNANDES, Augusto. *Tipos populares de Diamantina*. Belo Horizonte, Editora S. Vicente, 1929.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do Liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, vol. 1)

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar*. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

FINLEY, Moses I. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. Da infâmia ao altar da Pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. Tese de doutoramento em História Social. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Rolim Capelato. São Paulo, FFLCH/USP, 2001. (mimeo)

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo, Annablume, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo, HUCITEC, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos Diamantes – o outro lado do mito*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História*. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos jornais*. 4.^a Expedição. 3.^a ed. São Paulo, Ática, 1994.

GENOVEZ, Patricia Falco. Mandonismo Político e Poderio Econômico: a representatividade política em Juiz de Fora no sec. XIX. *Anais ANPUH: IX Encontro Estadual de História*. Juiz de Fora: UFJF / ANPUH MG / CNPq, 1994, p. 309-314.

GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Silva Gouvêa. Dissertação de Mestrado. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História / ICHF / UFF, 1996. (mimeo)

GENOVEZ, Patrícia Falco. O Espelho da Monarquia: Minas e a Coroa no Segundo Reinado. Tese de Doutorado. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Silva Gouvêa. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História / ICHF / UFF, 2003. (mimeo)

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1988.

GODINHO, Ignácio Delgado. *A Estratégia de um revés*. Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora, EDUFJF, 1997.

GOODWIN Jr., James William. A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888. Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História / FAFICH / UFMG, 1996. (mimeo)

GOODWIN Jr., James William. A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal *Pharol* nas décadas de 1870-1880. *VARIA HISTORIA*. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG. n.º 17, março de 1997, p. 195-218.

GOODWIN Jr., James William. Cidades de Papel – Diamantina e Juiz de Fora nos jornais, 1880-1914. IN: Simpósio Nacional de História (23: 2005: Londrina, PR) *Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História: história – guerra e paz*. Associação Nacional de História - ANPUH. Londrina, Editorial Mídia, 2005(b). CD-ROM.

GOODWIN Jr., James William. Impressões sobre o tempo, a técnica e o ofício do historiador: a Imprensa em Diamantina, MG. Revista *Estudos*. Belo Horizonte, Centro Universitário de Belo Horizonte – Uni-BH, n.º 1, maio de 2003, p. 156-173.

GOODWIN Jr., James William. Jornais como fonte documental para história econômica regional. *Cronos: Revista de História*. Pedro Leopoldo, Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, n.º 3, agosto de 2001, p. 7-20.

GOODWIN Jr., James William. Novos produtos para novos tempos: anúncios em jornais diamantinos, 1900-1914. IN: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11: 2004, Diamantina, MG. *Anais...UFMG/CEDEPLAR*, 2004. CD-ROM.

GOODWIN Jr., James William. O lugar do pobre na imprensa diamantinense de fim-de-século. *Cronos: Revista de História*. Pedro Leopoldo, n.º 1, setembro de 1999, p. 65-72.

GOODWIN Jr., James William. Pedra, papel e perfume francês: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada. 1850-1914. IN: Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 1: 2005, Juiz de Fora, MG. *Anais... CES*, 2005(a). CD-ROM.

GOODWIN Jr., James William. Postes fincados, bichos soltos: representações do espaço urbano na imprensa local. Diamantina e Juiz de Fora, 1880-1914. IN: XV Encontro Regional de História. *Anais Eletrônicos*. ANPUH-MG / UFSJ, São João Del-Rei, 10 a 15 de julho de 2006.

GOODWIN Jr., James William. Visões da cidade na Imprensa Mineira: Diamantina e Juiz de Fora no fim-de-século. *Anais – VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: “Cinco Séculos de Cidade no Brasil”*. Natal, ANPUR/UFRN. 2000. [separata do CD-ROM]

GOODWIN Jr., James William; BARACHO, Ana Cristina; RIBEIRO, Neusa Aureliana. Jornais diamantinos do século XIX: indexação e leitura. *Seminário Internacional “Dimensões da História Cultural”*. Atas. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva / LAMH. 1999. p. 101-103.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade (org.). *E os preços eram commodos...* Anúncios de jornais brasileiros – século XIX. São Paulo, Humanitas/FFLCH- USP, 2000.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os Leitores de Machado de Assis*. O romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo, Nankin Editorial, EDUSP, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Introdução. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 13-41.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma*. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

HARDOY, Jorge E.. Teorías y prácticas urbanísticas en Europa entre 1850 y 1930. Su traslado a América Latina. IN: HARDOY, Jorge E.; MORSE, Richard M. (compiladores). *Repensando la Ciudad de América Latina*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1988, p. 97-126.

HOBBSBAWM, Eric J.. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo, Hucitec / ANPOCS, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17ª. ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editor, 1984.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JAROUCHE, Mamede Mustafá. Introdução – Galhofa sem Melancolia: as Memórias num Mundo de Luzias e Saquaremas. IN: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Apresentação e notas: M. M. Jarouche. Cotia, Ateliê Editorial, 2000, p. 13-59.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2005.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). IN: DUTRA, Eliana (org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte Editora, 1996, p. 49-118.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Caixões infantis expostos: o problema dos sentimentos na leitura de uma fotografia. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, Papirus Editora, 1998, p. 65-74.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas, Papirus Editora, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Santos – transformações urbanas e mercado de trabalho livre. IN: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, Hucitec/ ABPHE / EDUSP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 297-319.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os cantos e os antros* (Campinas, 1850-1900). São Paulo, EDUSP, 1996.

LEITE, Míriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1993.

Pierre L'Enfant, Charles. Microsoft® Encarta® Online Encyclopedia. Disponível em <<http://encarta.msn.com>>, 2001. © 1997-2000. Microsoft Corporation. All Rights Reserved. Acesso em 25/05/2007.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova História Urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (org.). São Paulo, EDUSP, 2001.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista* (Minas Gerais no Século XIX). São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do escrivo Isaías Caminha*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Livraria Garnier, 1989.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte. 1895-1954*. Estudo crítico e nota biográfica: Maria Céres Pimenta S. Castro. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Editora UFMG, 1995.

LOPES, Ana Amélia B. M.; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA Filho, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte, FUMEC, 2002.

LOPES, Marcos Antônio; MARTINS, Marcos Lobato. *A peste das almas*. Histórias de fanatismo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2ª. ed. Prefácio de Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro, Topbooks; Univer/Cidade Editora, 2000.

LYS, Edmundo. A Imprensa em Juiz de Fora. IN: CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas (ed.). *Imprensa Mineira*, memória histórica. Edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Belo Horizonte, Typographia Oliveira, Costa e Comp., 1922, p. 63-75.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. Organização: Flora Süssekind. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. 2ª ed. melhorada. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1957.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiânia, Editora da UFG; São Paulo, EDUSP, 2002.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Os Movimentos Sociais na década da Abolição. São Paulo, EDUSP, 1994.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro, Editora UERJ, 2001.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz / CCBB, 1996.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da Rótula*. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breve História de Diamantina*. Diamantina, Fundação Cultural e Artística de Diamantina / Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Diamantina / Caixa Econômica Federal, 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. *Da bateia à enxada*: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Diamantina, FAFIDIA/FEVALE, 2000.

MARTINS, Marcos Lobato. A “fraqueza da terra” e do rio e a força do moinho de moer gente: as transformações no Vale do Jequitinhonha nas três últimas décadas. *Cronos: Revista de História*. Pedro Leopoldo, Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, n.º 3, agosto de 2001, p. 55-82.

MARTINS, Marcos Lobato. Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1970. Tese de Doutorado em História Econômica. Orientador: Prof. Dr. Antônio Penalves Rocha. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, FFLCH / USP, 2004. (mimeo)

MARX, Karl. *Liberdade de Imprensa*. Porto alegre, L&PM, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2a. ed. Petrópolis, Vozes, 1989.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura*: História, cidade e trabalho. Bauru, EDUSC, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. 3ª ed. Rio de Janeiro, Access Editora, 1994.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições*: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro, Access Editora, 2000.

MEADE, Teresa A. *“Civilizing” Rio*: reform and resistance in a Brazilian City. 1889-1930. University Park, The Pennsylvania State University Press, 1997.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas. Diamantina, Maria Fumaça Editora, 2000.

MENESES, José Newton Coelho. Artes Fabris e Serviços Banais. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa – 1750/1808. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Ronald Raminelli. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História / ICHF / UFF, 2003. (mimeo)

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004. (História &... Reflexões)

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Prefácio – Cidade capital, hoje? IN: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.), *Cidades Capitais do Século XIX*: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo, EDUSP, 2001, p. 9-17.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo, EDITEO, 1994.

MEYER, Marlise. *Folhetim*: uma história. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. Cotia, Ateliê Editorial, 2000.

MIRANDA, Sônia Regina. Considerações preliminares para um estudo da industrialização em Juiz de Fora. *Câmpus*. Juiz de Fora, UFJF - Centro de Pesquisas Sociais. 2, 1988, p. 93-113.

MORAES, José Geraldo V. de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. 2^a ed. São Paulo, Atual Editora, 1994.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997, p. 85-98.

MOURA, Antônio de Paiva. República das letras: republicanismo em Minas. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 14 de novembro de 1998. Caderno Pensar. p. 1.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília, Paralelo 15, 2004.

NEEDELL, Jeffrey D.. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Jayme. *José Augusto Neves: o jornalista-escrito, sua obstinação e vocação ecológica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org.). *História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCH, 1998.

OLIVEIRA, Almir de. *A Imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Imprensa da UFJF, 1981.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Orientadora: Ana Maria Santos. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História / ICHF / UFF, 1991. (mimeo)

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Mercado Interno e Agroexportação: as origens da expansão cafeeira na Zona da Mata Mineira: notas para uma pesquisa. *Locus*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional / EDUFJF. vol 1. nº 1. 1995. pp. 9-21.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira. 1710-1870*. Bauru, EDUSC, 2005.

OLIVEIRA, Paulino de. A Imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano II, nº 2, 1966, p. 20-29.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora* (premiada pela Câmara Municipal – Lei n.º 345, de 29 de setembro de 1950). 2ª. ed. Juiz de Fora, 1966.

OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides Juizforanas - 1698-1965*: com índice alfabético e remissivo. Juiz de Fora, UFJF, 1975.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. A França no século XIX. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

PAIXÃO, Luiz Andrés Ribeiro. A Publicidade e a formação da Sociedade de Consumo em Minas: notas sobre a Economia do Consumo. IN: CEDEPLAR. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2002. CD ROM.

PALLAMIN, Vera M. (org.). *Cidade e Cultura*: esfera pública e transformação urbana. São Paulo, Estação Liberdade, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator*. O Teatro das Luzes. Diálogo e Imprensa no Século XVIII. São Paulo, Editora Hucitec, 1995.

PAMPLONA, Marco Antonio. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. Rio de Janeiro / São Paulo, Record, 2003.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. IN: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p. 26-67.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. (Coleção Historial)

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas*: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *O Carnaval das Letras*: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2ª. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

PEREIRA, Vera L. Felício. *O artesanato da memória no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte, Editora UFMG/Editora PUC Minas, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da Ficção: diálogos da História com a Literatura. IN: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana M.; IOKOI, Zilda M. G. (org.). *História: Fronteiras*. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. Vol II. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP; ANPUH, 1999, p. 819-831.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, 2004. *História & História Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004. (História &... Reflexões)

PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização. IN: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do Século XIX*. São Paulo, EDUSP, 2001, p. 65-101.

PIRES, Anderson. A Emergência do Sistema Financeiro na Economia Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1889/1929. *Locus*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional / EDUFJF. vol 1. nº 1, 1995, pp. 23-39.

RAINHO, Luís Flávio. Urbanização e Industrialização de Juiz de Fora: Pontos preliminares para elaboração de um Projeto de Estudo. Palestra pronunciada em 24/08/1979, durante a programação da Iª Semana de História de Juiz de Fora, promovida pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA). (mimeo.)

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

RAMON-JOFFRÉ, Gabriel. "A Cidade Ordenada". Intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Profa. Dra. Inez Garbuio Peralta. São Paulo, PROLAM / FFLCH / USP, 1997.(mimeo)

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o livro "Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial". *Anais em CD-ROM: VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – "Cinco séculos de Cidade no Brasil."* Natal, ANPUR/UFRN, 2000.

REIS, Liana Maria. Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira - 1850/1888. Dissertação de Mestrado em História. Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Belo Horizonte, Departamento de História / FAFICH / UFMG, 1993. (mimeo)

REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal "O Jequitinhonha" e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte, Edições Cuatiara, 2003.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro, UFRJ Editora; Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM. 1889-1906*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. IN: RIBEIRO, Luiz C. Q.; PECHMAN, Robert Moses (org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 15-21.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. IN: RIBEIRO, Luiz C. Q.; PECHMAN, Robert Moses (org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 53-78.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997, p. 217-233.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro, UERJ, 2004.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o Progresso como Missão*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1997. (Coleção Centenário)

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução: da temática, dos autores e de suas idéias. IN: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades Capitais do Século*

XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo, EDUSP, 2001a, p. 19-40.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. IN: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.), 2001. *Cidades Capitais do Século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo, EDUSP, 2001b, p. 135-181.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. A representação humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões no relacionamento conjugal em Diamantina de 1863 a 1933. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Júnia Ferreira Furtado. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História / FAFICH / UFMG, 2003.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4^a ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do Século XIX: Salões, Gabinetes Literários e Bibliotecas. IN: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo, Marco Zero / ANPUH-SP / FAPESP, 1993, p. 147-162.

SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. IN: CASTRO, Hebe Maria Matos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995, p. 31-62.

SCHORSKE, Carl E.. *Viena Fin-de-Siècle*. Política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras; Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York, Basic Books, Inc., 1978.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo, 1997 (Círculo do Livro, Coleção "Os Economistas") [original alemão de 1911, revisto em 1926]

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SENNETT, Richard. *O declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

Sesquicentenário de elevação do Tijuco a Vila Diamantina (1831-1981). Belo Horizonte, Imprensa Oficial / Coordenadoria de Cultura, 1983.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. (História da Vida Privada no Brasil, vol. 3)

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo, Editora Scipione, 1993. (História em Aberto)

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Edição revista e atualizada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo*: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura*. Uma investigação de História Cultural. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Luiz Martins. Imprensa, discurso e interatividade. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília, Paralelo 15, 1997, p. 253-271.

SILVA, Marcos A. da. *Caricata República*: Zé Povo e o Brasil. São Paulo, Marco Zero / CNPq, 1990.

SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, Editora HUCITEC / FAPESP / ABPHE, 1996.

SILVEIRA, Felipe Augusto Bernardi; GOODWIN Jr., James William (orientador). Ritos de Passagem para a “morrer bem”: permanências e transformações nos ritos fúnebres da Província de Minas Gerais no século XIX. IN: SOARES, Astréia; BARBOSA, Márcio Venício (orgs.). *Iniciação Científica Newton Paiva 2001-2002*. Belo Horizonte, Centro Universitário Newton Paiva, 2003, p. 222-253.

SIQUEIRA, Carla. A construção da memória histórica na imprensa carioca do início da República. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org.). *História e Imprensa*: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998, p. 67-71.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.^a ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA, Flander de; FRANÇA, Verônica Alkmim (orgs.) *O olhar eterno de Chichico Alkmim*. Belo Horizonte, Editora B, 2005.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo, ANPOCS / Marco Zero, 1993.

SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade*: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte. Belo Horizonte, Editora Newton Paiva, 2004.

SOUZA, Marco Antônio de. Algumas considerações sobre os projetos de cidadania na Primeira República. in *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*.

Belo Horizonte, Faculdades Integradas Newton Paiva, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas - FAHL. Ano IV, nº 6, Abril 1996. p. 61-72.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. “Ao correr da pena”: uma leitura dos folhetins de José de Alencar. IN: CHALOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de M. (org.). *A História contada: capítulos de História Social da Leitura no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. (Coleção Histórias do Brasil), 1998, p. 123-143.

SUISMAN, Doug et alli. *The arc: a formal structure for a Palestinian state*. Rand Corporation, Santa Monica, EUA, 2005. Disponível em <http://www.rand.org/pubs/monographs/2005/RAND_MG327.pdf>. Acesso em 25/05/2007.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Editora HUCITEC / FAPESP / ABPHE, 1996.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Da cidade ao fotojornalismo. *Estado de Minas*, sábado, 25 de março de 2006. Caderno Pensar, p. 4

VALE, Vanda Arantes. A Arquitetura Latino-Americana da Industrialização: Juiz de Fora (1880-1930). in *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/EDUJFJ. Vol 1, nº 1, 1995. p. 81-90.

Varia Historia. Belo Horizonte – Cem anos em cem. Revista do Departamento de História / FAFICH / UFMG. Belo Horizonte, nº 18, novembro 1997.

VAZ, Paulo Bernardo. De Liberty a Marinoni: feição e feitura jornalística. IN: CASTRO, Maria Céres; VAZ, Paulo Bernardo (org.). *Folhas do Tempo: Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte. 1895-1926*. Belo Horizonte, Editora UFMG / Associação Mineira de Imprensa / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, p. 47-68.

VALENTE, Polyana. “Um completo e variado sortimento”: a cidade através dos anúncios de jornais. IN: SOARES, Astréia; GONÇALVES, Múcio Tosta (orgs). *Iniciação Científica Newton Paiva 2004-2005*. Belo Horizonte, Editora Newton Paiva, 2006, p. 105-117.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café-com-Leite*. Belo Horizonte, C/Arte Editora, 2001.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. IN: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p. 90-113.